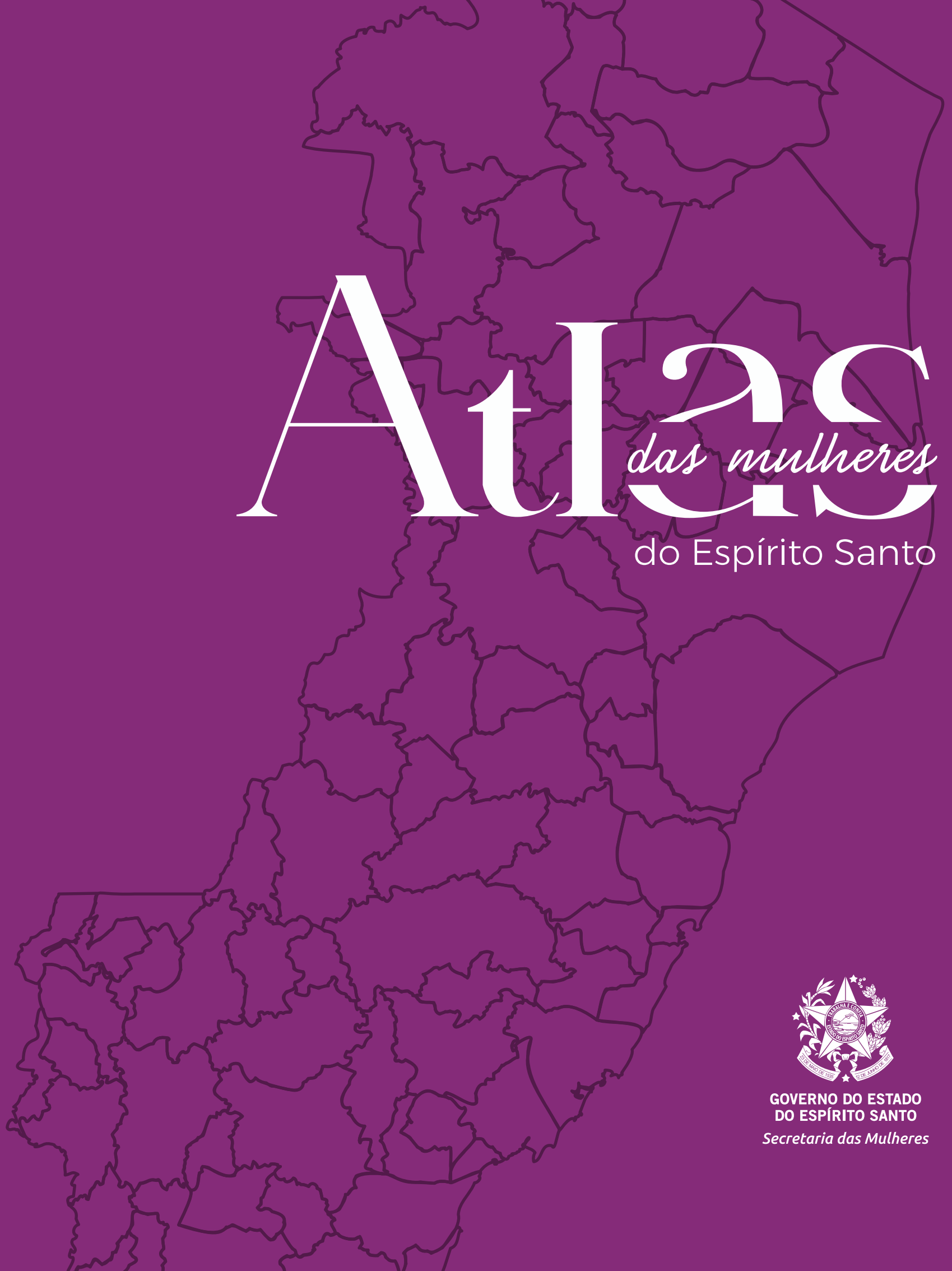
Atlas das mulheres do Espírito Santo



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria das Mulheres





















































INTERNA



















Atlas das mulheres do Espírito Santo

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria das Mulheres

ATLAS DAS MULHERES DO ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA, 2026

© 2026 – SESM
Secretaria Estadual das Mulheres

Av. Nossa Sra. da Penha, 1433 (prédio anexo ao da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo) - Santa Lúcia
CEP: 29056-243 - Vitória / ES
Tel.: (27) 3636-9317

https://mulheres.es.gov.br/

ISBN: 978-65-6013-189-7
Impresso e digital
Tiragem: 1.000
Fevereiro 2026

Equipe de produção

Projeto gráfico, capa e diagramação: Aliana Pereira Simões e Thiago Falquetto Maretto
Revisão textual: Ivana Esteves Passos de Oliveira e Sânnie Silva Rocha
Ficha Catalográfica: Amanda Luiza de Souza Mattioli Aquino
Fotos: Crédito na imagem
Impressão: Gráfica e Editora GSA

Todos os direitos reservados nos termos da Lei 9.610/1998, que resguarda os direitos autorais. É proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio ou forma, sem expressa autorização da coordenação e dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A881 Atlas das Mulheres do Espírito Santo / coordenação Celia Jaqueline Sanz Rodriguez.

Vitória, ES : Diálogo Editorial, 2026.

596 p. : il. foto. color. ; 30 cm.

ISBN 978-65-6013-189-7

1. Mulheres – Espírito Santo (Estado). 2. Mulheres – Condições sociais. I. Sanz Rodriguez, Celia Jaqueline

CDD – 305.4098152

Bibliotecária Amanda Luiza de Souza Mattioli Aquino – CRB5 1956

DEDICATÓRIA

A todas as mulheres – em todas as suas possibilidades e tempos – que fazem parte da minha vida e não me deixam desistir.

A todas aquelas que enfrentam tempos de guerras, que vivem, sonham e resistem por liberdade e dias melhores.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reverenciar a dádiva de nada poder fazer sozinha e de ter a certeza que nunca estive só.

Gratidão a cada mulher que participou e apoiou a pesquisa. Nosso reconhecimento por disponibilizarem seu tempo, por nos permitir ouvir e aprender o que é ser mulher, por nos ensinar que cada uma de nós é capaz de fazer mais do que é imaginado. Agradecemos por nos despertarem para a multiplicidade de possibilidades e a necessidade de perceber cada singularidade. Cada página deste livro é de vocês!

Equipe de pesquisa, nossa gratidão e reconhecimento especial – vocês foram incansáveis: das mobilizações às rodas, das vivências às escritas, dos cliques aos rostos, das informações aos dados, do ouvido atento, ao coração aberto, das lágrimas aos sorrisos, do primeiro dia de campo ao resultado de hoje. Gratidão e parabéns por fazerem parte do primeiro Atlas das Mulheres do Espírito Santo!

Às nossas famílias – mulheres e homens – que apoiaram e participaram de cada passo do Atlas das Mulheres do Espírito Santo. Muito Obrigada! Vocês foram fundamentais para cada etapa do processo: seja por estar fazendo junto, literalmente, seja por abrir mão do tempo de vocês com suas mães, amigas, companheiras, irmãs, filhas.

À Secretaria Estadual das Mulheres (SESM), em especial à Jacqueline Moraes, que desde o primeiro dia acolheu e tornou possível a realização de algo que começou pequeno e logo se transformou nesse mosaico de vidas, afetos, sonhos e vozes. Você percorre as páginas deste livro!

Por fim, além das pessoas, às instituições que se fizeram presentes e permitiram a concretização do processo. Embora sejam muitas, é importante mencionar a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) pelo apoio financeiro e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) pelo apoio técnico nas leituras críticas e na construção de índices e informações.

PREFÁCIO

O Atlas das Mulheres do Espírito Santo é mais do que uma publicação: é um marco na construção de políticas públicas orientadas por evidências, e um gesto político em direção à igualdade de gênero. Este trabalho, fruto da articulação entre o Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria das Mulheres, da Fapes e de instituições de ensino e pesquisa, nasce do compromisso de transformar dados, histórias e vozes em ações concretas de transformação social.

O Atlas revela, com rigor e sensibilidade, a pluralidade das experiências femininas em território capixaba. Ele apresenta diagnósticos, indicadores e narrativas que traduzem a realidade de mulheres diversas — urbanas e rurais, negras, indígenas, quilombolas, pescadoras, trabalhadoras domésticas, mulheres com deficiência, jovens, idosas, entre tantas outras. São múltiplas formas de ser e existir, que reafirmam a potência e a complexidade das mulheres e desafiam o poder público a olhar para essa diversidade com responsabilidade e compromisso.

Ao integrar dados quantitativos, escutas qualitativas e perspectivas interseccionais, o Atlas oferece uma base sólida para a formulação, o planejamento e o aprimoramento das políticas públicas voltadas às mulheres. Ele orienta gestores e gestoras, permite identificar desigualdades estruturais e territoriais e auxilia na definição de estratégias capazes de promover igualdade de oportunidades, autonomia e justiça social. Assim, o Atlas se torna um instrumento essencial de gestão pública e um guia para o desenvolvimento de ações alinhadas à Agenda 2030 e ao ODS 5 – Igualdade de Gênero.

O Ministério das Mulheres reconhece e celebra esta iniciativa como parte de uma agenda nacional de fortalecimento das políticas de gênero e de consolidação da transversalidade da pauta das mulheres no Estado brasileiro. Nosso compromisso é transformar diagnósticos em políticas efetivas, com orçamento, metas e resultados concretos. Trabalhamos para fortalecer os mecanismos de enfrentamento à violência, ampliar a autonomia econômica, garantir a presença das mulheres nos espaços de poder e promover um Estado que reconheça e valorize as especificidades de cada território e de cada mulher.

O Atlas das Mulheres do Espírito Santo é, portanto, um exemplo de como o conhecimento, quando produzido de forma participativa e comprometida com a realidade, pode orientar

decisões, inspirar políticas e transformar vidas. Que esta obra sirva de referência para outras iniciativas em todo o país, reafirmando nosso propósito de construir um Brasil onde todas as mulheres possam viver com dignidade, liberdade, oportunidades e livres de qualquer violência.

Márcia Helena Carvalho Lopes
Ministra de Estado das Mulheres

PALAVRAS DO GOVERNADOR

O Espírito Santo é um estado com maioria de mulheres. E isso exige de nós mais do que respeito: exige ação, políticas públicas e decisões que façam diferença na vida delas.

Foi com esse espírito que, em janeiro de 2023, criamos a Secretaria Extraordinária de Políticas para Mulheres. Pouco tempo depois, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto de lei que transformou essa secretaria em política permanente: nasceu a Secretaria Estadual das Mulheres.

Esse é um passo histórico. Um reconhecimento da luta das mulheres por mais espaço, mais voz e mais direitos.

De lá pra cá, a gente não parou. Colocamos de pé o Mulher Viva +, maior programa de políticas públicas para mulheres do Espírito Santo. Um eixo exclusivo dentro do Estado Presente, com ações voltadas especialmente para meninas e mulheres em todo o estado.

Agora, damos mais um passo: lançamos o Atlas das Mulheres do Espírito Santo. Um trabalho pioneiro no Brasil. Um documento feito com dados, sim, mas também com rostos, histórias e trajetórias reais. Para mostrar que cada mulher importa. E que políticas públicas precisam enxergar as pessoas por inteiro.

Essa publicação é mais que um retrato do presente. É um guia para o futuro. E reafirma o compromisso do nosso governo com uma sociedade mais justa, mais humana e mais igual para todas e todos.

É assim que a gente governa: com escuta, com coragem e com resultados.

Renato Casagrande
Governador do Espírito Santo

UM RETRATO INÉDITO DAS MULHERES DO ESPÍRITO SANTO: CIÊNCIA, ESCUTA E TRANSFORMAÇÃO

O Atlas das Mulheres do Espírito Santo é um marco inédito no país: uma pesquisa construída com profundidade técnica, escuta sensível e o compromisso de fortalecer as políticas públicas para as mulheres capixabas. Mais do que números e gráficos, ele mergulhou nas múltiplas mulheridades, reúne vozes, dores, sonhos e estratégias de resistência de mulheres diversas: negras, indígenas, quilombolas, com deficiência, pescadoras, camponesas, periféricas, com maternidades atípicas, cada uma em seus territórios, modos de vida e realidades.

A construção dessa publicação seguiu um caminho que priorizou a escuta, o território e a diversidade. Foram mais de 90 rodas de conversa com cerca de 1.300 mulheres alcançadas, em diálogo com movimentos sociais, lideranças comunitárias, gestoras municipais e instituições de pesquisa. Ao todo, ouvimos e analisamos 19 segmentos de mulheres, com seus recortes de gênero, raça, classe, território e identidade. O que temos aqui é o retrato mais profundo e plural já feito sobre as mulheres no Espírito Santo.

A pesquisa também reúne dados inéditos sobre temas ainda pouco explorados, como a economia do cuidado e a sobrecarga, historicamente, assumida pelas mulheres. Ao apresentar indicadores sobre essas realidades, o Atlas oferece subsídios fundamentais para a formulação de políticas públicas, as quais reconheçam o cuidado como responsabilidade coletiva, a ser compartilhada entre Estado, família e comunidade.

O Atlas das Mulheres do Espírito Santo se conecta diretamente com o *Programa Mulher Viva+*, um eixo estratégico do Estado Presente em Defesa da Vida. Uma inovação capixaba que integra segurança, assistência, saúde, geração de renda e autonomia financeira, educação e cuidado, com foco em salvar vidas e garantir direitos.

Como mulher negra, vinda da periferia, posso assegurar um conhecimento profundo da vida paradoxal dessas mulheres, em vivências divididas entre dores e resistência, mulheres que assumem uma coragem descomunal para muitas vezes reclamar, em nome de outras, a ausência

de garantias e de políticas públicas de proteção e cuidado. O Espírito Santo está entregando ao Brasil uma ferramenta que fortalece políticas, amplia o debate público e coloca a igualdade de gênero como prioridade de Estado.

Nada disso seria possível sem a dedicação incansável de mulheres que acreditam no poder do compartilhamento, da solidariedade e dos enlaces. Deixo aqui minha gratidão à equipe de pesquisadoras e pesquisadores que se dedicaram com rigor e sensibilidade; ao apoio institucional da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) e do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), aos outros parceiros que cederam espaços, compartilharam saberes e, sobretudo, a cada movimento social, coletivo feminino, conselho de direitos, instituições de ensino superior, lideranças comunitárias e mulheres que aceitaram contar suas histórias.

Essa é a prova de que estamos juntas com coragem, ciência e afeto, fortalecendo um caminho de transformação real. É apenas o começo da construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. Nosso compromisso está com o presente, e sobretudo com o futuro de todas as meninas e mulheres do Espírito Santo.

Jacqueline Moraes
Secretária de Estado das Mulheres do Espírito Santo

EQUIPE DE PESQUISADORAS E PESQUISADORES

O Atlas das Mulheres do Espírito Santo é resultado de um esforço coletivo que reúne especialistas de diferentes áreas do conhecimento, comprometidos com a produção de dados, análises e interpretações que dão visibilidade às múltiplas realidades das mulheres do Estado.

Apresentamos a equipe que fez parte do projeto, desde a mobilização das rodas de conversa, até a construção técnica, analítica e editorial desta obra.

Célia Jaqueline Sanz Rodriguez
Doutora em Desenvolvimento Rural
Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural do Incaper e Gestora de Projetos da SESM.
Coordenadora do projeto Atlas das Mulheres do Espírito Santo

Angélica Carvalhais de Oliveira
Bacharel e Licenciada em Economia Doméstica Licenciatura em História
Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural Incaper

Aliana Pereira Simões
Designer. Mestre em Design
Assessora técnica no Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Alice Sala Carpes
Jornalista

Ana Carolina Borges Barbosa
Graduada em Psicologia
Psicóloga do setor laboral da Penitenciária Agrícola do Espírito Santo

Ana Flávia Zambon Coelho
Graduada em Licenciatura Geografia
Pós Graduanda em Gestão Cultural e Criativa
Professora DT de Geografia pela SEDU

Camila Buzzette
Graduanda em Comunicação Social - Jornalismo

Célia Barbosa da Silva Pereira
Doutora em Política Social
Professora adjunta da UFF de Campos dos Goytacazes
Pós-doutoranda em Política Social pela Ufes, bolsista CAPES

Crislayne Zeferina
Especialista em Gestão de Projetos. Presidente do Instituto Conexão Perifa e assessora especial da SESM

Daniela Bello de Carvalho
Psicóloga
Doutoranda em Segurança Pública
Docente Universitária

Duda Vicente dos Santos
Licenciatura em Geografia, Secretaria Estadual de Educação - SEDU/ Professora

Fabiana da Silva Araujo Malheiros
Psicóloga. Especialista em Política Social. Psicóloga socioeducativa do IASES e Subsecretária de Política para as Mulheres da SESM

Igor Anacleto da Silva
Geógrafo. Mestrando em Geografia
Empregado Público do IJSN, lotado na Coordenação de Estatística

Ivana Esteves Passos de Oliveira
Jornalista, pedagoga, educomunicadora (APBEducom/SP), revisora e produtora editorial
Mestre e Doutora em Letras (Ufes)
Pós-Doutora em Letramento (Unesp/PP/SP)
Orientadora no Mestrado Ciência, Tecnologia e Educação (UNIVC/São Mateus/ES)
Formadora e Palestrante em Educomunicação

Janete Aparecida de Souza Diniz
Antropóloga e Mestre em Políticas Sociais
Pesquisadora de Comunidades Tradicionais e Fotógrafa

Júlia Kunzendorff Machado
Graduanda em Ciências Sociais

Karlla Cristina Gaiba Rebuli
Historiadora e Socióloga, Mestra em Ciências Sociais, Assessora Especial na SETADES

Katia Helena de Deus Moreira
Turismóloga, Graduanda em Serviço Social

Laiely Mattos Botacin
Graduada em Psicologia. Atua como psicóloga clínica
Pesquisadora Voluntária do Atlas das Mulheres do Espírito Santo

Larissa Fernandes de Sousa
Internacionalista, pós-graduanda em Ciência Política
Pesquisadora/Bolsista do Observatório Mulher ES no Instituto Jones dos Santos Neves

Letícia Maria Gonçalves Furtado Borestein
Bacharel em Ciência da Computação. Mestre em Sistemas e Computação. Coordenadora de Estatística no IJSN e Coordenadora do Observatório Mulher ES

Luan Dlucca Santos Ramalho
Técnico em Desenvolvimento de Sistemas pelo Senai - ES

Marcelo Bonella
Cientista da Computação. Analista de BI no Instituto Jones dos Santos Neves

Mirella Bravo de Souza Bonella
Jornalista e advogada. Mestre em Comunicação. Professora universitária da FAESA Centro Universitário. Mentora e palestrante

Pedro Henrique Coelho Pedrini
Técnico em desenvolvimento de Sistemas- Supervisor na SESM

Rayane Soares Loiola
Advogada. Especialista em Criminologia
Atriz e Produtora Cultural na Megalomania

Rosimery Soares Loiola
Assistente Social. Mestre em Ciências Sociais.
Professora da Universidade Federal do Espírito Santo

Sattylla Sanny de Matos Ferreira
Graduada em Psicologia. Atua como psicóloga clínica

Sânnie Silva Rocha
Jornalista e Assessora de Comunicação Estratégica

Sthéfany Gomes Tiburso
Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira
Historiadora e pesquisadora
Educadora Social-CRJ

Tatiana Mesquita Barretto Feriane
Bacharel em Direito. Subgerente de Bem-Estar e Saúde das Mulheres da SESM

Thiago Lemaao
Tecnólogo em Design de Produto. Diretor de arte
Desenvolvedor de Marcas, Identidade Visual e Projetos Gráficos

Vilma Marcelino de Lima Caetano
Historiadora. Pós-Graduanda em Políticas Públicas
Assessora Técnica na Assessoria Estratégica Institucional da SESM

Vitor Amorim dos Reis
Historiador. Mestre em Educação

Yara Marina da Silva Paulino
Subgerente de Equidade, Gênero e Raça - SESM e Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado do Espírito Santo (CEDIMES)

Zanete Dadalto
Repórter Fotográfica
Documentarista
Especialista em Estudos da Imagem e Mídia
Professora Universitária FAESA Centro Universitário

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 23

CAPÍTULO 1

PANORAMA DAS MULHERES NO ESPÍRITO SANTO: UM RETRATO COM MUITOS ROSTOS 29
Celia Jaqueline Sanz Rodriguez
Letícia Maria G Furtado Borestein

SEÇÃO 01

MULHERES COM DEFICIÊNCIA 76

CAPÍTULO 2

MULHERES COM DEFICIÊNCIA: “SOBREVIVER ÀS BARREIRAS QUE NÃO CONSTRUÍMOS” 78
Ana Flávia Zambon Coelho
Katia Helena de Deus Moreira

SEÇÃO 02

MULHERES COM MATERNIDADE ATÍPICA 90

CAPÍTULO 3

MULHERES COM MATERNIDADE ATÍPICA: UMA REALIDADE SILENCIOSA 92
Célia Barbosa da Silva Pereira
Jeane Andreia Ferraz Silva
Katia Helena de Deus Moreira

SEÇÃO 03

MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA 105

CAPÍTULO 4

MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: FORÇA E RESISTÊNCIA QUE PERSISTEM APESAR DAS RUAS 107
Crislayne Zeferina
Rosangela Cândido Nascimento

SEÇÃO
04
MULHERES EMPREENDEDORAS CRIATIVAS E SOLIDÁRIAS 119

CAPÍTULO 5
EMPREENDEDORISMO CRIATIVO E SOLIDÁRIO: MULHERES EM REDES DE APOIO E DE GERAÇÃO DE RENDA 121
Ana Flávia Zambon Coelho
Katia Helena de Deus Moreira

SEÇÃO
05
MULHERES LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - LBTI+ 132

CAPÍTULO 6
MULHERES LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - LBTI+: IDENTIDADES CONSTRUÍDAS NA LUTA, NA RESISTÊNCIA E NO AFETO 134
Duda Vicente dos Santos
Julia Kunzendorff Machado
Bruna Pitty Oliveira Gusmão

SEÇÃO
06
MULHERES NAS CIÊNCIAS 151

CAPÍTULO 7
MULHERES NAS CIÊNCIAS: ENTRE DESAFIOS E CONQUISTAS, O PROTAGONISMO FEMININO NA CONSTRUÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA 153
Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

SEÇÃO
07
MULHERES NA CULTURA E NAS ARTES 165

CAPÍTULO 8
MULHERES NA CULTURA E NAS ARTES: PARTICIPAÇÃO, CRIAÇÃO E PROTAGONISMO SOCIAL 167
Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

SEÇÃO
08
MULHERES NA FÉ E NAS RELIGIÕES 181

CAPÍTULO 9.1
MULHERES BENZEDEIRAS: “SER BENZEDEIRA É ESCUTAR COM FÉ” 184
Rosimery Soares Loiola
Sthéfany Gomes Tiburso

CAPÍTULO 9.2
MULHERES CATÓLICAS: A ESPIRITUALIDADE COMO FORÇA QUE MOVE O CUIDADO E O TRABALHO COLETIVO 194
Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

CAPÍTULO 9.3
MULHERES ESPÍRITAS: AUTOCONHECIMENTO, SOLIDARIEDADE E FÉ COMO CAMINHOS DE TRANSFORMAÇÃO 206
Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

CAPÍTULO 9.4
MULHERES EVANGÉLICAS: A FÉ COMO COMPROMISSO E ORIENTAÇÃO PARA A VIDA 217
Rosimery Soares Loiola
Sthéfany Gomes Tiburso

CAPÍTULO 9.5
MULHERES DE RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA: O AXÉ QUE DÁ A FORÇA DE UM TSUNAMI E A LEVEZA DE UMA BRISA 226
Rosimery Soares Loiola
Sthefany Gomes Tiburcio

SEÇÃO
09
MULHERES NA POLÍTICA 241

CAPÍTULO 10
MULHERES NA POLÍTICA: CORAGEM, INSPIRAÇÃO E CONQUISTA EM MOVIMENTO 243
Rosimery Soares Loiola
Sthéfany Gomes Tiburso

SEÇÃO
10
MULHERES NA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 257

CAPÍTULO 11
MULHERES NA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: EMPATIA, COMPROMISSO E CUIDADO QUE ULTRAPASSAM A TÉCNICA 259
Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

SEÇÃO
11
MULHERES NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS 273

CAPÍTULO 12.1
MULHERES CIGANAS: RESISTÊNCIA E CUIDADO 276
Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

CAPÍTULO 12.2
MULHERES INDÍGENAS: PROTAGONISTAS ENTRE A HISTÓRIA E A CONTINUIDADE 291
Rosimery Soares Loiola
Sthéfany Gomes Tiburso
Emily Almeida

CAPÍTULO 12.3
MULHERES POMERANAS: ORGULHO, TRADIÇÃO E PERTENCIMENTO 307
Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

CAPÍTULO 12.4
MULHERES QUILOMBOLAS: LIDERANÇA, RESISTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E IDENTIDADE EM TERRITÓRIOS NEGROS 320
Rosimery Soares Loiola
Sthéfany Gomes Tiburso

SEÇÃO
12
MULHERES NEGRAS 335

CAPÍTULO 13
MULHERES NEGRAS: “SER MULHER NEGRA É ESTAR EM CONSTANTE DESAFIO, LUTA E RESISTÊNCIA, MAS ÀS VEZES NÓS SÓ QUEREMOS VIVER” 337
Crislayne Zeferina Pereira
Jacyara Paiva

SEÇÃO
13
MULHERES DO CAMPO E DA PESCA 351

CAPÍTULO 14.1
MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES E CAMPONESAS: DA TERRA AO ALIMENTO, O CICLO DA FORÇA FEMININA 354
Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

CAPÍTULO 14.2
MULHERES ASSENTADAS E ACAMPADAS: SUBJETIVIDADES TECIDAS NA LUTA PELO DIREITO À TERRA E MORADIA 368
Rosimery Soares Loiola
Sthéfany Gomes Tiburso

CAPÍTULO 14.3
MULHERES EMPREENDEDORAS RURAIS: CRIATIVIDADE E FORÇA QUE MOVIMENTAM O TERRITÓRIO 383
Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

CAPÍTULO 14.4
MULHERES PESCADORAS E MARISQUEIRAS: “PESCAR PRA MIM É COMO RESPIRAR. É QUANDO EU SOU EU” 396
Rosimery Soares Loiola
Sthéfany Gomes Tiburso

SEÇÃO
14
MULHERES NO ESPORTE 409

CAPÍTULO 15
MULHERES NO ESPORTE: ENTRE TREINOS E CUIDADOS, A SUPERAÇÃO E A DIGNIDADE 411
Ana Flávia Zambon Coelho
Katia Helena de Deus Moreira

SEÇÃO
15
MULHERES NOS CICLOS DE VIDA 422

CAPÍTULO 16.1
MULHERES JOVENS: TEMPO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES FORJADAS NA FORÇA E NO EMPODERAMENTO 425
Rosimery Soares Loiola
Sthéfany Gomes Tiburso

CAPÍTULO 16.2
MULHERES IDOSAS: TRAJETÓRIAS DE SABEDORIA, ORGULHO E DESEJO DE VIVER 440
Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

SEÇÃO
16
MULHERES NOS SABERES DA GESTAÇÃO E DO NASCIMENTO 455

CAPÍTULO 17.1
MULHERES DOULAS: A POTÊNCIA FEMININA QUE ACOLHE E HUMANIZA O NASCIMENTO 458
Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

CAPÍTULO 17.2
MULHERES PARTEIRAS: UM CHAMAMENTO À VIDA 470
Rosimery Soares Loiola
Sthéfany Gomes Tiburso

SEÇÃO
17
MULHERES PERIFÉRICAS 478

CAPÍTULO 18
MULHERES PERIFÉRICAS: VIDAS DE POTÊNCIA E RESISTÊNCIA 480
Crislayne Zeferina Pereira
Thairiny Franco

SEÇÃO
18
MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE 495

CAPÍTULO 19
MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: “SER MULHER AQUI É RESISTIR TODOS OS DIAS” 497
Rosimery Soares Loiola
Rayane Soares Loiola

SEÇÃO
19
MULHERES TRABALHADORAS DOMÉSTICAS 510

CAPÍTULO 20
MULHERES TRABALHADORAS DOMÉSTICAS: “SER TRABALHADORA DOMÉSTICA É SER RESISTENTE EM UM TRABALHO INVISÍVEL” 512
Crislayne Zeferina Pereira
Juliana Teixeira

CAPÍTULO 21
ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA DA MULHER – IQVM-ES 525
Igor Anacleto da Silva

REFERÊNCIAS 568

INSTITUIÇÕES QUE COLABORARAM COM O PROJETO DE PESQUISA ATLAS DAS MULHERES DO ESPÍRITO SANTO 586

INTRODUÇÃO

Podemos estabelecer o verão de 2023 como o marco temporal referente ao início da jornada a qual desencadeou o maior projeto de coleta, registro, identificação e organização de informações sobre as diferentes mulheridades do estado do Espírito Santo[1].

Com uma equipe heterogênea de pesquisadoras e pesquisadores[2], e em diferentes fases da pesquisa[3], realizamos mais de 155 ações - entre rodas de conversa (97), entrevistas (9) e reuniões de apresentação (55), coletamos e registramos 1.434 formulários válidos (no início da pesquisa foram 308 formulários digitais válidos[4] e 1.126 formulários aplicados nas rodas de conversa) e dialogamos diretamente com mais de 1.400 mulheres. Isso totalizou muitos diálogos marcados por diferentes sentimentos

[1] A ideia começou a ser desenhada praticamente em paralelo ao nascimento da Secretaria Estadual das Mulheres, em março de 2023. O projeto Atlas das Mulheres do Espírito Santo foi aprovado na Fapes em março de 2024.

[2] Em diferentes momentos e cumprindo planos de trabalho específicos, o Atlas das Mulheres do Espírito Santo contou com a participação de 29 bolsistas, em diversas modalidades da BPIG (Bolsa em projeto institucional de governo), todas da Fapes e também pesquisadoras associadas ao projeto de forma voluntária (tanto na autoria de textos, quando no processo de fotografias).

[3] As primeiras rodas de conversa aconteceram em dezembro de 2024 e se estenderam até agosto de 2025. Mas antes das rodas de conversa e em paralelo a elas, foram feitas reuniões de apresentação do projeto a mais de 120 organizações, que ao final do projeto, foram parceiras em alguma ação. A lista das instituições encontra-se ao final da publicação. Também fizemos uma consulta pública, via formulário digital, na qual obtivemos mais de 300 respostas. No dia 14 de novembro de 2024 foi realizado o lançamento oficial do projeto, no auditório do CRC-ES, em Vitória.

e mais de 16.000 km percorridos, considerando como ponto de partida as especificidades do que é ser mulher no Espírito Santo.

A trajetória do Atlas das Mulheres do Espírito Santo não começa com a pesquisa de campo, mas sim a partir de articulações, construções e definições tanto teórico-metodológicas quanto de costuras e parcerias. A convicção central é a de que são necessários mais do que números e dados para conhecer a realidade das mulheres, havendo a necessidade de fazer ecoar vozes, rostos e vivências — os lugares de falas.

Crescemos enquanto pesquisadoras e pesquisadores, nos enriquecemos como pessoas e nos fortalecemos enquanto mulheres ao promover espaços seguros de fala e colocar a escuta como nossa maior ferramenta na construção deste lindo mosaico de mulheridades que chamamos de Atlas das Mulheres do Espírito Santo.

À cada mulher que participou da pesquisa, seja nas rodas, nas entrevistas, na mobilização, organização, nosso agradecimento: cada uma de vocês é peça imprescindível e ímpar, que faz deste mosaico um espaço ampliado em reconhecimento, visibilidade e respeito.

O Atlas das Mulheres do Espírito Santo - um mosaico de mulheridades em territórios capixabas

Mulheridades é uma dessas categorias que não tem unanimidade, mas acaba explicando o fundamental: mulheridades, em resumo, é compreender que não existe uma universalidade na representação do que é ser mulher.

Enquanto vivência subjetiva e diversa, jamais poderá ser universal, mas uma experimentação social, marcada e forjada nas múltiplas formas de vivenciar, construir e significar experiências estruturais e relacionais – que apesar de ser pessoal, é atravessada por contextos históricos, sociais, culturais e políticos diversos.

Surgem, portanto, múltiplas formas de ser mulher, carregadas de existências próprias, experimentações e construções possíveis numa sociedade em que ser mulher é ser/estar atravessada por marcadores como raça, classe, deficiência, sexualidade, território, corporalidade, contextos sociais e políticos, religiosidade e ancestralidade.

Dito isso, consequentemente, o pontapé inicial do Atlas das Mulheres do Espirito Santo foi romper com qualquer perspectiva essencialista e universalista de mulher como uma categoria homogênea, mas mergulhar na concepção do diverso, do heterogêneo, do desigual, da interseccionalidade, das subjetividades, dos poderes, das vivências, porque falar em “mulheridades” é politizar a diversidade e as desigualdades, dando centralidade às múltiplas peças que configuram um mosaico único.

A metodologia de pesquisa também lançou mão de diferentes ferramentas e técnicas para pensar, construir, lapidar e justapor as diferentes peças que precisávamos unir para construir o quadro final. O delineamento metodológico abarcou a abordagem quantitativa, composta por indicadores, estatísticas e dados censitários, habilmente manipulados por pesquisadoras/es do IJSN; e as ferramentas e técnicas participativas, dialógicas e visuais empreendidas pelas pesquisadoras de/em campo.

Hoje podemos nos orgulhar deste documento, que soma esforços para a promoção de uma educação cidadã,

[4] Estes formulários digitais foram importantes para diagnosticar, de forma participativa, os segmentos que tinham maior demanda de serem estudados. De acordo com o resultado desses formulários, tivemos a seguinte dimensão, considerando os cinco segmentos com maior percentual de indicação: 75% para mulheres de comunidades tradicionais; 74% mulheres negras; 73% mulheres periféricas; 72% mulheres com deficiência; 71% mulheres na política.

contribui para o empoderamento das mulheres, bem como para auferir uma conscientização e mobilização política e social abrangente a diversos setores da sociedade.

Metodologia definida e o pé na estrada: fomos com ouvidos e olhos atentos, corações abertos, canetas, pranchetas, formulários e o espanto de tantas vivências e experiências. Mas chegada a hora de organizar os dados, surge o desafio: como organizar e apresentar tais informações sem perder as premissas teóricas e metodológicas e, sobretudo, dando centralidade às vozes e experiências?

A metáfora desta publicação como um mosaico foi se tornando cada vez mais presente e ganhou a concepção que perpassa nosso editorial. Cada texto dos segmentos estudados, composto por inúmeras vozes e memórias, imagens, olhares, afetos e denúncias, dados, mapas, índices e estatísticas. Cada mulher, em sua singularidade, com seus rostos, compreende uma peça singular, independente e única, que comporta aquela possível arte final: um atlas, um quadro, um saber, um mosaico, pois apesar dos fragmentos distintos, todos juntos criam uma representação coesa e significativa.

Dito isso, vale lembrar que os pequenos fragmentos aqui organizados são recortes da realidade que vivenciamos. Organizados em informações, em índices, em relatos ou em mapas, são representações únicas – com suas cores e formas – respeitosas e cuidadosamente dispostas na intenção de formar uma imagem maior, algo que transcende as partes, mas que não existe sem elas.

Este Atlas também poder ser lido como um mosaico, pois vai além de números, dados e estatísticas. Ele fala de vidas, de mulheres reais, cujas experiências não se esgotam na organização e na disponibilização de informações. Elas nos convocam à criatividade, à arte viva e, sobretudo, à ação concreta frente às injustiças e às múltiplas formas de opressão. Muito mais do que disponibilização de informações organizadas.

Às/aos gestores e implementadores de políticas públicas, uma sugestão: assim como a quem se encanta com um mosaico ou com um Atlas, discipline, contudo, o seu olhar para ver o todo. Se encante com a obra, sim, mas perceba os detalhes de cada peça (indicador, imagem, voz, mapa) a fim de refletir, para traçar estratégias que alcancem a todas as mulheres, respeitando seus contextos e especificidades, suas vidas e sonhos.

Se afaste, e volte à publicação novamente, com um olhar sensível, e veja a necessidade urgente de alicerçarmos uma sociedade mais justa e igualitária, a partir da pluralidade de realidades ora apresentadas em um possível guia, ao alcance da agenda 2030, em especial o ODS 5[5].

Às/aos leitoras/es, em geral, da academia, aos movimentos sociais, esperamos contribuir com esta obra, inacabada sim, mas um quadro possível, na composição do que nos propomos: dar visibilidade às inúmeras formas de ser mulher no Espírito Santo, o que acarreta trazer fragmentos, para suscitar possibilidades de olhares que, esperamos, possam reverberar impressões as quais se multipliquem em novas obras sobre mulheres.

Para as novas gerações que estão nos bancos escolares, acadêmicos e em outros territórios de construção de saberes, ainda que não-formais, nossa esperança (de esperançar) é de que esta publicação seja como uma convocação para a construção de um contexto social mais justo, inclusivo, com mais respeito e fraternidade.

[5] A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é um plano de ação global adotado em 2015 pela ONU com o objetivo de promover prosperidade, proteção ambiental e paz. Ela reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que orientam políticas e ações até 2030. O ODS 5 – Igualdade de Gênero, visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as meninas e mulheres.

Nosso intuito é o de contribuir para pavimentar uma sociedade na qual ser mulher – em todas as suas singularidades, e em qualquer espaço onde estejam - não seja sinônimo de opressão, desrespeito, ameaça, temor e morte. Conheçam e aprendam, a partir das diversas mulheridades, o respeito pela diversidade, a luta e a resistência, o amor à vida e a capacidade de vencer, ter fé, cuidar e criar sempre.

Um pouco do nosso referencial teórico-metodológico

Um dos desafios do projeto, logo de início, foi como operacionalizar, metodologicamente, a heterogeneidade e diversidade das múltiplas formas de ser mulher no Espírito Santo, desde as condições que a pesquisa nos dava. O primeiro passo foi aceitarmos a incapacidade de abordar a totalidade da diversidade, em outras palavras, admitirmos a impossibilidade de dar conta do todo, e compreendermos que estávamos num processo inicial, de que outras realidades ainda precisariam ser captadas e reveladas.

Ainda assim, precisávamos partir de algum lugar, de um recorte – mesmo que arbitrário – da realidade e refletirmos sobre uma metodologia que fosse coerente com os pressupostos da pesquisa, a qual incluía não só a perspectiva teórico-metodológica, mas também questões de ordem prática: prazo, recursos e objetivos do projeto.

A noção de interseccionalidade foi ganhando cada vez mais importância e sentido teórico e político. Sem aprofundarmos esse assunto, o termo explicita como o ser mulher é atravessado por diferentes questões sociais e culturais, principalmente pelos sistemas de raça, de gênero, de classe, identidade e território e seus impactos reais na vida das mulheres.

Tais sistemas sociais atravessam a mulher nas suas vivências cotidianas, a partir das suas relações sociais, ou seja, estar no mundo sendo mulher é ser atravessada cotidianamente por esses sistemas sociais que marcam nas mulheres, em diferentes momentos das suas vidas, seus corpos e impactam nas suas condições materiais.

Essa perspectiva nos deu a noção e nos fez inferir sobre como deveríamos recortar a realidade e o que precisávamos observar para conhecer e registrar as múltiplas formas de ser mulher no Espírito Santo.

Diante dessa premissa, a questão já não podia ser simplesmente o que é ser mulher, mas flexionar a pergunta, desde o lugar em que essa mulher ocupa no mundo e a forma como ela é atravessada interseccionalmente por mais de um sistema e não de forma isolada. Em outras palavras, aceitar que não existe a mulher, que não há resposta para o ser mulher, mas as inflexões da mulher negra, indígena, da mulher periférica, da trabalhadora doméstica, da mulher agricultora, da mulher cigana, pescadora, na arte, mulher em situação de rua, no esporte, na política, na ciência, da mulher com deficiência, das mulheres LBTI+, da mulher atleta e assim por diante desde uma abordagem relacional que evidência esses cruzamentos de forma peculiar, revelando vivências específicas e diversas.

Desta forma, o Atlas das Mulheres do Espírito Santo, em primeiro lugar é uma abordagem que pensa a pluralidade das mulheres a partir de uma noção que nos remete a reconhecer as desigualdades estruturais que evidenciam as articulações de marcadores sociais que atravessam as mulheres em suas relações sociais, constituindo vivências especificas, tanto do ponto de vista individual, quanto social.

Pensar metodologicamente essa premissa conceitual foi um desafio: como conhecer vivências localizadas diante da pluralidade de mulheres que os dados censitários não conseguem captar? Como tornar o projeto um processo

capaz de promover espaços de fala e, principalmente, de escuta, primando pelas vivências e subjetividades de mulheres tão diversas e plurais?

Foi assim que surgiram o que denominamos de segmentos do Atlas das Mulheres do ES. Foram caracterizados 19[6] segmentos para fim da realização das rodas de conversa, contemplando a aplicação de formulários presenciais e a organização, sistematização e apresentação dos dados. Ainda que saibamos que tais segmentos não representam a totalidade da pluralidade, compreendemos, com resiliência, que compõem parte da heterogeneidade, sobretudo, desde a perspectiva relacional e interseccional.

Metodologicamente, as rodas de conversa foram uma ferramenta de pesquisa participativa e dialógica conduzidas, geralmente, por duas pesquisadoras que realizaram dinâmicas que promoviam a participação, deixando correr livre a resposta à pergunta: o que é ser mulher (sempre acompanhada do segmento em questão).

As rodas de conversa se tornaram fóruns de reflexão, locais de falas potentes e palco para narrativas de experiências e vivências marcantes e profundas. Em grande medida, as mulheres viam as rodas como uma ponte entre elas e o poder público, sobretudo em relação às demandas relacionadas a políticas públicas.

Enquanto espaços seguros, as rodas de conversa possibilitaram trocas e reflexões entre as participantes e consubstanciou-se em um material importante para a posterior interpretação dos resultados. A partir do uso de ferramentas e técnicas específicas, as rodas permitiram a compreensão das experiências das participantes, que revelavam seus lugares sociais e as interseccionalidades pelas quais eram atravessadas, ou seja, entendíamos o que era ser mulher a partir das próprias mulheres, respeitando seus lugares de fala[7] e as suas vivências, muitas vezes repletas de dores, mas também de superação, de alegrias e sonhos, práticas de resistência, amor e construção de subjetividades próprias.

Estávamos diante, portanto, de palcos reais que nos permitiam ter acesso aos processos de desigualdades estruturais e sistemas relacionais hierárquicos, bem como as estratégias e uso das diferentes posições e marcadores sociais em cada segmento, tanto para lutar contra preconceitos, quanto para fazer uso de determinados privilégios sociais.

Em síntese, as mulheres que participavam das rodas, nos brindavam com discursos e narrativas que eram utilizados por elas próprias para nos explicarem o que é ser mulher, mas também para enfatizarem suas vivências cotidianas e propor aprofundamentos em determinadas políticas públicas[8], ou seja, conseguíamos abrir espaços de fala e de escuta para experiências, muitas vezes, subalternizadas[9] e silenciadas.

Para nós, pesquisadoras, as rodas de conversa se tornaram oportunidades de escuta, de aprendizado, de encontros marcantes e de trocas para a vida. Aprendemos com

[6] Ao todo são 19 segmentos, contudo, alguns estão subdivididos, haja vista a necessidade de compreender algumas especificidades internas. Deste modo, apresentamos, ao total, 31 segmentos e subsegmentos.

[7] RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? São Paulo: Letramento, 2017. (Feminismos Plurais).

[8] Para compreensão de perspectiva metodológica com uso de abordagem qualitativa similar e aprofundamento teórico, ver RODRIGUEZ, 2017.

[9] Para noção sobre subalternidade, ver SPIVAK, 2010; LUGONES, 2014; AKOTIRENE, 2019.

os saberes e as experiências das mulheres, as quais nos permitiram fazer este registro, e que por meio de seus relatos, nos ajudaram a compor a escrita das histórias que fazem parte destas páginas.

O próximo capítulo é um panorama geral das mulheres no Espírito, com resultados gerais e resumo de dados obtidos a partir da coleta de campo.

No decorrer da publicação, cada texto - assinado pelas pesquisadoras que estiveram em campo - apresenta os principais resultados e interpretações, trazendo um pequeno fragmento de tantas vivências distintas, bem como um quadro com as principais demandas, de acordo com as suas realidades.

Além do quadro "Ações prioritárias", os textos apresentam uma nuvem que representa simbolicamente os sentimentos e as emoções mais recorrentes em cada segmento. São acompanhados, também, do item "Perfil das mulheres": um compêndio dos principais resultados coletados no trabalho de campo, de forma a possibilitar uma leitura mais objetiva e de maior acesso as/os leitoras/es[10].

No último capítulo, entregamos uma referência inédita no estado: o IQVM/ES – Índice de Qualidade de Vida da Mulher[11], uma produção do Atlas das Mulheres do Espírito Santo, com o IJSN, desde uma metodologia que integra análises estatísticas e índices sintéticos a partir de bases variadas, plataformas GIS[12], com uma perspectiva temporal de 2018 a 2022.

---

[10] Em termos metodológicos, embora em alguns textos as autoras tenham optado por apresentar todos os dados com até uma casa decimal, os gráficos apresentados no item "Perfil das mulheres" expressam os resultados em porcentagens com até duas casas decimais, enquanto os infográficos utilizam valores arredondados, obtidos por aproximação estatística, com o objetivo de facilitar a leitura e a comunicação dos dados.

[11] Todas as informações metodológicas sobre definição do índice estão apresentadas no capítulo de referência.

[12] SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA. [S.l.]: [s.n.], 2018-2022.

CAPÍTULO 1

PANORAMA DAS MULHERES NO ESPÍRITO SANTO: UM RETRATO COM MUITOS ROSTOS

Celia Jaqueline Sanz Rodriguez
Letícia Maria G Furtado Borestein

O **Atlas das Mulheres do Espírito Santo** nasceu de uma proposta audaciosa: reunir e organizar dados provenientes de diferentes bases e perspectivas analíticas. Por um lado, busca apresentar sistematizações estatísticas e censitárias capazes de fornecer um panorama geral; por outro, disponibiliza informações qualitativas, obtidas a partir de trabalhos de campo, incluindo diálogos e aplicação de formulários a mais de 1.400 mulheres no estado, com um total de 1.126 formulários válidos.

Neste espaço, apresentamos dados e informações que oferecem um retrato abrangente da população feminina capixaba, articulando dados do último Censo Demográfico com informações coletadas em rodas de conversa, de forma a construir um panorama rico e multifacetado.

1. População e demografia

O Espírito Santo, segundo o Censo Demográfico mais recente, conta com uma população de 3.833.712 habitantes,

sendo 1.963.649 mulheres, o que corresponde a 51,2% do total (ver Gráfico 1). Destas, 60,2% se autodeclaram negras (49,6% pardas e 10,6% pretas), somando-se às mulheres brancas (39,4%), amarelas (0,1%) e indígenas (0,3%). Esses dados evidenciam a diversidade racial e fortalecem a premissa de que as políticas públicas precisam ser interseccionais e abrangentes.

O Mapa 1 mostra o total de mulheres por município no Espírito Santo, destacando que 88,5% dos municípios possuem até 50.000 mulheres, enquanto o Quadro 1 especifica os 10 municípios com maior percentual de mulheres e os 10 com menor proporção. Ainda, no Anexo 1 é possível verificar a população total por municípios do Estado.

Considerando a faixa etária, o Gráfico 2 mostra que a maioria das mulheres do ES encontra-se entre 40 e 44 anos (8,2%), sendo o menor grupo o de 75 a 79 anos (2,0%), inferior inclusive à faixa etária 80+ (2,7%).

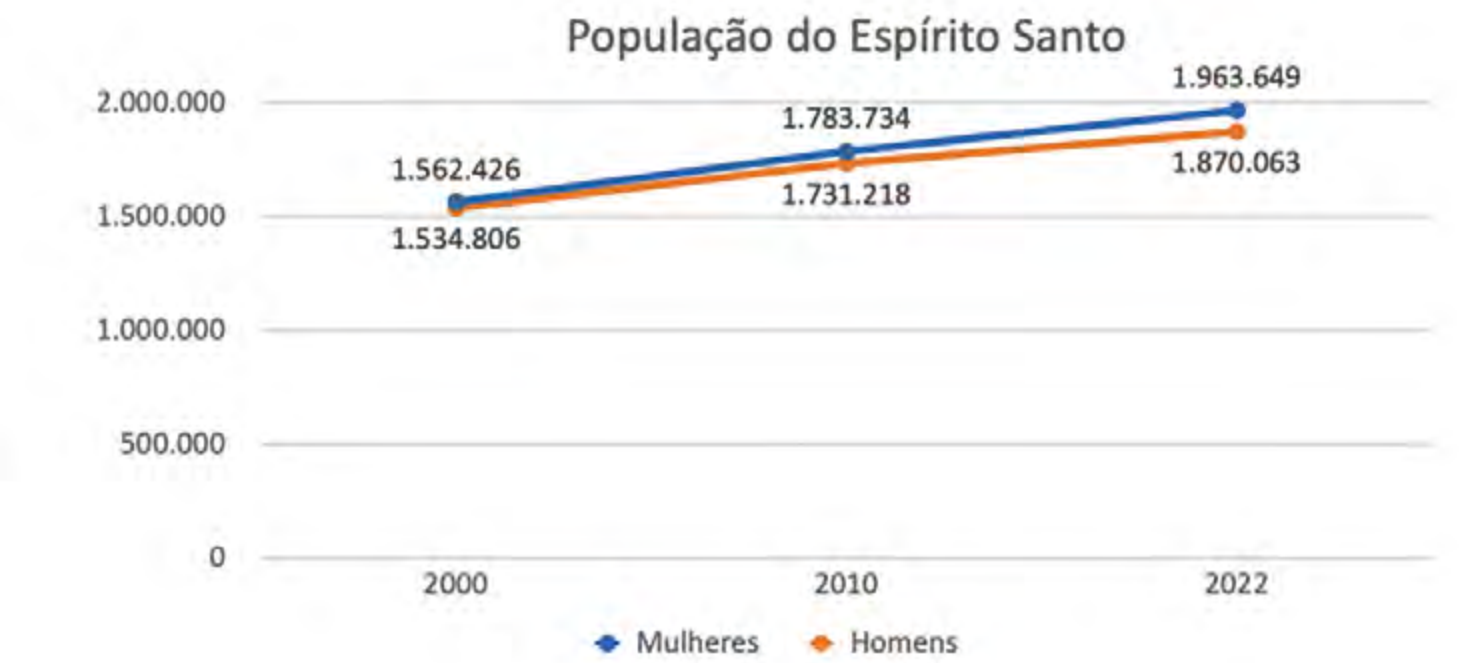
Ainda conforme o Gráfico 2, do total de mulheres capixabas:

- 18,5% são crianças e adolescentes (0 a 14 anos);
- 20,6% são jovens (15 a 29 anos);
- 43,3% são adultas (30 a 59 anos);
- 17,6% são idosas (60 anos ou mais).

Portanto, a maior parte da população feminina do estado encontra-se na fase adulta, fato que corresponde a maior participação das pessoas que responderam aos formulários, uma vez que, considerando a faixa etária, a maioria das participantes tem entre 41 e 59 anos (35,3%), seguido do grupo de 30 a 40 anos (27%), representando pouco mais de 62%, conforme Gráfico 3.

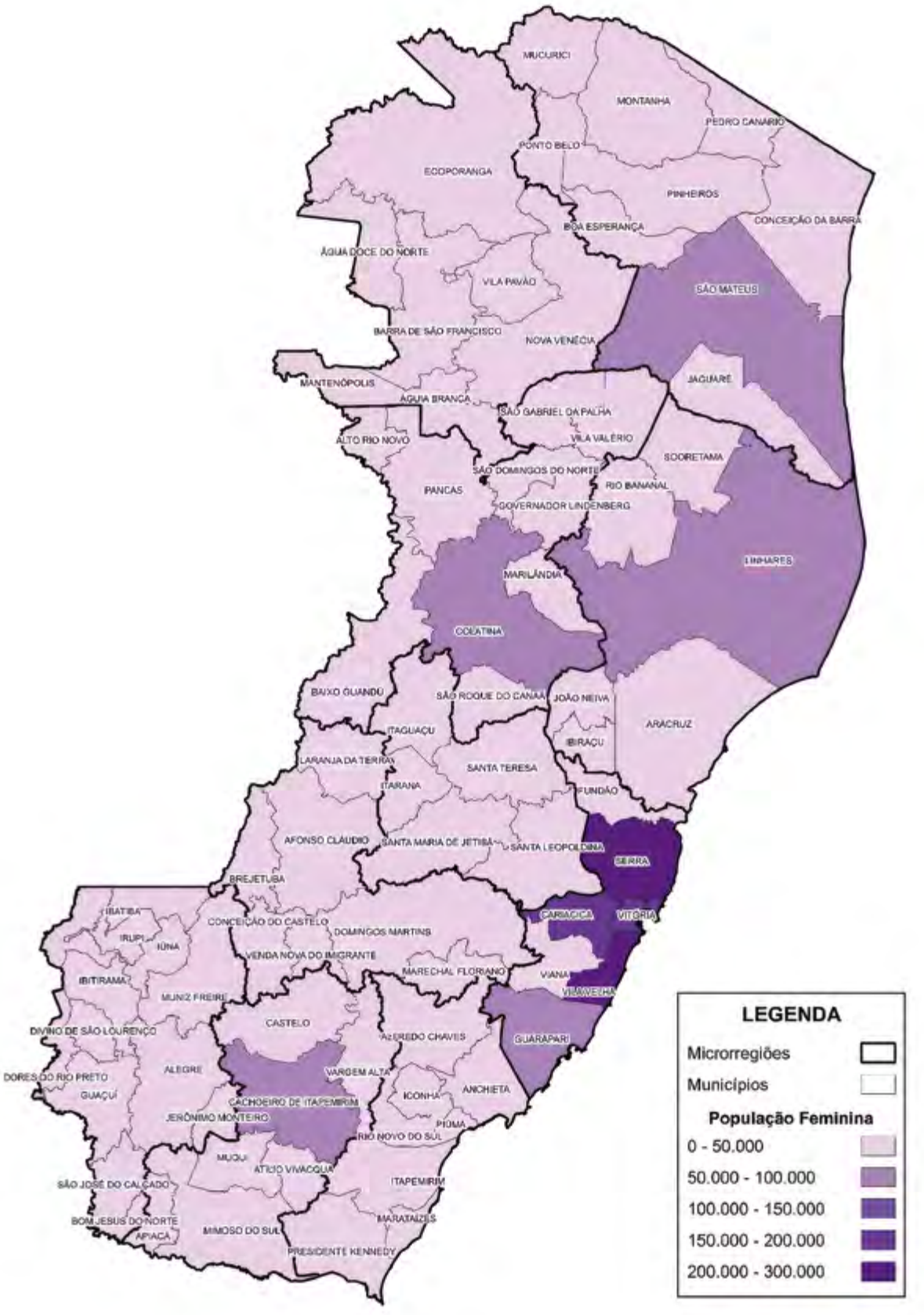
Os 3 segmentos com maior predomínio de jovens foram os segmentos de Mulheres Jovens (100%), LBTI+ (63%) e Mulheres Periféricas (55,6%). Já as idosas foram a maioria somente no segmento de Mulheres Idosas.

Gráfico 1 - População do Espírito Santo



Fonte: IBGE, Censo demográfico

Mapa 1 - População do Espírito Santo



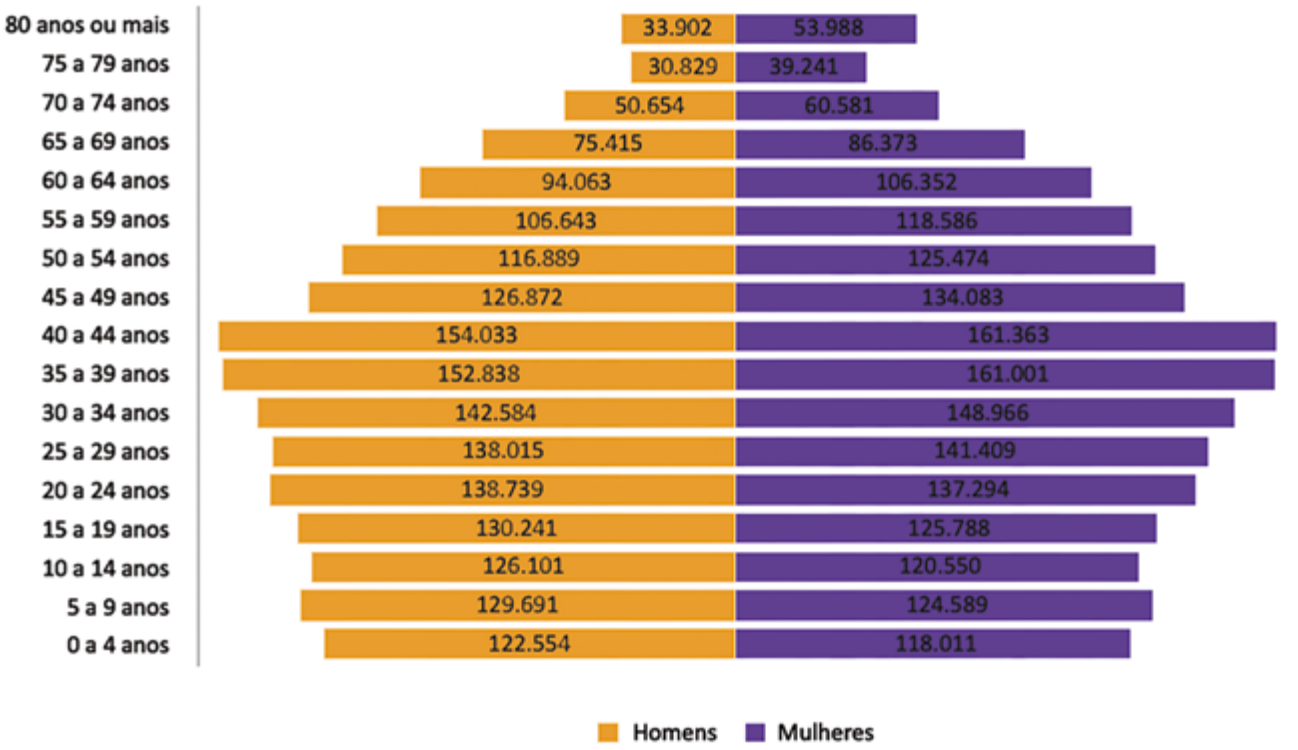
Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022

Quadro 1 - Quantidade de mulheres por município

Municípios onde as mulheres são maioria da população		Municípios onde as mulheres são minoria da população	
1º Vitória (ES)	53,7%	1º Santa Leopoldina (ES)	47,5%
2º Bom Jesus do Norte (ES)	52,8%	2º São Domingos do Norte (ES)	47,6%
3º Cariacica (ES)	51,8%	3º Vila Valério (ES)	48,4%
4º Vila Velha (ES)	51,8%	4º Divino de São Lourenço (ES)	48,5%
5º Serra (ES)	51,7%	5º Governador Lindenberg (ES)	48,6%
6º Cachoeiro de Itapemirim (ES)	51,6%	6º Brejetuba (ES)	48,8%
7º João Neiva (ES)	51,6%	7º Rio Bananal (ES)	48,8%
8º Colatina (ES)	51,6%	8º Vargem Alta (ES)	49,2%
9º Ponto Belo (ES)	51,6%	9º Águia Branca (ES)	49,2%
10º Apiacá (ES)	51,6%	10º Muniz Freire (ES)	49,3%

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2022

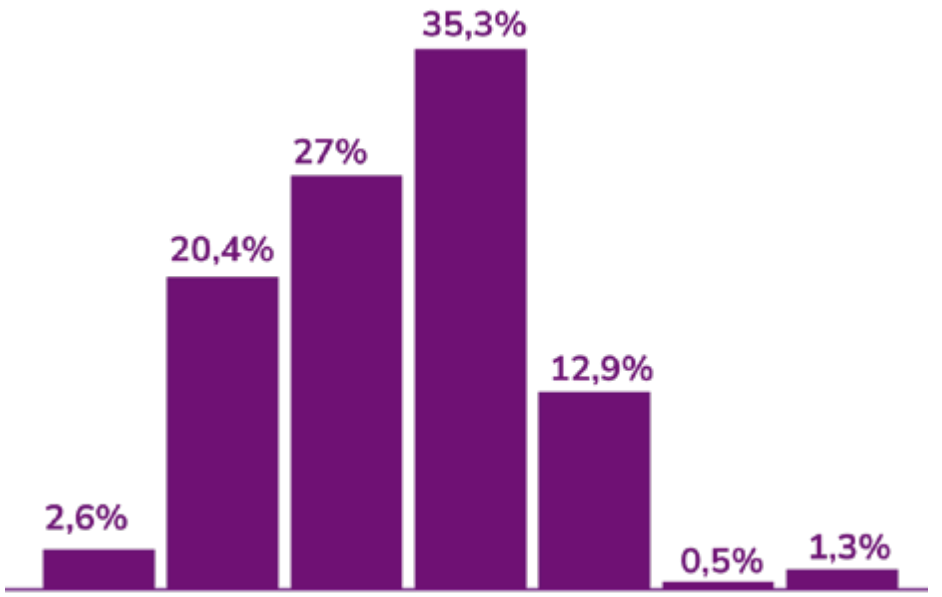
Gráfico 2 - População do Espírito Santo



Fonte: IBGE, Censo demográfico

A população feminina do Espírito Santo é composta majoritariamente por mulheres negras (60,2%), incluindo aquelas que se autodeclaram pardas (49,6%) e pretas (10,6%). Entre 2010 e 2022, a taxa de crescimento foi mais expressiva entre as mulheres pretas (52,8%), enquanto houve decréscimo acentuado na população feminina que se declara amarela (-81,4%). A tabela 1 detalha esses dados segundo o IBGE.

Gráfico 3 - Faixa etária das participantes nas rodas de conversa.



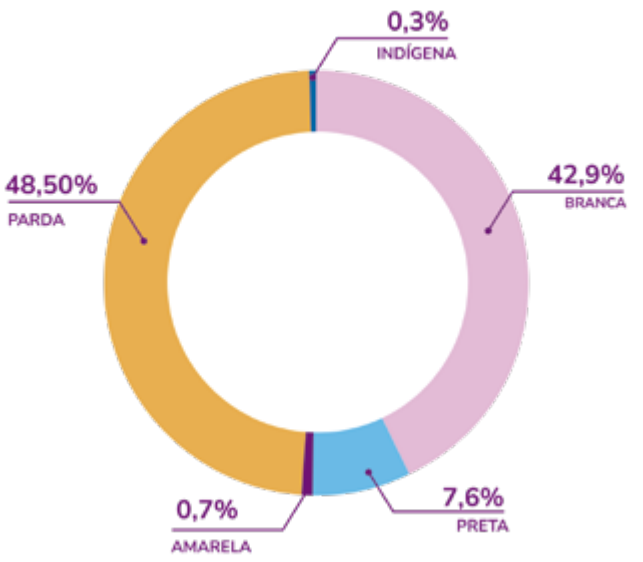
Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

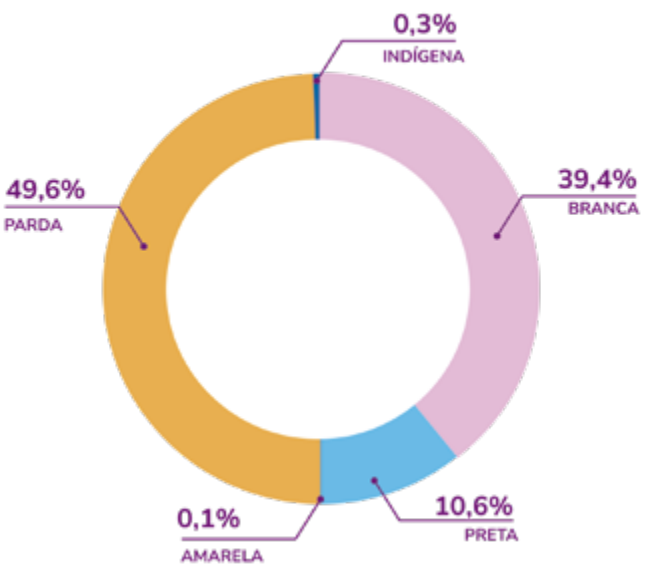
Considerando as participantes que responderam aos formulários em relação a autodeclaração de raça/cor, a maioria das participantes declarou-se negra (66%), sendo 26,8% pretas e 39,2% pardas. As brancas figuram com 28,5% e as indígenas 3,2%, conforme Gráfico 5.

Os 5 segmentos com maior predominância de mulheres negras foram trabalhadoras domésticas, quilombolas, mulheres em situação de rua, mulheres periféricas e mulheres negras, já os segmentos com maior predomínio de mulheres que se declararam brancas foi o de mulheres pomeranas, mulheres na ciência e mulheres na política. A autodeclaração de indígena foi mais marcante entre as mulheres indígenas (96%).

Considerando o local de residência, segundo dados do IBGE, 85,9% da população capixaba vive em área urbana e 14,1% em área rural, sendo 44,7% mulheres em áreas urbanas e 6,6% em áreas rurais. A Tabela 2 apresenta a relação dos municípios em que a maioria de mulheres residem em áreas rurais.

Gráfico 4 - Mulheres por raça/cor





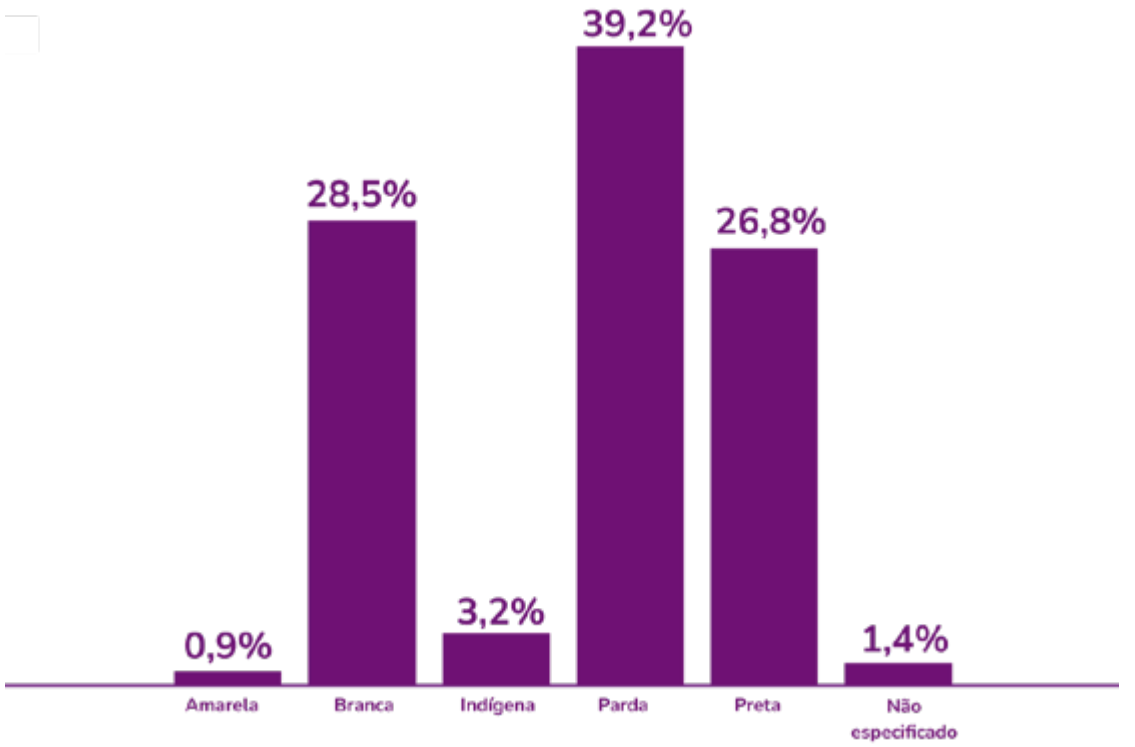
Fonte: IBGE, Censo demográfico

Tabela 1 - População feminina e Taxa de Crescimento por raça/cor

Raça/Cor	2010	2022	Taxa de Crescimento
Total	1.783.734	1.963.649	**10,1%**
Branca	766.074	774.261	**1,1%**
Preta	136.045	207.813	**52,8%**
Amarela	12.273	2.277	**-81,4%**
Parda	864.705	973.332	**12,6%**
Indígena	4.623	5.926	**28,2%**

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010 e 2022

Gráfico 5 - Raça/cor das participantes das rodas de conversa



Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

Tabela 2 - Municípios em que a maioria da população feminina reside em área rural.

Microrregião/Municípios	Urbana	Rural
Caparaó	**69.633**	**30.467**
Divino de São Lourenço	1.094	1.369
Ibitirama	2.271	2.422
Irupi	3.031	3.740
Central Serrana	**24.993**	**25.421**
Santa Leopoldina	1.413	4.816
Santa Maria de Jetibá	9.097	11.437
Centro Oeste	**103.810**	**31.000**
Governador Lindenberg	2.577	2.770
São Domingos do Norte	1.975	2.117
Vila Valério	2.488	4.162
Litoral Sul	**68.469**	**25.157**
Presidente Kennedy	2.443	4.422
Noroeste	**53.984**	**25.032**
Águia Branca	1.774	3.007

Vila Pavão	2.100	2.315
Rio Doce	**144.133**	**23.844**
Rio Bananal	4.388	5.020
Sudoeste Serrana	**37.758**	**33.828**
Brejetuba	2.130	4.201
Domingos Martins	6.986	10.560
Laranja da Terra	2.003	3.490

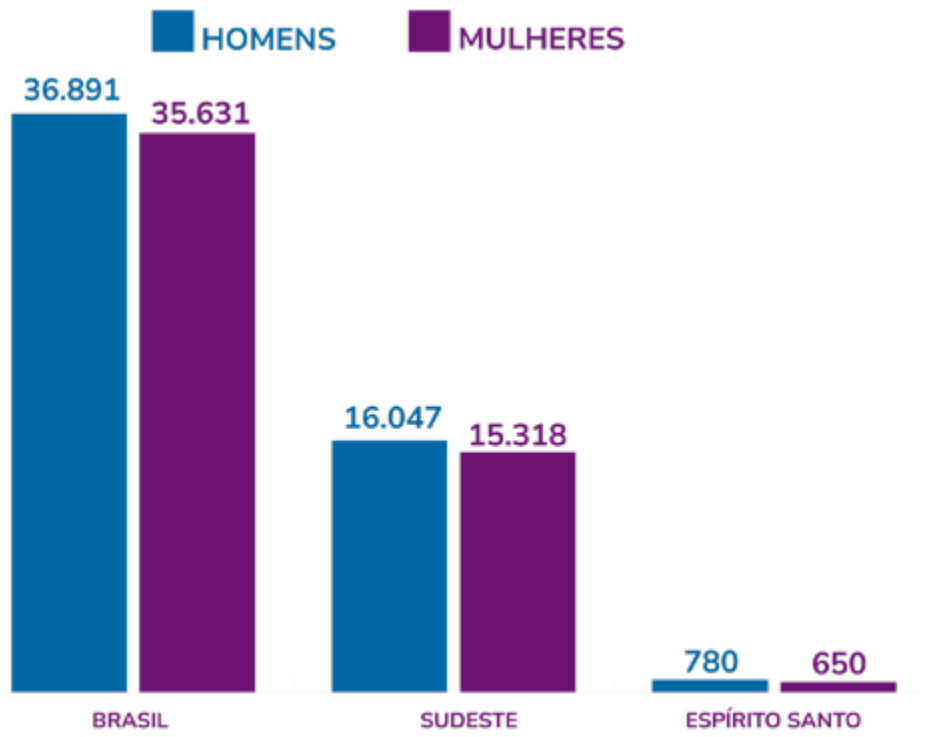
Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022

2. Domicílios

Em relação aos domicílios particulares, 45,5% estão sob responsabilidade de mulheres, proporção menor que a média da região Sudeste (48,8%) e do Brasil (49,1%) (Gráfico 6). A maior prevalência de mulheres responsáveis pelo domicílio ocorre em domicílios particulares de espécie estendida[2] (57,2%), conforme é possível constatar no Gráfico 7.

Entre as mulheres responsáveis pelos domicílios particulares, observa-se maior predominância entre as mulheres negras, 61,9%, considerando 49,1% na categoria parda e 12,8% na categoria preta. O Gráfico 8 apresenta a distribuição das demais categorias de raça/cor.

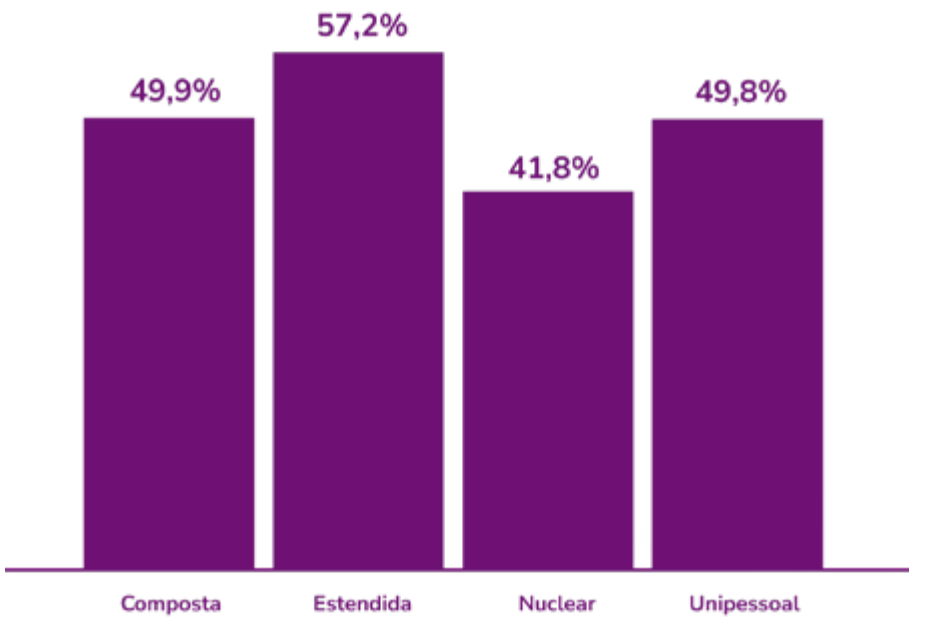
Gráfico 6 - Domicílios particulares (mil unidades), por sexo do responsável



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022

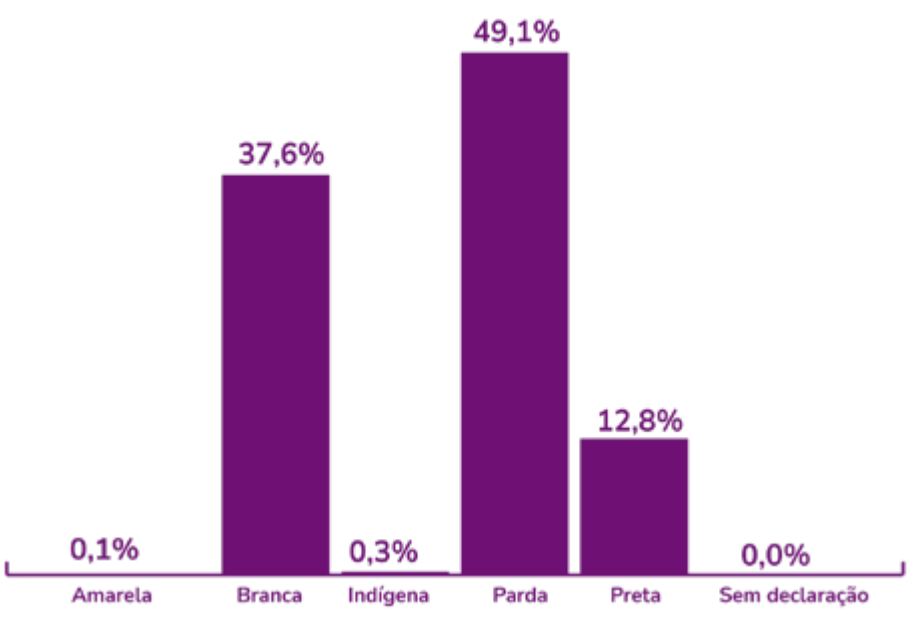
[1] Terras Indígenas são as localidades declaradas, homologadas, regularizadas ou encaminhadas como Reservas Indígenas na data de referência da pesquisa do censo (31 de julho de 2022), conforme os dados da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI. São 3 terras indígenas nessa situação: Comboios, Caieiras Velhas II e Tupiniquim.

Gráfico 7 - Mulheres responsáveis pelos domicílios particulares, por espécie de domicílios (%)



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022

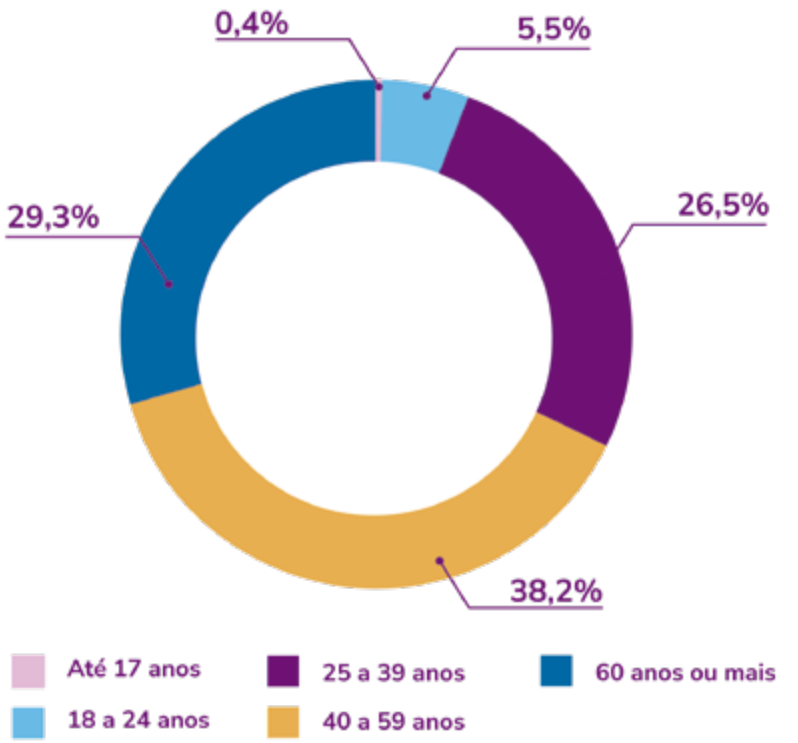
Gráfico 8 - Mulheres responsáveis pelos domicílios particulares, por raça/cor (%)



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022

A distribuição etária das mulheres responsáveis por domicílios indica que 38,2% têm entre 40 e 59 anos, enquanto 29,3% pertencem ao grupo idoso (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Mulheres responsáveis pelos domicílios particulares, por faixa etária (%)



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022

As participantes das rodas de conversa foram questionadas sobre quem é o principal provedor da família[3]. Dentre as respostas, 48,14% das mulheres disseram ser elas mesmas; 22,4% apontam ser o parceiro/a; 13,5% apontam ser os pais/cuidadores e 10,5% disseram que as despesas são divididas entre os moradores/parceiro/a. Esse panorama converge com as informações do Censo de 2022, cujo resultado de mulheres responsáveis pelos domicílios particulares chega a 45,5%.

[2] Espécies de domicílios:
Unipessoais: aquelas com apenas um morador;
Nucleares: aquelas que possuem somente um casal, ou somente um casal com filho(s), ou somente uma pessoa com filho(s), sem a presença de nenhum outro membro;
Estendidas: aquelas onde existe a presença de algum outro parente (ex: neto(a), avô ou avó, genro ou nora);
Compostas: aquelas onde existe a presença de algum não parente (ex: agregado, convivente, pensionista).

[3] Não fizemos este questionamento às mulheres privadas de liberdade, por entender que não se aplica.

Os três segmentos que apresentaram a maior proporção de mulheres sendo as principais provedoras foram os segmentos de Mulheres Trabalhadoras Domésticas (75,8%), Mulheres Idosas (75%) e Mulheres Periféricas (64,4%).

Considerando agora moradores em domicílios particulares improvisados, no Espírito Santo as mulheres são a menor proporção para todos os tipos, tendo maior prevalência no domicilio de tipo tenda ou barraca de lona, plástico ou tecido, conforme Tabela 3.

Em relação aos domicílios coletivos (asilo, hotel ou pensão, alojamento, penitenciaria, abrigos, orfanatos, etc), as mulheres capixabas são maioria apenas nos asilos ou outra instituição de longa duração para idosos, correspondência igual para a região sudeste e Brasil, conforme Tabela 4.

Tabela 3 – Moradores em domicílios particulares improvisados (%)

Domicílio Particular Improvisado	Brasil			Espírito Santo			Sudeste		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Total	**56,0**	**44,0**	**100,0**	**56,7**	**43,3**	**100,0**	**55,2**	**44,8**	**100,0**
Dentro de estabelecimento em funcionamento	15,5	11,5	27,0	18,6	14,3	32,9	12,5	9,2	21,6
Estrutura improvisada em logradouro público, exceto tenda ou barraca	4,9	4,2	9,1	3,0	2,1	5,1	6,6	5,7	12,3
Estrutura não residencial permanente degradada ou inacabada	5,9	4,9	10,8	3,7	2,3	6,0	8,3	7,5	15,7
Outros domicílios improvisados (abrigos naturais e outras estruturas improvisadas)	9,2	7,5	16,7	7,0	4,6	11,6	10,8	9,1	20,0
Tenda ou barraca de lona, plástico ou tecido	19,7	15,6	35,3	23,3	19,4	42,7	16,5	13,0	29,6
Veículos (carros, caminhões, trailers, barcos, etc.)	0,7	0,5	1,2	1,2	0,6	1,7	0,5	0,3	0,8

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022

Tabela 4 – Moradores em domicílios coletivos (%)

Domicílio Coletivo	Brasil			Espírito Santo			Sudeste		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Total	**77,9**	**22,1**	**100,0**	**87,4**	**12,6**	**100,0**	**77,9**	**22,2**	**100,0**
Abrigo, albergue ou casa de passagem para população em situação de rua	1,1	0,3	1,4	0,5	0,1	0,6	1,5	0,3	1,8
Abrigo, casas de passagem ou república assistencial para outros grupos vulneráveis	1,6	1,3	2,9	0,9	0,6	1,5	1,1	0,8	1,8
Alojamento	2,8	0,9	3,6	0,7	0,3	1,0	1,6	0,6	2,2
Asilo ou outra instituição de longa permanência para idosos	7,7	11,5	19,2	4,2	5,7	9,9	8,6	13,3	21,9
Clínica psiquiátrica, comunidade terapêutica e similar	2,3	0,6	2,9	0,8	0,2	0,9	2,3	0,7	3,0
Hotel ou pensão	3,3	2,3	5,5	0,9	0,6	1,5	2,3	1,3	3,6
Orfanato e similar	0,8	0,9	1,7	0,9	0,8	1,7	0,9	0,9	1,7
Outro domicílio coletivo	2,4	2,2	4,6	2,1	1,6	3,8	2,1	1,7	3,8
Penitenciária, centro de detenção e similar	54,9	2,3	57,2	74,7	2,7	77,4	56,4	2,6	59,0
Quartel ou outra organizaçãob militar	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Unidade de internação de menores	0,9	0,0	0,9	1,9	0,0	1,9	1,1	0,1	1,2

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022

3. Pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista

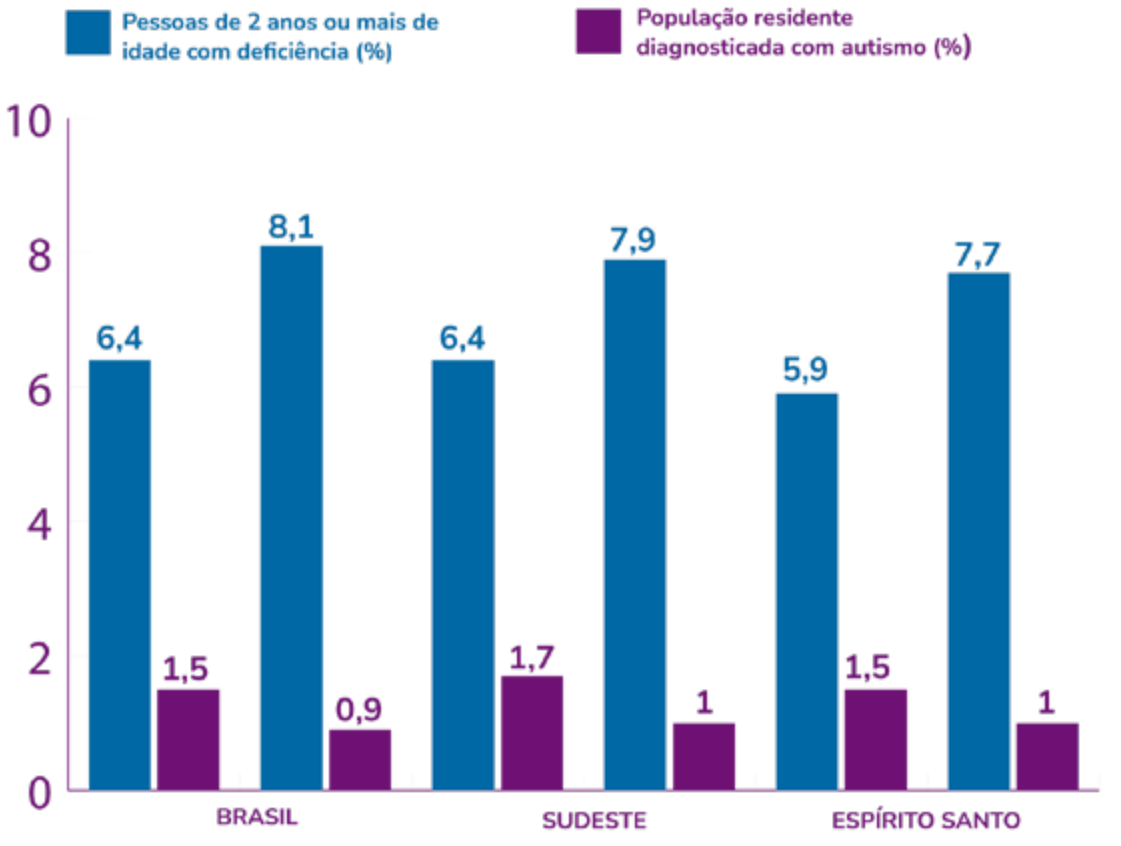
No Espírito Santo, 7,9% (152.144) das mulheres com 2 anos ou mais declararam possuir algum tipo de deficiência[4] (Gráfico 10). Observa-se que a maior concentração está entre as mulheres idosas (60 anos ou mais):

- 3,8% são crianças e adolescentes (2 a 14 anos);
- 8,7% são jovens (15 a 29 anos);
- 38% são adultas (30 a 59 anos);
- 49,5% são idosas (60 anos ou mais).

Em relação ao transtorno do espectro autista[5] (TEA), 1% das mulheres residentes no estado (19.658) possuem diagnóstico (Gráfico 10). Nesse caso, a maior proporção corresponde às mulheres adultas (30 a 59 anos):

- 24,5% são crianças e adolescentes (0 a 14 anos);
- 21,3% são jovens (15 a 29 anos);
- 39,2% são adultas (30 a 59 anos);
- 15,1% são idosas (60 anos ou mais).

Gráfico 10 - Mulheres com deficiência (%) e Mulheres com autismo (%)



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022

[4] É considerada pessoa com deficiência aquela que declarou ter "muita dificuldade" ou "incapacidade total" em pelo menos um dos aspectos avaliados no grau de dificuldade funcional. As dimensões observadas foram: dificuldade para enxergar, mesmo com o uso de óculos; para ouvir, ainda que utilizando aparelho auditivo; para locomover-se ou subir degraus, mesmo fazendo uso de prótese; para manusear pequenos objetos, como botões ou lápis, ou abrir e fechar recipientes, mesmo com equipamentos de apoio; para se comunicar; além de limitações relacionadas a cuidados pessoais, ao desempenho no trabalho ou nos estudos em razão de restrições nas funções mentais.

[5] É classificada como pessoa com autismo aquela que declarou ter recebido diagnóstico de autismo emitido por um profissional da área da saúde.

4. Educação

As mulheres brasileiras apresentam indicadores educacionais mais favoráveis que os homens: 20,7% das mulheres com 25 anos ou mais concluíram o ensino superior, frente a 15,8% dos homens. Além disso, a proporção feminina com baixa escolaridade é menor (33,4% contra 37,3% entre os homens).

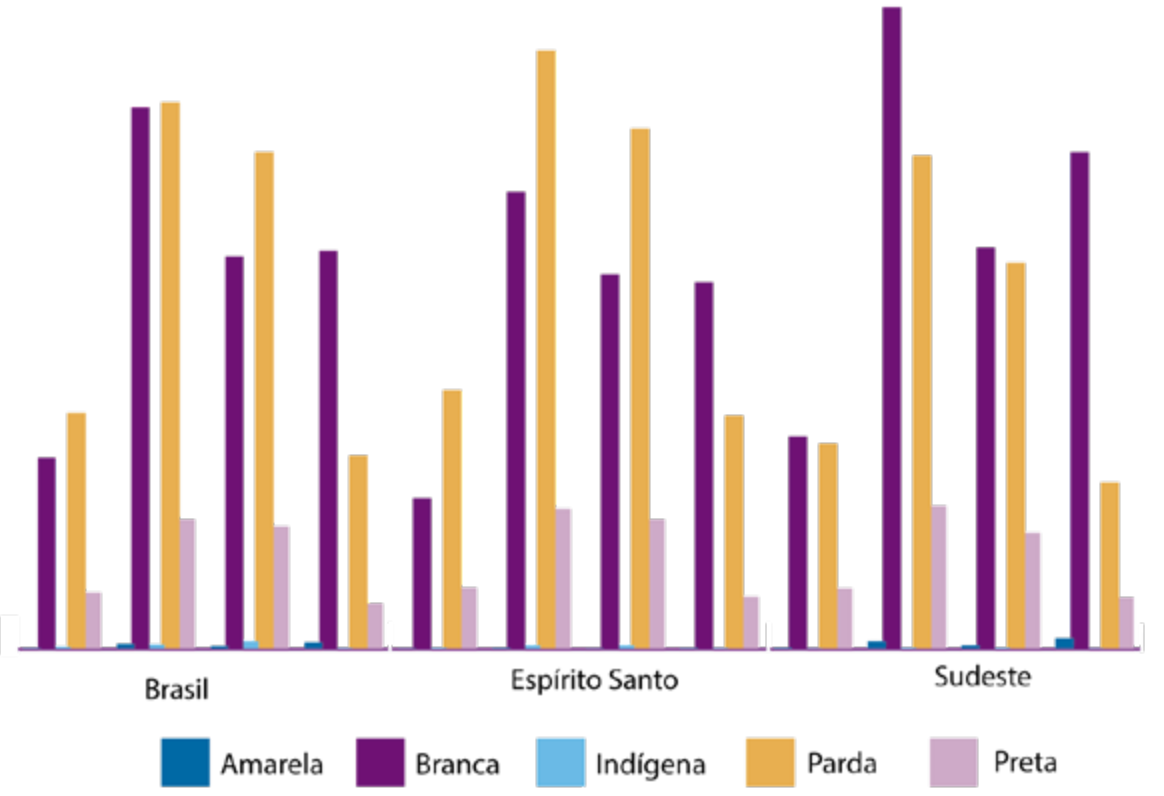
No Espírito Santo, 48,8% das mulheres com 15 anos ou mais (1.508.964 pessoas) são alfabetizadas. Entre elas, 0,1% se autodeclaram amarelas, 19,9% brancas, 0,1% indígenas, 23,5% pardas e 5,3% pretas.

A Tabela 5 apresenta esses dados de forma comparativa para o Brasil, a Região Sudeste e o Espírito Santo.

51,9% (2.939.602) das mulheres capixabas têm 18 anos ou mais de idade. Entre elas, 7,3% (215.070) concluíram o ensino fundamental, mas não completaram o ensino médio; 18,6% (545.960) possuem o ensino médio completo e o superior incompleto; e 10,1% (297.344) concluíram o ensino superior. Já as mulheres sem instrução ou com apenas o ensino fundamental incompleto correspondem a 15,9% (467.335). O Gráfico 11 apresenta a distribuição do nível de instrução das mulheres de 18 anos ou mais, considerando raça/cor.

No Espírito Santo, 297.344 mulheres concluíram a graduação, distribuídas entre diferentes áreas gerais do conhecimento. A maior concentração está em Negócios, Administração e Direito (28,8%), seguida por Educação (25,2%) e Saúde e Bem-Estar (17,9%). As demais áreas são Artes e Humanidades (7,3%), Ciências Sociais, Comunicação e Informação (6,5%), Engenharia, Produção e Construção (5,2%), Ciências Naturais, Matemática e Estatística (3,0%), além de Serviços (1,3%) e Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária (1,2%). A área de Computação e Tecnologias

Gráfico 11 - Mulheres de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução (%)



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022

Tabela 5 – Pessoas de 15 anos ou mais de idade alfabetizadas (%)

Sexo	Raça/cor	Alfabetizados			Não Alfabetizados		
		Brasil	Espírito Santo	Sudeste	Brasil	Espírito Santo	Sudeste
Mulheres	**Total**	**48,7**	**48,8**	**50,4**	**3,4**	**3,0**	**2,1**
	Amarela	0,2	0,1	0,4	0,0	0,0	0,0
	Branca	22,4	19,9	26,2	1,0	0,9	0,8
	Indígena	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
	Parda	21,0	23,5	18,4	1,9	1,5	1,0
	Preta	4,8	5,3	5,3	0,5	0,5	0,3
Homens	**Total**	**44,3**	**45,6**	**45,7**	**3,6**	**2,7**	**1,8**
	Amarela	0,2	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0
	Branca	19,5	17,6	22,5	0,9	0,8	0,6
	Indígena	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
	Parda	19,5	22,2	17,6	2,0	1,4	0,9
	Preta	4,9	5,7	5,3	0,6	0,5	0,3

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022

da Informação e Comunicação (TIC) correspondem a apenas 0,6%. Por fim, 3% das graduações estão classificadas como “não sabe” ou mal especificadas.

A Tabela 6 detalha essa distribuição por área geral de formação, contemplando também a variável de raça/cor das mulheres com nível superior completo. Observa-se que, entre as capixabas graduadas, 56,0% são brancas, 35,6% pardas, 8% negras, 0,2% amarelas e 0,2% indígenas.

Do total das mulheres que participaram das rodas de conversa e responderam a pergunta sobre escolaridade, a maioria informou ter concluído o ensino médio (35,6%); ao passo que 18% informou ter fundamental incompleto e 28,7% possuem ensino superior (considerando a soma de todas as últimas titulações). Uma pessoa informou não ter frequentado a escola, conforme gráfico 12.

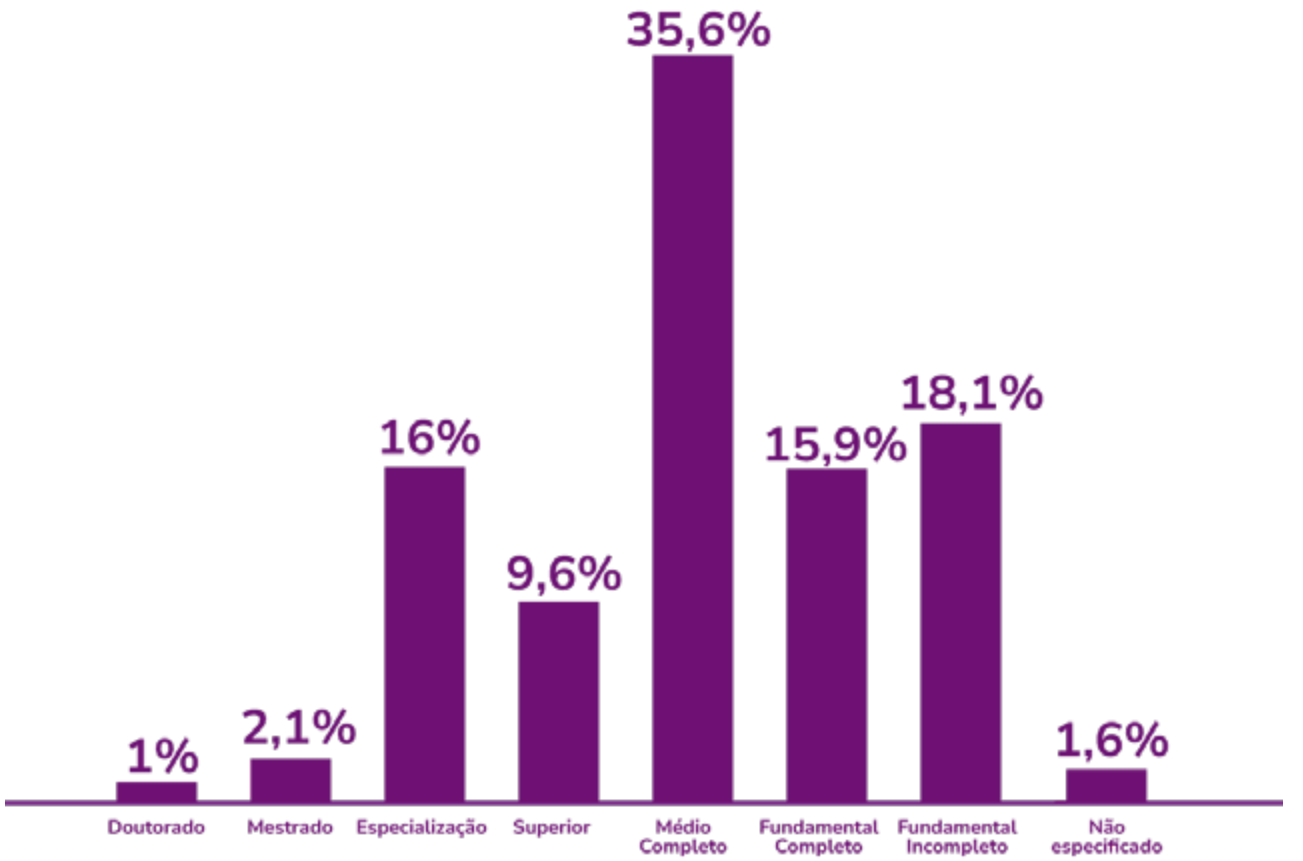
Tabela 6 – Mulheres com nível superior completo, por áreas gerais de formação do curso graduação concluído (%)

Área geral da Graduação	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Total
Brasil	**158.670**	**9.483.107**	**31.973**	**4.609.720**	**1.089.245**	**15.375.757**
01 - Educação	15.224	1.750.123	9.632	1.173.582	275.391	3.224.405
02 - Artes e humanidades	14.617	809.617	3.779	371.976	97.880	1.298.057
03 - Ciências sociais, comunicação e informação	12.342	777.684	2.284	272.483	73.654	1.138.915
04 - Negócios, administração e direito	43.846	2.850.620	5.362	1.225.260	276.700	4.402.734
05 - Ciências naturais, matemática e estatística	8.845	350.994	1.199	159.699	35.904	556.757
06 - Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação	4.788	101.958	261	38.767	10.103	155.932
07 - Engenharia, produção e construção	12.238	471.354	614	167.597	33.955	685.930
08 - Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	3.002	147.126	455	57.191	10.341	218.256

09 - Saúde e bem-estar	36.693	1.782.328	5.523	888.928	209.955	2.923.810
10 - Serviços	3.670	170.922	709	88.756	22.849	286.938
11 - Não sabe e graduação mal especificada	3.405	270.381	2.154	165.482	42.513	484.025
Espírito Santo	734	166.616	510	105.709	23.722	297.344
01 - Educação	108	36.398	117	30.661	7.565	74.870
02 - Artes e humanidades	42	13.190	61	6.830	1.673	21.796
03 - Ciências sociais, comunicação e informação	28	11.651	57	5.885	1.626	19.257
04 - Negócios, administração e direito	271	50.098	93	29.628	5.637	85.728
05 - Ciências naturais, matemática e estatística	23	5.499	31	2.678	640	8.870
06 - Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação	0	947	2	692	153	1.794
07 - Engenharia, produção e construção	67	9.612	25	4.761	878	15.354
08 - Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	11	2.370	0	936	174	3.502
09 - Saúde e bem-estar	144	30.387	88	18.682	4.046	53.347
10 - Serviços	0	2.103	30	1.499	324	3.955
11 - Não sabe e graduação mal especificada	41	4.362	7	3.455	1.005	8.870

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022

Gráfico 12 - Escolaridade das participantes



Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

Os segmentos com maior predomínio de mulheres que não concluíram o ensino fundamental são os de Mulheres pomeranas (38,5%); Mulheres Assentadas e acampadas (37,5%); Mulheres pescadoras e marisqueiras (35,1%); Agriculturas familiares e camponesas (33,9%) e Mulheres Quilombolas e Ciganas (33,3%). No segmento de mulheres indígenas, uma participante declarou não ter frequentado a escola. Observa-se que elas residem, em sua maioria, em territórios rurais.

Os segmentos com maior predomínio de mulheres que concluíram o ensino superior (considerando todas as maiores titulações após ensino superior), são: Mulheres na Ciência (100%); Mulheres na Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica (95,6%); Mulheres Idosas (87,5%) e Mulheres na Cultura e na Arte (80,8%).

Os números de educação são importantes indicadores para compreender processos de promoção da igualdade de gênero e equidade entre as próprias mulheres, considerando questões de raça, etnia e território, por exemplo. Nesse sentido, chama a atenção a importância de aprofundar estudos para compreender os processos sociais que fazem com que as mulheres que estão majoritariamente no meio rural sejam as que têm menor nível de escolaridade.

5. Fecundidade

No Espírito Santo, a Taxa de Fecundidade Total (TFT) registrada em 2022 foi de 1,62 filho por mulher, um pouco acima da média nacional, que é de 1,55; ambos valores estão abaixo do nível de reposição populacional, estimado em 2,1 filhos por mulher (IJSN, 2025).

Além disso, houve um significativo aumento na idade média da maternidade: passou de 26,8 anos em 2010 para 28,6 anos em 2022, indicando um nítido adiamento da maternidade (IJSN, 2025).

Outro indicador relevante é o crescimento no percentual de mulheres de 50 a 59 anos que não tiveram filhos nascidos vivos, que subiu de 10,1% para 15,7% entre 2010 e 2022 (IJSN, 2025).

Entre as mulheres que responderam aos formulários aplicados nas rodas de conversa, a maioria declarou possuir filhos/as (72%): 23,3% declarou ter 1 filho/a; 33% 2 filhos e 42% tem 3 ou mais filhos/as.

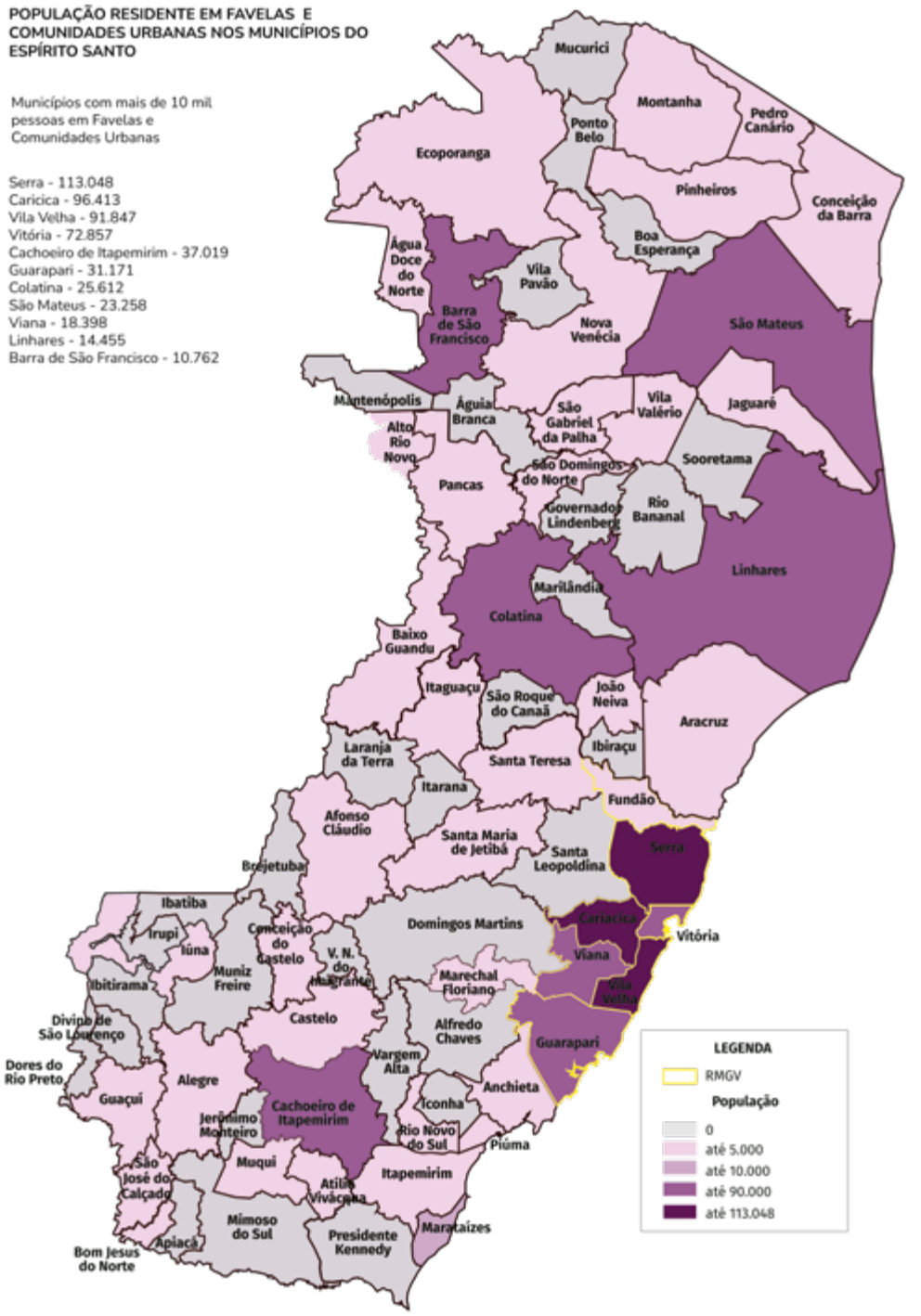
6. Favelas e comunidades urbanas

No Espírito Santo, 516 favelas ou comunidades urbanas foram identificadas em 2022, distribuídas em 49 municípios (IJSN 2024). Nesses territórios, residem 598.377 pessoas, o que corresponde a 15,6% da população capixaba, significativamente acima da média nacional de 8,1% (IJSN 2024).

A população dessas áreas apresenta uma leve predominância feminina: 51,7% são mulheres. E entre as mulheres: 75,3% são negras (pardas e pretas), 24,4% são brancas, 0,1% amarelas e 0,2% são indígenas.

O Mapa 2 nos mostra a concentração de pessoas vivendo em favelas e comunidades urbanas.

Mapa 2 – Pessoas residentes em favelas e comunidades urbanas



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022

7. Dados econômicos e trabalho reprodutivo não remunerado

A reprodução econômica da sociedade passa diretamente pelos braços de meninas e mulheres – inclusive com grande desigualdade entre elas considerando fatores como raça, classe e território. Afirmativa impactante, que nos faz refletir sobre quais os atuais processos econômicos e sociais que afetam a vida das mulheres, principalmente, tendo como referência a perspectiva do ODS 5.

Dentro dessa discussão, alguns indicadores já estão bem consagrados, sobretudo, desde o viés econômico, sendo os mais comuns: renda, acesso ao mercado de trabalho, taxas de ocupação, desocupação, entre outros indicadores de agregação econômica. Contudo, outros dados estão cada vez mais presentes nas análises, tendo em vista informações importantes sobre autonomia econômica e trabalho reprodutivo não remunerado.

O trabalho reprodutivo, além de não ser remunerado, é socialmente desvalorizado e frequentemente não reconhecido como trabalho. Historicamente, ele foi associado ao cuidado e atribuído às mulheres como parte de um modelo cultural que define papéis de gênero, o que contribui para sua invisibilidade econômica.

Nesse processo histórico, o cuidado foi incorporado ao imaginário social como uma atividade inerente às mulheres, não exigindo reconhecimento ou remuneração. Essa percepção desconsidera os impactos sobre o uso do tempo, o acesso a direitos, a participação no mercado de trabalho e a saúde física e emocional, assim como limita a autonomia econômica.

De acordo com os dados da PNAD Contínua, referente ao ano de 2022, as mulheres com 14 anos ou mais, no Espírito Santo, dedicaram, em média, 21,5 horas aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, número superior ao dos homens que dedicaram 11,9 horas para as mesmas atividades, conforme mostra o quadro 2.

Quadro 2- Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas

Brasil, Região e Espírito Santo	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Brasil	**17**	11,7	21,3
Sudeste	**17,1**	12,1	21,3
Espírito Santo	**17,1**	11,9	21,5

Fonte: IBGE, PNAD Contínua, 2022

A taxa de realização de afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente e/ou tarefas de cuidado de moradores do domicílio ou parentes não moradores também representa, no dia-dia, as desigualdades estruturais, tanto de gênero, quanto de raça. O quadro 3 apresenta dados relativos a essa realização de afazeres domésticos.

As taxas de realização de afazeres domésticos das mulheres em relação aos homens são maiores em todas as situações, revelando aprofundamentos de desigualdade não só de gênero, mas de raça: no Brasil, mulheres pretas e pardas, por exemplo, têm taxas superiores de realização de tarefas domésticas maiores que homens e mulheres brancas, demonstrando que a sobrecarga sobre mulheres também precisa ser analisada desde o viés da interseccionalidade.

No Espírito Santo, as mulheres pretas têm a maior taxa entre todos os recortes apresentados: 95,1%, isso significa que quase todas as mulheres pretas do estado realizam

Quadro 3- Taxa de realização de afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente ou tarefas de cuidado de moradores do domicílio ou parentes não moradores.

Brasil, Região e Espírito Santo	Cor ou raça	Sexo	
		Homens	Mulheres
Brasil	**Total**	**80,8**	**92,1**
	Branca	81,6	91,2
	Preta	81,9	93,4
	Parda	79,8	92,7
Sudeste	**Total**	**83,5**	**92,5**
	Branca	82,9	91,3
	Preta	85,5	94,3
	Parda	83,8	93,7
Espírito Santo	**Total**	**82,8**	**93,1**
	Branca	83,2	92,1
	Preta	82,2	95,1
	Parda	82,8	93,4

Fonte: IBGE, PNAD Contínua, 2022

cuidados e tarefas domésticas, ao passo que a taxa dos homens pretos é de 82,2% (abaixo do homem branco).

Os formulários aplicados nas rodas de conversa reforçam esses dados, evidenciando que as mulheres sentem a sobrecarga como um dos aspectos mais extenuantes da sua existência.

Quando questionamos às participantes da pesquisa como elas entendiam a sua dinâmica cotidiana envolvendo trabalho remunerado e trabalho de cuidado não remunerado, considerando 5 opções, tivemos a seguinte composição de informações, conforme quadro 4.

66% das mulheres considerou que além do trabalho remunerado (trabalhar fora) também realiza atividades de cuidados não remunerado, mostrando a dupla ou tripla jornada sentida como parte da rotina. O maior percentual de mulheres representou sua rotina dentro da opção de trabalhar fora e usar a maior parte do seu tempo para cuidar das pessoas da família e da casa (26%), ou seja, percebem que o seu tempo é usado para trabalhar fora e cuidar da

Quadro 4- Percepção da Dinâmica Cotidiana – Trabalho Remunerado X Trabalho de Cuidado Não Remunerado.

Percepção da rotina	%
Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos	26,16%
Não trabalham fora, porém usam maior parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos	19,33%
Trabalham fora e usam pouca parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos	16%
Trabalham fora e têm suporte, por isso, não precisam usar todo o tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos	15%
Estudam e trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos	8%
Não especificado	15%
Total Geral	**100,00%**

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

casa. Já, 19% considera que não trabalha fora, mas usa a maior parte do tempo para cuidar da família e da casa.

Neste sentido, para cada 10 mulheres que responderam à situação, aproximadamente sete sentem ter dupla jornada (até tripla quando ainda estudam, trabalham e cuidam da casa - 8%) e as demais experimentam o trabalho do cuidado não remunerado, revelando que, em maior ou menor proporção de uso de tempo, todas realizam algum tipo de atividade relacionando afazeres domésticos e cuidado não remunerado.

Os segmentos de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras e Empreendedoras Rurais foram os segmentos com os maiores percentuais de mulheres que dizem trabalhar fora e usar a maior parte do seu tempo em casa para cuidados e afazeres domésticos – 64,9% e 45,8%, respectivamente.

O segmento que apresentou o maior índice de mulheres que trabalham fora, mas têm pessoas que a ajudam e não precisam usar todo seu tempo em casa para cuidados e afazeres domésticos foi o de Mulheres na Política (48,5%).

Os segmentos de Mulheres com Deficiência e Maternidade Atípica, foram os que apresentaram os maiores percentuais de mulheres que não trabalham fora (83% e 74 %, respectivamente), mas ainda dedicam seu tempo para o cuidado não remunerado.

Relacionando o dado sobre percepção de rotina e uso do tempo, a dimensão do cuidado fica ainda mais evidente. Do total de entrevistadas[6], 61% das mulheres afirmaram cuidar de alguém. Entre as pessoas que recebem esses cuidados estão os filhos/as (33%), outros[7] (11%), pais (8%).

[6] As mulheres em privação de liberdade não responderam a essa questão.
[7] Familiares como sobrinhos, tios, avós, sogros.

Mas não só o cuidado não remunerado foi atribuído como um papel natural às mulheres, como também outras atividades remuneradas também se tornaram relacionadas à elas, como é o caso dos trabalhos domésticos remunerados[8], atividades relacionadas à saúde, beleza e educação (principalmente de crianças).

Dados do último Censo Demográfico (2022), considerando a região Sudeste e o estado do Espírito Santo, revelaram que o trabalho doméstico remunerado é predominantemente feminino - 96,5 % dos trabalhadores domésticos no Espírito Santo são mulheres [9], conforme Quadro 5.

Apesar da presença predominante e praticamente absoluta das mulheres entre os trabalhadores domésticos, o rendimento médio mensal para a mesma categoria de trabalho é menor entre as mulheres do que entre os homens, considerando os recortes Brasil, Sudeste e Espírito Santo, conforme Quadro 6.

No conjunto, a economia do cuidado (remunerada e não remunerada), portanto, está socialmente atribuído às meninas e mulheres, com salários mais baixos (quando pagos) e desvalorização social e econômica dessas funções, considerações que demandam lupas especiais nos indicadores econômicos e desafios ainda maiores para gestoras/es de políticas para as mulheres.

Entre os grandes desafios está considerar as desigualdades econômicas e de oportunidades no mercado de trabalho e ampliar estratégias que aliviem a sobrecarga das mulheres que enfrentam "dupla jornada" e mesmo as que trabalham com a reprodução social não remunerada.

Quadro 5 – Número de trabalhadores domésticos, por sexo.

Brasil, Região e Espírito Santo	Sexo				
	Total	Homens	%	Mulheres	%
Brasil	**3371742**	154822	4,6	3216920	95,4
Sudeste	**1455242**	51473	3,5	1403769	96,5
Espírito Santo	**58755**	2079	3,5	56677	96,5

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022

[8] O trabalho doméstico remunerado pode ser definido como um conjunto de atividades executadas em um lar visando manter e assegurar o bem estar dos moradores. (Guia sobre trabalho doméstico, 2023).

[9] Censo Demográfico. IBGE, 2022.

Quadro 6 – Média do rendimento nominal médio mensal de trabalhadores domésticos.

Brasil, Região e Espírito Santo	Sexo		
	Total R$	Homens R$	Mulheres R$
Brasil	**1050,69**	1161,83	1045,34
Sudeste	**1201,22**	1397,71	1194,02
Espírito Santo	**1075,81**	1133,32	1073,7

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022

As desigualdades entre homens e mulheres, portanto, não se restringem em questões salariais, mas perpassam a dimensão da construção de carreiras[10] e, sobretudo, a divisão equitativa das funções sociais relacionadas ao cuidado não remunerado[11].

O cerne da questão é que para pensar agenda a 2030, sobretudo o ODS 5, como apontam importantes perspectivas teóricas[12], é impossível compreender os processos de desigualdade de gênero, sem reconhecer as intersecções entre trabalho/cuidado – gênero/raça e as consequências sobre a autonomia e o poder das mulheres, ou seja, sobre suas liberdades e desenvolvimento (SEN, 2000), o que interfere na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Se a teoria aponta os processos de intersecção e explica as desigualdades, os números reforçam essa perspectiva, principalmente quando comparamos dados e indicadores econômicos que medem renda mensal, taxas de ocupação e desocupação e as horas dedicadas aos cuidados e afazeres domésticos (não remunerados, desvalorizados e socialmente relacionados a mulheres e meninas).

Para exemplificar essas informações, os dados sobre valor do rendimento nominal de todos os trabalhos das pessoas com 14 anos ou mais de idade, como aponta o Quadro 7, evidencia desigualdades estruturais que se expressam na renda: tanto no Brasil, quanto no Espírito Santo, as mulheres recebem menos que os homens, desigualdade que fica ainda maior quando interseccionamos gênero e raça.

[10] Oferecer oportunidades para mulheres que levem em conta as questões sociais e culturais, ou seja, propor políticas que promovam equidade e igualdade de gênero e raça.

[11] O entendimento geral é que é impossível pensar igualdade e equidade de gênero sem reconhecer e valorizar o trabalho de cuidado como parte integrante da economia, bem como suas interseccionalidades. Isso passa não só por redistribuir essas responsabilidades entre homens e mulheres, mas também por responsabilizar o Estado e a sociedade. Essa mudança é central para romper a naturalização da exploração das mulheres.

[12] Ver Silvia Federici, 2023; 2019; 2019.

Quadro 7 – Rendimento de todos os trabalhos das pessoas com 14 anos ou mais

Homens						
Brasil, Região e Espírito Santo	**Total**	**Branca**	**Preta**	**Amarela**	**Parda**	**Indígena**
Brasil	**3115,29**	4098,2	2217,41	6591,78	2367,6	1724,09
Sudeste	**3511,07**	4476,76	2436,56	7050,15	2590,46	2546,17
Espírito Santo	**3011,85**	3883,27	2302,7	4260,89	2534,43	2220,22
Mulheres						
Brasil, Região e Espírito Santo	**Total**	**Branca**	**Preta**	**Amarela**	**Parda**	**Indígena**
Brasil	**2506,2**	3134,95	1833,89	5181,03	1934,79	1621,18
Sudeste	**2713,13**	3331,91	1960,45	5846,04	2015,37	2162,93
Espírito Santo	**2334,99**	2948,43	1809,3	2761,1	1957,06	1735,31

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2022

Os homens têm os maiores rendimentos em todas as configurações regionalizadas e no item raça/cor, quando comparados às mulheres. Já as mulheres entre si apresentam características que mudam em relação aos recortes regionais: as amarelas têm os maiores rendimentos médio entre as mulheres, considerando Brasil e Sudeste; e as indígenas têm os menores rendimentos considerando Brasil e Espírito Santo. As mulheres brancas têm os maiores rendimentos no Espírito Santo, seguidas das pardas e pretas, conforme mostra o Quadro 7.

O indicador sobre a taxa de ocupação revela fatores importantes quando se analisa a relação entre homens e mulheres. No Espírito Santo, a maioria das pessoas ocupadas são homens (56,59%), já as mulheres representam 43,41% das pessoas ocupadas, com destaque para as mulheres pardas que representam 20,67% das mulheres ocupadas No Espírito Santo, diferente da realidade do Brasil e da região Sudeste, as pardas são a maioria entre as mulheres ocupadas (uma diferença de 3,37 pp em relação às brancas e 15,43 pp em relação as pretas). No quadro 08 é possível uma comparação mais apurada, considerando Brasil, região Sudeste e Espírito Santo.

Quadro 8 - Pessoas de 14 anos ou mais ocupadas

Homens						
Brasil, Região e Espírito Santo	**Total**	**Branca**	**Preta**	**Amarela**	**Parda**	**Indígena**
Brasil	**56,55**	24,49	6,74	0,25	24,83	0,23
Sudeste	**55,31**	26,66	6,72	0,37	21,47	0,07
Espírito Santo	**56,59**	21,28	7,59	0,06	27,48	0,16
Mulheres						
Brasil, Região e Espírito Santo	**Total**	**Branca**	**Preta**	**Amarela**	**Parda**	**Indígena**
Brasil	**43,45**	20,54	4,64	0,21	17,91	0,15
Sudeste	**44,69**	22,97	5,08	0,32	16,26	0,06
Espírito Santo	**43,41**	17,3	5,24	0,07	20,67	0,13

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2022

A taxa de ocupação, quando comparamos homens e mulheres em relação à categoria de emprego no trabalho formal revela pontos interessantes de reflexão: homens e mulheres ocupam as categorias de forma diferenciada. Enquanto as mulheres são maioria no setor público (Brasil, Sudeste e Espírito Santo), elas são a minoria enquanto empregadoras com CNPJ (em todos os cenários territoriais), no Espírito Santo, por exemplo, para cada 10 empresas empregadoras, apenas três são de mulheres, conforme Quadro 9.

Em síntese, as mulheres, apesar de serem a maioria populacional, são a minoria em termos de taxa de ocupação, em todos os recortes regionais e há desigualdades importantes em termos de categorias no emprego formal, suscitando questionamentos que podem levar a importantes estratégias de promoção da igualdade de gênero, sobretudo considerando renda, carreiras, autonomia e uso do tempo para autocuidado.

Quadro 9 – Posição na categoria de emprego no trabalho principal

Brasil, Região e Espírito Santo	Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Total	Homens	Mulheres
Brasil	Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico	**45762712**	59,8	40,2
	Empregado no setor público	**11154324**	40,4	59,6
	Empregado de empresas estatais	**462542**	61,0	39,0
	Empregador (com pelo menos um empregado)	**2909059**	67,6	32,4
	Conta própria (sem empregados)	**23645317**	63,1	36,9
Sudeste	Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico	**21726148**	58,0	42,0
	Empregado no setor público	**4232449**	39,0	61,0
	Empregado de empresas estatais	**227627**	60,5	39,5
	Empregador (com pelo menos um empregado)	**1333609**	67,4	32,6
	Conta própria (sem empregados)	**10011489**	61,4	38,6
Espírito Santo	Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico	**899792**	60,6	39,4
	Empregado no setor público	**219716**	36,9	63,1
	Empregado de empresas estatais	**9393**	61,3	38,7
	Empregador (com pelo menos um empregado)	**64909**	66,7	33,3
	Conta própria (sem empregados)	**502664**	62,4	37,6

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2022

Assim, a autonomia econômica das mulheres no Espírito Santo não pode ser compreendida apenas pelo acesso ao emprego ou à renda. Ela é profundamente condicionada pela forma como o cuidado é socialmente distribuído e pela sobrecarga que recai, sobretudo, sobre mulheres negras e residentes em áreas rurais e periféricas, revelando desigualdades estruturais que atravessam gênero, raça e território.

8. Violência contra meninas e mulheres: alguns indicadores

Nesta seção reunimos indicadores do 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025), com foco nos dados que permitem uma análise comparativa entre Brasil, Sudeste e Espírito Santo. O objetivo é apresentar um panorama sintético da violência contra meninas e mulheres, destacando tendências e variações relevantes para o estado.

O Anuário é uma importante publicação produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública que reúne, organiza e interpreta dados oficiais sobre violência, criminalidade e atuação das forças de segurança no Brasil. Ele oferece um panorama importante baseado em diversos indicadores e tornou-se uma fonte central para aqueles que precisam atuar contra a violência (sejam pesquisadores, gestores públicos e organizações sociais).

A produção do anuário envolve um importante processo de coleta, padronização e validação das informações fornecidas por Secretarias de Segurança dos estados, Ministérios Públicos, Tribunais, polícias civis e militares e outras bases nacionais, conseguindo reunir informações importantes tanto para uma visão mais geral sobre o fenômeno da violência, quanto para pensar ações e estratégias direcionadas a partir dos dados.

Em relação a violência contra as mulheres, dentro do Anuário, há uma seção específica para tratar da violência doméstica e sexual, referidas, principalmente a partir das Lei 13.104, de 09/03/2015 (Lei do Feminicídio) e Lei 11.340, de 07/08/2006 (Lei Maria da Penha). Todas as informações ora apresentadas são providentes do Anuário e, metodologicamente, optamos por apresentar apenas as taxas (por 100 mil mulheres) e uma relação entre Brasil e os estados da região Sudeste, de modo a possibilitar uma análise mais focada no Espírito Santo[13], referindo, principalmente, a comparação dos anos de 2023 e 2024.

De acordo com o Quadro 10 podemos acompanhar tanto a taxa de homicídios de mulheres e feminicídios, como a proporção de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres, considerando os anos de 2023 e 2024.

No Brasil, a taxa de homicídios de mulheres teve uma redução de - 6,4%, considerando o período 2023-2024, contudo, a taxa de feminicídio não acompanhou essa tendência, apresentando uma variação de 0,7%. Isso significa que, entre os homicídios de mulheres, a parcela dos casos motivados por violência de gênero permanece elevada.

Ainda em relação aos homicídios de mulheres e feminicídios, o Anuário disponibilizou a série histórica (2015-2024) que nos permite visualizar a evolução da proporção tanto nos estados, quanto no Brasil.

Considerando os estados da região Sudeste, conforme é possível observar no Quadro 11, vemos fatores que chamam a atenção. O primeiro é em relação a disponibilização de informações, vemos que o Espírito Santo contribuiu em toda a série histórica, possibilitando uma análise mais rigorosa para o estado.

[13] O Anuário disponibiliza informações para todos os estados, com números absolutos e taxas relativas (por 100 mulheres) para todos os indicadores.

Quadro 10 – Taxa de Homicídios e feminicídios

Brasil e Unidades da Federação	Homicídios (incluindo feminicídio)			Feminicídio			Proporção de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres	
	Taxa		Variação (%)	Taxa		Variação (%)	Em percentual (%)	
	2023	2024		2023	2024		2023	2024
Brasil	3,6	3,4	-6,4	1,4	1,4	0,7	37,5	40,3
Espírito Santo	4,2	4,4	5,0	1,7	1,9	10,7	39,8	41,9
Minas Gerais	3,0	3,2	5,7	1,7	1,5	-12,7	56,9	47,0
Rio de Janeiro	3,2	2,7	-15,6	1,1	1,2	8,0	34,1	43,7
São Paulo	1,9	1,8	-6,1	0,9	1,1	14,1	49,4	60,1

Fonte: 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2025

A partir de 2017 todos os estados da região passam a compor a série, momento em que é possível comparar os estados da região e o Brasil. Em 2019, o Espírito Santo teve a menor proporção na relação, assim como nos anos de 2020, 2022 e 2024, considerando a comparação com os estados da região sudeste e o Brasil.

Outro fato importante a constatar é que no ano de 2015 o Espírito Santo figurava como o estado com a maior proporção de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres, atingindo uma proporção quase quatro vezes maior que a apresentada no Brasil. Contudo, quando comparamos e analisamos a evolução da série histórica (2015-2024), vemos que o estado apresenta a maior variação negativa entre os estados da região e com o Brasil, totalizando uma variação de -3,8%, enquanto o Brasil apresentou uma variação de 330,5%, o Gráfico 13 mostra essa relação.

Ainda considerando homicídios e feminicídios, podemos observar as taxas de tentativas, conforme o Quadro 12.

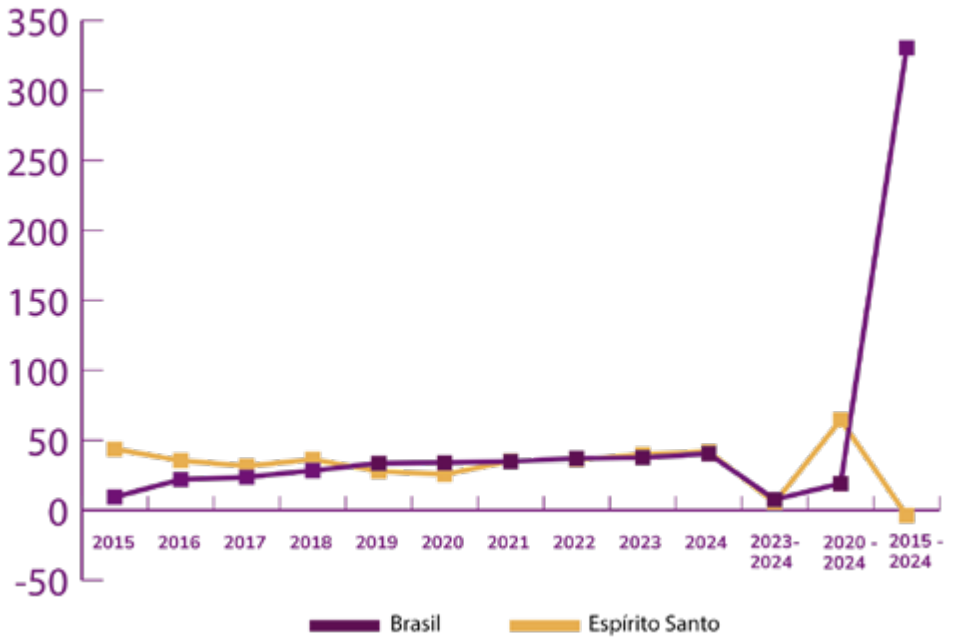
Tanto no Brasil, quanto na região sudeste, houve aumento nas taxas, considerando os anos de 2023 e 2024. O Espirito Santo, entre os estados da região, apresentou a menor taxa tanto para tentativas de homicídios, quanto para de feminicídios, resultando na menor proporção entre os estados e em comparação com o Brasil: enquanto os demais estados da região figuram com proporção acima dos 40%, o Espírito Santo teve proporção abaixo dos 15%, conforme Quadro 12.

Quadro 11 – Proporção de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres

Brasil e Unidades da Federação	Proporção de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres (em %)												
	Ano										Variação (%)		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2023-2024	2020-2024	2015-2024
Brasil	9,4	21,9	23,6	28,3	33,5	33,9	34,8	37	37,5	40,3	7,6	19	330,5
Espírito Santo	43,6	35,4	31,6	36,2	27,8	25,5	35,2	36,1	39,8	41,9	5,4	64,5	-3,8
Minas Gerais	...	38	39,9	48,6	46,8	34,6	52	55,4	56,9	47	-17,4	35,8	...
Rio de Janeiro	...	4	17,8	20,3	27,9	39	34,4	39,2	34,1	43,7	27,9	12	...
São Paulo	16,5	12,7	23,5	29,5	41,4	42,2	37,2	46,1	49,4	60,1	21,5	42,4	264,1

Fonte: 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2025

Gráfico 13 - Série histórica proporção de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres - Brasil e Espírito Santo.



Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

Outros indicadores de violência contra mulheres também são apresentados no anuário e nos ajudam a identificar pontos específicos. Ainda considerando violência física no âmbito da Lei Maria da Penha, o indicador de lesão corporal dolosa reflete casos de violência em ambiente de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.

O Quadro 13, revela taxas crescentes em todos os estados da região sudeste e no Brasil, com variação negativa apenas no estado de Minas Gerais.

Em relação ao indicador de total de estupros (considerando a soma de estupros de mulheres e estupro de vulneráveis mulheres) o Espírito Santo teve a maior variação negativa (-0,3%) em relação ao Brasil e aos estados da Região Sudeste, considerando o período de 2023 e 2024, conforme Quadro 14.

Quadro 12 – Tentativas de homicídios e feminicídios.

Brasil e Unidades da Federação	Tentativas de homicídio de mulheres (incluindo tentativas de feminicídio)			Tentativas de feminicídios			Proporção de tentativas de feminicídios em relação às tentativas de homicídios de mulheres (%)	
	Taxa		Variação (%)	Taxa		Variação (%)		
	2023	2024		2023	2024		2023	2024
Brasil	7,3	8,2	13,1	3,0	3,6	19,0	41,1	43,2
Espírito Santo	23,3	27,3	17,4	3,8	4,1	8,2	16,1	14,9
Minas Gerais	3,7	5,1	38,5	1,6	2,3	47,1	41,8	44,4
Rio de Janeiro	6,4	8,2	27,0	3,4	4,2	24,0	53,1	51,8
São Paulo	3,5	5,1	47,4	1,8	2,7	51,9	51,5	53,1

Fonte: 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2025

Quadro 13 – Lesão corporal dolosa (vítimas mulheres) no contexto da violência doméstica.[14]

Brasil e Unidades da Federação	Lesão corporal dolosa - violência doméstica (vítimas mulheres)		
	Taxa		Variação (%)
	2023	2024	
Brasil	236,6	236,6	0,0
Espírito Santo	118,3	121,9	3,0
Minas Gerais	223,1	222,1	-0,5
Rio de Janeiro	300,6	319,0	6,1
São Paulo	262,2	264,3	0,8

Fonte: 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2025

Quadro 14 – Estupro e estupro de vulnerável - vítimas mulheres.[15]

Brasil e Unidades da Federação	Total de estupros – vitimas mulheres		
	Taxa		Variação (%)
	2023	2024	
Brasil	68,9	68,7	-0,3
Espírito Santo	74,8	73,7	-1,4
Minas Gerais	43,9	44,9	2,4
Rio de Janeiro	52,7	55,5	5,3
São Paulo	57,2	58,1	1,6

Fonte: 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2025

Outro tipo de violência contra mulheres é o assédio e a importunação sexual[16]. Ao observar o Quadro 15, vemos que o estado apresentou variação crescente em todos os anos, principalmente na taxa de importunação sexual - fato a considerar é que no estado também são incluídos os casos de condutas de atentado violento ao pudor, caso que não é considerado nos outros estados e na federação, dificultando uma comparação mais apurada.

[14]A lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica refere-se ao disposto no parágrafo 9º do art. 129 do Código Penal, a partir de redação dada pela Lei 11.340/2006, que prevê agravante de pena "se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade". Os dados aqui apresentados referem-se apenas a vítimas mulheres.

[15] Os dados informados nesta seção correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados. A Lei Federal 12.015/2009 alterou a conceituação de "estupro", passando a incluir, além da conjunção carnal, os "atos libidinosos" e "atentados violentos ao pudor".

[16] Assédio sexual é todo comportamento de natureza sexual não solicitado, dirigido à vítima com o objetivo de constrangê-la ou criar um ambiente hostil, no contexto de uma relação de poder ou hierarquia. Já a importunação sexual ocorre quando alguém pratica ato libidinoso, sem consentimento, na presença da vítima. A principal diferença entre os dois está na existência de vínculo de subordinação: enquanto o assédio pressupõe uma relação hierárquica, a importunação pode ocorrer entre pessoas sem qualquer vínculo ou relação de poder. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018.

Quadro 15 – Assédio e importunação sexual

Brasil e Unidades da Federação	Assédio sexual			Importunação sexual		
	Taxa		Variação (%)	Taxa		Variação (%)
	2023	2024		2023	2024	
Brasil	3,7	3,9	6,7	17,1	17,9	4,7
Espírito Santo	9,7	11,5	18,4	5,2	7,1	37,5
Minas Gerais	3,7	3,9	5,7	20,5	19,4	-5,5
Rio de Janeiro	1,9	2,5	31,8	14,0	15,4	10,6
São Paulo	1,9	2,4	25,8	17,6	19,1	8,4

Fonte: 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2025

Tipificadas como formas de violência contra mulheres, a perseguição (stalking)[17] e a violência psicológica[18] também são monitoradas no Anuário e é possível inferir algumas observamos a partir do Quadro 16.

Em relação a violência psicológica, o Espírito Santo apresentou importante variação (-3,6%), sendo o único da região a apresentar variação negativa na comparação 2023-2024 e tornando- se o segundo estado com menor índice desse tipo de violência, considerando a região Sudeste. Em relação a perseguição, o Espírito Santo apresentou a maior variação, mas ainda assim continua sendo o estado que teve a menor taxa nos anos de 2023 e 2024, considerando todos os estados da região Sudeste e o Brasil.

[17] Refere-se à categoria prevista no Art. 147-A, em redação dada pela Lei 14.132/2021, que a define como "Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade" e que prevê agravamento da pena quando o ato é cometido contra mulheres por razão da condição do sexo feminino (§1°, inciso II).

[18] Refere-se à categoria prevista no Art. 147-B, em redação dada pela Lei 14.188/2021, que a define como "Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação".

Quadro 16 – Perseguição (stalking) e violência psicológica de vítimas mulheres.

Brasil e Unidades da Federação	Perseguição (Stalking)			Violência psicológica		
	Taxa		Variação (%)	Taxa		Variação (%)
	2023	2024		2023	2024	
Brasil	73,8	87,2	18,2	44,8	47,6	6,3
Espírito Santo	32,1	43,7	35,9	24,3	23,5	-3,6
Minas Gerais	40,4	48,8	20,7	21,8	27,3	25,2
Rio de Janeiro	41,4	52,0	25,4	33,2	44,5	34,1
São Paulo	110,8	143,8	29,8	17,4	19,4	11,7

Fonte: 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2025

As medidas protetivas de urgência são uma ferramenta importante de prevenção às violências contra mulheres, principalmente buscando interromper o ciclo de agressões e prevenir novos atos. Esses instrumentos jurídicos estão previstos na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), e estão voltados à proteção imediata da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Entre as decisões, pode-se incluir o afastamento do agressor do lar, a proibição de aproximação e contato, bem como medidas de caráter assistencial, como o acesso da mulher a serviços de saúde, assistência social e abrigamento. Sua lógica central é priorizar a integridade física, psicológica, moral e patrimonial da mulher. O Quadro 17 permite observar questões importantes desde a relação entre medidas distribuídas e medidas concedidas, considerando os anos de 2023 e 2024.

A partir do quadro em questão, é possível observar, por exemplo, que a taxa de medidas distribuídas aumentou em todos os estados da região sudeste e no Brasil, bem como a taxa de medidas concedidas (MPUs). O Espírito Santo foi o estado com maior variação de medidas distribuídas (variação de 11%), mas com uma variação de 8% de medidas concedidas.

Outros dados e indicadores poderiam se somar à seção, contudo, nosso objetivo é apenas apresentar dados mais gerais e sem adentrar em análises mais profundas. De uma forma geral, nas rodas de conversa, ouvimos relatos comoventes de mulheres que expuseram experiências de violência, mostrando que a violência contra mulheres, sobretudo no ambiente doméstico é algo que perpassa a realidade de diversas mulheres, nas mais variadas formas e contextos.

O Observatório de Políticas Públicas para Mulheres no Espírito Santo (Observatório MulherES), do IJSN, é uma importante ferramenta de análise e apresentação de indicadores para aprimorar estudos e discussões sobre as questões de gênero no Estado. Dada sua relevância e conexão com o tema, disponibilizamos o QRCode para facilitar o acesso.

Quadro 17 – Medidas protetivas de urgência distribuídas e concedidas pelos Tribunais de Justiça no contexto da Lei Maria da Penha. [19]

Brasil e Unidades da Federação	Medidas protetivas de urgência no contexto da Lei Maria da Penha Violência psicológica							
	Medidas distribuídas		Variação (%)	Medidas concebidas		Variação (%)	% de MPUs concedidas	
	Taxa			Taxa			Taxa	
	2023	2024		2023	2024		2023	2024
Brasil	604,3	647,6	7,2	531,0	566,0	6,6	87,9	87,4
Espírito Santo	737,7	818,9	11,0	578,0	624,1	8,0	78,4	76,2
Minas Gerais	Informação não disponibilizada							
Rio de Janeiro	612,8	649,8	6,0	467,2	521,5	11,6	76,2	80,3
São Paulo	505,6	542,8	7,4	375,3	410,4	9,4	74,2	75,6

Fonte: 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2025

[19] Refere-se à categoria prevista no Art. 147-B, em redação dada pela Lei 14.188/2021, que a define como "Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação".

Figura 1 - QRCode para acessar o Observatório de Políticas Públicas para Mulheres no Espírito Santo

9. O que é ser mulher no Espírito Santo?

Esta foi a pergunta norteadora da pesquisa que deu origem a esta publicação. Como já abordado na introdução, não há uma resposta essencialista e universal para o que é ser mulher, pelo contrário, defendemos que o ser mulher é uma experimentação social, marcada por experiências subjetivas, estruturais e relacionais o que, de certa forma, guiou nosso caminho na procura de respostas.

Assim, para cada um dos 31 tópicos apresentados aqui como segmentos (entre segmentos e subsegmentos), encontramos peças que nos ajudam a construir quadros interpretativos que orientam, entre outras possibilidades, a implementação de políticas para mulheres.

Se os dados secundários nos oferecem uma visão abrangente, os resultados do trabalho de campo, em virtude da metodologia utilizada, nos permitem uma aproximação às vivências e realidades das mulheres que participaram diretamente da pesquisa.

Nesta última seção do capítulo queremos apresentar compêndios desde uma perspectiva estadual, ou seja, a partir da análise e interpretação de todos os 1.126 formulários e das mais de 95 rodas de conversa realizadas, para que o leitor(a) possa reconhecer abstrações mais gerais do que é ser mulher no estado, desde as participantes do Atlas das Mulheres do Espírito Santo.

No que se refere ao Perfil das Mulheres do Atlas, observa-se que a maioria das participantes concentra-se na faixa etária de 30 a 59 anos (62,26%). Predominam mulheres que se autodeclaram negras (66%), seguidas por mulheres brancas (28,51%). Quanto ao estado civil, destacam-se dois grupos majoritários: solteiras (40,32%) e casadas (33,39%). Em relação à escolaridade, 35,61% das participantes declararam possuir ensino médio completo, e 48,14% afirmaram ser as principais provedoras da família.

Tema amplamente debatido nas rodas de conversa, especialmente a partir dos relatos sobre o cotidiano do ser mulher, foi a centralidade do cuidado e como essa dimensão gera sentimentos relacionados a sobrecarga, exaustão, ansiedade, além do entendimento que o cuidar, muitas vezes imposto socialmente à mulher, leva a lugares que são possíveis e não, necessariamente, a lugares sonhados.

Apenas 38,48% das participantes afirmam não cuidar de ninguém, ao passo que 61,52% reconhece-se como cuidadora de alguém (filhos, pais, irmãos, netos, sobrinhos, outros), além dos afazeres domésticos e trabalhos remunerados que muitas vezes se somam à sua rotina.

Das mulheres que especificaram seus sentimentos de rotina[20], 22,74% afirmam não trabalhar fora, mas dedicar maior parte do seu tempo para cuidar da casa e da família. Por outro lado, 77,23% afirmam trabalhar fora e, em menor ou maior grau de dedicação, cuidar de membros da família e dos afazeres domésticos.

[20] Não foram considerados os 15% de respostas não especificadas/aplicáveis. Ver quadro 4.

Das mulheres que têm atividades laborais externas à sua residência (77,23%), quase 1/3 afirma dedicar a maior parte do seu tempo em casa (supostamente não trabalho) aos cuidados de membros da família e dos afazeres domésticos, ou seja, de cada 10 mulheres que trabalham fora, três afirmam que não têm tempo para si, pois quando em casa, estão cuidando de atividades domésticas e de terceiros. Um número também surpreendente é que apenas 36,58% sentem possuir algum tipo de ajuda, que pode ser traduzido como apoio.

Para compreender o universo de sentimentos e emoções – que fazem parte do ser mulher na dimensão mais subjetiva - as rodas de conversa primaram por uma conversa guiada em que a participação dialógica permitiu a interação e a troca de experiências e visões de mundo entre as participantes e as pesquisadoras. Assim, não só os dados registrados nos formulários, mas a própria interpretação das rodas foram importantes instrumentos de pesquisa.

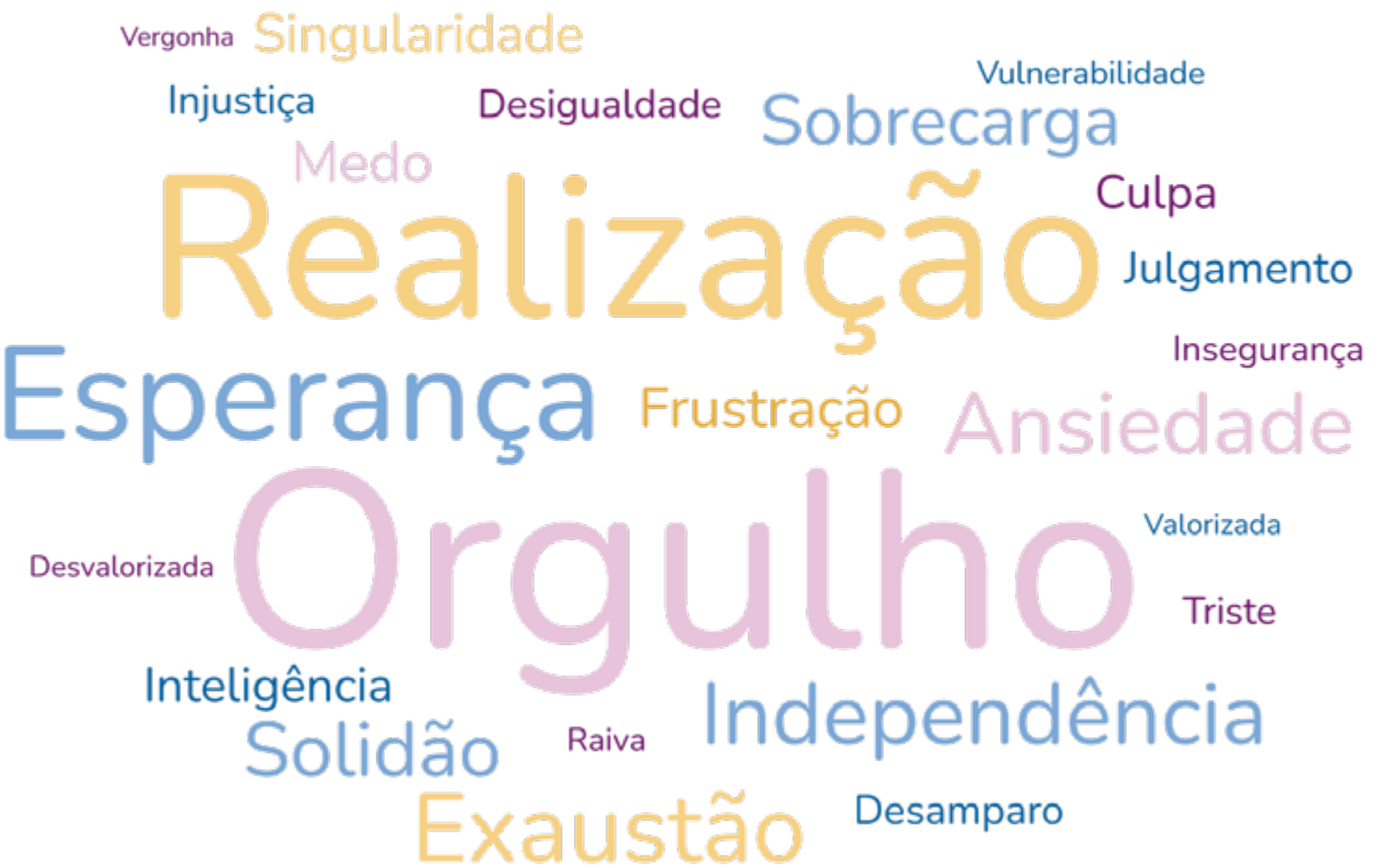
Nesta dimensão, as participantes eram estimuladas a conversar sobre seus sentimentos e a marcar nos formulários até cinco sensações que elas compreendiam ser mais significativas na sua existência. Dessa provocação, nasceram as nuvens simbólicas que permitem uma visualização representativa desses sentimentos.

Podemos dizer que as mulheres no Espírito Santo experimentam sentimentos de realização e orgulho, acompanhados de esperança e independência, o que nos mostra aspectos que se inscrevem no momento histórico em que o acesso a direitos, historicamente pautados pelos movimentos feministas, permitem às mulheres ter oportunidades e capacidade de obter realizações (SEN, 2000).

Por outro lado, exaustão, sobrecarga, ansiedade, solidão, culpa e medo, expressam a materialização de uma cultura patriarcal, machista e misógina que reverbera na vida das mulheres. Exaustão e sobrecarga estão diretamente associadas à dimensão dos cuidados que recaem sobre todas as mulheres enquanto obrigação social e moral, ao mesmo tempo em que culpa e medo expressam uma sociedade que imprime sobre as mulheres diferentes formas de violência e julgamentos desproporcionais

Por fim, existiu a provocação central às participantes que deveriam, em resposta aberta, argumentar o que é ser mulher. As respostas passaram por um processo de avaliação de frequência estatística, que permitiu identificar 10 palavras/conceitos chaves que, somadas, foram nomeadas mais de 2.800 vezes pelas participantes. Do resultado desse processo, temos que ser mulher no Espírito Santo está relacionado a ser força, ser luta diária, trabalho e cuidado que, apesar das fadigas, denotam nas mulheres o orgulho, a coragem e a independência.

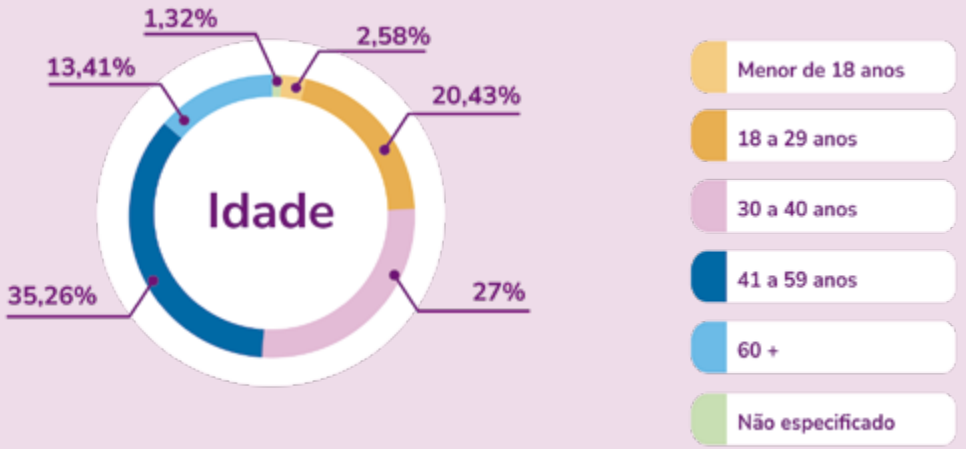
Sentimentos e emoções que nos atravessam

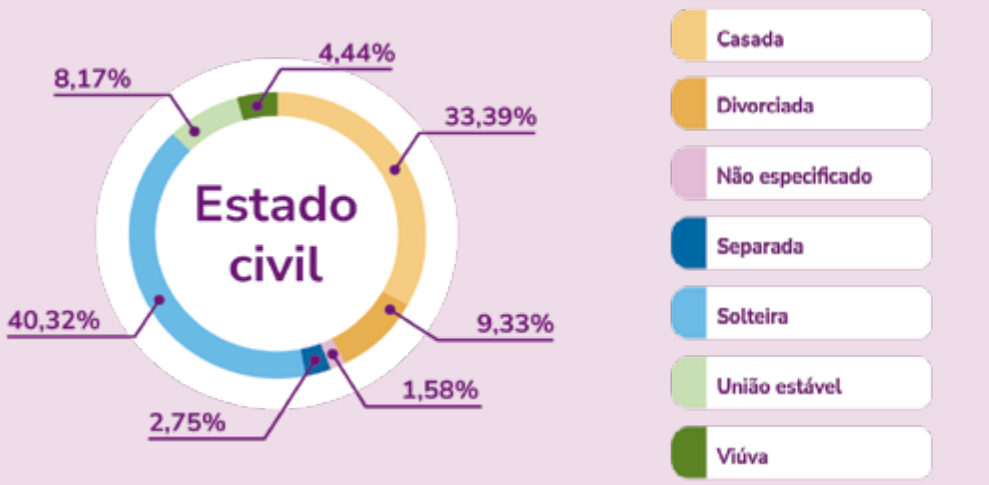


A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

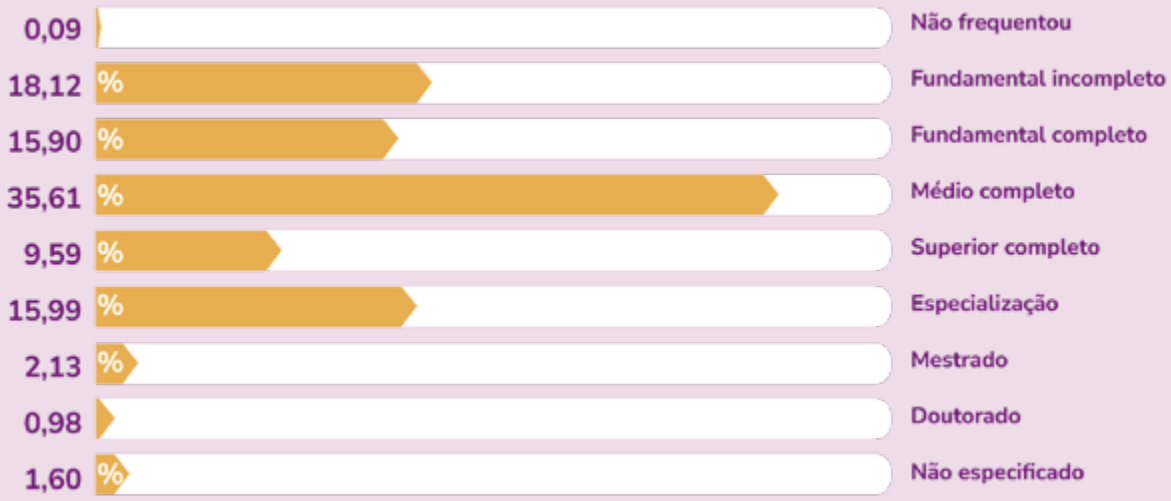
Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

Perfil das
Mulheres
do Atlas





Escolaridade





Raça/cor/etnia

66%
Negras

28%
Brancas

3%
Indígena

48%
São as principais provedoras da família

61%
Cuidam de alguém

33%
Cuidam dos filhos

31%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

23%

Não trabalham fora, porém usam a maior parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

72%
Têm filhos

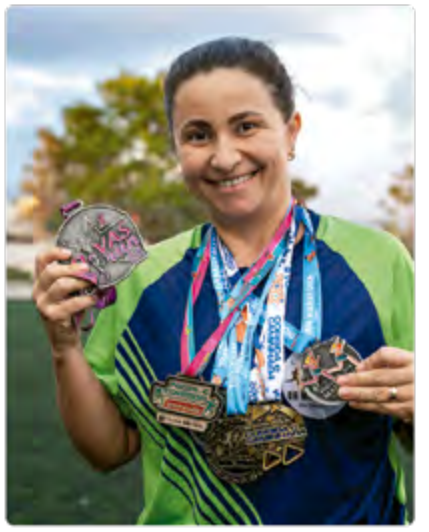
75%
Têm dois filhos ou mais

29%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

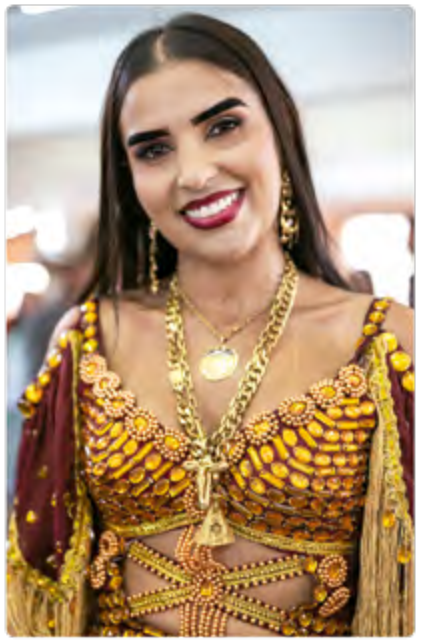
O QUE É SER MULHER NO ESPÍRITO SANTO?





FORTE





ORGULHOSA







TRABALHADORA







CUIDADORA







GUERREIRA



















LUTAR POR DIREITOS











INDEPENDENTE







TER FÉ

ESTAR CANSADA





CORAJOSA





Anexo 1 - População total por município

Microrregião/Municípios	Total	Homens	Mulheres
Caparaó	**198.274**	**98.174**	**100.100**
Alegre	29.177	14.307	14.870
Bom Jesus do Norte	10.254	4.837	5.417
Divino de São Lourenço	5.083	2.620	2.463
Dores do Rio Preto	6.596	3.308	3.288
Guaçuí	29.358	14.270	15.088
Ibatiba	25.380	12.694	12.686
Ibitirama	9.520	4.827	4.693
Irupi	13.710	6.939	6.771
Iúna	28.590	14.110	14.480
Jerônimo Monteiro	11.575	5.671	5.904
Muniz Freire	18.153	9.211	8.942
São José do Calçado	10.878	5.380	5.498
Central Serrana	**101.736**	**51.322**	**50.414**
Itaguaçu	13.589	6.749	6.840

Itarana	10.597	5.261	5.336
Santa Leopoldina	13.106	6.877	6.229
Santa Maria de Jetibá	41.636	21.102	20.534
Santa Teresa	22.808	11.333	11.475
Central Sul	**298.262**	**145.929**	**152.333**
Apiacá	7.223	3.498	3.725
Atílio Vivácqua	10.540	5.255	5.285
Cachoeiro de Itapemirim	185.786	89.847	95.939
Castelo	36.930	18.224	18.706
Mimoso do Sul	24.475	12.310	12.165
Muqui	13.745	6.855	6.890
Vargem Alta	19.563	9.940	9.623
Centro Oeste	**265.885**	**131.075**	**134.810**
Alto Rio Novo	7.434	3.701	3.733
Baixo Guandú	30.674	14.978	15.696
Colatina	120.033	58.122	61.911
Governador Lindenberg	11.009	5.662	5.347

Marilândia	12.387	6.124	6.263
Pancas	18.893	9.508	9.385
São Domingos do Norte	8.589	4.497	4.092
São Gabriel da Palha	32.252	15.887	16.365
São Roque do Canaã	10.886	5.518	5.368
Vila Valério	13.728	7.078	6.650
Litoral Sul	**184.972**	**91.346**	**93.626**
Alfredo Chaves	13.836	7.013	6.823
Anchieta	29.984	14.821	15.163
Iconha	12.326	6.143	6.183
Itapemirim	39.832	19.504	20.328
Marataízes	41.929	20.533	21.396
Piúma	22.300	10.899	11.401
Presidente Kennedy	13.696	6.831	6.865
Rio Novo do Sul	11.069	5.602	5.467
Metropolitana	**1.880.828**	**903.600**	**977.228**
Cariacica	353.491	170.395	183.096

Fundão	18.014	8.901	9.113
Guarapari	124.656	60.685	63.971
Serra	520.653	251.410	269.243
Viana	73.423	37.180	36.243
Vila Velha	467.722	225.575	242.147
Vitória	322.869	149.454	173.415
Nordeste	**270.049**	**133.490**	**136.559**
Boa Esperança	13.608	6.762	6.846
Conceição da Barra	27.458	13.396	14.062
Jaguaré	28.931	14.436	14.495
Montanha	18.900	9.347	9.553
Mucurici	5.466	2.748	2.718
Pedro Canário	21.522	10.638	10.884
Pinheiros	23.915	11.930	11.985
Ponto Belo	6.497	3.146	3.351
São Mateus	123.752	61.087	62.665
Noroeste	**156.989**	**77.973**	**79.016**

Água Doce do Norte	12.042	6.052	5.990
Águia Branca	9.711	4.930	4.781
Barra de São Francisco	42.498	20.994	21.504
Ecoporanga	21.992	10.915	11.077
Mantenópolis	12.770	6.293	6.477
Nova Venécia	49.065	24.293	24.772
Vila Pavão	8.911	4.496	4.415
Rio Doce	**333.129**	**165.152**	**167.977**
Aracruz	94.765	46.893	47.872
Ibiraçu	11.723	5.807	5.916
João Neiva	14.079	6.814	7.265
Linhares	166.786	82.479	84.307
Rio Bananal	19.274	9.866	9.408
Sooretama	26.502	13.293	13.209
Sudoeste Serrana	**143.588**	**72.002**	**71.586**
Afonso Cláudio	30.684	15.407	15.277
Brejetuba	12.985	6.654	6.331

Conceição do Castelo	11.937	5.973	5.964
Domingos Martins	35.416	17.870	17.546
Laranja da Terra	11.094	5.601	5.493
Marechal Floriano	17.641	8.795	8.846
Venda Nova do Imigrante	23.831	11.702	12.129

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022

SEÇÃO 1

MULHERES COM DEFICIÊNCIA

Mulheres com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo, de ordem física, mental, intelectual ou sensorial, contemplando uma ou mais barreiras, as quais podem dificultar, sobremaneira, a sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (Lei nº 13.146, 2015). Nesse segmento, destacam-se a importância e a necessidade de uma sociedade mais inclusiva e acessível, que promova o respeito à diversidade e à igualdade de oportunidades.



Bárbara Gaspari é presidente do Mova-se, ONG que luta pela acessibilidade e Inclusão das pessoas com deficiência.

Foto de Zanete Dadalto

CAPÍTULO 2

MULHERES COM DEFICIÊNCIA: “SOBREVIVER ÀS BARREIRAS QUE NÃO CONSTRUÍMOS”

Ana Flávia Zambon Coelho
Katia Helena de Deus Moreira

Para compreender as vivências das mulheres com deficiência, foram realizadas seis rodas de conversa, sendo cinco presenciais e uma virtual, entre os períodos de abril a junho de 2025. As atividades contaram com a participação de 67 mulheres com diferentes tipos de deficiência[1], dentre elas: deficiência física, visual, intelectual, auditiva e mulheres com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o que permitiu uma escuta plural e a identificação de experiências diversas, marcadas por barreiras estruturais, atitudinais, capacitistas, e também por fatores relacionados ao racismo, à desigualdade social e à falta de acessibilidade.

A pergunta balizadora, utilizada para orientar as rodas de conversa foi: o que é ser mulher com deficiência? Essa pergunta nos permitiu levantar outras questões sobre falta de acessibilidade nos espaços públicos e privados, evidenciando uma realidade de muita negligência

que, inevitavelmente, também nos leva a refletir sobre o capacitismo — uma forma de discriminação que marginaliza pessoas com deficiência, tratando-as como inferiores ou incapazes, principalmente as mulheres, que são o centro da pesquisa.

MULHERES COM DEFICIÊNCIA: ASPECTOS GERAIS

Conforme o Censo de 2022, 7,2% da população capixaba acima de dois anos (268.820 pessoas) vive com algum tipo de deficiência – sendo as mulheres a maioria desse grupo (57%).

Para além das deficiências visíveis, existem aquelas que são as chamadas "deficiências ocultas", as quais causam dificuldades ou transtornos na vida de quem as possui. Uma delas é o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que se caracteriza como um Transtorno do Neurodesenvolvimento do Indivíduo (TND), interferindo na capacidade de comunicação, linguagem, interação social e comportamento.

A pessoa autista pode apresentar alterações qualitativas e quantitativas da comunicação, seja verbal ou não verbal, na interação social e alguns comportamentos como ações repetitivas, hiperfoco e restrição de interesse, além de algumas sensibilidades. Fala-se em espectro porque é uma possibilidade de características e comportamentos em diferentes níveis de suporte, que podem ser leves e com total independência, até um nível de total dependência para o desempenho de atividades do cotidiano (Brasil, 2025).

No Brasil, 2.405.337 pessoas são diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista, sendo 1.441.208 homens e 964.129 mulheres. No Espírito Santo, do total de 51.328 pessoas autistas, 31.671 são homens e são entre 19.658 mulheres.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) – Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, a deficiência é caracterizada como o resultado da interação entre pessoas com impedimentos de longo prazo (de natureza física, mental, intelectual ou sensorial) e as barreiras que possam obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas, ou seja, a Lei reconhece que a limitação não está apenas na pessoa, mas na sua interação social frente às barreiras impostas pela sociedade como um todo.

O direito à educação é assegurado pela Constituição Federal de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei nº 9.394/1990), garante ao estudante com deficiência a matrícula em turmas regulares e o atendimento, realizado no contraturno, de forma complementar ou suplementar, nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), garantido pelo Atendimento Educacional Especializado - AEE. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência também garante este direito, indo ao encontro do que é preconizado pela LDB. Entretanto, ainda é um desafio para as pessoas com deficiência acessarem os meios formais de educação inclusiva.

Os dados do IBGE (2022) sobre pessoas de 25 anos ou mais com deficiência e disparidade no nível de instrução, mostraram uma lacuna quando o assunto é acesso à

[1] Utilizamos o Levantamento de Dados Socioeconômicos de Pessoas com Deficiência do Estado do Espírito Santo de 2023 como base para dividir os tipos de deficiência. A partir desse documento estadual, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) está incluído em Deficiência Intelectual, fato que nos fez inserir esse transtorno no Atlas, embora, de acordo com o DSM-5-TR (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), o TEA é definido como um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por dificuldades persistentes na comunicação social e e na interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. O DSM-5-TR também inclui especificadores para ajudar a descrever o TEA com mais detalhes, caso que pode ser consultado no documento em destaque.



A inclusão foi ponto chave das rodas de conversa.

Foto de Zanete Dadalto

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

educação das pessoas com deficiências. Dentre o grupo de homens e de mulheres com deficiência, foi calculado o percentual de cada segmento de acordo com o nível de instrução: do total de mulheres com deficiência, 17,14% possuem fundamental incompleto, ou nenhuma instrução. Em relação ao ensino médio completo e superior completo, dentre as mulheres com deficiência, apenas 10% conseguiram completar o ensino superior.

O cotidiano das mulheres com deficiência[2] é permeado de desafios persistentes. O Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência, em 2020, já chamava a atenção para o fato de que há um demérito às capacidades da pessoa por suas diferenças, colocando-as no lugar de "não-iguais", e atribuindo-lhes a incapacidade de gerir suas próprias vidas, sem autonomia, dependentes, desamparadas, assexuadas, condenadas a uma vida eterna e economicamente dependente.

Expressão corroborada por uma das participantes da roda de conversa: ***"acontece com muitas de nós, de verem nossa deficiência primeiro do que a nós mesmas. Primeiro veem minha cadeira, depois me veem"***.

O QUE É SER MULHER COM DEFICIÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO?

Ser mulher com deficiência no Espírito Santo é habitar um território de invisibilidade institucional e de resistência cotidiana, conforme revelam as vozes das 70 integrantes dessa pesquisa.

Diversas participantes sublinharam o atravessamento de condições adversas, que incluem gênero e deficiência, fazendo emergir ideias de desafio, resistência e superação, dor e potência em contextos múltiplos – desde os familiares, passando por transposições de classe, no ambiente de trabalho, e na dificuldade de realizar atividades cotidianas em virtude do preconceito e da falta de estrutura.

"Ser mulher é ser guerreira e determinada, mas tendo uma deficiência é ainda mais desafiador."

"Ser mulher já é um ato de resistência; ser mulher com deficiência é sobreviver a barreiras que não construímos."

"A gente sabe que esses espaços de oportunidades não querem de fato uma mudança, porque a mudança os assusta. A mudança nos colocaria em evidência nos espaços."

Os relatos evidenciam que a deficiência molda uma visão, para além das barreiras sociais, acerca das condições do ser mulher.

"Perguntaram se meu filho nasceria com 'problema', e, quando nasceu, perguntaram se ele era normal."

Os constrangimentos não ficam restritos aos olhares e a tais falas, mas reverberam em contextos de descasos - se consubstanciam no direito ao transporte, que não se efetiva; ou em dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, ambos inter-relacionados com as adversidades de ser mulher com deficiência. Em face às garantias básicas negligenciadas, há um impacto nos afazeres cotidianos, causando dissabores e frustrações, que repercutem no emocional.

"Já perdi viagens de trabalho em razão do transporte gratuito ter apresentado problemas, o que é frequente. Queria que os responsáveis por administrar esses transportes passasse um dia dependendo do sistema."

"É difícil as pessoas entenderem que não ocupo meu cargo apenas por ser PcD. Eu ouço todos os dias comentários

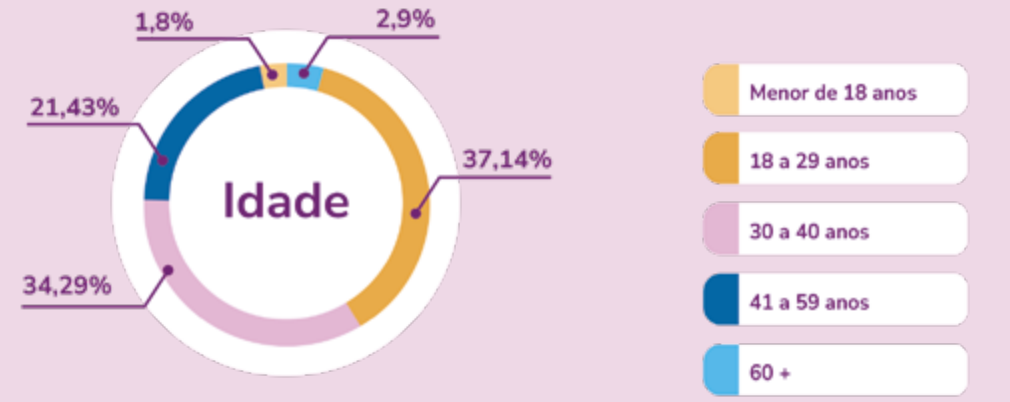
[2] O Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência é um movimento criado em 2018 para dar voz a essas mulheres, focando na interseção entre gênero e barreiras impostas pela deficiência.

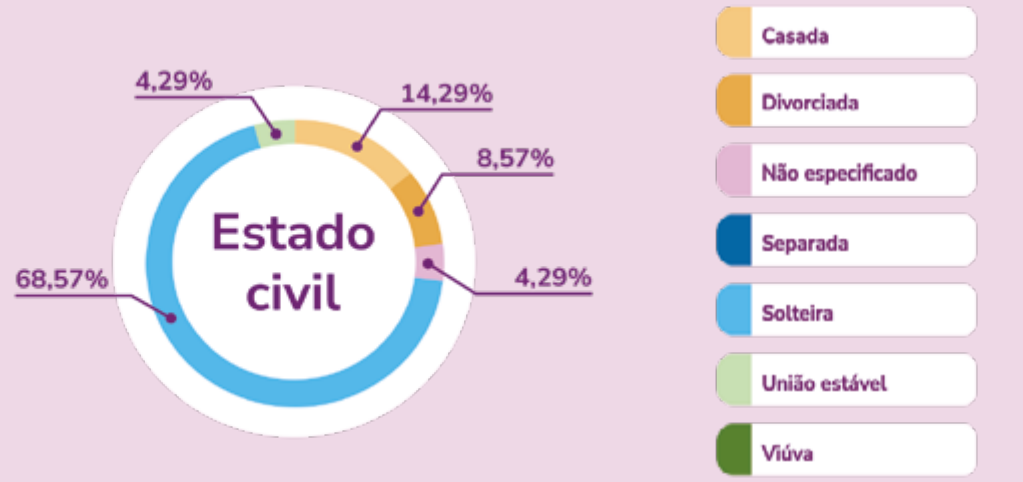


Foto de Zanete Dadalto

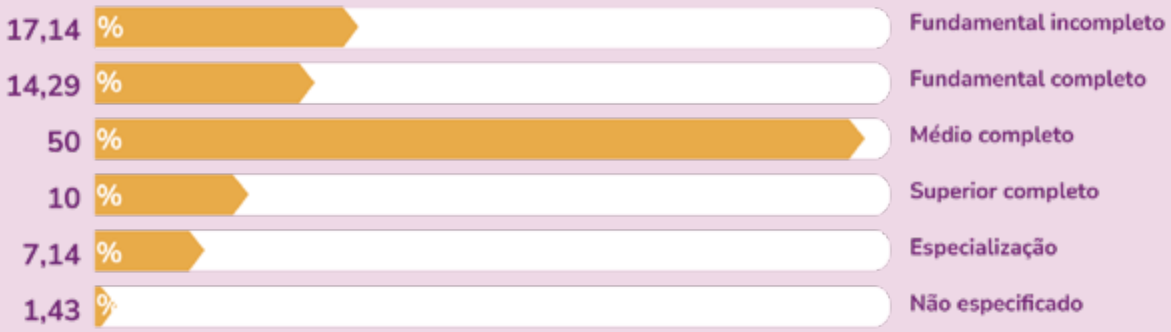
O cuidado da casa e de familiares permeia o cotidiano dessas mulheres.Thaisa Lima dos Santos, cadeirante e mãe atípica.

Perfil das Mulheres com Deficiência





Escolaridade





Raça/cor/etnia

43%
Brancas

36%
Pardas

13%
Pretas

28%
São as principais provedoras da família

28%
Cuidam de alguém

13%
Cuidam dos filhos

12%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

83%

Não trabalham fora, porém usam maior parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

23%
Têm filhos

94%
Têm até dois filhos

38%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

sugerindo que não estou lá pela minha capacidade, mas pela deficiência."

Mas apesar dos desafios, a ideia de orgulho emerge entre as falas emocionadas: ***"tenho orgulho de não ser acomodada (...). Tenho orgulho de ser uma mulher com deficiência"***.

O panorama geral é de que ser mulher com deficiência é um quadro desafiador, no cotidiano, devido a forma como o capacitismo impõe à elas práticas e estruturas sociais que as desvalorizam ou as marginalizam, resultando em processos de exclusão e impacto negativo sobre as oportunidades. ***"Não acho que seja apenas falta de informação; é falta de empatia. Muita gente sabe que ficamos de fora e não se importam"***. Mas há também uma identidade compartilhada de superação e orgulho.

Mulheres com deficiência intelectual vivem uma luta constante pela autonomia. Conforme dados coletados em rodas de conversa, quase metade delas enfrenta discriminação por parte das instituições, e cerca de 40% criam seus filhos sozinhas. São mulheres que precisam batalhar diariamente para ter o direito de decidir sobre suas próprias vidas, enfrentando tanto o preconceito institucional quanto os desafios da maternidade sem uma rede de apoio. A NI[3] (deficiência intelectual) trouxe uma perspectiva pessoal:

"Hoje minha maior realização é estar aqui e ver que há beleza em cada um de nós".

"Ser mulher pra mim é ajudar as pessoas, um propósito, é ser forte; ser mulher com deficiência é ser mais forte ainda".

Apesar de haver um quadro geral, cada tipo de deficiência marca a subjetividade dessas mulheres, por isso a necessidade, mesmo que de forma muito breve, explicitar as observações mais marcantes.

Em relação às mulheres autistas, o desafio é outro: a sociedade ainda não sabe reconhecê-las. O diagnóstico de autismo em mulheres adultas é muito mascarado, ou seja, existe o que chamamos de *masking*[4] (camuflagem social) e isso gera muita confusão. As pessoas não sabem como uma mulher autista realmente é, então acabam colocando-as em extremos: ou acham que são superdotadas, ou que têm deficiência intelectual grave. Não há meio-termo.

Pior ainda: ignoram o que essas mulheres dizem sobre si mesmas. Uma participante relatou que sua própria terapeuta generalizou, dizendo que "autistas não sentem dor", quando na verdade ela sente muita dor o tempo inteiro. Ou seja, até os profissionais costumam reproduzir estereótipos, os quais não correspondem à experiência real dessas mulheres.

Já entre as mulheres com deficiência auditiva há a luta pelo reconhecimento linguístico numa sociedade que silencia sinais. A declaração de uma participante com deficiência auditiva resume as maiores dificuldades do grupo:

"No parto, quase perdi meu filho porque não me atendiam. Não entendiam que eu estava vendo que queriam fazer cesária, para se livrarem rapidamente de mim. Mas briguei e tive meu filho de parto normal".

[3] A sigla "NI" pode se referir a "Deficiência Intelectual", que é uma condição caracterizada por funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com limitações em habilidades adaptativas como comunicação e cuidado pessoal, e que se manifesta antes dos 18 anos. É importante usar o termo pessoa com deficiência (PcD), que é a terminologia correta e estabelecida pela Lei Brasileira de Inclusão.

[4] O *masking* no autismo é o ato de camuflar ou suprimir comportamentos autistas para tentar se encaixar nas expectativas sociais, o que pode incluir forçar contato visual, imitar gestos e esconder movimentos repetitivos. Essa estratégia é uma forma de evitar julgamento, discriminação e exclusão, mas exige um grande esforço mental e pode levar a problemas de saúde mental a longo prazo, como exaustão e desconexão consigo mesmo.

Entre as mulheres com deficiência física, a autonomia aparece como centro das narrativas, sobretudo em relação a dificuldade de lidar com os desafios de maternar com deficiência, muitas vezes solo, e com as cobranças sociais por ser mãe, como se não devessem ter escolhido serem mães. ***"Sinto culpa por não conseguir fazer tudo ou atender às expectativas"***, enquanto outra participante desabafa uma dor mais profunda: ***"pensam que meu útero é podre, como se eu fosse contaminar a criança"***.

No mercado de trabalho e na vida social o capacitismo opera de forma perversa: salários baixos, falta de acessibilidade em diversos espaços (academia, ambientes de trabalho, barreiras arquitetônicas etc) são preconceitos diversos.

Entre as mulheres com deficiência visual, a vivência aparece como uma batalha contra a infantilização, a dependência e a desconfiança sistêmica. A maioria relatou necessitar de acompanhantes para atividades básicas e, mais da metade, revelou que sofreu algum tipo de preconceito e/ou constrangimento, dentro e/ou fora da família.

"Já esbarrei em alguém na rua e foi constrangedor, pois a pessoa não entendeu minha limitação mesmo com bengala".

A mobilidade é uma guerra diária: ***"calçadas são bagunçadas; sempre tem um carro bloqueando" (...) "Ser mulher com deficiência visual é desafiador: na família, no trabalho, no andar pelas ruas".***

O acesso à renda gera autonomia e empodera as mulheres com deficiência. Empreendedoras Inclusivas: Neidimara Martins Pacheco, Suely Lima. Flávia Maria dos Santos, Suzana Lima e Edna Simões.

Foto de Zanete Dadalto

O retrato que emerge não revela falhas pontuais, mas sim um processo contínuo de exclusão e negligência: baixa remuneração e dependência financeira; preconceitos que, ainda que enraizados na ignorância, funcionam como mecanismos estruturais de exclusão. A mobilidade e a acessibilidade permanecem reduzidas em razão de um padrão arquitetônico, urbanístico e de transporte público que limita a circulação dessas pessoas, como se o próprio espaço social as quisesse fora do convívio.

É preciso urgentemente conhecer mais profundamente a realidade das mulheres com deficiência, a fim de possibilitar seu protagonismo. É urgente um imperativo ético e metodológico. Seus corpos e experiências, historicamente negligenciados, detêm o conhecimento necessário para reconfigurar a acessibilidade como projeto civilizatório. Afinal, como demonstram os relatos sobre transporte, saúde e trabalho, soluções pensadas a partir das barreiras que enfrentam beneficiam toda a sociedade — idosos, gestantes, pessoas com mobilidade reduzida.

Confiar-lhes a liderança desse processo, portanto, não é um gesto de concessão; é o reconhecimento de que, nas palavras de Del Moro (2023, p. 112), ***"quem vive na pele o fracasso do modelo atual carrega o mapa para sua reinvenção"***. Suas vozes, como as que ecoam nessa pesquisa, não clamam meramente por inclusão no sistema: exigem transformá-lo radicalmente e urgentemente.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Melhorar a estrutura de mobilidade urbana, tanto nos grandes centros, quanto nas pequenas cidades.
02	Fiscalização efetiva de calçadas e remoção de obstáculos (carros estacionados irregularmente).
03	Acessibilidade em espaços de lazer (academias, cinemas, teatros).
04	Adaptações arquitetônicas em espaços públicos e privados.
05	Protagonismo de mulheres com deficiência nos espaços de gestão e de decisão.
06	Instituir auditorias participativas e plataformas digitais de monitoramento e acompanhamento do transporte público.

07	Garantir no sistema de saúde intérpretes de Libras e fluxos não verbais.
08	Formação de profissionais sobre diversidade de deficiências.
09	Protocolos de atendimento que respeitem a autonomia das mulheres com deficiência.
10	Reconhecimento profissional e comitês gestores com participação direta de PcD's para reorientar práticas corporativas.
11	Acessibilidade nos ambientes de trabalho.
12	Na educação, garantir canais de denúncia verdadeiramente acessíveis, bem como, espaços para participação na definição de materiais pedagógicos e serviços de proteção às pessoas com deficiência.
13	Combate à infantilização e capacitismo institucional.
14	Serviços de proteção às pessoas com deficiência.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

SEÇÃO 2

MULHERES COM MATERNIDADE ATÍPICA

A maternidade atípica refere-se à experiência de mulheres que cuidam de filhos/as com deficiência. Essa vivência é marcada por desafios específicos, que demandam delas um constante ajuste para atender às necessidades particulares dos seus filhos/as. Além disso, outro impasse importante é conseguir manter o equilíbrio entre o cuidado com seus dependentes e as exigências da vida diária, como o gerenciamento do estresse emocional, o cumprimento de responsabilidades domésticas, familiares e profissionais, sobrando, muitas vezes, pouco tempo para o autocuidado.



Foto de Zanete Dadalto

Joana Araujo e sua filha Juliana no Vitória Down.

CAPÍTULO 3

MULHERES COM MATERNIDADE ATÍPICA: UMA REALIDADE SILENCIOSA

Célia Barbosa da Silva Pereira
Jeane Andreia Ferraz Silva
Katia Helena de Deus Moreira

Mães atípicas compõem um segmento de mulheres que têm filhos com deficiência. Para a formulação do Atlas das Mulheres do Espírito Santo, foram realizadas oito rodas de conversa presenciais (na Amaes de Serra, na Apae de Serra, na Apae de Viana, na Apae de Vitória, no Ifes de Cariacica, na Clínica Envolve, na OAB de Vitória e na OAB de Vila Velha) e um encontro remoto. Juntos, esses encontros consolidaram a participação de 78 mulheres, que responderam a um questionário com 33 perguntas abertas e fechadas.

MATERNIDADE ATÍPICA: ASPECTOS GERAIS

Dados oficiais sobre a situação de mulheres com maternidade atípica são escassos. Nesse sentido, o Atlas expõe dados e informações originais e inéditos, coletados a partir das rodas de conversa, revelando a necessidade de dar visibilidade a essa parcela importante da população.

O QUE É SER MULHER COM MATERNIDADE ATÍPICA NO ESPÍRITO SANTO?

A pesquisa do Atlas englobou mulheres com maternidade atípica majoritariamente da Região Metropolitana da Grande Vitória, correspondendo a 94,8% do total das participantes. Dessas, 39.7% residem no município de Serra, 21,8% em Vitória, 19,2% em Viana, 7,7% em Vila Velha e 6,4% em Cariacica.

Quando se analisa a faixa etária dessas mulheres, observa-se que 57,69% estão com idade entre 41 e 59 anos, 30,77% entre 30 e 40 anos, 7,69% entre 60 e 80 anos e apenas 2,56% com 18 e 29 anos. E temos ainda 1% com idade inferior a 18 anos.

Esses dados revelam que as mães atípicas estão em processo de enfrentamento do envelhecimento, chamando atenção principalmente para a faixa etária entre 60 e 80 anos.

Em relação ao quesito raça/cor/etnia, 55% das mulheres se autodeclararam como pardas, 28% como brancas, 14% como pretas e 2,5% como amarela. Ao analisarmos a classificação "pardas" e "negras", observa-se que prevalece a concentração alta da população negra na categoria parda, o que remete ao desafio que é se reconhecer negra/negro/negre diante de uma estrutura racista (CFESS, 2022).

Nesse sentido, 69% das mães atípicas pesquisadas são negras, o que requer a necessidade de elaboração de políticas públicas em uma perspectiva antirracista. No que se refere ao estado civil, 38,46% das mulheres são casadas, 30,77% são solteiras, 11,5% são divorciadas, 9% estão em união estável, 7% são separadas e 2,56% são viúvas.

Quando se analisa a escolaridade das mulheres com maternidade atípica, nota-se que a maioria tem uma formação média, correspondendo a cerca de 45% das mães atípicas com ensino médio completo; 10% têm o fundamental incompleto e 19% completo; 6,41% têm o superior completo; sendo 16,7% com pós-graduação no nível de especialização e 2,6 % têm o mestrado.

Participaram da pesquisa mulheres de diferentes classes sociais, com remunerações diversas. No que se refere à renda individual, 51,3% delas ganham entre R$ 1.000,00 e R$ 2.500,00; 29,5% recebem menos de R$ 1.000,00; há ainda 11,5% que percebem entre R$ 2.501,00 e R$ 5.000,00; 6,4% que arrecadam entre R$ 5.001,00 e R$ 10.000,00 e há ainda 1,3% de mães, as quais recebem acima de R$ 10.000,00.

A maioria dessas mulheres, 56,4%, são as principais provedoras do sustento das famílias, sendo 46,2% mães solo e 28,2% têm o parceiro(a) como principal provedor (a). Metade das mulheres recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), 12,8% recebem o Bolsa Família e 2,6% têm acesso a ambos os benefícios; há ainda 34,6%, que correspondem às mães a típicas que declararam não ser beneficiárias do Bolsa Família e tampouco do BPC. Ou seja, 65,4% das mães atípicas são beneficiárias e arrecadam algum tipo de benefício de transferência de renda do Governo Federal, o que demonstra uma situação significativa de empobrecimento das famílias atípicas.

Isso fica ainda mais evidente com relação ao vínculo empregatício, visto que 43,6% das mães atípicas não possuem nenhum tipo de vínculo com o mercado de trabalho, ao passo que 34,7% declararam algum tipo de vínculo como empreendedorismo, trabalho autônomo e vínculo formal.

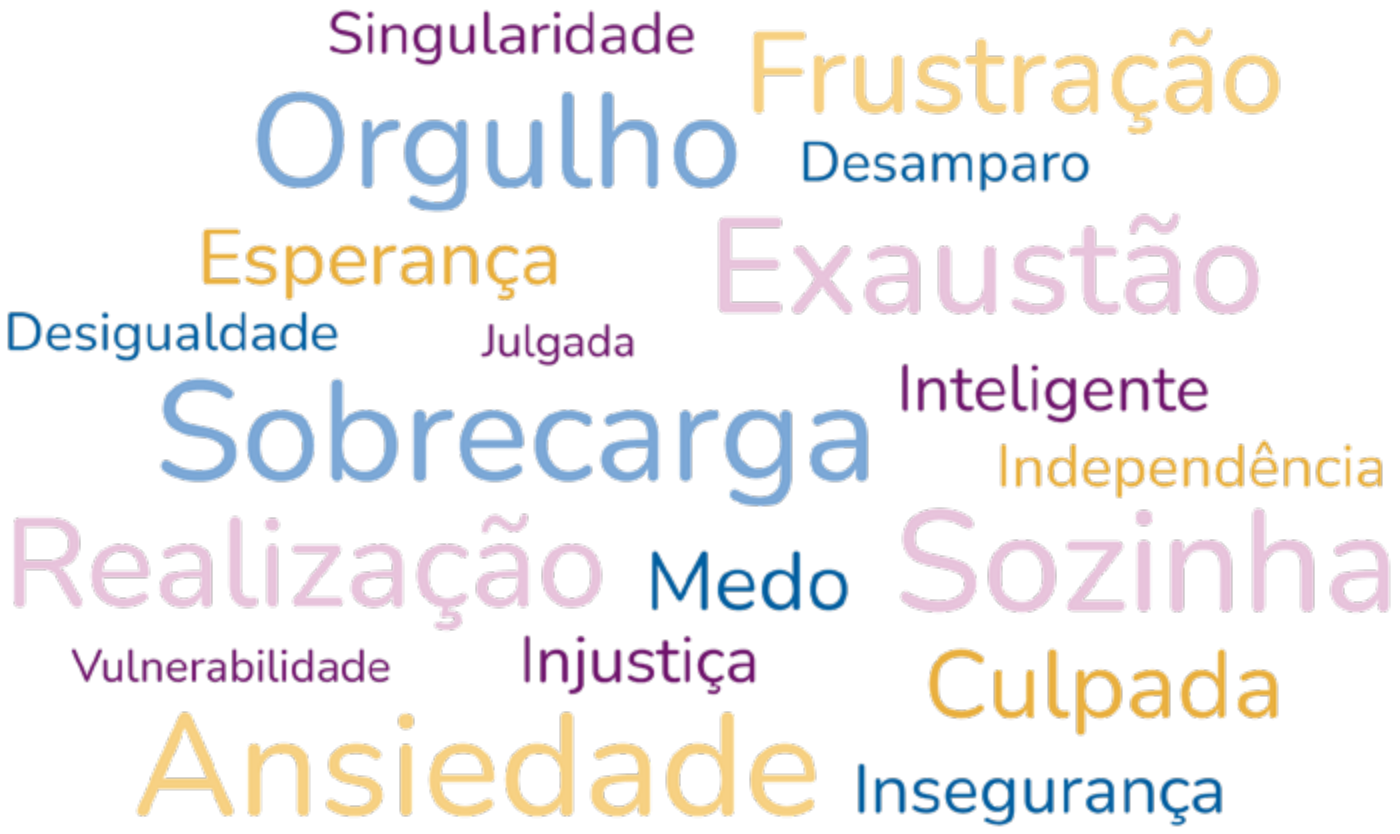
Os dados mostraram que 52,6% das mulheres precisaram abandonar o emprego de carteira assinada (CLT) depois que se tornaram mães atípicas; 2,6%, o emprego no serviço público e 12,8%, o trabalho informal. Ou seja, muitas mulheres, ao se tornarem mães atípicas, tem como processo consequente a saída do emprego, formal ou autônomo, para cuidar do filho atípico. Não são



Colaboração atenta das participantes com as informações que compõem o Atlas.

Foto de Camila Buzzette

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

incomuns os relatos como o dessa mãe, que expressa um fato inesperado: ***"larguei meu trabalho de carteira assinada para cuidar dela..."***

Contudo é relevante informar que 21,8% delas não precisaram abandonar o trabalho remunerado, enquanto 10,3% disseram que não exerciam atividade remunerada antes de se tornarem mães atípicas. A dificuldade financeira e a necessidade de trabalhar fora, junto à rotina intensa de terapias e cuidados com o filho atípico, foram temas frequentes nas rodas de conversa. Esses relatos evidenciam o desafio constante que essas mulheres enfrentam para equilibrar maternidade, trabalho e renda.

Ou seja, trabalhando exclusivamente em casa ou dividindo esse tempo com o trabalho fora e com o estudo, a maioria das mulheres,74%, afirmam que usam a maior parte do tempo para cuidar das pessoas da família e da casa. Os dados também apontam que 37,2% das mães atípicas possuem dois filhos; 28,2% possuem um filho; 20,5% possuem três filhos e 14,1% possuem quatro ou mais filhos. A maioria, 78,2% têm apenas um filho com deficiência, mas 15,4% têm dois filhos com deficiência e 6,4% têm três ou mais filhos com deficiência.

Sobre o cuidado dispensado a pessoas da família, os dados demonstram que 71,8% das mulheres com maternidade atípica cuida, exclusivamente, dos filhos nessa condição especial; enquanto 14,1% dividem esse cuidado entre os filhos e os pais (pai/mãe). Há um percentual de 3,8% que dão atenção ao filho e ao marido, enquanto e 3,9% cuidam, respectivamente, de filhos e de outras pessoas tais como sogro/sogra.

A rotina intensa de cuidados é uma marca na vida das mulheres que se tornam mães atípicas. Quando refletiram sobre sua nova condição, a maioria destacou primeiro a sobrecarga e o acúmulo de responsabilidades, apontando o constante sentimento de pressão e exaustão.

Além disso, quase metade (47,4%) relatou sentimentos de solidão, isolamento e falta de apoio: muitas não possuem rede familiar, amigos ou qualquer tipo de suporte profissional. Esse cenário de esgotamento é comprovado pelos números — 67,9% dedicam mais de 40 horas semanais aos cuidados com o filho com deficiência, enquanto 11,5% dedicam cerca de 30 horas por semana.

As que ainda trabalham fora sentem um desgaste físico e mental ainda maior, porque ainda cuidam da família e da casa. Exaustão e sensação de cansaço extremo aparecem entre as emoções mais mencionadas por essas mulheres, em meio a muitos outros desafios que essas mulheres têm que lidar.

Portanto, já não bastasse ter que encarar o desgaste, a sobrecarga mental e física, as mães atípicas precisam lidar com a ausência da rede de apoio. Considerado por elas o segundo maior desafio da maternidade atípica, a ausência dessa rede foi um dos temas mais recorrentes nos discursos que expõem o total abandono da mãe:

"Eu sou sozinha, eu não tenho ajuda de ninguém, "as outras pessoas não querem se envolver. Eles não querem ter trabalho, não querem, têm vergonha". Uma das mulheres chega a afirmar: "eu estou isolada numa ilha cercada de gente. É minha sensação. [...] Não poder contar com ninguém, mesmo".

O peso da maternidade atípica fica evidenciado nos discursos: ***"E chega um momento que você percebe que é só você, só você e Deus. E você fala para si mesma, se essa daqui é a minha carga, pega a carga e vai sozinha".***

A falta da rede de apoio nem sempre é explícita, como mostra uma das mães, ela se dá também de forma velada:

"Quando a gente busca ajuda, a gente recebe, assim, não é um não estampado, mas é um não disfarçado, cheio de desculpa. De cada um olhando o seu umbigo e nem querer tentar compreender como é que é a sua realidade. Então, assim, a gente não tem nenhum espaço [...], você não consegue nem desabafar. Às vezes nem uma pessoa para tentar te escutar".

A deficiência na rede de apoio soma-se ao medo que as mães atípicas têm de deixar o filho atípico aos cuidados de alguém. Muitas dessas mães tem o temor de que o outro não vai saber lidar com o seu filho. Elas costumam pressupor e revelam: ***"[...] a outra pessoa não vai cuidar como a gente cuida, e eu não quero, realmente a pessoa não vai cuidar como a gente cuida".*** Além disso, as mães que contam com apoio no início do processo, ressentem o afastamento dos apoiadores, na medida em que aumenta a complexidade das questões atípicas. ***"A rede de apoio, com o aumento dos desafios, vai diminuindo, vai estreitando"***, até muitas vezes desaparecer.

Até mesmo no próprio núcleo familiar, as mães atípicas estão sozinhas para realizar o cuidado da pessoa com deficiência. Marido e outros filhos, quando muito, são apenas meros ajudantes. ***"Não tem o apoio familiar e às vezes não tem o apoio dentro de casa; "mesmo com o marido, não posso dizer que é uma rede de apoio porque é quando ele está a fim".***

Se por um lado não há uma rede de apoio familiar que sustente, por outro, também são insuficientes as políticas públicas voltadas para o cuidado da pessoa com deficiência. Uma das mães reflete: ***"Mas assim, eu penso que a gente busca muito, briga muito, querendo apoio, mas rede de apoio é meio que governamental, não é?!".*** E formar uma rede de apoio com cuidadora remunerada é difícil para as mães atípicas, porque em geral, essa "é uma rede de apoio cara" e as famílias atípicas já têm muitos gastos com remédios e terapias.

Sem poder contar com o apoio familiar, com assistência governamental e/ou privada, as mulheres de maternidade atípica apresentam um acúmulo de atribuições que pode culminar em adoecimento – ficam expostas ao adoecimento físico e mental, dificultando ainda mais as condições de cuidado da pessoa com deficiência, ao ponto de uma delas afirmar ***"A gente não vive, a gente vegeta".*** Uma outra questiona: ***"quando eu estou com ansiedade, como que eu cuido deles?"***

O comprometimento da saúde é um fator que limita ainda mais a mãe atípica. Uma delas indica: ***"hoje a minha condição física não me permite mais fazer tudo que eu queria fazer".*** A sobrecarga de cuidado leva às mães atípicas colocarem a sua saúde em segundo plano,

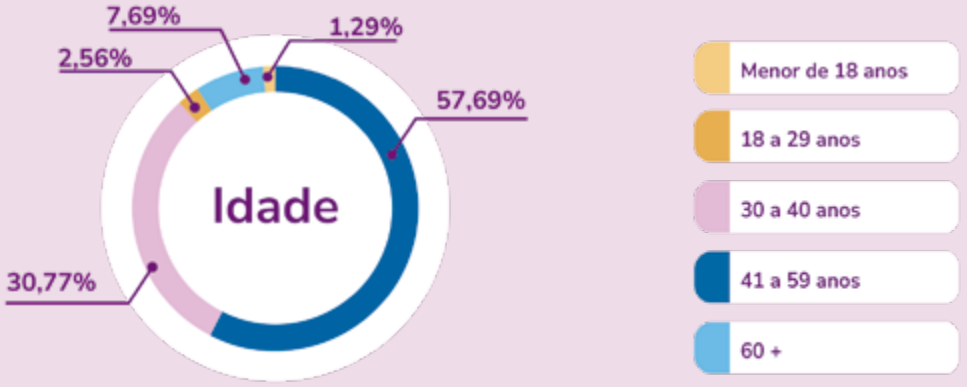
"A nossa rotina já é pesada, é uma semana inteira, leva o menino para terapia, para a escola, para o médico, etc. Então, se você não colocar que você é a prioridade, a sua saúde vai embora [...]. Foi o que ocorreu comigo, eu fui adoecendo por excesso de cuidado ao meu filho e por negligenciar minhas sensações".

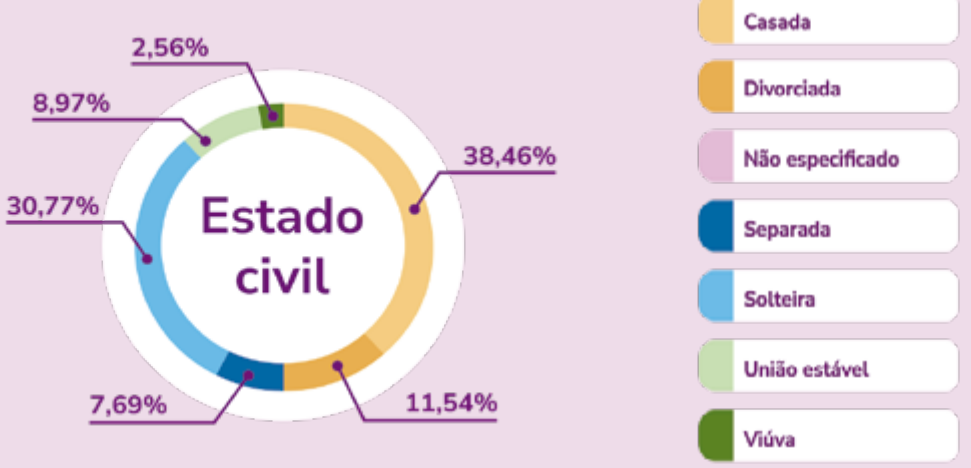
Como disse uma das mulheres, ***"Ninguém olha para a mãe. Quando você vê a maternidade atípica, você olha a pessoa com deficiência, você não olha a mãe que está doente, que está ficando doente junto com o filho".*** E o adoecimento é muito comum entre as mães atípicas, ***"a gente cria transtornos cuidando [...], no mínimo um transtorno de ansiedade generalizada e crises depressivas".***

A ansiedade foi elencada como um dos estados emocionais mais recorrentes, entre as mulheres com maternidade atípica. Em face a esse quadro adoecedor, 37,2% das mulheres indicaram terem sido aconselhadas a realizarem acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico, em contraposição a 62,8% que não fazem. Para cuidar da saúde, as mulheres fazem uso principalmente da rede pública, 67,9% usam exclusivamente essa rede, 23,1% usam a saúde pública e a privada e 9,0% usam apenas a rede de saúde privada.

As mães atípicas são chamadas pela sociedade de guerreiras, heroínas, abençoadas, especiais e escolhidas por Deus e muitas delas acabam reproduzindo essas narrativas. Mas por trás desses títulos há mais uma expressão da falta de apoio a elas. Uma das mães desabafa: ***"Vou falar o que eu sinto, porque é o que a sociedade fala; que eu sou privilegiada, que eu sou escolhida por Deus, porque Deus me deu porque sabia que eu cuidava. Não, eu não tenho essa capa de super-heroína"***, outra relata

Perfil das Mulheres com Maternidade Atípica





Escolaridade





Raça/cor/etnia

55%
Pardas

28%
Brancas

14%
Pretas

56%
São as principais provedoras da família

100%
Cuidam de alguém

100%
Cuidam dos filhos

15%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

74%

Não trabalham fora, porém usam maior parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

100%
Têm filhos

72%
Têm dois filhos ou mais

46%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa



Eunice Morelatto é presença constante no acompanhamento do desenvolvimento do filho Gustavo.

Foto de Zanete Dadalto

que está cansada de ouvir, ***"você é uma supermulher, porque você é uma pessoa muito forte".*** E uma conclui:

"[...] eu não queria ser mãe atípica, a verdade é essa [...] então, eu reconheci e admiti isso, foi muito doloroso. Porque não é que eu não ame meu filho. Uma coisa não tem nada a ver com a outra, sabe? Eu amo muito meu filho. Sou muito feliz com o meu filho. Não estou querendo trocar o meu filho.

O maternar atípico quando realizado sem qualquer rede de apoio é solitário. De forma que, muitas vezes, é sentido como ***"prisão, desvalorização "[...] humilhação pela falta de acolhimento e adaptações pela comunidade, escola e sociedade".***

Mãe atípica é aquela mãe que tem medo de morrer, [...] pelo motivo diferente das outras pessoas, porque ninguém quer morrer. Mas é pelo motivo diferente, porque a gente fica assim, o que vai ser? ***Tem quem cuida?", "a gente quer ter o direito de morrer".***

Por isso, para muitas, a "maternidade atípica significa desvalorização e renúncia total". Mas mesmo com tanta dedicação, as mulheres não estão isentas do julgamento da sociedade; ***"a gente está sempre errada, [...] julgada e errada".***

O peso da sociedade que impõe o cuidado às mulheres apareceu no discurso das mães atípicas. ***"A gente é exigida por tudo, pelo marido, pela família, pela sociedade, a gente tem um papel que as pessoas olham para a gente assim e exigem da gente".*** Cobrança de familiares, o julgamento e a falta de aceitação, compreensão e empatia pela sociedade, a exclusão e a falta de inclusão e o isolamento social do filho com deficiência foram citados entre os principais desafios a serem enfrentados pelas mães atípicas. Mas acima de tudo, como indicou uma mãe, "o maior desafio que a gente enfrenta, na minha opinião, é o preconceito", sendo esse o desafio com maior prevalência nos discursos das mães atípicas.

Mulheres com maternidade atípica encontram obstáculos no campo dos direitos, principalmente à educação e à saúde dos filhos com deficiência: A fragilidade da política de saúde: com dificuldade no acesso às terapias, falta de humanização, qualificação e alta rotatividade dos profissionais, insuficiência de neurologistas e psiquiatras

No campo da educação, a falta de qualificação dos profissionais desde a educação infantil até o ensino superior e a ausência do acompanhante individualizado na escola, além do *bullying* tiveram destaque nos discursos.

Uma das mães desabafa: ***"[...] ele sofreu muito bullying na escola, então ele não queria mais ir à escola, ele não queria mais falar, ele não queria mais escrever".*** As mães destacam que há uma insuficiência de políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência desde a infância à vida adulta, destacando que há poucos espaços de lazer, precariedade do transporte público e falta de acessibilidade.

Esses entraves são estressores que sobrecarregam ainda mais as mães atípicas, as quais ainda precisam tentar driblar a falta de tempo para o próprio lazer, para manter atividades físicas regulares e para o autocuidado. 21,8% das mães atípicas não conseguem tirar um tempo para se cuidar e 46,2% conseguem raramente (uma vez ao mês); outras 14,1% mantêm o autocuidado esporadicamente (uma vez a cada quinze dias) e apenas 17,9% conseguem tirar um tempo semanalmente para se cuidar.

Mas, apesar disso tudo, as mães atípicas ressignificam sua maternidade e demonstram resiliência. Para nós, ter uma maternidade atípica significa ***"ser forte, ser corajosa todo dia, se reinventar e ser mãe em dobro".*** Significa nunca desistir de seguir, mesmo quando é preciso ***"matar 10, 20 leões todo dia e todo dia quando eu acordo eles estão lá todos vivos".***

Além disso, as mães atípicas confrontam-se com uma necessidade de auto adaptação constante, como indicou

uma mãe “O meu desafio é ter que me reinventar todos os dias”. De modo resumido, uma das mães expõe:

“a maternidade atípica para mim significa me doar 100% sem ter nada em troca. É não ter nenhuma expectativa quanto ao futuro e se contentar em viver cada dia o mais tranquilo possível e o mais feliz possível. É aceitar a situação desafiadora de vida, mas tentando levar tudo com alegria e leveza. É amar incondicionalmente. É tentar viver sem saber se está fazendo a coisa certa, mas ter a paz de saber que estou fazendo o meu melhor. (revelação de uma mãe atípica, na escuta em roda de conversa)”.

E, ainda que toda maternidade requeira amor, respeito, coragem, ânimo, alegria e força, a atípica, exige acima de tudo resiliência. Ela desafia a uma busca constante por novos conhecimentos para dar conta das multitarefas, por isso ***“Ser mãe atípica é ser um pouco psicóloga, pedagoga, estudiosa, pesquisadora, professora”*** e lutadora em prol dos direitos e dignidade dos nossos filhos com deficiência e contra o preconceito e a exclusão social.

“A maternidade atípica representa para mim um mundo completamente novo, desconhecido e solitário”, relata uma das mães. Porém, na ausência de redes de apoio oficiais ou afetivas, forma-se entre essas mulheres um elo de solidariedade em meio ao desespero e à solidão. No espaço vazio deixado pela indiferença e pelo desamparo, as mães atípicas criam laços de fortalecimento, troca de conhecimentos e apoio mútuo.

Elas têm consolidado grupos de apoio que proporcionam acolhimento e o sentimento de pertencimento, mostrando que não estão sozinhas. Muitas relatam: ***“Como eu não tinha rede de apoio, as outras mães foram minha maior rede, pois sabiam o que eu sentia”, e “nos fortalecemos muito nos grupos, que são fundamentais, principalmente no início, funcionando como redes de sustentação psicológica”.***

Esses vínculos afetivos e o compartilhamento de experiências são essenciais para lidar com emoções que só elas compreendem. No entanto, quando o suporte envolve o cuidado direto aos filhos umas das outras, a ajuda nem sempre é possível, dado o alto nível de responsabilidade e os riscos envolvidos.

Os espaços oficiais de acolhimento, públicos ou privados, são escassos e, quando existem, raramente oferecem suporte ao cuidado das crianças com deficiência, dificultando a participação das mães. A intensidade dos desafios da maternidade atípica leva, muitas vezes, ao apagamento da mulher que vive essa experiência. O silêncio que se segue à pergunta “o que é ser mulher?” revela como a maternidade pode se sobrepor ao próprio ser mulher.

Uma delas questiona ***“O que é ser mulher? Eu nem lembro o que é ser mulher!”***

A outra conclui: ***“Eu não consigo entender e verbalizar nesse momento o que é o ser mulher na minha vida, talvez pelo fato de eu estar cuidando também. É isso. Não sou mulher na minha vida, sou mãe!”***

Ainda que ser mulher tenha muitas facetas — “é poder ser mãe, amiga, filha, mulher” —, as mulheres com maternidade atípica relatam que esse papel tende a se sobrepor a todos os outros. Para elas, ser mulher passa a significar anular-se e se resumir à função de mãe e cuidadora.

“Ser mulher é gerar, cuidar, alimentar, criar”, dizem. “É ter de pensar e cuidar de todos, trocar a própria vida pelos filhos, abrir mão de tudo — principalmente quando se tem um filho com deficiência.”

Em síntese, para muitas, ***“ser mulher é ser mãe, e isso basta”***. E, como completam, ***“é responsabilidade para caramba ser mulher.”***

Como mulheres somos muitas vezes silenciadas, incompreendidas, menosprezadas e cobradas socialmente a ter ***“responsabilidade dentro e fora de casa”,***

"temos que ser produtivas e ainda estar com a aparência impecável". Sem dúvida ser mulher é "ter sobrecarga mental" e física por ter que gerenciar e executar multitarefas, é estar cansada de brigar por direitos básicos, por igualdade e por respeito. Nessa sociedade que hierarquiza os papéis conforme o gênero, ***"ser mulher para mim significa ser desvalorizada, subjugada, sofrer pressões estéticas inatingíveis. Ser mulher é ser criada num sistema que mente sobre a realização da maternidade, que omite a pressão e a sobrecarga".*** Sem dúvida, é ***"superar os desafios diários de um mundo masculino"***, pois ***"vivemos em um mundo de julgamentos, de violência, intolerância e falta de empatia".***

Outro dado importante diante de tais desafios enfrentados pelas mães atípicas, refere-se ao acesso à rede de atendimento e enfrentamento da violência doméstica e familiar. Embora 62,8% destas mães terem afirmado que não precisaram acessar os serviços dessa rede, 37,2% destacaram a sua necessidade de acessá-los. Do conjunto de serviços os CRAS foram os mais procurados com 12,8%; as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs) foram o segundo equipamento mais buscado pelas mães atípicas, com 5,1%; CRAS e Defensoria Pública com 3,8%; os CREAS com 2,6%.

Os demais serviços foram acessados concomitantemente pelas mães atípicas, totalizando 13%, acenando para o fato de que é comum haver o enfrentamento à violência doméstica e familiar, por mulheres atípicas. E nessas ocorrências houve a busca de serviços como CRAS/CREAS/DEAMs/Ligue 180/Juizados de Violência Doméstica/Defensoria Pública/Centros ou Núcleos Margaridas.

Diante dos desafios de ser mulher nas condições apresentadas, as mães atípicas se sentem apagadas, esquecidas, estagnadas, impotentes, sobrecarregadas, incompreendidas, ansiosas, humilhadas, desvalorizadas, abandonadas, tristes, doentes, discriminadas, excluídas, solitárias, incapazes, culpadas, fracas, inseguras, cobradas e, principalmente, exaustas, exauridas, esgotadas. Mas ao mesmo tempo, se sentem desafiadas: ***"todos os dias nos tornamos alguém melhor"*** e aprendemos a ser empoderadas, haja visto o fato de ***"podermos superar e suportar todas as lutas e provações que aparece na nossa vida".***

Portanto, ser mulher com maternidade atípica é ser forte, ***"é ser quase a mulher maravilha"***, ainda que em alguns momentos sejamos ***"alguém que finge ser forte"***. Mas, sem dúvida alguma, ser mulher com essa missão especial tem um significado grandioso para a mãe investida nesse papel: ***"significa me valorizar continuamente, relembrar minha história e minha luta",*** ser ***"guerreira, valente, dona de si mesma, poderosa, inteligente, boa esposa, boa mãe"***. ***"Ser corajosa; lutar por tudo"***. De maneira geral, as mães atípicas têm orgulho em ser mulher, em ser mãe e das suas realizações, sendo essa a terceira sensação mais citada por elas.

Em coro, as mães atípicas ensinam que ***"as pessoas precisam aceitar que o diferente existe, até porque todos nós somos diferentes".***

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Criar e potencializar redes de apoio (familiar, governamental) para a mãe atípica.
02	Potencializar políticas públicas para as pessoas com deficiência e suas cuidadoras.
03	Ações de enfrentamento ao preconceito contra deficiências.
04	Melhorar o acesso a tratamento, protocolos e procedimentos na área de saúde específicos para pessoas com deficiência.
05	Qualificação e formação continuada dos profissionais da educação (em todos os níveis).
06	Acompanhamento individualizado nas escolas.
07	Ações e campanhas escolares contra bullying.
08	Criar e ampliar espaços de lazer, transporte público e acessibilidade para pessoas com deficiência .
09	Fortalecer e estimular redes de apoio entre mulheres de maternidade atípica.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

SEÇÃO 3

MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Segundo o Decreto nº 7.053/2009, a população em situação de rua é definida como um grupo heterogêneo, que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular. As mulheres em situação de rua utilizam os espaços públicos e as áreas degradadas das cidades como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009).



Foto de Zanete Dadalto

Resistir e existir num cotidiano de invisibilidades e violências são alguns dos desafios das mulheres em situação de rua.

CAPÍTULO 4

MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: FORÇA E RESISTÊNCIA QUE PERSISTEM APESAR DAS RUAS

Crislayne Zeferina
Rosangela Cândido Nascimento

O segmento de mulheres em situação de rua foi incorporado ao escopo do projeto a partir de demandas de representações e lideranças negras e do próprio movimento da população em situação de rua, que salientaram as especificidades das mulheres que vivem nessa condição.

A partir dessa importante e considerável orientação, realizamos três rodas de conversa em municípios da Grande Vitória: duas em Vitória e uma na Serra. As conversas e as demais ações com esse segmento foram diálogos e narrativas reveladoras de importantes constatações e informações, que demonstraram a urgência de se pensar em políticas públicas específicas voltadas para mulheres nessa situação.

Metodologicamente, tivemos que revisar questões específicas na aplicação dos formulários, sobretudo,

perguntas que eram inadequadas para a realidade de vida dessas mulheres, como por exemplo, questões voltadas para o cuidado e a empregabilidade. As falas das mulheres frente a esses questionamentos marcaram definitivamente a necessidade de estarmos atentas a realidades que muitas vezes são invisibilizadas por apagamentos históricos.

"Eu preciso ser cuidada, não consigo cuidar de ninguém!"

"Como trabalhar nessa situação? Ninguém quer nos empregar!"

Essas respostas evidenciaram a necessidade de maior sensibilidade e cuidado em abordagens com esse público, pois se de um lado nos mostravam a necessidade de adaptações metodológicas para a realização da pesquisa, por outro, nos alertavam que suas singularidades precisam ser urgentemente reveladas e assumidas na implementação de políticas adaptadas à realidade dessas mulheres.

MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA: ASPECTOS GERAIS

Segundo o Decreto nº 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, esse público é definido como um grupo heterogêneo, que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular.

A invisibilidade que recai sobre essas mulheres está inscrita em seus trajetos de vida. São presenças constantes nos cantos das ruas, nas praças, nos prédios abandonados e, ainda assim, permanecem ignoradas pelo olhar social — invisibilizadas, mesmo. Não raro, no entanto, sofrem ameaças e enfrentam inúmeras situações de violência, em seu processo de desumanização.

Segundo Sandra Mara Pereira (2024), uma das formas de conceituar a população de rua é partir da falta de moradia, conforme sintetiza:

> Não ter uma moradia ou um espaço privado para viver, descansar, dormir, cozinhar, se proteger do frio e da violência urbana ou mesmo para fazer as necessidades fisiológicas é uma condição de extrema vulnerabilidade vivida diariamente por milhares de pessoas no Brasil. Estas compõem a população de pessoas em situação de rua (2024, p. 46).

As mulheres em situação de rua, em sua grande maioria, passam por um processo de violação de direitos muito grande; são marcadas por uma profunda vulnerabilidade — são mulheres, sem moradia, expostas às diversas violências, passando por um processo de desumanização, não acessando diversos serviços e políticas públicas.

Ao contrário do senso comum, que constrói um estigma em relação ao que é ser uma pessoa em situação de rua, uma pesquisa realizada pelo Instituto Jones dos Santos Neves, em 2018, mostrou um perfil das pessoas que se encontram nessa situação. Do total de entrevistadas (385), 43,6% tinham carteira de trabalho, 75,1% sabiam ler e escrever, 79,5% tinham alguma profissão, 71,4% já trabalharam com carteira assinada e 39,2% estavam trabalhando em atividades temporárias no momento da pesquisa. (IJSN, 2018).

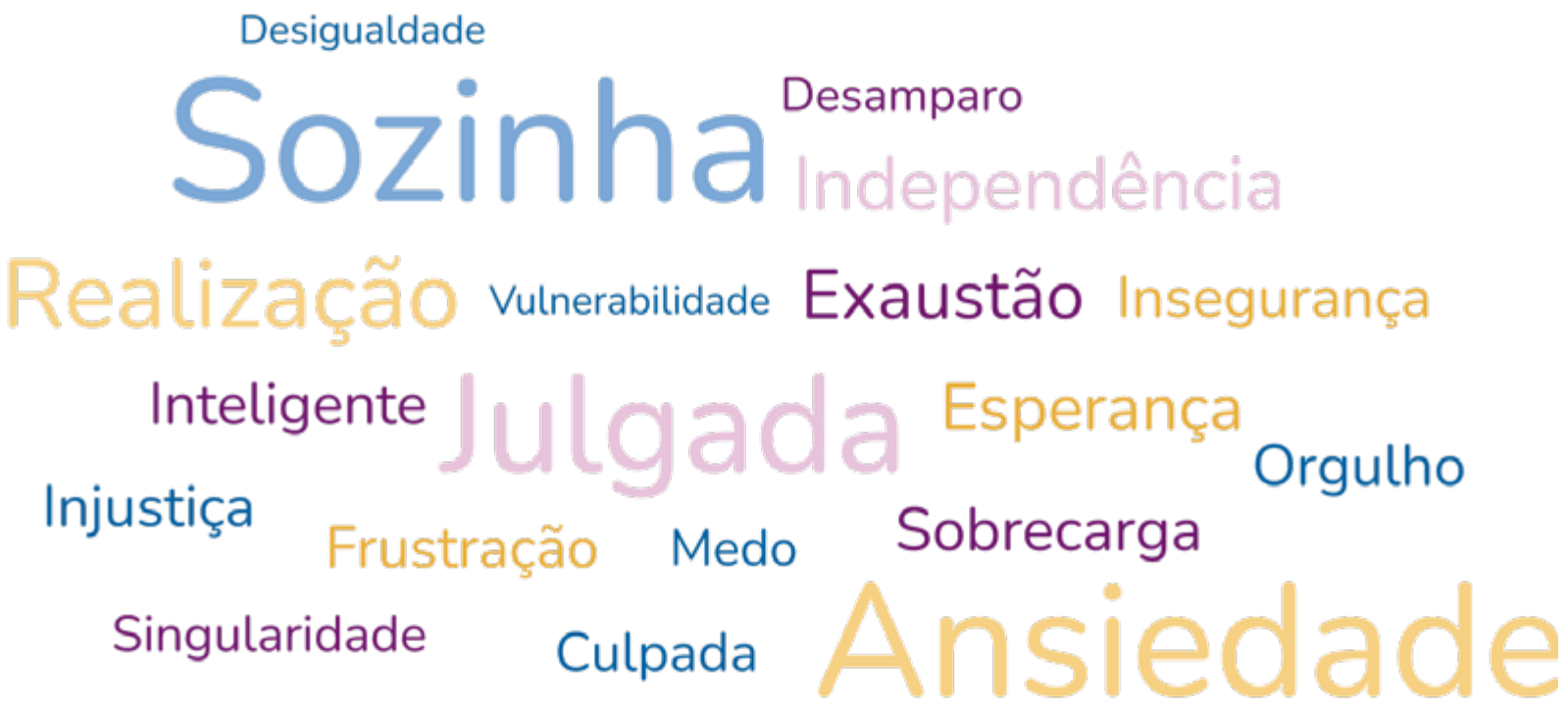
Portanto, a pesquisa do IJSN mostrou que uma das maiores causas dessas pessoas estarem em situação de rua foram os problemas familiares, sugerindo que o fortalecimento

[1] Embora a região de origem tenha sido extinta politicamente, as expressões culturais pomeranas seguem vivas e pulsantes em diversas comunidades brasileiras, com destaque para o território capixaba. FOERSTE, E.; BORN, J.; DETTMANN, J. M. (2019); MORELLO, R.; SILVEIRA, M. (org.), (2022).

A Secretaria Estadual das Mulheres recebeu uma das rodas de conversa de mulheres em situação de rua.

Foto de Alice Carpes

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

de laços familiares e a construção de uma rede de apoio sólida é fator indispensável para que a pessoa possa superar determinados problemas com o devido apoio. Além da ausência de moradia, o rompimento desses laços e a falta de uma rede é um ponto em comum entre a multiplicidade de pessoas que estão em situação de rua.

Uma das dificuldades encontradas na construção de informações sobre esse segmento, foi a escassez de dados oficiais. Um estudo divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, por meio de um Painel de Monitoramento das Pessoas em Situação de Rua, afirma que, em 2024, o número de pessoas vivendo em situação de rua em todo o Brasil era de 327.925, desse total, 16% eram mulheres. (Brasil, 2025)

Segundo essa mesma base de dados, a população de rua no Espírito Santo tem crescido nos últimos anos - o número passou de 2.531 pessoas em 2021 para 2.931 pessoas em 2023. Sendo o maior percentual de homens negros (85,36% do total da população de rua).

Apesar das mulheres serem a minoria numérica, elas são as mais vitimadas no Espírito Santo, representando 57% dos casos de violência contra pessoas em situação de rua. (Brasil, 2025), mostrando que, além das vivências próprias a sua realidade, as mulheres sofrem também de violência específica pelo fato de ser mulher.

Esses dados, justificam, por exemplo, porque muitas mulheres afirmaram durante as rodas de conversa recorrerem à estratégia de manter um companheiro, como tentativa de obter alguma segurança e condições de sobrevivência num ambiente hostil e perigoso, contudo, muitas vezes, elas sofrem violência dos companheiros. Há sobre as mulheres em situação de rua a sobreposição de diversos sistemas de opressão e de discriminação.

O QUE É SER MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESPÍRITO SANTO?

As rodas de conversa com mulheres em situação de rua revelaram um retrato profundo e doloroso das múltiplas camadas de exclusão que atravessam suas trajetórias. Mais do que números, as narrativas expressaram as marcas da luta por sobrevivência em um cotidiano permeado por violências, solidão e resistência.

"A rua não é casa, mas virou o lugar onde eu existo. Aqui a gente aprende a dormir com um olho só."

Os diálogos permitiram acessar sentimentos que vão além da condição material. Das pessoas que responderam aos formulários, 70,4% das participantes relataram que se sentem sozinhas e 40,7% mencionaram viver em constante sobrecarga. A ausência de vínculos afetivos e de políticas públicas eficazes reforçam a vulnerabilidade: 59,3% afirmaram uma sensação de constante julgamento das pessoas e 33,3% têm uma sensação de culpa, muitas vezes por circunstâncias que escapam ao seu controle.

A ansiedade é um dos sentimentos que tem maior predominância entre as mulheres. Medo e exaustão também são emoções que atravessam as atravessam. Todas essas emoções são reveladoras do impacto da rua no corpo e na mente das mulheres e evidenciam uma realidade árida, vivenciada pelas mulheres em situação de rua, convivendo com riscos cotidianos e assumindo enfrentamentos constantes, tendo em vista o contexto da violência urbana e institucional.

"A gente não dorme tranquila. Tem medo do homem, da polícia. Só a gente sabe o que é ser mulher na rua."

Apesar das emoções negativas, 37% também relataram um sentimento de realização, outras 33,3% mencionaram esperança, o orgulho de si apareceu em 33,3% dos

depoimentos. Há um sentido de independência, expresso por 33,3%, enquanto 25,9% afirmaram se sentirem inteligentes, o que aponta para potencialidades pouco visibilizadas nas narrativas tradicionais sobre a população em situação de rua, em face aos processos de invisibilização e de objetificação dessas pessoas.

As narrativas em torno do que é ser mulher em situação de rua revelam uma autoimagem de superação, resistência e força pelas condições do ambiente onde vivem.

"Já perdi tudo, menos a mim mesma. Enquanto tiver força, eu recomeço."

"Ser uma mulher guerreira por cada dia de sobrevivência na rua. São 10 anos de sobrevivência!"

Um dos pontos de discussão, tanto em relação às emoções quanto em relação às experiências de vida, foi a complexidade da figura masculina em suas trajetórias. O homem é frequentemente mencionado não como alguém que contribui diretamente para a sua felicidade ou realização pessoal, mas como um corpo ambivalente simultaneamente fonte de medo e possível agente de proteção. Sua presença aparece vinculada à esperança de dias melhores, ainda que permeada por experiências marcadas por violência e insegurança.

"Os homens que escolhemos não são por amor, e sim por segurança, ninguém aqui namora porque ama, mas porque quer proteção."

Os dados também demonstram que 80% se identificam como mães solo; enquanto 64%, afirmaram serem elas as principais provedoras de suas famílias, mesmo em situação de rua. Apesar disso, a maternidade, para muitas, se dá sob ameaças constantes de perda da guarda, julgamentos morais e ausência de políticas específicas.

"Não me dão abrigo porque tô com meus filhos. Mas se eu deixo com alguém, dizem que abandonei."

A análise dos formulários também revelou que 76% das mulheres em situação de rua se autodeclaram pardas; já outras 16% se identificaram como pretas, o que confirma que a população em situação de rua tem cor: 92% delas são negras. Esses números reforçam a centralidade da questão racial na compreensão das desigualdades sociais no Brasil, evidenciando como a intersecção entre gênero, raça e classe resulta em camadas adicionais de exclusão e vulnerabilidade.

A análise do estado civil das participantes da pesquisa, revelou que 60% se declararam solteiras; 12% casadas; 12% divorciadas e, 12%, vivem em união estável. Esses dados, embora quantitativos, trazem elementos importantes para a compreensão das formas de organização afetiva e social desse grupo, sugerindo que pesquisas mais aprofundadas devam analisá-los dentro do escopo de um conjunto de trajetórias e de vivências da rua.

No que se refere à escolaridade, 32% das mulheres entrevistadas declararam possuir o ensino fundamental incompleto, enquanto 44% concluíram o ensino médio.

A violência foi o ponto central nas rodas de conversa, expondo violências de gênero múltiplas, com diferentes origens e sobreposições: os agressores podem estar muito próximos (companheiros, por exemplo) ou serem homens estranhos e que não estão em situação de rua, mas que passam por elas e as violentam deliberadamente, afora a sociedade em geral que, ao invisibilizá-las, reforçam a exclusão e o apagamento social.

"Me sinto muito exposta e acho muito perigoso. Me sinto muito triste!"

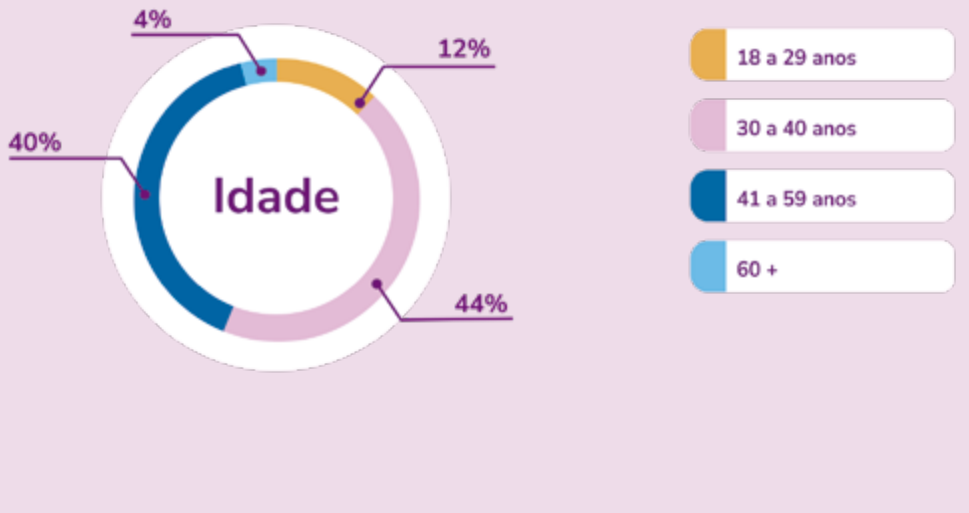
"Sinto na pele e no corpo trago as marcas de muita violência. É algo muito perverso. Mulher em situação de rua sofre muito!"

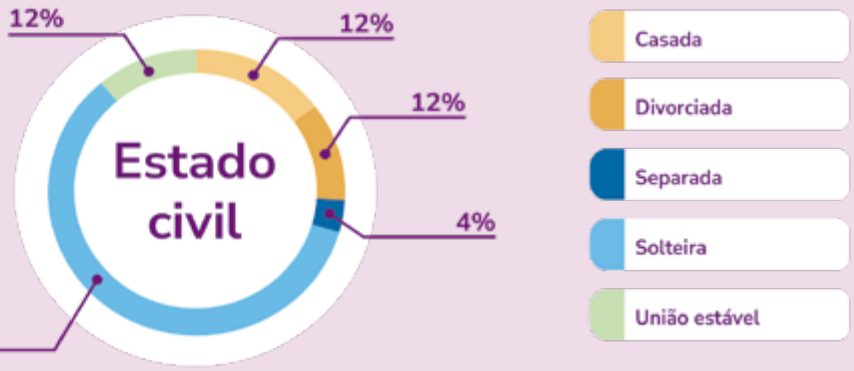


Foto de Alice Carpes

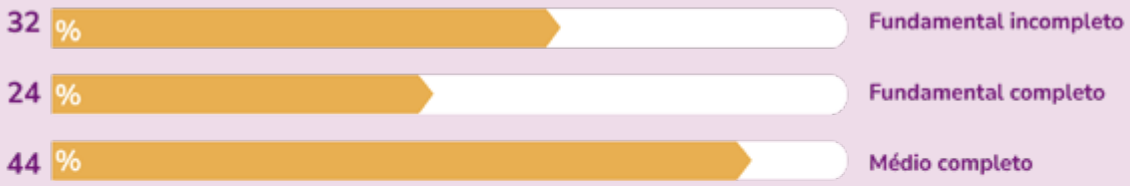
Jaqueline vive nas ruas de Vila Velha e leva no seu carrinho seus pertences e as histórias de sua vida.

Perfil das
Mulheres em Situação de Rua





Escolaridade





Raça/cor/etnia

76%
Pardas

16%
Pretas

4%
Brancas

4%
Indígenas

64%
São as principais provedoras da família

36%
Cuidam de alguém

24%
Cuidam dos filhos

80%
Têm filhos

72%
Têm mais de dois filhos

80%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa



Foto de Zanete Dadalto



Foto de Alice Carpes

Rogéria da Costa na Praça de Coqueiral, em Vila Velha. Vinda da Bahia, ela conta que a falta de oportunidades a levou às ruas, junto com seu marido.

Em face a essa realidade descrita, parece urgente a busca de solução para a questão da violência contra as mulheres em situação de rua o que, contudo, parece demandar um maior conhecimento da realidade delas, percorrendo-lhes as especificidades, no propósito de dar início a ações intersetoriais articuladas e a políticas públicas, as quais sejam capazes de reconhecer as suas trajetórias como ponto de partida legítimo, na premissa da formulação de respostas institucionais que solucionem, pelo menos, a questão da violência física que sofrem.

Suas narrativas, em seu conjunto, não são apenas expressões de dor, mas vivências marcadas pela insegurança, pela discriminação e pelo abandono, que coexistem com a vontade e na esperança de superação.

"É horrível ser mulher em situação de rua! Meu sonho é sair dessa! É um mundo de covardia. Como mulher sozinha, preciso de emprego para sair dessa!"

"É ser uma pessoa muito triste e muitas vezes com medo, por não saber se vou viver para começar outro dia!"

"É vergonha por não ter condição de estar além, igual a outras mulheres."

Foi em meio a esse compartilhamento de experiências e trajetórias que as mulheres em situação de rua revelaram que ser mulher é ser resistência e seguir adiante, no dia a dia, enfrentando barreiras e desafiando as múltiplas formas de exclusão e violência.

Foto de Alice Carpes

Rosangela Candido Nascimento é uma liderança que luta pela dignidade, direitos e ampliação das vozes das mulheres em situação de rua. Na oportundiade desse registro, chegava de um evento de Brasília vestindo a camisa do projeto.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Aumentar e fortalecer espaços de acolhimento, como o Centro POP e a rede socioassistencial, garantindo escuta qualificada, acompanhamento psicossocial e reconstrução de vínculos.
02	Garantir que os serviços de saúde estejam preparados para oferecer atendimento humanizado e contínuo, assegurando proteção, saúde integral e respeito à dignidade.
03	Criar e fortalecer ações e políticas específicas de enfrentamento da violência contra mulheres em situação de rua, assegurando proteção, acesso à justiça e respeito à dignidade dessas mulheres.
04	Ampliar e adaptar abrigos que contemplem a mulher em situação de rua.
05	Mudar o foco da mera assistência para o protagonismo e a capacidade econômica da mulher.
06	Assegurar a saúde básica e a dignidade, tratando questões específicas da saúde feminina negligenciadas na rua.
07	Oferecer um suporte integral que integre o serviço de acolhimento e a maternidade.
08	Ir além da “preservação da segurança” para garantir o acesso a direitos e a integridade física em todos os espaços.
09	Combater a vulnerabilidade e a fragilidade com ações que fortaleçam a garra e o poder de superação.
10	Garantir condições básicas que contemplem a dignidade menstrual.
11	Fortalecer e ampliar ações que visem a autonomia, o empoderamento e o protagonismo das mulheres em situação de rua por meio de oportunidades de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

SEÇÃO 4

MULHERES EMPREENDEDORAS CRIATIVAS E SOLIDÁRIAS

Foram reunidas mulheres empreendedoras que atuam na economia solidária e criativa, revelando características próprias a partir da valorização de elementos como colaborativos, singulares, sustentáveis e inovadores.



Stael Magesck na Casa da Stael, centro artistico que faz parte do Centro de Vitória. Stael usa o espaço com toda sua versatilidade: apoia artistas e empreendedoras criativas, além de expor sua marca, fortalecendo a identidade cultural capixaba com colaboração, afeto e criatividade.

Foto de Alice Carpes

CAPÍTULO 5

EMPREENDEDORISMO CRIATIVO E SOLIDÁRIO: MULHERES EM REDES DE APOIO E DE GERAÇÃO DE RENDA

Ana Flávia Zambon Coelho
Katia Helena de Deus Moreira

O empreendedorismo feminino representa um movimento crescente de autonomia financeira e de inovação, no qual as mulheres assumem o papel de protagonismo na gestão dos seus próprios empreendimentos, com reconhecimento profissional e liderança nos negócios. Para o Sebrae (2023) o empreendedorismo se configura como ação de criar, desenvolver e implementar ideias, negócios ou projetos, a partir de uma oportunidade ou problema.

O segmento é extremamente diverso, com realidades diferentes e modelos de negócios totalmente plurais – desde o ramo do negócio, passando pelo tamanho e faturamento total. Nesse sentido, visando a necessidade de um recorte capaz de visualizar as trajetórias e concepções na construção de identidades, enfatizamos, no Atlas, apenas o recorte de economia solidária e criativa.

Dessa forma, foram reunidas as mulheres empreendedoras que atuam na economia solidária e criativa, em face à valorização de características específicas, como a colaboração, a sustentabilidade e a inovação. Esse tipo de empreendedorismo se caracteriza pela formação de redes de apoio e pelo desenvolvimento das mulheres, em que o compartilhamento de experiências e conhecimentos desempenha papel central. É também uma forma de impulsionar a economia local, promover a geração de emprego e de renda para as famílias, bem como estimular a inclusão social. Essas mulheres buscam não só negócios que geram renda, mas que estejam vinculados, de alguma forma, com a transformação pessoal e social, em consonância com a valorização cultural e territorial.

Foram realizadas seis rodas de conversa entre os meses de abril e julho de 2025, abrangendo territórios da Região Metropolitana como Serra, Vitória, Cariacica e Ibiraçu. Participaram 48 mulheres, permitindo profundidade nas trocas e o acolhimento das narrativas individuais e coletivas. Os encontros foram marcados por uma atmosfera de escuta sensível, onde emergiram dores e potências dessas mulheres, que fazem da criatividade e da solidariedade suas principais ferramentas de sobrevivência e de resistência.

Durante as rodas de conversa e os inúmeros diálogos com as mulheres, emergiu uma tensão fundamental: nem todas as mulheres inseridas na economia solidária desenvolvem atividades criativas, e tampouco as mulheres que atuam na economia criativa adotam princípios solidários. Apesar disso, foi possível perceber uma convergência nas concepções e nos princípios norteadores, como o apoio em rede, a criatividade e o posicionamento contrário ao modelo mais hegemônico. Além disso, durante as trocas, as mulheres participantes compreenderam que o desenvolvimento de suas ações se dá numa perspectiva abrangente, ou seja, como algo que vai além da produção econômica.

Houve uma tensão evidente na resistência de diversas integrantes do grupo quanto ao termo "empreendedorismo", empregado de forma genérica. Para elas, esse conceito traz uma carga simbólica ligada ao individualismo competitivo e à lógica capitalista tradicional, distanciando-se de suas práticas, que se fundamentam na colaboração, na sustentabilidade e no objetivo de transformação social. Como observado em relatos de campo, muitas delas preferem identificar-se como "produtoras", "artesãs", "criadoras" ou "mulheres que fazem", criando uma identidade diferenciada da nomenclatura mais empresarial.

ECONOMIA CRIATIVA E SOLIDÁRIA: ASPECTOS GERAIS

Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES (2003), a Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e do coletivo, promovendo desenvolvimento sustentável.

Diante disso, foi criada ainda em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. A economia criativa e solidária, dessa forma, passa a ser institucionalizada, dada sua relevância enquanto estratégia para enfrentar o desemprego, a informalidade e a precariedade, que ameaça a muitos trabalhadores brasileiros, sobretudo as mulheres (Brasil, 2025).

A economia criativa, conforme definição da UNESCO, abrange setores baseados na criatividade, habilidades e talento individual, incluindo atividades como artesanato, design, artes visuais, música, gastronomia e moda. No contexto brasileiro, o Plano da Secretaria da Economia Criativa (MinC, 2011) amplia essa definição para incluir saberes tradicionais e práticas culturais locais. Já a



Foto de Alice Carpes

As rodas de conversa foram espaços seguros, acolhedores e com escuta atenta das participantes.

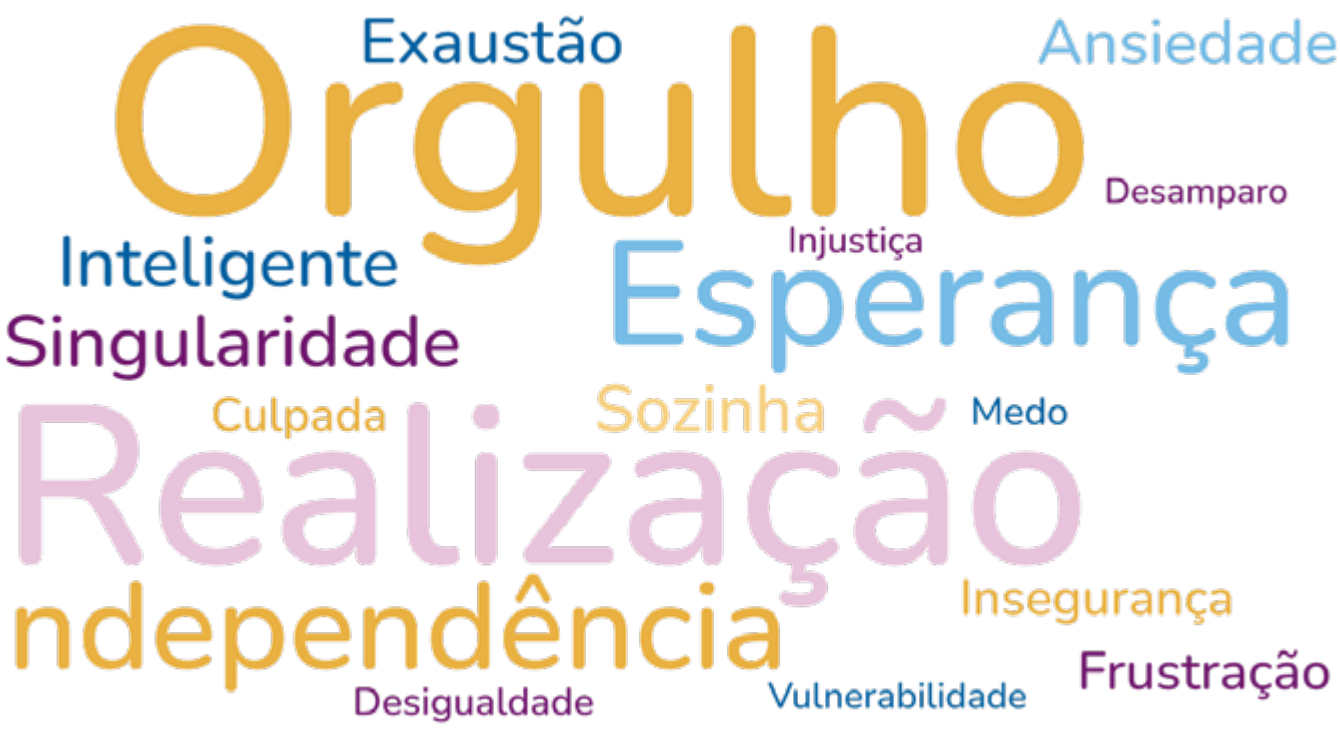
economia solidária, segundo Singer (2002), caracteriza-se por princípios de autogestão, democracia participativa, igualitarismo e cooperação, contrapondo-se ao modelo capitalista tradicional, o qual se baseia na competição e acumulação individual.

Segundo dados do Observatório Itaú Cultural, no 3º Trimestre de 2024 havia 7,79 milhões de trabalhadores da Economia Cultural e Criativa cadastrados. Desse total, 4,33 milhões eram homens e 3,46 mulheres, o que em termos percentuais são 44,4% de mulheres e 55,6% homens, percentuais que se repetem desde 2020.

No Espírito Santo, a série histórica mostra uma realidade diferente. Até 2021 as mulheres representavam mais de 50% dessa categoria, dado que se modificou em 2022 e permanece com o aumento de homens, os quais, agora, figuram como maioria entre esses trabalhadores, conforme Gráfico 1.

A razão de ser da Economia Criativa e da Economia Solidária, na teoria, é ser uma porta de entrada para que pessoas mais desfavorecidas possam reunir meios para transformar conhecimentos em negócios locais. Para tanto se valem de ideias inovadoras e criativas, numa perspectiva de compartilhamento, e no sentido de poderem ser transformadas em geração de valor. Essa forma de economia proporciona espaços para que costureiras, cabeleireiras, artesãs e cozinheiras possam encontrar meios de prosperar com suas atividades e levar

Sentimentos e emoções que nos atravessam

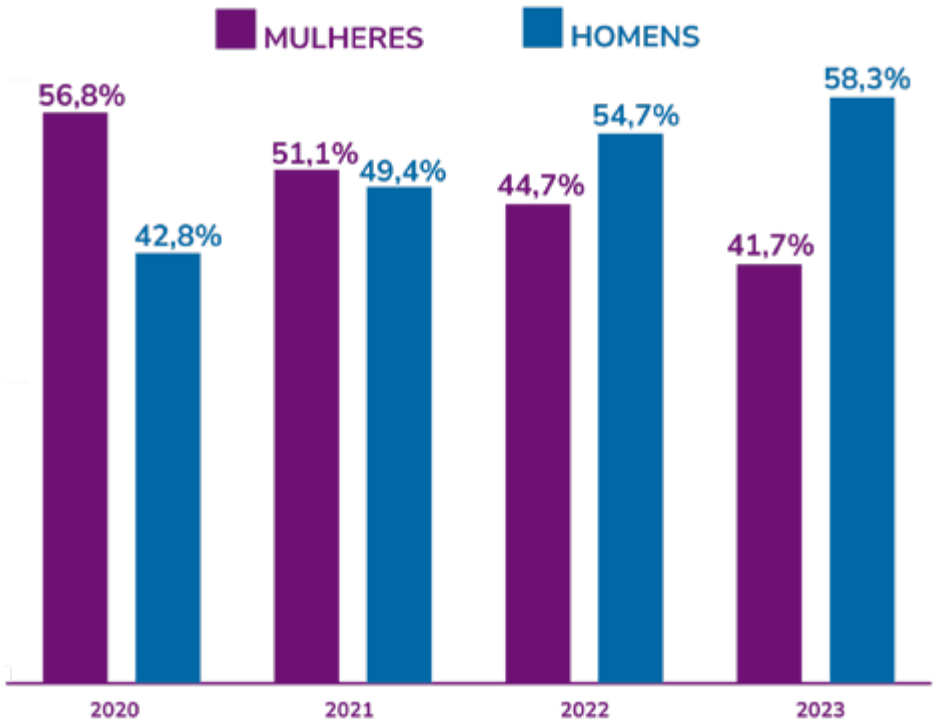


A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

serviços - e valorização - para a sua comunidade local. Mas na prática, o que é ser mulher na economia criativa e solidária?

Gráfico 1 - Percentual de trabalhadores em Economia Criativa e Solidária no Espírito Santo



Fonte: Observatório Itaú Cultural/Dados relativos ao 4º Trimestre de cada ano

O QUE É SER MULHER NA ECONOMIA CRIATIVA E SOLIDÁRIA NO ESPÍRITO SANTO?

Ser mulher na economia criativa e solidária capixaba, a partir das rodas de conversa, é compreender a existência de um território de paradoxos onde a criação torna-se simultaneamente estratégia de sobrevivência, processo terapêutico e ato político de resistência. A interpretação geral revela que essas mulheres constroem, cotidianamente, formas alternativas de organização econômica, as quais transcendem a lógica do lucro individual, priorizando o cuidado coletivo e a sustentabilidade comunitária.

A primeira dimensão que emergiu das narrativas foi a recusa consciente ao modelo empresarial tradicional. ***"Nós não somos empreendedorismo, nós somos empreendimento, a gente empreende. Porque tudo que a gente faz, a gente divide, ninguém é patrão, ninguém é empregado... a gente trabalha a estima da mulher e o incentivo à autogestão".***

Essas narrativas explicam por que a análise das respostas sobre "o que significa ser mulher empreendedora" revelou que 67% das participantes descrevem suas atividades em termos de "luta" e "resistência", configurando o empreendedorismo feminino não como reprodução do sistema capitalista, mas como sua contestação ativa.

A realidade da dupla ou tripla jornada atravessa todas as narrativas, revelando mulheres que transformam sobrecarga em criatividade. Os dados dos questionários confirmam essa realidade: 41% dedicam maior parte do tempo em casa ao cuidado da família, enquanto 50% são mães solo, dados que se confirmam nas expressões:

"Ser mulher é ser tudo. Pai e Mãe. Trabalhadora... é uma luta todo dia, toda hora já amanhece na luta".

Para muitas mulheres que participaram das atividades do Atlas, a atividade na economia solidária, assim como na criativa, além de não ter uma visão, estritamente, mercadológica, é interpretada como uma dimensão terapêutica do trabalho, dando um significado, para além da renda e da própria autonomia financeira, trata-se de uma dinâmica que abarca questões da dimensão da saúde e do cuidado – individual e coletivo entre mulheres.

"A arte pra mim veio como uma arteterapia... É o amor, é a paixão que traz uma tranquilidade... cada retalho que você separa, sua cabeça vai produzindo uma arte com aquilo".

Dessa forma, o trabalho e a criação do "produto" não se resume a apenas produzir uma mercadoria, é um estar presente no próprio trabalho, visto como arte.

"Essa arte me trouxe de volta um amor e um carinho que eu estava sentindo muita falta... É o meu esforço, é o meu trabalho que vai me retornar esse carinho. (...) Faço com amor. Tento colocar a mão nos meus produtos. Quero ver a reação da pessoa quando vê um colar. O mais simples que seja. É terapêutico: quando não faço feira, sinto falta."

O trabalho dentro da perspectiva da economia solidária e criativa é desenvolvido de forma diferenciada, criando nas e entre as mulheres identidades, sentidos e vínculos de apoio, os quais emergem como uma rede muito essencial. Trata-se de um enredamento que se faz crucial e imprescindível. Essa rede coletiva justifica o fato de, mesmo com a sobrecarga relatada por 54% das participantes, 81% demonstrarem orgulho e 73% sentirem realização em suas atividades.

Apesar de 44% relatarem sentirem-se sozinhas com frequência, existe uma estrutura reconhecida de redes que incentivam processos de reconhecimento mútuo, qualificação e solidariedade. ***"É aprender e passar adiante. Para os nossos filhos, colegas, amigos, até as inimigas, que elas possam copiar, sim. Que possamos ser exemplo para elas". [...] "Cada uma tem que falar do seu produto. Não podemos nos comparar. É falar como vivemos, não como falamos".***

As narrativas revelam processos profundos de transformação subjetiva por meio do trabalho criativo, identidades construídas que revelam especificidades do ser mulher empreendedora solidária e criativa, em que há uma imagem de renascimento e descoberta de potenciais adormecidos – individuais - por meio do contato com outras mulheres – coletivo - por isso emerge a ideia de fazer parte de um movimento maior.

"Eu me sinto uma borboleta... É um ser livre, é um ser sensível, é um ser oriundo de uma grande transformação."

O Movimento de Economia solidária... te dá uma estrutura muito longa, porque a gente trabalha também a raça, etnia... pode fazer trocas de mercadoria, pode fazer trocas de trabalho."

Os dados quantitativos coletados confirmam empiricamente narrativas qualitativas sobre interseccionalidade. Do total de formulários válidos no segmento, 75% se autodeclaram pretas ou pardas, 71% residem em periferias, 20% possuem apenas ensino fundamental incompleto, 17% possuem algum tipo de deficiência, e 50% são mães solo e 55% se declarou como a principal provedora da família.

Contudo, tais números ganham complexidade quando analisados junto às sensações relatadas: sobrecarga e exaustão são sentimentos e sensações frequentes, mas com maior predominância aparecem orgulho, realização, esperança, independência e parcela significativa conecta suas atividades com aspectos terapêuticos e curativos, além da autonomia financeira. Essa aparente contradição revela que o trabalho na economia criativa e solidária é simultaneamente fonte de empoderamento e de esgotamento.

Quando questionadas sobre o que significa ser mulher, as participantes ofereceram respostas que transcendem definições biológicas ou sociais convencionais. Para algumas, ser mulher na economia criativa e solidária é "trabalhar a estima da mulher e a autogestão", conectando identidade feminina com práticas políticas de autonomia coletiva. Para outras, é encontrar "um amor e um carinho" por meio do próprio trabalho criativo, ressignificando a busca por afeto através da produção artística.

"Não permita que te diminuam. Nossos talentos são escondidos por medo do julgamento. Quantas pessoas do nosso lado estão doentes, machucadas, mas a gente está tão preocupada com o que fazer. Problema deles não é seu, não é meu, não é de ninguém."

[...] "Abra a boca, divulgue! Não deixe de vender porque 'fulana já faz'. Copiamos o que é bom, e isso é privilégio. Os inimigos? São fãs disfarçados! Aprenda a fazer mesmo sem saber: hoje fui enfermeira sem diploma. No empreendedorismo é igual: se jogue!"



Foto de Zanete Dadalto

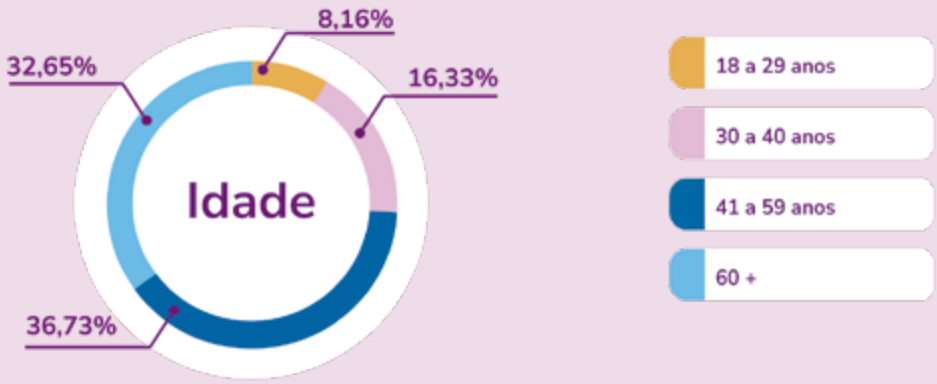
Uma característica muito importante é a formação de redes de apoio, aprendizados coletivos e trocas entre as mulheres. Jupiara Francisco Silva, artesã profissional e coordenadora do Núcleo Produtivo Ícones da Cultura Capixaba.

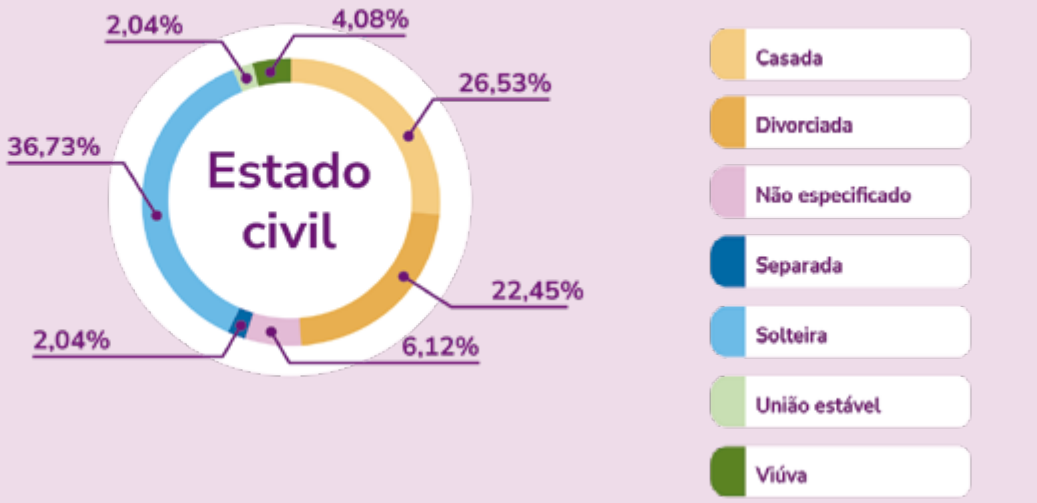
O estar no mundo por meio das realizações da economia solidária e criativa cria entre as mulheres uma visão de reconhecimento e superação. “O projeto mostra o potencial de mulheres que a sociedade ignora. Coisas que muitas vezes ela não imagina sobre nosso potencial, sobre nossa existência, sobre nossas dificuldades, sobre nossas realidades”.

Talvez entre os vários ensinamentos, o mais marcante tenha sido de entender que essas mulheres não apenas sobrevivem em contextos de múltiplas opressões, mas criam cotidianamente alternativas concretas ao modelo hegemônico, criando, reconhecendo dificuldades e limites, e, a despeito disso, tendo a arte como ferramenta, ultrapassando fronteiras em prol da colaboração e da resistência coletiva.

Perfil das

Mulheres Empreendedoras





Escolaridade





Raça/cor/etnia

47%
Pardas

28%
Pretas

16%
Brancas

55%
São as principais provedoras da família

77%
Cuidam de alguém

24%
Cuidam dos filhos

41%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

12%

Trabalham fora e usam pouca parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

80%
Têm filhos

39%
Têm mais de dois filhos

50%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa



Foto de Zanete Dadalto

Para muitas mulheres, a atividade não é meramente mercadológica, ela envolve cuidado e partilha entre as mulheres. Para elas, o trabalho coletivo é uma forma de estar juntas e vencerem desafios.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Fornecer processos formativos e de qualificação em gestão, empreendedorismo solidário e criativo.
02	Criar estruturas físicas e simbólicas para exercício das atividades; espaço para produção e criação dos produtos; espaço de sociabilidade e espaços de comercialização.
03	Crédito dirigido para a realidade da atividade.
04	Aumentar políticas públicas voltadas para o setor da economia criativa e solidária.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

SEÇÃO 5

MULHERES LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - LBTI+

Nesse segmento foram reunidas Mulheres LBTI+ (lésbicas, bissexuais, trans e travestis) para evidenciar a diversidade e os desafios do que é ser mulher LBTI+. A população LBTI+ representa indivíduos com orientação não-heterossexual que, conforme Aragon (2006), diz-se de pessoas não-cisgênero ou fora das normas de gênero, por sua orientação sexual, identidade, expressão de gênero ou características sexuais.



Foto de Zanete Dadalto

Deborah Sabará é presidente do Grupo Orgulho Liberdade e Dignidade (Gold) do Espírito Santo.

CAPÍTULO 6

MULHERES LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - LBTI+: IDENTIDADES CONSTRUÍDAS NA LUTA, NA RESISTÊNCIA E NO AFETO

Duda Vicente dos Santos
Julia Kunzendorff Machado
Bruna Pitty Oliveira Gusmão

Esse segmento compreende as mulheres lésbicas, bissexuais, trans e travestis. A escuta e a escrita sobre esse segmento representaram diversos desafios, sobretudo pela escassez de dados oficiais e censitários referentes à situação dessa população.

Ao todo, realizamos cinco rodas de conversa em diferentes regiões do estado. Duas delas foram específicas com mulheres lésbicas e bissexuais, e outras três com mulheres trans e travestis, considerando as singularidades e peculiaridades de cada grupo, ao mesmo tempo em que reconhecemos aspectos similares e particularidades no modo de ser mulher.

As rodas foram repletas de falas que revelaram processos de violência e preconceito social, mas também evidenciaram afetos e resistências — indicando que ser mulher LBTI+ é estar atravessada por diferentes e marcantes sistemas

de opressão, como o sexismo, o racismo e a LBTIfobia. Essas experiências são comuns, embora sejam vividas e experimentadas de formas distintas, conforme as subjetividades e os aspectos identitários. Esse segmento expressa uma voz que soa em uníssono e ecoa na busca por viver sem violência, na luta por direitos e na afirmação do amor sem rotulagens, construindo afetos e resistências próprias.

MULHERES LBTI+: ASPECTOS GERAIS

O segmento de mulheres LBTI+ é marcado por diferentes processos de apagamento, invisibilidade, violências e também de reinvenção. Há, de modo geral, ausência de dados que possam apresentar um panorama mais fidedigno do quantitativo de pessoas LGBTQIA+, o que repercute na dificuldade de implementação de políticas públicas voltadas para essa população. Uma das poucas referências oficiais, é um levantamento do IBGE, de 2019: o primeiro levantamento sobre esse segmento e seus indicadores.

De acordo com esse estudo, 2,9 milhões de pessoas maiores de 18 anos se declararam lésbicas e bissexuais. Na nota metodológica do estudo, contudo, há uma observação importante, indicando poder haver uma subnotificação em virtude dos processos de violência que essas pessoas sofrem, portanto, esse número não representaria a totalidade (Agência Brasil, 2022).

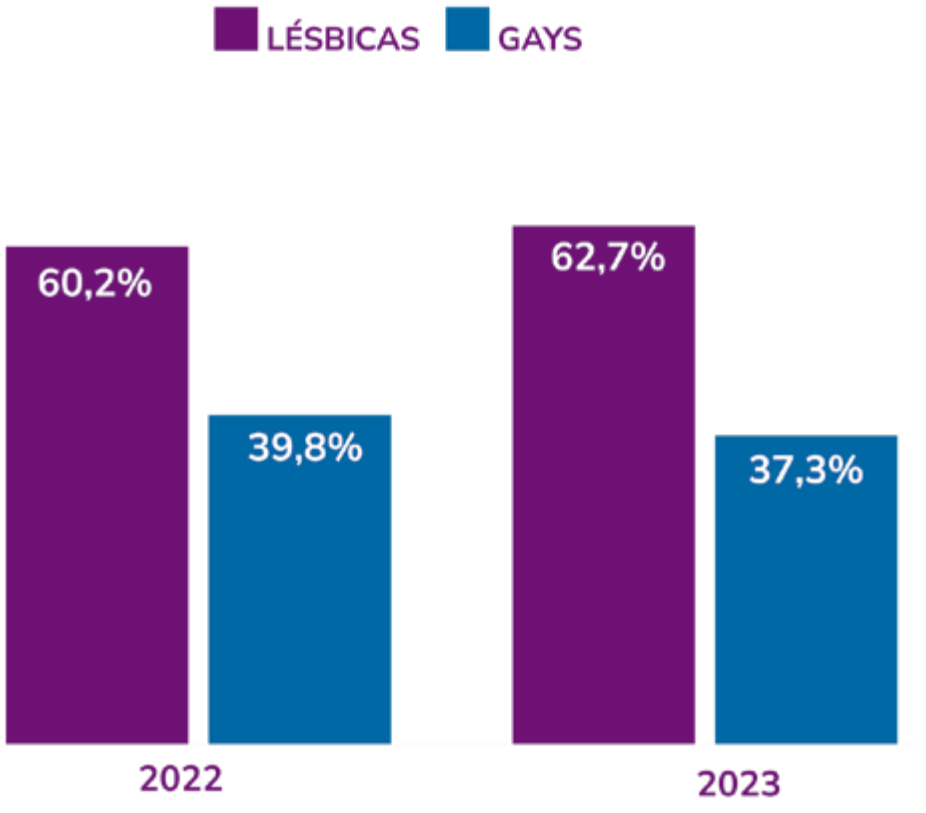
A maioria (63%) das mulheres que participaram das rodas de conversa está na faixa etária jovem (entre 18 e 29 anos), o que aponta para uma juventude protagonista na afirmação de suas identidades e sexualidades, embora mulheres de outras faixas etárias também estejam presentes, ampliando o encontro geracional.

A partir de 2013, por meio da Resolução nº 175 de 14/05/2013 a qual dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo, muitos casais homoafetivos que já viviam em união estável puderam acessar o direito a celebração civil.

Segundo dados do IBGE, em 2023 foram registrados 940.799 casamentos no Brasil, sendo que, desse total, 11.198 foram entre pessoas do mesmo sexo. Do total de 11.198 casamentos homoafetivos, 7.023 foram entre mulheres, o que representa 62,7%.

A partir do Gráfico 1, é possível observar que, entre o total de casamentos homoafetivos, o de mulheres lésbicas apresenta os maiores percentuais nos anos de 2022 e 2023. Destaca-se, contudo, a ausência de informações sobre uniões envolvendo pessoas transexuais e travestis — dados fundamentais para uma compreensão mais ampla sobre as dinâmicas familiares desse segmento.

Gráfico 1 - Casamentos homossexuais



Fonte: IBGE, 2023

Foto de Zanete Dadalto

Colaboração atenta das participantes com as informações que compõem o Atlas.

Além disso, há uma dimensão não quantificada que evidencia processos de exclusão em suas famílias de origem: muitas dessas mulheres são expulsas de casa ao afirmarem suas identidades.

As mulheres LBTI+ no Brasil enfrentam diversas vulnerabilidades sociais, econômicas e de saúde, muitas vezes agravadas pela falta de dados específicos e políticas públicas direcionadas. A violência é agravada pelo preconceito e o atravessamento dos diferentes sistemas de opressão a que estão sujeitas as mulheres LBTI+, expressos em discursos de ódio e por narrativas homofóbicas.

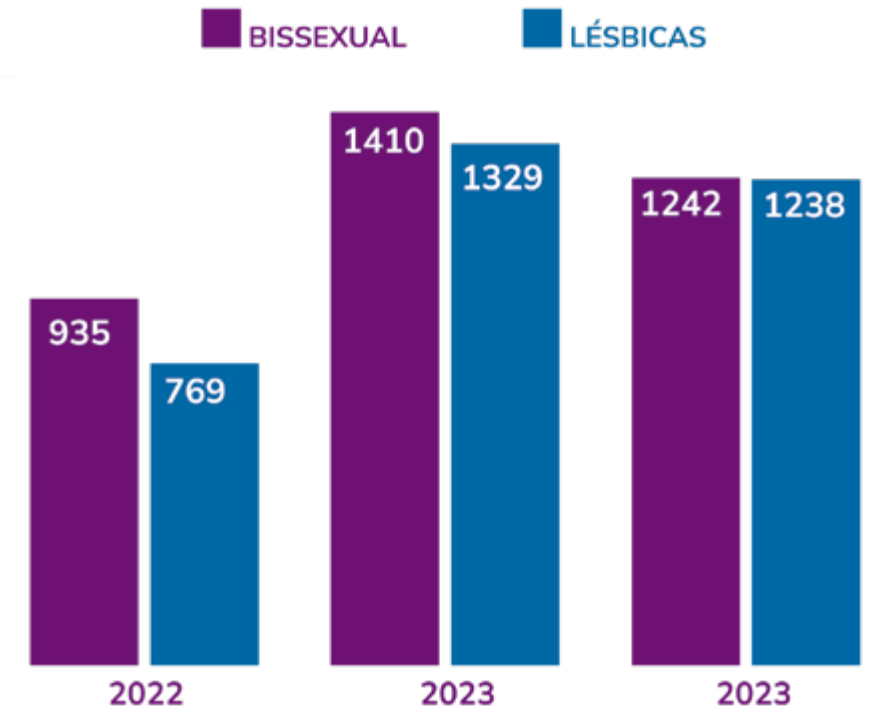
Apesar dos avanços legais, que garantem os direitos das pessoas exercerem sua orientação sexual e a sua identidade de gênero, ainda há muita intolerância na sociedade, o que de forma mais grave, transforma-se em violência. Os casos de violência contra mulheres bissexuais e lésbicas aumentaram desde 2022 e existem vários fatores que podem explicar esse fenômeno: desde o agravamento dos discursos de ódio, influenciado por muitas figuras públicas e políticas e até o aumento das notificações que passaram a registrar orientação sexual, identidade de gênero e cor/raça.

O Gráfico 2 apresenta informações sobre a violência contra mulheres bissexuais e lésbicas. A representação evidencia que a maior parte das violências ocorre contra bissexuais; no entanto, embora elas figurem entre o maior número de vítimas, quando se analisam os tipos de crime, a lesão corporal atinge mais as mulheres lésbicas.

Ao observar o Gráfico 3, vemos que as lésbicas[1] são a maioria das vítimas nos crimes de ameaça e lesão corporal. Na tipificação de calúnia, difamação e injúria, a maior parte são de mulheres bissexuais. Fato corroborado nas rodas de conversa, uma vez que 71% das mulheres deste segmento relataram já terem sofrido algum tipo de violência por serem lésbicas ou bissexuais.

Se há uma dificuldade em relatar as violências sofridas por mulheres lésbicas e bissexuais, quando se trata das mulheres trans o problema fica mais evidenciado. O Dossiê "Assassinatos e Violências contra pessoas Trans", organizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), apresenta um panorama dessas variadas formas de violência.

Gráfico 2 - Bissexuais e lésbicas vítimas de violência no Espírito Santo



Fonte: SESP/Observatório da Segurança Cidadã - OSC/IJSN

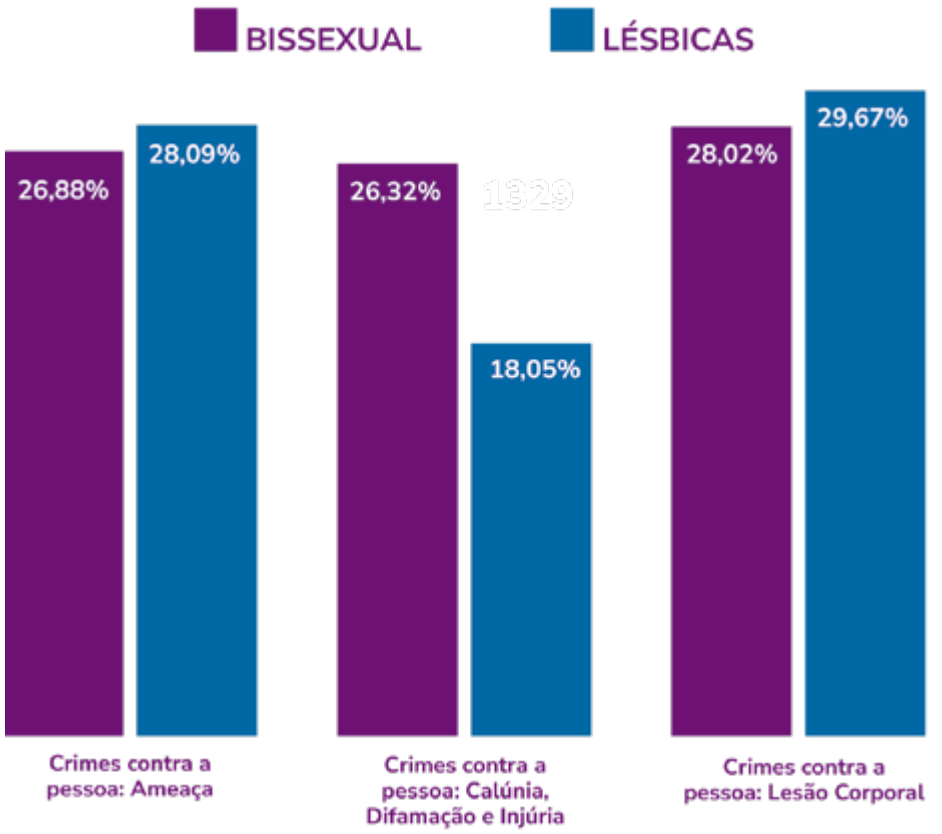
O perfil traçado como o mais vitimado é o de jovens trans negras, empobrecidas, nordestinas e assassinadas em espaços públicos (ANTRA, 2025). Segundo dados do dossiê, em 2024 foram 122 assassinatos de pessoas transsexuais e travestis. Desse total, 117 foram de mulheres transexuais e travestis, o que representa 95% dos casos em que as vítimas foram mulheres trans.

Segundo o mesmo dossiê, o Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo — realidade que

[1] Nesse cálculo não foram incluídos os gays, portanto, a somatória não chegará a 100%.

expõe os riscos de simplesmente existir em um corpo travesti na norma binária de gênero.

Gráfico 3 - Tipos de crimes contra lésbicas e bissexuais no Espírito Santo em 2024



Fonte: SESP/Observatório da Segurança Cidadã - OSC/IJSN

O QUE É SER MULHER LÉSBICA E BISSEXUAL NO ESPÍRITO SANTO?

Ser mulher lésbica e bissexual no Espírito Santo é, acima de tudo, uma realidade marcada por perseguições, afetos, silenciamentos e resistências, de acordo com as falas mais recorrentes.

Nas rodas de conversa realizadas entre abril e maio de 2025, envolvendo mulheres lésbicas e bissexuais de diferentes regiões do estado — de territórios a universidades públicas — emergiu um sentimento coletivo de que o amor entre mulheres é, ao mesmo tempo, um gesto de coragem e uma forma de existir politicamente.

Assim, o amor sáfico expressa-se como um eixo central dessas vivências. Esse amor, tantas vezes condenado pela heteronormatividade rígida e por julgamentos religiosos, é vivenciado como resistência e descrito pelas participantes como um ato político.

"Amar outra mulher é ser corajosa todos os dias"

Entre um casal de lésbicas, participantes da roda, a frase ***"Somos família, somos casal"*** e o orgulho em dizer ***"Sou uma mulher que ama outra mulher"*** sintetizam o desejo de viver plenamente a sexualidade e o direito à formação de vínculos familiares formais. Apesar das opressões e perseguições sociais, confrontam o apagamento histórico que nega às mulheres, as quais amam outras mulheres, o direito ao matrimônio, à maternidade, à formação de vínculos familiares, embora garantidos legalmente.

Apesar das falas potentes de resistências que marcam o ser mulher lésbica e bissexual, o medo da lesbofobia, da rejeição familiar e da extinção de direitos permanece constante. Mulheres lésbicas e bissexuais relataram o uso do silêncio como mecanismo de sobrevivência em diferentes ambientes sociais que deveriam ser de acolhimento e, até mesmo, espaços seguros:

"Me escondo para não perder meu emprego."

A invisibilidade, nesse sentido, aparece como escudo. Ao mesmo tempo, há o desejo de romper com ele, de falar e ser ouvida.

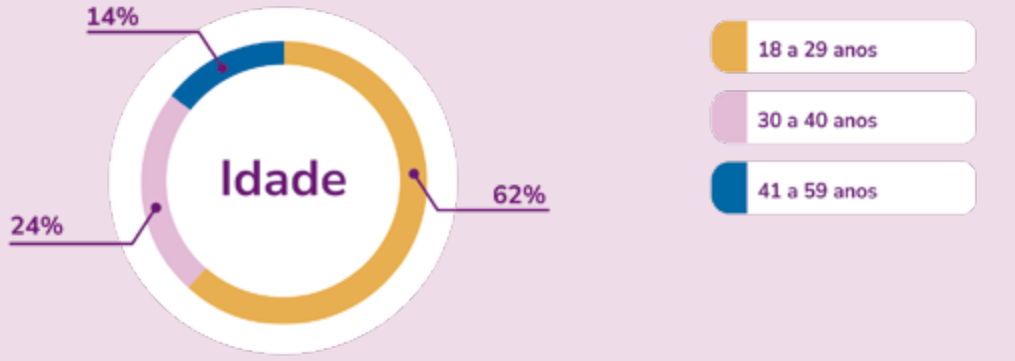
"Se a gente não fala por nós, ninguém fala."

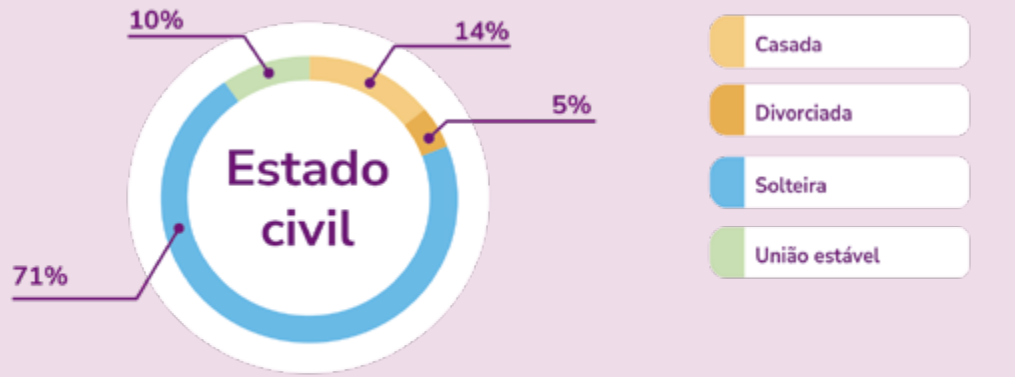
Se há o silenciamento e a vontade de romper com ele, a força aparece como um motor necessário. Junto com a mudança e o enfrentamento, emergem também o orgulho e a liberdade de ser quem é. Uma travessia de

Nas rodas de conversa, participantes anotaram em notas adesivas uma palavra que respondesse à pergunta “o que é ser mulher”, como parte da metodologia aplicada.

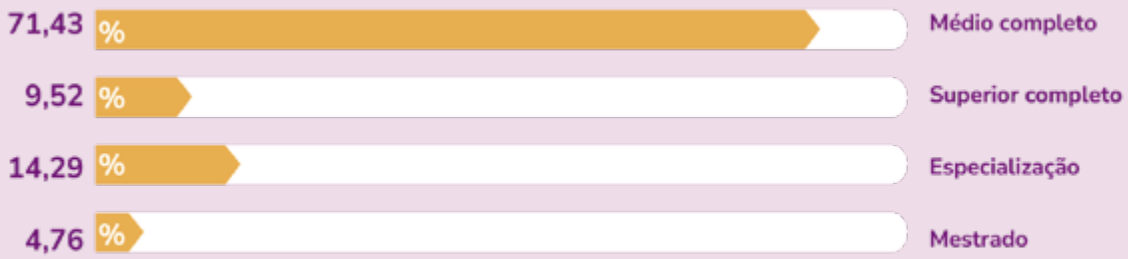
Foto de Zanete Dadalto

Perfil das
Mulheres
Lésbicas e Bissexuais





Escolaridade





Raça/cor/etnia

52%
Brancas

38%
Pretas

10%
Pardas

57%
São as principais provedoras da família

33%
Cuidam de alguém

14%
Cuidam de irmãos

14%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

52%

Trabalham fora e têm suporte, por isso, não precisam usar todo o tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

10%
Têm filhos

50%
Têm até dois filhos

100%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

enfrentamentos entre o medo e o orgulho, o silêncio e o grito.

"Significa ser forte o suficiente o tempo todo, suportar as opressões e dar tudo de mim a todos."

"Orgulhosa e feliz em ser quem sou."

"É libertador ser quem eu sou, é um ato político, desafiador e libertador, significa luta, resistência e amor no conforto do feminino."

"Me sinto menos que outras mulheres, sempre com desafios e obstáculos no caminho."

"Sou uma mulher decidida do que quero e corajosa por expor minhas vontades, sentimentos e determinação".
"É sempre estar na luta com a perseverança de ter melhorias em um mundo tão desigual."

Essas falas são narrativas de resistência e (re)existência. Ao escutá-las e valorizá-las, o Atlas das Mulheres do Espírito Santo cumpre seu papel de visibilizar uma parcela da população que é perseguida e empurrada para a margem, que percebe as desigualdades e busca se afirmar constantemente.

Em relação aos resultados dos formulários aplicados nas rodas de conversas com mulheres lésbicas e bissexuais, a maioria das participantes está na faixa etária de 18 a 29 anos, e apenas 14,3% declararam ter mais de 40 anos de idade. Em relação ao estado civil, 71,4% são solteiras, ao passo que 23,8% se declararam casadas ou em relação estável e 9,5% são mães.

Em relação à escolaridade, todas já concluíram o ensino médio, sendo que 28,6% têm ensino superior completo, o que pode justificar o fato de 57% terem afirmando que são as principais provedoras. Sobre a autodeclaração em relação a raça/cor, 52% se declarou branca, 9,5% parda e 38% preta.



As rodas de conversa foram momentos importantes de partilha entre diferentes gerações e experiências de vida.

Foto de Alice Carpes



Foto de Alice Carpes

As mulheres LBTI+ expressaram a vontade e o desejo de constituir família e viver o amor em cada gesto cotidiano.

O QUE É SER MULHER TRAVESTI E TRANS NO ESPÍRITO SANTO?

Nas rodas de conversa e nos formulários respondidos por mulheres trans e travestis no Espírito Santo, emergem dimensões que atravessam a identidade como um ato ontológico de deslocamento e (re)invenção. Ser uma mulher travesti e transexual, é constituir-se como um corpo que desafia a norma binária de gênero instituída — um corpo que se recusa a ceder no que foi historicamente designado como "humano".

"Ser mulher travesti é borrar a norma imposta, instituída, (re) criando novas possibilidades."

As mulheres trans e travestis são forjadas na guerra entre o desejo de viver plenamente e o cerceamento social constante. A existência dessas mulheres é marcada pela dificuldade de exercer os direitos básicos, como o acesso à saúde, ao mercado de trabalho e à moradia digna, exigindo a reinvenção diária de estratégias de sobrevivência.

"Portas fechadas, tenho que ser mais forte; mas ser sempre forte, às vezes, cansa também."

Estar em guerra, nessa realidade, não é escolha — é exigência. A resiliência não vem como virtude celebrada, mas como condição imposta para continuar viva. No entanto, entre os traumas, emergem potencialidades. "Rebeldia" e "transformação" foram palavras recorrentes. Expressões como "é ser resistência", "é ser corpo vivo de luta", mostram que o simples ato de existir como mulher trans ou travesti é, por si só, um ato político".

"É um ato de rebeldia."

"É enfrentar os desafios que a sociedade diariamente cria para nós."

As mulheres trans e travestis, compreendem o processo de que "ninguém nasce mulher, mas torna-se", como reforçou uma participante da roda de conversa. "

Ser mulher trans e travesti é viver em constante transmutação, habitando um lugar ontológico, fora do esperado, e justamente por isso, carregado de potência transformadora. Essa sabedoria coletiva expressa um desejo profundo de reconhecimento, de dignidade — uma utopia vivida atemporalmente.

O processo de transicionar envolve o reconhecimento e a potência transformadora do tornar-se mulher — um processo que transborda a dimensão física e abarca o desejo e a urgência de reconhecimento de uma humanidade viva, expressa no respeito ao nome social, na forma de vestir-se, de apresentar-se à sociedade e de enfrentar o preconceito, a violência e a exclusão.

"Transicionar é confiar em nós mesmas". É ser paciente, calma, forte e persistente. É criar forças para lutar mesmo nos dias em que só queremos que as coisas sejam mais leves."

Ser uma mulher trans e travesti é habitar um corpo que insiste em existir numa sociedade que frequentemente nos nega a cidadania. A partir das rodas de conversa e dos questionários realizados com mulheres trans e travestis capixabas, emergiram falas que expressam com profundidade, não apenas os traumas que impactam suas trajetórias, mas também a potência de serem quem são.

Essa vivência não é feita apenas de grandes atos heroicos ou estéticos. Ela se constrói no cotidiano: ao sair de casa, acessar o transporte público, ocupar um espaço escolar, ser chamada pelo nome correto.

Ser mulher trans e travesti é transbordar, é ultrapassar o consentido, é romper as fronteiras das normas binárias e criar novas possibilidades de existência. É um processo de tornar-se, de nomear-se e de reinventar-se

continuamente. Trata-se de um modo de estar que recusa o silenciamento, o apagamento e a marginalização.

As falas são testemunhos de uma coletividade que sonha, que não cede aos preconceitos do heteroterrorismo, ressignificando trauma em linguagem vital, silenciamento em presença, exclusão em construção política. Elas caminham para o futuro, para o direito de ser quem se quer ser, com dignidade.

Das participantes trans e travestis que responderam ao formulário, a maioria tem entre 18 e 29 anos (64%). A maioria se declarou negra (53%). Todas são solteiras e 53% declara ser a principal provedora.

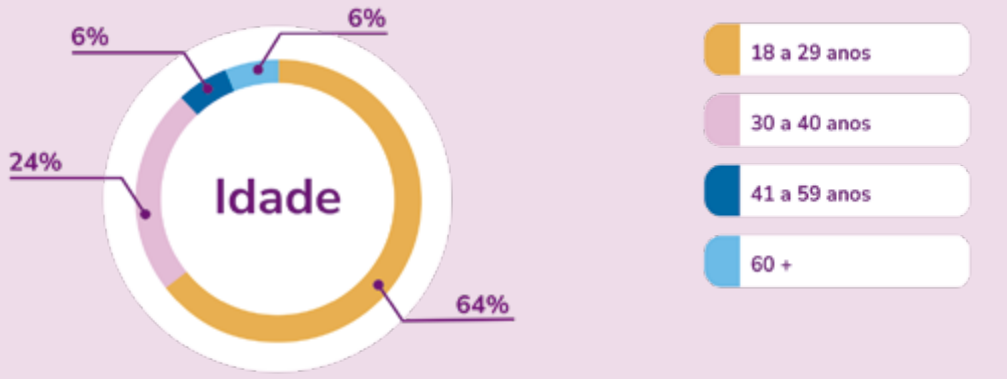


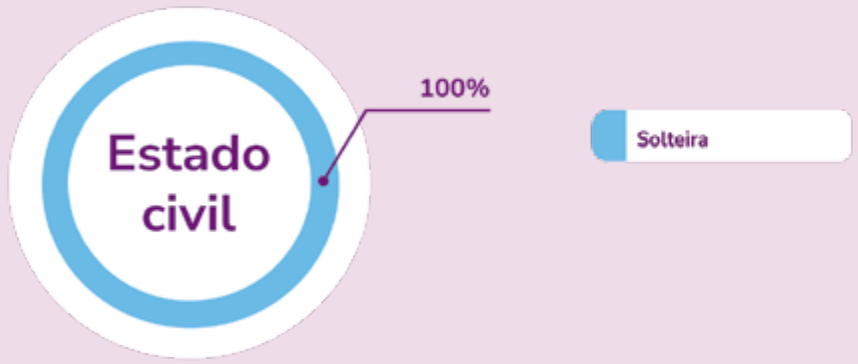
A participação atenta e dialógica permitiu captar representações e vivências importantes.

Foto de Alice Carpes

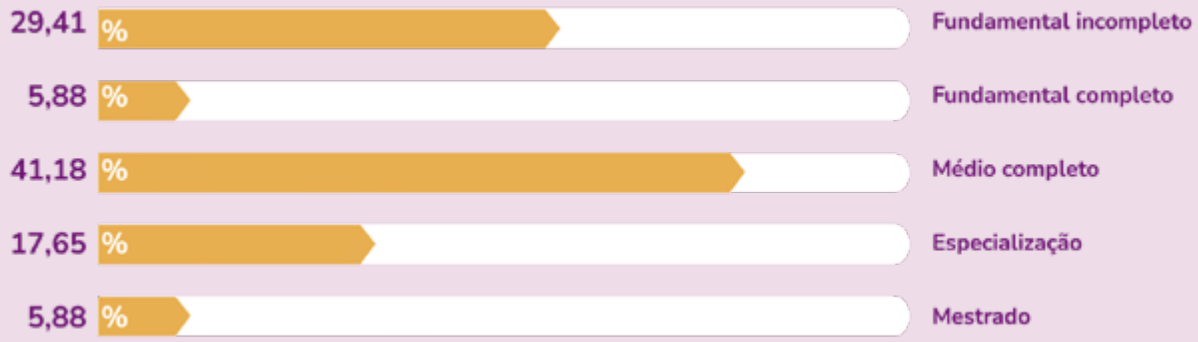
Perfil das

Mulheres Transsexuais e Travestis





Escolaridade





Raça/cor/etnia

47%
Brancas

42%
Pretas

11%
Pardas

53%
São as principais provedoras da família

11%
Cuidam de alguém

5%
Cuidam dos pais

24%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

35%

Trabalham fora e têm suporte, por isso, não precisam usar todo o tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos

5%
Têm filhos

100%
Têm quatro filhos ou mais

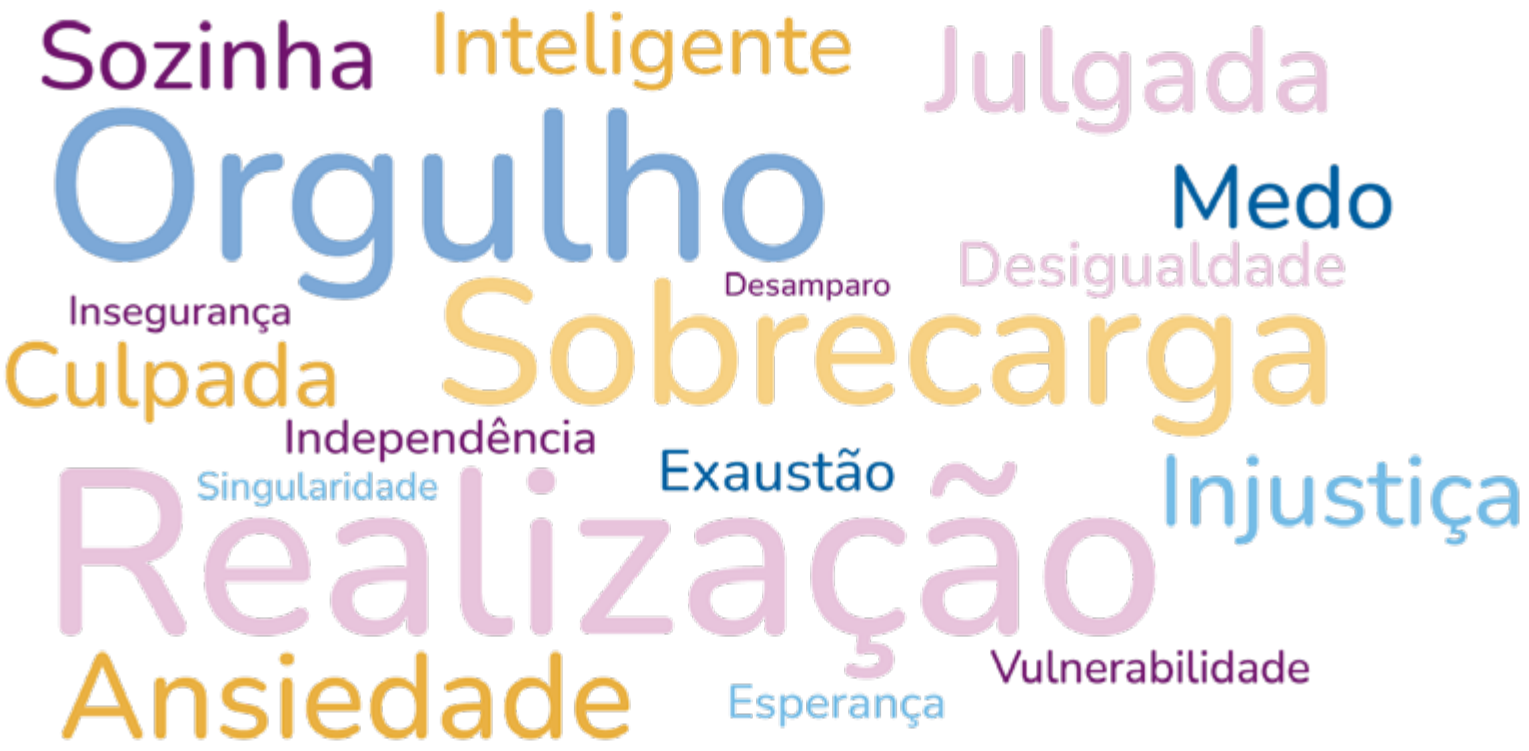
100%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

Foto de Alice Carpes

Brenda Vidal é uma mulher trans que tem orgulho de posar de uniforme, reafirmando sua identidade e suas conquistas pessoais.

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa, incluindo a representação de mulheres lésbicas, bissexuais, transsexuais e travestis.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Produção de dados oficiais sobre a realidade das mulheres LBTI+.
02	Políticas de combate à lesbofobia, bifobia e transfobia.
03	Programas de empregabilidade para mulheres trans e travestis.
04	Políticas de proteção a mulheres LBTI+ no ambiente de trabalho.
05	Ampliação do acesso à saúde integral para pessoas trans e travestis, com equipes capacitadas em atenção primária, saúde mental e hormonização.
06	Formação continuada de servidores públicos sobre direitos LBTI+.
07	Aumento da inserção das pautas LBTI+ em políticas de juventude.
08	Implementação de protocolos de acolhimento e permanência de estudantes trans nas redes públicas de ensino.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

SEÇÃO 6

MULHERES NAS CIÊNCIAS

As mulheres atuam em diversas áreas da ciência, com impacto significativo na produção de conhecimento, inovação e tecnologia. Contudo, questões de gênero impactam diretamente na sua condição de participação e produção, motivo pelo qual se faz necessário desvelar as especificidades do ser mulher na produção do conhecimento científico.



Como antropóloga e professora, Geovana Tabachi destaca a relevância das mulheres nas Ciências Sociais, enfatizando sua contribuição para esse campo de conhecimento.

Foto de Janete Diniz

CAPÍTULO 7

MULHERES NAS CIÊNCIAS: ENTRE DESAFIOS E CONQUISTAS, O PROTAGONISMO FEMININO NA CONSTRUÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

O encontro com representações desse segmento contou com a participação de pesquisadoras e de docentes de diversas instituições públicas e privadas. Foi um momento de escuta e de compartilhamento, marcado pela troca entre diferentes grandes áreas do conhecimento, reconhecidas pela CAPES: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes.

Apesar da diversidade de áreas, foi possível observar que muitos desafios e vivências se revelaram comuns a todas. Cada participante contribuiu com a singularidade de sua área de atuação e estudo. Ainda assim, as questões que emergiram — desigualdades, reconhecimento, sobrecarga e resistência — apresentaram semelhanças que atravessam todos os campos de investigação, demonstrando que a experiência de ser mulher na ciência

ultrapassa fronteiras disciplinares e institucionais, mesmo diante das especificidades de cada área.

Os relatos dão força à presença feminina na produção científica e acerca da necessidade de fortalecer redes de apoio entre as pesquisadoras. Ao reunir vozes de diferentes campos de estudo, revelou-se um mosaico de experiências que, embora diversas, se conectam por desafios e propósitos comuns. Na escuta ampliou-se o olhar sobre o papel das mulheres na ciência e reafirmou-se a importância da promoção de ambientes mais justos, colaborativos e igualitários.

MULHERES NAS CIÊNCIAS: ASPECTOS GERAIS

Com base em dados recentes da CAPES (2025), as mulheres representam cerca de 44,8% do total de pesquisadoras e docentes cadastradas na Plataforma Sucupira, revelando uma presença ainda desigual na produção científica nacional. A distribuição por grandes áreas evidencia contrastes marcantes: nas Ciências da Saúde e em Linguística, Letras e Artes, as mulheres já constituem a maioria, embora ainda não ultrapassem 60% do total.

Em contrapartida, nas Engenharias e nas Ciências Exatas e da Terra, elas permanecem pouco representadas, compondo menos de 30% do corpo docente e de pesquisadoras. Nas demais áreas: Ciências Biológicas, Agrárias, Sociais Aplicadas e Humanas, a presença feminina ainda é minoritária, refletindo desafios persistentes de equidade de gênero e de acesso a posições de destaque na carreira científica. Tais dados reforçam a necessidade de políticas institucionais e estratégias contínuas que promovam a ampliação da participação feminina em todas as áreas do conhecimento, garantindo condições equitativas de acesso, permanência e progressão na carreira científica.

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), órgão vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, aponta, na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) para os anos de 2024-2034, que as mulheres já representam a maioria dentre mestres e doutores no Brasil, embora ainda estejam sub-representadas em cargos de liderança e em áreas de predominância masculina, como Engenharia e Ciências Exatas (MCTI/CGEE, 2024).

Dados da CAPES (2024) acenam que um percentual de 40% dos doutorados brasileiros são titulados por mulheres, e que o número de pesquisadoras vem crescendo de modo consistente nos últimos 20 anos.

Segundo levantamento do Open Box da Ciência entre pesquisadores brasileiros que declaram ter doutorado nas cinco maiores áreas do conhecimento (Linguística, Letras e Artes; Engenharias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Exatas e da Terra; Ciências da Saúde), as mulheres representavam cerca de 40,3% do total. Contudo, esse percentual varia muito por área: nas engenharias e nas ciências exatas e da terra, por exemplo, a proporção de mulheres com doutorado é muito menor — nas áreas de exatas e da terra o número cai para 31%, e nas engenharias, para 26%.

Há ainda um aspecto de desigualdade que atravessa gênero e raça na ciência brasileira. Segundo o Censo da Educação Superior (MEC, 2018), entre as mulheres que atuavam na docência da pós-graduação, 82,7% eram brancas; 12,7% negras; 2% amarelas; e 0,3% indígenas.

A distribuição de bolsas de pesquisa entre mulheres docentes e pesquisadoras também reflete as desigualdades e opressões estruturais: apenas 2,6% das bolsas nesta modalidade eram destinadas a mulheres negras e 12,3% a mulheres brancas. Isso reflete outro número: 85% das mulheres pesquisadoras docentes não tinham bolsa de apoio do Sistema de Pesquisa Brasileiro, segundo dados da pesquisa do MEC.



A professora Márcia Gonçalves de Oliveira coordena o Programa de Extensão Corte de Lovelace no Ifes, voltado para meninas terem acesso à formação em pensamento computacional, programação e robótica.

Foto de Zanete Dadalto

Outro dado mostra que, entre pessoas com mais de 21 anos de carreira científica, a proporção feminina cai bastante: segundo MEC / Prêmio Mulheres na Ciência (2024), das pessoas com mais de 21 anos dedicadas à pesquisa científica, apenas 27% são mulheres. Apesar desse crescimento, há queda na participação, à medida em que se avança na carreira. Por exemplo, pesquisadores com até cinco anos de carreira têm representação feminina mais próxima da metade, mas em publicações de pesquisadores mais antigos ou mais experientes, essa proporção diminui.

Segundo a pesquisa Perfil do Cientista Brasileiro, apoiada pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a maternidade é um dos fatores que mais impactam a trajetória das mulheres na ciência. O estudo mostra que 39% das cientistas afirmam ter tido sua carreira afetada pela maternidade, contra apenas 16% dos homens.

Esse dado evidencia que a responsabilidade pelo cuidado e pela conciliação entre vida profissional e familiar ainda recai de forma desigual sobre as mulheres, influenciando sua produtividade, progressão na carreira e permanência em cargos de liderança. O impacto da maternidade, portanto, revela não apenas uma questão individual, mas estrutural, que reforça a necessidade de políticas institucionais voltadas à equidade de gênero e ao apoio à parentalidade no meio científico.

No Espírito Santo, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação (FAPES) lançou, em 2023, o edital Mulheres na Ciência, com o objetivo de apoiar pesquisas coordenadas por mulheres e promover a equidade de gênero na produção científica (FAPES, 2023). Em 2024, a segunda edição do edital destinou R$ 5,3 milhões a 51 projetos capixabas liderados por mulheres, fortalecendo uma agenda institucional, voltada à inclusão e ao reconhecimento feminino na ciência (FAPES, 2024; PLANEJAMENTO. ES, 2024). Essas políticas locais acompanham um cenário nacional de estímulo à ampliação da presença feminina nos espaços acadêmicos.

O QUE É SER MULHER NAS CIÊNCIAS NO ESPÍRITO SANTO?

Entre partilhas, escutas e reconhecimentos mútuos, o diálogo trouxe à tona vivências que ultrapassam os limites das disciplinas e revelam o cotidiano de quem faz ciência no Espírito Santo. Nessa perspectiva, as narrativas das participantes expõem que ser mulher na ciência é um ato de resistência contínua. Entre o reconhecimento e a luta por igualdade, suas trajetórias se constroem em meio à necessidade de provar competência, conquistar credibilidade e equilibrar múltiplas responsabilidades. Para muitas, o desafio começa pela forma como são percebidas e tratadas em seus ambientes de trabalho, ainda marcados por desigualdades, inseguranças e estereótipos de gênero.

Nesse ponto, muitas participantes relataram que a autoridade e a legitimidade das mulheres ainda são frequentemente colocadas à prova. Em diferentes áreas, elas mencionaram o peso da desconfiança, da sobrecarga e da exclusão velada em ambientes historicamente dominados por homens. Trata-se, para muitas, de um exercício constante de afirmação profissional e pessoal, que envolve ocupar espaços, responder a atitudes desrespeitosas e, ao mesmo tempo, preservar o orgulho pelas conquistas e pelo reconhecimento de seu trabalho.

"Geralmente não temos nossa opinião validada, pois a verdade do outro sempre é maior. Além disso, homens ocupam muito mais o espaço, então há o assédio moral e sexual."

"É diariamente ouvir piadas e ter que se posicionar informando o descontentamento com tal fato. Mas, também é ter orgulho de conquistar posições de destaque e ser reconhecida por colegas pelo bom trabalho e pelas relações conquistadas."

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

Conciliar o trabalho científico com a vida pessoal também aparece como um dos maiores impasses. Muitas participantes descreveram os enfrentamentos para suplantarem os desafios entre a maternidade e a progressão na carreira, esbarrando em estruturas institucionais que pouco consideram essa realidade.

"Um desafio é buscar espaço na academia, atualizar os seus conhecimentos e o desejo de ser mãe. A priorização dos estudos antes da família."

"Eu tô no doutorado e a mulher não pode ter o desejo de ser mãe, de querer ser mãe. Isso vai demandar um outro tempo pra ela. E isso na ciência não é bem-visto."

"Desde que o meu filho nasceu, eu não fui a nenhum congresso ainda."

"Quem vai te convidar pra fazer parte de um artigo sabendo que você tá grávida de oito meses?"

As participantes também relataram dificuldades em participarem de congressos e de eventos científicos, especialmente, pela falta de suporte institucional às mães pesquisadoras. Essa incompatibilidade entre as exigências da produtividade e as responsabilidades do cuidado, demonstram o quanto o modelo tradicional de sucesso acadêmico — baseado em longas jornadas, deslocamentos frequentes e produção contínua — ainda exclui muitas mulheres (CAPES, 2024; RBPG, 2025).

"Eu precisei alugar um carro, aluguei um Airbnb, levei minha mãe e minha filha pra poder apresentar na universidade".

O questionamento sobre a suposta neutralidade na competição "em condições de igualdade" fez com que a discussão se voltasse para as diferentes trajetórias, idades, condições de infraestrutura, territórios e responsabilidades — especialmente entre aquelas que acumulam funções de cuidado ou que maternam —, evidenciando as desvantagens em relação a quem dispõe de mais tempo, apoio ou flexibilidade.

"Às vezes a gente se sente em desvantagem, porque não tem o mesmo tempo, nem as mesmas condições, de quem não tem filho ou tá começando agora".

"É complicado, pois quem está mais velha, ou tem outras responsabilidades já entra com menos chance".

Apesar das adversidades, as falas também ressaltam as potências femininas na produção de conhecimento. A presença das mulheres traz novas formas de ver e fazer ciência, incorporando empatia e colaboração aos espaços de ensino, pesquisa e extensão. Assim, essa força não se resume à luta: ela se mistura ao cuidado, à sensibilidade e ao desejo de construir espaços de escuta e de afeto. As participantes destacaram o cuidado como valor e como método: a preocupação com o outro, a escuta atenta, a construção coletiva.

A ideia de força também se conecta à persistência histórica das mulheres em permanecer e resistir, mesmo diante das desigualdades. Essa força se manifesta tanto na luta por reconhecimento e espaço quanto na capacidade de seguir produzindo, ensinando e cuidando, a despeito das limitações impostas. Ela traduz uma resistência cotidiana que não se restringe ao enfrentamento, mas também à criação de caminhos próprios, sustentados por solidariedade, criatividade e esperança.

"Pra mim ser mulher significa força, apesar dos anos de desigualdades, nós resistimos em continuar para que nossa história seja contada".

"Ser mulher é avançar rumo ao alvo, enfrentar barreiras do preconceito e limitações".

Em meio a essas narrativas, ser mulher é também reconhecer sua multiplicidade. As falas mostram que não há uma definição única, mas muitas formas de existir e de se afirmar, entre a doçura e a firmeza, a vulnerabilidade e a coragem, o cuidado e a determinação.

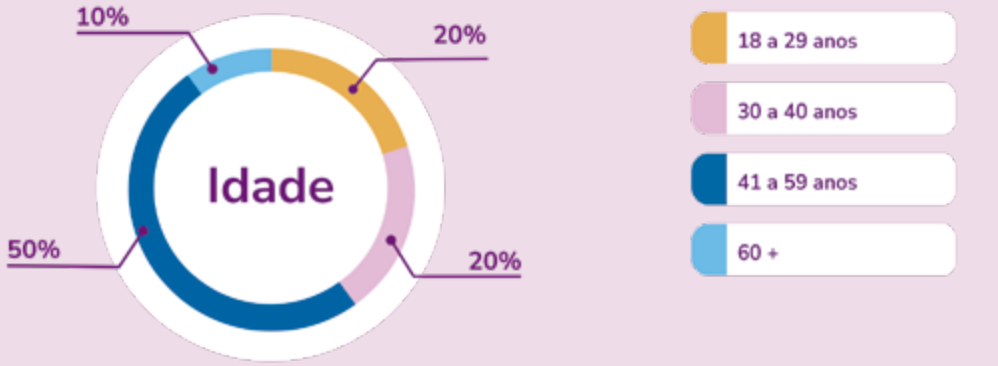


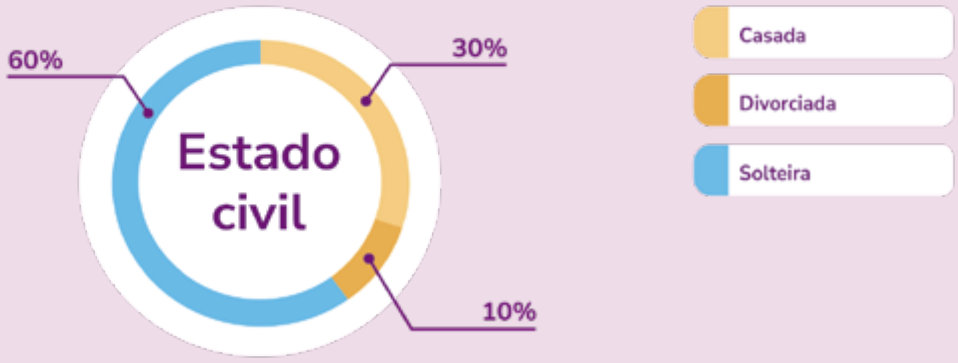
A professora e pesquisadora Ethel Maciel atuou firmemente na luta contra a epidemia da Covid-19, usando a Ciência como a principal aliada contra o vírus e a desinformação.

Foto de Zanete Dadalto

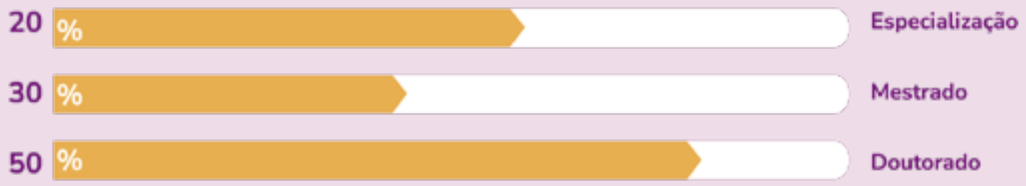
Foto de Zanete Dadalto

Perfil das Mulheres nas Ciências





Escolaridade





Raça/cor/etnia

60%
Brancas

40%
Pardas

60%
São as principais provedoras da família

50%
Cuidam de alguém

30%
Cuidam dos pais

20%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

40%

Estudam e trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

40%
Têm filhos

100%
Têm somente um filho

50%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

“Multiplicidade. Ser mulher é muito amplo e podemos ser de diferentes formas. É saber cuidar, aprender, enfrentar. Se permitir sentir. E ser forte e frágil. É poder ser masculino e feminino. É a doçura e a firmeza”.

Entre as diversas formas de ser e de estar no mundo, as relações entre mulheres na ciência apresentam complexidades próprias, marcadas por afetos, alianças e desafios compartilhados. Nesse contexto, a rivalidade entre mulheres no ambiente acadêmico surgiu como um tema sensível, indicando que, em espaços historicamente moldados pela competição e pela lógica produtivista, elas também podem ser levadas a competir entre si.

Essa tensão, muitas vezes silenciosa, é alimentada por estruturas que ainda premiam o individualismo, e dificultam a construção de relações solidárias. As participantes refletiram sobre como é necessário transformar esse padrão, substituindo a comparação, a vaidade, e a cobrança mútua, por espaços de cooperação, acolhimento e de reconhecimento coletivo.

“Tem momentos em que a gente percebe que, entre mulheres, ainda existe competição, como se o sucesso de uma diminuísse o da outra”.

“Eu acho que a gente precisa aprender a olhar umas para as outras com mais empatia, entender que estamos todas lutando contra as mesmas barreiras”.

Superar essas dinâmicas de competição passa, portanto, por fortalecer vínculos de solidariedade e de colaboração entre mulheres. Essa perspectiva se materializa na criação de redes de compartilhamento e de apoio, e na valorização da diversidade como força transformadora dentro das instituições acadêmicas. Dessa forma, emergem sinais de transformação: algumas pesquisadoras relataram experiências de amparo, em grupos e redes de suporte, formadas entre mulheres pesquisadoras e docentes.

A roda de conversa apresentou, assim, um cenário onde convivem entusiasmo e exaustão, reconhecimento e invisibilidade. Uma das falas resumiu a potência feminina no fazer científico: *“produzimos com o outro, construímos em conjunto, abrimos uma dimensão de relação com o mundo”.*

Essa perspectiva rompe com a lógica centrada na disputa e no desempenho que, historicamente, moldou o campo acadêmico, ao destacar uma forma de produzir conhecimento baseado no vínculo, no diálogo e na colaboração. A ciência feita por mulheres carrega, muitas vezes, a marca do cuidado com o outro, com a sociedade e com o próprio processo de conhecer.

Ao observar as percepções das participantes, nota-se que 77,8% associaram o ser mulher à sobrecarga, e 55,6% à exaustão, indicando que o acúmulo de responsabilidades e o cansaço físico e emocional são dimensões centrais dessa vivência. Além disso, sentimentos como insegurança e medo (presentes em 44,4% das respostas) reforçam os desafios enfrentados, cotidianamente, nos espaços acadêmicos e profissionais. Por outro lado, termos como independência, orgulho e singularidade (citados por cerca de um terço das mulheres) demonstram que, mesmo diante das adversidades, há um movimento contínuo de afirmação, resistência e valorização de si.

Nesse cenário, entre desafios e potências, as mulheres reafirmam seu protagonismo na ciência. Cada conquista representa não apenas um avanço individual, mas um movimento coletivo por reconhecimento, equidade e transformação nos espaços do conhecimento.

Hoje, as mulheres que atuam na ciência capixaba seguem abrindo caminhos. Elas pesquisam, ensinam, publicam, cuidam, formam redes e constroem novas maneiras de compreender e de transformar o mundo.

São mães, filhas, professoras, pesquisadoras, líderes de laboratório e estudantes de iniciação científica. E em cada

Jacyara Paiva, coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Social e Educação Étnico-Racial.

Foto de Zanete Dadalto

uma dessas trajetórias há a reafirmação de uma presença que, embora recente na história, é transformadora.

Como sintetizou uma das participantes ao final da roda: ***"É uma dimensão de mulheres – de mulheres para mulheres".*** Essa frase, que pode parecer simples, é poderosa, pois traduz o sentido coletivo e ancestral dessa presença: mulheres que inspiram outras mulheres, mulheres que transformam o espaço científico com sua resiliência e inteligência, mulheres que afirmam, todos os dias, que o conhecimento também é um ato de cuidado e de empoderamento. Ao registrar essas vozes, reconhece-se que a ciência produzida por mulheres não se limita a uma dimensão técnica, mas também expressa um compromisso social e humano com a transformação e a equidade.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Fortalecer a criação de chamadas e editais exclusivos voltados às mulheres.
02	Estrutura física de suporte para mães em eventos científicos (brinquedotecas, cuidadoras, atividades lúdicas para crianças, etc).
03	Aprimorar as formas de avaliação da produtividade, de maneira a reconhecer as especificidades, os contextos de atuação e as trajetórias diversas das pesquisadoras.
04	Criar e fortalecer espaços institucionais de escuta e acolhimento.
05	Criar redes de apoio entre mulheres.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

SEÇÃO 7

MULHERES NA CULTURA E NAS ARTES

As mulheres na cultura e na arte é um segmento que expressa as diversas linguagens e formas de as mulheres se comunicarem e se posicionarem em suas performances e fazeres no Espírito Santo. Elas transformam experiências em criações, mediante uma produção cultural relevante, envolvendo a música, as artes visuais, o cinema e as diversas manifestações culturais, consolidadas na cultura capixaba.



As rendeiras de bilro da Barra do Jucu, em Vila Velha, fazem parte da cultura e arte capixaba. Regina Maria Ruschi, coordenadora do Grupo Barra de Renda.

Foto de Zanete Dadalto

CAPÍTULO 8

MULHERES NA CULTURA E NAS ARTES: PARTICIPAÇÃO, CRIAÇÃO E PROTAGONISMO SOCIAL

Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

A presença das mulheres na cultura e nas artes revela histórias de criação, pertencimento e resistência que atravessam gerações. Em cada território e linguagem artística, elas constroem caminhos singulares, marcados por sensibilidade, força e dedicação. O fazer artístico torna-se, para muitas, uma forma de existir, afirmar identidades e transformar realidades.

Foram realizadas rodas de conversa com diferentes subsegmentos como Mestras da Cultura, Mulheres Múltiplas (teatro, dança, música e diversidades), Mulheres e Imagens (audiovisual, artes visuais e plásticas) e Diretoras/Produtoras Executivas, compondo um encontro potente e diverso, em que as vozes femininas ecoaram vivências criativas, desafios cotidianos e formas/modos de afirmação e pertencimento. Esses diálogos evidenciaram tanto a força quanto a persistente necessidade de reconhecimento, valorização e inserção plena das mulheres na cultura e nas artes.

MULHERES NA CULTURA E NAS ARTES: ASPECTOS GERAIS

O setor cultural brasileiro tem expressiva relevância econômica e social, reunindo cerca de 4,8 milhões de trabalhadores, o equivalente a 5,6% da população ocupada do país, segundo dados do IBGE. Mesmo diante de sua diversidade, ele ainda reflete desigualdades estruturais marcadas por gênero e raça. O estudo do IBGE sobre o setor cultural brasileiro demonstra que as mulheres compõem 43,7% dos assalariados na cultura, mas continuam recebendo, em média, 30% menos que os homens que exercem funções semelhantes (IBGE, 2021). No Espírito Santo, o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) indica que os homens chegam a receber 68,7% a mais que as mulheres no setor cultural (ES360, 2023).

Embora componham parcela significativa da força de trabalho cultural, as mulheres ainda enfrentam obstáculos para o acesso a posições de maior visibilidade, estabilidade e valorização profissional. Em muitas áreas, elas estão mais concentradas em segmentos ligados à formação, às práticas coletivas e ao artesanato — espaços fundamentais para a preservação e transmissão de saberes, mas que, historicamente, recebem menos investimento e reconhecimento institucional.

Relatórios e balanços de editais estaduais também apontam para maior presença feminina em projetos de pequena e média escala, com menor participação relativa nas grandes produções e nas instâncias decisórias. Esses contrastes revelam como as desigualdades de gênero se expressam também na cultura, influenciando tanto a forma como o trabalho é distribuído quanto as oportunidades de projeção e sustento no campo artístico.

As desigualdades raciais também atravessam o setor. Pessoas pretas e pardas correspondem a 43,8% das ocupações culturais, o que indica uma presença menor do que a observada na população trabalhadora em geral (53,5%). Essa sub-representação se soma a outras barreiras, como menor acesso a financiamentos, a visibilidade e a posições de destaque.

No campo artístico, os dados são ainda mais desiguais: apenas 5% dos compositores mais remunerados do país são mulheres, e elas correspondem a uma fração mínima do mercado global de arte e das exposições em grandes instituições. Esses números evidenciam que a presença das mulheres — especialmente negras — na cultura segue marcada pela resistência cotidiana e pela necessidade de políticas públicas que ampliem o acesso, a valorização e a representatividade nesse espaço.

O QUE É SER MULHER NA CULTURA E NAS ARTES NO ESPÍRITO SANTO?

Ser mulher, no universo da cultura e da arte, é habitar um espaço de intensidades, de criação e contradição, de força e vulnerabilidade, de presença e resistência. As narrativas das participantes revelam que o ser mulher ultrapassa qualquer definição simples: é um movimento constante de reconstrução, em que se aprende a existir, afirmar-se e criar sentido, mesmo diante das dúvidas e imposições sociais. Em suas vozes, a identidade feminina aparece como um território fértil, criador de vida, de mundos e de possibilidades.

"Terra fértil onde se colhe o que precisa."

A experiência de ser mulher surge como força que sustenta, mas também como dor que insiste em ser transformada. A potência criadora convive com a exaustão de ter que provar o tempo todo o próprio valor, enquanto a doçura e o acolhimento frequentemente se chocam com a dureza das estruturas patriarcais.

Ser mulher, para muitas, é aprender a equilibrar essas forças — ser fortaleza e abrigo, sem abrir mão da

Foto de Camilla Buzzette

Nas rodas de conversa participaram mulheres de diferentes setores culturais e artísticos, permitindo representatividade.

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

sensibilidade que também as move; ser inspiração e cuidado, sem que isso signifique subserviência.

"Ser mulher é vida, mas somos frequentemente mortas. Somos fortes, mas somos frequentemente julgadas como fracas."

As falas também revelam um profundo senso de coletividade. Ser mulher é, para muitas, um compromisso ético e afetivo com as outras: reconhecer-se no olhar de quem compartilha o mesmo caminho, estender a mão, criar redes e resistir juntas. É nesse encontro com o outro que se consolida a consciência de gênero, não como um rótulo, mas como um processo de amadurecimento, empatia e pertencimento.

"Ser corajosa para lutar por suas ideias e desejos, sem nunca perder a fé. É nunca largar a mão de outras mulheres que precisarem."

Em muitas vozes, o feminino aparece como verbo: agir, mover, gerar, cuidar. É reinventar-se diante das limitações, ressignificar os medos herdados e transformar a dor em gesto criador. A mulher artista, especialmente, encarna essa alquimia entre a vida e a arte, faz do cotidiano matéria poética e da resistência uma estética.

Para muitas, a identidade feminina está atravessada pela experiência da contradição: entre liberdade e vigilância, reconhecimento e invisibilidade, potência e vulnerabilidade. Há orgulho, mas também cansaço; há encantamento, mas também dor. Ser mulher, nesse contexto, é reconhecer-se nesse entremeio — o lugar de quem sustenta o mundo e, ao mesmo tempo, luta para existir nele, com dignidade e voz própria.

"Ser mulher é nascer e ser criada nos moldes patriarcais e crescer aprendendo os medos de criar a própria vida. Ser mulher dói, mas é potente."

"Correr dez vezes mais para alcançar o meio do caminho. As intempéries da sociedade patriarcal nos põem à margem, mas também nos fazem resilientes."

"Gostaria que significasse apenas uma identificação de gênero, mas ser mulher significa muitas coisas, como força, insegurança, sobrecarga, machismo, mas também liberdade e invenção."

Em todas essas perspectivas, o ser mulher aparece como uma experiência complexa e múltipla, atravessada por afetos, lutas e sentidos. É aprender a existir num mundo que insiste em limitar o que elas podem ser e, ainda assim, continuar sendo tudo: criadoras, pensadoras, mães, artistas, mestras, sonhadoras.

Os dados revelam um retrato emocional que combina força e exaustão. A sobrecarga aparece como o sentimento mais recorrente, mencionada por 53,8% das participantes, expressando o peso de múltiplas funções e expectativas que recaem sobre as mulheres, dentro e fora do campo artístico. Em contrapartida, as palavras "realização" e "orgulho", citadas por 46,2% delas, indicam que, mesmo em meio às adversidades, o fazer cultural e artístico é também fonte de sentido, pertencimento e afirmação pessoal. As menções à desigualdade e à independência evidenciam a dualidade entre o desejo de autonomia e a consciência das barreiras estruturais que ainda limitam o protagonismo feminino. Já as palavras "inteligente", "esperança", "medo" e "frustração", revelam o entrelaçamento de sensações opostas: de um lado, a confiança na própria capacidade e a persistência em seguir criando; de outro, a insegurança e o cansaço diante de um cenário que ainda exige que as mulheres façam mais para serem vistas, reconhecidas e respeitadas.

A presença das mulheres na cultura e na arte é marcada por uma potência silenciosa, mas transformadora. Suas trajetórias revelam a capacidade de criar caminhos, mesmo em meio às limitações e à necessidade de reinventar espaços antes negados. A força feminina aparece como movimento contínuo de invenção e persistência, uma energia que une sensibilidade, competência e intuição, tornando o fazer artístico também um ato político e coletivo.

“Ser multitarefas, proativas, sensíveis e resilientes.”

“A mulher tem o poder de acolher as dificuldades locais e trazer tentativas de melhorias. Mulher é resposta ativa.”

A multiplicidade é uma das marcas mais evidentes nas falas das participantes. Ser mulher é transitar entre papéis e linguagens, lidar com o imprevisível e transformar o cotidiano em expressão. Essa versatilidade, muitas vezes imposta pelas condições de vida e de trabalho, também se converte em fonte de sabedoria e de criação. As mulheres articulam ideias, pessoas e afetos, gerando redes de cuidado e colaboração, que fortalecem os territórios culturais.

As mulheres atuam em múltiplos papéis também no campo cultural: mestras e guardiãs, criadoras (performers, compositoras, autoras, artistas visuais), mediadoras (educadoras, produtoras, curadoras), gestoras (coletivos, espaços autogeridos e organizações culturais) e formuladoras de políticas em instâncias locais. Muitas relatam acumular funções: produzir, apresentar prestação de contas, articular redes e, ao mesmo tempo, criar. Nas palavras delas, “temos que aprender a produzir, a pedir apoio, a correr atrás de edital”. Esse acúmulo traduz tanto a potência de organização feminina quanto a falta de estruturas estáveis de apoio do setor cultural nacional e estadual.

A sensibilidade, longe de ser vista como fragilidade, é compreendida como uma potência criadora. É ela que permite enxergar o invisível, dar forma ao que ainda não tem nome e transformar experiência em arte. As mulheres demonstram uma capacidade singular de se conectar com as dores e alegrias do mundo, traduzindo-as em gestos, imagens, sons e palavras, que comunicam pertencimento e humanidade.

O cuidado, tantas vezes desvalorizado socialmente, adquire nas artes um sentido profundo. Ele aparece como ética e como estética: cuidar é criar. As mulheres transformam o ato de fazer arte em gesto de partilha e transmissão, perpetuando saberes e modos de viver. O cuidado atravessa as relações de trabalho, a forma como conduzem suas equipes e o modo como se reconhecem mutuamente como parte de um mesmo corpo coletivo.

Muitas também apontam como potência o olhar que nasce da vivência, um saber situado, que parte da experiência e do território. É esse olhar que permite às mulheres artistas contar suas próprias histórias, revelar narrativas silenciadas e afirmar identidades que resistem às lógicas de homogeneização cultural.

“Como sou também detentora dos saberes ancestrais da minha comunidade, acredito que o meu olhar segue uma perspectiva de quem é de dentro.”

A potência feminina também se manifesta na persistência, ou seja, a capacidade de continuar, mesmo quando tudo parece improvável. Essa força não é apenas resistência, mas também criação de futuro. As mulheres seguem fazendo, aprendendo, ensinando, abrindo caminhos e convocando outras a seguirem juntas.

Em muitas falas, a potência aparece ligada à consciência de coletividade, a percepção de que o poder feminino cresce na relação com as outras. As mulheres se veem como ponte, como parte de algo maior, e encontram na arte a possibilidade de multiplicar vozes, ampliar presenças e inspirar novos percursos.

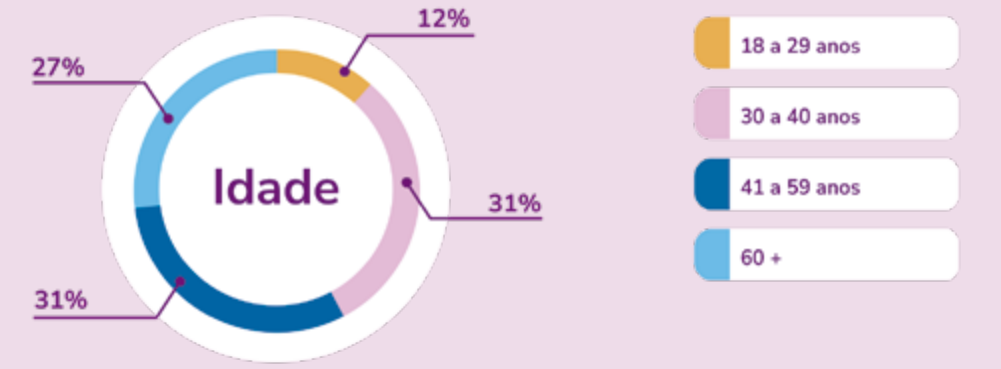
“Me vejo como potência porque a arte me permite ser eu e abrir caminho para outras mulheres.”

Outro aspecto marcante foi a relação entre arte, autocuidado e resistência. A arte aparece não apenas como profissão, mas como espaço de cura, expressão e fortalecimento das mulheres. O fazer artístico aparece como forma de resistência frente às violências simbólicas, emocionais e institucionais que atravessam a vida das mulheres. A arte sendo uma prática coletiva, concede uma dimensão mais afetiva do trabalho cultural feminino e mostra como a rede de apoio é elemento



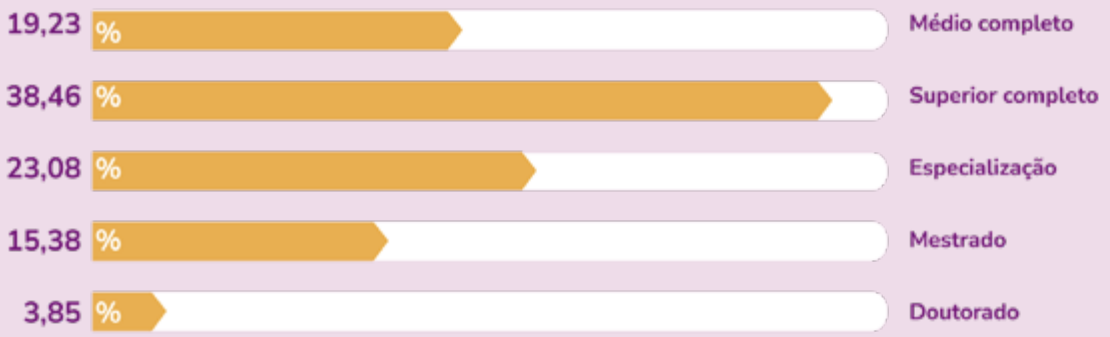
Jamilda Bento, da Banda de Congo Panela de Barro de Goiabeiras, no lançamento do livro Conexões Quilombola no Auditório do CEFD/UFES, em Vitória.

Perfil das Mulheres na Cultura e nas Artes





Escolaridade





Raça/cor/etnia

34%
Pretas

31%
Brancas

31%
Pardas

50%
São as principais provedoras da família

46%
Cuidam de alguém

31%
Cuidam dos filhos

31%

Trabalham fora e têm suporte, por isso, não precisam usar todo o tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

27%

Trabalham fora e usam pouca parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

62%
Têm filhos

50%
Têm mais de um filho

37%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

imprescindível para a permanência e a criação. Essas mulheres transformam o cuidado em política e a sensibilidade em ferramenta de transformação pessoal e social.

"A arte me salvou muitas vezes. Quando tudo pesa, é nela que encontro força pra continuar."

Dessa maneira, elas asseguram que, mais do que buscar inserção em estruturas já existentes, parte significativa está reconfigurando o próprio modo de fazer cultura, com práticas mais horizontais, colaborativas e plurais.

"Quando a gente cria juntas, ninguém manda em ninguém. A arte vira uma forma de existir, de resistir e de sonhar."

Mais do que um talento individual, as potencialidades femininas na arte e na cultura são uma expressão coletiva de resistência e criação. Cada gesto, cada obra e cada trajetória reafirma que as mulheres não apenas ocupam o espaço cultural: elas o reinventam, ressignificando o modo de produzir, difundir e viver a arte.

Os desafios enfrentados pelas mulheres na cultura e na arte revelam o quanto o campo cultural ainda reflete desigualdades estruturais mais amplas. As participantes falam sobre um cotidiano permeado por lutas constantes em busca de reconhecimento, espaço, segurança e condições dignas de trabalho. Ser mulher nesse universo significa, muitas vezes, precisar comprovar a própria competência diante da descrença, enfrentar barreiras simbólicas e materiais e resistir à naturalização de violências e silenciamentos.

Entre os relatos, há a percepção de que a artista ainda precisa "ter o aval" de um olhar masculino para ser legitimada, especialmente em áreas historicamente dominadas por homens, como a direção, a produção cultural e a técnica. Muitas mulheres relataram que, para conquistar espaço e oportunidades, foi preciso iniciar na produção, aceitar condições desiguais de trabalho e se submeter a uma lógica exaustiva de comprovação de competência e habilidades incompatíveis às funções estabelecidas — um processo que exige constante estado de alerta e, muitas vezes, leva ao esgotamento físico e emocional.

"A gente precisa provar o tempo todo que é boa no que faz, e às vezes o reconhecimento só vem quando um homem valida."

Muitas falas evidenciam como a desigualdade de gênero se entrelaça com a lógica de um mercado que privilegia os homens, sobretudo em áreas nas quais o poder de decisão e o prestígio ainda são masculinos. Mulheres que atuam em espaços tradicionalmente dominados por homens, como o samba, a produção técnica e o audiovisual, relatam a necessidade constante de provar sua capacidade, lidar com a desconfiança e disputar reconhecimento em ambientes que, por vezes, as tratam como exceção.

Assim, o reconhecimento profissional foi apontado como uma das maiores lacunas no setor. As mulheres destacaram que o respeito e o reconhecimento não decorrem apenas da qualidade técnica ou da entrega artística, mas da necessidade de lutar continuamente contra estereótipos que as colocam em posição secundária.

Muitas relataram enfrentar diferenças de tratamento em editais, curadorias, cachês e oportunidades de visibilidade. Isso demonstra que a inserção feminina nos espaços de decisão e criação cultural ainda enfrenta o machismo estrutural, manifestado em gestos sutis, exclusões simbólicas e na naturalização de ambientes de trabalho masculinizados. Apesar disso, há uma força coletiva que se constrói a partir da solidariedade entre mulheres, do reconhecimento mútuo e do investimento em redes de apoio, que são fundamentais para sustentar a permanência delas em seus contextos.

"Cansa ter que estar sempre alerta, mas é esse cansaço que também move. A gente segue porque sabe que se parar, o espaço se fecha de novo."

Verônica Gomes é uma artista versátil e múltipla: atua no teatro, no cinema, na música e na literatura, representando a multiplicidade das mulheres na cultura e nas artes do Espírito Santo.

Foto de Alice Carpes

Monique Rocha é uma artista múltipla. Com atuação marcante no samba, ela usa sua arte, em grande parte, para reverenciar as religiões de Matriz Africana e a cultura capixaba com a tríade que virou sua marca: samba, macumba e congo.

Foto de Zanete Dadalto

Além disso, também há barreiras institucionais no acesso a políticas públicas e editais de fomento cultural. Muitas expressaram a percepção de que os processos são excludentes, seja pela linguagem técnica, pela falta de orientação ou pela escassez de estruturas básicas de apoio. A concentração de oportunidades em quem já possui estrutura, capital simbólico ou técnico, aprofunda as desigualdades e afasta as chances para aquelas que vivem em territórios periféricos, rurais, interioranos e/ou com menor acesso a recursos.

A maternidade e as responsabilidades domésticas também surgem como barreiras concretas, uma vez que os calendários e exigências do setor raramente consideram essas realidades.

"O edital não é feito pra mãe solo."

"O setor não pensa nas mães, nos filhos, nas duplas jornadas."

"Perdi várias oportunidades de trabalho por ser mãe."

Há ainda uma camada mais profunda e dolorosa: o machismo cotidiano e a violência simbólica e moral que atravessam os espaços de criação. Muitas mulheres relatam experiências de desrespeito, assédio e desqualificação, seja em ambientes artísticos, seja em relações profissionais. A sensação de insegurança, o julgamento pela aparência e a desigualdade de cachê compõem um cenário em que a produção artística feminina precisa lidar, simultaneamente, com o fazer criativo e com a luta por respeito.

"Sofrer o preconceito de gênero, não ser respeitada e exaltada por nossa inteligência, criatividade e autenticidade e ainda assim produzir, criar e crescer."

Além das desigualdades de gênero, outras opressões se somam e intensificam as dificuldades. Mulheres negras, periféricas e mais velhas apontam o racismo, o etarismo e a desigualdade de oportunidades como obstáculos persistentes.

"Julgamento dos outros. Normalmente, as pessoas te olham como se você fosse incapaz de realizar feitos após os 50 anos."

Essas desigualdades também se manifestam nas relações pessoais e familiares, nas quais o trabalho artístico ainda é, por vezes, deslegitimado. Algumas mulheres relatam a falta de apoio dos companheiros e a dificuldade de conciliar a dedicação à arte com as expectativas sociais sobre o papel feminino. O conflito entre a criação e as demandas do cuidado se apresenta como um dos desafios mais persistentes.

"Sou da área da cultura e da educação: os desafios são constantes — invisibilização, assédio moral, desrespeito à inteligência e principalmente ao meu mover dançante, que é visto como promíscuo."

Essas vozes, juntas, compõem o retrato de um campo ainda desigual, mas em constante movimento. Os desafios, embora duros e persistentes, não anulam a potência de quem insiste em criar, ensinar e transformar. Pelo contrário, revelam a dimensão política do fazer artístico feminino: resistir, afirmar-se e seguir produzindo, mesmo quando o sistema insiste em invisibilizar.

Há, em cada gesto, uma forma de reescrever o mundo, com cor, ritmo e corpo. As mulheres que vivem da arte e nela seguem tecendo futuros com as próprias mãos, transformando a dor em criação e o silêncio em som. São pontes entre o visível e o invisível, entre o cotidiano e o sagrado, entre o que já foi e o que ainda pode ser.

No compasso de suas vozes e movimentos, a arte se torna, assim, abrigo, memória e semente. E é nesse pulsar que o ser mulher na cultura revela sua maior força: a de transformar a ausência em presença; a de permanecer, mesmo quando tudo convida ao desaparecimento. Porque, no fim, o que essas mulheres fazem é mais do que arte — é existência em estado de resistência.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Aprimorar e fortalecer políticas e ações afirmativas sensíveis às especificidades de gênero e do território.
02	Democratizar o acesso a verbas e incentivos a partir da pluralidade de vozes femininas na cultura capixaba e nacional.
03	Diminuir as assimetrias do setor, considerando gênero, raça e território.
04	Criar espaços de reconhecimento, segurança e condições dignas de trabalho para todas as mulheres na cultura e na arte.
05	Potencializar ações e práticas horizontais, colaborativas e plurais em editais.
06	Respeito, reconhecimento e valorização das profissionais e das produções de mulheres.
07	Respeitar e valorizar as mestras.
08	Combater violências e assédios nos espaços culturais.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

SEÇÃO 8

MULHERES NA FÉ E NAS RELIGIÕES

As mulheres na fé e nas religiões participam e atuam em uma ampla variedade de práticas espirituais. Foram incluídas nesse segmento representações que atuam no Catolicismo, Protestantismo, Espiritismo, tradições de Matriz Africana, além das práticas de Benzedeiras. O enfoque do segmento é compreender a forma como as mulheres entendem suas vivências em relação à sua religiosidade e à fé, tendo em vista que, por meio de seus ritos e devoções, elas fortalecem comunidades e conectam gerações, contribuindo para a diversidade religiosa e cultural. Importante destacar que o Censo do IBGE (2022) se refere a outras religiosidades, não especificando demais informações, motivo pelo qual não as destacamos de forma isolada, nem em seu conjunto.



Foto de Jaqueline Sanz



Foto de Zanete Dadalto



Foto de Zanete Dadalto



Foto de Janete Diniz



Foto de Nathalia Monteiro

Foto de Jaqueline Sanz

Dona Nalva remonta com orgulho como o benzimento curou adultos e crianças que a procuraram em momentos de angústia.

CAPÍTULO 9.1

MULHERES BENZEDEIRAS: “SER BENZEDEIRA É ESCUTAR COM FÉ”[1]

Rosimery Soares Loiola
Sthéfany Gomes Tiburso

O território de uma benzedeira subdivide-se entre o espaço físico e privado e o espaço simbólico, que é compartilhado. Escutar uma benzedeira é adentrar, sobretudo, o território dos simbolismos, que reflete a perspectiva de identidade e dos saberes e fazeres. Dar a essas mulheres escuta é suplantar os marcos cartográficos e os delineamentos geográficos, pois uma benzedeira se constitui no campo da espiritualidade, das representações, do imaginário e da fé. As raízes de seu poder se desvelam por meio de sua conexão íntima e respeitosa com a natureza.

Diferentemente de outros segmentos, dadas as especificidades das benzedeiras, não foram realizadas rodas de conversa, mas entrevistas em profundidade.

[1] Relato de uma das benzedeiras entrevistadas pelo Atlas das Mulheres.

As entrevistas aconteceram em três regiões do estado: no Quilombo do Retiro (Região Central), no Quilombo Córrego do Sossego (Guaçuí, Sul) e na Barra do Jucu em Vila Velha (Região Metropolitana). A escuta dessas mulheres exigiu tempo e respeito: muitas só falaram quando se sentiram seguras de que suas palavras seriam acolhidas sem julgamento. Não havia roteiro rígido, havia troca. Em cada fala, um ensinamento.

"Foi vendo que eu aprendi. Um dia precisei, e saiu. Estava em mim."

As benzedeiras que participaram da pesquisa compartilharam práticas de cuidado que envolvem o uso de plantas como arruda, guiné, poejo, leite de égua, além de banhos, rezas e conselhos. São mulheres que cuidam da saúde do corpo e do espírito com aquilo que vem do quintal, da memória e da escuta.

Como já destacaram autoras do campo da saúde da população negra, as mulheres que atuam como benzedeiras constituem pilares de cuidado em seus territórios, ainda que raramente sejam reconhecidas como profissionais de saúde Werneck (2006). Seus saberes sustentam redes comunitárias de acolhimento. A prática do benzimento é, assim, um fazer que une espiritualidade e ação, intuição e responsabilidade.

Para Leda Martins (2002), as práticas ancestrais de mulheres negras e indígenas se mantêm vivas pela oralitura[2], pela sabedoria que se transmite pela palavra falada, pelo gesto e pela repetição. Como mostram os relatos, os ensinamentos vêm da observação das mais velhas, mulheres que lhes precederam na prática do benzimento, e da escuta da natureza: ***"A planta também fala com a gente"***, disse uma delas. A sabedoria de nossas ancestrais também nasce com a relação estabelecida com a terra. No Espírito Santo, o mato do quintal é farmácia, é sagrado, é saber transmitido. São folhas que acalmam, banhos que limpam, palavras que fortalecem.

Sabemos que não abarcamos toda a complexidade da prática do benzimento, mas registramos fragmentos significativos de saberes que seguem vivos nos territórios capixabas. O material foi construído a partir de entrevistas gravadas, formulários aplicados e anotações de campo. A inspiração advém a partir da ideia de espessura cultural de Geertz (1989), no qual esse estudo reconhece o benzimento como prática legítima de cuidado e de tecnologia ancestral. Mais do que uma tradição, trata-se de uma política de vida, a qual conecta planta, fé e palavra. E que, como relataram as benzedeiras, há que ser reconhecida para continuar existindo.

MULHERES BENZEDEIRAS: ASPECTOS GERAIS

As mulheres benzedeiras compõem um dos extratos sociais mais antigos e ainda invisibilizados da cultura popular e das práticas de cuidado no Brasil. Apesar de serem reconhecidas em muitas comunidades como referência para o tratamento de dores e de doenças do corpo, não existem dados oficiais que indiquem quantas são, onde atuam ou como se organizam. Percebe-se que sofreram um processo de encolhimento no tecido da sociedade com o transcorrer do tempo.

No Espírito Santo, elas constituem uma das expressões mais enraizadas dos saberes populares e espirituais femininos, atuando como referências comunitárias de apoio por meio da fé, da tradição e da resistência cultural. Presentes tanto em áreas rurais, quanto na urbana, elas

[2] Oralitura é um conceito que descreve a escrita viva e a produção de conhecimento através de manifestações culturais orais e performáticas (voz, dança, música, rituais), valorizando o corpo como memória e transmitindo saberes ancestrais, em contraste ou em diálogo com a escrita formal, e foi popularizado pela teórica brasileira Leda Maria Martins. É a celebração da palavra falada e corporal, essencial nas culturas de tradição oral, como as africanas e afro-brasileiras, resgatando histórias e identidades.

As conversas ajudaram a compreender a dinâmica, os saberes e as técnicas das benzedeiras, mas também revelaram processos de enfrentamento ao preconceito.

Foto de Zanete Dadalto

Foto de Zanete Dadalto

As benzedeiras trabalham com plantas medicinais, banhos, rezas, orações e orientações que conectam o cuidado com o corpo à dimensão espiritual da vida.

exercem o seu ofício em um combinado de oração, saberes culturais e técnica, entremeando elementos da religiosidade popular, especialmente do catolicismo popular e das tradições afro-indígenas.

Mesmo sem formação acadêmica em saúde, as benzedeiras são reconhecidas como curadoras em suas comunidades. Nos territórios onde vivem, exercem um papel essencial na vida coletiva, sobretudo em locais onde o acesso à saúde pública é limitado ou onde predominam concepções de cura que valorizam os vínculos espirituais, afetivos e ancestrais.

Elas atendem gratuitamente, por devoção, e muitas vezes conciliam o benzimento com o trabalho doméstico, a agricultura familiar ou outras formas de sustento. Pela fé, elas curam e orientam com conselhos, ervas e outras formas de saberes e técnicas especificas passadas de geração em geração.

As práticas das benzedeiras perpassam diversos saberes, entre eles, dos povos de matriz africana e das comunidades indígenas, como relatado pelas entrevistadas. Elas trabalham com plantas medicinais, banhos, rezas, orações e orientações que conectam o cuidado com o corpo à dimensão espiritual da vida. O saber é passado de geração em geração, quase sempre de forma oral, e está profundamente ligado à relação com a terra, com o tempo das plantas e com os ciclos da vida. Em muitas comunidades rurais, periféricas e quilombolas, são elas as únicas figuras de cuidado, acionadas por mães, crianças, vizinhos e idosos

"A gente ajuda com o que tem: folha, reza, palavra certa e fé".

As mulheres entrevistadas relataram práticas que vão desde o cuidado com recém-nascidos até a condução de banhos para aliviar "quebranto", "mau-olhado", insônia, dores emocionais e doenças do espírito. O uso de azeite de mamona, leite de égua, poejo, hortelãzinha, guiné, arruda e outras plantas medicinais explicita um conhecimento amplo sobre o poder curativo da natureza. Cada planta tem sua hora, sua função e seu preparo específico. Uma das benzedeiras assegurou:

"A planta tem força, mas tem que saber usar. Tem coisa que é na lua certa. E tem reza que não pode errar."

Mesmo com essa relevância, nenhuma das mulheres entrevistadas relatou ter reconhecimento formal. Elas atuam fora do sistema, sem vínculo com o SUS, sem apoio institucional, enfrentando, muitas vezes, o racismo, o preconceito e a descrença.

Algumas relatam que já foram questionadas por sua aparência, por usarem celular ou por não se vestirem como se espera de uma "benzedeira". Outras compartilham o cansaço de cuidar de todos sem serem cuidadas, ou o medo de que seus saberes desapareçam por falta de interesse das novas gerações.

"Hoje, o povo prefere remédio de farmácia. Mas quando não resolve, eles vêm aqui."

Desde 2006, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC) reconhece 29 práticas como parte da política de saúde pública, incluindo fitoterapia, reiki, homeopatia e meditação. No entanto, as rezas e os benzimentos, apesar de serem práticas populares amplamente utilizadas no Brasil, ainda não são reconhecidas oficialmente dentro dessa política.

A inexistência de dados oficiais e políticas públicas voltadas às benzedeiras reforça uma lógica de apagamento dos saberes de mulheres negras, indígenas e pobres. Como destaca Sueli Carneiro (2005), trata-se de um racismo epistêmico que inferioriza e deslegitima os conhecimentos não brancos. Ao não reconhecer essas mulheres como agentes de cuidado com a saúde, o Estado não apenas desampara uma rede viva de saberes, como também perde a chance de dialogar com práticas que já

cuidam de milhares de pessoas, com eficácia corroborada em seus contextos.

Diante disso, é urgente afirmar que a atuação das benzedeiras é, sim, uma prática de cuidado, uma tecnologia de saúde ancestral e uma expressão de resistência cultural e de fé. Ao trazer seus relatos, o Atlas das Mulheres cumpre um papel educativo, político e afirmativo: reconhecer essas mulheres como sujeitas de saber e fé que, há séculos, sustentam o cuidado comunitário.

O QUE É SER MULHER BENZEDEIRA NO ESPÍRITO SANTO?

"Ser benzedeira é coisa de dentro. A gente não escolhe. Quando vê, já tá cuidando."

Essa definição, dita por uma das mulheres ouvidas na Região Central, abre caminho para compreender uma prática que é, ao mesmo tempo, espiritual, ancestral e profundamente cotidiana. O benzimento não é uma atividade à parte da vida: ele acontece na cozinha, no quintal, na porta de casa. É um ato de desprendimento e de amor praticado por mulheres que aprenderam com os mais velhos, que ouviram orações desde crianças e que hoje mantêm viva uma rede de cuidado arraigada nos territórios.

Entre as benzedeiras ouvidas, o benzimento aparece como um saber transmitido pela observação, pela prática e pela convivência. As mulheres narram que começaram a benzer após um chamado interno ou diante da necessidade de ajudar alguém próximo. A relação com as plantas é central: cada uma carrega um saber sobre o tempo de colher, o modo de preparo e a oração que deve acompanhá-la.

"A planta tem hora, e o corpo tem sinal. Se errar, não faz efeito."

O cuidado com crianças surge como um dos principais sentidos do benzimento. As benzedeiras são procuradas para tratar choro persistente, espinhela caída, empolamento, susto e mau-olhado. Os relatos evidenciam um conhecimento detalhado sobre os sinais do corpo infantil, bem como as formas de proteção espiritual. Banhos, banimentos, defumações e rezas são formas de aliviar o que não é nomeado na medicina convencional, mas que elas reconhecem de longe.

"A gente já vê quando a criança tá aguada. É só no olhar."

A partir das respostas coletadas nas regiões Grande Vitória, Central e Sul do Espírito Santo, foi possível se delinear um perfil das entrevistadas, e conceber uma faixa etária estimada para essas mulheres, com idade entre 30 e 59 anos. As benzedeiras que narraram suas histórias para o Atlas, se autodeclararam pretas, inseridas em diferentes contextos de escolaridade, renda e organização familiar, o que possibilitou às pesquisadoras consolidarem nuances importantes sobre a diversidade interna desse segmento.

No que diz respeito à escolaridade, observa-se uma variação importante entre as três mulheres: uma com ensino fundamental incompleto, outra com ensino médio completo e uma com ensino superior incompleto. Essa diferença revela que a prática do benzimento não está condicionada ao nível de escolarização apenas, nem tampouco é incompatível com trajetórias educativas diversas. O saber das benzedeiras não deriva da escola, mas isso não significa ausência de relevância científica nesse conhecimento.

De acordo com as entrevistadas, a prática não aparece como fonte direta de renda, o que reforça o dado já identificado em outras seções do Atlas: trata-se de um trabalho voluntário e não remunerado, uma prestação de apoio e cuidado à comunidade, sustentado por redes de reciprocidade e por um entendimento de missão. Suas práticas resistem ao apagamento institucional, mas não são incorporadas de forma estruturada ao campo da saúde coletiva, o que impacta diretamente na ausência de



Foto de Jaqueline Sanz

Dona Nalva é procurada por pessoas que recorrem ao benzimento para curar mazelas físicas e espirituais.

acesso a recursos financeiros e políticas públicas voltadas a esse fazer.

Durante as entrevistas, as benzedeiras relataram sentir fisicamente o mal-estar da pessoa que solicitou o benzimento. Cansaço, dor de cabeça, tontura, são sensações inevitáveis que lhes acomete o corpo enquanto estão rezando, e perduram um pouco mais, depois. Por isso elas costumam fazer orações, banhos de descarrego e se recolhem em silêncio.

"Quando a pessoa tá carregada demais, vem pra mim. Fico mal o dia inteiro. Mas rezo e passa. Tem que saber se limpar também."

Apesar de serem bastante procuradas, a desconfiança em relação a esse ofício/missão ainda está presente por parte de algumas pessoas da comunidade. A benzedeira relatou que se sente como alvo de desconfiança, sobretudo quando sua prática não corresponde à imagem estereotipada de uma benzedeira mais velha e que deve viver isolada dentro do imaginário social.

"Disseram que eu não era benzedeira porque uso celular. Como se rezar tivesse idade, cor ou roupa certa."

O benzimento é um conhecimento de transmissão, duas das benzedeiras relataram que aprenderam a benzer observando o que se fazia dentro de casa, fosse pela avó, por orientação da mãe e/ou do pai.

"Minha mãe benzia e eu via, aí fui repetindo. Depois que vi o que era benzer mesmo."

Os benzimentos seguem uma lógica estruturada na fé, mas com conhecimentos e técnicas ancestrais. Todas as entrevistadas enfatizam que não são meras ações, mas fruto de conhecimento, fé e observação. As práticas são diversas, mas o que se destaca é o modo como cada uma entende o cuidado: com respeito, silêncio, folha certa e o corpo presente.



O conhecimento, o respeito e o cuidado com as ervas fazem parte da formação das benzedeiras, que recebem os ensinamentos que passam de geração para geração.

Foto de Zanete Dadalto

"Ela tava aguada, nada fazia ela dormir. Depois do terceiro banho, dormiu a noite toda. Tem coisa que é no tempo certo, não é rezar de qualquer jeito."

Não é improviso. Não é adivinhação. É ciência do corpo e da planta, mas também ciência do afeto. Muitas dizem que não atendem de qualquer jeito, que têm dias certos, jeitos certos. Que algumas rezas não podem ser feitas no domingo. Que certas folhas precisam ser colhidas antes do sol subir. Que nem todo choro é quebranto, às vezes é saudade, às vezes é olho, às vezes é promessa esquecida. Usam água da moringa e um punhado de guiné, às vezes com folha de malva, às vezes com raminho de boldo, ***"quando o corpo tá virado por dentro"***.

Nenhuma dessas receitas é feita com pressa. As benzedeiras trabalham no tempo da planta e da fé, que não se apressa nem se automatiza. É por isso que elas estranham quando alguém chega exigindo cura imediata, como quem pede um serviço.

"A pessoa vem e quer que eu resolva como se fosse um botão. Mas isso aqui não é máquina. É cuidado."

E cuidado, como mostram essas falas, exige entrega, mas também limites. Muitas dessas mulheres aprenderam a se resguardar. Sabem quando não devem atender, quando é hora de se limpar, de fazer oração para si, de tomar banho de erva e repousar. Uma benzedeira ressaltou sobre o que dá ao outro ser parte de si, e essa parte precisa ser cuidada também.

Nos territórios em que vivem, elas não se anunciam com placas. Mas todo mundo sabe onde mora a benzedeira, como elas relataram. Mães levam os filhos, vizinhos

batem à porta quando o choro não cessa, quando o corpo esfria, quando o peso aperta os ombros sem explicação. Às vezes vêm pelo conselho, às vezes por um chá, às vezes só pra escutar a reza sussurrada, que alivia mesmo sem prometer cura.

Não se trata aqui de reduzir suas práticas a um traço cultural fixo. O que as entrevistas revelam é uma atuação complexa, refinada, moldada pela experiência, pela escuta e pela observação paciente. Essas mulheres cuidam do que não se vê, e por isso muitas vezes são as primeiras a serem esquecidas. Mas permanecem. Porque sabem com o corpo, com a folha, com a fala, com a memória.

As benzedeiras demonstraram esperança de que, com o tempo, alguém da família ou da comunidade tivesse interesse em dar continuidade a essa missão. ***"Se alguém quiser aprender, eu ensino. Mas não forço. A pessoa tem que sentir".*** Nenhuma delas impõe sua prática: seguem fazendo, do seu jeito, com suas folhas, suas águas, seus tempos. Quando perguntadas sobre o que esperam, uma respondeu: ***"Só quero respeito. Que vejam que isso aqui é sério"***. Isso ressalta que o desejo dela é que o benzimento seja levado a sério. Como disse uma delas, ***"pra benzer, tem que ter fé, paciência e saber olhar a pessoa"***.

Outro aspecto que aparece nas falas é a mudança no tipo de pedido que chega até elas. Se antes vinham crianças com quebranto ou adultos com dores no corpo, hoje chegam pessoas "com a cabeça cheia", como relatou uma das benzedeiras. ***"Vem gente só pra chorar. Só pra tirar um peso. A reza também serve pra isso."*** Esse deslocamento na demanda, do físico para o emocional, não altera a prática, mas amplia seu sentido. As benzedeiras reconhecem que o que fazem ***"ajuda a limpar o pensamento"***, como definiu uma delas. E esse efeito, segundo elas, não vem só da oração, mas da atenção dedicada no momento do encontro.

Às benzedeiras do Espírito Santo, o reconhecimento por seguirem, por saberem, por fazerem o que precisa ser feito com precisão, coragem e constância. Porque, onde muitos não veem nada, elas seguem vendo o que importa. E prosseguem cuidando com amor e zelo.

Ser uma mulher benzedeira, segundo as falas das participantes, é sustentar uma prática que escuta, acolhe, orienta e cuida — quando tudo ao redor parece desvanecer, falhar, sucumbir. É manter aceso um modo de cuidar que não se ensina em livro, mas que se aprende no tempo do gesto, no silêncio da folha, na palavra repetida com fé, porque como disse Yasmim Ferreira:

"Enquanto tiver gente sentindo dor, e mato crescendo, vai ter benzedeira."

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Enfrentar e reduzir desigualdades estruturais, aumentando espaços de escuta e de reconhecimento das vozes das mulheres.
02	Reduzir o preconceito e a intolerância religiosa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

Oitavário da Festa de Nossa Senhora da Penha. As mulheres têm participação muito significativa, tanto do ponto de vista espiritual e social, quanto operacional, marcando a relevância feminina em vários processos litúrgicos e organizativos.

Foto de Zanete Dadalto

CAPÍTULO 9.2

MULHERES CATÓLICAS: A ESPIRITUALIDADE COMO FORÇA QUE MOVE O CUIDADO E O TRABALHO COLETIVO

Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

A vivência da fé pelas mulheres se constrói entre tradições, afetos e práticas cotidianas, revelando formas diversas de presença e atuação nos espaços. Em muitas comunidades, elas sustentam vínculos, rituais e cuidados, mesmo diante dos limites impostos pelas hierarquias institucionais.

As rodas de conversa com mulheres católicas, realizadas em parceria com a Arquidiocese de Vitória do Espírito Santo e com a Comunidade São João Batista, reuniram participantes com diferentes trajetórias de fé e engajamento na religião - desde freiras e trabalhadoras engajadas como devotas voluntárias nas comunidades, até aquelas que vivenciam a religiosidade no dia a dia, sem necessariamente ocupar funções formais na igreja. Os encontros aconteceram em ambientes diversos, marcados por falas que transitavam entre o cotidiano doméstico, o espaço religioso e vivências

escolares, refletindo a presença da fé na vida prática e na atuação social.

Foram partilhas sensíveis e plurais, que revelaram como a espiritualidade se entrelaça ao cotidiano, ao trabalho, ao cuidado e às múltiplas formas de ser mulher no contexto católico. Os relatos evidenciaram trajetórias marcadas por fé e pertencimento, mas também por desafios e desejos de transformação social e institucional.

MULHERES CATÓLICAS: ASPECTOS GERAIS

O catolicismo continua até o presente momento sendo o maior grupo religioso do país, embora venha registrando uma queda nas últimas décadas. Em 2022, 56,7% da população brasileira se declarou católica, ou seja, o equivalente a cerca de 100 milhões de pessoas. Anteriormente, em 2010, o percentual de católicos era de 64,6%, indicando uma redução de 8 pontos percentuais em 12 anos. (IBGE, 2022)

Contudo, apesar da queda registrada nas últimas décadas, o catolicismo ainda é predominante dentre todas as regiões do país, com maior presença no Nordeste (63,9%) e no Sul (62,4%). O estado com maior proporção é o Piauí (77,4%), enquanto Roraima apresenta o menor índice (37,9%). No Espírito Santo, 47,82% da população se declara católica, sendo 51,01% desse grupo composto por mulheres.

Entre os católicos no Brasil, as mulheres também são maioria: 54,2% se declaram católicas, segundo dados do IBGE. No recorte racial, a maior parte se declara parda (47,1%), seguida por brancas (41,8%), pretas (9,8%), e indígenas (0,6%).

Para além dos dados sociodemográficos, no Espírito Santo a presença da religião católica se mantém marcante em festas de padroeiros, procissões marítimas, festejos populares, celebrações, missas, iniciativas filantrópicas relacionadas às paróquias e movimentos sociais, além de outras atividades cotidianas. Nessas expressões comunitárias, as mulheres ocupam um papel central: são a maioria nos serviços de pastoral e de caridade, sustentando creches comunitárias, organizando campanhas de arrecadação de alimentos e articulando práticas de cuidado ligadas à fé.

O QUE É SER MULHER CATÓLICA NO ESPÍRITO SANTO?

Para as participantes, ser mulher é viver em constante equilíbrio entre força e sensibilidade. É carregar histórias de cuidado, resistência e posicionamento, mesmo em contextos que ainda impõem barreiras e desigualdades. Para muitas delas, é também motivo de orgulho, por tudo o que enfrentam, constroem e sustentam em seu cotidiano.

Destacam-se sentimentos e emoções importantes entre as mulheres, com destaque: independência, orgulho, realização e esperança.

Por isso, ser mulher católica, para elas, é afirmar sua humanidade plena, reivindicar respeito e equidade, e seguir percorrendo caminhos com coragem, a despeito de uma cultura machista que tenta anular suas presenças e silenciar suas vozes. É reconhecer o próprio valor, cultivar vínculos e continuar acreditando na possibilidade de um mundo mais justo e acolhedor para todas.

Dessa maneira, a fé ocupa um lugar central na vida das mulheres católicas. Para as participantes, a fé é o sustentáculo nos momentos difíceis e dá sentido às pequenas alegrias diárias. A oração é uma prática constante na vida delas, oferecendo força, consolo e orientação. Mais do que um ritual, representa um elo direto com Deus, capaz de trazer calma em meio ao caos.

Essa vivência espiritual não se limita ao espaço físico, mas se manifesta no cuidado com os outros, no

Oração nas igrejas e a participação nas missas é uma marca de identidade.

Foto de Janete Diniz

compromisso com a justiça e na forma de lidar com as responsabilidades do dia a dia. Dessa forma, por muitas vezes, é a fé que as impulsiona a continuar, mesmo em situações em que há falta apoio e/ou reconhecimento. Assim, foram destacadas como práticas centrais de esperança e estabilidade emocional, espiritual e familiar. A vivência religiosa, nesse sentido, ultrapassa a dimensão individual e se configura como prática coletiva de apoio, solidariedade e reconstrução.

"A oração é o momento que eu mais me conecto comigo mesma e com Deus. É onde eu encontro força."

"Para mim, ser mulher católica é ter esse olhar fraterno, acolhedor. É estar com o outro na dor, no cuidado, na escuta."

"Mais do que seguir regra, é sentir Deus comigo. É a fé que sustenta quando o mundo desaba."

"A fé não tem hora marcada. Ela acontece na igreja, mas também acontece lavando louça, cuidando de alguém, respirando fundo para seguir adiante."

"A oração abastece. Ela faz a gente adorar. A gente se sustenta nos sacramentos."

A fé também está profundamente ligada à construção de vínculos e à solidariedade entre iguais. A vivência religiosa cria espaços de encontro, onde se compartilham experiências, dores e aprendizados. Há um sentimento de pertencimento que atravessa a vida espiritual e se desdobra em laços concretos de apoio e amizade. Ser mulher católica, para algumas, é estar em rede, é não se sentir sozinha diante dos desafios cotidianos.

"A gente se encontra ali, se escuta, se acolhe. A fé aproxima."

"A oração em grupo, o terço com as amigas, a partilha... tudo isso sustenta a gente."

A escuta das mulheres católicas demonstra que a fé vai além das práticas religiosas formais: ela está enraizada na vida concreta, no cuidado cotidiano e na solidariedade. Valorizar essa dimensão significa reconhecer a espiritualidade como força de resistência e de vínculo comunitário. Promover e fortalecer espaços de partilha e de oração entre mulheres pode ser um caminho para ampliar redes de apoio e renovar o sentido do sagrado a partir de diversas experiências vividas.

Mesmo sem ocupar cargos elevados de liderança, as mulheres exercem um protagonismo que ampara a igreja na prática. Sua atuação é constante e essencial, embora muitas vezes invisível aos olhos da sociedade e das instituições.

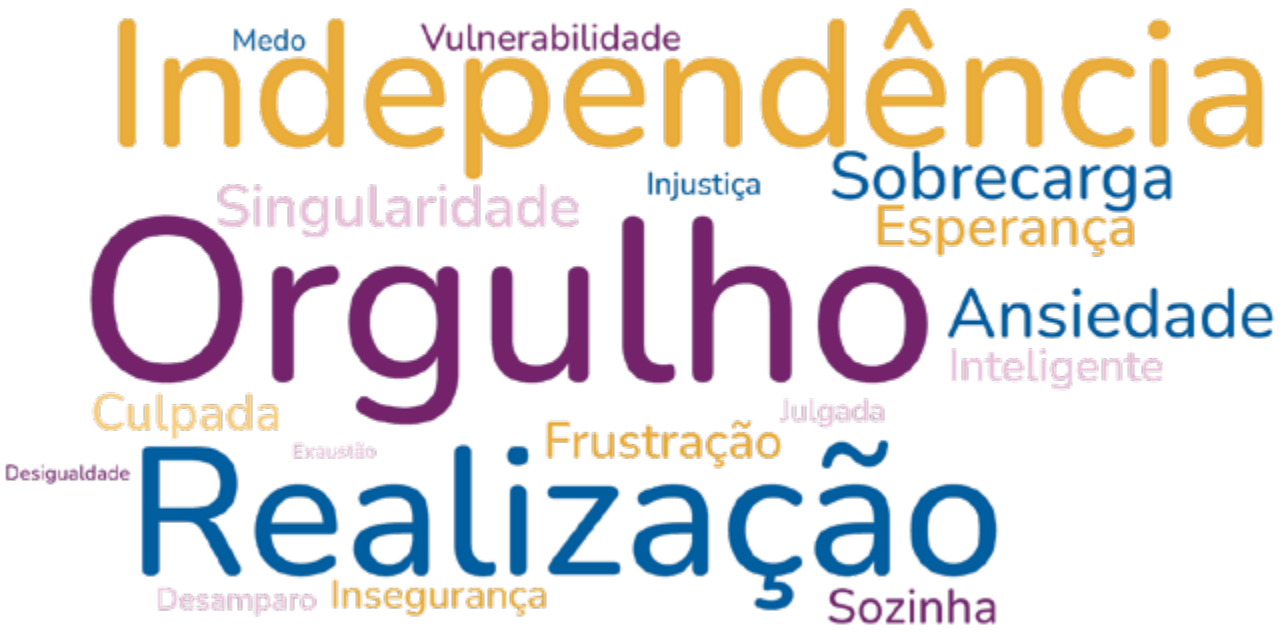
Em determinadas comunidades, há abertura para que mulheres assumam posições de coordenação e/ou de ministérios, mas isso depende da postura do pároco local. Ainda assim, mesmo diante de limitações, elas seguem criando espaços, propondo ações e articulando redes de apoio que fazem a diferença. Para elas, é por meio desse trabalho comprometido que a fé se mantém viva e próxima da realidade.

Assim, apesar do envolvimento ativo e da dedicação diária, as participantes percebem que ainda enfrentam limites quando se trata de ocupar espaços de decisão na igreja. A estrutura eclesial segue majoritariamente sob liderança masculina, e cargos com maior visibilidade ou autoridade continuam, em grande parte, inacessíveis a elas. Mesmo com preparo, conhecimento e dedicação, muitas alegam não ter voz ativa nem autonomia para propor mudanças ou assumir maiores responsabilidades.

"Sem a mulher, a igreja não anda. A mulher é que faz a roda girar."

"Aqui na comunidade tem mulher coordenando tudo. Mas depende do padre, se ele deixa ou não."

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

“Eu via que a comunidade era o que segurava a paróquia. E quem segurava a comunidade eram as mulheres.”

A sensação de não reconhecimento ou de subestimação aparece em muitos discursos, não como crítica à fé, mas como sinal de que ainda há alternativas de melhorias e transformações viáveis. As mulheres seguem contribuindo, mas gostariam que sua atuação fosse valorizada de forma mais equitativa.

“A mulher católica tem capacidade imensa, mas é privada de muita coisa.”

“Mesmo com formação, a gente não tem acesso aos espaços de liderança.”

Esse protagonismo também se expressa na forma como as mulheres imprimem sensibilidade, criatividade e cuidado às ações pastorais. Elas inovam nas práticas, pensam estratégias para envolver outras pessoas e, muitas vezes, operam como pontes entre a igreja e a comunidade. São elas que organizam encontros, acolhem pessoas em sofrimento, articulam campanhas e mantêm viva a dimensão humana da fé.

“A gente pensa na comida, nas cadeiras, em quem vai vir. Se não tiver mulher, não acontece.”

Reconhecer o protagonismo feminino nas comunidades católicas é dar visibilidade a quem, diariamente, contribui para garantir e enriquecer a vida na igreja. Mais do que um gesto de agradecimento, é necessário abrir espaço para que esse protagonismo se traduza em participação efetiva nos processos decisórios. Apoiar lideranças femininas, garantir escuta e descentralizar as funções estimulam o fortalecimento da comunidade como um todo.

Apesar dos desafios, as mulheres permanecem firmes na comunidade, ativamente envolvidas, motivadas pela fé, pela história construída e pelo desejo de contribuir com transformações. Algumas percebem avanços importantes, mesmo que vagarosos, como a maior participação de mulheres em conselhos paroquiais, assim como o reconhecimento, mesmo parcial, de suas contribuições em diversas frentes na comunidade. Há um movimento, ainda discreto, por mais validação e oportunidades.

“Já melhorou muito em relação a antes. Hoje pelo menos ouvem a gente.”

“Tem padre que já entendeu que sem mulher ao lado, ele não segura a comunidade.”

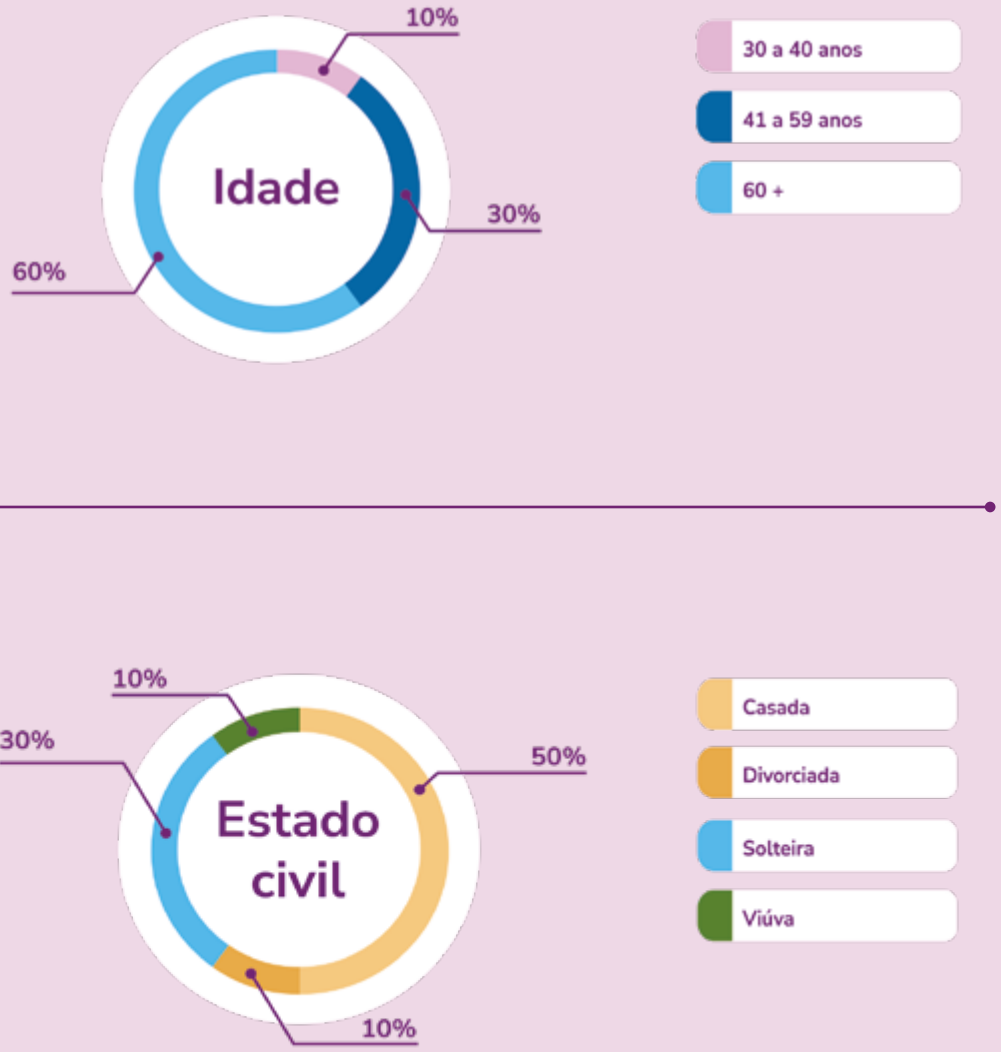
Ser mulher na Igreja Católica, portanto, envolve lidar com muitas expectativas. Espera-se que seja disponível, cuidadosa, discreta, acolhedora e sempre pronta para servir, tanto na igreja quanto em casa. Há uma cobrança constante para que “dê conta de tudo” com leveza, mesmo quando está sobrecarregada.

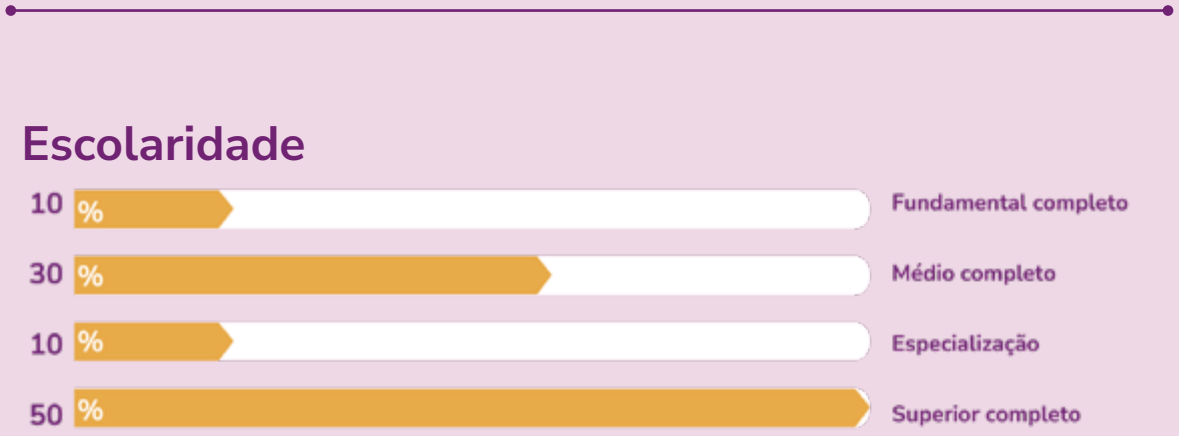
Muitas relatam sentirem-se pressionadas a manter uma imagem de perfeição: ser uma boa mãe, boa esposa, ativa na paróquia e ainda estar sempre apresentável. Relatam que, em algumas comunidades, o modo de vestir ou de se comportar torna-se critério de avaliação velada. Mesmo sem ser explicitado, o olhar e os comentários sugerem a existência de um padrão a ser seguido. Isso pode gerar culpa, insegurança e exaustão, especialmente, para quem tenta conciliar a fé com as exigências da vida.

“Tem a cobrança de levar o filho, o marido, a mãe. E se vai sozinha, perguntam: ‘Ué, cadê eles?! Como se a responsabilidade fosse só da mulher.”

Mesmo diante das exigências e desafios, as mulheres católicas demonstram uma força que se revela na constância, no cuidado e na criatividade com que se dedicam à comunidade e à fé. É nessa presença firme, muitas vezes invisível, que se encontram potências transformadoras da fé vivida no feminino.

Perfil das
Mulheres
Católicas







Raça/cor/etnia

50%
Pardas

50%
Brancas

30%
São as principais provedoras da família

70%
Cuidam de alguém

30%
Cuidam dos filhos

60%

Não trabalham fora, porém usam a maior parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

10%

Trabalham fora e têm suporte, por isso, não precisam usar todo o tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

80%
Têm filhos

60%
Têm dois filhos ou mais

0%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa



Foto de Zanete Dadalto

Silvana dos Santos Matheus Trancoso é catequista na Comunidade São João Batista, em Vitória. As rodas de conversa foram momento de falar do cotiano na comunidade.



Rezar o terço é uma prática devocional muito comum entre as mulheres católicas.

Foto de Alice Carpes

“A mulher tem um jeito diferente de cuidar, de ouvir, de fazer. A igreja é mais bonita quando tem esse toque da mulher.”

As narrativas mostram que, em meio a tantas responsabilidades, muitas mulheres buscam conciliar a vivência da fé com os outros compromissos familiares e sociais. Compartilhar essas experiências, promove o fortalecimento social, o apoio mútuo e o respeito às diferentes realidades, bem como, auxilia a manter a espiritualidade na premissa do acolhimento, e não de cobrança ou julgamento.

Contudo, a igreja e a comunidade católica foram reconhecidas, em geral, como espaços de apoio, embora nem sempre de forma homogênea. Prevalece a percepção de que há suporte comunitário efetivo: *“A Igreja Católica é sim um lugar de apoio. Talvez você não encontre a pessoa correta no momento, mas ali sempre vai ter alguém disposto a te conceder ajuda.”*

Outras mulheres, no entanto, relataram momentos de frustração, quando buscaram auxílio e não receberam o apoio e acolhimento esperados. Ainda assim, a percepção geral é de que existe solidariedade entre fiéis: *“Esse apoio também vem entre nós, mulheres, que vivemos juntas dentro da igreja. A pastoral feminina tem esse papel.”*

No que tange aos papéis de gênero, emergem tanto a valorização de concepções tradicionais de complementaridade quanto o reconhecimento da multiplicidade feminina. Observa-se a centralidade da oração em família e da unidade conjugal como valores fundamentais, mas também a afirmação de diferentes formas de viver a fé, conciliando maternidade, vida profissional e liderança comunitária.

Logo, a identidade da mulher católica não se limita a um único modelo, mas abrange diferentes formas de viver a fé: *“Pode ser mãe, empresária, dona de casa, ou tudo isso junto. É egoísta querer que todas se encaixem no mesmo molde.”*

Na prática, muitas reconhecem que são elas as principais responsáveis por manter viva a fé da família: ***"Na maioria das vezes, é a mulher que puxa a família para a igreja".*** Outra complementa: ***"é a sabedoria da mulher que edifica a casa. Ela consegue mudar o rumo das coisas com essa sabedoria".***

A participação das mulheres mostrou como a fé, a igreja e a vivência feminina se entrelaçam entre apoio, liberdade, desafios, cobranças e acolhimento. Cada fala reforçou que a mulher católica não é única, mas diversa — e que a fé é o ponto de conexão entre essas diferenças:

"Eu encontrei minha liberdade dentro da igreja. Foi ela que me salvou em momentos difíceis."

As vozes, identidades múltiplas e as dinâmicas das mulheres católicas capixabas revelam uma fé ativa e transformadora, sustentada pela oração, pelo cuidado e pela solidariedade. Nessa trajetória, a mulher se afirma como guardiã da fé e agente central de sua história, encontrando na espiritualidade o alicerce para enfrentar desafios e prosseguir.

Ao reunir essas vivências, percebemos que a caminhada das mulheres católicas é feita com passos firmes, mãos estendidas e uma fé que se transborda em gestos. São histórias que, silenciosamente, mantêm acesa a chama do sagrado no cotidiano. Reconhecer essa presença é acolher a beleza que surge quando a espiritualidade se encontra com o cuidado, a escuta e a devoção de quem segue acreditando, mesmo diante de caminhos difíceis.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Maior aproximação com os jovens.
02	Criação de novos espaços de diálogo.
03	Enfrentamento da sobrecarga e exigência feminina.
04	Maior participação de mulheres em espaços de decisão e liderança.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.



O estudo de livros espíritas é uma forma de estar em constante movimento e aprimoramento pessoal e espiritual.

Foto de Zanete Dadalto

CAPÍTULO 9.3

MULHERES ESPÍRITAS: AUTOCONHECIMENTO, SOLIDARIEDADE E FÉ COMO CAMINHOS DE TRANSFORMAÇÃO

Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

A presença das mulheres no movimento espírita revela uma dimensão de fé, cuidado e compromisso com o outro, que atravessa gerações. A roda de conversa organizada em parceria com a Federação Espírita do Estado do Espírito Santo (FEEES) foi permeada por trocas profundas entre participantes de diversas faixas etárias, as quais compartilharam vivências, aprendizados e percepções sobre o papel feminino dentro do espiritismo e na sociedade.

Dentre as falas marcadas por espiritualidade, acolhimento e reflexão, o encontro evidenciou a força da mulher espírita como agente de transformação, tanto na prática cotidiana da caridade, quanto na construção de espaços de diálogo, solidariedade e autoconhecimento. As experiências narradas demonstraram que a vivência da fé, para muitas, é também uma forma de resistência,

empoderamento e reconexão com o sentido de vida: uma expressão do ser mulher.

Trazemos aqui as vozes dessas mulheres, reconhecendo sua trajetória e as múltiplas maneiras pelas quais contribuem para o fortalecimento da espiritualidade, da comunidade e da própria condição feminina.

MULHERES ESPÍRITAS: ASPECTOS GERAIS

Segundo o Censo Demográfico de 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1,8% da população brasileira com 10 anos ou mais se declarou espírita. No Espírito Santo, o percentual é de 0,90%, o que demonstra uma presença estável da doutrina no contexto religioso capixaba, ainda que proporcionalmente menor em relação a outras tradições, como o catolicismo 47,82% e o evangelismo 35,40%.

Os dados também revelam que o espiritismo tem maior adesão entre as mulheres: no Brasil, 60,6% das pessoas espíritas são mulheres, e no Espírito Santo, elas representam 58,8% do total de adeptos. Essa predominância feminina reflete o protagonismo das mulheres nas práticas espiritistas, seja na mediação de grupos de estudo e de acolhimento; na assistência social, promovida pelos centros, ou na vivência cotidiana dos valores de solidariedade e de fraternidade.

Quanto à faixa etária, o espiritismo capixaba apresenta maior concentração entre pessoas de 40 a 59 anos (18,4%) e de 60 a 69 anos (15,6%), seguidas pelas faixas de 30 a 39 anos (14%) e de 25 a 29 anos (10,7%). A presença de pessoas acima dos 70 anos também é expressiva: 7,4% entre 70 e 79 anos, e 4% entre os que têm 80 anos ou mais. Esse percentual indica uma vivência na fé espírita, que atravessa gerações. Contudo, entre os mais jovens, especialmente nas faixas de 10 a 24 anos, os percentuais são menores, o que sugere que a vinculação à doutrina espírita tende a se consolidar ao longo da vida adulta.

No recorte por cor e raça, observa-se que a maioria das pessoas espíritas no Espírito Santo se declara branca (1,03%), seguida pelas que se declaram pardas (0,79%) e pretas (0,69%). Esses números reforçam desigualdades estruturais de acesso e de pertencimento, que atravessam o campo religioso, refletindo também na composição racial mais ampla dos espaços de fé no estado.

O QUE É SER MULHER ESPÍRITA NO ESPÍRITO SANTO?

Para as participantes, ser mulher espírita é uma experiência que envolve compromisso, crescimento e equilíbrio. A noção de autodesenvolvimento aparece como um eixo central, expressando o desejo de estar em constante movimento e aprimoramento pessoal.

"É estar comprometida consigo mesma e com o crescimento pessoal e, em todos os setores."

Entre as palavras escolhidas para representar o que é ser mulher, singularidade apareceu em 100% das respostas, seguida por independência, realização e orgulho. Termos como sobrecarga e ansiedade também tiveram destaque, bem como esperança, expressando tanto as conquistas como a autonomia, relacionadas aos desafios emocionais e cotidianos que atravessam a experiência feminina.

Ao refletirem sobre os principais desafios enfrentados pelas mulheres no espiritismo, as participantes trouxeram percepções distintas. Para algumas, o espaço espírita é visto como um ambiente de igualdade e acolhimento, onde não há barreiras de gênero que impeçam a participação ou o reconhecimento.

Outras mulheres, contudo, apontaram desafios mais sutis, relacionados às múltiplas responsabilidades que marcam a vida feminina. A palavra conciliação aparece como eixo central, associada ao diálogo, à empatia e à



O estudo das obras kardecistas é uma prática cotidiana que ocorre em diversos ambientes.

Foto de Alice Carpes

força feminina, que sustenta tantas responsabilidades. As participantes falaram sobre o equilíbrio entre o trabalho, o cuidado com a casa, a família e as atividades voluntárias no movimento espírita, reconhecendo tanto o peso quanto o valor desta entrega.

Essa enunciação revela a sobrecarga que ainda recai sobre as mulheres, mesmo em contextos de fé e de voluntariado. Essa visão evidencia, entretanto, uma consciência sobre as exigências que recaem sobre as mulheres, e também a força e a perseverança que emergem diante delas.

"Acho que o maior desafio é o de equilibrar as responsabilidades."

"Conciliar dedicação às tarefas voluntárias e demandas do movimento espírita aos compromissos familiares".

"Conciliar o trabalho voluntário no movimento espírita com o tempo de convivência em família e com o trabalho profissional..

"Tudo é possível através do diálogo. E nós, mulheres, temos mais facilidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo."

As participantes enfatizaram que o fato de ser mulher suscita muitos desafios; contudo, ser mulher espírita exige ainda mais firmeza e clareza diante dos preconceitos e das visões distorcidas sobre a doutrina. Elas comentaram que o ambiente da fé espírita ainda reproduz algumas desigualdades estruturais da sociedade brasileira, como a falta de escuta e de reconhecimento das vozes femininas. Outro ressentimento diz respeito ao fato de que as questões raciais ainda promovem exclusão, refletida na menor oportunidade de participação e atuação das pessoas negras nos espaços de prática religiosa.

"Ser mulher já é difícil, mas ser mulher espírita é muito mais. Acho que é uma herança histórica. Na minha visão de mulher preta, somos pouco ouvidas e pouco respeitadas."

Algumas falas também revelam um olhar espiritualizado sobre as relações de gênero. As mulheres reconhecem que ainda vivenciam situações de machismo, tanto no cotidiano, como nos espaços religiosos, sendo essas desigualdades percebidas nos processos de relacionamento interpessoal — momentos de diálogo, argumentação e explanação de pontos de vista.

"Querendo ou não, a gente está num mundo machista, mas entendemos que isso faz parte da compreensão humana e, em algum momento, vamos superar."

Embora o espiritismo seja percebido como um espaço de acolhimento, as desigualdades de gênero que se manifestam na sociedade, também se refletem, ainda que de maneira sutil, nas dinâmicas do tempo e da disponibilidade das mulheres.

As forças que atravessam a experiência de ser uma mulher espírita estão profundamente relacionadas à fé, à conexão espiritual e ao autoconhecimento. As falas revelam que a espiritualidade é vista como uma fonte contínua de energia, sustentação e equilíbrio diante das demandas da vida cotidiana.

A vivência das mulheres espíritas expressa uma espiritualidade profundamente ligada à reforma íntima, ao autoconhecimento e à compreensão das experiências humanas como oportunidades de evolução, apontando para uma vivência que ultrapassa o espaço religioso e se reflete nas relações familiares, afetivas e sociais. Dessa forma, as falas revelam uma leitura consoladora da vida e das dificuldades, em que cada acontecimento é entendido como parte de um processo maior de aprendizado e de expansão moral.

"Ser mulher espírita é uma bênção divina, pela oportunidade de conhecimento que temos para a nossa reforma interior."

"Quando a gente compreende que somos espíritos eternos, que temos a reencarnação como propósito

A atenção e a participação das mulheres espíritas nas rodas de conversa foi fundamental para o entendimento desse segmento.

Foto de Alice Carpes

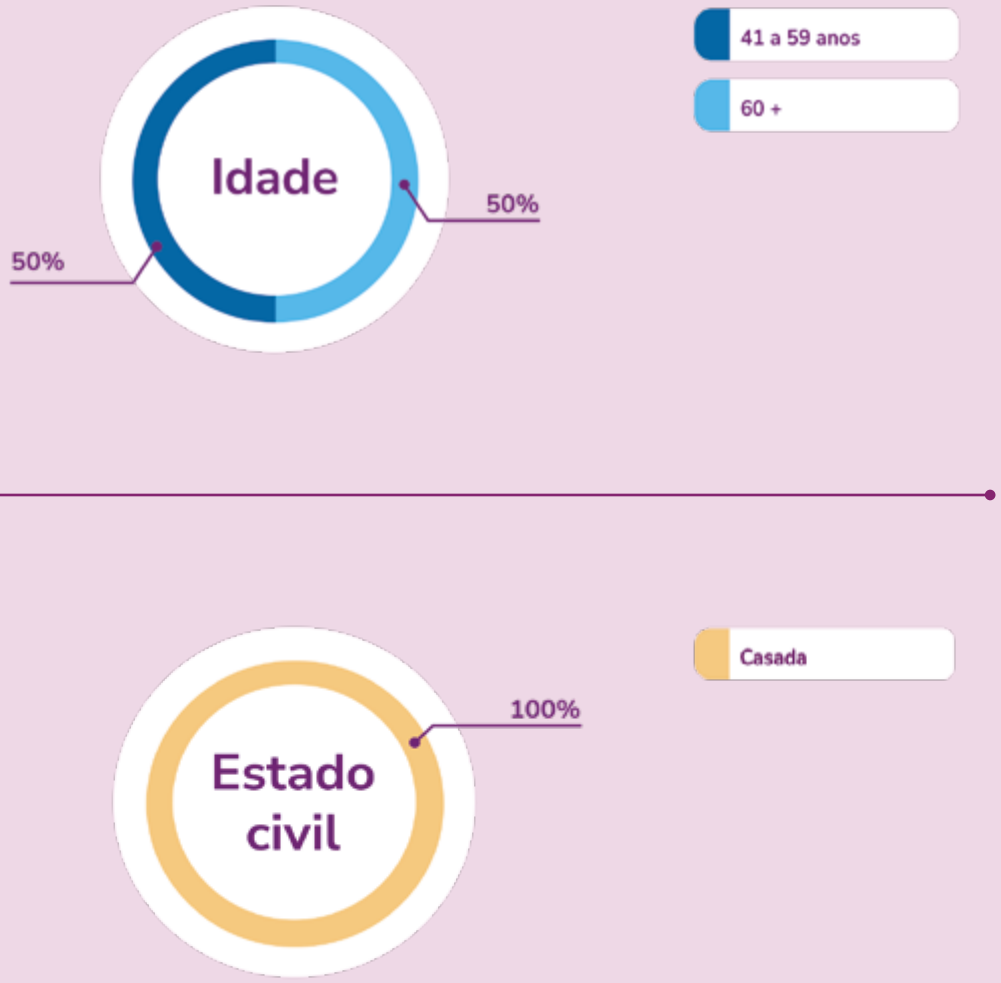
Sentimentos e emoções que nos atravessam

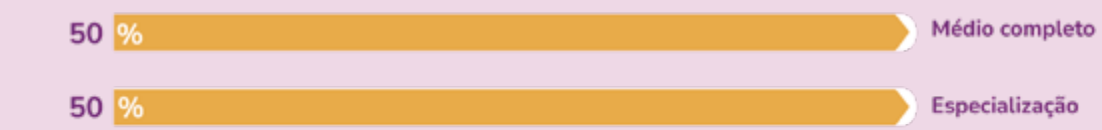


A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

Perfil das
Mulheres
Espíritas





Raça/cor/etnia

50%
Brancas

25%
Pardas

25%
Amarela

25%
As despesas da família são divididas.

75%
Cuidam de alguém

25%
Cuidam dos pais

50%

Não trabalham fora, porém usam maior parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

50%

Trabalham fora e têm suporte, por isso, não precisam usar todo o tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

100%
Têm filhos

75%
Têm dois filhos ou mais

0%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

de melhorarmos, entendemos que os conflitos e as respostas não estão no outro, mas em nós mesmas."

"Poder observar os benefícios que o autoconhecimento e a reforma íntima proporcionam no convívio em família e em sociedade."

O tema da empatia também ganha destaque como uma das principais forças que atravessam a experiência dessas mulheres. Ela é entendida como uma prática que une a espiritualidade e o cuidado concreto, capaz de gerar acolhimento e transformação.

Essas percepções mostram que a força da mulher espírita está na capacidade de transformar a espiritualidade em ação, equilibrando fé e razão, e fazendo da vivência religiosa um instrumento de crescimento pessoal e coletivo.

Para além disso, foram mencionadas situações de preconceito em relação ao espiritismo, revelando que, mesmo em ambientes de convivência cotidiana, a doutrina ainda é alvo de interpretações equivocadas e julgamentos baseados no desconhecimento. Isso ilustra o impacto da intolerância religiosa e reforça a importância de promover uma cultura de respeito e de liberdade de crença, em que cada pessoa possa expressar sua fé, sem constrangimento ou discriminação.

"Na infância, um professor de ensino religioso tentava me provar que eu seguia a religião do 'capeta'. Fui perseguida durante as aulas até que ele foi retirado do cargo."

Apesar dessas vivências de exclusão, as participantes da entrevista também apontaram caminhos de superação e sentido espiritual, ressaltando que o conhecimento sobre a imortalidade da alma, as leis de causa e efeito e a reforma íntima são fontes de fortalecimento e de transformação pessoal.

"Ser mulher espírita não te diferencia muito das outras. A diferença se dá no conhecimento acerca da imortalidade da alma, das leis de causa e efeito e da necessidade de melhoria refletida em nossas ações e relações."

Por fim, destaca-se a caridade como prática cotidiana e sensível, entendida não apenas como ajuda material, mas como escuta, presença e cuidado. A caridade é vista como uma expressão de empatia e de amor, uma forma de acolher o outro no tempo e no limite de cada um.

"A mulher espírita é caridosa no sentido de entender o tempo do outro, de compreender que cada um tem o seu momento, materialmente ou espiritualmente."

"A gente percebe que o mais importante é ouvir. Elas querem conversar, e esse é um outro tipo de alimento, uma forma de caridade também."

A experiência das mulheres espíritas revela uma fé que se expressa no dia a dia, em gestos de cuidado, em palavras de acolhimento e em silêncios que também oram. As vozes dessas mulheres ecoam como preces em movimento — suaves, mas firmes, guiadas pela fé que inspira e pelo desejo de fazer o bem.

Em suas trajetórias, a espiritualidade não se limita ao espaço religioso, mas se manifesta na forma como olham, escutam e se dedicam ao outro, transformando a crença em presença viva e em ação. Ser mulher espírita é seguir com serenidade e propósito, guiada pela certeza de que a vida continua e que cada encontro, desafio e afeto é oportunidade de evolução espiritual.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Enfrentar e reduzir desigualdades estruturais, aumentando espaços de escuta e reconhecimento das vozes das mulheres.
02	Reduzir o preconceito e a intolerância religiosa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.



Foto de Zanete Dadalto

Encontros e reuniões de estudo fazem parte da rotina das mulheres espíritas. Grupo da Fraternidade Espírita Jeronymo Ribeiro, Vila Velha.

Cantar e louvar a Deus é um gesto que fortalece a fé e acalma o coração. No louvor, as vozes se unem para expressar gratidão, esperança e entrega espiritual. Liliam Rocha, Simone Alves, Victoria Helen Alves, Grace Kelly Araujo e Leidiane Marques na Igreja Assembleia de Deus Nova Jerusalém, em Cariacica.

Foto de Nathalia Monteiro

CAPÍTULO 9.4

MULHERES EVANGÉLICAS: A FÉ COMO COMPROMISSO E ORIENTAÇÃO PARA A VIDA

Rosimery Soares Loiola
Sthéfany Gomes Tiburso

A fé compreendida como território simbólico, social e político, atravessado por disputas de sentidos e pela força das experiências femininas que sustentam a vida comunitária religiosa. Esse é o princípio do segmento "Mulheres na Fé e na Religião" do Atlas das Mulheres do Espírito Santo, que tem como foco o subsegmento das mulheres evangélicas.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de duas rodas de conversa — uma realizada na Grande Vitória, no município de Serra, e outra em Jerônimo Monteiro, na região Sul do Espírito Santo. Além desses encontros, também ocorreram reuniões de apresentação, que tiveram como objetivo criar vínculos, fortalecer o diálogo e estabelecer um espaço de confiança. Esse processo favoreceu a compreensão do papel da fé no cotidiano dessas mulheres e de como ela se entrelaça às suas relações familiares, comunitárias e sociais.

Ao trazer o recorte das mulheres evangélicas, reconhecemos tanto a relevância desse grupo religioso no Espírito Santo, quanto o protagonismo das mulheres inseridas nele. Embora muitas vezes invisibilizadas pelas narrativas oficiais, elas são fundamentais na sustentação espiritual, na organização das igrejas e na mediação entre a religião e a vida prática. Como destaca Cecília Mariz (1994), a fé evangélica, em especial no pentecostalismo, se torna também um recurso de enfrentamento das dificuldades sociais e um espaço de produção de sentidos para a vida das mulheres.

MULHERES EVANGÉLICAS: ASPECTOS GERAIS

O crescimento das igrejas evangélicas, especialmente, as pentecostais e neopentecostais, têm marcado profundamente a realidade religiosa brasileira nas últimas décadas.

Historicamente, o protestantismo no Brasil foi introduzido a partir do século XIX, mas ganhou centralidade sobretudo com a expansão pentecostal e neopentecostal ao longo do século XX. Conforme analisam Cecília Mariz (1994) e Brenda Carranza (2011), essa expansão se deu por meio das mulheres como protagonistas silenciosas e muitas vezes invisibilizadas. São elas que sustentam a vida das igrejas com o trabalho cotidiano: organizam atividades de ensino religioso, mantêm redes de apoio espiritual e social e, ao mesmo tempo, enfrentam tensões entre normas patriarcais e suas próprias demandas de autonomia e liderança.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, no Brasil, 26,9 % da população de 10 anos ou mais se declararam evangélicos/protestantes, contra 21,6 % em 2010 — um aumento de aproximadamente 5,3 pontos percentuais, enquanto esse crescimento no Espírito Santo foi mais modesto, subindo de 32,3% da população para 35,4% (crescimento de 3,1 pontos percentuais). Ainda em termos demográficos, entre os evangélicos, as mulheres são a maioria, representando 54,7%. Mariz (1994) observa que a atuação das mulheres evangélicas vai além da espiritualidade, constituindo também uma estratégia de sobrevivência, de enfrentamento da pobreza e de afirmação identitária.

Estudos como os de Ricardo Mariano (2004) e Paul Freston (1993) destacam que o crescimento evangélico no Brasil está associado tanto a mudanças culturais quanto à inserção das igrejas em territórios periféricos, dialogando com as condições concretas de vida da população. As mulheres, nesse cenário, não apenas aderem, mas reinterpretam sua fé em meio às tensões de gênero: ora reforçando papéis tradicionais ligados à maternidade e ao cuidado, ora reivindicando espaços de liderança e de voz nas decisões comunitárias.

O QUE É SER MULHER EVANGÉLICA NO ESPÍRITO SANTO?

"Ter a Bíblia como prática e fé e direcionar tudo na minha vida, é a minha base para todas as coisas."

Entre os sentidos atribuídos a essa identidade, destaca-se o desejo de ser referência. ***"Quero ser exemplo com as minhas escolhas e decisões"***, contou uma participante, enquanto outra destacou: ***"Mulher que edifica o lar de acordo com os princípios cristãos"***. Essas falas revelam que ser protestante é, para elas, mais do que um pertencimento religioso: é assumir um compromisso de vida, traduzido em práticas e escolhas diárias.

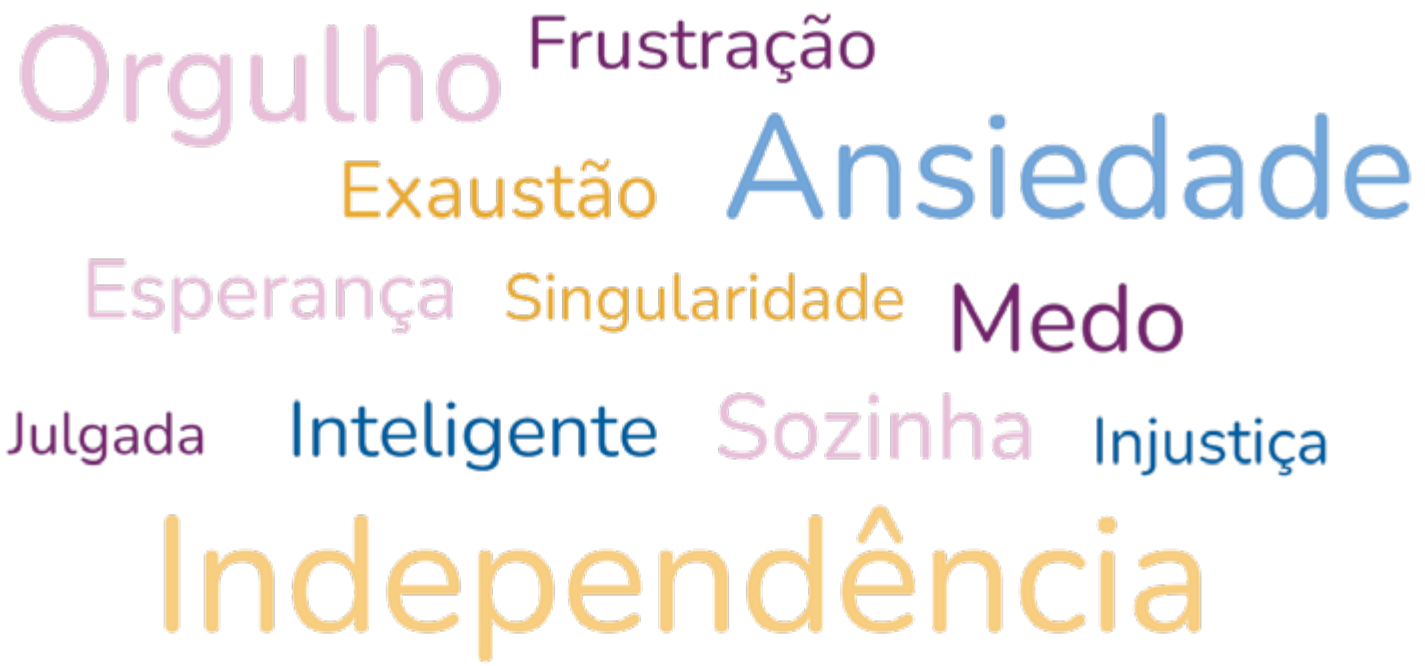
Na Grande Vitória, a ênfase recaiu sobre a confiança e a paz que a fé proporciona. ***"Ter fé em Deus, confiar nele mesmo com as dificuldades"***, explicou uma das mulheres, e outra completou: ***"Mulher de fé, que acredita que Deus está no controle de tudo e direcionando minha vida e minha***



Nas rodas de conversa, as mulheres evangélicas revelaram situações do cotidiano interpretadas sob a luz da fé. Roda de conversa realizada em Vila Nova de Colares, na Serra.

Foto de Sthéfany Tibúrcio

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

família". Essa confiança foi traduzida em expressões de tranquilidade diante das incertezas, como destacou uma participante: ***"Sinto muita paz, tenho fé, sabendo que Deus cuida"***.

Ao falarem dos desafios, muitas ressaltaram a coerência entre discurso e prática: ***"praticar verdadeiramente o que prego com a palavra de Deus, dar um bom testemunho".*** Também apontaram o olhar crítico que recebem por viverem de acordo com valores distintos: "escolher diferente de todos causa críticas e apontamentos, mas em contrapartida posso ser instrumento de mudança de comportamento", mencionou uma das participantes.

As falas também trouxeram preocupação com a família e com as próximas gerações. ***"Criar filhos de acordo com a Bíblia, desconstruir a ideia de que o mundo dita que tudo é normal, tudo é permitido, tudo convém"***, disse uma das mulheres. Outras destacaram a dimensão social da fé, como no relato: ***"Desafio é tentar ajudar mulheres, ajudar no combate ao racismo, ensinar o respeito à opinião de todos".***

Os dados das rodas de conversa indicam que 33% se declararam como brancas, 44% como pardas e 22% como pretas. Na Grande Vitória, predominam mulheres pardas e pretas, já no Sul do estado, houve maioria de mulheres brancas.

Na Grande Vitória, 73% das mulheres evangélicas participantes declararam morar em bairros periféricos ou comunidades, enquanto no Sul apenas 25% vivem nesses territórios. No conjunto das rodas, 53% das mulheres afirmaram residir em áreas periféricas, evidenciando a forte presença do segmento protestante nesses espaços.

A maternidade se mostrou uma experiência amplamente compartilhada: cerca de 90% das mulheres têm filhos. O grupo mais expressivo é o de mulheres com dois filhos 44%. Apenas 11% afirmaram não terem filhos, e uma pequena parcela mencionou quatro, ou mais.

Por fim, os dados sobre o provimento familiar revelam que 44% das mulheres se reconhecem como principais provedoras de suas famílias, enquanto 50% apontaram o parceiro; e apenas 5% indicaram pais ou cuidadores. Essa realidade mostra a importância das mulheres na responsabilidade pelo sustento econômico do lar.

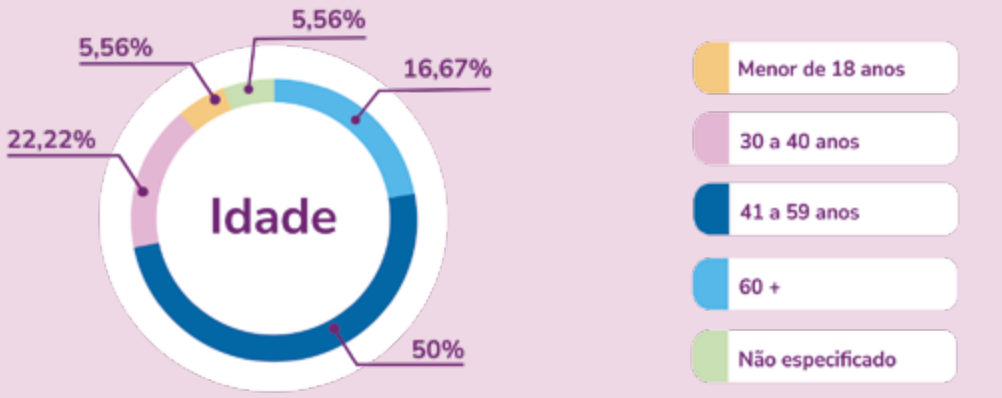
Entre as mulheres protestantes participantes, os sentimentos mais recorrentes diante da condição de ser mulher foram realização, orgulho, esperança . Esses dados revelam uma forte valorização das próprias conquistas, o reconhecimento da força feminina e da crença em um futuro melhor. Também tiveram destaque as menções à independência, à inteligência e à singularidade, indicando que muitas dessas mulheres associam sua identidade ao protagonismo pessoal, à autonomia nas decisões e à capacidade de trilhar caminhos próprios.

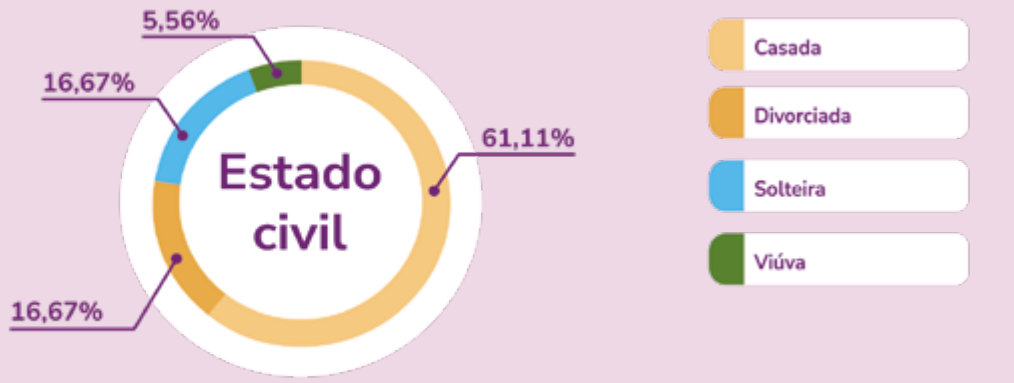
Ao mesmo tempo, advém sentimentos de sobrecarga e de exaustão, que apareceram de forma significativa, associados ao acúmulo de responsabilidades no trabalho, na família e na vida doméstica. Outras sensações relatadas foram ansiedade, medo, frustração, solidão e a percepção de ser julgada. Esses dados mostram que, embora prevaleçam a realização e a esperança, ainda persiste um conjunto de pressões e inseguranças que atravessam a vida das mulheres, revelando a tensão entre orgulho e resistência, de um lado, e cansaço e vulnerabilidade, de outro.

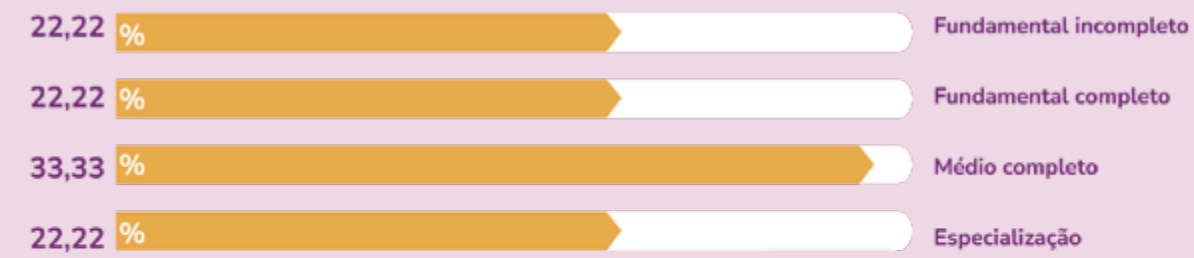
Apesar das barreiras, a fé foi lembrada como fonte de força e posicionamento.

"É ser reconhecida e ter nosso espaço, ainda há falta de respeito", disse uma participante, enquanto outra, afirmou: "É complicado se posicionar em espaços majoritariamente masculinos". Ao mesmo tempo, permanece o sentimento de privilégio e de realização: "Ser mulher protestante é algo prazeroso, que me realiza."

Perfil das
Mulheres
Evangélicas









Raça/cor/etnia

44%
Pardas

33%
Brancas

22%
Pretas

44%
São as principais provedoras da família

78%
Cuidam de alguém

44%
Cuidam dos filhos

44%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

11%

Estudam e trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

89%
Têm filhos

81%
Têm dois filhos ou mais

19%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa



Foto de Janete Diniz

Em silêncio e devoção: é na leitura da Bíblia que se encontra o alento para fortalecer a fé e guiar os passos dos devotos na conduta diária de vida.

Assim, ser mulher evangélica no Espírito Santo é viver a fé como guia, sustentação e horizonte, equilibrando responsabilidades familiares, compromissos comunitários e testemunho social. É assumir uma identidade que, ao mesmo tempo em que enfrenta críticas e desafios, oferece também sentido, força e possibilidades de transformação.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Mais espaços para lideranças femininas na tomada de decisão.
02	Projetos de formação temática voltado para as mulheres (saúde, escrita de projetos, etc).
03	Igrejas como espaço para abrigar projetos sociais voltados para mulheres, crianças e adolescentes.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.



Foto de Janete Diniz

No Centro Espírita Santo Lenho, em Vila Velha, a transmissão e a ancestralidade estão presentes no mundo espiritual e material, evidenciando a força feminina na religiosidade. São quatro gerações de mulheres na liderança e condução dos ritos de matriz africana.

CAPÍTULO 9.5

MULHERES DE RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA: O AXÉ QUE DÁ A FORÇA DE UM TSUNAMI E A LEVEZA DE UMA BRISA

Rosimery Soares Loiola
Sthefany Gomes Tiburcio

Apresentamos os resultados do processo de pesquisa realizado com as mulheres de religiões de matriz africana. Mais do que um marcador religioso, o pertencimento expressa uma forma de organização da vida, os vínculos e a espiritualidade em territórios marcados por resistência e ancestralidade.

A metodologia adotada partiu da escuta em rodas de conversa, realizadas em quatro terreiros do estado — Ilé Asè Oyá Mesan Òrun (Serra), Kwé Sejá Bi Efun (Vila Velha), Ilé Asè Ojú Obá Oyó (Marataízes) e Tenda de Umbanda Amor e Caridade (Linhares) — locais de fé, onde o cuidado e a política se entrelaçam. Importante destacar que em cada um dos terreiros participaram da pesquisa mulheres de outras casas de axé, permitindo uma escuta mais ampla e plural.

Os terreiros são muito mais que estruturas religiosas. São Unidades Territoriais Tradicionais[1], enraizadas em comunidades periféricas, que funcionam como redes de proteção, memória e cura coletiva.

Neles, circulam saberes ancestrais, práticas de acolhimento e modos de existência, os quais desafiam a lógica hegemônica da religiosidade oficializada. Cada encontro foi marcado por vozes que transportam o peso da história e da potência do axé. As mulheres que vivem e mantêm esses espaços consolidam, com seus corpos e trajetórias, uma fé encarnada, que também é forma de resistência, pedagogia e política.

A escuta atenta dada às participantes permitiu uma coleta sobre um cotidiano recheado de complexidades, com atravessamentos vários e por múltiplas camadas de opressão — racismo, sexismo, racismo religioso —, mas também por força, orgulho, reinvenção e resistência. Suas narrativas, entre o silêncio e a fala, entre o segredo e a partilha, mostram que a religiosidade de matriz africana é, para elas, tanto um direito, quanto um campo de disputa. Os terreiros, assim, não são apenas lugares de culto, mas de formação de mundo, de cuidado com os seus e de reinvenção do presente.

MULHERES DE MATRIZ AFRICANA: ASPECTOS GERAIS

As mulheres de matriz africana no Espírito Santo vivenciam estruturas sociais que se entrelaçam entre raça, gênero, território e religiosidade. As religiões de matriz africana têm origem matriarcal e foram fundadas, historicamente, por mulheres negras que resistiram à escravidão e criaram práticas religiosas de cura, proteção e transmissão de saberes.

Como evidenciam os estudos de Patrícia dos Santos (2022), desde os terreiros de Candomblé até formas como o Tambor de Minas, as mulheres ocupam os cargos mais altos e conduzem os rituais — sendo extensão viva das divindades femininas como Ìyámi Òsòròngà, Obbá e Ọ̀ṣun.

Essa centralidade define a religiosidade afro-brasileira como uma experiência que foi construída, sobretudo, pelas mulheres e para as mulheres, como espaço de empoderamento, autonomia e re-existência, permitindo-lhe o enfrentamento ao racismo e a superação da colonialidade.

Segundo o Censo IBGE 2022, embora apenas 0,4% da população capixaba se declare adepta das religiões de matriz africana, essas tradições apresentaram crescimento expressivo desde 2010. Entre os praticantes, as mulheres são maioria: 56,7%.

Vale ressaltar, no entanto, que tais números podem estar subestimados, já que muitas pessoas evitam se autodeclarar, por receio da estigmatização e temendo o racismo religioso. As religiões de matriz africana no Espírito Santo se expressam por meio de diferentes nações e tradições, como a Ketu (Nagô), Jeje, Angola-Congo, Cabula, Umbanda e o culto aos Egungun. Cada uma guarda suas particularidades, formas próprias de organização, fundamentos e expressões do sagrado, compondo um campo religioso diverso, dinâmico e profundamente enraizado nas experiências das mulheres e nos saberes ancestrais.

Dessa forma, o papel das mulheres de terreiro transcende a religiosidade. Elas articulam redes de solidariedade, práticas de cuidado com ervas e alimentos, educação comunitária, acolhimento

[1] Termo técnico previsto na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007)



Diferentes terreiros - de Umbanda e Candomblé - foram palco das rodas de conversa que receberam pessoas de outras casas.

Foto de Zanete Dadalto

intergeracional e enfrentamento à violência — práticas que dialogam diretamente com as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) reconhecidas pelo SUS. No entanto, esse reconhecimento precisa ser traduzido em políticas públicas efetivas, proteção institucional, recursos financeiros e em um processo educativo de respeito às tradições e às religiosidades de matriz africana.

No campo legal, o Brasil dispõe de importantes marcos de proteção às comunidades de terreiro. A Lei nº 7.716/1989 (Lei Caó) tipifica o crime de racismo, incluindo a discriminação por religião. A Lei nº 9.459/1997 amplia essa definição, considerando injúria por motivo de religião como crime.

Mais recentemente, a Lei nº 14.532/2023 passou a equiparar o racismo religioso à injúria racial e a Lei nº 14.519/2023 instituiu o Dia Nacional das Tradições de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, celebrado em 21 de março, reconhecendo o valor histórico, espiritual e político dessas práticas. Também em 2023, o Governo Federal criou, por meio do Decreto nº 11.446, um Grupo de Trabalho Interministerial para propor um Programa Nacional de Enfrentamento ao Racismo Religioso e à Violência contra Povos de Terreiro.

Apesar desses avanços legais, as mulheres continuam denunciando episódios frequentes de violência simbólica e institucional, profanação de casas e falta de ações efetivas de enfrentamento aos ataques à vida dessas lideranças religiosas.

Os dados e as falas das participantes das rodas de conversa mostram que o enfrentamento do racismo religioso ainda é, em grande parte, responsabilidade das próprias comunidades. Mesmo assim, as mulheres de matriz africana mantêm vivos seus territórios, saberes e fundamentos. São elas que cuidam, ensinam, protegem, acolhem e sustentam uma espiritualidade negra e feminina enraizada na ancestralidade. É nesses espaços que o axé circula, transforma e resiste.

O QUE É SER MULHER DE MATRIZ AFRICANA NO ESPÍRITO SANTO ?

Ser uma mulher de matriz africana, segundo as participantes, é viver um modo de existência que articula fé, pertencimento, cuidado e resistência. Não é apenas estar ligada a uma religião afro-brasileira — é construir uma forma de vida atravessada pela ancestralidade, pelo axé e pela coletividade.

"Ser mulher de axé é carregar a história do Brasil e dos nossos ancestrais. É ter a força de um tsunami e a leveza de uma brisa."

Essa afirmação, feita durante a roda de conversa na região sul do estado, aponta para um sentimento coletivo de força e sensibilidade, firmeza e cuidado, que permeou todas as rodas realizadas.

A palavra "axé", recorrente nas falas, não aparece como conceito abstrato. É uma força vital. É movimento, é o que sustenta o corpo, a casa, o território, as relações. Quando as mulheres se nomeiam como "mulheres de axé", elas estão falando de um vínculo profundo com aquilo que constrói e transforma a vida. Estão falando da energia que mobiliza a continuidade das linhagens, a manutenção dos terreiros, o cuidado com filhos e filhas — biológicos ou espirituais.

"Nosso axé também é nossa forma de lutar. A gente não separa isso."

"Ser mulher de axé é carregar um peso e uma luz. A gente sustenta muita coisa que ninguém vê."

A religiosidade para elas está diretamente ligada à ancestralidade, à transmissão oral do conhecimento e à vivência de valores como respeito, reciprocidade, silêncio

Janaina, dirigente da Tenda de Umbanda Amor e Caridade, em Linhares

Foto de Zanete Dadalto

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

ativo, escuta, tempo e cuidado. O axé, muitas vezes traduzido superficialmente como "força", é, na realidade, uma energia que movimenta o mundo e as relações.

Faz-se presente na preparação de uma folha, na organização de um ritual, no acolhimento de uma mulher em situação de violência, no cuidado com os filhos da casa. Como disse uma das mulheres do Sul: ***"É carregar uma responsabilidade muito grande, pois nós mulheres somos guardiãs da vida".***

Nas rodas, o terreiro aparece como casa, espaço de pertencimento, lugar de cura e família. Muitas falaram que encontraram no axé aquilo que a sociedade negava: estrutura, sentido e acolhimento.

"Foi como retornar ao meu estado natural. Por muitos anos, as coisas não faziam sentido pra mim. Quando cheguei à umbanda, ainda cheia de medo, foi o início de um reencontro com quem eu sou".

A noção de retorno aparece em diversas falas: retornar ao que é, ao que foi negado, ao que foi arrancado pela colonialidade. Existe uma função afetiva e simbólica do espaço sagrado como ponte com a ancestralidade.

"O terreiro é o lugar onde eu me reconecto com minha avó, com minhas ancestrais, mesmo sem ter conhecido todas elas. É como se o chão dissesse: você não está sozinha".

No entanto, esse reencontro com a ancestralidade não acontece sem conflito. O racismo religioso, vivenciado desde a infância até a vida adulta, foi apontado como o maior desafio. E as mulheres foram firmes em nomear: não se trata de "intolerância religiosa", termo genérico e que esvazia as dimensões de raça, gênero e classe. O que elas enfrentam é racismo. Racismo que se manifesta nas escolas, nos ônibus, nos hospitais, nos espaços públicos e até dentro da própria família, como fazem questão de enfatizar.

"Minha filha canta ponto de Iemanjá e os primos chamam ela de endemoniada. Mas ela canta. Porque sabe quem ela é", contou uma mãe durante a roda de Vila Velha. Outra mãe compartilhou: ***"Minha filha não quer tirar o fio de conta nem na escola. Eu deixo ela ir, porque ela aprendeu aqui que não é vergonha. Que é poder".*** Esse relato revela como o axé também se transforma em ferramenta de identidade, autoestima e resistência intergeracional.

A violência simbólica se expressa nos olhares, nos comentários ofensivos, nas tentativas de silenciamento. Algumas relataram terem sido impedidas de usar suas roupas tradicionais em ambientes de trabalho e outras falaram sobre o medo de expor a sua religião em espaços sociais, para não sofrer represálias.

Em todas as regiões — Sul, Norte e Grande Vitória — as mulheres relataram episódios de xingamentos, perseguições e discriminações, inclusive contra crianças. Como disse uma das participantes: ***"A gente passa a vida provando que é capaz. Que não é o que falam. Que não é inferior. E ainda tem que cuidar de tudo, e de todo mundo".***

Apesar da dor, elas reafirmam sua força: ***"Ser mulher de matriz africana é ser livre. É ser inteira. É ser muitas em uma só. É acordar todo dia e escolher continuar"***. De acordo com as mulheres que participaram das rodas, essa escolha diária é também uma escolha política. Nas falas, o cuidado também aparece como centralidade da fé. ***"Aqui a gente aprende a cuidar com folha, com banho, com conversa. Tem coisa que a ciência não entende, mas o axé entende",*** afirmou uma mulher do Norte, referindo-se à força terapêutica dos saberes do terreiro.

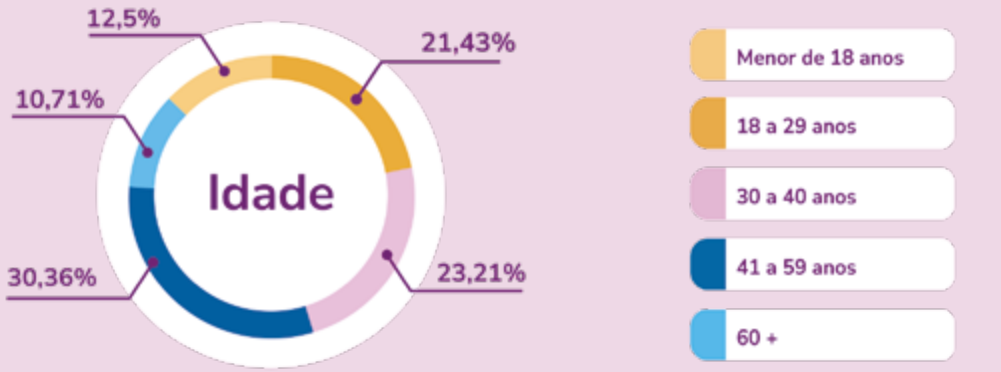
Uma fala potente de uma jovem resume esse tecido simbólico e de resistência: ***"É na gira que meu corpo respira. É no toque que minha alma volta. Sou mulher de fé, mas também sou mulher de guerra".***

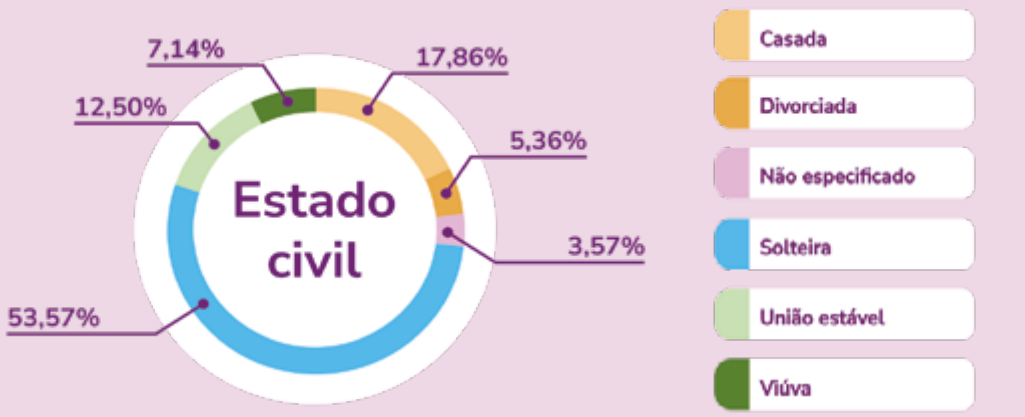


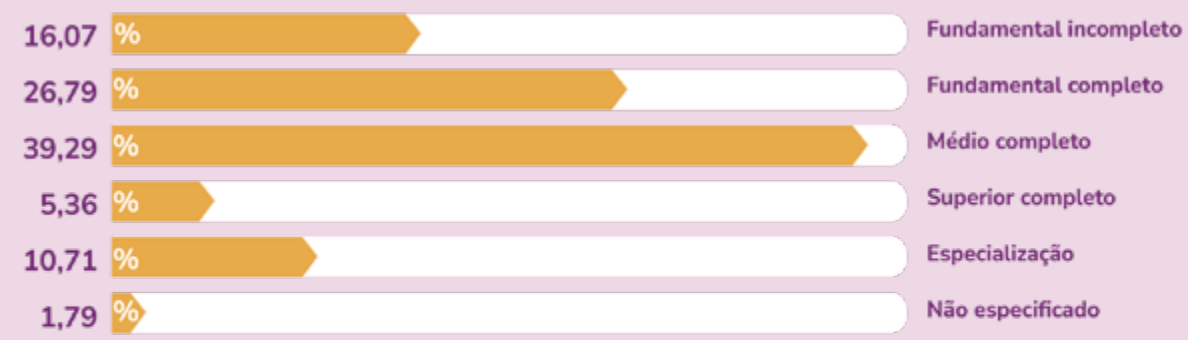
Dona Maria Laurinda Adão, mãe de Santo no Centro Espírita São Jorge em Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim, faz oferendas e orações diante do altar, onde se dá a conexão com o sagrado para receber a orientação espiritual e as bênçãos.

Foto de Zanete Dadalto

Perfil das
Mulheres de Religião de Matriz Africana









Raça/cor/etnia

37%
Pardas

34%
Pretas

23%
Brancas

54%
São as principais provedoras da família

55%
Cuidam de alguém

37%
Cuidam dos filhos

37%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

23%

Trabalham fora e usam pouca parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

70%
Têm filhos

51%
Têm mais de dois filhos

59%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

Mesmo diante de tantos atravessamentos — sociais, institucionais, religiosos e raciais — as mulheres de matriz africana seguem em movimento. Há nas falas um senso de continuidade que não se explica apenas pela fé, mas pela forma como essa fé estrutura a vida cotidiana. Não se trata de resistência mítica, mas de práticas concretas de sustentação de territórios, de cuidado coletivo e de reorganização de vínculos, que vêm sendo transmitidas entre mulheres ao longo de gerações.

Nas rodas, ficou evidente que esses espaços religiosos também operam como verdadeiras redes de proteção social. Os terreiros acolhem, escutam, tratam e acompanham pessoas em sofrimento psíquico, mães solos, jovens em conflito com a família, pessoas em situação de vulnerabilidade. Fazem isso sem política pública específica, sem reconhecimento institucional e, muitas vezes, sob ameaça constante de criminalização. ***"Trabalhamos em todos os setores: mãe, dona de casa, criamos filhos e não somos respeitadas como deveríamos"***, apontou uma participante da Grande Vitória.

Contudo, as mulheres apontaram que, enquanto outras religiões recebem apoio do governo para realização de eventos — com estrutura pública, recursos e divulgação —, os terreiros permanecem excluídos das políticas públicas culturais e religiosas. Essa exclusão reforça a desigualdade e aprofunda o racismo religioso institucional, já que o Estado laico, na prática, precisa estar atento a todas as religiões. ***"O desafio é ser respeitada. E as possibilidades são enfrentadas quando atuamos nos posicionando e trazendo informação pra quem não sabe, ou para quem é intolerante"***, disse uma mulher do Sul.

Diante desse cenário, elas lutam por ocupar o espaço público com legitimidade. Para muitas, criar espaços de expressão cultural e religiosa — como feiras, apresentações, rodas públicas e celebrações abertas — é uma estratégia para enfrentar o preconceito e romper estereótipos.

Mostrar a religião como parte da cultura brasileira, como matriz civilizatória, como espaço de convivência e produção de conhecimento. Para isso, reivindicam não apenas tolerância, mas políticas públicas de incentivo, preservação e valorização das manifestações dos povos de matriz africana. ***"Mostrar mais para as pessoas o significado de toda a nossa ritualística"***, sugeriu uma das participantes da Grande Vitória. Em outra roda, uma das mulheres trouxe que ***"Ainda temos um longo caminho a percorrer. Ainda não temos nosso valor"***.

O reconhecimento público e institucional das mulheres de matriz africana exige, portanto, uma mudança social: não querem ser vistas como folclore, ameaça ou exotismo, desejam ser reconhecidas como lideranças sociais, produtoras de cuidado e guardiãs de um patrimônio imaterial que sustenta a vida coletiva.

Compreender o que é ser mulher de matriz africana é perceber que, apesar da centralidade das religiões afro-brasileiras na formação da identidade brasileira, as mulheres que as mantêm vivas continuam desprotegidas e invisibilizadas. O caminho é aprofundar os espaços de diálogo e escutar essas mulheres para reconstruir as relações entre Estado, território e espiritualidade, sob a base do respeito, da equidade e da justiça.

As experiências narradas nas rodas também trouxeram à tona a solidão política das mulheres de matriz africana, sobretudo, quando ocupam espaços institucionais e comunitários. Um exemplo marcante veio da roda realizada na Serra, na Grande Vitória, onde uma mãe de santo compartilhou sua trajetória como liderança comunitária no bairro onde vive. Apesar de ter sido responsável por conquistas importantes — como a articulação para criação de um espaço de reuniões e lazer para a comunidade —, ela relatou que não conseguiu concluir seu mandato. E a explicação é o racismo religioso que sofreu, de forma contínua e brutal, vindo tanto da comunidade, como de outras lideranças no bairro. Ela

contou que foi atacada não só por ser mulher negra, mas especialmente por ser uma “mulher negra de terreiro”.

Às narrativas compartilhadas, oralmente, durante as rodas de conversa, foram acrescidos dados de formulários preenchidos pelas mulheres. Essa coleta tornou possível estabelecer um panorama sócio demográfico das participantes. Ao todo, 56 mulheres responderam aos formulários. A maior parte das participantes tinham entre 30 e 59 anos, sendo 30% com idade entre 41 e 59 anos e 23% entre 30 e 40 anos.

Em relação à autodeclaração racial, 37,5% das participantes se identificaram como pardas, 34% como pretas e 23% como brancas. A predominância de mulheres negras (pretas e pardas somadas) confirma o recorte racial do grupo, e reforça a necessidade de compreender que a vivência na fé, em religiões de matriz africana, está profundamente atravessada, no Brasil, pela experiência do racismo, como amplamente narrado durante as rodas. A presença de mulheres brancas no grupo, ainda que minoritária, também nos convoca a refletir sobre a complexidade e pluralidade das formas de pertencimento ao axé.

Quanto ao território, 57,4% das mulheres declararam residir em bairros periféricos. E é, comumente, nesses contextos territoriais, que estão instalados muitos dos terreiros. Nas mais das vezes, esses espaços cumprem funções que vão muito além da dimensão espiritual. Grande parte desses equipamentos se torna uma referência nas comunidades onde estão instalados, funcionando como um lugar de acolhimento, de cuidado e de respeito à diversidade. Funciona ainda no acolhimento de demandas comunitárias, na mediação de conflitos e para salvaguarda dos valores consolidados pelos moradores.

Na análise da escolaridade a maior concentração de participantes da pesquisa, encontra-se entre os níveis de escolaridade - ensino fundamental e ensino médio - 16% fundamental incompleto, 27% fundamental completo, 39% possuem ensino médio completo, 5% superior completo e 11% com especialização. Embora esses dados de escolaridade já indiquem barreiras sociais para acesso à educação formal, ainda assim, 54% das participantes se identificaram como as principais provedoras de suas casas, enquanto 9% afirmam dividir as despesas com parceiros/as.

A condição de maternidade também aparece como eixo transversal na análise dos formulários. Entre as mulheres que responderam à pergunta, 70% afirmaram ter filhos. Dentre esssas, 38,5% tem 1 filho; 8% tem dois filhos e 51% tem 3 filhos ou mais. Esse dado expressa o perfil de mulheres que não apenas exercem a maternidade biológica, mas que, como relataram nas rodas de conversa, também cuidam de sobrinhos, netos e irmãos.

Mais da metade das mães que participaram das rodas de conversa revelaram serem as únicas ou as principais responsáveis pela criação dos filhos. O percentual é de 59% de mulheres que se declararam mães solo. Esse quesito acena para uma sobrecarga recaindo sobre essas mulheres, em relação ao cuidado. Essa informação, quando cruzada com outros dados do formulário, como a renda mensal baixa e a condição de principal provedora da família, escancara uma realidade de acúmulo de responsabilidades e de vulnerabilidade.

A esse conjunto de fatores se soma o dado de que cerca de 38% das mulheres afirmaram que, mesmo trabalhando fora, usam a maior parte do tempo em casa para se dedicar à família e ao lar. Esse tempo de cuidado raramente é contabilizado ou valorizado socialmente, mas representa uma dimensão central na vida dessas mulheres. Algumas, ainda relataram dividirem o cuidado com parentes ou companheiros, mas o que prevalece é a responsabilização feminina, individualizada e silenciosa.



Dona Gessi no Ponto de Memória de Santa Barbara - Tenda de Oyá. Comunidade Quilombola de Linharinho, em Conceição da Barra.

Foto de Zanete Dadalto

Por fim, *55%* das participantes declararam que cuidam diretamente de alguém da família, sendo os filhos os mais citados, mas também netos, pais idosos, irmãos e pessoas com deficiência. Esse dado revela que o cuidado não se limita à maternidade, mas atravessa a vida dessas mulheres como uma função permanente — uma espécie de sacerdócio, que extrapola o terreiro, e se estende à vida doméstica e comunitária.

Esses dados, quando analisados conjuntamente, não apenas confirmam a sobrecarga, mas reforçam a centralidade dessas mulheres na sustentação da vida coletiva. Elas são mães, chefes de família, lideranças religiosas e comunitárias. São também alvo do racismo institucional, da invisibilidade e da ausência de políticas que reconheçam a complexidade de seus papéis.

As reflexões e percepções acerca do volume de funções atribuídas às mulheres em sobrecarga, e que foram sendo delineadas na tessitura dos formulários, deixaram indícios da complexidade de sua existência na condição de ser mulher. Foram mais de 250 expressões, nomeadas pelas participantes nos formulários, compondo um quadro que ajuda a compreender a experiência social e subjetiva dessas mulheres dentro e fora dos terreiros. As emoções afloraram e reverberaram trajetórias de vidas e sensações, tais como “orgulho”, “independência” e “realização”, revelando um auto-reconhecimento da dignidade e valorização das próprias histórias de vida. Por outro lado, expressões como “julgada”, “injustiça”, “desigualdade” e “vulnerabilidade” também estiveram presentes de forma recorrente, traduzindo a percepção do delineamento feminino — sobretudo, como mulher negra e de terreiro.

Por fim, as falas também mostraram a consciência acerca do papel social e político dos terreiros, que funcionam como espaço de cuidado, mas também de memória, transmissão cultural, formação ética e articulação comunitária. E como cuidado, ganham empoderamento, evidenciando em alguns casos, a ausência do poder público.

As mulheres reivindicam que esse papel seja reconhecido, inclusive no campo da cultura: como espaços que formam sujeitos, acolhem a juventude, preservam línguas, promovem uma valorização das músicas de tradição, e também das comidas, histórias e pedagogias não coloniais. O que se escuta dessas mulheres é proposição.

Elas buscam o direito à maior visibilidade e à equidade. Essas afirmações revelam a capacidade de transformação coletiva que emerge, mesmo nas frestas da exclusão. É possível compreender esse posicionamento, não como indiferença, mas como uma estratégia de autopreservação diante de uma sociedade que, historicamente, insiste em negar o direito de existir com dignidade a todas pessoas que manifestam a sua fé e religião genuínas.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Políticas e recursos públicos para os terreiros, enquanto Unidades Territoriais Tradicionais, com importância social em práticas de saúde, educação, acolhimento e serviços sociais.
02	Aplicação das Leis nº 7.716/1989 (Lei Caó); Lei nº 9.459/1997; Lei nº 14.532/2023; Lei nº 14.519/2023.
03	Implementar o Programa Nacional de Enfrentamento ao Racismo Religioso e à Violência contra Povos de Terreiro.
04	Criar mecanismos – legais, sociais, institucionais – de enfrentamento e eliminação às opressões, estigmas, preconceitos e discriminações que envolvem as religiões de matriz africana. Criminalização do racismo e preconceito religioso.
05	Políticas públicas e ação direta do Estado, contra as violências simbólicas e institucionais de ataque aos terreiros.
06	Políticas públicas de incentivo, preservação, proteção e valorização das manifestações dos povos de matriz africana.
07	Destinar orçamento público para realização de atividades, homenagens e demais ações relacionadas aos cultos de matriz africana, assim como são destinados para outras religiões. Não depender de ações isoladas, mas haver, de fato, política pública de estado para a preservação e valorização das religiões e práticas.
08	Processo socioeducativo de respeito às tradições e religiosidades de matriz africana.
09	Instituir letramento sobre as religiões de matriz africana em ambientes escolares.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

SEÇÃO 9

MULHERES NA POLÍTICA

Estão representadas mulheres que ocupam, ou que já ocuparam cargos eletivos no poder legislativo e executivo - nas esferas municipal, estadual e federal.



Criado em 1824, o Senado é composto por 81 senadores. Na história do Senado, somente duas mulheres representaram o Espírito Santo.

Foto de Carlos Moura/Agência Senado

CAPÍTULO 10

MULHERES NA POLÍTICA: CORAGEM, INSPIRAÇÃO E CONQUISTA EM MOVIMENTO

Rosimery Soares Loiola
Sthéfany Gomes Tiburso

Quando uma mulher ocupa um espaço, seja no Legislativo ou no Executivo, sua presença carrega o peso da história e o anúncio de novas possibilidades. Não se trata apenas de sentar-se em uma cadeira, mas de disputar sentidos em instituições moldadas por séculos de exclusão feminina.

O recorte sobre Mulheres na Política, realizado no âmbito do Atlas das Mulheres do Espírito Santo, teve como foco aquelas que já exerceram ou exercem mandatos eletivos, legitimados pelo voto popular, tanto no Legislativo — vereadoras, deputadas estaduais, deputadas federais e senadoras — quanto no Executivo — prefeitas, governadoras e vice-governadoras.

Foram realizadas duas rodas de conversa on-line, reunindo cerca de 30 mulheres[1] em cargos ou com histórico de mandato, além de duas entrevistas

individuais com lideranças políticas que marcaram suas trajetórias pela defesa de direitos e fortalecimento de políticas voltadas para as mulheres. Para além destas atividades, também foram aplicados formulários tanto a pessoas que participaram das rodas de conversa, quanto vereadoras que participaram de um evento na Secretaria Estadual das Mulheres (SESM), tendo a soma de 33 formulários válidos.

A escolha por rodas virtuais buscou garantir amplitude de participação e diversidade de vozes, superando barreiras territoriais e de agenda, um dos grandes desafios deste segmento.

A metodologia articulou escuta coletiva e entrevistas em profundidade, priorizando o registro literal das falas e a análise contextual dos relatos. Um aspecto fundamental que emergiu das discussões foi a violência política de gênero, não como ocorrência pontual, mas como estrutura que atravessa processos eleitorais, rotinas legislativas e práticas institucionais. Essa dimensão metodológica impactou diretamente a forma de condução das rodas, exigindo sensibilidade e cuidado para assegurar o espaço como ambiente de confiança e validação das experiências.

Assim, neste espaço apresentamos mais que estatísticas ou indicadores: organiza-se uma narrativa coletiva das mulheres que têm ocupado ou ocuparam a política no Espírito Santo. Suas vozes revelam tanto as dores impostas por um sistema historicamente masculino quanto a potência de reinventar modos de governar, abrindo caminhos para que outras possam vir.

MULHERES NA POLÍTICA: ASPECTOS GERAIS

Desde as primeiras eleições, as mulheres vêm conquistando espaços de poder. No Brasil, o voto feminino foi instituído apenas em 1932, com restrições que só foram plenamente eliminadas em 1934, tornando-se obrigatório para as mulheres em 1946 (Justiça Eleitoral).

No Espírito Santo, a professora e escritora Judith Leão Castello Ribeiro foi a primeira mulher eleita deputada estadual, em 1947. Ela exerceu quatro mandatos consecutivos e protagonizou avanços como a instituição da licença-maternidade para servidoras públicas e iniciativas culturais e educacionais transformadoras, conforme apuração da jornalista Letícia Orlandi, para a edição de 25 de setembro de 2022, do jornal A Gazeta, do Espírito Santo (A GAZETA, 2022). Depois dela, tivemos outros avanços entre as mulheres, obtendo resultados importantes no Século XXI, como por exemplo votações recordes no legislativo e protagonismos nos executivos municipais e estadual, mas ainda com baixíssima expressão na ocupação de cargos eletivos.

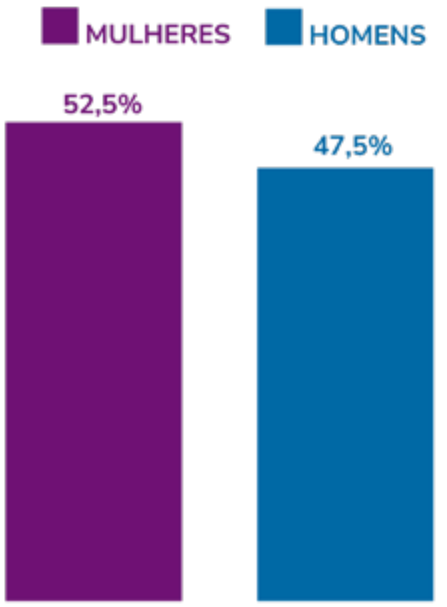
Segundo dados do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), no Censo de 2022, o Espírito Santo tinha uma população geral de 3.833.712, sendo que, desse total, 51,2% são mulheres e 48,8% são homens. Entre o eleitorado[2], as mulheres são a maioria também, com uma proporção de 52,5%, conforme gráfico 1

Contudo, apesar de serem maioria populacional e maioria no eleitorado, as mulheres são minoria entre candidatos e eleitos. Nas eleições estaduais e federais, o Espírito Santo permaneceu, por muitos anos, entre as unidades da federação com menor número de mulheres eleitas. No

[1] Uma das entrevistadas tem histórico no executivo estadual e a outra como vereadora da capital do estado

[2] Eleitores aqui foram considerados aqueles que possuem 18 anos, idade em que o voto passa a ser obrigatório, e pessoas com até 69 anos, uma vez que a faixa etária de 70 anos desobriga de votar

Gráfico 1 - Eleitores no Espírito Santo, por gênero, 2022



Fonte: Censo Demográfico 2022, IBGE

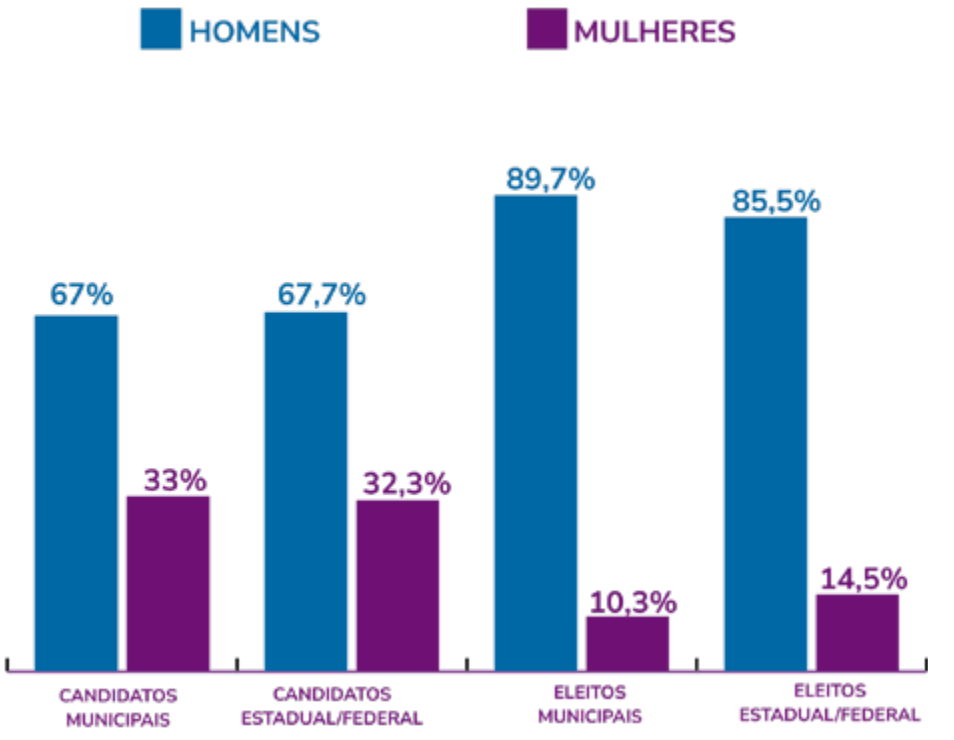
Legislativo estadual, a presença de deputadas sempre foi tímida, e apenas em anos mais recentes houve um leve crescimento. A Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales), por exemplo, já teve legislaturas sem nenhuma mulher eleita, um reflexo direto do machismo estrutural e do pouco incentivo à participação feminina em cargos de destaque.

No nível municipal, a sub-representação também é uma constante. As câmaras de vereadores e as prefeituras do estado seguem predominantemente masculinas. Em 2020, por exemplo, dos 860 vereadores eleitos no Espírito Santo, apenas 87 eram mulheres, o que representa cerca de 10% do total, um número muito aquém da paridade de gênero. Em várias cidades capixabas, nenhuma mulher foi eleita para o legislativo local, e a presença feminina no Executivo municipal é ainda mais escassa.

De acordo com dados do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a liderança e participação política feminina tem oscilado nos últimos anos. Entre os anos de 2018 e 2023, período de 6 anos, a representatividade na política iniciou com 2.415 mulheres e encerrou os últimos anos com 2.464, ou seja, houve um aumento de apenas 2,03%. No ano de 2024, o Espírito Santo foi um dos estados que menos elegeu mulheres nos cargos de poder executivo, tendo sido eleitas apenas duas mulheres como prefeitas.

O Gráfico 2 nos revela a tamanha desproporção de candidatos e eleitos por gênero, considerando 2014 a 2024, no estado do Espírito Santo.

Gráfico 2 - Candidatos e eleitos por gênero, de 2014 a 2024, no estado do Espírito Santo



Fonte: Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral

Note-se, portanto, que as mulheres candidatas não ultrapassam os 30%, sendo menor ainda o percentual de eleitas. Nos cargos municipais do executivo, elas representam pouco mais de 10% e 14,5%, nos cargos do legislativo estadual/federal.

No Espírito Santo, essa desigualdade se repete, uma vez que, em 2023, apenas 4 mulheres entre 30 parlamentares estavam na Assembleia Legislativa (ALES, 2023), e nas

Foto de Lucas S. Costa/Ales

Na história de 190 anos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, somente 17 mulheres ocuparam mandatos. Atualmente são 30 deputados, dentre eles, somente quatro são mulheres. Na foto, as deputadas eleitas Iriny Lopes, Janete de Sá, Camila Valadão e Raquel Lessa.

eleições de 2020, as mulheres representaram apenas 15% das vereadoras eleitas (TSE, 2021).

A literatura analisa essa realidade e destaca que, além da ocupação dos espaços, a importância das mulheres na política está em inserirem novas pautas na política institucional. Djamila Ribeiro enfatiza o lugar de fala e a representatividade simbólica como forma de transformação social (RIBEIRO, 2017), enquanto (WOLFF et al., 20023) debatem a tensão entre a política de presença e a violência política que ainda atravessa a vida parlamentar das mulheres.

Ainda que a presença feminina no poder político seja numericamente minoritária, a atuação dessas mulheres demonstra que a qualidade da representação é capaz de produzir mudanças concretas. O Brasil avançou com a Lei nº 14.192/2021, que estabeleceu normas para prevenir e combater a violência política contra a mulher, reforçando um debate já presente em iniciativas estaduais e municipais (Brasil, 2021).

No Espírito Santo, propostas como a institucionalização de datas de combate à violência política de gênero, a ampliação de políticas de empreendedorismo feminino e o fortalecimento de mecanismos de participação popular apontam para uma transformação que vai além da ocupação de assentos: trata-se da redefinição do que significa governar e legislar, a partir de uma perspectiva de gênero.

Esses marcos revelam que, mesmo diante das barreiras persistentes, a presença das mulheres na política tem se afirmado como espaço de inovação e resistência. São experiências que ajudam a compreender o percurso histórico e o sentido de ser mulher na política capixaba hoje, dimensão que ganha forma nas falas registradas nas rodas de conversa e entrevistas apresentadas a seguir.

O QUE É SER MULHER NA POLÍTICA NO ESPÍRITO SANTO?

"Ser mulher na política é uma construção diária que requer muito esforço, determinação e coragem." A frase de uma participante resume o sentimento comum entre as mulheres ouvidas: estar na política significa reinventar-se todos os dias, com persistência e ousadia. Em um espaço historicamente masculino, as mulheres afirmam que sua presença não é casual, mas fruto de luta coletiva e de um compromisso diário com a democracia.

Ao longo das rodas de conversa e nas entrevistas, a política aparece como realização pessoal e transformação social. Muitas mulheres destacaram a alegria e o orgulho de representar suas comunidades: ***"Eu tenho muito orgulho de ser vereadora, só assim tenho oportunidade de ajudar as pessoas mais necessitadas"; "Ser vista pela comunidade, pelo município. Muito trabalho e muita conquista".*** Aqui, o mandato é percebido como instrumento concreto para melhorar vidas e como espaço de visibilidade e reconhecimento.

Outro aspecto marcante foi a dimensão da inspiração e do empoderamento coletivo. Várias participantes relataram que ser mulher na política significa abrir portas para outras: ***"Inspiração, honra, responsabilidade, compromisso, defesa de direitos, elevar mulheres – esta identidade representa responsabilidade"***; ***"Mulher empoderada, levar mais mulheres a serem empoderadas"***. Nesses relatos, a experiência política não é apenas individual e se converte em legado para outras mulheres, em especial jovens e meninas que podem se ver representadas.

Embora os desafios sejam parte da realidade, como expressaram algumas participantes ao afirmar que ***"ser mulher na política é um desafio, mas sabemos que podemos contribuir com força, determinação, para garantir a diversidade e a eficácia democrática"***, o discurso não se resume às barreiras.

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

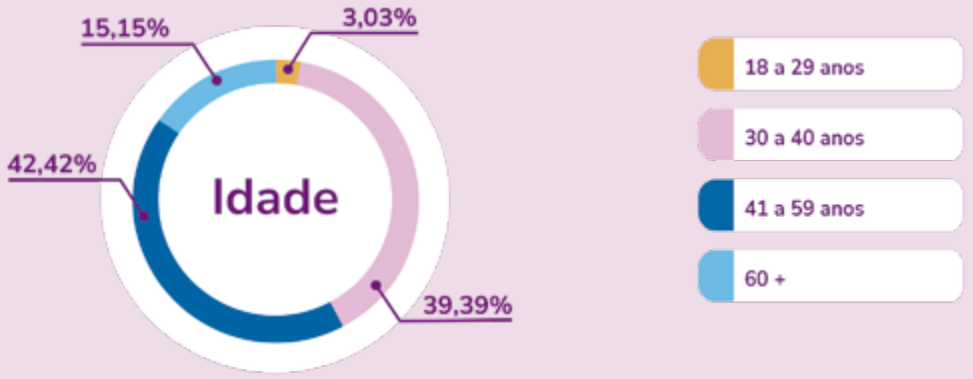
Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

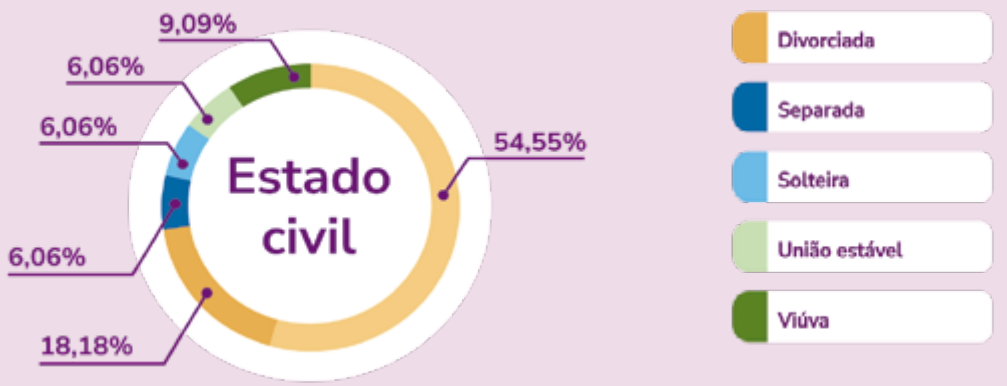


Foto de Karine Maria

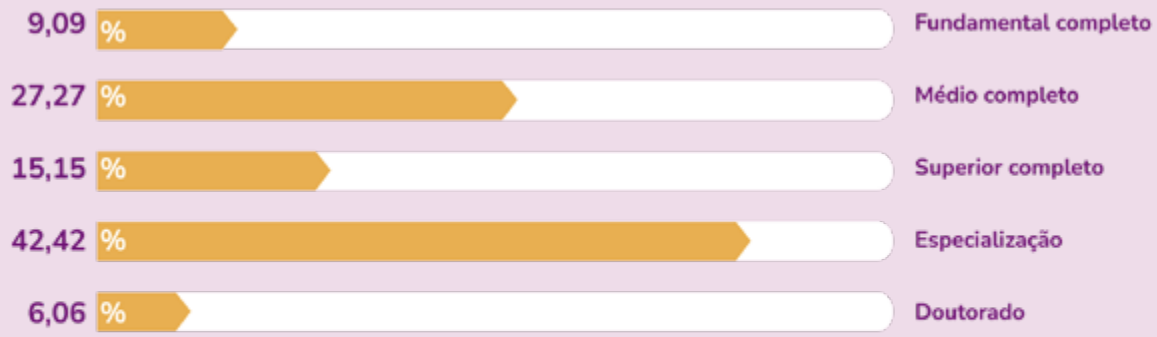
Eleita a primeira vice-governadora do Espirito Santo (2019-2022) e atual gestora da primeira Secretaria Estadual das Mulheres, Jacqueline Moraes construiu sua trajetória ocupando diferentes espaços de poder e representação política, iniciando sua vida pública como vereadora.

Perfil das
Mulheres
na Política





Escolaridade





Raça/cor/etnia

55%
Brancas

39%
Pardas

6%
Pretas

57%
São as principais provedoras da família

73%
Cuidam de alguém

39%
Cuidam dos filhos

24%

Trabalham fora e usam pouca parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

48%

Trabalham fora e têm suporte, por isso, não precisam usar todo o tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

88%
Têm filhos

69%
Têm dois filhos ou mais

14%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

As falas evidenciam a capacidade de resistir coletivamente e de transformar dificuldades em avanços concretos. No entanto, é preciso reconhecer a contradição: a exigência de resiliência permanente recai sobre as mulheres como se fosse uma condição natural, quando raramente é imposta aos homens que ocupam os mesmos espaços. Essa cobrança desigual revela não apenas o peso adicional enfrentado por elas, mas também a necessidade de repensar as estruturas políticas, para que a permanência das mulheres não dependa de provar, a cada dia, uma força que não é igualmente demandada aos homens.

A análise dos dados de cor, raça e etnia das participantes que responderam os formulários indica uma predominância de mulheres brancas, que representam 54,5% do total. As mulheres pardas somam 39% e apenas 6% se declararam pretas. Esse resultado confirma um padrão já identificado em pesquisas sobre representatividade política no Brasil: embora as mulheres em geral enfrentam barreiras para acessar e permanecer nos espaços de poder, essas barreiras se tornam ainda mais profundas quando somadas às desigualdades raciais. A baixa presença de mulheres negras evidencia a exclusão histórica desse grupo na política institucional, em contraste com sua expressiva participação na base social, nos movimentos comunitários e nas lutas coletivas.

A análise dos dados de filiação mostra que a maior parte das participantes têm filhos (88%). Entre elas, 41% declararam ter 2 filhos, 31% têm 1 filho, 21% afirmaram ter 3 filhos e 7% têm 4 ou mais filhos. Apenas 12% informaram não ter filhos. Quando cruzamos esse dado com a questão da provisão familiar, observa-se um cenário significativo: a maioria das mulheres afirmou ser a principal provedora da família (57%), e, ao mesmo tempo, grande parte delas é mãe de dois ou mais filhos. Isso revela que, além das responsabilidades políticas e institucionais, muitas carregam de forma central o sustento material e a maternidade, compondo múltiplas jornadas.

Esses números ajudam a compreender que a trajetória política das mulheres capixabas não se separa da realidade cotidiana do cuidado e da provisão. A presença delas na política institucional não elimina as demandas familiares, mas mostra como essas experiências se entrelaçam: as mulheres que chegam ao espaço público o fazem sem deixar de assumir a manutenção da vida em seus lares. Esse aspecto reforça a ideia de que a política exercida por mulheres está profundamente marcada pela articulação entre trabalho político, cuidado e responsabilidade econômica.

As respostas ao formulário revelam que o papel das mulheres na política é visto como imprescindível e transformador. Para muitas mulheres, sua presença nos espaços eletivos é condição necessária para a democratização e para o fortalecimento das políticas públicas: ***"Necessário, elas precisam ocupar mais esses espaços eletivos"***. As falas apontam que ocupar cargos é uma forma de romper com desigualdades históricas e de garantir que a voz das mulheres seja reconhecida.

Como destacou uma das participantes: ***"Ser mulher na política é uma grande responsabilidade! É poder oportunizar dar voz, vez a outras mulheres".*** Essa dimensão coletiva é constantemente ressaltada, indicando que a representatividade feminina não é apenas estatística, mas um compromisso com a transformação da realidade.

Outro ponto recorrente é a percepção de que as mulheres introduzem na política um olhar diferenciado e necessário. As participantes falaram de sensibilidade, compromisso e cuidado, características vistas como fundamentais para uma gestão mais justa e próxima da população: ***"É de extrema importância, pois a mulher tem um olhar mais carinhoso com as coisas e a sociedade"; "Tem um papel de grande relevância, pois a mulher tem um olhar mais sensível, um olhar mais clínico, enxergando com um olhar diferente".***

Nesse mesmo sentido, outras falas reforçam que as mulheres trazem qualidades como disciplina e organização, apontadas como essenciais para a boa condução da política: ***"A mulher é comprometida, tem disciplina e organização, atributos essenciais para a política".*** Essas percepções convergem para a ideia de que a política exercida por mulheres não apenas amplia a representatividade, mas também qualifica os processos decisórios.

Por fim, embora a maioria reconheça os desafios persistentes, como a violência política de gênero e a permanência de barreiras institucionais, o tom predominante é de esperança, coragem e construção de futuros. Algumas participantes destacaram que a participação feminina está em expansão: ***"Crescente. Ainda tímido, mas crescendo e expandindo"***; ***"Participar em crescente ascensão, mas frequentemente em cargo de vice".***

Outras enfatizaram a necessidade de união e confiança: ***"Ainda em minoria, mas observo que, caso se unissem mais, conquistariam maior objetivo, porque elas têm forças sim, às vezes o medo ainda persegue as mulheres".*** Apesar disso, prevalece o compromisso: ***"Coragem e determinação no propósito"***; ***"Muito importante ver as mulheres na política"***. Dessa forma, o papel das mulheres na política é descrito como crucial, não apenas para representar, mas para inspirar, fortalecer comunidades e projetar novos horizontes de igualdade.

As participantes apontaram como principais desafios do futuro das mulheres na política a necessidade de garantir maior representatividade feminina nos espaços de poder (28,6%), de fortalecer redes de mulheres na política (26,5%) e de construir políticas públicas mais inclusivas (17,3%), indicando que a presença feminina deve se traduzir em ação substantiva, capaz de ampliar direitos e reduzir desigualdades.

Também foram citados como entraves a serem enfrentados o machismo estrutural e a busca por apoio e respeito de colegas e eleitores (13,3% cada). Esses resultados revelam que o futuro da política para as mulheres é visto como um campo em que será necessário ampliar a participação e a representatividade, fortalecer alianças e traduzir essa presença em políticas públicas transformadoras, ao mesmo tempo em que se combate as práticas discriminatórias que limitam sua atuação.

A análise das respostas sobre os principais obstáculos para a entrada das mulheres na política mostra que o fator mais recorrente foi a falta de apoio financeiro, mencionada por 31,2% das participantes. Em seguida, aparece a dificuldade em conciliar vida pessoal e carreira política (18,8%), evidenciando como a sobrecarga de trabalho e as responsabilidades familiares impactam diretamente a possibilidade de participação. A falta de oportunidades e espaços nos partidos políticos (14,1%) e a falta de acesso a informações sobre como ingressar na carreira política (10,9%) também foram apontadas como barreiras relevantes, revelando um cenário em que a estrutura partidária e a ausência de formação dificultam a entrada das mulheres.

Além disso, o sexismo foi citado por 7,8%, reforçando que as práticas discriminatórias seguem como entraves persistentes. Outras respostas, menos frequentes, destacaram problemas, como disputas internas nos partidos, machismo persistente e a presença masculina desqualificando a atuação das mulheres. Por outro lado, uma minoria declarou não ter enfrentado dificuldades ou relatou apenas insegurança inicial. Esses dados confirmam que os obstáculos enfrentados pelas mulheres são majoritariamente estruturais, vinculados a questões econômicas, culturais e institucionais, e que a superação dessas barreiras exige tanto mudanças na organização partidária quanto políticas públicas de apoio e incentivo à participação feminina.

As respostas sobre inspiração na política revelam que muitas mulheres encontram força em outras que já abriram caminhos, como Jacqueline Moraes, Marielle Franco, Luzia Toledo, Simone Tebet e até lideranças internacionais, como Alexandria Ocasio-Cortez. Essas escolhas reforçam a ideia, já expressa nas rodas de conversa, de que ser mulher na política significa inspirar outras. Também apareceram inspirações ligadas a histórias pessoais e familiares, como mães, pais ou mesmo a própria trajetória de vida, o que mostra que a política é atravessada não só por grandes nomes, mas também por vínculos afetivos e cotidianos, que fortalecem a decisão de ocupar um espaço público.

Em alguns casos foram citados líderes homens, o que reflete a presença ainda majoritária deles nos espaços de poder, mas sem anular o destaque que as mulheres vêm ganhando como referência. O conjunto dessas respostas permite afirmar que já há um processo em curso: cada vez mais as mulheres se tornam inspiração umas para as outras. Esse dado reforça a importância de ampliar sua participação na política, para que as próximas gerações encontrem nas próprias mulheres capixabas exemplos de coragem, responsabilidade e compromisso coletivo.

Por fim, as participantes situam sua experiência em uma dimensão histórica, lembrando que a presença feminina na política é uma conquista recente e carregada de significados. Como disse uma delas: ***"Conquista, porque anos atrás não podia nem votar, pra mim é um novo desafio a realizar, conquistar".*** Essa fala resgata a memória de exclusão e conecta passado e presente, ressaltando que cada cadeira ocupada por uma mulher hoje é resultado de uma longa trajetória de lutas coletivas. Essa perspectiva dialoga com o conceito de Sankofa, que nos convida a olhar para trás, recuperar o que foi deixado e trazer para o presente a força das gerações anteriores, projetando transformações para o futuro.

A análise desse conjunto de relatos mostra que ser mulher na política no Espírito Santo significa, ao mesmo tempo, orgulho, conquista, responsabilidade e inspiração. Trata-se de transformar lutas históricas em projetos políticos, de introduzir valores de cuidado, igualdade e compromisso democrático na esfera pública e de reafirmar diariamente que a política pode e deve ser mais plural.

Essa presença não é apenas quantitativa: ela amplia horizontes, redefine prioridades e projeta novos futuros. Como defendem Avelar (2001) e Biroli (2018), a entrada das mulheres nos parlamentos e executivos não representa apenas inclusão, mas a possibilidade de qualificar a democracia, tornando-a mais justa, diversa e capaz de responder às necessidades reais da sociedade.

Foto de Bruno Spada. Câmara dos Deputados.

A Câmara Federal tem 513 deputados federais. Deste total, apenas 91 deputadas. A bancada do Espírito Santo é composta por 10 deputados, sendo a deputada federal Jack Rocha a única mulher que nos representa.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Garantir maior representatividade feminina nos espaços de poder.
02	Consolidar políticas públicas inclusivas.
03	Fortalecer redes de mulheres na política.
04	Criminalizar ofensas, perseguições e demais formas de violência política de gênero, responsabilizando os autores e os partidos, quando forem ocupantes de cargos eletivos.
05	Responsabilizar partidos políticos enquanto partes responsáveis por reduzir as desigualdades e violências políticas de gênero.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais acerca de suas experiências e vivências.

SEÇÃO 10

MULHERES NA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Esse segmento compreende mulheres que atuam em instituições relacionadas às dimensões do enfrentamento à violência doméstica contra mulheres. Tais dimensões compreendem os processos de prevenção da violência, o acolhimento/assistência das mulheres em situação de violência e à proteção dessas mulheres.



A Patrulha Maria da Penha atua para a proteção de mulheres em situação de violência doméstica, que optam pelo acompanhamento. As patrulhas realizam visitas tranquilizadoras, monitoram os agressores e oferecerem acolhimento e orientação às mulheres acompanhadas.

Foto de Janete Diniz

CAPÍTULO 11

MULHERES NA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: EMPATIA, COMPROMISSO E CUIDADO QUE ULTRAPASSAM A TÉCNICA

Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

O segmento de mulheres que atuam na rede de enfrentamento à violência doméstica reuniu profissionais de diferentes áreas, que ocupam posições fundamentais no acolhimento, proteção e garantia de direitos.

Participaram profissionais vinculadas aos Centros Margaridas, aos Centros de Referência no Atendimento às Mulheres (CRAMs), bem como delegadas das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs), policiais da Patrulha Maria da Penha e da Gerência de Proteção à Mulher (GPM/SESP). Também estiveram presentes profissionais do Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (Nevid), além de entrevistas realizadas com juízas, promotoras e outras representantes do sistema de justiça que atuam na área, totalizando cinco rodas de conversa e 4 entrevistas. Essa diversidade de vozes possibilitou uma

visão abrangente da rede, desde as dimensões do cuidado e acolhimento até os desafios da responsabilização e da repressão aos agressores.

Os encontros foram marcados por trocas intensas e pela oportunidade de refletir coletivamente sobre os avanços e os desafios enfrentados no cotidiano de trabalho. Foi especialmente produtivo observar como diferentes perspectivas, seja da assistência, da segurança pública e da justiça, se entrecruzam e revelam tanto conquistas importantes quanto obstáculos persistentes. Mais do que compartilhar experiências, as discussões evidenciaram a complexidade da temática e a necessidade contínua de integração, fortalecimento das políticas públicas e valorização do papel dessas mulheres, que sustentam, em diferentes frentes, a luta pelo enfrentamento à violência doméstica.

REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ASPECTOS GERAIS

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, intitulada Lei Maria da Penha (LMP) representa um marco jurídico e político no enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. Sua criação foi impulsionada pela luta de Maria da Penha Maia Fernandes, uma Biofarmacêutica cearense, que sobreviveu a duas tentativas de feminicídio, cometidas por seu então marido em 1983, uma delas na qual a deixou paraplégica. Após anos de impunidade e um processo judicial marcado por omissões, ela, em conjunto com movimentos feministas, levou seu caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que condenou o Estado brasileiro por negligência e omissão diante da violência doméstica. Sua luta transformou uma experiência pessoal de dor em mobilização coletiva, resultando, em 2006, na promulgação da Lei Maria da Penha (LMP), que se tornou referência mundial na proteção dos direitos das mulheres.

A LMP amplia a compreensão da violência doméstica e familiar como uma violação dos direitos humanos e determina a criação de mecanismos integrados de proteção e responsabilização. Entre suas diretrizes, está a previsão da articulação em rede entre diferentes políticas públicas, como saúde, assistência social, segurança pública, justiça, educação e direitos humanos, assegurando um atendimento integral, humanizado e efetivo às mulheres em situação de violência (Brasil, 2006).

A implementação da LMP impulsionou, nos anos seguintes, a criação de políticas nacionais, como a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que reforça a necessidade da atuação conjunta entre os serviços especializados e a rede de proteção (Brasil, 2011). Documentos técnicos posteriores, como o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e as Diretrizes Nacionais para o Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, consolidaram a concepção de rede como um arranjo de serviços articulados que deve operar de forma integrada, evitando a fragmentação e a revitimização das mulheres (Brasil, 2011; Brasil, 2016).

A rede de enfrentamento, portanto, não se restringe a um único serviço ou setor. Ela envolve um conjunto de instituições e profissionais, que atuam de forma coordenada na prevenção, acolhimento, proteção, responsabilização dos agressores e garantia de direitos. Essa estrutura depende da atuação de mulheres em diferentes funções, como delegadas, juízas, promotoras, defensoras públicas, psicólogas, assistentes sociais, advogadas, educadoras, técnicas de políticas públicas, entre tantas outras que, em suas áreas, contribuem para a efetividade da lei e para a sustentação das políticas de proteção.

A rede de enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Espírito Santo é composta por um conjunto de serviços interligados que atuam de forma articulada

As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) cumprem papel essencial no enfrentamento à violência contra a mulher.

Foto de Janete Diniz

nas áreas de segurança pública, assistência social, justiça, saúde e sociedade civil. Essa estrutura tem como objetivo garantir acolhimento, proteção e encaminhamentos adequados às mulheres em situação de violência, assegurando o cumprimento da Lei Maria da Penha e a efetivação dos direitos humanos das mulheres.

No âmbito da segurança pública, o estado conta, atualmente, com 13 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), distribuídas nos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari, Aracruz, São Mateus, Linhares, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Nova Venécia e Venda Nova do Imigrante. Essas unidades são responsáveis, por exemplo, pelo registro de ocorrências, investigação de casos, solicitação de medidas protetivas de urgência, articulação com o sistema de justiça e demais órgãos da rede, entre outras atividades.

Complementando esse trabalho, estão os Centros Margaridas, coordenados pela Secretaria Estadual das Mulheres (SESM), que oferecem atendimento jurídico, psicológico e social às mulheres em situação de violência. Nesses espaços, o atendimento é realizado por equipes multiprofissionais, com advogadas, assistentes sociais, psicólogas e educadoras sociais, que acompanham os casos de forma humanizada e trabalham na articulação com outros serviços públicos, como os da saúde, da justiça e da segurança. O Espírito Santo conta, atualmente, com dez Centros Margaridas (nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Linhares, São Mateus, Afonso Cláudio, Alegre, Anchieta, Colatina, Nova Venécia e Santa Maria de Jetibá), que compõem a base estadual dessa rede especializada. Além do acolhimento individual, os Centros também desenvolvem ações educativas, grupos reflexivos e campanhas de conscientização sobre igualdade de gênero e prevenção das violências.

Em algumas cidades, há também Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAMs), como, por exemplo, o CRAMVIVE, em Vila Velha; o CRAMSV, em Vitória; o CRAMVIS, em Serra; o CRAM de Presidente Kennedy; entre outros, e serviços municipais de assistência social, que realizam o acolhimento inicial, encaminhamentos, acompanhamento psicossocial e, além dos atendimentos individuais, organizam atividades coletivas, visitas domiciliares e ações intersetoriais voltadas à promoção da autonomia e à prevenção das violências. Esses espaços, muitas vezes, atuam em parceria com a Casa Abrigo, destinada a mulheres em risco de morte iminente, que oferece moradia protegida e apoio técnico até que seja possível o retorno seguro à vida cotidiana.

Outro componente fundamental é o Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM), vinculado à Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo. O núcleo oferece assistência jurídica gratuita e especializada para mulheres em situação de violência, atuando tanto na orientação e acompanhamento de processos e solicitação de medidas protetivas, quanto na defesa de direitos em situações de risco.

Além disso, a rede estadual também conta com a Patrulha Maria da Penha, um serviço de acompanhamento e monitoramento de medidas protetivas, realizado por equipes da Polícia Militar. A Patrulha Maria da Penha tem como função fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas, acompanhar periodicamente as mulheres atendidas, realizar visitas domiciliares e ações preventivas, além de orientar sobre direitos, oferecer apoio emocional e articular encaminhamentos com outros serviços da rede.

No campo da articulação interinstitucional, o estado mantém ainda o Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (NEVID), do Ministério Público Estadual, responsável por promover ações integradas de enfrentamento à violência e fiscalização das políticas públicas voltadas às mulheres.

De forma complementar aos equipamentos públicos, organizações da sociedade civil e ONGs desempenham papel relevante na rede, oferecendo apoio psicológico, orientação jurídica, formação profissional e acolhimento solidário às mulheres que buscam recomeçar suas vidas após situações de violência, além do importante papel do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado do ES (CEDIMES) e dos demais órgãos de controle social, que têm ação fundamental no enfrentamento à violência e na garantia dos direitos das mulheres de forma geral.

Em conjunto, esses serviços formam uma rede que busca atuar de maneira integrada e contínua, garantindo que cada mulher atendida receba não apenas o amparo emergencial, mas também o acompanhamento necessário para a reconstrução de sua autonomia. Ainda que desafios persistam, como a sobrecarga dos serviços, a fragmentação entre as instituições e a necessidade de capacitação constante, o fortalecimento dessa rede é essencial para que o enfrentamento à violência contra as mulheres seja efetivo em todas as regiões do Espírito Santo.

Na prática, o funcionamento da rede ocorre por meio da articulação entre diferentes portas de entrada e níveis de atendimento. Em geral, o primeiro contato da mulher pode acontecer em qualquer serviço, seja uma DEAM, um Centro Margaridas, um CRAM, um posto de saúde ou o próprio CRAS ou CREAS, de onde ela é encaminhada para os demais órgãos, conforme a necessidade. A partir do registro da ocorrência policial, a mulher pode ter acesso imediato a medidas protetivas e, simultaneamente, ser acompanhada pelo NUDEM para orientação jurídica e pelo Centro Margaridas ou algum CRAM para suporte psicológico e social.

Em situações de risco, a Patrulha Maria da Penha é acionada para o monitoramento e garantia da segurança, e, se houver ameaça à vida, é realizado o encaminhamento para a Casa Abrigo. Esse fluxo integrado busca assegurar que o atendimento não se limite à resposta emergencial, mas envolva proteção, acompanhamento e reconstrução da autonomia, com cada serviço atuando de forma complementar dentro de uma rede que só se sustenta pela comunicação constante entre seus elos.

Assim, a interdisciplinaridade é um elemento central nesse processo, pois permite a integração de diferentes áreas do conhecimento, enriquecendo o atendimento e a formulação de políticas públicas. O enfrentamento à violência de gênero exige não apenas a soma de esforços setoriais, mas a capacidade de construir diálogos entre saberes distintos, que se complementam no cuidado e na garantia de justiça. A presença de profissionais de diferentes áreas na rede permite que o atendimento às mulheres seja mais completo, contemplando suas necessidades emocionais, jurídicas, sociais e de saúde, além de favorecer o fortalecimento institucional e a formulação de políticas públicas mais consistentes.

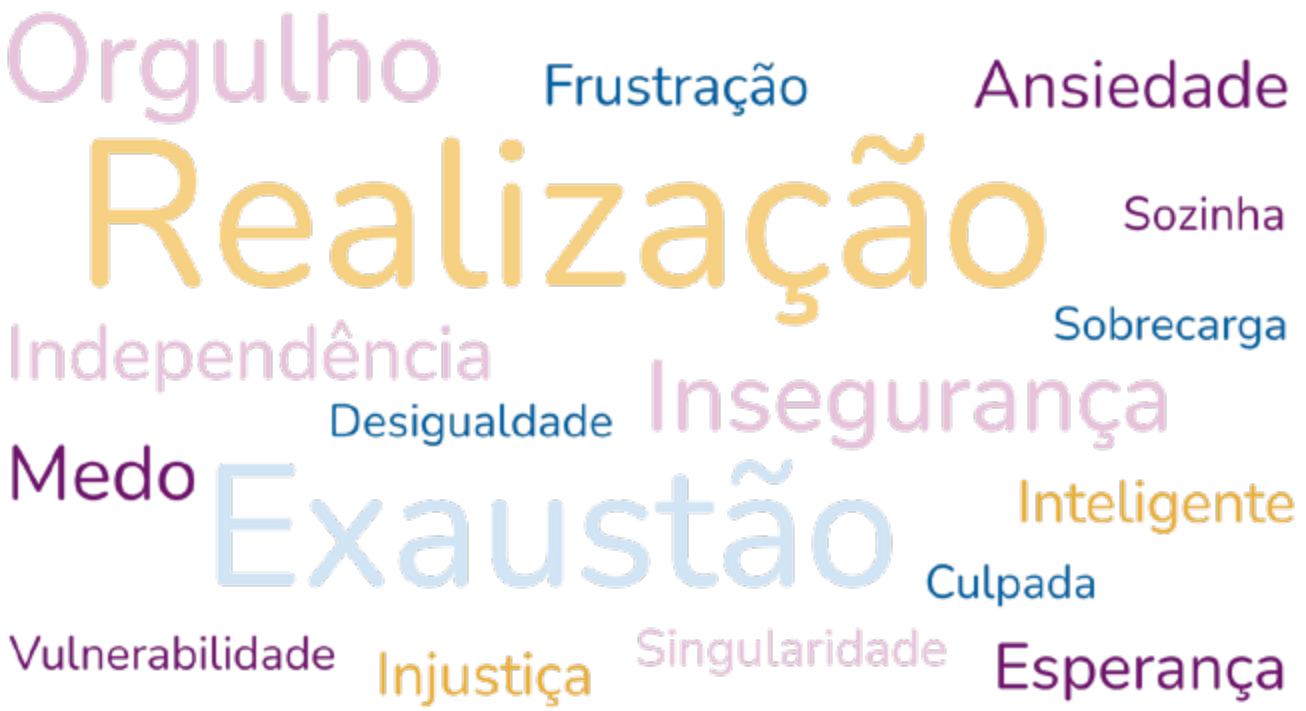
O QUE É SER MULHER NA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ESPÍRITO SANTO?

Ser mulher na rede de enfrentamento à violência doméstica, para muitas, é viver um movimento constante entre força e sensibilidade. Suas narrativas revelam a consciência de que ocupar esse lugar ainda é um desafio, marcado por desigualdades e cobranças, porém também acompanhado de conquistas e resistências cotidianas. Ser mulher é carregar uma força que não se impõe pelo poder, mas pela persistência em existir plenamente, mesmo quando o mundo insiste em reduzir ou silenciar. É ser múltipla (profissional, mãe, companheira, amiga) e ainda encontrar energia para lutar por reconhecimento e por espaços de dignidade. Ao mesmo tempo, há uma dimensão de orgulho e de construção coletiva. É compreender que as lutas de hoje se somam às das que vieram antes e que cada passo dado amplia o caminho

Uma das marcas dos Centros Margaridas é o acolhimento interdisciplinar que acompanha as mulheres em busca de orientação e estratégias de superação aos ciclos de violência.

Foto de Zanete Dadalto

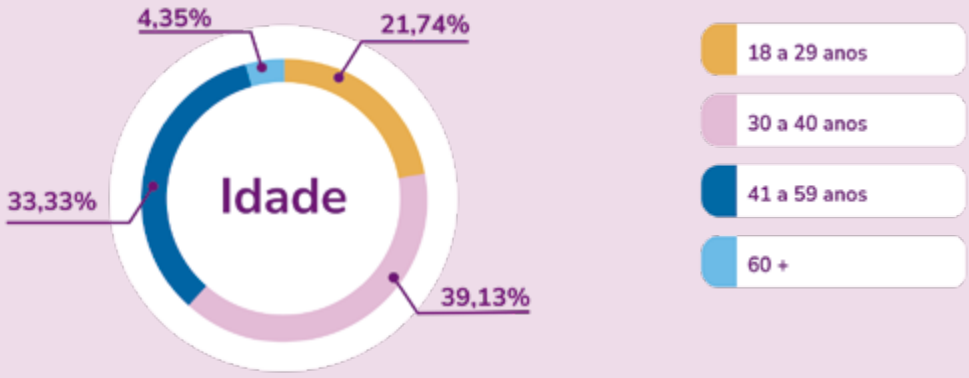
Sentimentos e emoções que nos atravessam

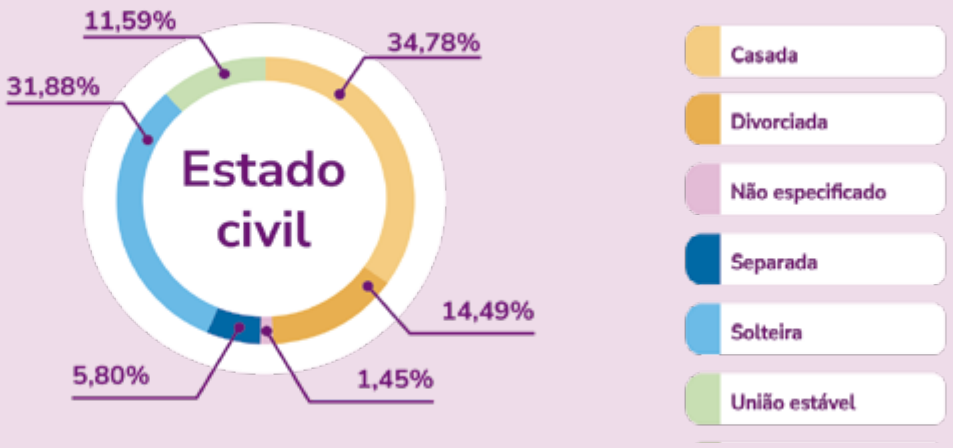


A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

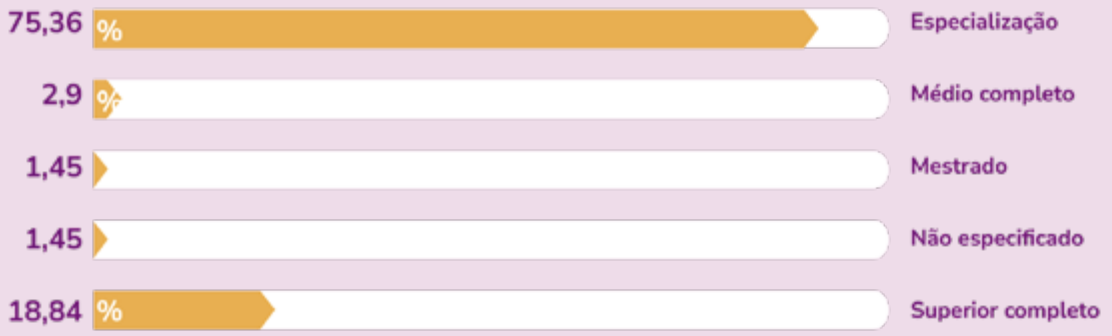
Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

Perfil das
Mulheres
na rede de enfrentamento à violência doméstica





Escolaridade





Raça / Etinia / Cor

42%
Branca

36%
Parda

19%
Preta

52%
São as principais provedoras da família

43%
Cuidam de alguém

25%
Cuidam dos filhos

32%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

35%

Trabalham fora e usam pouca parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

61%
Têm filhos

78%
Têm até dois filhos

33%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa



A Secretaria Estadual das Mulheres (SESM) é fundamental na articulação e implementação de políticas de enfrentamento às violências contra as mulheres. Aqui representada pela Gerência de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (GEVM).

Foto de Alice Carpes

para as outras. Mesmo quando cansadas de precisar ser fortes o tempo todo, elas seguem firmes, conscientes de que suas trajetórias individuais compõem uma história maior de resistência.

Ser mulher, portanto, é uma experiência plural, atravessada por afetos, dores e esperanças. É saber ser capaz de cuidar e também de reivindicar cuidado. É reconhecer-se protagonista de uma luta que é política, mas também profundamente humana. É, em última instância, continuar acreditando na possibilidade de um mundo em que ser mulher não signifique resistir, mas simplesmente viver com liberdade, respeito e plenitude.

Com relação às palavras escolhidas para descrever o que significa ser mulher, destacaram-se principalmente realização, esperança, independência e orgulho seguidas de singularidade, ansiedade e sobrecarga, revelando um equilíbrio entre sentimentos de força e conquistas, mas também de exaustão e sobrecarga diante das múltiplas exigências sociais.

Para as profissionais que atuam na rede de enfrentamento, ser mulher neste contexto é mais do que uma condição de gênero, é um ponto de partida que molda a escuta, a postura e a forma de acolher. As falas revelam o quanto a experiência de gênero cria uma ponte invisível entre

quem atende e quem busca ajuda, uma identificação que humaniza e torna o encontro mais potente. Segundo elas, o simples fato de uma mulher ser recebida por outra, em um espaço de acolhimento, produz segurança e confiança, rompendo barreiras que, muitas vezes, o medo e a vergonha impõem.

A identificação entre mulheres foi citada de forma recorrente, associada à empatia, à sororidade, à sensibilidade e à capacidade de compreender a complexidade da dor alheia. A vivência compartilhada de desigualdades, cobranças e vulnerabilidades parece gerar um tipo de escuta mais atenta e menos julgadora. Nesse contexto, ser mulher se transforma em ferramenta de trabalho e uma forma de garantir um atendimento mais humano e comprometido com a transformação social.

"Como mulher somos e possuímos instinto de proteção, acredito que as mulheres que procuram os serviços se sentem mais seguras, amparadas e compreendidas em suas dores."

"Posso ser a voz da mulher que nunca foi ouvida e lutar para que seus direitos sejam resguardados e sua vida valorizada."

"Ser mulher contribui para fortalecer outras mulheres, através da empatia e conseguir se colocar no lugar de outras mulheres."

As participantes também associaram essa condição à responsabilidade de inspirar e fortalecer as outras. Para muitas, o trabalho na rede é um espaço de devolução, em que há a possibilidade de transformar a própria dor em instrumento de cuidado. Ao reconhecer nas usuárias traços de suas próprias histórias, essas mulheres constroem vínculos de confiança e esperança, ressignificando suas trajetórias pessoais e profissionais.

"É uma benção! Eu vejo um pouquinho de mim em cada uma delas. O fato de me ver nelas traz empatia e um amor diferente."

"Empatia. Somente uma mulher que já viveu um relacionamento abusivo sabe, na pele, as dificuldades que se tem a vencer."

"O fato de ser mulher, traz para cada uma das atendidas um encorajamento e empoderamento para que juntas possamos superar a violência existente".

O ser mulher dentro da rede não é apenas uma coincidência de gênero, mas uma dimensão ética e política do trabalho. É estar em um lugar de escuta e ação, onde o cuidado se confunde com compromisso e onde cada atendimento se torna também um ato de resistência frente a uma sociedade que ainda naturaliza a violência e invisibiliza as mulheres que a enfrentam.

Assim, as potencialidades apontadas revelam um conjunto de habilidades que ultrapassa a técnica e se enraíza em uma dimensão humana e política do cuidado. Essa capacidade de compreender, de sentir e de acolher a dor da outra é percebida como um diferencial que dá sentido ao trabalho e amplia a efetividade das ações.

"Como mulher entendo a dor das outras mulheres, entendo como se sentem, entendo os sofrimentos e angústias. A sensibilidade de uma mulher atendendo outra mulher é fundamental".

"Sentir a dor delas, isso toca de fato meu coração e me dá ânimo e garra para ajudá-las."

Essa escuta sensível vem acompanhada de conhecimento técnico e de compromisso ético. Muitas destacam o domínio sobre o tema, o preparo para lidar com as especificidades de cada caso e a busca por aprimorar o atendimento, como formas de fortalecer a rede. As potencialidades estão, portanto, no equilíbrio entre razão e afeto, na capacidade de unir sensibilidade, preparo e engajamento político para garantir que cada mulher atendida se sinta respeitada, compreendida e capaz de recomeçar.

"Inspirar outras mulheres com o próprio exemplo, ter empatia para acolher e orientar, transmitir confiança e ser meio de auxílio para que a outra se reerga."

Assim, ser mulher na rede de enfrentamento é também colocar em prática uma resistência cotidiana, feita de escuta, solidariedade e compromisso. Cada gesto, orientação e acolhimento se transforma em ato político e em semente de mudança, reafirmando o papel dessas profissionais como agentes de transformação e esperança.

Com relação aos desafios relatados pelas mulheres que integram a rede de enfrentamento, refletem a dificuldade cotidiana de atuar em um campo marcado por limitações institucionais e por uma cultura ainda profundamente patriarcal. Muitas descrevem o trabalho como uma "missão árdua, difícil e sensível", em que é preciso conciliar cuidado e firmeza diante de situações complexas e, por vezes, dolorosas. As dificuldades vão desde o acolhimento das mulheres até o enfrentamento das resistências culturais que ainda naturalizam a violência e desvalorizam o papel das mulheres dentro das próprias instituições.

"A violência como padrão cultural, justificada por crenças que precisam ser modificadas através de uma ampla conscientização."

"Os desafios ainda se afligem na cultura patriarcal, onde a mulher policial ainda é vista como sexo frágil e, muitas vezes, incapaz para atuar na função."

Além da sobrecarga emocional, há também o peso do machismo institucional e da falta de reconhecimento das demandas e especificidades desse trabalho. Muitas relataram a sensação de não serem ouvidas, de terem suas pautas vistas como "menores" ou de enfrentarem dificuldades para sensibilizar gestores e colegas homens sobre a gravidade da violência de gênero. A escassez de recursos, a ausência de suporte psicológico e a dificuldade de articulação entre os setores da rede agravam ainda mais esse cenário.

"O maior desafio é ser ouvida, pois a maioria dos gestores são homens e normalmente eles não dão muita atenção a esta temática."

"Se fazer ouvida e fazer os colegas de profissão entenderem que a violência contra a mulher é um problema a ser enfrentado".

Um dos pontos mais recorrentes entre as falas foi a dificuldade de articulação da própria rede, percebida como um obstáculo que fragiliza o fluxo de atendimento e compromete a efetividade das ações. Muitas profissionais relataram que, apesar do empenho individual e da boa vontade das equipes, ainda há falta de integração entre os serviços, com falhas na comunicação, descontinuidade de políticas e dificuldade de diálogo entre os diferentes setores que compõem o sistema de enfrentamento. Essa fragmentação impacta diretamente o acompanhamento das mulheres, que, muitas vezes, precisam recontar suas histórias diversas vezes ou ficam sem retorno concreto após os encaminhamentos.

"A força de atuação depende da estrutura e do posicionamento da rede, tornando-se um desafio quando a rede não está fortalecida."

"Trabalhar em rede exige mais do que boa vontade. É lidar com a burocracia, com a sobrecarga e, muitas vezes, com a falta de diálogo entre os serviços que deveriam caminhar juntos."

"É frustrante quando o atendimento depende de uma estrutura que não conversa entre si. A mulher procura ajuda e acaba voltando para o mesmo ciclo, porque a rede não se articula como deveria."

Outro ponto enfatizado pelas participantes diz respeito à necessidade constante de capacitação das equipes que compõem a rede. A complexidade das situações vivenciadas pelas mulheres em contexto de violência exige preparo técnico, atualização contínua e uma escuta qualificada que vá além do senso comum. Muitas profissionais reconheceram que o trabalho cotidiano demanda conhecimentos específicos sobre gênero, legislação, políticas públicas e fluxos de atendimento, e, também, habilidades emocionais para lidar com a dor, o medo e a vulnerabilidade das vítimas.



Foto de Zanete Dadalto

Os Centros Margaridas são equipamentos que oferecem serviço de acolhimento e atendimento psicológico, social, jurídico, orientação e encaminhamento para mulheres que vivenciam qualquer forma de violência.

"Trabalhar com essa temática exige mais do que saber preencher relatórios. Exige compreender o que é gênero, o que é violência e o impacto que uma palavra mal colocada pode causar."

Apesar dos desafios, essas mulheres seguem sustentando o trabalho com dedicação e resiliência. Reconhecem que os desafios são estruturais, mas também reafirmam, em cada gesto de escuta e acolhimento, o compromisso de transformar uma realidade que insiste em se repetir. É no enfrentamento cotidiano, entre desafios, limitações, resistências e avanços, que se revela a força e a persistência dessas profissionais que lutam, todos os dias, para que a rede continue viva e atuante pelo fim da violência contra as mulheres.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01 Capacitação continuada.

02 Fortalecer todos os elos da rede.

03 Romper com estruturas machistas na sociedade e nas instituições.

04 Valorização institucional e reconhecimento do trabalho da rede.

05 Melhorias nas condições de trabalho e no exercício das ações.

06 Acolhimento não revitimizador.

07 Ampliação do acesso aos serviços e redução de barreiras.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

SEÇÃO 11

MULHERES NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

As Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diversos que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Empregam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos de geração em geração (Decreto 6.040, 2007). O projeto abarca nesse segmento as mulheres quilombolas, indígenas, pomeranas e ciganas, destacando suas pluralidades e vivências relacionadas ao ser mulher desde uma perspectiva de pertencimento étnico-racial.

Fotos de Zanete Dadalto

As vestimentas, os festejos e os rituais são importantes marcas identitárias. Em destaque, Nilcélia Jesus Santos, símbolo de firmeza e sensibilidade na luta pelo reconhecimento da cultura dos povos ciganos.

Foto de Zanete Dadalto

CAPÍTULO 12.1

MULHERES CIGANAS: RESISTÊNCIA E CUIDADO

Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

Ser mulher cigana é existir em movimento, não apenas pelo território, mas também na luta constante por reconhecimento, dignidade e respeito. É carregar uma identidade forjada entre tradições ancestrais e resistências cotidianas, em meio a uma sociedade que muitas vezes tenta invisibilizar ou estigmatizar seus modos de vida. Os laços familiares, os rituais comunitários e a força da cultura oral mantêm viva uma herança que atravessa gerações, mesmo diante de preconceitos persistentes.

Para ouvir essas histórias, foram realizadas duas rodas de conversa presenciais nas regiões de Fundão e São Mateus, com a participação de 20 mulheres ciganas. Fomos recebidas com afeto, cuidado e hospitalidade em suas casas, em encontros marcados por muitas histórias e vestimentas lindas, brilhantes e coloridas, que expressam a beleza e a riqueza cultural do povo cigano. Dessa maneira, as experiências compartilhadas foram diversas, potentes

e transformadoras, ampliando a percepção sobre o que é ser mulher em contextos de resistência e tradição.

Ao final das rodas, não levamos apenas palavras: recebemos convites para casamentos e, até mesmo, um delicado conjunto de xícaras de café. Em cada gesto, a sutileza de um acolhimento que ultrapassa os limites da pesquisa e nos alcança como quem oferece abrigo. Entre brilhos, risos e afeto, não fomos vistas como estranhas, mas integradas ao contexto. Um café servido com ternura, um convite para celebrar a vida: sinais de que estar com essas mulheres é também ser tocada por sua generosidade e força!

A realização desses encontros contou com a parceria da Associação Municipal de Etnias Ciganas (AMEC), em especial Nilcélia Jesus Santos, mulher cigana que atua com firmeza e sensibilidade na defesa da valorização e do reconhecimento da cultura e dos povos ciganos. A partir das falas reunidas, lança luz sobre as experiências, saberes e caminhos trilhados por essas mulheres, reconhecendo-as como protagonistas de suas histórias e guardiãs de uma cultura que insiste em florescer, mesmo diante de inúmeras adversidades.

MULHERES CIGANAS: ASPECTOS GERAIS

Com origens no norte da Índia, os povos ciganos protagonizaram uma longa trajetória marcada por deslocamentos e movimentos migratórios que os levaram a diversos territórios ao redor do mundo, inclusive ao Brasil. No cenário brasileiro, destacam-se três etnias: Calon, Rom e Sinti, cada uma com suas tradições, linguagens e formas de organização social próprias. Ainda que o termo “cigano” seja amplamente utilizado, cabe salientar que uma parte dessa população prefere ser identificada como “Romani” ou “Roma”, por considerarem que o termo mais comum pode carregar estigmas histórico-sociais e conotações pejorativas. (Brasil, 2021; 2018; SATLHER, 2025)

A presença cigana no Brasil é significativa. Estima-se que entre 800 mil e um milhão de pessoas se identifiquem como ciganas, com maior concentração nos estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás. Um levantamento realizado pelo IBGE, com base em informações repassadas por gestores municipais em 2011, indicou a existência de acampamentos ciganos em 849 municípios brasileiros. A maioria deles localiza-se no Nordeste, com destaque para 372 acampamentos em 293 cidades da região. Já em Minas Gerais, que concentra o maior número no Sudeste, foram identificados 175 acampamentos em 127 municípios. A trajetória histórica desses grupos no Brasil sugere que a chegada se deu pelo estado da Bahia (a primeira capital colonial do país) de onde partiram para outras regiões, como Minas Gerais. A partir daí, os fluxos migratórios se diversificaram e ampliaram-se por distintos territórios. (Brasil, 2021; 2018)

A mobilidade comumente atribuída como traço cultural, na verdade se constituiu, em grande parte, como resposta a séculos de perseguição e políticas de expulsão. Embora o imaginário social frequentemente associe os povos ciganos ao nomadismo, essa não é uma realidade homogênea. Nas últimas quatro décadas, observa-se uma tendência crescente à fixação territorial. Para diferenciar esses modos de vida de um nomadismo forçado ou intermitente, tem-se utilizado o termo “sedentário”, não no sentido de inatividade, mas para indicar aqueles que permanecem em um mesmo território de forma contínua.

Por outro lado, grupos que mantêm uma rotina de deslocamento costumam seguir rotas previamente definidas, retornando às suas bases, o que torna mais adequado o uso das expressões “viajante” ou “itinerante”, em detrimento de “nômade”, nesses casos. Atualmente, uma porcentagem significativa das famílias vive em acampamentos estáveis ou em pequenas comunidades, sendo que apenas cerca de 10 a 15% mantém um modo de vida itinerante (Brasil, 2021;2018) e (SATLHER, 2025).



Para a realização das rodas de conversa, contamos com a parceria da Associação Municipal de Etnias Ciganas (AMEC). Os eventos permitiram conhecer a realidade e as vivências das mulheres ciganas em São Mateus.

Foto de Alice Carpes

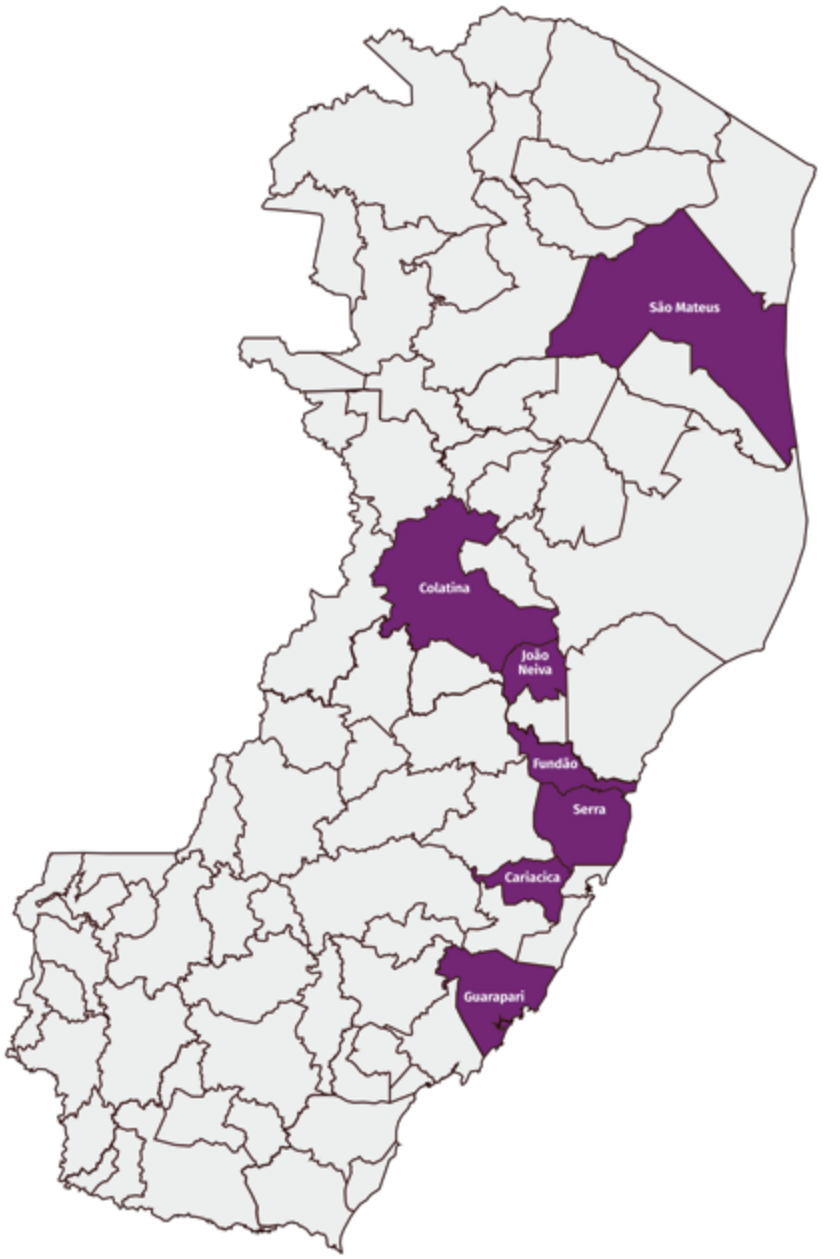
No Espírito Santo, a maioria da população cigana pertence à etnia Calon. Apesar de sua longa trajetória e resistência cultural, esses grupos ainda enfrentam intenso processo de estigmatização, vinculado à invisibilidade institucional e dificuldades de acesso a direitos básicos. As principais concentrações, no estado do Espírito Santo, estão na Região Metropolitana, principalmente nos municípios de Fundão e Cariacica, havendo também uma presença relevante em cidades como Serra, São Mateus, João Neiva, Colatina e Guarapari, conforme dados da Pastoral dos Nômades do Brasil. (Brasil, 2021; 2018)[1], conforme Mapa 1.

Um dos principais entraves para o reconhecimento pleno dessa população reside na escassez de dados oficiais. A inexistência de um Censo Nacional específico sobre os povos ciganos compromete, tanto a identificação de suas especificidades e demandas, quanto a formulação de políticas públicas eficazes e culturalmente sensíveis. A lacuna estatística contribui para a perpetuação das desigualdades sociais e reforça a marginalização histórica desses grupos. (Brasil, 2021; 2018; LIMA, 2014)

Nos últimos anos, o Estado brasileiro passou a implementar algumas iniciativas voltadas ao reconhecimento dos povos ciganos, ainda de forma pontual e limitada. O Decreto nº 10.841/2006 instituiu oficialmente o Dia Nacional do Cigano, celebrado em 24 de maio.

Posteriormente, o Decreto nº 6.040/2007 criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, incluindo os povos ciganos, entre aqueles com direitos à proteção cultural, territorial e social. Mais recentemente, o Decreto nº 12.128/2024 instituiu o Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos. Complementarmente, a Portaria nº 226/2024 aprovou os compromissos estratégicos do Plano para o período de 2024 a 2027.

Mapa 1 - Mapa com destaque dos municípios com populações ciganas



Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

[1] O IBGE não divulga dados censitários sobre ciganos, uma vez que não há a alternativa para autodeclaração. Além da Pastoral dos Nômades do Brasil, a AMSK - Associação Internacional Maylê Sara Kalí, são instituições que divulgam informações e têm ações

No campo da saúde, a Portaria nº 4.348/2018 estabeleceu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa normativa busca garantir o acesso a serviços de saúde que levam em consideração as especificidades culturais, sociais e territoriais dessa população, promovendo um cuidado mais equitativo e diverso. No campo legislativo, o Projeto de Lei nº 248/2015, originado no Senado Federal, propõe a criação do Estatuto dos Povos Ciganos, ainda em discussão.

Apesar dos avanços formais nos últimos anos, persiste um distanciamento entre a legislação e a efetivação de direitos. A garantia de acesso a direitos básicos, o respeito à diversidade cultural e o enfrentamento dos estigmas históricos que ainda recaem sobre esses grupos exigem bem mais do que marcos legais. É indispensável um compromisso político contínuo, a implementação de ações intersetoriais e a presença efetiva do Estado nos territórios, a partir de escuta qualificada e do reconhecimento da legitimidade dessas comunidades em seus múltiplos jeitos de resistir e existir.

O QUE É SER MULHER CIGANA NO ESPÍRITO SANTO?

Ser mulher cigana, para as participantes das rodas, é carregar inúmeras responsabilidades: cuidar da casa, da família, dos filhos e, com frequência, em último lugar, de si mesma. A figura feminina emerge como pilar do núcleo familiar, sendo a presença que acolhe, protege e sustenta. A maternidade, o cuidado com o outro e o compromisso com o bem-estar coletivo são dimensões centrais dessa vivência, atravessada por exigências e renúncias constantes. Não por acaso, 80% das mulheres participantes da roda de conversa declararam ter filhos, evidenciando como o papel materno se entrelaça à construção de suas identidades femininas.

Ao mesmo tempo, ser mulher é ocupar um lugar de força e coragem diante das batalhas da vida. É resistir mesmo quando o caminho é "bastante difícil". As palavras usadas para descrever essa vivência revelam a dualidade entre o reconhecimento e o desgaste. Para 60% das participantes, ser mulher é motivo de realização, sentimento que coexiste com a ansiedade, citada por 53,3%, insegurança e orgulho 40%, e exaustão 33,3%. Tais dados não apenas evidenciam a complexidade dessa existência, mas também reforçam como a experiência de ser mulher cigana está marcada por uma tensão constante entre potência e limite.

Outros sentimentos e emoções foram recorrentes e marcam o lugar de luta e resistência das mulheres ciganas frente aos processos de discriminação.

Apesar dos desafios, há orgulho em ocupar esse lugar, ainda que ele venha carregado de sobrecargas e exigências. Ser mulher, para elas, é cumprir papéis importantes na sociedade. A garra é mencionada, na busca por realizar os objetivos. Em um cenário na maioria das vezes adverso, em essência, a mulher cigana é resistência e cuidar, ao mesmo tempo.

Ser mulher cigana é, antes de tudo, motivo de orgulho para muitas das participantes. Essa identidade é vivida com realização e sentido, sendo atravessada por valores culturais, pertencimento e uma alegria que se manifesta no cotidiano. Estar entre os seus, participar das tradições e reconhecer-se como parte de um povo são experiências que fortalecem a autoestima, empoderam e sustentam o senso de dignidade dessas mulheres. Mesmo ante as dificuldades, as questões étnicas são reafirmadas, como uma forma legítima de resistência cultural.

"Ser cigana é uma honra. Eu carrego isso no meu sangue com muito amor. (...) A gente pode estar passando dificuldade, mas a alegria de ser cigana ninguém tira. (...) Eu não troco minha cultura por nada. Ela me faz ser quem eu sou."

Paralelamente, essas vivências de pertencimento e alegria contrastam com os efeitos do preconceito, evidenciados com muita frequência fora dos espaços comunitários.

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025



Os cuidados com a família e com a moradia são elementos importantes na construção do ser mulher cigana.

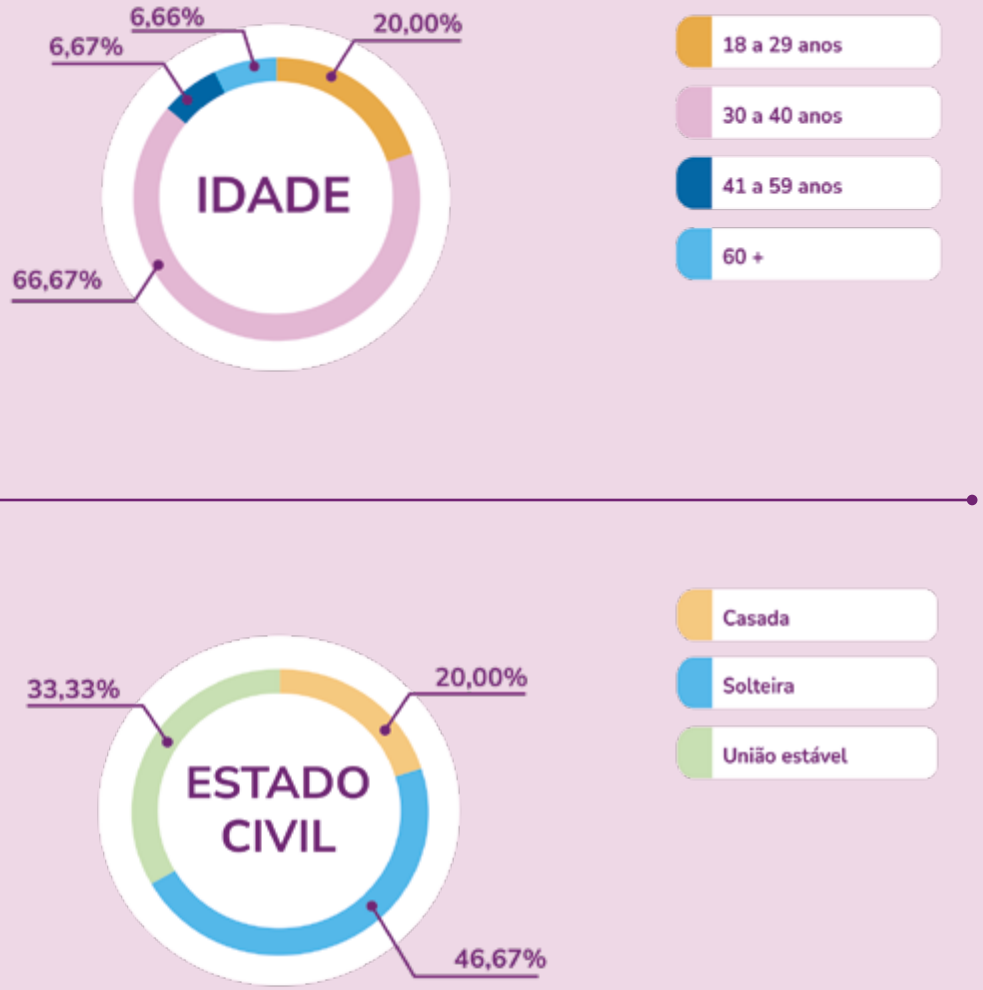
Foto de Zanete Dadalto



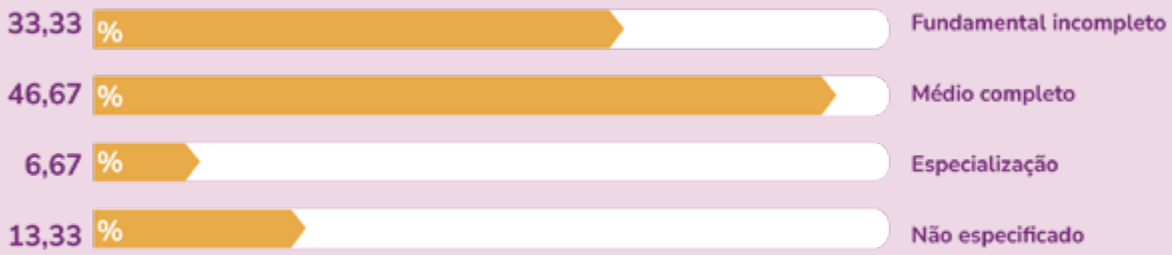
Foto de Zanete Dadalto

O trabalho e o esmero na confecção do vestuário são formas de reafirmar a identidade e garantir autenticidade.

Perfil das
Mulheres
Ciganas



Escolaridade





Raça/cor/etnia

73%
Pardas

20%
Brancas

7%
Pretas

13%
São as principais provedoras da família

73%
Cuidam de alguém

33%
Cuidam dos filhos

20%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

73%

Não trabalham fora, porém usam maior parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

80%
Têm filhos

83%
Têm dois ou mais filhos

27%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

Parte significativa das mulheres relataram sentir insegurança ao transitar em lugares públicos, medo de serem mal interpretadas, e em alguns casos, chegam a recorrer à ocultação de si, mudando a sua forma de se vestir, como uma estratégia para passar despercebida, evitando assim, os episódios de discriminação.

"Já tive que mudar minhas roupas para ser aceita na sociedade. (...) A gente entra numa loja mais chique e já sentem que não vamos comprar. Acham que só estamos olhando e nos tratam mal. (...) Hoje em dia, para podermos ser aceitas na sociedade, a gente teve que se adaptar a novas vestes. Porque quando a gente entra em uma loja vestida de cigana, é o maior preconceito. Às vezes chegam a ser verbalmente, mas muitas vezes só os olhares já dizem tudo."

O preconceito manifesta-se de modo sutil e persistente, atravessando o corpo, a aparência e a liberdade de ser, e impondo barreiras silenciosas ao exercício pleno da cidadania. O sentimento de exclusão, embora nem sempre verbalizado de forma direta, revela-se nas dificuldades para ocupar determinados espaços sociais sem sofrer constrangimento ou olhares de desconfiança.

Ademais, dentre os impedimentos enfrentados por essas mulheres, a exclusão educacional constituiu um fator particularmente sensível e alarmante. Os relatos incluem episódios de abandono da escola ainda na infância ou adolescência, seja devido ao preconceito sofrido no ambiente escolar, seja pela ausência de procedimentos institucionais capazes de acolher suas especificidades culturais. A escola, que em princípio deveria ser um espaço de formação, inclusão e proteção, revelou-se, para algumas, um local de constrangimento, invisibilidade e/ou hostilidade.

"Muita gente fala que não sofreu preconceito na escola, mas eu sofri muito. Tinha que mudar meu jeito de falar, de vestir, de ser. Era como se eu tivesse que esconder quem eu era. A escola não entende a nossa vida. A gente tem outros tempos, outras formas, e eles não respeitam. (...) A professora ficava vigiando a gente, qualquer coisa era briga. Eles acham que todo cigano é problema."

A maternidade e/ou o cuidado com a família aparecem como pontos centrais da vida de uma mulher cigana. Cuidar dos filhos, organizar a casa, e zelar pelo bem-estar dos familiares são responsabilidades da mulher na cultura cigana; e são também expressões de afeto. Muitas se percebem como pilares da estrutura familiar, assumindo esse papel com orgulho, fé e compromisso. Ser reconhecida como alguém que cuida e acolhe é vivido como fonte de afeto e realização. Assim, o vínculo com os filhos, em especial, é motivo de alegria e reforça a percepção de que sua presença é essencial para o equilíbrio da vida comunitária.

"É muito amor envolvido. Cuidar deles é como respirar, faz parte da gente. (...). O trabalho que a gente faz dentro de casa ninguém vê, mas sem ele nada funciona. (...). Cuidar da família é nossa responsabilidade, e fazemos com alegria. (...). A gente não descansa. Mas quando vê os filhos bem, dá até gosto."
"Tudo aqui depende da gente. Se a mulher parar, a casa para."

Dessa forma, percebe-se a força da centralidade da mulher nas dinâmicas familiares e sociais, ainda que sua posição pública pareça secundária. Esse papel de sustentação é reforçado por redes de apoio entre mulheres, especialmente entre irmãs, cunhadas, vizinhas e amigas. Há uma ética de solidariedade que fortalece os laços no interior do grupo - a dificuldade enfrentada por uma, torna-se oportunidade para que muitas ofereçam ajuda e apoio a quem necessita.

Esse cuidado compartilhado acontece diante de diversas situações, sejam elas decorrentes dos efeitos do machismo, da misoginia, da discriminação, de questões relacionadas à saúde mental e/ou de ordem ainda mais pessoal. Essa rede de cooperação extrapola as dimensões financeiras, estendendo-se ao cuidado emocional, à mediação de conflitos familiares e ao suporte nas práticas da maternidade.

“Mexeu com uma, mexeu com todas.”

Ainda que marcada por desafios, a experiência de ser mulher cigana é também permeada por alegria, pertencimento e fé. Muitas descrevem esse lugar identitário com palavras como “vibrante”, “única”, “especial”, “forte”, “guerreira”. Embora enfrentem o preconceito em espaços externos, encontram na comunidade um ambiente de mais acolhimento, reconhecimento e proteção. O orgulho de sua identidade resiste e permanece intacto, mesmo quando tensionado pelo medo ou insegurança.

“Ser cigana é sofrer alguns preconceitos na sociedade, mas no acampamento me sinto segura, forte e útil enquanto mulher.”

Para além do cuidado, ser mulher cigana também envolve saberes práticos como a produção artesanal, especialmente das próprias vestimentas, que é motivo de satisfação e um indicativo de independência, para muitas. A forma como se vestem, se expressam e conduzem suas rotinas traz evidências de uma força que ultrapassa os limites do espaço doméstico. Muitas mulheres se reconhecem como trabalhadoras, criativas, responsáveis e autônomas em relação aos seus parceiros - uma autoimagem positiva e construída ao longo da vida.

“Sou costureira das nossas próprias roupas ciganas e isso é um orgulho pra nós. (...). A gente se sente realizada quando faz o que gosta, quando cria com as próprias mãos. (...) Ser cigana é vibrante, é ter arte, é viver com alegria.”

Com o passar do tempo, muitas também relataram transformações importantes em relação à sua autonomia. Se anteriormente havia uma dependência quase exclusiva dos maridos, atualmente elas relatam ter concluído formações técnicas/educacionais, estão ativas no mercado de trabalho, participam de decisões familiares, além de assumirem outras tarefas sociais. Essa transição tem sido favorecida por um longo processo de amadurecimento coletivo, que inclui mudanças gradativas nas posturas masculinas e uma maior, ainda que restrita, inserção social.

“*Antes a gente era mais dona do lar. Hoje a gente amadureceu. Vai na rua, resolve as coisas. Teve mais maturidade. Era dependente total do esposo. Hoje a gente não é mais. (...). A gente aprendeu a ter voz. Antes nem opinava. Agora a gente fala, decide junto. (...). A gente foi conquistando respeito. Eles começaram a ver que a gente também sabe, também consegue. (...). Os tempos mudaram. A gente também mudou. Hoje a mulher cigana pode ter a vida dela.”*

As mudanças, contudo, não ocorrem de forma homogênea entre as famílias. Em determinados núcleos, ainda prevalece uma organização mais tradicional, na qual o papel da mulher segue centrado no cuidado doméstico e na dedicação integral à família. Nesses contextos, valores como discrição, preservação dos costumes e continuidade das práticas culturais são compreendidos como prioridades, de modo que, eventuais mudanças podem gerar questionamentos e/ou inseguranças quanto à preservação da identidade do grupo.

Mas ainda tem gente que ainda acha errado a mulher estudar, trabalhar fora. Dizem que vai perder o valor.

“Na minha comunidade tem muita resistência, ainda pensam que mulher tem que ficar calada.”; “Minha sogra não aceita que eu trabalhe. Ela diz que estou esquecendo da família.”

Assim, os papéis femininos assumem configurações singulares em cada contexto familiar. Enquanto algumas mantêm práticas aprendidas desde a infância, outras vem explorando novas possibilidades. Essa coexistência entre permanências e alternâncias compõem a dinâmica de vida, na qual cada mulher constrói, à sua maneira, um percurso dentro das condições e valores que as cercam.

O casamento em idade jovem foi relatado por várias mulheres como uma prática comum, vivida com naturalidade e, muitas vezes, como um valor

importante da cultura cigana. Para algumas delas, casar cedo representa um modo legítimo de construir a vida, formar família e assumir responsabilidades. Esse percurso é, por vezes, lembrado com carinho e orgulho, especialmente quando associado à escolha individual, afeto conjugal e à continuidade das tradições.

"Eu casei nova, mas fui muito feliz. Cuidei da minha casa, criei meus filhos e sou realizada."; "Na nossa cultura é normal casar mais cedo. A gente aprende a cuidar da família desde nova."; "Casei com 14 e tô com meu marido até hoje. Já passamos por muita coisa juntos."

Ao mesmo tempo, outras mulheres compartilham percepções diferentes sobre essa prática. Algumas expressam o desejo de proporcionar às filhas outras possibilidades de trajetórias, que permitam maior tempo de escolarização e autonomia antes do casamento. Os relatos sugerem um processo de mudança de rumo no interior da própria comunidade, em que o respeito pelas tradições dialoga com os novos anseios e escolhas. O que surge dessas vozes é a diversidade de vivências e visões sobre o tema, não como oposição, mas como parte da pluralidade de ser mulher cigana.

"Eu casei com 13. Hoje eu não quero isso pra minha filha, eu quero que ela estude."; "A gente pensa diferente agora. Não é que seja errado, mas eu quero que minha filha tenha mais liberdade."; "Tem menina que não quer casar nova, quer esperar mais. A gente conversa, deixa ela pensar."

As diferentes percepções sobre o casamento em idade jovem revelam, mais uma vez, que ser mulher cigana não é uma experiência única ou homogênea. Entre as gerações, convivem duas formas de entender o papel da mulher, os caminhos possíveis e os sentidos atribuídos às escolhas. Algumas seguem valorizando o casamento precoce como parte legítima de sua história e cultura; outras começam a desejar novos rumos para si e para suas filhas. Nenhuma dessas posições anula a outra, pelo contrário, revelam uma cultura em movimento, onde tradição e mudança coexistem, dialogam e se reinventam continuamente.

Por fim, as narrativas reunidas aqui evidenciam que ser mulher cigana é viver em um constante exercício de resistência, pertencimento e transformação. Ainda que enfrentem preconceitos históricos e barreiras institucionais, essas mulheres constroem trajetórias marcadas pela força, solidariedade e orgulho de sua identidade. Isso posto, a presença dessas vozes é, por si só, um ato político: elas reivindicam reconhecimento, respeito às suas características culturais e participação nas decisões que as atingem. E, ao romperem com silêncios, reafirmam seu direito de existir plenamente, com liberdade, valor e dignidade, consolidando o seu lugar no mundo, com a sua cultura.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Realização de censo demográfico/censo nacional específico para a população cigana, que deve integrar o censo demográfico nacional, em vista de ser um grupo étnico.
02	Acesso a políticas públicas e ações intersetoriais, desde a perspectiva étnica.
03	Identificação e visibilidade da população cigana na sociedade; no intuito de romper com estigmas, opressões e discriminações.
04	Serviços de saúde pública integral ao povo cigano. Embora haja lei específica para isso, é preciso oportunizar atendimentos humanizados e sensíveis à cultura cigana.
05	Que o ambiente escolar esteja institucionalmente preparado para promover educação cidadã inclusiva, com respeito às especificidades étnicas, tornando-se ambiente seguro e acolhedor, ao mesmo tempo que se efetive uma educação cidadã inclusiva.
06	Implementação de políticas públicas específicas para as demandas ciganas.
07	Serviços de saúde com acolhimento e sensibilidade às especificidades da mulher cigana. Promover capacitações do corpo técnico nos serviços de saúde, numa perspectiva de diversidade cultural e étnica.
08	Promover mutirões nas comunidades ciganas para acesso a documentação e demais políticas públicas.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.



Claudia Paramiri e sua mãe, Luiza da Silva, Para Poty, em frente a casa de reza na Aldeia Guarani Nova Esperança, Aracruz. Ancestralidade, conexão de gerações e resistência.

Foto de Zanete Dadalto

CAPÍTULO 12.2

MULHERES INDÍGENAS: PROTAGONISTAS ENTRE A HISTÓRIA E A CONTINUIDADE

Rosimery Soares Loiola
Sthéfany Gomes Tiburso
Emily Almeida

A presença nos territórios Guarani e Tupinikim, em Aracruz, foi marcada por um gesto de escuta e respeito às especificidades de cada povo. As rodas de conversa aconteceram em dois momentos distintos, realizados em seus respectivos territórios, reconhecendo que, embora compartilhem a luta pela permanência e dignidade, os povos Guarani e Tupinikim têm histórias, modos de organização e identidades próprias.

Ao todo, participaram 24 mulheres indígenas, cujas vozes refletem uma diversidade de experiências e visões de mundo. A escuta foi construída com tempo, com o corpo presente e com o compromisso de não homogeneizar vivências, mas de compreender cada fala a partir do lugar de onde vem. Mais do que participantes de uma pesquisa, elas se colocaram como narradoras de suas trajetórias, atravessadas pela força do território, da cultura e das relações coletivas.

A escuta foi orientada por um cuidado metodológico, que reconhece a especificidade das mulheres indígenas enquanto detentoras de direitos e constituídas de saberes de grande relevância cultural. Longe dos apontamentos de vulnerabilidade, o encontro evidenciou as complexidades e potências de ser mulher indígena no Espírito Santo hoje. A partir das falas, emergiram temas como trabalho, crise ambiental, impactos de grandes empreendimentos, demanda por políticas públicas nos territórios e afirmações identitárias ligadas à linguística, à ancestralidade e ao papel das mulheres na coletividade. O que se ouviu ali foi afirmação de existência e de futuro.

A importância de viver na aldeia, preservar a língua e transmitir os saberes tradicionais foi um dos aspectos mais presente na fala das mulheres que participaram das rodas. Isso nos fez refletir acerca da ideia central de Eliane Potiguara, reiteradamente expressa em seus discursos, a de que as mulheres indígenas são memória viva de suas nações: são aquelas que carregam o fio da história e o alimento da continuidade.

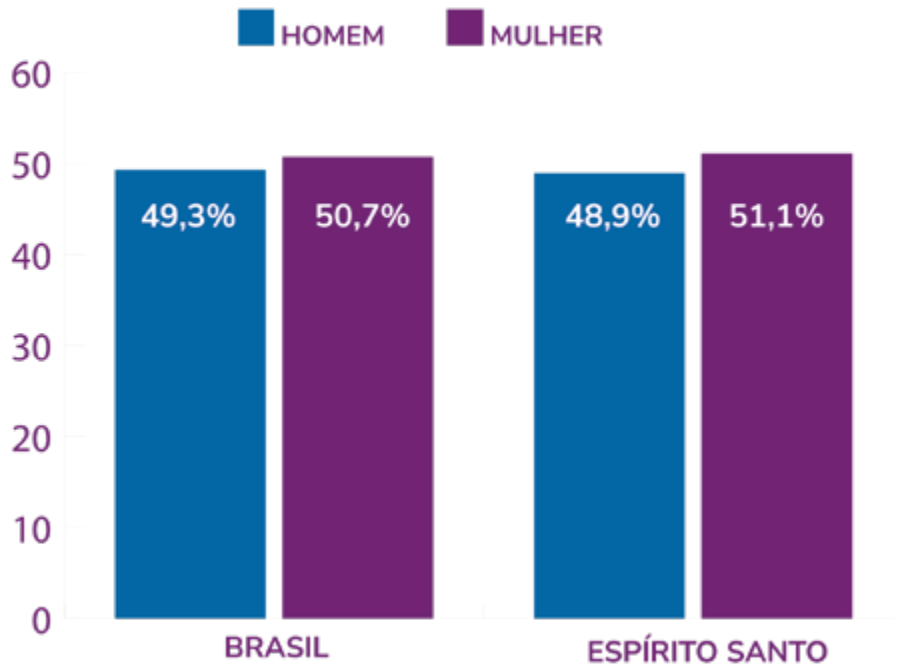
Mesmo diante das adversidades cotidianas, suas falas estavam marcadas pelo desejo de permanecer, de cultivar e de ensinar. Quando uma delas diz “temos a nossa cultura, temos nossa língua, temos que morar na aldeia”, está reafirmando que sua existência não é uma adaptação, mas a permanência de um modo de vida ancestral que resiste.

As mulheres expressaram que suas vidas são atravessadas por dificuldades, mas, que não se resumem a elas. Elas cuidam do território, sustentam suas famílias, mantêm viva a cultura, organizam as outras mulheres e sonham com um futuro possível. Tal percepção sobre o se ver e estar no mundo, converge com o pensamento de Ailton Krenak (2019) quando nos convida a pensar que “o mundo não acabou, porque ainda existem rios, florestas e povos que resistem” (2019, P.15). Elas têm consciência de que o futuro de seu povo está sendo costurado pelas mãos, pelos corpos e pelas palavras das mulheres indígenas.

MULHERES INDÍGENAS: ASPECTOS GERAIS

Segundo dados do IBGE (2022), no Brasil, do total de pessoas, 0,8% são indígenas. No Espírito Santo esse percentual é de 0,4%. Dentro das pessoas que se autodeclararam indígenas, tanto no Brasil quanto no Espírito Santo, a maioria são mulheres (representando 50,7% e 51,1% respectivamente).

Gráfico 1 - Percentual de mulheres indígenas



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2022

Ainda segundo o censo de 2022, do total de mulheres que se autodeclaram indígenas, a maior parte vive fora de territórios oficialmente demarcados. No Brasil, apenas 35,3% das mulheres vivem em terras indígenas, enquanto que no Espírito Santo esse dado é de 30,8%. As localidades indígenas, desde a nomenclatura utilizada pelo IBGE, são territórios onde há aglomerados de pessoas indígenas que vivem permanentemente no lugar. De acordo com essa

Foto de Zanete Dadalto

As rodas de conversa e os formulários foram importantes técnicas utilizadas na pesquisa.

nomenclatura, no Espírito Santo existem 16 localidades Indígenas, conforme Tabela 1.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelecem que os povos indígenas têm direito à educação diferenciada, bilíngue, comunitária e intercultural. O Decreto nº 6.861 de 2009 e a Resolução CNE/CEB nº 5 de 2012 regulamenta esse direito, garantindo a participação das comunidades na construção dos projetos pedagógicos e reconhecendo o papel dos professores indígenas como educadores e mediadores de seus próprios saberes.

Segundo o Censo IBGE, é alfabetizada a pessoa que sabe ler e escrever pelo menos um bilhete simples ou uma lista de compras, no idioma que conhece, independentemente de estar ou não frequentando escola ou ter concluído períodos letivos. Os dados do Gráfico 2 mostram que a taxa de alfabetização das pessoas indígenas é maior entre os homens, com uma diferença de 1,4 pontos percentuais a menos para as mulheres no Brasil, e 2,7 pontos percentuais no Espírito Santo.

No campo da saúde, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), instituída pela Portaria nº 254 de 2002, é operacionalizada por meio do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS). O modelo prevê atendimento diferenciado, territorializado e participativo, por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), com destaque para o DSEI Leste, que abrange o Espírito Santo. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), criada em 2010, coordena as ações voltadas aos povos indígenas, em diálogo com os conselhos locais e as organizações comunitárias. Entre os princípios da política está o reconhecimento das práticas tradicionais de cuidado, como o uso de ervas, os rituais espirituais e a atuação de parteiras nas comunidades.

Tabela 1 - Localidades Indígenas no Espírito Santo

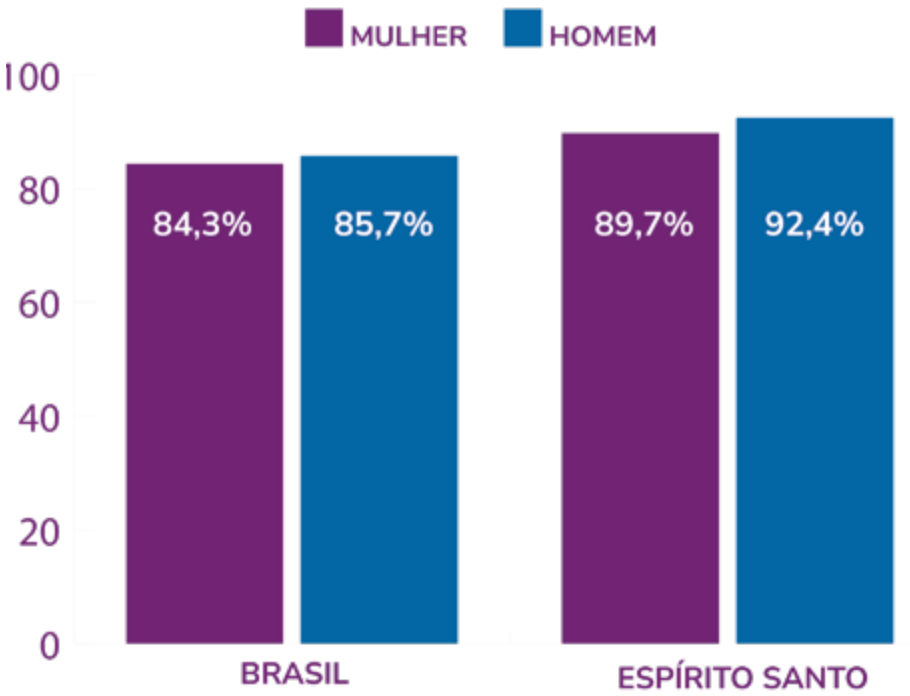
Município	Aldeia
Anchieta	Aldeia Indígena Chapada do Á
Aracruz	Aldeia Indígena de Caieiras Velha
	Aldeia Indígena Pau Brasil
	Aldeia Indígena Comboios
	Aldeia Indígena Novo Brasil
	Aldeia Indígena Boa Esperança
	Aldeia Indígena Irajá
	Aldeia Indígena Córrego do Ouro
	Aldeia Indígena Areal
	Aldeia Indígena Sauê
	Aldeia Indígena Nova Esperança
	Aldeia Indígena Piraquêaçu
	Aldeia Indígena Três Palmeiras
	Aldeia Indígena Amarelo
Conceição da Barra	Aldeia Indígena Jacó Pataxó
Linhares	Aldeia Indígena Areal de Linhares

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2022.

Claudia Paramiri, na sua casa na Aldeia Guarani Nova Esperança, Aracruz. O artesanato indígena envolve uma série de conhecimentos e técnicas ancestrais.

Foto de Zanete Dadalto

Gráfico 2 - Taxa de alfabetização das pessoas indígenas de 15 anos ou mais



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2022

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs), previstas nas diretrizes do Ministério da Saúde, também devem dialogar com os saberes indígenas e fortalecer experiências que envolvam o cuidado tradicional, especialmente no campo da saúde da mulher, da gestação, do parto e do pós-parto. A incorporação das parteiras e das práticas ancestrais nos serviços de atenção básica é compreendida como parte da garantia de um atendimento integral, que respeite os modos de vida dos povos indígenas e valorize o território como espaço de cuidado.

Apesar dos avanços no campo jurídico, a luta continua e as mulheres indígenas têm papel preponderante nesse processo. Há uma consciência coletiva entre as mulheres, evidenciada na fala de uma das participantes: ***"a possibilidade [de vencer] está na crença de que esta é uma luta coletiva"***.

Essa frase reforça a clareza e a certeza na vida compartilhada, buscando-se na elevação da mulher indígena o fortalecimento de saberes e fazeres dos povos originários, e o reconhecimento de sua profunda relação com o seu território de origem, e com a natureza. Esperando-se com esses movimentos, garantir que tais direitos possam ser consolidados, mediante uma articulação com toda a sociedade.

Permanecer, para esses povos, é um ato político e epistemológico de futuro — uma afirmação de que eles existiam antes da formação do Estado e perduram, ainda hoje, não como memória, mas como presença viva em seu território genuíno.

O QUE É SER MULHER INDÍGENA NO ESPÍRITO SANTO?

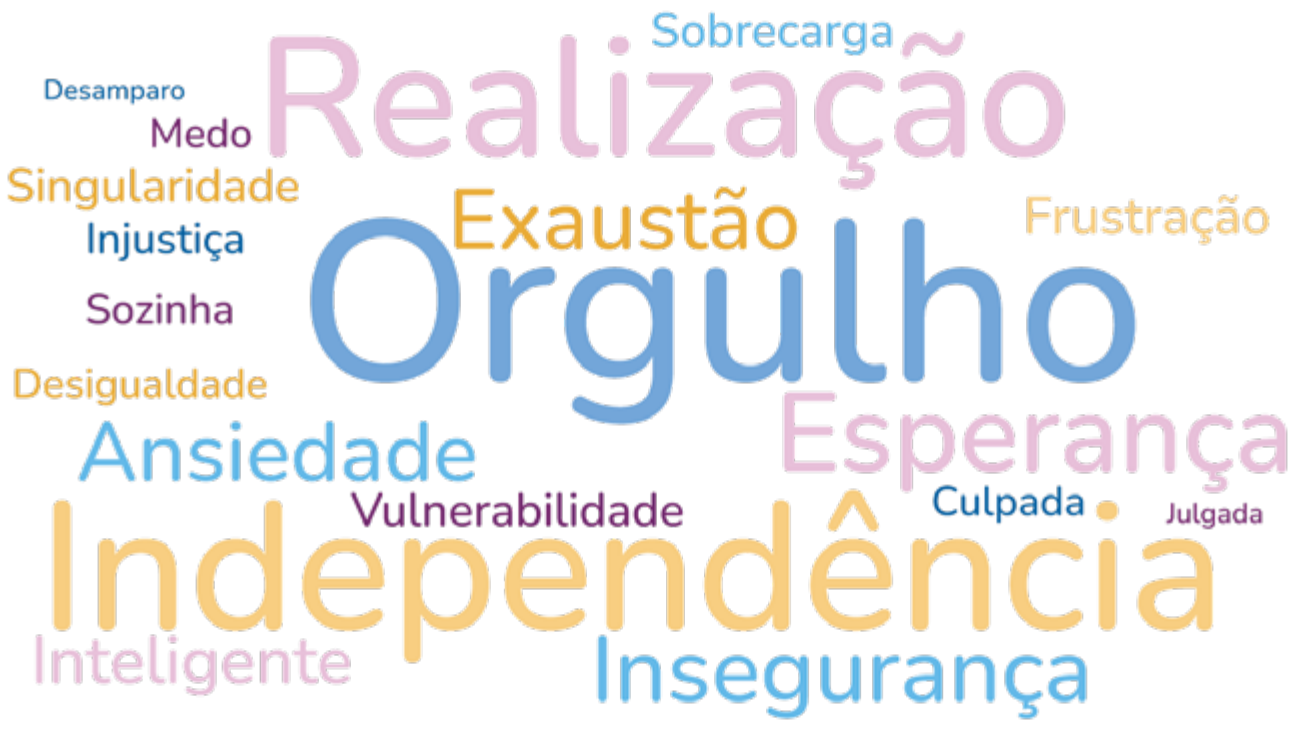
"Ser mulher indígena é lutar pelo seu povo, pelo seu território".

A frase, dita com firmeza por uma das participantes da roda de conversa, apresenta uma força que ecoa nas narrativas de outras mulheres indígenas, gerando uma percepção unânime de ser como a fibra. Perguntadas acerca do significado de ser mulher indígena, as respostas eclodiram em vigorosa expressividade, traduzindo-se por: ser forte, ser batalhadora, e, ser responsável pela manutenção da casa, pela reverberação e valorização da sua cultura, pelos filhos, pela continuidade de seu povo.

Entre as mulheres Guarani, o ser mulher indígena está relacionado à permanência no território e com a preservação da identidade cultural e da língua. ***"Temos a nossa cultura, temos nossa língua, temos que morar na aldeia"***, disse outra participante. O sentido de pertencimento aparece como condição de existência.

Ao mesmo tempo, o cuidado com os filhos, o trabalho com o artesanato e a sustentação da casa foram apontados como parte da existência e do esforço diário, a cada novo

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

Cacica Marcela, da etnia Tupiniquim, no preparo da refeição para a família em Aracruz.

Foto de Janete Diniz

alvorecer. ***"É uma luta para sobreviver por causa do cuidado com os filhos, trabalhar com artesanato para sustentar os filhos e muito mais".***

Já entre as mulheres Tupinikim, o que apareceu com mais força foi o enfrentamento cotidiano ao preconceito. ***"Somos muitas vezes criticadas por ser indígena"***, disse uma das participantes. Outra completou: ***"Por sermos mulheres, já sofremos preconceito. Sendo mulher indígena, isso aumenta."*** Apesar disso, o orgulho em ocupar esse lugar foi reafirmado: ***"Tenho orgulho de ser uma mulher indígena, pois nós somos guerreiras e batalhadoras em tudo que fazemos".***

A força que essas mulheres reivindicam também pode ser observada nas formas de organizar a vida, de repassar os saberes, de construção da coletividade. ***"Ser mulher indígena é emanar a força que temos dentro de nós e repassar o que recebemos"***, foi compartilhado na roda pelas mulheres Tupinikim, apontando para uma noção de continuidade que não se limita ao sangue, mas que passa pela escuta, pela fala e pelo exemplo.

A noção de força apareceu de forma recorrente. ***"Ser mulher indígena é ser forte, resistência, resiliência, uma guerreira em busca de um futuro melhor para nós e nosso povo",*** disse uma das participantes.

As falas revelaram uma prática constante de ensinar — aos filhos, às outras mulheres, à comunidade. Seja no artesanato, no uso das ervas, na preservação da língua ou nas formas de viver e se relacionar com a natureza, elas exercem um papel pedagógico fundamental que muitas vezes é ignorado. As mulheres indígenas são educadoras do território, detentoras de uma pedagogia ancestral que ensina também pela escuta e pela convivência.

Entre os temas recorrentes nas rodas de conversa com as mulheres Guarani e Tupinikim, o trabalho aparece como questão central, mas com nuances distintas entre os dois povos. As mulheres relataram dificuldades concretas para acessar fontes de renda e permanecer em seus territórios, especialmente aquelas que são mães solo. ***"A dificuldade de achar emprego... o que eu mais quero é ajudar as pessoas dentro da comunidade"***, afirmou uma mulher Guarani, revelando não apenas a busca por renda, mas o desejo de contribuir com a coletividade sem precisar deixar o território. Suas falas expressam uma relação direta entre geração de renda, permanência na aldeia e fortalecimento da comunidade.

Já entre as mulheres Tupinikim, embora também houvesse menções às dificuldades econômicas, houve destaque para estratégias de organização produtiva que vêm sendo criadas no interior da própria comunidade. ***"Enfrentei muitos desafios em relação à saúde da minha filha, por não conseguir ninguém para cuidar dela enquanto trabalho. Mas isso não me impediu de fazer meu artesanato e hoje tenho meu ateliê na comunidade"***, relatou uma mulher Tupinikim. Essas experiências revelam iniciativas de enfrentamento às desigualdades por meio da produção cultural e do empreendedorismo local. A partir dessas falas, torna-se evidente que o trabalho feminino nos territórios indígenas está diretamente relacionado ao cuidado, à autonomia e à permanência.

A força coletiva é a marca que elas fazem questão de sustentar. No entanto, não se confunde com romantizações. Ela é forjada na resistência e sustentada pelo enfrentamento ao racismo. As palavras "força", "batalhadora", "resistência" e "guerreira" surgiram com frequência, mas nunca de maneira vazia. Cada uma dessas expressões estava carregada de experiências de enfrentamento à exclusão do mercado de trabalho, ao preconceito racial e de gênero, às dificuldades cotidianas de conciliar cuidado com produção e à demanda por mais políticas públicas estruturantes nos territórios.

Ao mesmo tempo em que enfrentam preconceitos e limitações concretas, essas mulheres se posicionam

Foto de Zanete Dadalto

Renata Bento, da etnia Tupiniquim, entende que empreender usando elementos culturais é uma forma de resistência e valorização.

como protagonistas da sua própria história — não como exceções, mas como parte de uma continuidade de luta e cuidado que atravessa gerações.

As informações obtidas por meio dos formulários confirmam que todas as participantes vivem em territórios indígenas localizados na zona rural do município de Aracruz. Ainda que localizadas em áreas oficialmente reconhecidas como indígenas, essas aldeias enfrentam carência de infraestrutura básica, precariedade de equipamentos públicos e serviços essenciais.

Entre as mulheres que responderam ao questionário, emergem trajetórias marcadas por múltiplas responsabilidades e saberes, nas quais o cuidado, a sustentação das famílias e a dedicação à comunidade se entrelaçam com firmeza. Em relação à escolaridade, 45,8% possuem ensino médio completo, 29% das participantes possuem o ensino fundamental incompleto, 17% completaram o ensino fundamental e uma mulher teve acesso ao ensino superior. Também houve o registro de uma participante que nunca frequentou a escola.

A centralidade das mulheres na organização da vida comunitária e na sustentação econômica é evidenciada pelo fato de que 42% delas se identificaram como as principais provedoras da família. Este dado sublinha não apenas a responsabilidade financeira, mas também o papel fundamental que exercem no núcleo familiar.

Em relação à maternidade, 87,5% das participantes têm filhos, com diferentes composições familiares, e 50% se declararam mães solo, ou seja, responsáveis sozinhas pelo cuidado dos filhos. Além disso, muitas relataram cuidar de outros membros da família, como netos, sobrinhos ou pessoas idosas, reforçando a multiplicidade de funções que exercem no cotidiano das aldeias. Esses dados, analisados em conjunto, revelam a potência de mulheres que sustentam suas comunidades com trabalho, cuidado e saberes compartilhados. Elas assumem múltiplos papéis com firmeza e consciência de sua importância para a continuidade da vida no território.

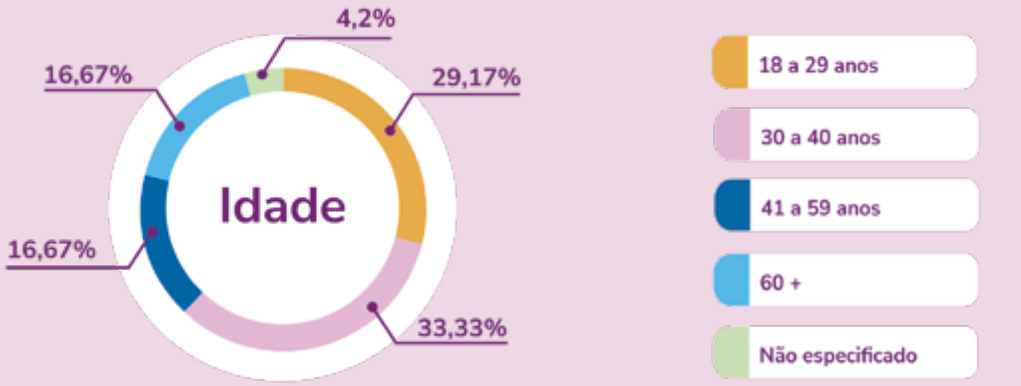
De modo geral, tanto mulheres Guarani quanto Tupinikim expressaram sentimentos que oscilam entre o orgulho por suas trajetórias e a sobrecarga provocada pela soma de responsabilidades. A recorrência de palavras como realização, orgulho e independência revela uma consciência viva de si, ainda que em contextos desafiadores.

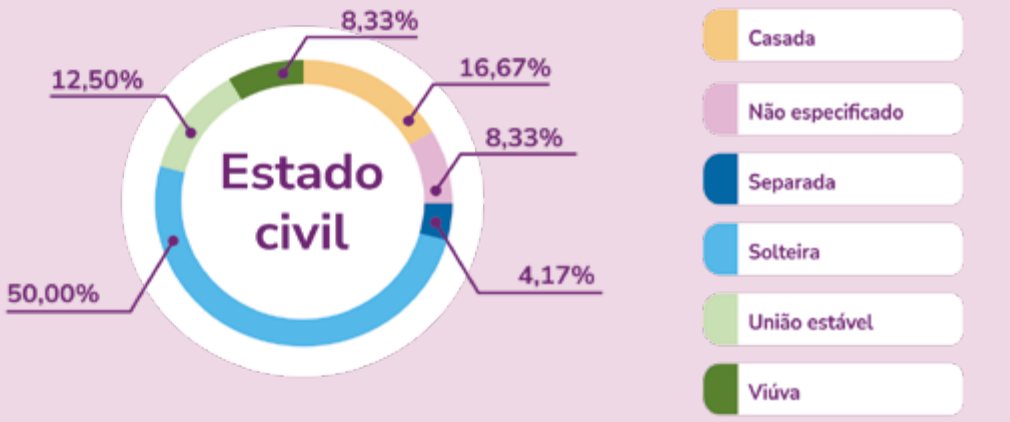
No campo da saúde, as mulheres Guarani relataram maior dificuldade na relação com os serviços convencionais, especialmente no que diz respeito à saúde da mulher e à assistência durante o parto. Elas compartilharam vivências marcadas pelo conflito entre o saber hospitalar e o saber das parteiras indígenas, fato que já está instituído nas Práticas Integrativas e Complementares (PICs), previstas no SUS.

Fato presente no que é ser mulher indígena é também ter um sentimento de preocupação e sofrimento em relação aos processos de opressão e racismo, não só os vivenciados por elas, mas pelos seus filhos. A saída dos filhos dos territórios, para estudar, por exemplo, torna-se um sentimento de preocupação, pois sabem que os filhos e netos podem sofrer racismo e até mesmo adoecimento emocional – fatos relatados com episódios duros e preocupantes que levam, muitas vezes, à evasão escolar.

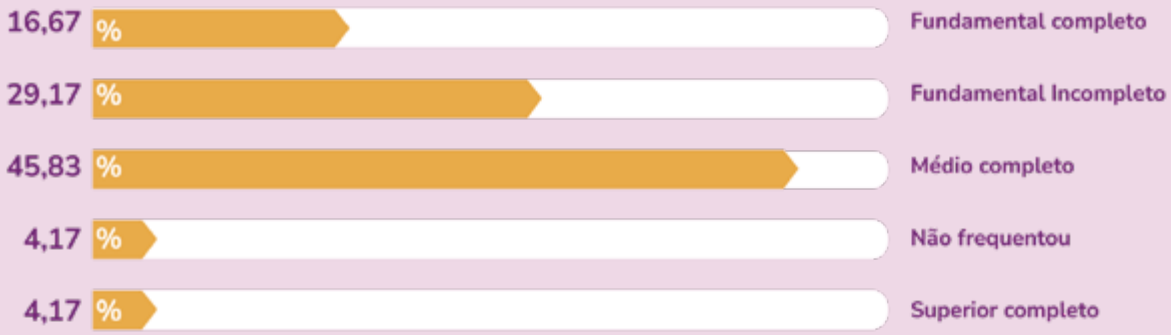
Além das crianças, as mulheres também relataram, preocupadas, constrangidas, revoltadas, que já chegaram a ser demitidas após se identificarem como mulheres indígenas ou por pintarem seus corpos com símbolos de pertencimento cultural. A luta dessas mulheres, portanto, não é apenas pela permanência das crianças na escola ou pelo reconhecimento de seus saberes, mas por uma sociedade que não as adoeça por serem quem são.

Perfil das
Mulheres Indígenas





Escolaridade





Raça/cor/etnia

96%
Indígenas

4%
Brancas

42%
São as principais provedoras da família

87%
Cuidam de alguém

58%
Cuidam dos filhos

42%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

12%

Estudam e trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

87%
Têm filhos

82%
Têm dois ou mais filhos

50%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa



Luiza da Silva - Para Poty. As roças de milho significam soberania alimentar e territorial, cultura e ancestralidade. Aldeia Guarani Nova Esperança, Aracruz.

Foto de Zanete Dadalto

Mas essas experiências não estacionam essas mulheres, pelo contrário, elas se motivam a liderar processos coletivos de mudança e transformação. Organização social, mobilização e auto responsabilização são formas concretas e vivas que as mulheres Guarani e Tupinikim protagonizam enquanto fios da história e o alimento da continuidade nos seus territórios e para fora deles.

"Ser mulher indígena é também desejar transformação. (...) Organizar as mulheres no território é um desafio. Mas é também uma possibilidade: lutar pelos direitos, pela organização e pelos filhos".

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Melhorar transporte escolar, incluindo pontos ao logo das estradas vicinais, sobretudo em período de chuva.
02	Melhorar e garantir o abastecimento de água em todas as comunidades, de forma contínua e com qualidade, independente do período.
03	Formação e qualificação continuada de equipe de saúde, sobretudo no conhecimento e respeito às garantias estabelecidas na PNASPI e às PICs.
04	Reconhecimento, proteção e respeito ao trabalho das parteiras, como parte legítima das políticas de saúde, especialmente dentro das diretrizes das Práticas Integrativas e Complementares (PICs), já previstas no SUS.
05	Ações educativas e cidadãs para enfrentar todas as formas de racismo, opressão e preconceito contra os povos indígenas.
06	Ações e projetos concretos de redução dos impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.



Maria Plaster Potratz, conhecida como Maricha, 87 anos. Neta de pomeranos, ela exibe com carinho os aprendizados e atividades que realiza em Barra do Rio, Santa Maria de Jetibá.

Foto de Zanete Dadalto

CAPÍTULO 12.3

MULHERES POMERANAS: ORGULHO, TRADIÇÃO E PERTENCIMENTO

Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

Ser uma mulher pomerana é carregar na rotina, nos gestos e nas palavras uma história marcada por resistência, fé, tradições culturais e pertencimento. As rodas de conversa com esse grupo, realizadas em cinco municípios capixabas (Domingos Martins, Santa Maria de Jetibá, Laranja da Terra, Vila Pavão e Pancas) reuniram, ao todo, 52 mulheres em encontros de profunda escuta, partilha de vivências e trocas de saberes. Quatro das rodas ocorreram presencialmente, e uma no formato online, respeitando as dinâmicas e particularidades de cada território.

Cada encontro foi marcado por uma atmosfera de acolhimento que é, por si só, uma expressão da cultura pomerana. O café colonial, servido com carinho - com direito a Brot, Spitsbuben Kuchen, Schmierkäse, Wurst e até chá artesanal - acompanhou conversas que transitaram por memórias de infância, histórias de luta, religiosidade,

identidade, aspectos histórico-culturais e modos de viver e sobreviver.

Mulheres que, no início, pareciam tímidas, encerraram os encontros entoando cantigas antigas e relembrando com emoção suas tradições; outras, com olhar mais entusiasta, nos apresentaram produções literárias, audiovisuais, musicais e espaços que reafirmam o valor de suas raízes.

Algumas se expressaram em pomerano com naturalidade; houve as que, embora compreendessem a língua, não a falavam com fluência; enquanto outras cresceram sem aprender o idioma. Essa diversidade de trajetórias, experiências e vínculos também atravessou os encontros, revelando que não há uma única forma de ser mulher pomerana - há muitas.

Foram momentos ricos e afetivos, em que a escuta coletiva revelou uma multiplicidade de experiências permeadas por desafios e conquistas. Aqui não deixamos apenas um registro, mas um convite à valorização de uma cultura que resiste ao tempo e se reinventa pelas mãos, vozes e caminhos trilhados pelas mulheres pomeranas.

POMERANAS: ASPECTOS GERAIS

Os pomeranos compõem um grupo étnico-cultural, cuja presença no Espírito Santo remonta ao século XIX. Vindos da antiga região da Pomerânial, milhares de imigrantes chegaram ao Brasil a partir de 1858, inicialmente na região de São Lourenço do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, e ao Espírito Santo a partir de 1859, em Porto do Cachoeiro, atual município de Santa Leopoldina.

Atualmente, o Espírito Santo concentra a maior parte dos descendentes pomeranos do país. Estima-se que entre 120 mil e 130 mil pessoas mantenham viva essa herança em solo capixaba, sobretudo, em áreas rurais dos municípios de Santa Maria de Jetibá, Laranja da Terra, Vila Pavão, Domingos Martins, Pancas, entre outros , conforme Mapa 1.

O reconhecimento oficial desse povo como comunidade tradicional veio com o Decreto nº 6.040/2007, que incluiu os pomeranos entre os povos e comunidades tradicionais do Brasil. Desde então, diversas ações têm sido desenvolvidas para proteger esse patrimônio imaterial. No Espírito Santo, a língua pomerana foi oficializada em vários municípios, e o PROEPO (Programa de Educação Escolar Pomerana) tem fortalecido sua presença nas escolas, promovendo não apenas o uso do idioma, mas também a valorização da identidade cultural.

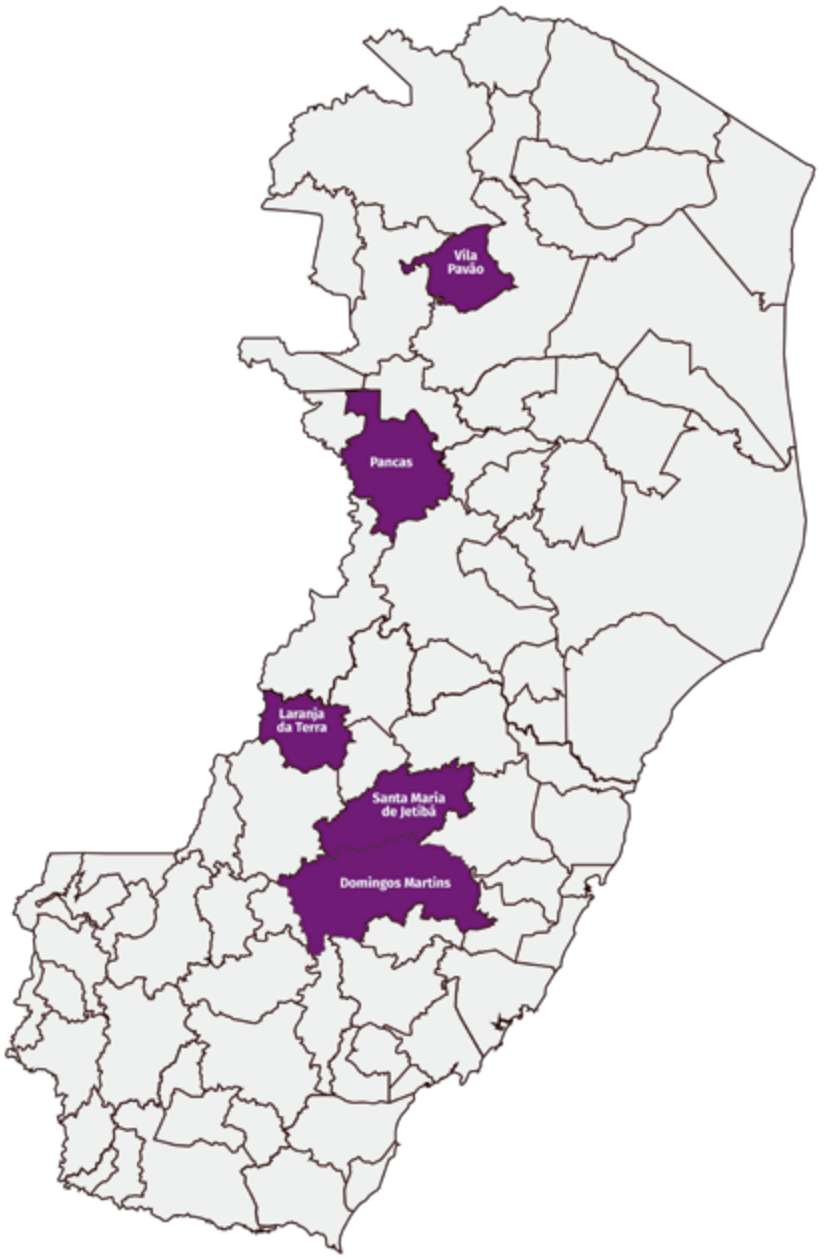
Contudo, a resistência pomerana também se manifesta nos rituais, festas religiosas, cantigas, danças, culinária e formas de organização comunitária. A língua pomerana - ainda falada e compreendida por parte significativa da população - convive com o português e, em alguns casos, com o alemão, sendo reconhecida como patrimônio cultural imaterial do estado.

No calendário oficial do Espírito Santo, celebra-se em 28 de junho, o Dia do Imigrante Pomerano. A data foi instituída pela Lei nº 9.258/2009, posteriormente revogada e substituída pela Lei nº 11.212, de 29 de outubro de 2020, reforçando o reconhecimento da contribuição pomerana na formação histórica, cultural e social do estado. [3]

Além da legislação estadual, há proposições em nível federal voltadas ao reconhecimento da cultura pomerana. Entre elas destaca-se o Projeto de Lei nº 2.145/2022, ainda em tramitação no Congresso Nacional, que propõe

[1] Embora a região de origem tenha sido extinta politicamente, as expressões culturais pomeranas seguem vivas e pulsantes em diversas comunidades brasileiras, com destaque para o território capixaba. FOERSTE, E.; BORN, J.; DETTMANN, J. M. (2019); MORELLO, R.; SILVEIRA, M. (org.), (2022).

Mapa 1 - Cidades com maiores proporções de pessoas com descendência pomerana no Estado do Espírito Santo.



Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

declarar como patrimônio cultural imaterial do Brasil a prática da língua, dos costumes e das tradições desse povo. Merece menção também o PL nº 1.150/2022, que visava instituir o Dia Nacional do Imigrante Pomerano, mas que não avançou na tramitação legislativa.

O QUE É SER MULHER POMERANA NO ESPÍRITO SANTO?

Para muitas das participantes, ser mulher, de forma geral, é sinônimo de força. É estar à frente da casa, da família e do trabalho com coragem, resiliência e sabedoria, mesmo diante das dificuldades. A palavra "guerreira" aparece repetidamente como marca identitária, quase como um sobrenome coletivo. É a mulher que constrói e sustenta a família, é quem cria filhos e netos, e que enfrenta o mundo com dignidade, mesmo quando a vida impõe medo, dor ou limitações. Mas não se trata apenas de resistência: há também orgulho, sensibilidade e um forte senso de realização, mesmo quando a trajetória foi marcada por sacrifícios.

Ao serem convidadas a nomear os sentimentos que mais representavam o ser mulher, destacaram-se algumas palavras que sintetizam afetos e vivências compartilhadas. O orgulho apareceu em 82,6% das respostas, refletindo o reconhecimento pela caminhada percorrida. A realização (60,87%) e a esperança (58,7%) também tiveram forte presença, revelando não apenas satisfação pessoal, mas o desejo de continuar sonhando e resistindo. Já palavras como independência (36,96%), singularidade (34,78%) e exaustão (32,61%) evidenciam a complexidade de papéis assumidos e a tensão entre o cuidado com o outro e a preservação de si.

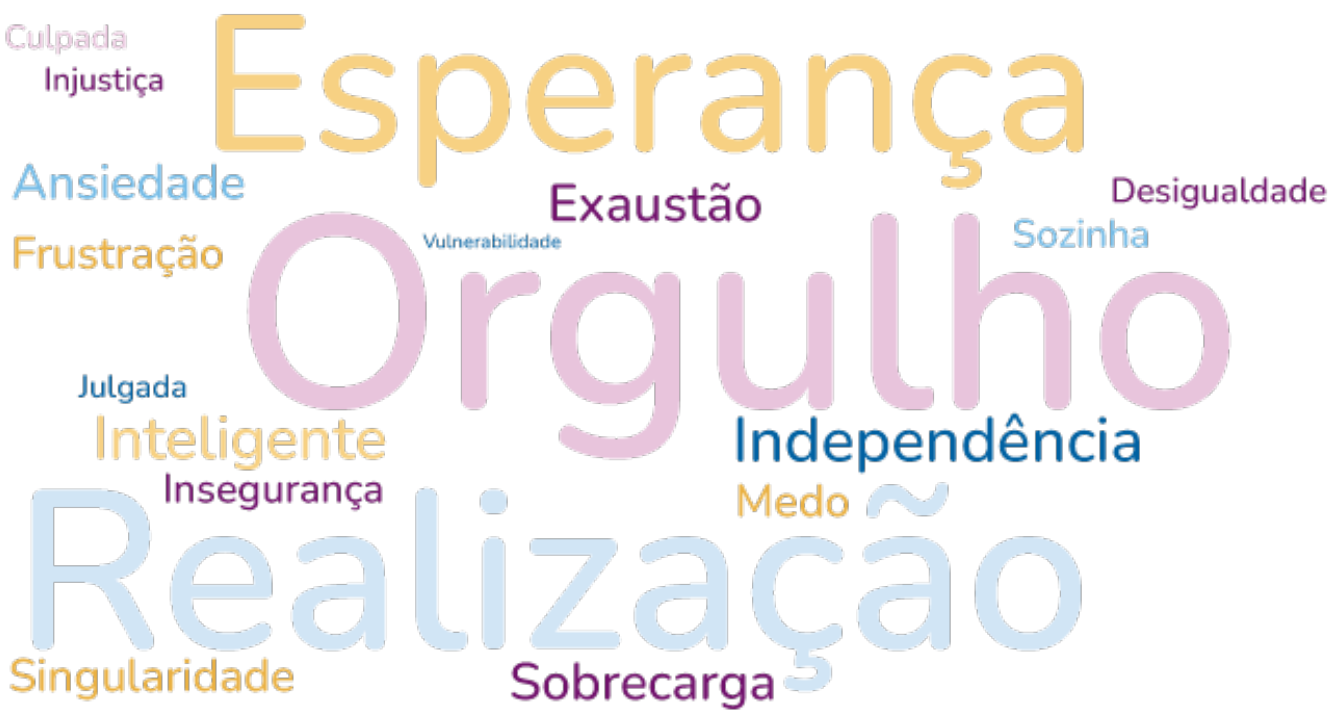
Entre os relatos, emergiu a percepção de que ser mulher é também sinônimo de cuidado, não apenas no sentido prático, mas afetivo. Das participantes, 94% relataram



Foto de Zanete Dadalto

As rodas de conversa foram momentos de troca de experiência entre as participantes.

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

Foto de Zanete Dadalto

As rodas de conversa foram momentos dialógicos entre as participantes. Flora e Maria Helena, mãe e filha.

ser mães, e, entre elas, 80% possuem dois ou mais filhos. Além disso, 58% afirmaram cuidar de alguém, sendo que 37% mencionaram cuidar de mãe ou pai e 17% de filhos.

Mãe, avó, cuidadora, amiga: os papéis se sobrepõem, muitas vezes relegando a própria mulher ao segundo plano. Em algumas falas, esse cuidado é descrito como missão, dádiva, privilégio. Em outras, como peso que exige reinvenção constante para manter o equilíbrio entre o que se deseja e o que se espera dela. A responsabilidade social atribuída à mulher como "exemplo da família" também surge como uma cobrança silenciosa intergeracional.

Dessa maneira, ser mulher, nesse contexto, é viver entre o orgulho e a sobrecarga. É ser múltipla, sem perder a singularidade. As falas revelam uma identidade que não se limita a um único modelo: há espaço para a religiosidade, para a autonomia, para a luta por direitos e para o desejo de liberdade. Por isso, ser mulher é, para muitas, um desafio constante, mas é também alegria, realização, doçura e sentido. É estar no mundo com coragem e afeto, marcando presença na família, no trabalho e na comunidade, mesmo que, por vezes, em silêncio.

Os relatos apontam que ser uma mulher pomerana é, acima de tudo, motivo de orgulho. Orgulho por carregar a força de uma história marcada por luta, trabalho e preservação cultural. As falas revelam o quanto essa identidade está conectada com a vida cotidiana: no idioma, na religiosidade e nas tradições familiares. O sentido de ser mulher pomerana aparece, ao mesmo tempo, como herança e como tarefa: preservar costumes, transmitir a língua e garantir que a cultura não desapareça.

"Tenho orgulho de ser pomerana."

"É gratificante, eu me sinto uma guerreira."

"Mulher de garra, honestidade e luta constante."

A transmissão da cultura pomerana é percebida como um dos principais papéis atribuídos às mulheres dentro das famílias e das comunidades. Elas não apenas falam a língua e praticam os costumes, mas também se reconhecem como guardiãs dessa herança. Muitas relatam ter aprendido com suas mães e avós desde a infância, e hoje, assumem essa responsabilidade por propagar esse legado a filhos e netos.

Um papel que se traduz em ensinar o idioma, preservar receitas culinárias, manter tradições religiosas e valorizar as raízes, a despeito das transformações trazidas pela modernidade. A continuidade da cultura é vivida não apenas como missão, mas também como afeto, orgulho e pertencimento. Portanto, há um reconhecimento claro de que são protagonistas na preservação da memória coletiva, com uma posição simbólica de guardiãs da história.

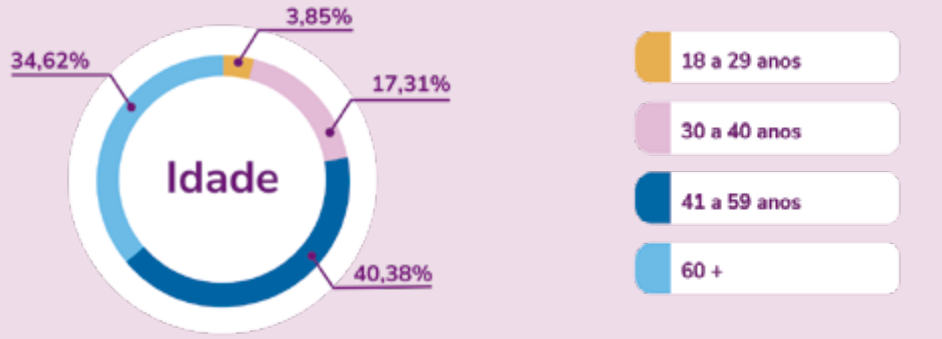
"Minha mãe me ensinou a fazer tudo, tudo. E hoje eu sou muito grata a ela. (...) Desde pequena eu ouvia meu pai e minha mãe falando em pomerano, e isso me marcou. (...) Ensinei minhas filhas a falarem pomerano desde pequenas, pra não deixar morrer."

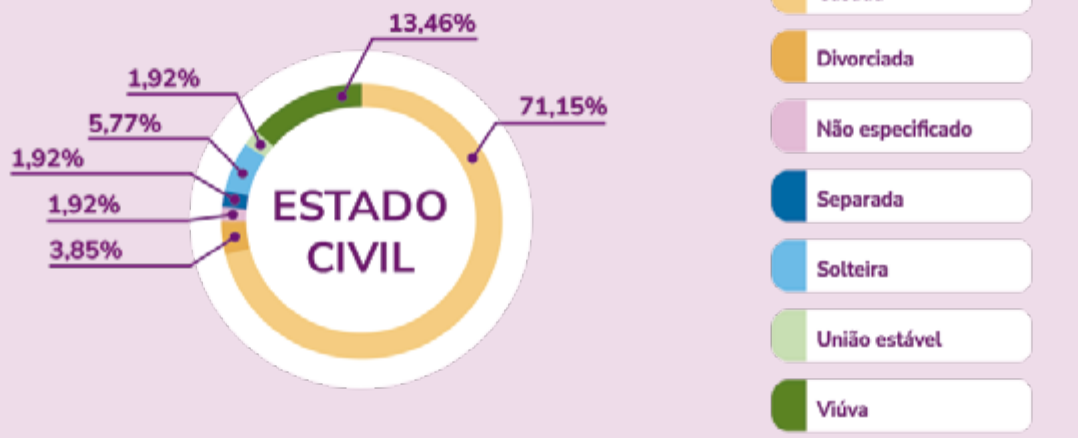
A responsabilidade assumida de guardiãs culturais, contudo, é atravessada por desafios. Algumas mulheres relataram que, por muito tempo, sentiram vergonha de falar em pomerano fora do ambiente familiar, por medo do preconceito. Houve quem escondesse a identidade para evitar discriminação, e esse apagamento acabou sendo reproduzido, ainda que de forma inconsciente.

O orgulho atual, portanto, é resultado também de um processo de ressignificação. Ao resgatarem esse passado, as mulheres demonstram um olhar crítico, como também o desejo de transformação. O que antes era motivo de silêncio e invisibilidade, agora passa a ser defendido com mais força, consciência e sentido de pertencimento.

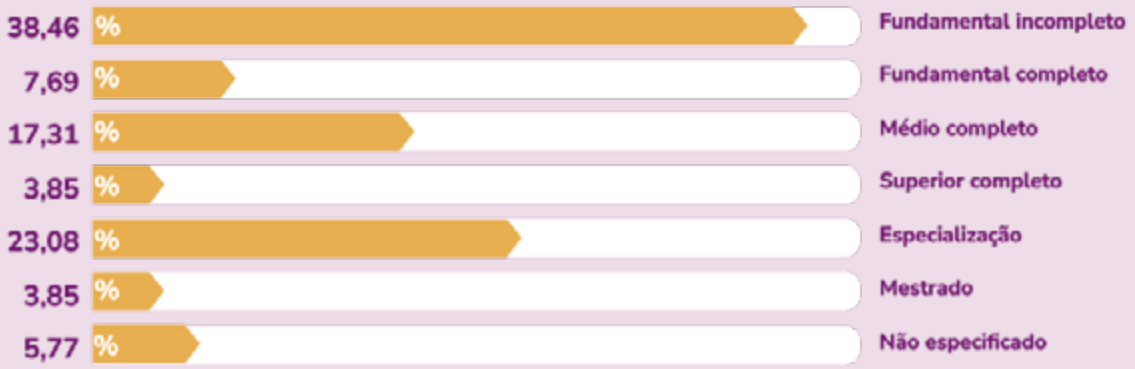
Perfil das

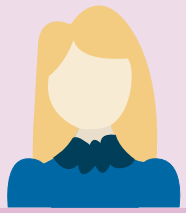
Mulheres Pomeranas





ESCOLARIDADE

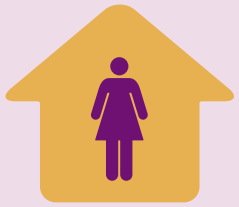




Raça / Etinia / Cor

96%
Branca

4%
Parda



40%
São as principais provedoras da família



58%
Cuidam de alguém

37%
Cuidam dos pais

27%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.



25%

Não trabalham fora e dedicam a maior parte do tempo aos cuidados com a casa e familiares.



94%
Têm filhos

61%
Têm até dois filhos

15%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025.
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa.

Adveio em destaque também o enfrentamento de preconceitos internos à própria comunidade, reforçando a ideia de que devem ocupar determinados papéis, esperados pelo grupo. O que evidencia a persistência de normas de conduta consonantes ao que se espera dessas mulheres, limitando as possibilidades e restringindo percursos outros.

Muitas vezes as mulheres atuam em dupla ou tripla jornada, conciliando os cuidados com a casa, filhos e marido e com as atividades no campo e, mesmo diante desse acúmulo de funções, enfrentam julgamentos quando tentam ocupar outros espaços ou buscar autonomia. Além disso, ressalta-se que muitas enfrentam o machismo estrutural em diferentes contextos, marcados por preconceitos, violências e por não atendimento a expectativas impostas ao gênero feminino. Essas dinâmicas podem minar a autoestima, limitar as escolhas e comprometer a construção da subjetividade, impactando profundamente suas vivências e formas de estar no mundo.

Ademais, em alguns relatos, surgem conflitos entre o desejo de mudança e a pressão para manter as tradições. Entre o que foi ensinado e o que se deseja viver, instala-se uma tensão, que exige coragem para romper com padrões antigos sem interromper os vínculos afetivos e culturais com a comunidade.

"Porque existia aquele pensamento de que lugar de mulher era na roça, cuidar da casa, dos filhos e deixar tudo organizado."

No entanto, as falas também revelam mudanças em curso. Há uma nova geração de mulheres que têm ocupado espaços antes negados, estudando, viajando, assumido cargos de liderança e dialogado com todo o seu entorno. A transformação é real, e muitas reconhecem em si mesmas esse movimento de mudança, que ultrapassam barreiras e ampliam horizontes sem apagar o passado.

"Fui criada pra ser dona de casa, mas eu quis estudar e ser independente."

"Hoje as mulheres têm mais liberdade. Antigamente era tudo proibido.

"Hoje temos mulheres pomeranas ocupando diversos espaços na sociedade. Elas dialogam, opinam, organizam e não dependem mais dos homens para sobreviver."

Com isso, torna-se ainda mais evidente a pluralidade que compõe a experiência de ser mulher pomerana. São mulheres fortes, batalhadoras, cuidadoras, resistentes que, ao mesmo tempo, enfrentam a sobrecarrega de múltiplas funções.

Essa multiplicidade não é apenas simbólica, ela se expressa no corpo, na rotina e nas responsabilidades do dia a dia. São elas que acordam cedo, cuidam da casa, trabalham no campo ou fora dele, criam os filhos, preparam os alimentos, organizam os rituais religiosos e sustentam a fé da família. Entre as participantes, 25% não trabalham fora e dedicam a maior parte do tempo aos cuidados com a casa e familiares; outras 27% trabalham fora e ainda assim assumem esse mesmo papel no ambiente doméstico. Em meio a tantas funções, muitas vezes se sentem invisibilizadas ou julgadas por ainda serem consideradas o "sexo frágil".

Apesar do cansaço, há um forte sentimento de orgulho na capacidade de sustentar a família, manter as tradições e seguir em frente, mesmo quando o reconhecimento não vem. Muitas expressam que essa força foi aprendida na prática, herdada das mães e avós, e que agora se reafirma em meio aos desafios contemporâneos. A espiritualidade tem um papel central nesse processo, é o que dá sustentação nos momentos difíceis, oferece sentido à rotina e conecta as mulheres à sua ancestralidade. A fé é vivida não apenas como crença religiosa, mas como energia vital que fortalece o corpo e o espírito.



Além do cuidado com a casa e com a família, trabalhar na roça faz parte do cotidiano de muitas mulheres pomeranas. Ivanilda Brandt, no seu sitio em Santa Maria de Jetiba.

Foto de Zanete Dadalto

Ao lado dessas potências, há desafios que nem sempre são visíveis, como o cuidado com a saúde mental. Entre a força esperada e o silêncio imposto, muitas mulheres acabam guardando para si suas dores, angústias e sofrimentos. Nem sempre encontram espaço para falar sobre o que sentem ou acerca do que vivenciam. O mal-estar frequentemente aparece camuflado em expressões de cansaço, solidão ou tristeza. Trata-se de uma cultura que, ao mesmo tempo que sustenta, também cobra e exige, podendo silenciar fragilidades, prejudicar a expressão emocional e reduzir espaços de escuta e acolhimento.

"Às vezes a gente precisa conversar, mas não tem com quem."

"A mulher pomerana não chora. Ela engole o choro, vai pra roça e segue a vida."

Outro aspecto sensível trazido foi a violência doméstica. Algumas mulheres relataram situações de agressão física, psicológica e/ou patrimonial dentro do próprio lar. Em determinados casos, essas violências são naturalizadas, ocultadas, ou silenciadas até, por medo, vergonha ou ausência de uma rede de apoio. A cultura e a rigidez de algumas estruturas familiares tornam ainda mais difícil o rompimento desses ciclos, prolongando e inviabilizando o sofrimento.

“Já apanhei muito, mas ninguém podia saber.”

“Fiquei anos casada com um homem violento porque achava que era assim mesmo.”

“Só depois de muito tempo entendi que o que eu vivia era violência.”

Ao reconhecerem as violências vividas e os impactos do sofrimento emocional, muitas mulheres iniciam um processo de transformação. Não se trata apenas de lembrar ou denunciar, mas de ressignificar suas vivências e encontrar novos caminhos de cuidado e pertencimento.

Ainda que marcadas por experiências difíceis, essas trajetórias não se resumem à dor. Ao mesmo tempo em que enfrentam sobrecargas, essas mulheres constroem vínculos, cultivam relações de cuidado e encontram no cotidiano motivos para se manterem firmes. A vida que seguem levando é feita de luta, mas também de sentido, e é nesse entrelaçamento entre resistência e pertencimento que encontram força para continuar.

Ademais, essa vivência coletiva de ser mulher também envolve afetos profundos: o amor pela terra e pelas raízes. Muitas expressam que, apesar dos obstáculos, sentem-se felizes por pertencer a uma cultura rica, com valores sólidos e vínculos robustos. A simplicidade da vida no interior, a proximidade com a natureza e a religiosidade cotidiana são apontadas como dádivas, não como limitações. Há, nesse cotidiano marcado por resistência, um modo particular de cultivar beleza e sentido.

“Ser mulher pomerana é carregar a força, a tradição e a resiliência de um povo que valoriza suas origens.”

“Ser mulher pomerana é ser raiz, é ser força, é ser história viva.”

“Não é fácil, mas é bonito demais ser quem a gente é.”

E, quando resumem tudo, não há dúvida:

“Orgulho é a palavra que define ser pomerana.”

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Criar e fortalecer espaços/redes institucionais de acolhimento, escuta e cuidados integrais a mulher.
02	Promover ações e projetos locais de enfretamento às violências contra as mulheres.
03	Ações de fortalecimento e valorização da cultura pomerana.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

Foto de Zanete Dadalto

Elda Maria dos Santos, Dona Miúda, na sua casa no quilombo de Linharinho, Conceição da Barra.

CAPÍTULO 12.4

MULHERES QUILOMBOLAS: LIDERANÇA, RESISTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E IDENTIDADE EM TERRITÓRIOS NEGROS

Rosimery Soares Loiola
Sthéfany Gomes Tiburso

O Espírito Santo é um grande mosaico de quilombos. Conforme Oliveira (2023), as pesquisas realizadas ao longo dos últimos anos, consolidam 54 comunidades quilombolas que, a partir de diferentes processos históricos, constituíram seus territórios no estado, conforme Tabela 1.

Os territórios quilombolas são mais do que constituições e delimitações geográficas, são espaços simbólicos, com modos e experiências de vida específicos, com aspectos e características socioculturais próprias. São também um chão disputado — de mata, de roça e de cidade — no qual as mulheres quilombolas constroem suas formas de resistência e existência, garantindo que a ancestralidade não seja apenas lembrança, mas presença viva.

As famílias quilombolas são protagonistas decisivas nas lutas e conquistas históricas e as mulheres, em especial, têm importância crucial nos processos políticos, sociais,

econômicos e culturais, tanto do ponto de vista interno, quanto externo aos territórios.

Entre fevereiro e abril de 2025, foram realizadas quatro rodas de conversa com mulheres quilombolas das regiões Norte, Sul e Central do Espírito Santo. Participaram dessas escutas 66 mulheres, de diferentes faixas etárias, formações e experiências. As rodas aconteceram em territórios quilombolas como Angelim III, em Conceição da Barra, na comunidade de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim, na comunidade do Retiro, em Santa Leopoldina e no Ifes de São Mateus.

A metodologia adotada envolveu a realização de rodas de conversa de caráter qualitativo, partindo do diálogo e de uma escuta atenta, consonantes com a pesquisa de história oral.

Ao final dos encontros, foi aplicado um formulário individual. Em muitos casos, o ato de escrever foi partilhado: ditado por uma e anotado por outra, reafirmando a potência coletiva da palavra. Mais do que um recorte técnico, esse processo metodológico foi uma vivência situada, marcada pela escuta comprometida e pela construção de um espaço em que as mulheres pudessem falar de si — com autonomia, autoridade e afeto.

MULHERES QUILOMBOLAS: ASPECTOS GERAIS

As mulheres quilombolas do Espírito Santo vivem em diferentes regiões do estado de Norte a Sul, suas dinâmicas sociais são diversas, múltiplas e estão relacionadas, tanto a aspectos internos aos territórios, quanto a questões mais abrangentes, considerando as especificidades regionais nas quais estão inseridas.

São as mulheres quilombolas, em grande medida, que ocupam papéis de liderança religiosa, cultural, política, social e econômica. Elas também se destacam nos processos de resistência no/pelo território, tornando-se referências

Tabela 1 - Comunidades quilombolas no Espírito Santo

MUNICÍPIO	COMUNIDADE
Anchieta	São Mateus
Cachoeiro de Itapemirim	Monte Alegre
	Timbó
	Vargem Alegre
Conceição da Barra	Angelim 1
	Angelim 2
	Angelim Disa
	Angelim 3
	Córrego do Alexandre
	Córrego do Macuco
	Córrego Santa Isabel
	Córrego do Sertão
	Coxi
	Dona Guilherminda
	Linharinho
	Morro da Onça
	Porto Grande
	Roda D'Água
	Santana e Quilombo novo
	São Domingos
Guaçui	Córrego do Sossego

Guarapari	Alto Iguape e Jabarai
	Jacarandá
	Mucambo
Ibiraçu	São Pedro
Itapemirim	Graúna
Jerônimo Monteiro	Mão Forte
	Sítio dos Crioulos
Laranja da Terra	Santa Luzia
Linhares	Degredo
Montanha	Santa Luzia
Presidente Kennedy	Boa Esperança
	Cacimbinha
Santa Leopoldina	Retiro
São Mateus	Bom Pastor
	Beira Rio
	Cacimba
	Córrego do Chiado
	Córrego Seco
	Córrego Sapato
	Dilô Barbosa
	Divino Espírito Santo
	Mata Sede
	Morro da Arara
São Mateus	Nova Vista
	Santaninha
	Sta Luzia do Rio Preto
	São Cristóvão
	São Domingos de Itauninhas
	São Jorge e Sítio Vala Grande
	Serraria
	Palmito
Vargem Alta	Pedra Branca
Viana	Araçatiba

Fonte: Carvalho, Oliveira e Mombelli (2023)

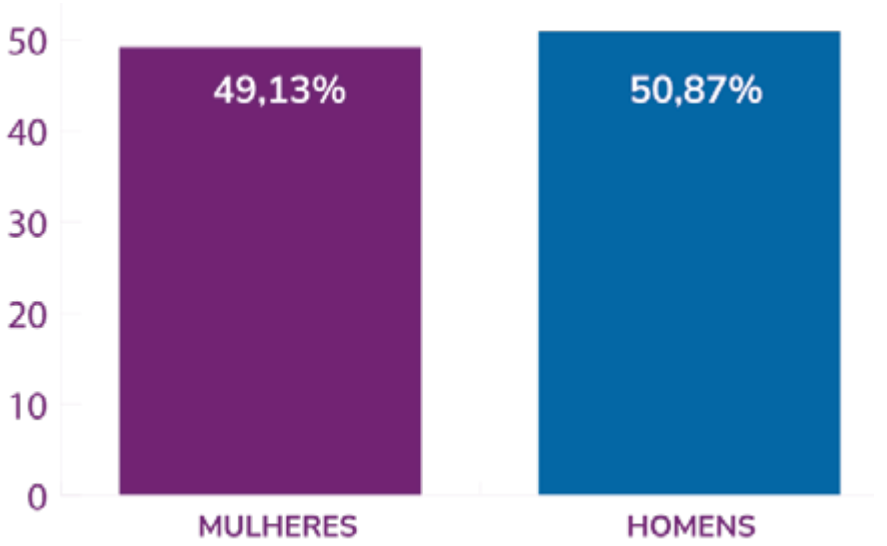
importantes da luta quilombola no estado e além de suas fronteiras, alcançando inclusive outros países.

De acordo com dados do IBGE (2022), no Espírito Santo, do total populacional (3.833.712), 0,41% (15.659) são quilombolas. Dessa totalidade de quilombolas, 7.694 são mulheres e 7.965 homens. O Gráfico 1 apresenta esses percentuais.

A população quilombola ainda luta pelo reconhecimento do seu direito à terra que, historicamente, lhe foi negado. Apesar dos avanços legais, como o previsto na Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), e do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, essa população ainda encontra muitas dificuldades no acesso à terra. Do total de pessoas que se

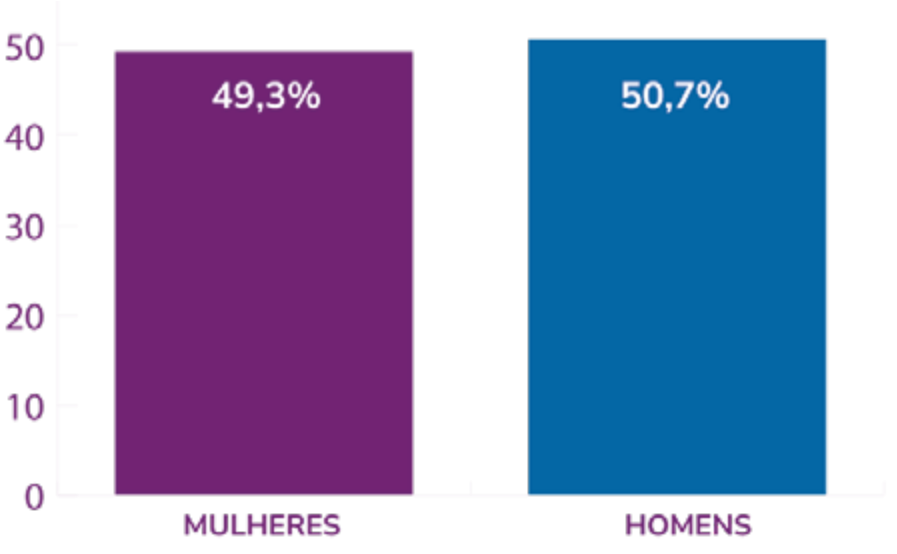
reconhecem como quilombolas, apenas 17,8% vivem em territórios oficialmente demarcados. Desse total de 2.793, 50,7% são homens e 49,3% são mulheres, segundo dados do IBGE (2022), representado no Gráfico 2.

Gráfico 1 - Percentual de mulheres sobre a população total de quilombolas



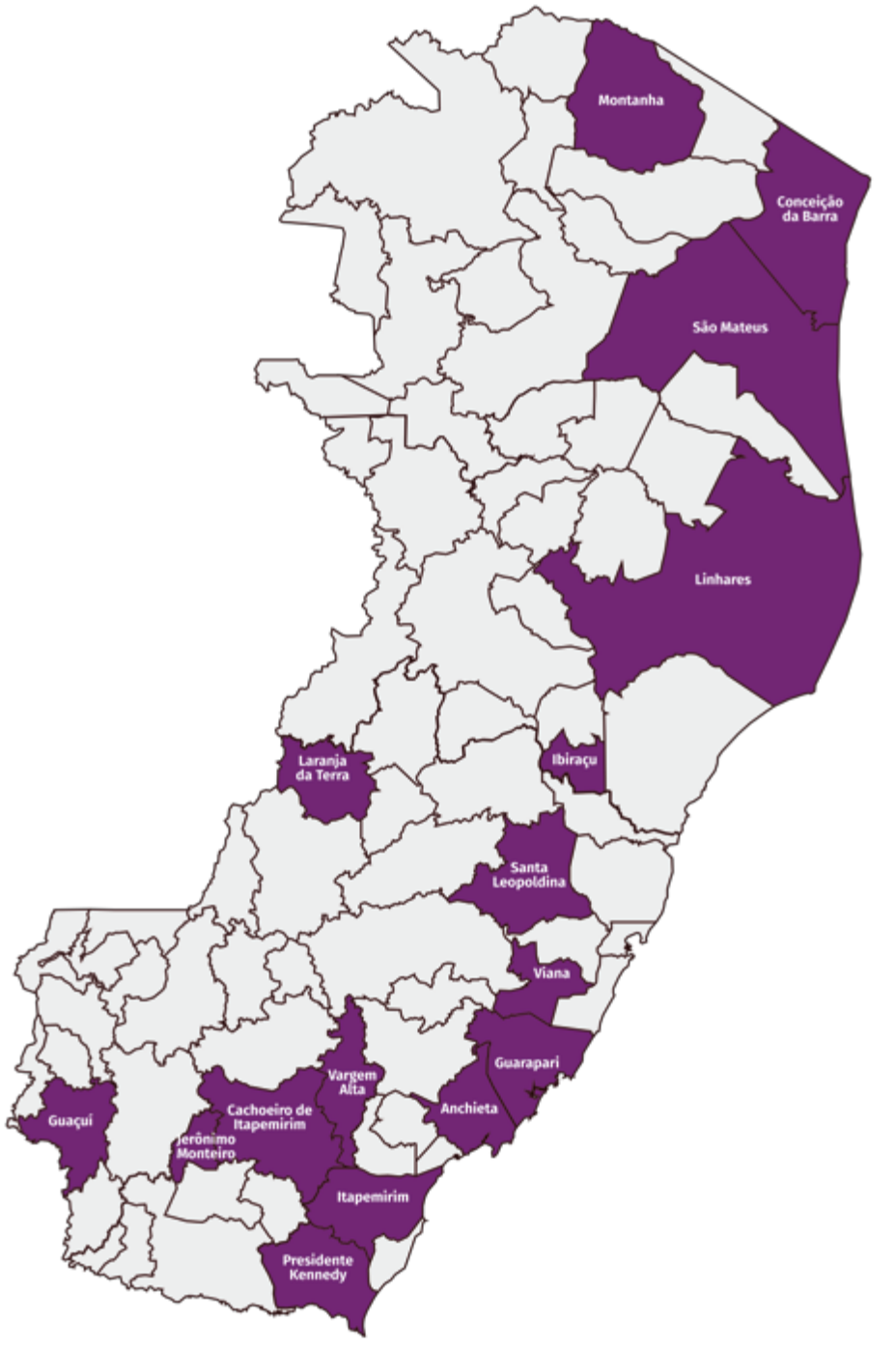
Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2022

Gráfico 2 - Percentual de mulheres vivendo em territórios oficiais quilombolas



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2022

Mapa 1 - Mapa dos municípios com comunidades quilombolas



Fonte: Rodriguez; Lima; Gianezi, 2025

Foto de Zanete Dadalto

As rodas de conversa foram realizadas com diferentes comunidades quilombolas. Elas permitiram importantes diálogos. Comunidade Quilombola de Mangaraí, em Santa Leopoldina

Apesar desses números serem oficiais, uma vez que apresentam informações do Censo Nacional, observa-se a necessidade de arbitrar tais dados com estudos e pesquisas realizadas em âmbito acadêmico. Se por um lado o IBGE apresenta apenas 12 comunidades oficialmente delimitadas, Carvalho, Oliveira e Mombelli, 2023 e Rodriguez, Lima e Silveira, 2025, entre outros, contabilizam 54 comunidades, com uma estimativa aproximada de mais de 16 mil pessoas, a partir de dados da CONAq.

O QUE É SER MULHER QUILOMBOLA NO ESPÍRITO SANTO?

As comunidades remanescentes de quilombos que estiveram representadas nas rodas de conversa abarcam diferentes municípios capixabas. Na região Norte, estiveram presentes os quilombos Angelim III, Córrego Angelim III, Sayonara, Linharinho e outras comunidades da zona rural de Conceição da Barra. Também os quilombos Dilô Barbosa, São Domingos, Beira Rio e São Cristóvão, localizados em São Mateus. E ainda somam nessa conta o Quilombo Palmito, no município de Jaguaré.

Na região Sul, participaram mulheres dos quilombos Graúna, em Itapemirim; Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim; Córrego do Sossego, em Guaçuí; São Bento, em Jerônimo Monteiro; e Boa Esperança, no município de Presidente Kennedy. Já na região Central, a roda teve a presença de mulheres do Quilombo do Retiro, localizado no município de Santa Leopoldina e do Quilombo de São Pedro, Ibiraçu.

"Ser uma mulher quilombola é o pertencimento de ser quem sou. Tenho muito orgulho de ser uma mulher quilombola e líder de um povo", afirmou uma participante da região Sul. Ser mulher quilombola no Espírito Santo não se expressa de forma única, mas sim em narrativas costuradas por pertencimento, orgulho, luta, dor, fé e reinvenção cotidiana. O papel preponderante de liderança é uma das marcas do ser mulher quilombola e constante nas narrativas.

"Lutas constantes, provar não só para mim, mas para o outro, o quanto sou capaz."

Os desafios são os preconceitos de uma mulher militante que corre atrás dos direitos da comunidade e sofre, porque muitas acham que isso é papel de homem."

Muitas destacaram a força da coletividade como motor de transformação, reconhecendo que a luta compartilhada amplia as chances de mudança:

"O povo passa a reconhecer mais os nossos direitos e tem respeito."

"Vejo na forma de ser reconhecida a possibilidade de conseguir recursos para os meus"; "A possibilidade está na crença de que esta é uma luta coletiva."

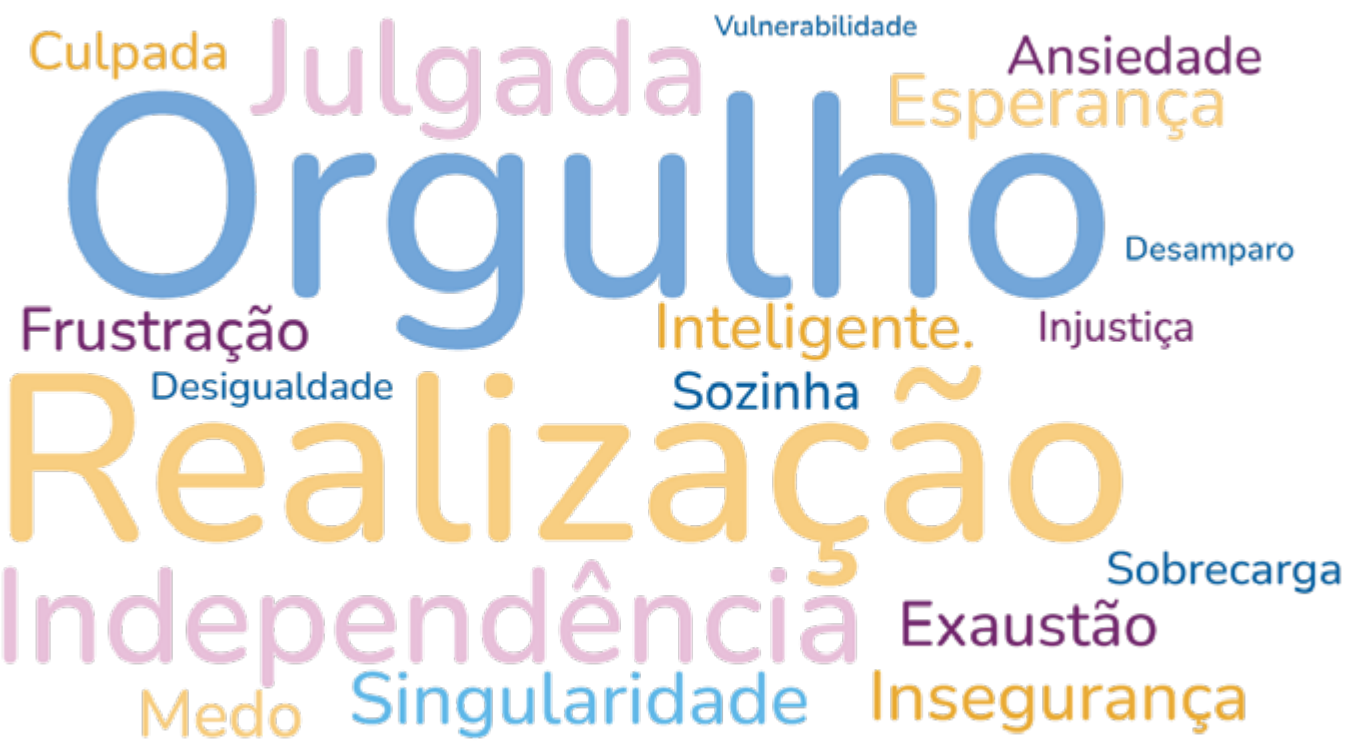
A escuta realizada nas rodas de conversa revelou sentidos que extrapolam qualquer estatística. Ao serem perguntadas sobre o que significa ser mulher quilombola, muitas responderam com palavras como: "orgulho", "força", "esperança", "resistência", "minha vida, minha história". Para outras, a resposta veio em silêncio ou em hesitação: "não tenho palavras para expressar".

Há potência também nesse não dito — uma densidade de sentidos que ultrapassa os formulários e habita o corpo, a memória, a terra.

"Apesar das dificuldades, sou agraciada por ser quilombola, tenho orgulho por minha raiz estar no quilombo."

A vivência no território é, para muitas, a própria base da existência. Ao mesmo tempo, o racismo e o preconceito aparecem como desafios permanentes: ***"Na minha comunidade, até que não, mas fora as pessoas têm racismo pela***

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

minha religião", afirmou uma mulher. "Nós somos criticadas às vezes por ser quilombolas, mas a gente vence todos os obstáculos", completou outra.

Entre os sentidos mais recorrentes sobre ser uma mulher quilombola está o orgulho, afirmado como um eixo central da identidade quilombola. *"Tenho orgulho de ser quilombola, nasci e cresci no quilombo"*, escreveu uma delas. Esse sentimento não é apenas individual, mas coletivo: diz respeito à raiz, à continuidade e à força de um povo que segue existindo mesmo diante de tantos apagamentos.

"Orgulho de participar de uma comunidade que está sempre correndo atrás do seu espaço."

O ser mulher quilombola é uma constante construção de identidade negra, ancestral e identitária, que se fortalece na coletividade, com orgulho de pertencimento.

"Agora que eu estou sendo quilombola. Gosto da união entre os quilombolas". O ser quilombola não está pronto: é vivido, afirmado e disputado.

"Sinto que sou a resistência que continua levando adiante o legado, construindo e reconstruindo a nossa realidade."

Esse orgulho se entrelaça diretamente com a noção de força. Nas respostas, ser mulher quilombola foi constantemente associado à coragem, à resistência e à persistência no cotidiano. *"Ser uma mulher guerreira, que se esforça em tudo o que faz"; "Sinto que sou forte e resistente, desafios mostram que podemos ser algo a mais nos nossos territórios."*

"Corajosa" e "forte" são palavras que apareceram de forma espontânea e reiterada. Essa força, no entanto, não é só uma escolha livre, mas uma exigência. *"Ser mulher é ter certeza de que ser independente exige muito esforço"*. A resistência, assim, carrega beleza, mas também grande responsabilidade.

Parte do que exige essa força constante são as múltiplas formas de racismo vividas pelas mulheres quilombolas. As falas apontam experiências violentas.

"O mundo é preconceituoso, deveríamos ser um pouco menos preconceituosos"; "Sabemos que temos diversos direitos, mas nem todos são reconhecidos"; "Discriminação pela cor e pelo cabelo"; "Fui chamada de cabelo de pico". Há também quem mencione o racismo religioso: *"Fora da comunidade, as pessoas têm racismo pela minha religião".* Essas experiências colocam as mulheres em um lugar de constante justificação de sua existência e dos seus modos de vida.

Mas esse modo de vida é vivenciado com profundo pertencimento, outra palavra-chave entre as respostas. Em muitos casos, essa identidade não se expressa apenas no discurso, mas nos gestos cotidianos: morar no território, defender sua comunidade, manter vivas as práticas culturais. *"Por ser um direito nascer no quilombo e morar nele, continua a minha ancestralidade"*. Esse pertencimento é também um gesto de permanência, de quem escolhe seguir no lugar onde nasceu, com quem partilha histórias, afetos e lutas.

Ser mulher quilombola é também projetar o presente para o futuro. A esperança, apesar dos obstáculos, é constantemente afirmada nas respostas. *"Sou uma esperança", escreveu uma mulher. Outra, poeticamente, afirmou: "Uma rosa desabrochando e sentindo o frescor da vitória"*. Essas imagens revelam que, mesmo diante das negações, há desejo de continuidade, de transformação e de afirmação da vida. *"De poder ser dona da própria história e construir um novo caminho para os filhos"* é uma das frases que traduzem essa aposta no futuro. A esperança se manifesta como uma reexistência: insistir em viver de outro modo, em outra lógica, sem abrir mão de si.

Durante as rodas de conversas, as mulheres quilombolas apontaram também a vontade por mais autonomia. Dirigir



Dona Lena, quilombola de Corrégo do Sossego, Guaçui, numa mesa redonda falando da importância das mulheres quilombolas em suas comunidades.

Foto de Zanete Dadalto

um carro, cultivar sua terra, comercializar seus produtos, ter renda própria, são alguns mecanismos de resistência.

"Quero aprender a dirigir para não depender de ninguém", disse uma quilombola da região central. Outra relatou: ***"Meu sonho era aprender a dirigir o trator que eu mesma ajudei a comprar, mas quem dirige é só meu marido"***, relato de uma mulher quilombola da região Norte. Esses depoimentos evidenciam a desigualdade de gênero no cotidiano das mulheres quilombolas.

A dimensão da sobrevivência emocional e subjetiva também aparece como um desafio pouco reconhecido. ***"Sinto que sou forte, mas às vezes queria não precisar ser tanto".*** Como também expressou uma participante do Norte: ***"Ser uma mulher quilombola é mais do que uma resistência no nosso território"***. A resistência, nesse contexto, não é um slogan: é o trabalho cotidiano de manter-se de pé, com os pés fincados na terra e os olhos voltados para o amanhã.

Além das tessituras de vida escutadas nas rodas de conversa, também foram aplicados formulários, que nos permitiram captar informações e dados que explicitaram o cotidiano e o ambiente privado das mulheres. Entre as participantes, foram quase que recorrentes as declarações relacionadas ao sustento: ***"sou a principal provedora" ou "sou eu e meu parceiro"***, falas que apareceram em mais da metade das respostas. Isso revela que, mesmo em contextos de união estável ou casamento, muitas mulheres arcam sozinhas ou majoritariamente com a responsabilidade financeira do lar.

Percentuais foram levantados para confirmarem as informações, como o fato de que, em 51% dos casos, essa provisão é compartilhada com o(a) parceiro(a), pais ou outros cuidadores, a despeito de que, frequentemente, há uma carga desigual de trabalho — considerando-se que muitas mulheres quilombolas também são responsáveis pelos cuidados com os filhos, os idosos, a produção de alimentos e os afazeres domésticos. A sobrecarga, portanto, é econômica, física e emocional. Esse conjunto de informações aponta para a urgência em se pensar políticas públicas que reconheçam as múltiplas jornadas dessas mulheres.

Entre as participantes, 30% se identificaram como mães solo, exercendo de forma solitária o cuidado e a provisão da família. A maternidade, nesse caso, não é apenas uma condição biográfica, mas uma sobreposição de responsabilidades que impacta diretamente a autonomia e o bem-estar dessas mulheres. Mesmo entre aquelas que não se consideram mães solo, o acúmulo das tarefas relacionadas ao cuidado com os filhos permanece em sua responsabilidade. A centralidade do cuidado ainda recai, quase exclusivamente, sobre o colo materno da mulher quilombola.

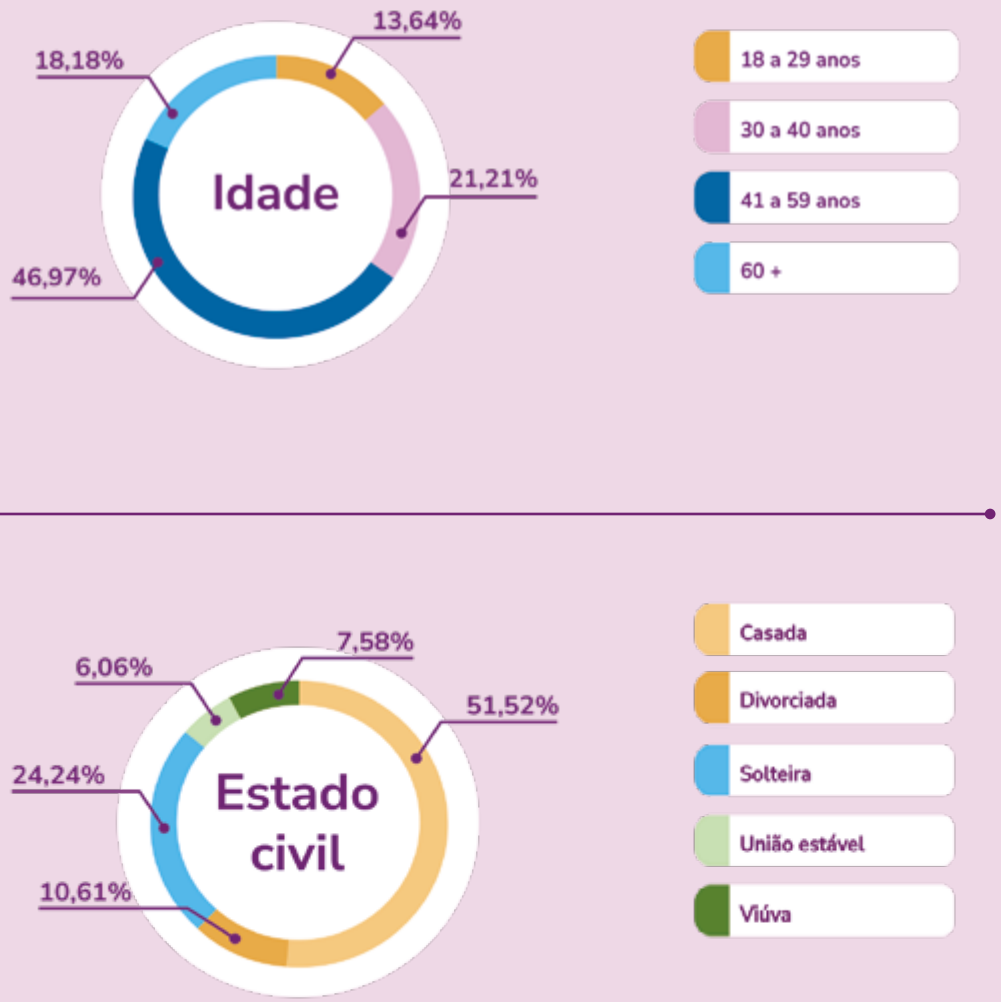
Não obstante a isso, a maioria das participantes têm filhos: 88% são mães. Dentro desse grupo, 31% têm quatro ou mais filhos; 29% têm dois filhos e 26% têm três filhos. Em cada um desses lares, a mulher está na frente, organizando, assegurando o sustento e resistindo.

O acesso à educação formal ainda é um dos principais desafios enfrentados pelas mulheres quilombolas e suas famílias. Muitas relataram dificuldade em concluir os estudos da educação básica e as razões são diversas: distância das escolas, transporte deficitário, demandas de ordem pessoal. Na aferição de informações sobre questões relacionadas ao contexto educacional chamam atenção que: 33,3% das participantes têm apenas o ensino fundamental incompleto e 13,5% têm ensino superior (considerando graduação (4,5%), especialização (6%), mestrado (1,5%) e doutorado (1,5%).

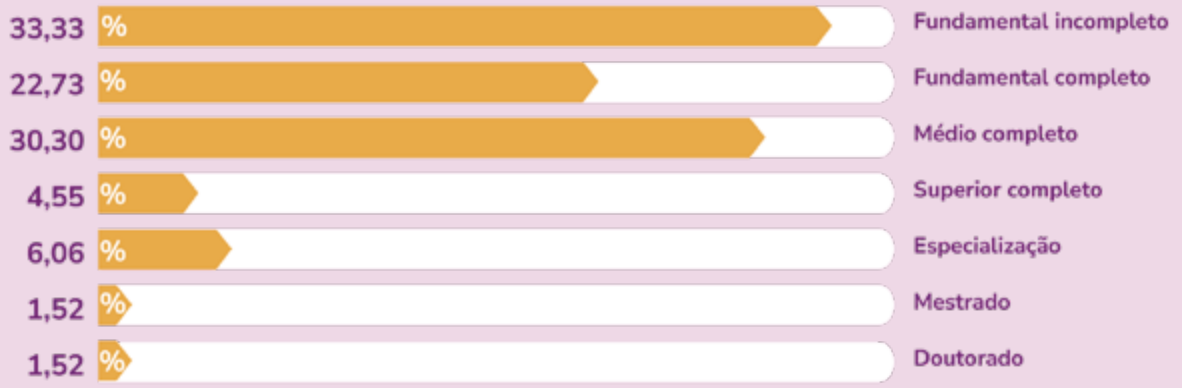
Quando questionadas sobre as sensações que mais experimentam ao refletirem sobre sua condição de ser mulher, as participantes expressaram uma gama intensa e diversa de sentimentos, revelando as camadas complexas de viver a feminilidade em contextos marcados por

Perfil das

Mulheres Quilombolas



Escolaridade





Raça/cor/etnia

79%
Pretas

18%
Pardas

2%
Brancas

48%
São as principais provedoras da família

79%
Cuidam de alguém

35%
Cuidam dos filhos

33%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

14%

Trabalham fora e usam pouca parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

88%
Têm filhos

86%
Têm dois filhos ou mais

30%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa



Dona Maria Laurinda Adão, mestra do Grupo Caxambu Santa Cruz. Ela é forte liderança e matriarca na Comunidade Quilombola de Monte Alegre.

Foto de Zanete Dadalto



Dona Dentina é uma importante matriarca no Quilombo do Angelin I, Conceição da Barra.

Foto de Zanete Dadalto

desigualdades estruturais. A sensação mais relatada foi o orgulho, o que demonstra que, apesar dos desafios, muitas mulheres quilombolas reconhecem e valorizam suas conquistas e identidades. Sentimentos e sensações de julgamento e realização, também tiveram constância. A independência também foi evidenciada entre as quilombolas, aparecendo, lado a lado, com emoções como inteligência reconhecida. A percepção de singularidade foi mencionada, enquanto medo e exaustão, entre outras, também estiveram presentes.

Em síntese, ser mulher quilombola no Espírito Santo é viver no entrelaçamento de muitas camadas: é cuidar do território e ser cuidada por ele; é carregar as dores de gerações e transformá-las em palavras, reuniões, colheitas, trocas e construções coletivas; é lidar com as várias formas de expressão do racismo e da desigualdade de gênero e, ainda assim, seguir construindo alternativas a partir do comunitário.

"Sinto que sou forte e resistente, que no geral muitos desafios e conquistas estão sendo superados através do nosso fortalecimento e junto com a comunidade quilombola."

Resumindo a percepção delas próprias (em registros singelos nos post-its) foram evidenciadas na autoavaliação: "força gigante", "resistir no dia a dia", "lutar pelas nossas vozes", "ensinar os filhos sem medo", "formar opinião própria" e "não abaixar a cabeça". Essas dimensões do ser mulher quilombola apareceram com bastante evidência e nos mostram que ser mulher quilombola é existir com autonomia, defender a ancestralidade, cuidar da comunidade e seguir firme na luta por direitos — não por opção, mas por condição histórica e política.

Remete ao que Selma Dealdina, quilombola do Sapê do Norte, afirma no livro Mulheres Quilombolas: Territórios de Existências Negras Femininas (2020) Segundo ela:

> "Nós, mulheres quilombolas, temos um papel de extrema importância nas lutas de resistência, pela manutenção e regularização dos nossos territórios. No quilombo ou na cidade, temos sido as guardiãs das tradições, do cuidado, da roça, das sementes" (DEALDINA, 2020, p.11).

Por isso, finalizamos aqui com essa força compartilhada: ser mulher quilombola, conforme disseram, vai além de resistir a dificuldades — é afirmar uma liberdade construída no afeto ancestral, no cuidado mútuo e no dizer das próprias vidas. E como elas mesmas disseram: ***"pra mim isso não são nem desafios nem possibilidades — isso é resistência."***

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Melhorar o acesso a políticas públicas específicas.
02	Implementar políticas relacionadas ao cuidado (estruturas comunitárias de cuidado, creches, etc).
03	Aumentar o número de escolas dentro das comunidades.
04	Melhorar o transporte escolar.
05	Currículos escolares que respeitem as especificidades e saberes das comunidades quilombolas.
06	Melhorar o acesso a políticas de educação e saúde.
07	Criar mecanismos para coibir, criminalizar e acabar com o racismo estrutural.
08	Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de todos os territórios quilombolas do estado.
09	Desburocratização do acesso aos direitos dos(as) quilombolas.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

SEÇÃO 12

MULHERES NEGRAS

Nesse segmento reunimos as mulheres que se autodeclaram negras, respeitando suas identidades étnico-raciais. O Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288, 2010) define como população negra o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE ou que adotam autodefinição análoga.



Foto de Zanete Dadalto

Neli dos Santos Cerqueira (professora), Nelma Monteiro (presidente do Instituto Elimu), Izabela Azevedo (educadora social e Rainha de Bateria da Imperatriz do Forte) e Marcela B. Falcão (assistente social). Diferentes gerações, diversas posições, mas a certeza de que as mulheres negras carregam histórias, resistências e construções coletivas.

CAPÍTULO 13

MULHERES NEGRAS: “SER MULHER NEGRA É ESTAR EM CONSTANTE DESAFIO, LUTA E RESISTÊNCIA, MAS ÀS VEZES NÓS SÓ QUEREMOS VIVER”

Crislayne Zeferina Pereira
Jacyara Paiva

As mulheres negras ocupam um lugar central na história e na construção social, cultural e política do Brasil, ainda que, muitas vezes, esse protagonismo tenha sido invisibilizado. Elas vivenciam cotidianamente o cruzamento dos sistemas de classe, raça, território e gênero, vivenciando de forma intensa as contradições e injustiças sociais (AKOTIRENE, 2019).

Para compreender a dimensão da vida e o que é ser mulher negra, realizamos 6 rodas de conversa em diferentes municípios do Espírito Santo, com dinâmicas baseadas na arte e na cultura afro-brasileira, como música, performance, teatro e dança, criando um espaço de cuidado, escuta e partilha.

Ouvimos diretamente mais de 60 mulheres negras, nomeadas pelos símbolos Adinkras[1] africanos, como

[1]Adinkras são um sistema de símbolos ideográficos do povo Akan (principalmente Ashanti) da África Ocidental, que representam valores, ideias filosóficas, provérbios, códigos de conduta e fatos históricos



Senhorita Rose é criadora da Azaluz Modas. No seu empreendimento, a moda é uma expressão de orgulho, resistência e identidade.

Foto de Zanete Dadalto

Sankofa, Tabono, Aya e Mpatapow — uma escolha que confere à pesquisa um valor ancestral e cosmológico, resgatando sentidos de resistência, sabedoria e reconstrução.

As participantes responderam à pergunta central: "O que é ser mulher negra?" Foi um exercício coletivo de reflexão simbólica, construído a partir de uma pirâmide no chão, dividida em desafios, conquistas e ideais. O recorte metodológico permitiu identificar, não apenas dados objetivos, mas sentidos subjetivos, afetivos e estruturais sobre o lugar das mulheres negras na sociedade. A análise dos dados partiu de categorias como dororidade[2], guerreirismo forçado, território como lugar de dor e potência e escrevivência.

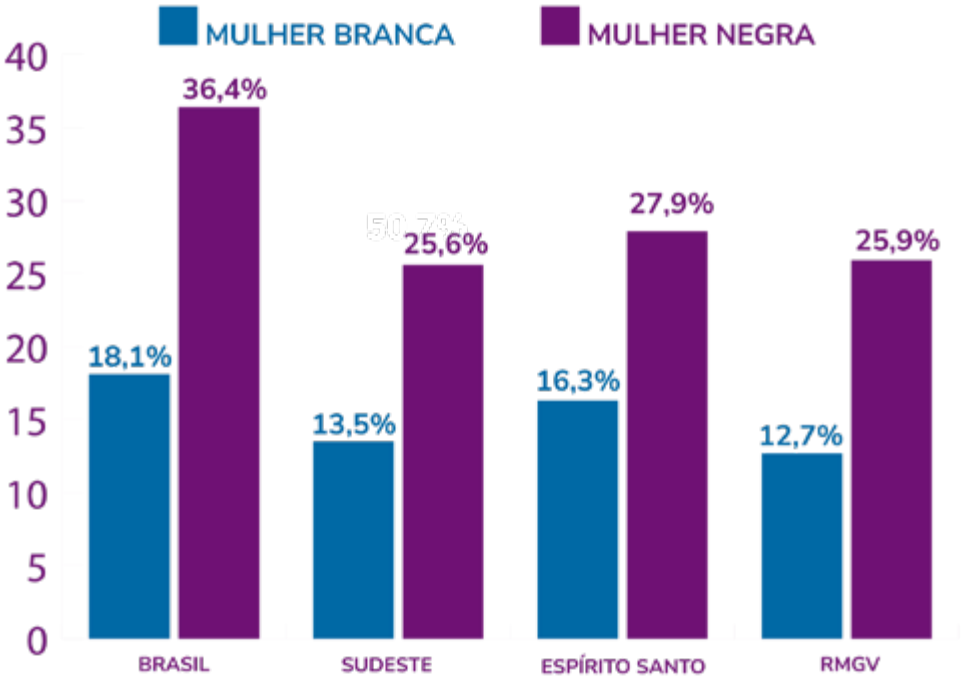
MULHERES NEGRAS: ASPECTOS GERAIS

As mulheres negras constituem a maioria populacional entre a população feminina, tanto no Brasil, quanto no Espírito Santo. No caso específico de nosso estado, elas correspondem a 60,2% do total de mulheres, o que revela a expressiva presença em terras capixabas, reforçando a importância de considerar recortes étnico-raciais, em conjunto com as análises de gênero, embasando a relevância de políticas públicas segmentadas. (IBGE, 2022).

Quando se observam dados e indicadores de vulnerabilidade social, o segmento de mulheres negras é o mais afetado, alcançando índices que devem ser considerados na formulação de políticas públicas.

A pobreza, por exemplo, é um indicador que reforça os efeitos dos processos de exclusão, relacionados aos sistemas de raça, gênero e classe que atravessam as mulheres negras, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - Percentual de pobreza entre as mulheres, 2023



Fonte: PNAD-Contínua, 2023

A extrema pobreza também se revela mais acentuada entre as mulheres negras, em comparação com as mulheres brancas. No Brasil a diferença é de 3,4 pontos percentuais, enquanto no Espírito Santo essa diferença é de 1,8 pontos percentuais, conforme Gráfico 2.

Os indicadores de renda, escolaridade, horas dedicadas ao trabalho com os cuidados não remunerados, violência contra mulher e demais dados já apresentados no Atlas das Mulheres do Espírito Santo[3] revelam o mesmo processo de desigualdades estruturais enfrentado pelas mulheres negras.

A série histórica de rendimento médio habitual mostra que as mulheres negras acumulam rendimentos inferiores

[2]Termo cunhado por Vilma Piedade (2017). Enquanto a sororidade se refere à união e ao apoio entre todas as mulheres em geral, a dororidade foca especificamente nas dores que são exclusivas ou mais intensas para as mulheres negras

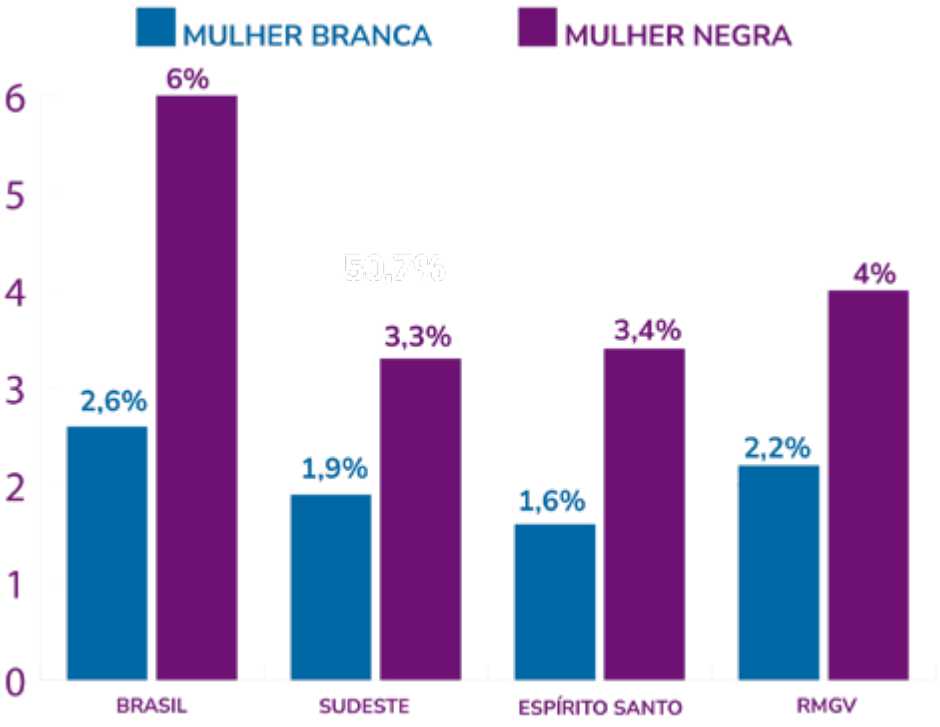
[3]O capítulo Panorama das Mulheres no Espírito Santo: um retrato com muitos rostos, apresenta diversos indicadores comparando gênero e raça/cor

quando comparadas com o rendimento das mulheres brancas. Em 2023, por exemplo, essa diferença passou dos 60% (IJSN; PNAD-Contínua, IBGE, 2023), conforme Gráfico 3.

O dado que revela o aprofundamento das desigualdades, para além dos indicadores econômicos, é o de educação, pois representa uma das principais estratégias para a superação da pobreza e da extrema pobreza, ao criar condições reais de inserção no mercado de trabalho, a partir de melhores salários e maior autonomia.

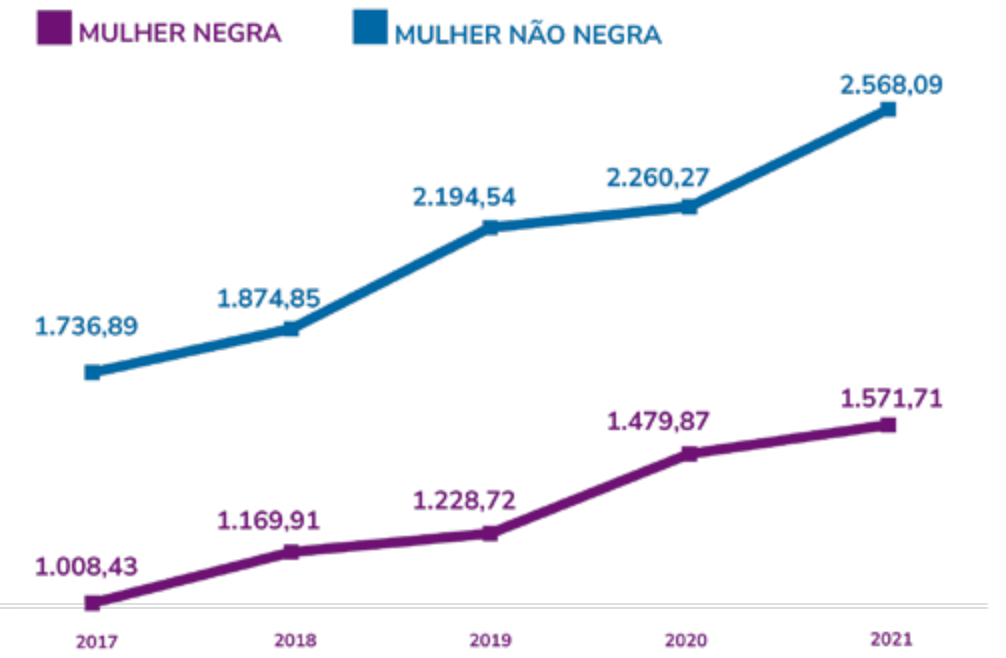
Entre as mulheres que concluíram o ensino médio em 2023, as negras figuram como minoria, tanto no Brasil, quanto no Espírito Santo. No Brasil, do total de mulheres que concluíram o ensino médio, 54,2% eram brancas, enquanto 43,3% eram negras, diferença que se repete no estado, com 53,1% brancas e 43,9% negras (PNAD-Contínua, 2023).

Gráfico 2 - Percentual de extrema pobreza, 2023



Fonte: PNAD-Contínua, 2023

Gráfico 3 - Rendimento Médio Habitual de Todos os Trabalhos



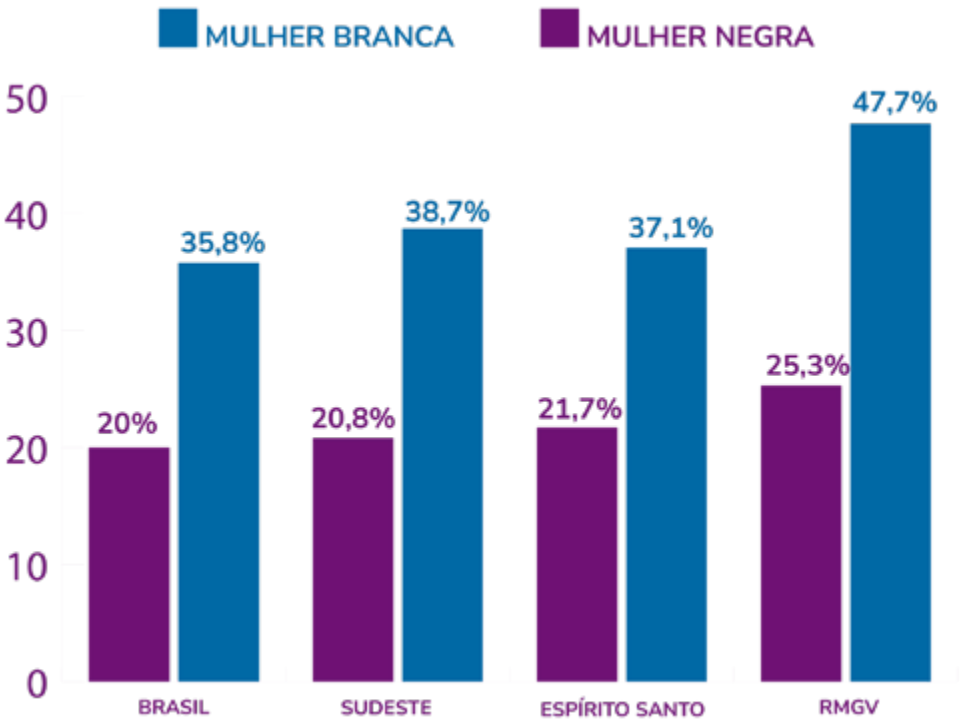
Fonte: PNAD-Contínua, 2023

Atravessadas por preconceitos de raça, cor e gênero, as mulheres negras se identificam e se fortalecem quando se reconhecem em suas histórias. Roda de conversa de mulheres negras.

Foto de Rayane Loiola

No ensino superior, a desigualdade é ainda maior. Do total de mulheres que estavam no ensino superior em 2023, as mulheres negras eram 20% quando considerado o Brasil. Já no Espírito Santo elas representavam 21,7% do total de mulheres estudando alguma graduação em 2023, o que significa uma diferença de 15,4 pontos percentuais em relação às mulheres brancas, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4 - Mulheres que estudam no Ensino Superior, 2023



Fonte: PNAD-Contínua, 2023

Contudo, para além dos dados mais gerais, já bem debatidos e conhecidos, o que é ser mulher negra, desde a voz das próprias mulheres? Quais as possibilidades e a necessária escrevivência dessas experiências e vivências que atravessam as mulheres negras?

O QUE É SER MULHER NEGRA NO ESPÍRITO SANTO?

"Ser mulher negra é estar em constante desafio, luta e resistência, mas às vezes nós só queremos VIVER." (Aya – Samambaia)

As rodas de conversa revelaram uma experiência coletiva marcada pela sororidade (PIEDADE, 2017), trazendo e traduzindo dores partilhadas entre as participantes, ora como uma denúncia contra o racismo, ora como um desabafo, ora como urgência de uma nova sociedade.

Em suas falas, as participantes trouxeram o cansaço como sentimento central: o de ter que ser forte o tempo todo, carregar o fardo da luta, ser invisibilizada nas políticas públicas e violentada nos serviços, no trabalho e nas relações.

"Tô cansada de ser forte o tempo todo, a mulher branca não é, os homens não são, por que eu tenho que ser?" (Mpatapow)

"Meu corpo é atravessado por esse país ingrato, que explora nossa mão de obra, mas nos nega direitos e nos humilha." (Nyame Dua)

A vivência da mulher negra no Espírito Santo também se expressa territorialmente: enquanto as participantes do interior explicam que nas regiões da Grande Vitória há mais redes de apoio, no interior do estado essas mulheres enfrentam solidão política e pouca escuta. A ausência de políticas descentralizadas reforça o isolamento e impede o avanço coletivo.

"Quem é preta na Grande Vitória tem uma vantagem, pois os movimentos estão mais organizados. Mas, e aqui no interior, onde tudo é mais difícil?" (Sankofa)

A fala da participante Sankofa sintetiza as múltiplas violências e sobrecargas:

"Nós mulheres pretas... somos testadas todos os dias para provar que somos doutoras, que somos advogadas, que sou uma excelente cerimonialista há 26 anos (...) mas nos pagam miséria. Nossa guerra não é somente conosco, é com o mundo." (Sankofa)

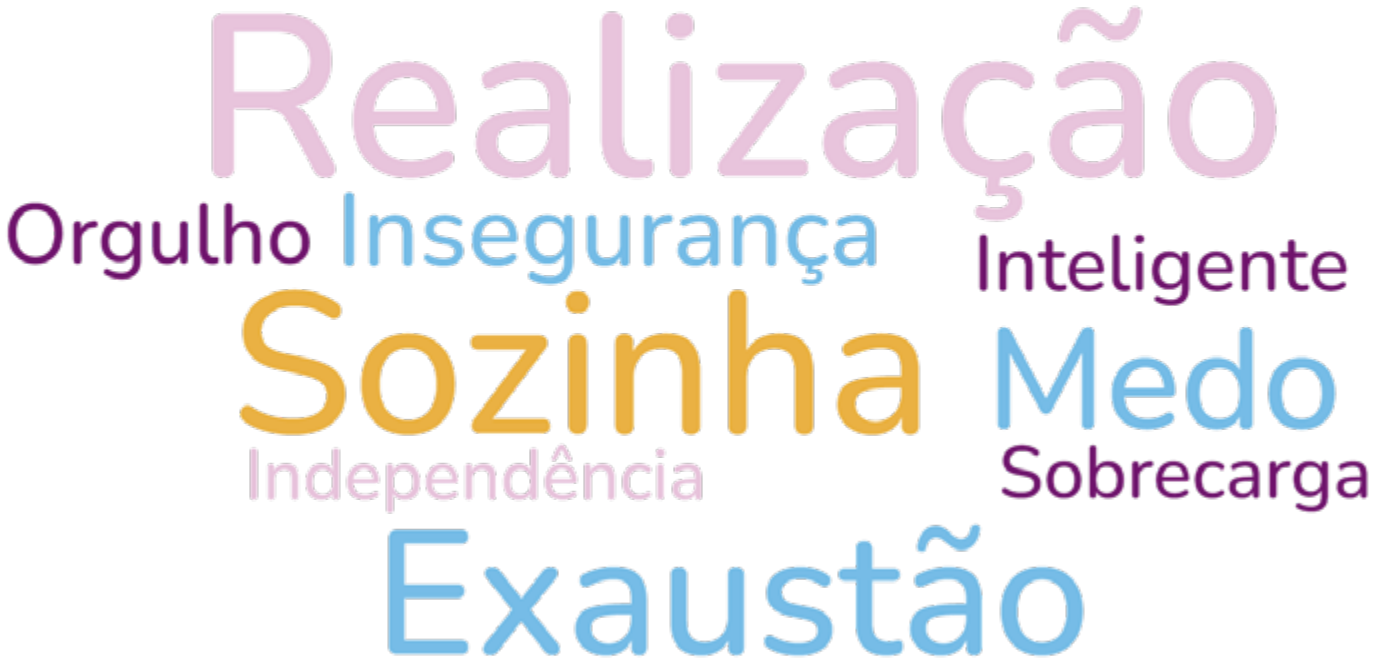
A interpretação da pesquisadora é de que, embora sentimentos como orgulho, esperança e realização



Gilcelia da Fonseca da Cunha, zeladora do Centro Espírita Fé e Esperança, é também empreendedora que atua no ramo da moda. Ela abre as portas da sua loja e exibe com orgulho as roupas de umbanda e candomblé no Mercado da Capixaba, Vitória.

Foto de Janete Diniz

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

estejam presentes, eles coexistem com exaustão, medo, insegurança e frustração. O que essa pesquisa sinaliza é a urgência de se enegrecer as políticas públicas, conforme propõe Sueli Carneiro (2019) e romper o pacto da branquitude, como alerta Jacyara Paiva (2022).

As mulheres negras não querem apenas resistir: querem viver com dignidade, ocupar os espaços de decisão e pensar as políticas que as atingem. A pirâmide utilizada nas rodas representa essa caminhada do chão da dor à construção do bem viver.

E as narrativas expressam a consciência da sobreposição das desigualdades que resultam no que é ser mulher negra.

"Mulheres brancas aprendem a ser fortes depois. Já as mulheres negras, já temos que nascer fortes. Crescemos com a divisão entre as mulheres negras e brancas, porque a gente aprende a lutar desde pequenas. (...) Sou a única mulher com ensino superior na minha família. Violência duplicada de gênero e de raça." (Sankofa)

As falas e o resultado dos dados coletados por meio dos formulários aplicados nas rodas de conversa, convergem com o conceito de matriarcas da miséria de Carneiro (2023). A sobrecarga, a invisibilidade, o racismo estrutural e institucional tanto no mercado de trabalho, quanto no acesso às políticas públicas e o machismo marcam os corpos, as histórias, as subjetividades e o grito de ordem pela construção e emergência de uma nova sociedade.

Dentre as participantes, pouco mais de 48% das mulheres afirmam ser as principais provedoras da família e 35% afirmam ser mães solos. Esses dados, lidos em conjunto com as sensações de exaustão e sobrecarga, revelam que a autonomia, apesar de uma conquista, resulta em vulnerabilidades estruturais, as quais são reverberadas pelo racismo, machismo e pela desigualdade de classe.

Os sentimentos e emoções mais nomeados pelas participantes expressão positividade, apesar dos desafios estruturais: realização em em relação às conquistas e orgulho de ser mulher negra têm destaque entre as palavras mais sinalizadas. Outras como inteligência e indepedência também possuem relevância.

Algumas sensações expressam a exaustão e sobrecarga pelo acúmulo das funções de trabalho, casa e família. Medo e insegurança também são recorrentes.

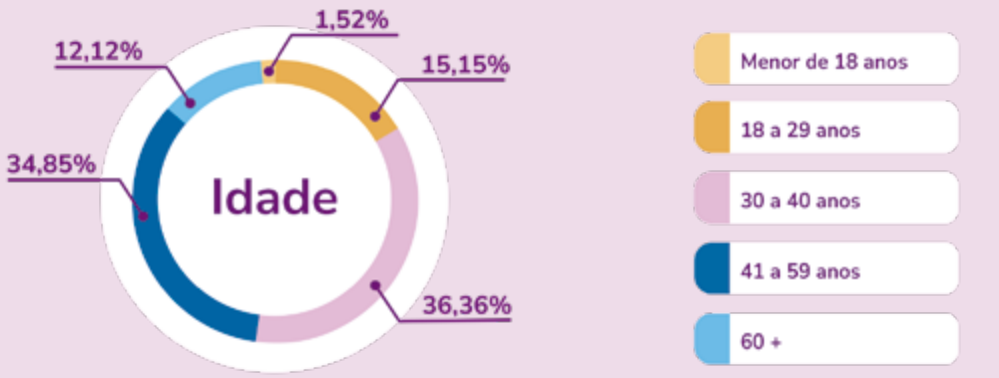
A análise demonstra ainda a complexidade das emoções experimentadas pelas mulheres negras ao refletir sobre sua condição de gênero e raça. Predominam sentimentos de orgulho, realização e esperança, o que evidencia a força e a resiliência dessas mulheres diante das adversidades. Ao mesmo tempo, fica evidente o peso da sobrecarga, da exaustão e da ansiedade, marcadas pela tripla jornada e pela responsabilidade social e familiar que carregam.

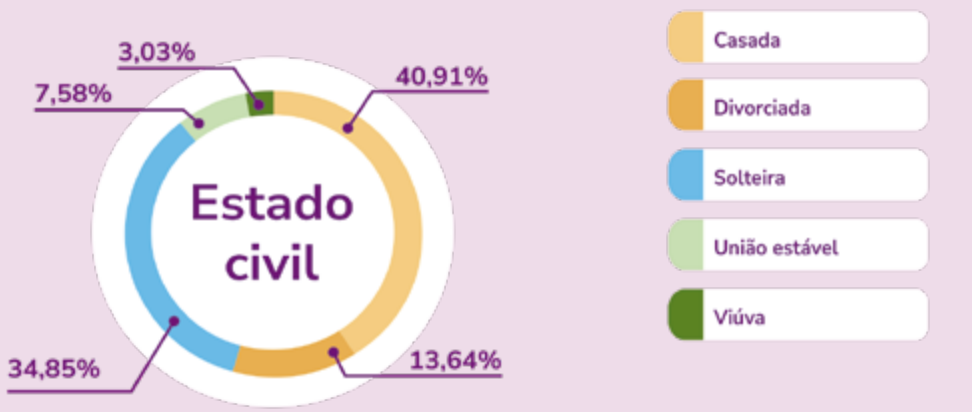
"Nossa raiz é nossos filhos, a gente tem força por eles." (Nyame Dua)

A independência e o reconhecimento de suas conquistas caminham lado a lado com percepções de frustração, medo e insegurança, refletindo o impacto das desigualdades estruturais que atravessam suas trajetórias. A sensação de solidão, vulnerabilidade e desamparo de parte significativa das entrevistadas denuncia um cenário em que, apesar do poder individual, as redes de apoio e de justiça social ainda são insuficientes para lhes garantir o bem-estar e a segurança plena.

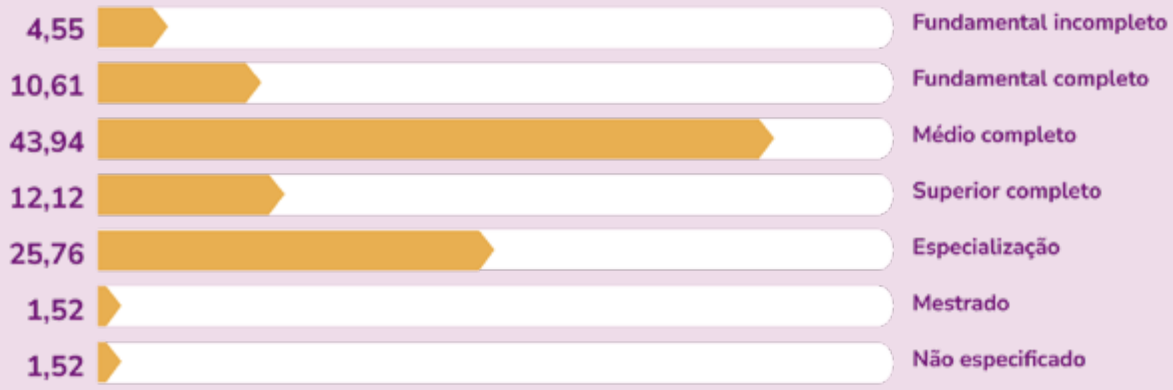
Essa dualidade entre resistência e sobrecarga concorre para a tomada de medidas céleres, com enfoque na urgência de políticas públicas e em ações coletivas, as quais promovam equidade de gênero e raça de maneira eficaz. Faz-se necessária a criação de espaços de acolhimento seguros e de fortalecimento para as mulheres negras, contudo, essas políticas não podem ser elaboradas sem a participação dessas mulheres, elas precisam pensar essas políticas e para pensar é essencial que ocupem lugares de poder, como aponta Jacyara Paiva (2022).

Perfil das
Mulheres
Negras





Escolaridade





Raça/cor/etnia

45%
Pretas

40%
Pardas

15%
Brancas

48%
São as principais provedoras da família

71%
Cuidam de alguém

42%
Cuidam dos filhos

42%

Não trabalham fora, porém usam maior parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

18%

Trabalham fora e usam pouca parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

77%
Têm filhos

86%
Têm dois ou mais filhos

35%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa



Marilene Pereira, mestra em educação e administradora, é empreendedora cultural e idealizadora de projetos que valorizam as mulheres negras.

Foto de Janete Diniz

Resgatar e dar voz às histórias que foram silenciadas pela história oficial, sendo marginalizadas e esquecidas pelo aparato estatal, afirmando que a escrita deve ser entendida como um ato político e identitário, é crucial para traçarmos metas mensuráveis para construção de políticas públicas, tentando assim sanar a dívida histórica que o Brasil tem para com a população negra.

As escrevivências trouxeram perguntas importantes para a auto identificação de cor, raça e etnia, 45,5% das entrevistadas responderam que são da cor preta, 40% se declararam pardas e 15% se declararam brancas. É importante destacar que o Estatuto da Igualdade Racial[4] no artigo 1° inciso IV declara pessoas pretas e pardas como pessoas negras, uma vez que essa unificação tem como objetivo fortalecer a compreensão das desigualdades raciais no Brasil, já que tanto pretos, quanto pardos, são afetados por políticas de exclusão e discriminação.

Uma observação importante a fazer é que embora haja um percentual de mulheres que se declaram brancas no segmento, todas elas responderam ao convite destinado a mulheres negras, nesse sentido, optamos por manter todas as participantes no conjunto dos formulários uma vez que a identidade da subjetividade experimentada é de mulher negra.

Em relação à escolaridade das participantes, 43,9% das mulheres possuem ensino médio completo e 4,5% fundamental incompleto. No que diz respeito à continuidade dos estudos, 12,1% declarou possuir superior completo e 25,8% tem especialização.

Na pergunta relacionada a cuidar de alguém, apenas 29% declarou não cuidar de ninguém. Elas são as cuidadoras de diferentes membros da sua família, entre filhos com 42%, mãe/pai 9,1%, esposo(a)/ companheiro(a) 4,5%, entre outros.

[4]Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm



Foto de Cassia Lima

Com mais de 25 anos de tradição, a festa de São Jorge Ogum, na escadaria da Piedade, reúne diversas pessoas que celebram as boas práticas de promoção de igualdade racial, cultural e afro-religiosa. Rozilene de Sá, coordena esse trabalho.

Em relação ao trabalho remunerado e cuidados não-remunerados, 42% das entrevistadas relataram que não trabalham fora, porém usam a maior parte do seu tempo em casa para cuidar das pessoas da família e dos afazeres domésticos; 33% trabalham fora e sentem que não precisam dedicar todo seu tempo em casa para cuidar da família e da residência, enquanto 14% disseram que trabalham e estudam fora, usando a maior parte do seu tempo em casa, para cuidar das pessoas da família e dos afazeres domésticos.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Criação de espaço e acolhimento para mulheres negras.
02	Criação do Fundo Estadual de políticas para promoção da igualdade racial.
03	Oferecer formações sobre direitos sociais, acesso a benefícios e enfrentamento às desigualdades de gênero e raça.
04	Aproximação com coletivos locais para denúncias seguras e encaminhamentos rápidos.
05	Incluir equipes de psicólogas e assistentes sociais nas delegacias.
06	Realizar ações civis públicas coletivas em defesa de comunidades periféricas afetadas pela violência.
07	Criar uma ouvidoria popular de denúncias, conectada às periferias. Um espaço seguro, acessível e protegido.
08	Promover a realização de audiências comunitárias e descentralizadas nos bairros, visando assegurar a efetividade das ações da Justiça para as mulheres em situação de violência, a maior parte mulher negra.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

SEÇÃO 13

MULHERES DO CAMPO E DA PESCA

Esse segmento reúne mulheres que vivem e trabalham no campo e na pesca do Espírito Santo. A importância de abordar esse segmento é tornar a realidade dessas mulheres mais conhecida, dando visibilidade às diversidades das formas de ser e fazer agricultura e pesca, considerando suas especificidades que perpassam questões sociais, econômicas e de gênero. Desse modo, foram estabelecidos recortes regionais e grupos específicos que compreendem agricultoras familiares e camponesas, empreendedoras rurais, pescadoras e marisqueiras e assentadas e acampadas.

Fotos de Zanete Dadalto



Idalina Kuster Boecker, 71, cuidando das mudas de café em São Sebastião do Meio, Santa Maria de Jetibá.

Foto de Zanete Dadalto

CAPÍTULO 14.1

MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES E CAMPONESAS: DA TERRA AO ALIMENTO, O CICLO DA FORÇA FEMININA

Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

Para realizar as ações em torno do segmento de agricultoras familiares e camponesas, tivemos o apoio de movimentos sociais, principalmente do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que contribuiu na mobilização e organização das rodas de conversa no interior do estado.

Os encontros revelaram o cotidiano de quem faz da terra um espaço de trabalho, resistência e vida, mostrando a força das mulheres que sustentam suas famílias e comunidades, além de produzir alimentos com dedicação e saberes construídos ao longo de gerações.

Foram momentos marcados por trocas de experiências e aprendizados que ultrapassam o cultivo da terra, porque o trabalho dessas mulheres vai muito além do trabalho visível. Ele envolve cuidado, solidariedade, transmissão de saberes, defesa do território, segurança alimentar e

nutricional e compromisso com a coletividade. Cada relato trouxe à tona o valor do fazer cotidiano, as lutas silenciosas e as estratégias de resistência que permitem a essas mulheres permanecerem e florescerem no campo, mesmo diante das adversidades.

AGRICULTORAS FAMILIARES E CAMPONESAS: ASPECTOS GERAIS

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, define a agricultura familiar como a forma de produção rural conduzida por agricultores/as que utilizam predominantemente a mão de obra da própria família, têm a gestão do estabelecimento sob responsabilidade familiar, e cuja renda principal provém das atividades desenvolvidas na propriedade, que não pode exceder quatro módulos fiscais.

A agricultura familiar representa a base da produção de alimentos no Brasil e tem papel central na economia rural e na segurança alimentar. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos rurais são de agricultura familiar, o que equivale a aproximadamente 77% do total de propriedades agrícolas do país. Apesar de ocuparem cerca de 23% da área cultivada, esses estabelecimentos são responsáveis por 67% das ocupações no campo e por quase um quarto do valor bruto da produção agropecuária nacional. Mais do que números, esses dados evidenciam a relevância social, econômica e cultural desse segmento, o qual garante o abastecimento interno e movimenta as economias locais, especialmente nos municípios de menor porte. (IBGE, 2017)

No Espírito Santo, conforme dados do Censo Agropecuário de 2017, cerca de 75% dos estabelecimentos rurais foram classificados como de agricultura familiar, ocupando uma área equivalente a 33% da extensão total dos estabelecimentos agropecuários. Desses, cerca de 86% eram produtores do sexo masculino, embora a presença feminina nas atividades produtivas e no cuidado com o território seja muito mais expressiva.

Outro ponto marcante de desigualdade de gênero na agricultura revela-se no acesso à assistência técnica e extensão rural. No Brasil, apenas 11% das produtoras familiares recebem esse serviço, proporção muito parecida no estado do Espírito Santo. As mulheres camponesas e agricultoras familiares ainda enfrentam barreiras históricas para o acesso à terra, ao crédito, além de persistirem desigualdades no reconhecimento de seu trabalho.

Mesmo assim, sua atuação é fundamental na preservação de saberes tradicionais, na gestão sustentável dos recursos e na manutenção das comunidades rurais. Políticas recentes têm buscado ampliar o protagonismo feminino, como no Plano Safra da Agricultura Familiar, que prevê condições diferenciadas para empreendimentos liderados por mulheres.

O QUE É SER MULHER AGRICULTORA FAMILIAR E CAMPONESA NO ESPÍRITO SANTO?

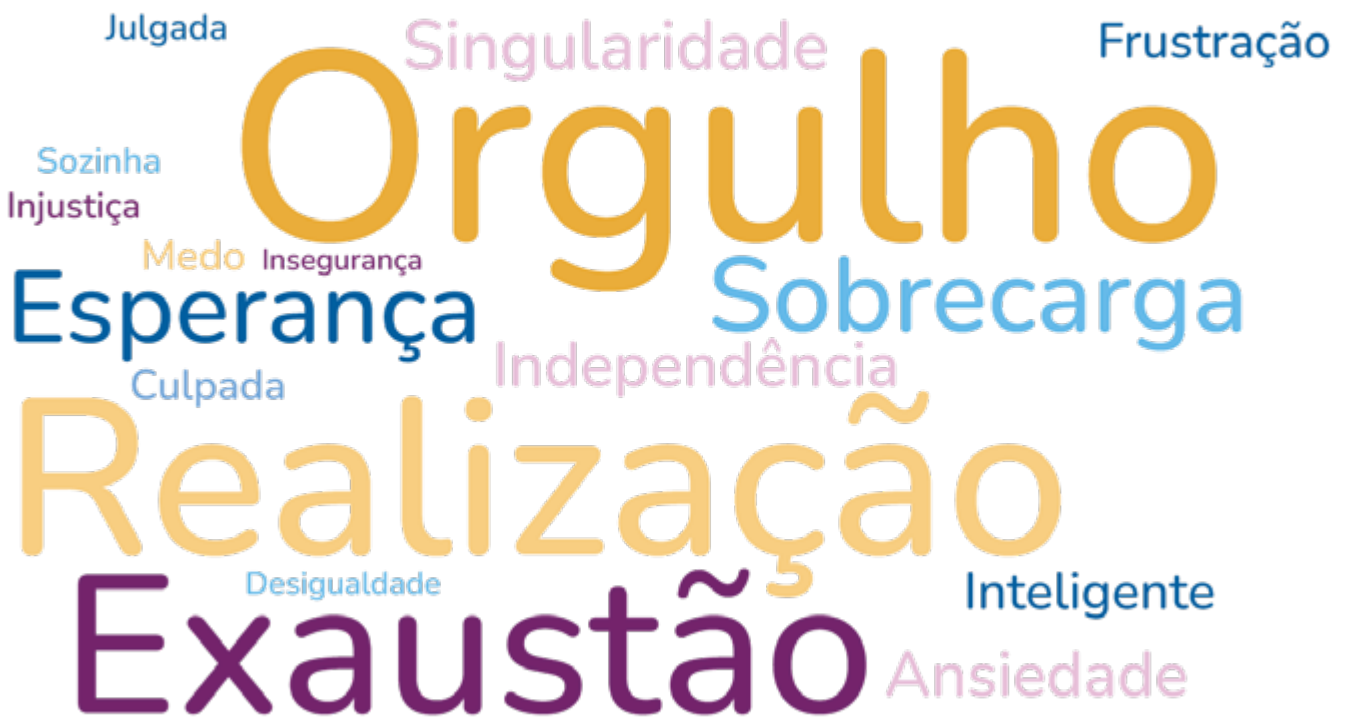
Para além dos dados estatísticos, as rodas de conversa permitiram aprofundar a compreensão sobre a identidade e as vivências dessas mulheres. As narrativas que emergiram desses encontros revelam o que significa, em suas próprias palavras, ser agricultora e camponesa no Espírito Santo, em uma dimensão que os números, por si só, não conseguem capturar

Ser mulher, para as agricultoras e camponesas que participaram das ações, é uma experiência marcada pela força, pela fé e pela multiplicidade de papéis. Nas suas falas, o feminino aparece como potência criadora e resistência cotidiana, unindo o trabalho na terra, o cuidado com a família e a participação ativa nas comunidades. Ser mulher é exercer um trabalho que

Com apoio e mobilização do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo (Fetaes), as rodas de conversa foram realizadas em diferentes territórios. Essa ocorreu em Marechal Floriano.

Foto de Daniela Bello

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

ultrapassa a produção — exige amor, coragem, equilíbrio e espiritualidade, sustentando a vida no campo e fortalecendo os vínculos coletivos.

Os sentimentos mais citados pelas mulheres quando descreveram o que significa ser mulher na agricultura familiar foram orgulho e realização, mencionados em proporção equivalente a 57,1% das participantes, indicando uma forte percepção de satisfação e valorização pessoal no papel que exercem. Em seguida, aparecem exaustão (42,9%), sobrecarga e esperança (37,5%), singularidade (35,7%) e independência (33,9%), além de outros sentimentos que foram usados, revelando o entrelaçamento entre força e cansaço, autonomia e resistência, que marcam a experiência dessas mulheres no campo.

O trabalho no campo demanda das mulheres alguns atributos que elas fazem questão de adjetivar para reafirmar o desejo de um mundo mais igualitário.

"É ser guerreira. É ser protagonista da própria história."

"É o feminino, a energia feminina."

"É o gestar, a família, os filhos e o equilíbrio financeiro e emocional."

"É força, coragem, otimismo, luta por um mundo mais igual."

Essas menções ajudam a rememorar o próprio protagonismo e o esforço feminino na construção e preservação dos seus saberes e fazeres. Algumas delas expressam sua labuta com exaltação e o orgulho em serem mulheres da agricultura. A participação das mulheres no campo também traduz o protagonismo feminino na organização das famílias e das comunidades rurais.

As mulheres destacaram que, mesmo diante de um histórico de invisibilidade e desvalorização de seu trabalho, têm assumido papéis fundamentais na gestão das propriedades, na comercialização da produção e na adoção de práticas sustentáveis. Muitas delas são responsáveis pelo manejo das hortas, pelo cultivo de alimentos agroecológicos, pela criação de pequenos animais e pela preservação das sementes crioulas, mantendo viva a diversidade agrícola e cultural do Espírito Santo.

Além disso, a maternidade e o cuidado aparecem como símbolos centrais, e não apenas como responsabilidades, pois, para elas, são expressões de afeto, criação e continuidade da vida. O cuidar é visto como forma de força e amor. A fé e o sentimento de missão divina atravessam as falas, revelando como espiritualidade e identidade feminina se entrelaçam no campo.

Desse modo, nas falas das agricultoras e camponesas, ser mulher na agricultura familiar é motivo de orgulho, pertencimento e realização. A terra representa mais do que o sustento: é espaço de vida, identidade e liberdade. Trabalhar com o que germina e floresce desperta nelas um sentimento de poder e conexão profunda com a natureza, uma experiência de criação e continuidade da vida.

"Sentir-se poderosa por ser camponesa, plantar e colher dá uma satisfação muito grande."

"Sinto que é gratificante colher no meu quintal verduras e frutas e viver esta experiência de alimentar sem agrotóxicos."

"Me sinto muito realizada, vim da cidade grande, mas foi aqui que me encontrei e me redescobri; amo ser camponesa."



Foto de Janete Diniz

Gersilda Knac apresenta cada canto da sua propriedade e fala sobre a sobrecarga que recai nas mulheres do campo: produção, beneficiamento, comercialização, cuidados com a casa e com os membros da família são parte da sua rotina.

A agricultura é também expressão de autonomia e resistência. Para muitas, o trabalho no campo significa liberdade para decidir sobre o próprio tempo, garantir o sustento da família e viver de forma digna, em contato com a terra e com seus valores. Essa autonomia, portanto, transcende o ato de plantar, manifestando-se na consciência de seu papel na alimentação da sociedade e na preservação dos recursos naturais.

"Feliz, liberdade, não falta alimento, independência."

"Ser mulher camponesa é trabalhar para o sustento da família e ter orgulho de trabalhar na terra."

"Me sinto livre para fazer o que quiser, sem ninguém mandar em mim."

Há também uma dimensão simbólica e espiritual muito presente nas falas. As mulheres associam o ato de plantar e colher à bênção divina e à continuidade da vida, reconhecendo-se como guardiãs da criação e da fertilidade da terra. A fé se mistura ao cotidiano, transformando o trabalho árduo em fonte de gratidão e esperança.

"Agradecida a Deus, porque semear e colher é maravilhoso."

Sendo assim, essas mulheres expressam orgulho por serem multiplicadoras de saberes e sementes, responsáveis por práticas sustentáveis e pela transmissão de conhecimentos entre gerações. Enxergam-se como guardiãs das plantas medicinais, das sementes crioulas e de uma forma de agricultura que valoriza o equilíbrio entre o humano e o natural. Ser mulher no campo é como ser guardiã da vida e da memória coletiva.

"Responsáveis por produzir alimentos e guardar as plantas medicinais e sementes crioulas."

"Orgulhosa em saber que estou produzindo alimentos para uma parte da população."

"Ser mulher na agricultura é semear transformações que florescem no campo e alcançam a cidade."

A solidariedade e o sentimento de comunidade também emergem como forças transformadoras. Muitas relatam a alegria em participar de movimentos sociais e de atuar em parceria com outras mulheres, construindo redes de apoio e de troca. Para elas, o campo é espaço de união, partilha e aprendizado, um lugar onde ser mulher é estar em relação com outras mulheres, fortalecendo-se mutuamente.

As exposições das participantes revelam potencialidades de um feminino que brota da terra e se expande em forma de força, criatividade e amor. As mulheres da agricultura familiar não apenas produzem alimentos, mas também cultivam vínculos, tradições e modos de vida que sustentam a coletividade. Ser mulher, nesse contexto, é semear o futuro com as próprias mãos.

Apesar da força e das conquistas, ser mulher na agricultura familiar ainda significa enfrentar uma série de desigualdades e barreiras estruturais. As agricultoras relatam a necessidade constante de "provar" que sabem, que têm conhecimento e capacidade para produzir, lidar com a terra e participar das decisões. O machismo e o preconceito ainda atravessam as relações no campo, fazendo com que muitas se sintam invisibilizadas dentro das próprias famílias e comunidades.

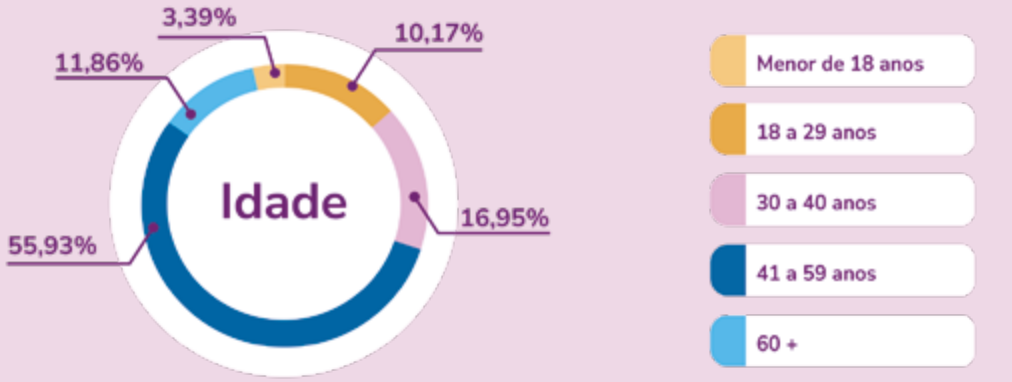
A invisibilidade também se manifesta nos registros formais: muitas produções continuam sendo registradas no nome dos homens (maridos, pais, irmãos), mesmo quando o trabalho é realizado por elas. Essa ausência de reconhecimento tem reflexos diretos no acesso a crédito, benefícios e programas governamentais. Além disso, a dificuldade de escoamento da produção, a falta de apoio técnico e a insegurança no meio rural são fatores que agravam as desigualdades e limitam a autonomia das mulheres.

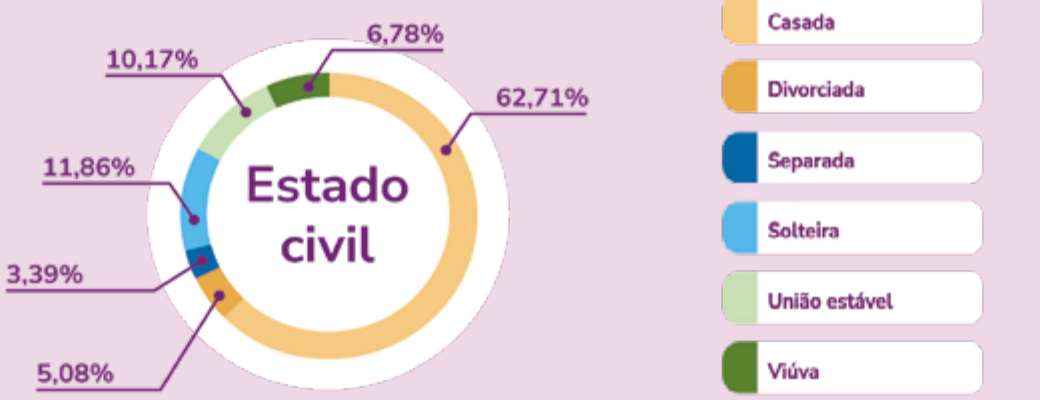
Foto de Jaqueline Sanz

Mãe e filha trabalham e produzem alimentos agroecológicos na propriedade familiar em São Rafael, Domingos Martins.

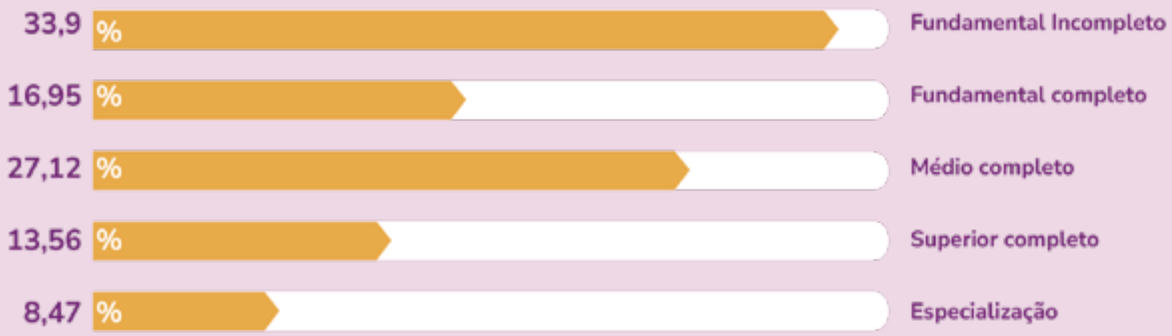
Perfil das

Mulheres Agricultoras Familiares e Camponesas





Escolaridade





Raça/cor/etnia

52%
Pardas

29%
Brancas

15%
Pretas

30%
São as principais provedoras da família

56%
Cuidam de alguém

14%
Cuidam dos filhos

34%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos

17%

Não trabalham fora, porém usam maior parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

83%
Têm filhos

85%
Têm dois filhos ou mais

16%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

Foto de Jaqueline Sanz

As mulheres no campo realizam diversas atividades. Do preparo da terra, à colheita e comercialização. Mas não só isso, a sobrecarga com os cuidados e afazeres domésticos pesam sobre suas rotinas.

“Nos faltam mais oportunidades, mais espaços de comercialização e políticas públicas.”

“Nossa contribuição na agricultura nem sempre é reconhecida, porque muitas vezes sai no nome do marido, mas é ela quem produz.”

“É um desafio muito grande de produzir e não ter saída da produção. Temos a terra, mas não conseguimos vender nossos produtos.”

Os desafios aparecem de forma mais concreta no cotidiano. As mulheres vivem a sobrecarga de conciliar o trabalho no campo com as tarefas domésticas, o cuidado com os filhos e o envolvimento em atividades comunitárias, muitas vezes sem o devido reconhecimento. São jornadas duplas ou triplas, que se repetem dia após dia, marcadas pelo cansaço físico e pela cobrança constante para “dar conta de tudo”.

A diversidade de papéis assumidos por essas mulheres — agricultoras, mães, cuidadoras, líderes comunitárias e guardiãs da terra — corrobora a sobrecarga que recai sobre elas, mas também sua capacidade de reinvenção. As participantes afirmam que a jornada de trabalho se estende para além da lida no campo, alcançando o cuidado com a casa, para com os filhos e com os idosos. Ainda assim, é nesse cotidiano que se consolidam as suas redes de apoio e de solidariedade, fortalecendo a presença feminina nas associações, cooperativas e movimentos sociais.

Elas enfrentam a desvalorização histórica do trabalho feminino, a escassez de políticas públicas específicas e as contradições de um sistema que depende de seu esforço, mas que raramente as reconhece como protagonistas. Contudo, a luta por mais reconhecimento, autonomia e igualdade segue como eixo central de suas narrativas.

As agricultoras apontaram a necessidade de ampliar o acesso às políticas públicas voltadas às mulheres rurais, incluindo crédito, assistência técnica, formação e espaços de decisão. Ressaltaram, ainda, a importância de serem vistas não como auxiliares, mas como participantes ativas primordiais na produção e na transformação no campo. Nessa reivindicação articula-se à busca por direitos, valorização e dignidade, reiterando que sem as mulheres o campo não se sustenta.

Neste cenário, entre a dureza do trabalho e a delicadeza do gesto que planta, as mulheres camponesas revelam a essência do que é criar e sustentar a vida. Elas são raízes e flores, força e ternura, fé e permanência. No campo, desempenhar esse papel se baseia em semear coragem em solos áridos, colher dignidade mesmo diante das tempestades e manter viva a esperança que germina a cada novo ciclo.

“Significa o poder do dom da vida, o poder de orientar, de ser companheira, tudo de maravilhoso.”

“Ser mulher é trabalhar para mudar a sociedade e cuidar da família. Ser guerreira e determinada.”

Por fim, ser mulher nesse contexto é cultivar a terra e, ao mesmo tempo, cultivar a si mesma. É existir entre o trabalho e o sonho, entre o sagrado e o cotidiano. É ser a força que alimenta o mundo – silenciosa, firme e essencial. Enraizadas na terra e nos saberes transmitidos entre gerações, elas expressam uma relação profunda com o território, compreendendo a agricultura não apenas como fonte de renda, mas como modo de vida, cuidado e preservação.

Suas histórias evidenciam que o fazer agrícola é também um fazer político e afetivo, sustentado pelo vínculo com a natureza, pela partilha de saberes e pelo compromisso com a soberania alimentar. Assim, as mulheres agricultoras familiares e camponesas capixabas reafirmam sua centralidade na sustentação econômica, social e cultural do campo. São defensoras de um modo de vida que preserva o território, alimenta comunidades e mantém vivas as tradições, a fé e a esperança no futuro do campo.



Dona Cecilia Francisco Rosa Lucas, 63 anos, tem orgulho de ser camponesa. Enquanto cuida da lavoura, fala acerca da sobrecarga dos afazeres e cuidados domésticos.

Foto de Janete Diniz

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Ampliar o acesso a crédito rural voltado para mulheres.
02	Ampliar a implementação de políticas para mulheres rurais.
03	Ampliar e fortalecer a participação de mulheres em espaços decisórios.
04	Criar e consolidar equipamentos de atendimento a mulheres rurais.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

Ângela Maria Batista é fixada no assentamento Jundiá, em Conceição da Barra. Ela exibe com orgulho sua história e o fruto do seu trabalho.

Foto de Zanete Dadalto

CAPÍTULO 14.2

MULHERES ASSENTADAS E ACAMPADAS: SUBJETIVIDADES TECIDAS NA LUTA PELO DIREITO À TERRA E MORADIA

Rosimery Soares Loiola
Sthéfany Gomes Tiburso

Chegar a um assentamento ou acampamento rural é também atravessar fronteiras invisíveis, muitas vezes marcadas por décadas de luta por terra, por moradia e por direitos. Os caminhos de barro, a ausência de placas, os longos trechos percorridos.

As histórias das mulheres assentadas e acampadas são inseparáveis da construção da reforma agrária popular, dos movimentos sociais do campo e das disputas por território, pela segurança alimentar, autonomia e justiça social. No Espírito Santo, esse grupo é formado por mulheres que vivem em assentamentos consolidados, em áreas de ocupação ou em contextos de acampamento, majoritariamente vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas também presentes em outras formas de organização coletiva.

Ao contrário do que muitas vezes sugere o senso comum, a luta pela terra não se resume à conquista de um lote ou ao ato de plantar. Como explica Maria Emília Lisboa Pacheco (2006), trata-se da afirmação de outro modelo de sociedade, onde o campo não é espaço de exploração, mas território de vida. Nessa perspectiva, as mulheres do campo têm desempenhado papel central, não apenas como produtoras de alimento, mas como articuladoras políticas, educadoras, guardiãs de saberes e construtoras de alternativas ao modelo do agronegócio.

Para a compreensão deste segmento, foram realizadas três rodas de conversa nos territórios do Assentamento Floresta (região Sul), Assentamento Sezinio Fernandes de Jesus (região Norte) e na Ocupação Vila Esperança (Grande Vitória). As atividades reuniram mulheres com trajetórias diversas. Ao trazer a dimensão vivida dessas mulheres, o Atlas reafirma a urgência de reconhecer que a luta pela terra não é neutra em gênero. Como demonstra Miriam Nobre (2015), as mulheres do campo enfrentam uma dupla ou tripla jornada: atuam na produção agrícola, cuidam das famílias e ainda articulam politicamente suas comunidades.

Mais do que registrar dados, este capítulo busca produzir sentido. Aqui, o que está em jogo no segmento das Mulheres Assentadas e Acampadas é o papel delas como protagonistas da política, da Agroecologia, da luta contra a fome e da construção de outro projeto de sociedade. Como afirma Roseli Salete Caldart (2000), o território conquistado pela reforma agrária é mais do que espaço físico: é chão de formação, cultura, militância e pertencimento.

MULHERES ASSENTADAS E ACAMPADAS: ASPECTOS GERAIS

As mulheres que vivem em assentamentos e acampamentos no Brasil compõem um segmento historicamente central na construção da reforma agrária que, no entanto, ainda suscita múltiplas formas de invisibilidade e desigualdade. Elas desempenham um papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar e na promoção do desenvolvimento rural.

De acordo com dados do Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA/INCRA), em maio de 2025 existiam 9.917 assentamentos da Reforma Agrária no Brasil, sob coordenação do Incra, com um total de 1.051.485 famílias assentadas cadastradas.

Atualmente, o estado conta com 72 assentamentos rurais sob a coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra, 2025), totalizando cerca de 4.000 famílias. Além dos assentamentos coordenados pelo Incra, o Espírito Santo conta com mais 23 assentamentos sob coordenação do Governo do Estado, totalizando 464 famílias (SEAG, 2008).

De forma geral, os assentamentos englobam diversas produções, com destaque para a diversidade de lavouras como café, pimenta-do-reino, cacau, goiaba, coco, banana e cajá-mirim, além da criação de galinhas e porcos e o manejo agroecológico e adoção de sistemas florestais. Atualmente, segundo informações da Superintendência Regional do Incra no Espírito Santo, em outubro de 2025, existiam 26 acampamentos, totalizando 1.177 famílias cadastradas.

As rodas de conversa, para além dos números, revelaram que as mulheres têm participação ativa nas atividades produtivas, nas associações, na gestão da comunidade e no cuidado com os filhos e com os idosos nas comunidades. No entanto, também expressaram que, quando se trata de decisões financeiras ou técnicas, como o acesso a créditos produtivos, definição de culturas a serem plantadas ou negociação com agentes públicos, os homens ainda são considerados os interlocutores principais, mesmo que na maioria das vezes não tenham participação efetiva

Os formulários foram instrumentos importantes no diagnóstico do perfil das participantes.

Foto de Zanete Dadalto

no cotidiano da produção ou da vida coletiva dentro dos espaços dos assentamentos e ocupações.

"A gente está na frente da saúde, da escola, da associação. Mas quando a pauta é dinheiro, trator, projeto, já não é mais com a gente."

Essa divisão simbólica de funções reflete que a presença feminina é significativa nos territórios, mas com autonomia parcial. As mulheres estão na linha de frente da produção de alimentos, tanto visando a comercialização, quanto o autoconsumo e a segurança alimentar e nutricional. Muitas participam de feiras, cozinhas comunitárias e atividades de geração de renda, como produção de pães, geleias e hortaliças. Contudo, sua participação política nos espaços institucionais e formais de poder, como conselhos municipais, associações mistas ou programas de fomento, ainda é condicionada por barreiras estruturais de gênero.

As narrativas das mulheres assentadas e acampadas também foram marcadas por considerações sobre a precariedade das condições de infraestrutura. As falas salientaram a falta de equipamentos modernos para a produção, bem como a ausência de iniciativas voltadas à melhoria das áreas de transporte público, educação e saúde.

Também se destacou, em suas falas, a insuficiência de transporte público e escolar, a ausência de creches e de unidades básicas de saúde nas proximidades dos acampamentos e assentamentos, além das dificuldades de acesso à internet e a outros serviços essenciais. As más condições das estradas contribuem para um notável isolamento dessas comunidades. O acesso à água potável também é precário — um bem comum cuja falta foi frequentemente mencionada, sobretudo na região Norte, em razão das consequências do rompimento da barragem de Fundão, em 2015.

Em cada roda de conversa, percebemos convergências de experiências que intensificam a luta pela terra e pela moradia como um elemento de identidade na construção do que é ser mulher, mas também nuances de vivências e experiências próprias relacionadas aos territórios de pertencimento.

Na ocupação Vila Esperança, as participantes fizeram questão de enfatizar a precariedade em termos de infraestrutura e a insegurança em relação à sua situação. As mulheres relatam o desafio de criar filhos em um território sem equipamentos públicos, com forte presença de violências simbólicas, institucionais e raciais. Ainda assim, afirmam com firmeza a importância da solidariedade entre mulheres como base da resistência cotidiana[1].

Nos territórios do Sul e do Norte, apesar do apontamento de dificuldades, novamente a presença de redes de apoio e estratégias de cuidado foram sublinhadas como formas de vida e construção de identidades. No assentamento Sezinio Fernandes de Jesus, por exemplo, há um grupo que realiza práticas terapêuticas como reiki, homeopatia, fitoterapia e massoterapia, com objetivo de acolher e fortalecer emocionalmente outras mulheres do assentamento. Essas práticas são construídas a partir de saberes tradicionais e da própria militância das mulheres sobre o direito à saúde e ao bem-estar.

O QUE É SER MULHER ASSENTADA E ACAMPADA NO ESPÍRITO SANTO?

"Ser assentada é saber que nada veio fácil. A terra veio da luta, e a vida também. A gente tem que cavar tudo: cavar água, cavar respeito, cavar futuro."

[1]Ao final da escrita desta seção, em setembro de 2025, a Ocupação Vila Esperança, em Vila Velha (ES), foi alvo de uma ordem de despejo. Ali viviam mais de 800 famílias — entre idosos, mães solos e crianças — que tiveram interrompida sua experiência coletiva de moradia e resistência.

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

A fala, dita por uma mulher da região Sul durante a roda de conversa, sintetiza o modo como a identidade de mulher e de camponesa é vivida nos territórios da reforma agrária no Espírito Santo. Ao longo dos encontros realizados no Sul, Norte e Grande Vitória, as participantes trouxeram à tona uma diversidade de experiências que, apesar das diferenças regionais, expressam o que significa viver sob o triplo eixo da invisibilidade: ser mulher, ser do campo e ser da luta pela reforma agrária.

As mulheres não se reconhecem apenas como agricultoras. São também educadoras, mobilizadoras políticas, construtoras da vida coletiva. O cotidiano relatado pelas mulheres Assentadas e Acampadas revela, como nos lembra Laís Abramo (2011), que a divisão sexual do trabalho posiciona a força de trabalho feminina como algo secundário, fruto do processo histórico das desigualdades de gênero.

As rodas de conversa realizadas revelaram um conjunto de características marcadas pela interseção entre raça, maternidade, cuidado e território e ajudam a compreender o cotidiano dessas mulheres para além dos números.

Em relação aos dados étnico-raciais, observa-se que a maioria das participantes se autodeclarou preta ou parda, com destaque para a região da Grande Vitória, onde aproximadamente 80% das mulheres se identificam dessa forma. No Sul, esse percentual também é alto (cerca de 66%), enquanto no Norte houve um maior número de respostas de mulheres que se autodeclaram brancas (cerca de 60%). Esses dados revelam a presença significativa de mulheres negras nos territórios da reforma agrária e da ocupação urbana no Espírito Santo, o que reforça a necessidade de considerar o racismo estrutural como elemento que atravessa a distribuição desigual de direitos e recursos nesses espaços (BENTO, 2022).

Quanto à maternidade, os dados apontam que mais de 98% das participantes têm filhos, sendo comum a presença de três ou mais crianças por mulher. O número de mulheres com quatro filhos ou mais é particularmente expressivo na região da Grande Vitória. Esses dados reforçam a centralidade da experiência da maternidade na trajetória dessas mulheres, evidenciada principalmente em seus relatos, que ressaltam a ausência da garantia de direitos básicos — especialmente nas áreas de saúde e educação — e a dificuldade de acesso a esses serviços.

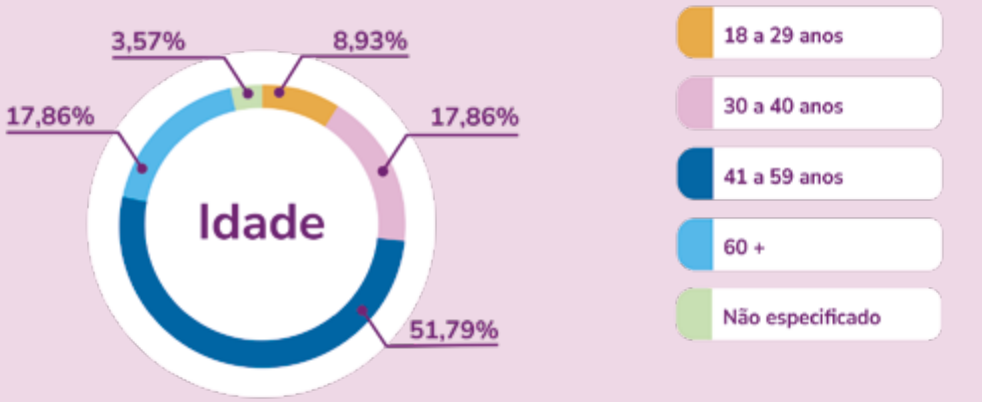
A condição de mãe solo também se destaca. Na Grande Vitória, aproximadamente 60% das participantes informaram serem as únicas responsáveis pelos filhos. No Sul e no Norte, essa realidade também aparece com frequência. Novamente esse dado aponta para a importância de assegurar-lhes creches, transporte público e serviços básicos, especialmente enquanto componentes de uma política pública do cuidado. No quadro geral, 58% declararam ser mães solos.

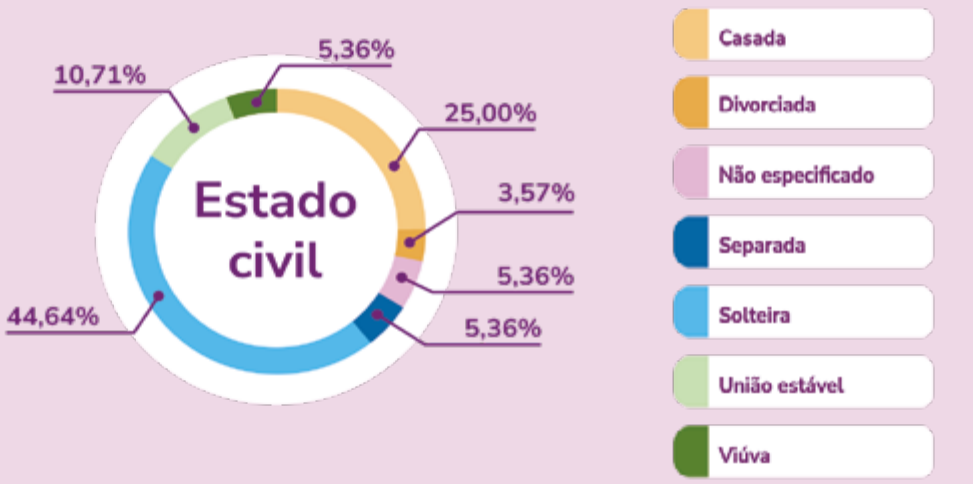
A partir dos dados sistematizados, foi possível observar o contexto em que essas mulheres vivem e constroem suas trajetórias. No que se refere à escolaridade, nota-se que na Grande Vitória, 57% possuem ensino fundamental incompleto, enquanto 21% informaram ter o ensino médio completo e 14% têm o ensino médio incompleto. Esse conjunto de informações aponta para trajetórias educacionais interrompidas ou marcadas por desigualdades de acesso, especialmente durante a infância e juventude.

Na região Sul, 50% têm o ensino médio completo, enquanto as demais se dividem entre ensino médio incompleto e fundamental incompleto. Já no Norte, das mulheres que responderam, 60% possuem pós-graduação ou mestrado, o que representa um contraste com as demais regiões e sugere a presença de perfis diversos nos territórios, inclusive de mulheres com trajetórias acadêmicas formalizadas. No quadro geral estadual, destaca-se que 37,5% têm ensino fundamental incompleto e 28,5% têm ensino médio completo.

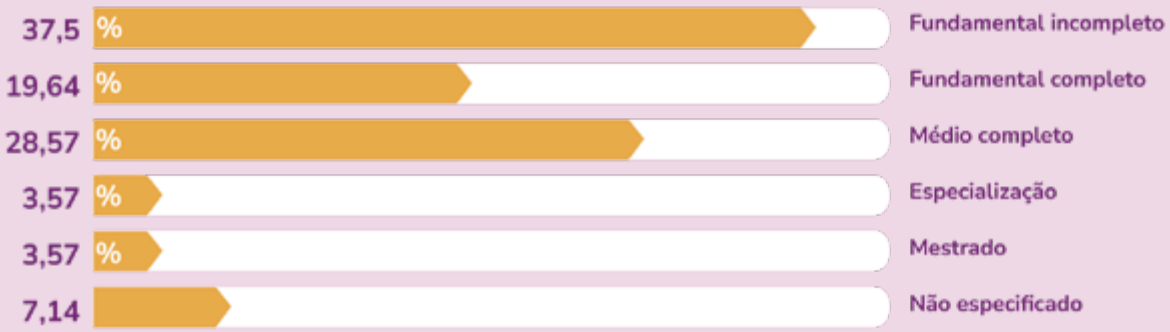
Perfil das

Mulheres Assentadas e Acampadas





Escolaridade





Raça/cor/etnia

43%
Pardas

30%
Pretas

14%
Brancas

4%
Indígenas

63%
São as principais provedoras da família

80%
Cuidam de alguém

38%
Cuidam dos filhos

54%

Não trabalham fora, porém usam maior parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

9%

Trabalham fora e usam pouca parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

98%
Têm filhos

83%
Têm dois filhos ou mais

54%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa



As mãos das mulheres assentadas tocam a terra e produzem o viver da família.

Foto de Zanete Dadalto

A responsabilidade pelo sustento da família também foi um dado importante, 62,5% das mulheres que responderam ao formulário dizem ser as principais provedoras da família. Na Grande Vitória, mais de 69% das mulheres declararam ser a principal provedora, enquanto as demais mencionaram compartilhamento com parceiro(a), filhos(as), ou outras formas de ajuda. No Sul, essa atribuição está mais equilibrada: metade das participantes indicou que o sustento é garantido por parceiro(a), e a outra metade mencionou arranjos variados, incluindo atuação própria. No Norte, 60% das mulheres afirmaram serem elas as principais provedoras, e as demais falaram de sustento compartilhado com parceiros ou organização familiar coletiva.

Esses dados, mesmo com suas limitações, ajudam a construir uma leitura mais concreta da realidade vivida por essas mulheres. Eles ilustram que as experiências de quem vive em assentamentos e ocupações são diversas e atravessadas por condições materiais e sociais específicas. A escolaridade, a renda e a posição dentro da dinâmica familiar influenciam diretamente na forma como essas mulheres participam da comunidade, acessam serviços e reivindicam seus direitos.

Ainda assim, o sentido de ser mulher nesses contextos vai além da sobrecarga: carrega também o desejo de reconstrução de si, de uma nova consciência sobre seu papel político e a construção de identidades e subjetividades moldadas no pertencimento ao território. Pertencer ao território, reconfigurar a autoestima e romper com ciclos de silenciamento são demandas prementes, visto que a terra, nesse contexto, não é apenas chão: é lugar de reconstrução simbólica e política.

"Aqui eu entendi que eu posso mandar na minha história. Antes eu só obedecia. Agora eu falo nas reuniões, eu opino. Eu tenho até um grupo de mulheres que confia em mim."

A participação no movimento de luta pela reforma agrária também é componente identitário, já que há uma consciência profunda da história de luta que atravessa seus corpos: uma delas contou que entrou no movimento aos 14 anos e percorreu o Brasil organizando ocupações antes de retornar ao Espírito Santo para cuidar do pai doente. Hoje, mesmo sem cargo de direção, continua na articulação política do assentamento, acompanhando a escola, o posto de saúde e as demandas das mulheres:

"A gente tem 17 anos de assentamento e só os créditos iniciais. Depois, nada. Mas a mulher tá na frente de tudo: saúde, educação, agroecologia. Quem segura isso aqui é a mulher."

Além disso, as mulheres têm consciência das opressões e das desigualdades de gênero, que limitam seu poder de ação. Tirar a carteira de motorista apareceu em várias falas como um passo necessário para a independência. Como disse uma moradora da região Sul:

"Eu quero aprender a dirigir, não só carro, mas trator também. Já que eu pago, já que eu planto, eu quero ir e vir do meu jeito."

Nesse sentido, é importante reconhecer que ser mulher assentada ou acampada não é apenas uma posição social, é uma experiência de enfrentamento ao modelo de sociedade que desvaloriza o campo, o trabalho reprodutivo e os saberes populares. Como apontam autoras como Silvia Federici (2019), há um esforço sistemático de invisibilização da contribuição das mulheres na economia e na política. No caso das mulheres do campo, essa invisibilização se expressa no apagamento histórico produzido por décadas de políticas públicas machistas e, sobretudo, centradas no contexto urbano, que desvalorizam os saberes e as realidades rurais.

Mas essas mulheres estão reescrevendo essa narrativa. Seja através da criação de associações autônomas e defesa de escolas do campo com pedagogia própria, como no Sul; ou na formação de grupos terapêuticos com uso de plantas medicinais no Norte. Nesses movimentos essas

Foto de Zanete Dadalto

Maria Geciane Oliveira, Maria Terezinha Augustini, Geisa Carvalho, Maria de Fátima Miguel Ribeiro e Josimara Pezzin, exibem com orgulho a bandeira do MST, compreendendo a luta pela terra. Elas fazem parte do assentamento Sezínio Fernandes, em Linhares.

mulheres têm afirmado que outro modelo de território é possível, um contexto onde o cuidado não seja sinônimo de submissão, mas de reorganização coletiva da vida.

"A gente aprendeu que ser mulher aqui é não desistir. Mesmo quando não tem água, mesmo quando a estrada some com a chuva. A gente dá um jeito."

A água — ou a falta dela — surge nos relatos das rodas de conversa não como um problema isolado, mas como símbolo de um padrão de negação. Não se trata apenas da ausência, mas da repetição sistemática de uma lógica que retira das mulheres as condições mínimas de existência: para plantar, cuidar e transformar a terra em vida. Essa relação transcende a experiência de ser mulher, revelando uma conexão profunda com a terra — não apenas como meio de produção, mas, sobretudo, como meio de vida. Em seus relatos, reitera-se sempre a luta pelo acesso a ela.

"É difícil quando a gente quer plantar e não tem água. A terra é nossa, mas parece que a gente ainda está pedindo licença pra ela dar alguma coisa."

Outra narrativa recorrente diz respeito ao adoecimento. Na região Norte, por exemplo, diversas mulheres mencionaram o aumento de casos de doenças de pele, a necessidade de reposição de vitaminas, de ferritina, além de sintomas físicos não diagnosticados, muitos relacionados à contaminação ambiental, por conta dos impactos do rompimento da Barragem de Fundão.

Há um entendimento coletivo de que o corpo das mulheres está diretamente exposto à violência ambiental, e ao mesmo tempo parece haver um silenciamento desse adoecimento já que lhes é negado o diagnóstico dos impactos na vida delas e da comunidade assentada. Como disse uma delas:

"Parece que adoecer aqui é normal. Mas não é normal a gente adoecer assim e ninguém investigar. A gente não tem um nome pra isso. A gente só sente."

Na região da Grande Vitória, por sua vez, as mulheres falaram sobre como o tempo urbano não é o mesmo tempo da vida delas. A ausência de creche, de transporte escolar e de serviços básicos impede-as de conseguir estudar, trabalhar por exemplo.

"Meu filho tem cinco anos e já sabe que tem que esperar a chuva parar pra ir pra escola. Porque quando chove, vira lama. E não tem ônibus. É a gente que carrega. Ou vai no colo, ou não vai."

Aspecto predominante nas rodas foi a convivência, a troca, a solidariedade e os laços tecidos com afeto, compartilhamento e cuidado entre elas, mas sempre apontando o território e os vínculos coletivos criados na luta pela terra.

"Se uma vizinha adoece, sou eu que vou lá fazer o chá, olhar o menino dela. A gente aprende a ser mulher com a outra. Ser mulher aqui é aprender a não deixar ninguém sozinha."

Já no Norte, vemos a forma como os saberes e o vínculo territorial conectam as mulheres.

"Eu estudo as plantas, mas não é só pra mim. É pra quando a vizinha tá com dor, pra quando falta médico, pra quando ninguém aparece. A gente se cura entre a gente."

Em relação às sensações e sentimentos relacionados à definição do ser mulher, na Grande Vitória, a sensação de exaustão foi mencionada por 29% das participantes, seguida de sobrecarga (26%), e orgulho (24%). Outras emoções também mencionadas com constância foram a ansiedade (21%), a insegurança (19%) e a esperança (21%).

Na região Sul, os dados também indicam uma vivência marcada por ambivalência. Orgulho e esperança foram mencionados por 33% das mulheres, seguidos de realização pessoal e insegurança, ambas com 17%. Esses relatos evidenciam que, apesar dos desafios, as mulheres enxergam conquistas e alimentam perspectivas futuras, mas sem deixar de denunciar a sensação de vulnerabilidade e os limites impostos pelo contexto.



A ocupação Vila Esperança simboliza a luta pelo acesso à moradia. Nesses espaços, as mulheres são força, sustentação e resistência.

Foto de Zanete Dadalto

Já na região Norte, o orgulho aparece novamente como emoção bastante frequente, manifestado por 17% das mulheres entrevistadas. Ele é acompanhado pelos sentimentos de culpa, sobrecarga e revolta diante da injustiça, todos mencionados por 8% das participantes nas escutas realizadas. Aqui, a combinação entre reconhecimento e frustração expõe as tensões que atravessam o papel feminino nas dinâmicas familiares, produtivas e sociais, especialmente, em áreas marcadas por vulnerabilidades ambientais e de infraestrutura básica.

Tais relatos evidenciam que o ser mulher em assentamentos e acampamentos é muito mais do que sobreviver. É sustentar o cotidiano, preservar saberes, resistir ao apagamento e produzir uma comunidade. Em cada gesto de cuidado, em cada tentativa de estudar, em cada planta colhida no quintal, as mulheres constroem outra forma de viver a política: uma política cotidiana, relacional, coletiva e profundamente transformadora.

"Ser mulher é acordar todo dia sem saber se vai ter água, se vai ter luz, mas ir mesmo assim. É plantar mesmo sem saber se vai colher. Porque a gente não tem escolha, tem que fazer dar certo."

Encerramos o segmento com a frase de uma das participantes da Roda de Conversa ocorrida na Grande Vitória, como forma de salientar a dinâmica da luta e da resistência que são marcadores na construção das subjetividades do ser mulher assentada e acampada.

"Mulher aqui é quem segura tudo e ainda tem que sorrir. Porque se a gente chora, dizem que é fraqueza. Mas a gente sabe que não é."

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Ampliar, melhorar e fortalecer a rede de serviços nos assentamentos (creches, postos de saúde, transporte público, estradas, internet).
02	Fortalecer, valorizar e promover a participação de mulheres assentadas e acampadas em processos decisórios e de gestão, bem como incentivar a sua liderança política em outras instâncias.
03	Fortalecer/criar projetos de CNH social voltados para mulheres assentadas e acampadas.
04	Investigar casos de adoecimento nos assentamentos.
05	Criar espaços e ações de convivência entre mulheres, bem como consolidar associações e coletivos de mulheres nos assentamentos.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

Investir em tecnologia e em formação é primordial entre as empreendedoras. Seleção e embalagem de ovos de codorna na Barra do Rio Posmosser, Santa Maria de Jetibá.

Foto de Zanete Dadalto

CAPÍTULO 14.3

MULHERES EMPREENDEDORAS RURAIS: CRIATIVIDADE E FORÇA QUE MOVIMENTAM O TERRITÓRIO

Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

O segmento dedicado às Mulheres Empreendedoras Rurais reuniu participantes de diferentes municípios do Espírito Santo. Para a realização das rodas de conversa, contamos com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/ES).

A partir das ações empreendidas, foi possível compreender de forma mais ampla os desafios enfrentados pelas mulheres rurais que empreendem, seja na produção agrícola, na gestão dos seus negócios e/ou na criação de produtos artesanais e sustentáveis.

Os diálogos e as trocas revelaram um panorama diverso das realidades vividas por mulheres que constroem, com trabalho e criatividade, novas formas de protagonismo no campo.

EMPREENDEDORAS RURAIS: ASPECTOS GERAIS

As mulheres rurais exercem diferentes papéis no meio rural. Seu protagonismo, sob o recorte do empreendedorismo, destaca-se tanto em atividades agrícolas quanto não agrícolas, com especial ênfase em atribuições que representam inovação, acesso a novos mercados e sustentabilidade.

Apesar da sua presença e importância, a participação das mulheres na gestão das propriedades envolve uma questão histórica de desigualdade em relação aos homens: oficialmente, elas são a minoria na gestão das propriedades (no Espírito Santo, apenas 14% dos estabelecimentos agropecuários estão sob gestão feminina), e se consolidam também como minoria no acesso a crédito e nas ações de assistência técnica e extensão rural. (IBGE, 2017)

Contudo, diversas são as iniciativas para que as mulheres assumam protagonismo nos processos de empreendedorismo rural, o que se transforma em maior autonomia, participação e controle na geração de renda da família, contribuindo para ampliar as relações mais igualitárias de gênero.

O QUE É SER MULHER EMPREENDEDORA RURAL NO ESPÍRITO SANTO?

Ser mulher, para elas, é antes de tudo um ato de coragem e resistência cotidiana. É enfrentar a vida com força, fé e determinação, mesmo quando a sobrecarga e a incompreensão pesam sobre seus ombros. Nas palavras dessas mulheres, ser mulher é ser guerreira, "corajosa para o dia a dia da vida", alguém que enfrenta desafios com dignidade e mantém o brilho mesmo diante das dificuldades. É também reconhecer-se como "obra de Deus", um ser abençoado, iluminado e múltiplo, que é filha, mãe, esposa, vizinha, profissional e que, ainda assim, encontra tempo e sensibilidade para cuidar dos outros e manter-se de pé.

Ser mulher também é viver a contradição entre o amor e o fardo, entre a delicadeza e a força. É ser "intensa e apaixonada pela vida", mas, ao mesmo tempo, precisar se reinventar todos os dias em um mundo ainda marcado pelo machismo e pela desigualdade. Muitas falas revelam o orgulho de pertencer a uma linhagem que lutou por espaços, direitos e reconhecimento, e a consciência de que cada conquista atual carrega o legado de quem veio antes, das avós e bisavós, mulheres que não tiveram as mesmas oportunidades, mas abriram caminho com suas próprias lutas silenciosas.

Nas entrelinhas das falas, ser mulher é doar-se e multiplicar vida, é equilibrar desejos pessoais, profissionais e familiares com criatividade e sensibilidade. É saber acolher, planejar, organizar e amar, muitas vezes dizendo "não" para si mesma, para dizer "sim" aos outros. Em suas vozes, há gratidão e orgulho, mas também a consciência de que esse lugar é conquistado todos os dias, com esforço, fé e a força de quem transforma desafios em potência.

Os sentimentos mais recorrentes sobre a percepção de ser mulher foram: realização (75%), esperança (70,8%) e orgulho (70,8%), revelando um julgamento positivo sobre si mesmas e suas trajetórias, ainda que acompanhada pela consciência da singularidade (41,7%) de cada vivência e pela presença marcante da exaustão (33,3%), que evidencia o peso das múltiplas jornadas assumidas no cotidiano.

Ser mulher empreendedora rural é carregar no corpo e na alma a força de quem resiste, cria e transforma. Nas falas, o trabalho no campo é descrito como uma jornada de persistência, um movimento constante de superação diante das dificuldades. A mulher rural aparece como protagonista de sua própria história, orgulhosa do que constrói e consciente do esforço que isso exige:



Reunir mulheres empreendedoras de todas as regiões do estado permitiu compreender especificidades e singularidades. Roda de conversa realizada com o apoio e participação do SENAR/FAES, Vitória.

Foto de Alice Carpes

“Ser persistente, por não desistir nas dificuldades.”; “É uma luta incansável, mas gratificante. Vivo disso e me orgulho!”

O cotidiano dessas mulheres é marcado por uma combinação singular de coragem, sensibilidade e visão ampla. Elas se reconhecem como organizadas, determinadas e criativas, capazes de manter o equilíbrio entre múltiplas funções e ainda olhar o todo com lucidez. O olhar feminino no campo é descrito como holístico e resolutivo, uma forma de perceber o entorno e agir com propósito, guiada pela intuição e pela prática.

“Mulher tem olhar holístico, resolutiva, ocupa várias funções.”; “A mulher tem um olhar diferenciado, consegue perceber o todo. Consegue administrar e fazer acontecer. Tem força inexplicável.”

A persistência, a organização e a fé no trabalho aparecem como pilares desse modo de vida. Ser empreendedora rural é mais que produzir... É sustentar tradições, é inovar dentro das possibilidades e manter viva uma cultura de trabalho que se confunde com o próprio existir. É repensar o campo com criatividade e amor, enfrentando cada dia como quem “aniquila um leão” e ainda sorri diante da conquista.

“Ser mulher na área rural é ser perseverante, guerreira, capaz. Podemos evoluir a cada dia.”; “Ser uma guerreira, pois temos que aniquilar um leão por dia. Coragem de acordar e dar o melhor a cada dia.” “A mulher rural é vista pela sua coragem de nunca desistir dos seus objetivos, você não faz ideia da coragem da mulher rural.”

Muitas delas afirmaram nunca ter refletido sobre o próprio papel como empreendedoras. A fala coletiva expressou uma compreensão que começa a florescer dentro de si — o reconhecimento do próprio valor — ao mesmo tempo em que evidencia o peso simbólico de uma cultura que ainda associa o campo à figura masculina.

Em suas palavras, é o homem quem tradicionalmente representa a força, enquanto a mulher, mesmo sendo essencial no trabalho e na administração, é muitas vezes vista — e, por vezes, também se vê — como alguém “que não sabe administrar” ou “que não é capaz”. Essa percepção revela os resquícios de uma divisão desigual de papéis e o reconhecimento ainda limitado da mulher rural como agente socioeconômica.

Os desafios relatados pelas mulheres empreendedoras rurais revelam o quanto a desigualdade de gênero ainda atravessa o campo. As falas mostram que, mesmo com avanços e conquistas, ainda se faz presente e constante a luta por reconhecimento e por condições equitativas no cotidiano dessas mulheres. A diferença no acesso a oportunidades, a crédito e a mercados, bem como o preconceito e o machismo, despontam de forma recorrente nas experiências compartilhadas.

“Desigualdade da mulher e homem para negociar. O fato de ser mulher e os homens dizerem que mulher não sabe ou não nasceu para administrar.”

Assim, relatam que o machismo estrutural e as heranças culturais continuam a limitar o acesso das mulheres a espaços de decisão e de negociação. Muitas alegam que ainda precisam provar, repetidas vezes, sua competência e legitimidade como produtoras e gestoras, enfrentando olhares de dúvida e de desconfiança. Apesar disso, transformam a adversidade em motivação, afirmando sua presença e sua voz em um território historicamente dominado por homens.

“O fato de descender de família italiana, que nomeia os filhos homens como administradores e as filhas mulheres apenas para os serviços do lar”, é arraigado. “Hoje não é mais tanto assim, porém já tive situações desagradáveis por me colocar sempre à frente.”

Muitas mulheres apontam a falta de apoio institucional e de políticas públicas efetivas como uma barreira que limita o crescimento dos seus empreendimentos. A

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

ausência de incentivo, informação e reconhecimento (tanto por parte do poder público quanto da própria comunidade), enfraquece as possibilidades de expansão e de fortalecimento de suas iniciativas.

Essa lacuna se soma às dificuldades práticas do cotidiano rural, como a locomoção precária, a falta de mão de obra, a carência de infraestrutura e o acesso limitado a sistemas financeiros e tecnológicos, além de comentários e práticas que desqualificam sua capacidade de gerir as propriedades e as pessoas.

Ser mulher no campo é enfrentar as adversidades de um ambiente onde o acesso a políticas públicas ainda enfrenta muitas barreiras, contudo, é um incentivo à buscar a reinvenção para transformar e para prosperar. A cada dia, essas mulheres reafirmam seu pertencimento, sua ligação com a terra e o amor pelo que fazem.

"A maior potencialidade é você conseguir sobreviver em um local onde as políticas públicas são difíceis de alcançar e mesmo assim fazer de um limão uma limonada."

Essas questões revelam que empreender no campo é, para as mulheres, uma travessia constante entre a força e o cansaço, entre o desejo de prosperar e as limitações impostas por um sistema ainda excludente. A distância dos centros urbanos amplia a sensação de isolamento e de sobrecarga, tornando o ato de manter um negócio rural um exercício diário de resistência e criatividade. Ainda assim, elas seguem, reformulando estratégias, criando redes de apoio e encontrando maneiras de permanecer produtivas, mesmo sem o reconhecimento e os recursos necessários.

A sobrecarga de funções também aparece como um dos principais desafios. Dividir o tempo entre o trabalho, os cuidados com a família e as tarefas domésticas é uma realidade que impõe limites ao crescimento profissional e pessoal dessas mulheres. A despeito disso, elas continuam se reinventando, demonstrando coragem e capacidade de adaptação diante de um contexto que exige muito mais delas do que deveria.

"Dividir o tempo entre tarefas domésticas, como o cuidado com filhos e os afazeres do lar, e ter que mostrar que sou tão competente quanto os homens é o maior desafio de ser mulher rural. As oportunidades de mostrar mais os nossos produtos, tudo isso é uma grande luta de resistência."

Apesar disso, o que prevalece é a insistência e a resistência. Mesmo diante de dificuldades materiais e emocionais, elas seguem firmes, sustentadas por uma fé que se torna força cotidiana. Continuam produzindo, inovando e resistindo, reafirmando que a força feminina no meio rural é, antes de tudo, uma força de reconstrução. Logo, cada conquista, seja um produto reconhecido, um mercado alcançado ou uma melhoria nas condições de trabalho, representa um passo diante de estruturas que ainda insistem em subestimá-las.

Desse modo, os impedimentos de sair de casa e estudar, relatados por muitas participantes, mostram a sobreposição de papéis e a dificuldade de acesso à formação. Foi destacada a importância de ampliar as oportunidades de cursos e de capacitações voltados às realidades do campo, fortalecendo as mulheres e seus ofícios. Ações coletivas foram apontadas como caminhos eficazes para alcançar resultados concretos, reforçando a potência da união e da cooperação entre elas. Resilientes, essas mulheres seguem transformando dificuldades em oportunidades, reafirmando o protagonismo feminino na economia e na vida rural capixaba.

Por fim, as mulheres empreendedoras rurais do Espírito Santo revelam, em suas trajetórias, a força silenciosa de quem sustenta o campo com trabalho e persistência. Durante as rodas de conversa, relataram que, embora muitas vezes não se reconheçam de imediato como empreendedoras, exercem diariamente funções de gestão,



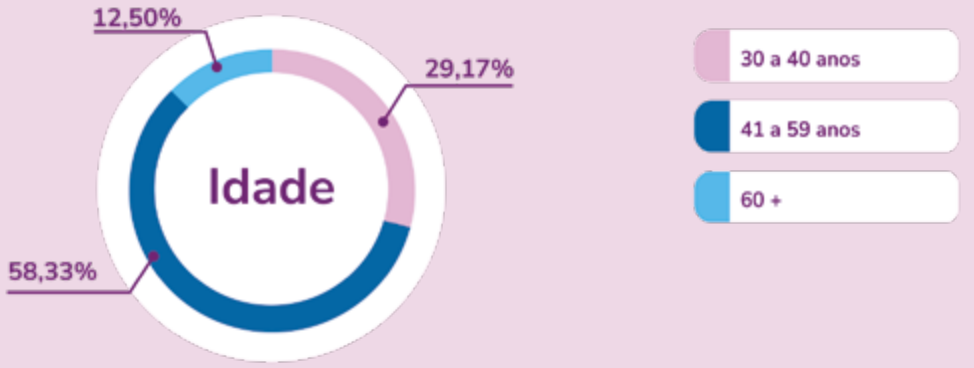
Foto de Zanete Dadalto

Clara Odeth Espindula Potratz, empreendedora rural na Barra do Rio Posmosser, Santa Maria de Jetibá.

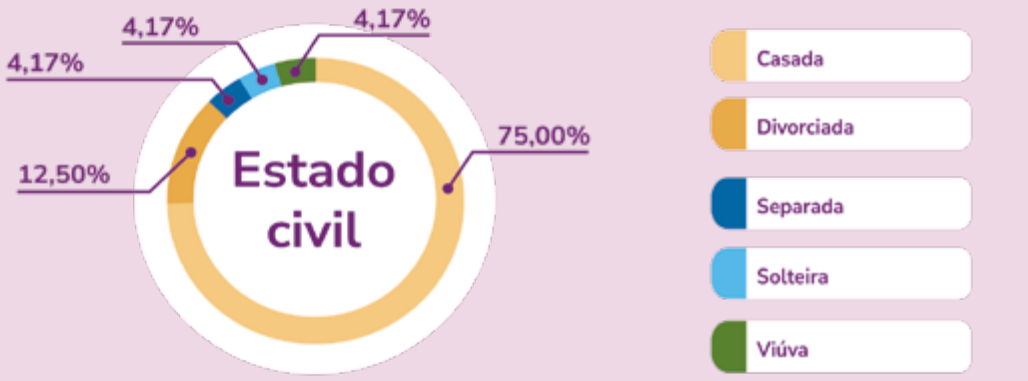
Perfil das

Mulheres Empreendedoras Rurais

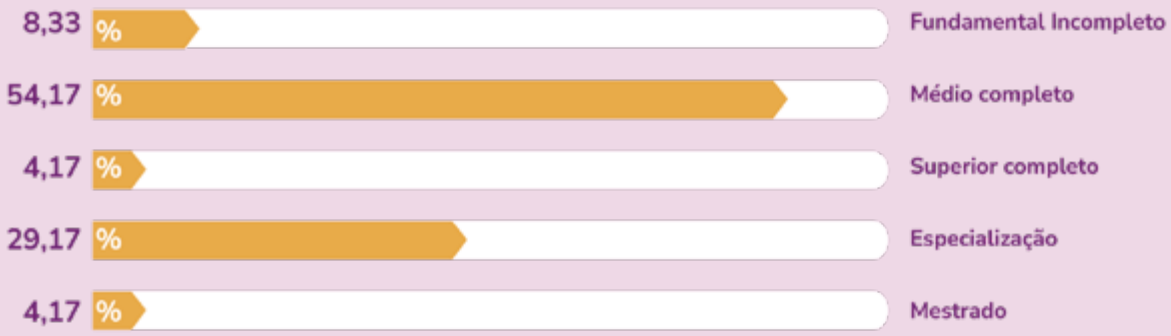
Idade



Estado civil



Escolaridade





Raça/cor/etnia

50%
Brancas

33%
Pardas

12%
Pretas

4%
Indígenas

25%
São as principais provedoras da família

79%
Cuidam de alguém

25%
Cuidam dos filhos

46%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

21%

Trabalham fora e têm suporte, por isso, não precisam usar todo o tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

88%
Têm filhos

67%
Têm dois filhos ou mais

15%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa



Vera Lucia Barcelos, do Grupo 7M, mostra como o beneficiamento da banana prata pode gerar renda e melhorar a qualidade vida em Cachoeirinha, zona rural de Cariacica.

Foto de Janete Diniz



Dora e Aline, mãe e filha, inovam e empreendem na propriedade. Elas apostam em diversificação, qualificação e inovação para atingir novos mercados. Comunidade Vargem Fria, Guarapari.

Foto de Janete Diniz

criação e sustento, conciliando o trabalho produtivo com o cuidado da família.

Inseridas no segmento Mulheres no Campo e na Pesca, representam a potência de quem produz, cria e transforma o território a partir do trabalho cotidiano e da relação profunda com a terra. Suas falas revelam um grupo de mulheres que, mesmo diante de desigualdades estruturais, reafirma sua presença ativa no território capixaba, transformando a terra em sustento, o trabalho em autonomia e a resistência em símbolo de esperança para o futuro das comunidades rurais.

Destaca-se, ainda, a notável capacidade de mudança, criação e flexibilidade: mesmo com recursos limitados, elas reformulam práticas, diversificam a produção e inovam em seus modos de trabalho. A criatividade e a adaptabilidade emergem como marcas fundamentais dessas mulheres, que fazem da adversidade um terreno fértil para o crescimento, a autonomia e a transformação coletiva. Assim, ser mulher empreendedora rural é resistir para existir!

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Ampliar as oportunidades de cursos e capacitações.
02	Ampliar o acesso a políticas públicas.
03	Melhorar a infraestrutura rural.
04	Fortalecer e ampliar espaços de diálogo e acolhimento de mulheres rurais.
05	Fortalecer e ampliar redes de apoio – tanto profissionalizantes, quanto sociais.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

Foto de Zanete Dadalto

Cleia da Silva Costa, 63 anos, uma mulher enredada na pesca e orgulhosa do seu ofício. Vitimada pelo rompimento da barragem de Fundão, fez da inviabilidade da pesca a força motriz contra a invisibilização da mulher pescadora e marisqueira nos processos de reparação e indenização decorrentes.

CAPÍTULO 14.4

MULHERES PESCADORAS E MARISQUEIRAS: “PESCAR PRA MIM É COMO RESPIRAR. É QUANDO EU SOU EU”[1]

Rosimery Soares Loiola
Sthéfany Gomes Tiburso

Entrar em uma comunidade de pesca artesanal é adentrar um território em que o ritmo da vida é guiado pelas águas. O movimento das marés, o cheiro do peixe recém-retirado do mar, o lodo[2] do mangue que marca a pele e o corpo e o transcorrer peculiar do tempo — que ali parece se organizar em função do trabalho com a pesca e o marisco — compõem a cadência desse modo de viver.

Em cada uma das três rodas de conversa realizadas em 2025 com mulheres da pesca no Espírito Santo, a equipe do Atlas das Mulheres pôde vivenciar, ainda que por algumas horas, aspectos do cotidiano dessas trabalhadoras, as quais conciliam a vida pesada da captura, limpeza e beneficiamento do pescado com as responsabilidades domésticas e familiares.

[1]Relato de uma das pescadoras que participou da roda de conversa do Atlas das Mulheres.

Momento de diálogo entre as pescadoras durante as rodas de conversa.

Foto de Zanete Dadalto

A pesquisa percorreu três territórios representativos da pesca no estado: no Sul, a roda de conversa ocorreu na Colônia de Pesca de Itaipava, em Itapemirim; na Grande Vitória, na Associação de Pescadores de Jacaraípe, em Serra; e no Norte, na Comunidade Quilombola de Degredo, em Linhares, que também é uma comunidade pesqueira. As participantes das conversas, responderam a formulários e contribuíram para a construção de um registro coletivo sobre o que significa ser pescadora ou marisqueira, quais os desafios enfrentados e acerca das possibilidades vislumbradas para o futuro da atividade.

Esse formato de escuta, realizado nos próprios territórios de pesca, não pretendeu abarcar toda a complexidade da atividade pesqueira no Espírito Santo, contudo, teve a intenção de capturar fragmentos significativos e indissociáveis à prática experimentada pelas mulheres que vivem esse e desse ofício.

As condutoras das rodas de conversa procuraram delinear um contexto de confiança, a fim de que as participantes pudessem se colocar com espontaneidade na exposição de temáticas atravessadas por trabalho, desigualdade, orgulho, frustrações e expectativas. No caso das regiões Norte e Metropolitana, o diálogo suscitou vestígios de memória das consequências do rompimento da barragem de Fundão em 2015, que contaminou a água e proibiu a atividade pesqueira, afetando a renda, a alimentação e a identidade profissional dessas mulheres.

Compreender a vida social, como lembra Clifford Geertz (1989), exige mergulhar nas "espessuras", nos significados que as pessoas atribuem às suas práticas e ao seu cotidiano. Ao acessar, mesmo que brevemente, o dia a dia dessas mulheres, a pesquisa se deparou com questões estruturais como a invisibilidade de gênero nas políticas pesqueiras, a ausência de infraestrutura adequada nas comunidades e as condições desiguais de acesso a direitos.

Mais do que mapear dados, este trabalho busca dar visibilidade às formas de organização, ao conhecimento técnico e ao papel central que essas mulheres desempenham na manutenção da pesca artesanal capixaba. Pensar políticas públicas para a pesca, neste sentido, é também reconhecer suas vozes como legítimas e indispensáveis para transformar essa realidade.

MULHERES PESCADORAS E MARISQUEIRAS: ASPECTOS GERAIS

O trabalho das mulheres na pesca e na retirada do marisco artesanal capixaba se constrói a partir de múltiplas funções que vão muito além do ato de lançar redes ou recolher mariscos. Em todas as regiões visitadas, ficou evidente que elas participam de todo o ciclo produtivo: desde a coleta, a limpeza, o beneficiamento do pescado até a venda e a gestão do orçamento familiar. Ao mesmo tempo, assumem grande parte das responsabilidades domésticas e do cuidado com filhos, netos e pessoas idosas. Essa sobreposição de funções marca suas rotinas de forma intensa e contínua.

De acordo com o Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), do Ministério da Pesca e Aquicultura, 49% dos pescadores profissionais no Brasil são mulheres, o que corresponde a cerca de 507.896 mulheres entre os 1.035.478 pescadores ativos registrados.

Os registros também mostram que a pesca artesanal é majoritária entre essas mulheres, mas muitos dados evidenciam sua subnotificação e ausência institucional no acesso a benefícios como seguro-defeso, previdência, assistência técnica e crédito. A invisibilidade formal dessas trabalhadoras resulta em exclusão de programas de apoio e instâncias de decisão no setor pesqueiro (Brasil, 2023).

Os dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2020) apontam que as

mulheres representam cerca de 50% da força de trabalho mundial em atividades de pré e pós-captura na pesca artesanal, ainda que muitas vezes invisibilizadas nos registros oficiais.

Esse cenário também se repete no contexto capixaba, conforme relatam as pescadoras e marisqueiras, que destacaram nas conversas o início precoce nessa atividade. Desde muito jovens, são convocadas a participar e, logo, assumem a linha de frente produtiva, atuando em todas as etapas do processo — da coleta ao preparo, do cuidado à venda do pescado. A presença feminina na pesca artesanal revela-se, assim, inevitável e múltipla: raramente é uma escolha, mas uma necessidade que garante a sustentabilidade das comunidades pesqueiras.

Outro aspecto relevante é o impacto que a pesca tem na segurança alimentar. O IBGE (2021) mostrou que o pescado é uma das principais fontes de proteína animal consumida em comunidades litorâneas brasileiras, e as mulheres têm papel central nessa dinâmica, já que estão diretamente envolvidas na coleta de mariscos, em sua manipulação e comercialização. Portanto, ao mencionar o trabalho das mulheres pescadoras e marisqueiras, é preciso considerar não apenas os aspectos econômicos, mas também os culturais e sociais — pois suas práticas conectam alimento, cultura e território — e, sobretudo, de saúde, já que os produtos da pesca garantem segurança alimentar e são ricos em proteínas, como o ômega 3, por exemplo.

No Espírito Santo, a pesca artesanal é uma atividade que sustenta a economia de diversos municípios litorâneos e ribeirinhos. Segundo o Incaper, na pesquisa intitulada "Quem são elas? Histórias e relatos sobre mulheres que constroem a agricultura e a pesca capixaba" (2023), as mulheres têm papel fundamental na cadeia produtiva da pesca artesanal e da maricultura no Espírito Santo, com destaque para as marisqueiras que atuam em manguezais, estuários e áreas costeiras, assegurando o alimento das comunidades e a continuidade de saberes transmitidos entre gerações.

A relevância dessas mulheres para a economia, a cultura alimentar e a preservação dos territórios de pesca é inegável, pois elas desempenham um papel estratégico na sustentabilidade social e ambiental da pesca artesanal no Espírito Santo. As rodas de conversa revelaram que as mulheres começam a reconhecer cada vez mais seu papel fundamental como capital sociocultural em suas comunidades, contribuindo para manter vivas as práticas de organização coletiva, a transmissão de saberes e fazeres ligados à pesca artesanal e à defesa do território, fortalecendo a valorização dos lugares onde atuam.

O QUE É SER MULHER PESCADORA E MARISQUEIRA NO ESPÍRITO SANTO?

"Significa tudo sobre mim e minha vida. (...) Tenho orgulho do meu trabalho, mas não sou reconhecida. (...) Acordar cedo e ir para o alto mar me faz feliz."

Essas e outras falas reunidas nas rodas de conversa revelam que ser pescadora ou marisqueira no Espírito Santo é viver entre a realização pessoal e a ausência de reconhecimento. É um ofício que combina saber técnico, força física e laços comunitários, mas que também é atravessado por desigualdades estruturais e pela invisibilidade histórica das mulheres nas discussões voltadas à pesca.

No Sul, em Itapemirim, muitas mulheres relataram que a pesca lhes dá independência e autonomia financeira. Algumas contaram que criaram os filhos sozinhas com o que conseguiram tirar do mar e do mangue: "Através da minha profissão criei meus filhos sem a ajuda do pai", menciona uma das participantes. A mariscagem aparece como fonte de orgulho e de identidade, mas também de cansaço e frustração diante da falta de valorização institucional, que resulta em conformismo e aceitação,

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

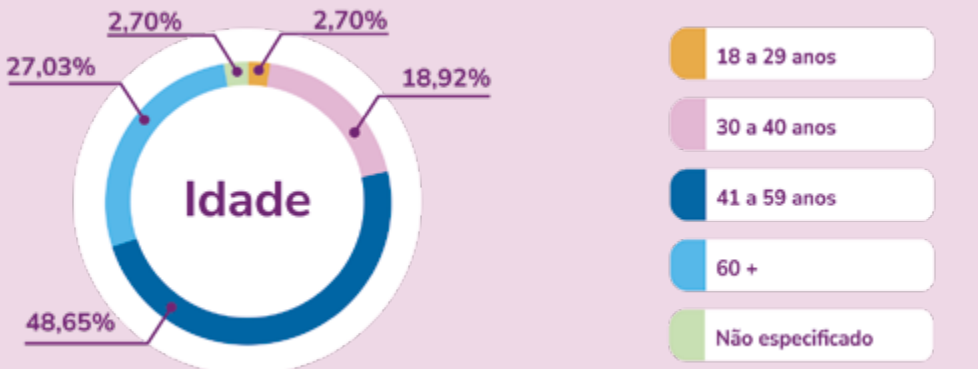
A rotina das mulheres pescadoras de Degredo sofre as consequências do rompimento da barragem de Fundão. A privação de fazer o que dá sentido à vida é ainda acompanhada de sobrecarga nas rotinas do dia a dia.

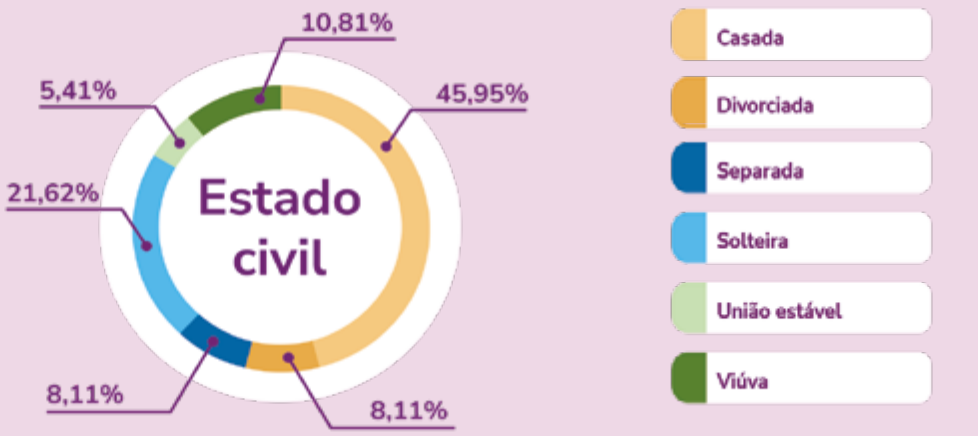
Foto de Zanete Dadalto

Perfil das

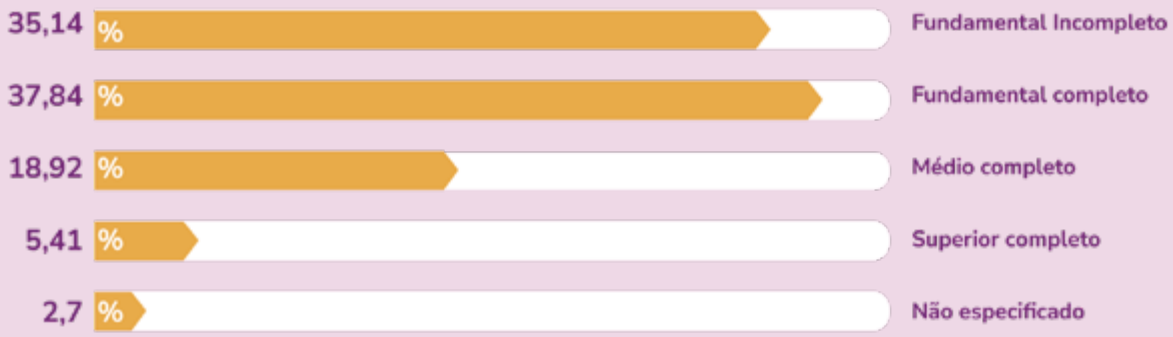
Mulheres

Pescadoras e Marisqueiras





Escolaridade





Raça/cor/etnia

54%
Pardas

32%
Brancas

11%
Pretas

59%
São as principais provedoras da família

60%
Cuidam de alguém

19%
Cuidam dos pais

65%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

5%

Trabalham fora e usam pouca parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

97%
Têm filhos

78%
Têm dois filhos ou mais

34%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

como é denotado nessa fala de uma das mulheres marisqueiras: ***"Sei que o meu trabalho ainda não tem reconhecimento oficial, mas é muito gratificante e é o que eu sei fazer."***

Na Grande Vitória, em Jacaraípe, o orgulho pelo ofício se mistura às desigualdades de gênero. Muitas mulheres relataram o julgamento que sofrem por realizarem tarefas tradicionalmente associadas ao universo masculino, como "jogar tarrafa". Para outras, a pesca é um legado que conecta passado e presente: "***Meus pais eram pescadores e eu amo quando estou na beira do rio pescando, esqueço de tudo e levo comida pra casa."***

Loiola (2024) em trabalho sobre o desastre e seus impactos na vida das mulheres do Degredo, destaca que, para além da destruição ambiental, houve uma ruptura simbólica e afetiva. As mulheres de Degredo, em sua maioria pescadoras, passaram a lidar com o luto de uma natureza contaminada, com a insegurança alimentar e com o impacto econômico causado pela proibição das atividades pesqueiras.

Ser mulher pescadora e marisqueira no Espírito Santo é viver um trabalho que vai além da sobrevivência: é parte da construção do próprio ser. Nas falas, elas dizem que a pesca é ***"tudo sobre mim e minha vida"*** ou ***"é o que eu sei fazer"***, deixando claro que não se trata apenas de profissão, mas de uma ligação íntima com o lugar onde vivem, com as práticas que aprenderam desde cedo e com o que desejam transmitir às próximas gerações. Essa relação corrobora que o ato de pescar não é só retirar da água o alimento, mas também reafirmar quem elas são, todos os dias.

É nesse cotidiano que se revelam gestos de dignidade e orgulho. Ao recolher mariscos, ao lançar tarrafas, ao preparar o peixe, essas mulheres atualizam saberes que mantêm vivas comunidades inteiras. A pesca organiza a vida: dita o ritmo do trabalho, mas também atravessa a maneira como se relacionam, como se reconhecem e como são reconhecidas pelas demais pessoas de suas localidades. Esse ofício, descrito muitas vezes como prazeroso: "acordar cedo e ir para o alto mar pescar", não é só uma tarefa, mas uma experiência de pertencimento que se traduz em alegria, independência e realização.

É importante compreender que ser mulher pescadora e marisqueira significa ocupar um lugar central na história da pesca artesanal capixaba. Suas vozes revelam que o mar, o rio e o mangue não são apenas espaços de trabalho, mas territórios de memória, identidade e futuro.

Entre o peso do corpo e a leveza das palavras, elas nos lembram que cada rede lançada guarda mais do que peixes: guarda histórias de vida, marcas de resistência e a certeza de que sua presença é insubstituível. Ao escutarmos suas narrativas, aprendemos que a pesca, em suas mãos, é também um modo de estar no mundo, um modo que resiste, pertence e permanece.

Entre as respostas, chama atenção o quanto a pesca é descrita como fonte de alegria e bem-estar. Uma participante da Grande Vitória disse: ***"Para mim é maravilhoso, gosto muito de pescar no rio, me sinto bem".*** Outra, depoente, da mesma região, completou: ***"É muito bom a gente fazer o que gosta"***. Essas falas mostram que o ofício não se restringe ao esforço físico ou à renda, mas também se converte em satisfação pessoal, em sensação de liberdade e em vínculo afetivo com o ambiente em que vivem.

Há ainda quem destaque a coragem que esse trabalho exige. No Norte, uma pescadora afirmou que seu trabalho exige: ***"ser corajosa, guerreira e gostar do que faz"***. Já no Sul, outra acrescentou: ***"significa estar sempre na atividade, na luta. Não tem preguiça"***. Essas palavras revelam que a pesca é percebida como espaço de afirmação de força e de perseverança, onde a presença feminina não é apenas resistência, mas também demonstração de competência,

Cristiani Gomes dos Santos Bitencourt é pescadora desde a adolescência. Ela revela as técnicas necessárias para a pesca de rede em Jacaraipe, Serra.

Foto de Zanete Dadalto

disciplina e orgulho por exercer um ofício historicamente subestimado.

Das mulheres pescadoras e marisqueiras que participaram das rodas de conversa, 65% se identificam como negras (conforme a classificação do IBGE). Esse predomínio de mulheres negras destaca sua presença na pesca artesanal capixaba, não apenas como trabalhadoras, mas como guardiãs de saberes, técnicas e práticas que sustentam a pesca comunitária. A expressiva participação de mulheres negras nas comunidades pesqueiras não é apenas um dado quantitativo, mas a reafirmação de um modo de vida e de uma identidade coletiva que integra a cultura alimentar, a economia e o patrimônio imaterial do estado.

Em relação à escolaridade, 35,14% possuem ensino fundamental incompleto, 37,84% fundamental completo, 18,92% médio completo, 5,41% superior completo. Embora a pesca seja um ofício que exige conhecimentos técnicos específicos e saberes diversos muito importantes, a limitação escolar restringe o acesso a cursos de capacitação, editais, regularização documental e espaços de decisão, ampliando as barreiras para garantir-lhes direitos e fortalecer a autonomia econômica.

Quanto ao papel de provedoras, 59,4% se declararam principais responsáveis pelo sustento da família, 29,7% indicaram o(a) parceiro(a) como provedor(a) e 5,4% mencionaram outros arranjos familiares. Esse dado é duplamente revelador: por um lado, confirma a centralidade das mulheres na manutenção financeira e na segurança alimentar dos lares; por outro, expõe o peso desproporcional de responsabilidades assumidas sem garantias mínimas de renda, seguridade social ou apoio público para conciliar trabalho e cuidado.

Entre as mulheres que participaram do formulário, 97,3% declararam ter filhos. A distribuição mostra que a maior parte possui três filhos (36%), seguida por aquelas com dois filhos (25%), às com quatro, ou mais filhos (17%) e, por fim, aquelas com um filho (17%). Essa média de filhos por mulher é um dado relevante, pois implica maiores demandas de tempo, cuidado e recursos. Sobre a condição de maternidade solo, 34,3% das participantes afirmaram criar seus filhos sem a presença de um parceiro.

Essa proporção é significativa, pois demonstra que, entre as demais, muitas relataram exercer sozinhas as funções de cuidado e sustento, ainda que vivendo com o parceiro, em face à ausência de apoio efetivo e de compartilhamento de tarefas no lar. A maternidade solo, nesse contexto, significa conciliar as longas jornadas no mar, no mangue ou na venda do pescado com a atenção integral da família.

Percebe-se que várias das mães solo concentram-se no grupo com três ou mais filhos, compondo, estas, um cenário de sobrecarga acentuada dessas participantes, progenitoras de famílias mais numerosas. Fica evidenciado que parte expressiva dessas trabalhadoras concilia a pesca artesanal com funções de atenção aos familiares, recaindo sobre essas mulheres a tarefa de garantia do bem-estar alimentar, de saúde, e da educação dos filhos e demais integrantes da casa, ou seja, atribuições de cuidados que exigem tempo, energia e organização.

Quando perguntadas sobre os desafios e possibilidades de ser uma mulher pescadora e marisqueira, algumas responderam com esperança. No sul do Espírito Santo, uma delas disse: ***"possibilidade de sempre estar buscando uma vida melhor"***. Outra, também do sul, afirmou: ***"sempre estar tentando o reconhecimento na sociedade"***. Nessas falas, nota-se que o futuro é imaginado a partir da continuidade do trabalho na pesca, mas também da expectativa de transformações que possam ampliar oportunidades. É nesse horizonte que o cotidiano ganha outro sentido: o de projetar, nas águas, a possibilidade de um amanhã mais justo e digno.



Encerramento da roda de conversa realizada em Itapemirim. Participação especial que possibilitou conhecer a realidade das mulheres da pesca.

Foto de Alice Carpes

A pesca, para muitas das mulheres ouvidas nas rodas do Atlas, vai além da técnica: é força de identidade, de pertencimento e de vida. Na região norte do estado, uma delas disse com firmeza: ***"pescar para mim é como respirar. É quando eu sou eu"***. A fala revela o modo como o trabalho com o mar ou o rio se entrelaça à construção subjetiva e coletiva dessas mulheres, que encontram na pesca não só sustento, mas reconhecimento e sentido de mundo.

Na Grande Vitória, o orgulho por esse saber se mistura ao compromisso com a comunidade: ***"a gente não só pesca. A gente ensina, a gente cura, a gente alimenta o bairro inteiro***". A frase, dita por uma pescadora durante a roda de conversa realizada no bairro de Jacaraípe, em Serra, revela a potência social e política de sua atuação e demonstra um autoconhecimento de si e de seu papel. Não se trata apenas de capturar o peixe, mas de movimentar uma rede de solidariedade, transmissão de conhecimento e

cuidado compartilhado. A pesca é também instrumento de autonomia e generosidade, que fortalece os territórios a partir da presença ativa dessas mulheres.

Já na região sul do Espírito Santo, advém uma fala que resume com sensibilidade a conexão ancestral que perpassa esse ofício: ***"é coisa que vem de vó, de mãe, de tia. Não tem dia ruim que tire isso da gente"***. Ao reivindicarem o direito de continuar pescando com dignidade, essas mulheres afirmam a permanência de um modo de vida historicamente apagado pelas estatísticas. E mais: reafirmam que não há política pública que possa ser construída sem escutar os saberes que vêm da maré, da lama, do anzol e da mão calejada. A pesca, como elas ensinaram, é território vivo, e nele, o protagonismo feminino é incontornável.

As rodas de conversa do Atlas apontam que, ao final e ao cabo, cada rede lançada, cada marisco recolhido e cada peixe preparado não se resumem apenas ao trabalho na economia azul, mas de existência e persistência. E é nesse modo de subsistir que as mulheres inscrevem sua marca no Espírito Santo: firme, profunda e incontornável, como as águas que seguem seu curso.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Aumentar a oferta de cursos profissionalizantes para mulheres pescadoras e marisqueiras.
02	Ações de saúde voltadas especificamente para mulheres pescadoras e marisqueiras.
03	Melhorar o transporte escolar na região de Degredo.
04	Resoluções na proibição e impactos relacionados ao rompimento da barragem de Fundão.
05	Melhorar e facilitar o acesso à documentação, como o Registro Geral da Pesca (RGP) para acesso a demais garantias e direitos.
06	Melhorar e facilitar a inclusão das mulheres nos cadastros formais e nas políticas de incentivo à produção e comercialização do pescado.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiencias e vivências.

SEÇÃO 14

MULHERES NO ESPORTE

O segmento abrangeu a participação feminina em esportes competitivos e com recorte em paratletas. O segmento valoriza a crescente conquista de espaços e visibilidade das mulheres em competições, treinamentos, liderança e desenvolvimento comunitário, destacando tanto as vitórias quanto os desafios enfrentados na busca por igualdade no ambiente esportivo.

Foto de Janete Diniz

A rotina dos treinos e a superação de preconceitos são alguns dos muitos desafios enfrentados. Equipe Feminina de Voleibol Sub 15 do Alvares Cabral, Vitória.

CAPÍTULO 15

MULHERES NO ESPORTE: ENTRE TREINOS E CUIDADOS, A SUPERAÇÃO E A DIGNIDADE

Ana Flávia Zambon Coelho
Katia Helena de Deus Moreira

As mulheres no esporte ocupam hoje um espaço de crescente visibilidade, mas ainda marcado por assimetrias históricas, sobretudo relacionadas à desigualdade de gênero, regras institucionais e pouco investimento. Apesar das conquistas e vitórias importantes, ainda registramos dados e, acima de tudo, narrativas que mostram a realidade das mulheres que fazem do esporte um elemento de afirmação de identidade e subjetividade.

Para conhecer e reconhecer as mulheres no esporte, realizamos 6 rodas de conversa (com atletas de diferentes modalidades e em diferentes localidades do estado), tendo a participação de 32 mulheres que também responderam a formulários.

MULHERES NO ESPORTE: ASPECTOS GERAIS

A presença das mulheres no esporte tem sido marcada por uma trajetória de luta, superação e conquistas, com os números indicando uma tendência de crescimento na contribuição feminina no esporte. Contudo, ainda são necessários investimentos públicos, privados e sociais para que se avance na promoção da igualdade de gênero no contexto esportivo, na participação profissional, e na simples prática da atividade física como bem-estar, e todos os benefícios a ela associados.

Em termos de participação olímpica, a edição de 2024 em Paris (2024) foi a primeira a registrar mulheres como maioria entre os atletas convocados. Apesar disso, segundo o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM[1]) edição 2025, os homens ainda são maioria entre os técnicos (treinadores e assistentes).

Mas não crescemos só em participação: as mulheres também foram a maioria entre medalhistas: das 20 medalhas conquistadas por brasileiros nos Jogos Olímpicos, 13 vieram de atletas mulheres. E nos Jogos Paralímpicos, apesar dos homens serem maioria na competição, em termos de desempenho, mulheres e homens tiveram o mesmo número de medalhas: 46 medalhas cada.

Não se trata de uma "competição" entre homens e mulheres, mas de reconhecer e fazer reverência à conquista das mulheres no esporte que, como veremos a partir do Atlas das Mulheres do Espírito Santo, o desafio das mulheres "é em dobro: dar conta de afazeres domésticos e treinar como qualquer competidor"

Mas nem todos os dados são positivos. Apesar das mulheres apresentarem bons desempenhos, ainda segundo o RASEAM 2025, elas seguem sendo minoritárias entre os beneficiários de bolsas de incentivo: do total das bolsas concedidas pelo Ministério do Esporte em 2023, 44,2% foram destinadas a mulheres. As bolsas estudantis também beneficiaram menos mulheres (41,4%), e na categoria internacional, a proporção é de 49,5%, menor para mulheres. No que se refere aos atletas com deficiência, a proporção é ainda menor, as mulheres receberam 37,2% das bolsas.

No Espírito Santo, a proporção acompanha o parâmetro nacional, então, em 2025, segundo os dados do programa Bolsa Atleta do Espírito Santo[2], do total de 261 atletas contemplados, 110 eram mulheres (42,3%) e 151 homens (57,7%).

Em relação a práticas de esporte e atividades físicas, de uma forma geral, dados a partir do último suplemento "Práticas de Esportes e Atividades Físicas" (IBGE/PNAD, 2015) mostram que 37,9% da população brasileira - com idade de 15 anos ou mais - praticou esporte ou atividade física entre setembro de 2014 e setembro de 2015. Desse total, observamos uma diferença substancial entre homens e mulheres, com importante impacto social e extremamente relacionado aos padrões de gênero, evidenciados em nossa sociedade. Uma certeza se fez clara: em todas as faixas etárias, os homens praticam mais esporte do que as mulheres.

Se por um lado os dados nos apresentam padrões de desigualdade, fomos encontrar com as mulheres do esporte para conhecer suas vivências, desafios e vitórias.

[1]A edição de 2025 do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), com 445 páginas, é mais um instrumento de apoio à promoção da igualdade entre mulheres e homens

[2]sesport.es.gov.br



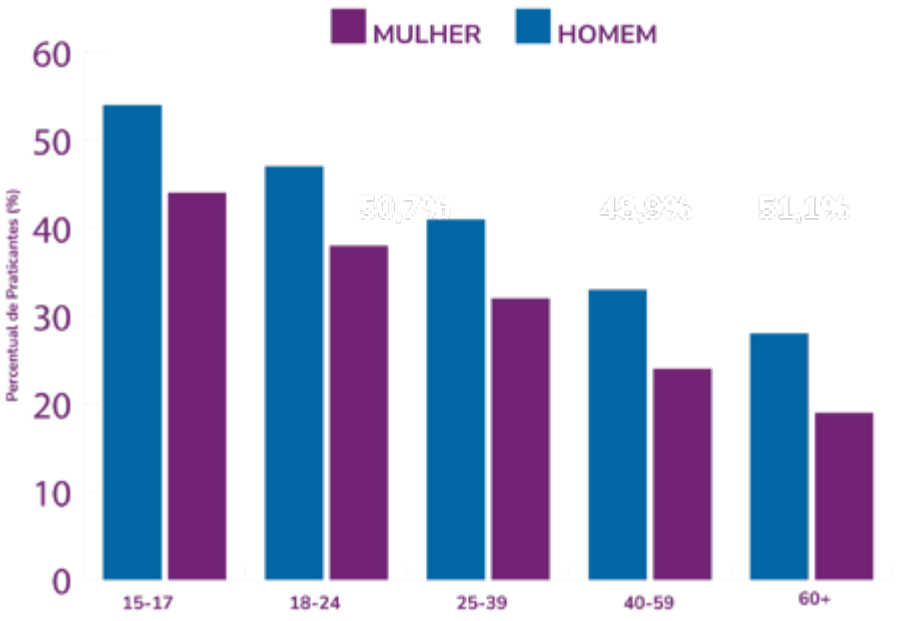
As rodas de conversa ocorriam entre os treinos das atletas. Esta foi em Castelo.

Foto de Alice Carpes

Para tanto, realizamos 6 rodas de conversas, entre março e junho de 2025, abrangendo modalidades como kickboxing, futebol, artes marciais e paradesporto.

Durante a pesquisa, emergiu a categoria "jornada tripla" entre 34,3% das participantes, o que demandou adaptações nos instrumentos de coleta, fazendo-se necessário, inclusive, acompanhar as equipes em seus treinos, com o intuito de realizar as rodas de conversa.

Gráfico 1 – Participação estimada em esporte/atividade física por faixa etária e gênero



Fonte: PNAD, 2015

Entre os diversos olhares e interpretações sobre o ser mulher no esporte, as participantes consolidaram que, apesar dos avanços na visibilidade, a gestão do esporte capixaba mantém assimetrias profundas. Dados coletados revelam que 92% das entrevistadas não encontram creches em centros de treinamento e 76% delas apontam disparidades de patrocínios: atletas homens recebem 3,2[3]vezes mais recursos.

O QUE É SER MULHER NO ESPORTE NO ESPÍRITO SANTO?

Ser mulher no esporte capixaba é habitar um território de desafios, superação e conquistas, dentro e fora das arenas esportivas: ***"Ser mulher no esporte é ir contra a lógica que mata tantos. Somos melhores do que nos propuseram"***.

Os dados quantitativos validam essa complexidade: mais da metade das participantes enfrentam jornadas triplas – trabalho remunerado, cuidados domésticos e treinos, 50% delas afirmam ser as principais provedoras das família e 27% dizem ser mães solos.

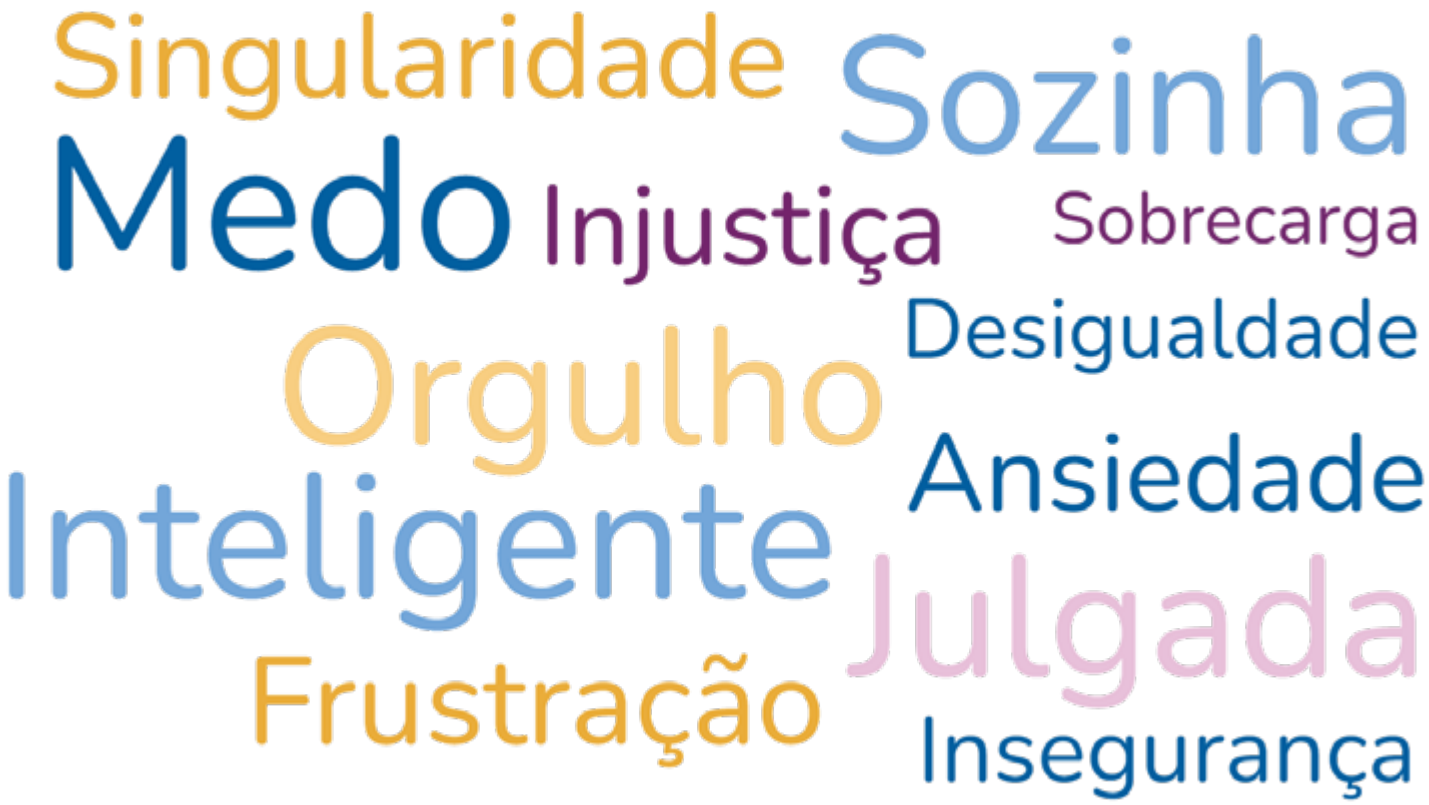
Essa realidade se materializa em relatos como o de uma participante da Roda de Esporte no Sul do Estado: ***"Deixar os filhos em casa, sair cedo, voltar à noite machucada e ainda dar conta das tarefas domésticas... Só faz quem ama"***. Por isso, a sensação de sobrecarga é uma constante na vida dessas mulheres.

A tensão entre o corpo atlético e o corpo social revela-se cruel no cotidiano. ***"Treinar menstruada, cuidar da casa, dos filhos... Se homem menstruasse, não aguentaria",*** desabafou outra voz do esporte na Grande Vitória, expondo a necessidade de mais políticas de apoio para mães-atletas, que não usufruem de espaços para seus filhos (as) nos locais de treino.

Percebe-se a necessidade de se criar estruturas, voltadas para as especificidades do ser mulher, algo que emerge em todos os territórios, sobretudo no interior. Essa realidade dialoga com a geografia desigual do Espírito Santo, no qual 72% das atletas concentram-se na região metropolitana, enquanto, em municípios mais distantes da capital, tanto ao Norte quanto ao Sul - como observado nas rodas de Conceição do Castelo e

[3] Programas como a Bolsa Atleta de Vitória, beneficiaram, até o presente momento da formulação deste capítulo, apenas 15 mulheres em 2025, com 68% das contempladas em modalidades olímpicas como vela e tiro com arco, contra apenas 7% em esportes coletivos (VITÓRIA, 2025).

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

São Mateus -, apresentam uma infraestrutura esportiva menos acessível, como observou uma participante interiorana: ***"Meninas do interior não têm como se destacar sem visibilidade"***.

A prática esportiva apresenta demarcações territoriais que são marcadores na vida das mulheres no esporte. ***"Na periferia, ser mulher e atleta é duplamente desafiador. Nosso corpo carrega a luta do território"***, declarou uma paratleta.

Além dos territórios e do gênero, outros marcadores sociais revelam desigualdades, como cor e raça. E aquelas que possuem algum tipo de deficiência também ressentem um processo excludente, que fica ainda mais evidente em virtude da precariedade de acesso e adequação nas quadras - e na própria modalidade: ***"Vivemos num estado de clube profissional! Quem quer viver disso (esporte) tem que migrar."***

A cooperação e o apoio entre as mulheres no esporte é uma característica que as participantes situam como uma tecnologia de sobrevivência: ***"Aqui, uma é suporte da outra."*** Orgulho e realização mesmo diante da exaustão são recorrentes em falas que conectam o passado, o presente e projetam o futuro: ***"Minha mãe foi proibida de lutar; hoje sou faixa-preta"***, diz uma dessas guerreiras do esporte, revelando a sua luta dentro dos tatames, mas também no campo social.

O que emerge, afinal, é um mosaico de vivências: como ser mãe e ainda ter que trocar horas de sono por madrugadas de treino; ou a jovem do interior que vence a cada campeonato; e a paradesportista, que transforma e supera os obstáculos dos treinos e da acessibilidade.

"Não somos super-heroínas por escolha, mas por necessidade."

Contudo, o percurso até o reconhecimento é permeado por desigualdades de gênero, inclusive dentro do próprio ambiente esportivo.

"Por que a gente sempre treina mais? Minha vida toda treinei e joguei misto, sempre treinei duas vezes mais. Nós todas, quando estamos treinando, estamos respirando basquete, mas na hora que surge uma oportunidade, sempre é um menino ruim que vai."

O sentimento e a atitude constante de luta, para além dos treinos e arenas esportivas, emerge nas experiências das atletas, as quais fazem questão de evidenciar que é preciso perseverar e vencer, também, no campo social, provando reiteradamente as capacidades, portanto, buscando superação.

"Não abaixei a cabeça no esporte: briguei e gritei muito para ser respeitada. Hoje, em qualquer lugar que entro, me respeitam como atleta, mas por muito tempo fui considerada a doida. Amo ser mulher, mas eu sinto realmente que sempre tenho que correr atrás, nunca posso parar."

O QUE É SER MULHER COM DEFICIÊNCIA NO ESPORTE?

Ser mulher com deficiência no esporte capixaba é viver em constante disputa por pertencimento e visibilidade. As narrativas das participantes desta pesquisa revelam um cotidiano marcado por exclusões, mas também por reinvenções identitárias, mediadas pela prática esportiva, delineando o papel central do esporte.

"Deixei de frequentar a faculdade pela forma como era tratada em ambientes escolares. São situações diferentes, mas você não imagina quantas vezes sofri por nascer assim."

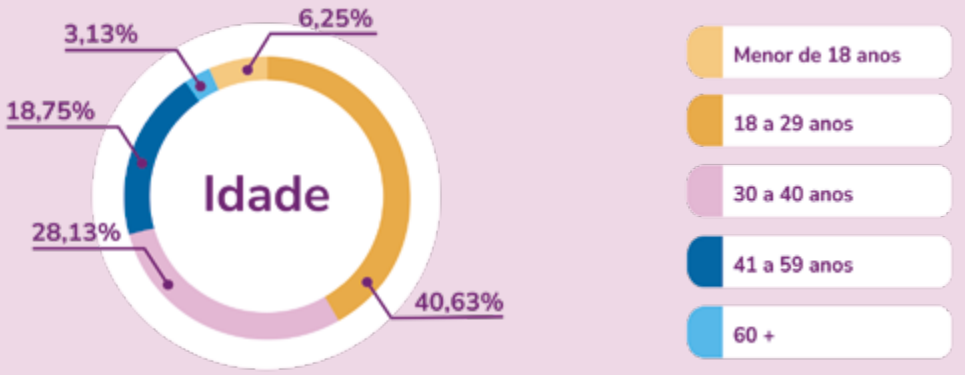
"No esporte, me senti igual pela primeira vez. Quando eu era criança, por muito tempo, fui a única na escola, a única na igreja, a única nos lugares... Quando entrei no esporte, pensei: 'Nossa, aqui todo mundo é igual'."

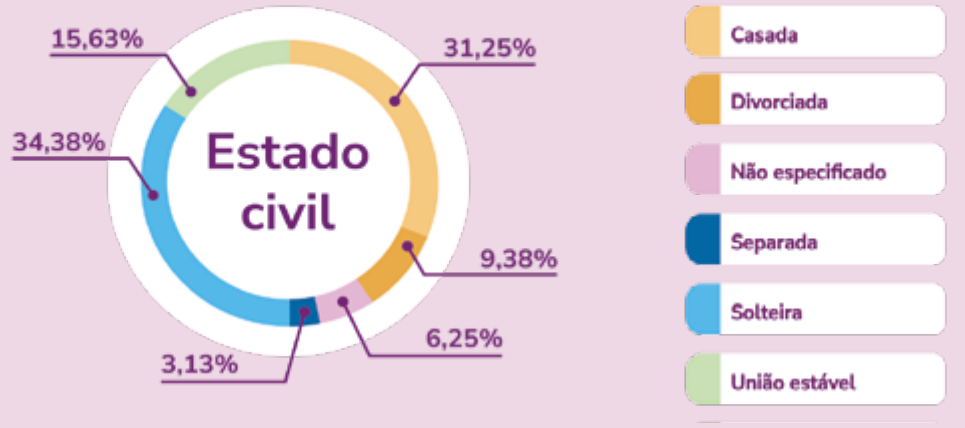
A interseccionalidade entre gênero e deficiência impõe barreiras múltiplas às mulheres, cujas vivências ilustram a necessidade urgente de políticas públicas

A rotina de treinos é um dos muitos desafios superados. As atletas Jessica Silva, Gabriela Oliveira e Ivanilde Silva, jogadoras do basquetebol feminino em cadeiras de rodas treinam no Centro de Treinamento Jayme Navarro de Carvalho, Vitória.

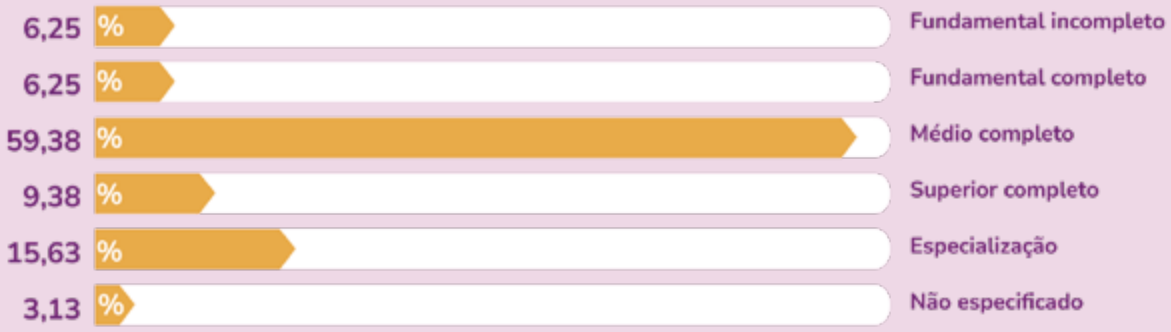
Foto de Zanete Dadalto

Perfil das
Mulheres
no Esporte





Escolaridade





Raça/cor/etnia

56%
Pardas

25%
Brancas

16%
Pretas

50%
São as principais provedoras da família

53%
Cuidam de alguém

28%
Cuidam dos filhos

34%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

19%

Trabalham fora e usam pouca parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

47%
Têm filhos

47%
Têm dois filhos

27%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

que garantam acesso, permanência e valorização no campo esportivo (CRESPIN; SILVA, 2021), ao mesmo tempo que apontam o lugar do esporte na trajetória de vida das mulheres com deficiência.

"A dificuldade é chegar até aqui. Quando comecei a me reabilitar, vi várias pessoas com deficiência em situações diferentes. Aquilo me deu uma nova perspectiva sobre mim. Hoje, só tenho gratidão. Minha mãe já sabia que eu seria uma mulher com deficiência. Eu questionei muito por que ela me teve. Passei por muito sofrimento, tratamentos, preconceitos, dificuldades. Não imaginaria que eu teria um caminho possível no esporte... e que eu seria uma campeã."

O esporte na vida das mulheres com deficiência é um território de pertencimento e identidade. É um espaço de inclusão, de anulação de preconceitos, sendo uma oportunidade de resgate da autoestima, autonomia e o fortalecimento da identidade[4]. Os diversos diálogos e narrativas demonstram a capacidade do esporte, traduzido como um campo de possibilidades, não apenas físicas, mas de ordem simbólica, existencial, e de empoderamento, configurando-se como um lugar de maior relevância e de oportunidades.

"O esporte não ajudou só a mim, ajudou também a minha família a me aceitar como sou. Quando me tornei 'deficiente', meu filho era adolescente. Eu tive que lidar com minha deficiência e com o olhar dele. Ele não entendia. Pra ele foi muito difícil. Aquela força que desenvolvi no esporte me ajudou a lidar com isso e quando ele me viu no esporte, viu também minha capacidade."

O esporte, quando coloca luz em uma mulher com deficiência, concorre para ressaltar uma multiplicidade de papéis sociais para essa mulher, que foge da imagem, socialmente cristalizada, da mulher com deficiência, como uma pessoa frágil, dependente ou invisibilizada. E as conquistas individuais e no âmbito coletivo, inspiram outras reverberações de empoderamento, em contextos muitas vezes adversos, na perspectiva da superação que o esporte sintetiza.

"As mulheres 'se tornam deficientes' e ficam em casa, devido às diversas dificuldades listadas aqui. Sair desse lugar é cuidar de si mesma, ter uma saúde, fora desse lugar de deficiência. Se eu não tivesse vindo para o esporte, com certeza eu já teria morrido."

Dessa forma, o que se vê nas experiências das atletas entrevistadas é que o esporte não apenas representa um espaço de participação, mas constitui um território de disputa por direitos, reconhecimento e dignidade. E essa é a alma irredutível que os números não capturam, mas que as falas imortalizam: a certeza de que o jogo só será justo quando a paixão não precisar mais ser armadura contra a desigualdade.

"Quando eu estava em casa, eu queria ser mãe e esposa, mas na quadra, eu gostaria de ser atleta. Gostaria que o esporte me levasse a outros lugares. Na minha cabeça, eu poderia ser tudo, e eu sou. Sou totalmente oposto ao que dizem que podemos ser. Sou sim mãe, esposa e atleta. Com o devido apoio e suporte, todas nós podemos ser o que quisermos."



Rosangela N. Ricardo, corredora de Linhares .

[4] Pereira e Bastos (2020)

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Garantir infraestrutura para mães-atletas (espaços e atividades para crianças enquanto as mães fazem seus treinos).
02	Garantir acessibilidade para pessoas com deficiência.
03	Garantir apoio na gravidez, como bolsas adaptadas à maternidade e a lesões.
04	Aumentar o número de editais específicos para mulheres.
05	Promover formação/capacitação de atletas para acessar editais.
06	Infraestrutura e equipamentos adaptados para as mulheres e para mulheres com deficiência.
07	Implementar políticas públicas voltadas para reduzir assimetrias e desigualdades de gênero nos esportes.
08	Incentivar e criar condições de profissionalização de atletas em diferentes modalidades esportivas.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiencias e vivências.

SEÇÃO 15

MULHERES NOS CICLOS DE VIDA

O segmento refere-se às mulheres jovens e às mulheres idosas. As jovens e adolescentes vivenciam, um momento de formação da identidade, em meio à transição para a vida adulta. Já as mulheres idosas experimentam um período de ajustes, marcado por mudanças físicas, emocionais e sociais, com a adaptação a novas etapas da vida. Ambas as fases apresentam desafios e transformações, as quais refletem diferentes necessidades e vivências das mulheres ao longo do tempo.

Foto de Alice Carpes

Foto de Zanete Dadalto

O autocuidado é uma forma de deixar marcas e sublinhar quem se é. A construção de subjetividades e identidades entre as mulheres jovens é um dos pontos centrais. Na imagem, Ludmilla Gonzaga.

Foto de Alice Carpes

CAPÍTULO 16.1

MULHERES JOVENS: TEMPO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES FORJADAS NA FORÇA E NO EMPODERAMENTO

Rosimery Soares Loiola
Sthéfany Gomes Tiburso

Revelamos, nesse espaço, o que é ser mulher jovem. Compreendemos que a juventude não é apenas uma faixa etária, mas um território simbólico, social e político em disputa. A metodologia adotada nesse segmento partiu da realização de rodas de conversa em três regiões do Espírito Santo, com foco na diversidade de juventudes e nas suas experiências situadas.

Os encontros com as representações das mulheres jovens do Espírito Santo aconteceram em territórios vivos[1] da juventude: o Centro de Referência da Juventude - CRJ de São Pedro, em Vitória; o CRJ de Cachoeiro de Itapemirim, no Sul do estado; e o espaço do Coletivo ComplEXU, em São Mateus, no Norte. Esses lugares não são apenas estruturas físicas de atendimento, mas espaços de

[1] Aqui estamos entendendo território vivo não apenas como espaço físico, mas como espaço vivido, socialmente construído. Segundo Milton Santos (2006) território é resultado de relações de poder, afetos, fluxos e práticas sociais.

circulação de ideias, afetos, sons e corpos que produzem formas diversas e potentes de existir. As juventudes que ocupam tais territórios constroem performances de ser que misturam o cotidiano com arte, a crítica social com o ritmo da rua e as dores com a afirmação de uma identidade própria[2].

Ao longo das atividades, não foi raro que a reflexão sobre "ser mulher" viesse atravessada por referências musicais, estéticas e visuais que circulam entre as jovens. Escritas feitas em silêncio, em papéis anônimos durante a dinâmica da roda, revelaram uma identificação intensa com artistas que expressam, em seus trabalhos, a realidade de ser jovem, negra, periférica, múltipla. Essas influências não surgem como distração, mas como linguagem política: são ferramentas de elaboração subjetiva e de afirmação coletiva.

É a partir desse contexto e com base na metodologia da escuta qualificada, ancorada na roda de conversa como prática de diálogo horizontal, que emergiram narrativas do que é ser mulher jovem no Espírito Santo. Esse ritmo não é uniforme — ele é feito de batidas quebradas, silêncio entre frases, improviso e potência. A juventude feminina capixaba não responde com linearidade: ela responde com presença. E é a partir dessa presença que o Atlas escreve.

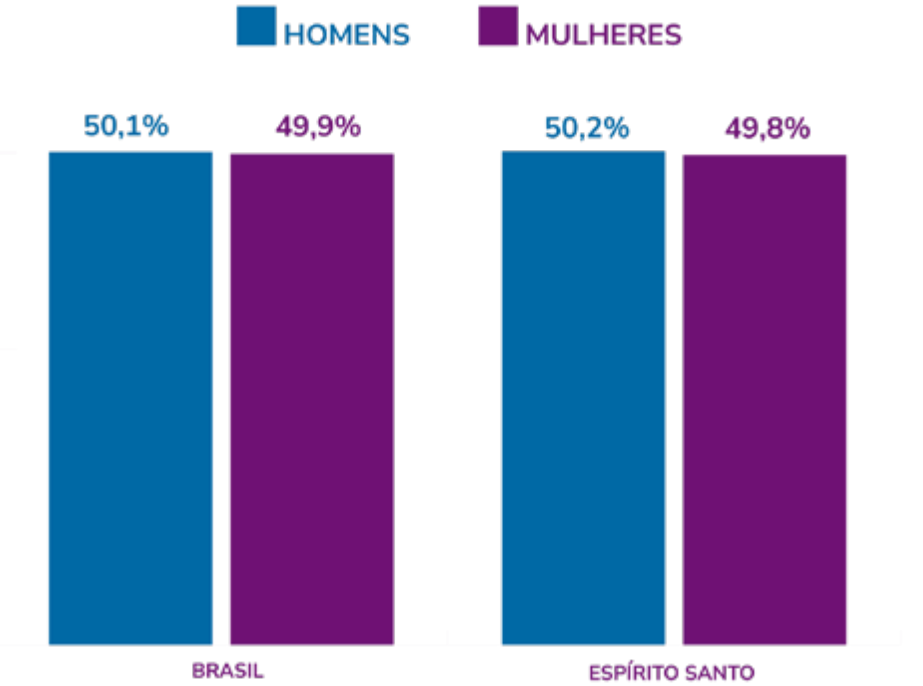
MULHERES JOVENS: ASPECTOS GERAIS

Segundo o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852 de 2013), são considerados jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Segundo dados do IBGE (2022), 409.491 mulheres que vivem no Espírito Santo são jovens (entre 15 e 29 anos), o que representa 20,6% da população feminina do estado. Esse segmento da população é composto por uma diversidade de vivências marcadas por desigualdades sociais, raciais, territoriais e de gênero.

Em termos comparativos, Brasil e Espírito Santo seguem a mesma tendência quando comparamos o quantitativo de jovens por gênero, conforme Gráfico 1.

O Gráfico 2 mostra o percentual de jovens por gênero e raça/cor. Percebe-se que tanto no Brasil quanto no Espírito Santo, do total de homens jovens, os negros figuram como maioria. O mesmo ocorre no caso das mulheres, em que as negras são maioria.

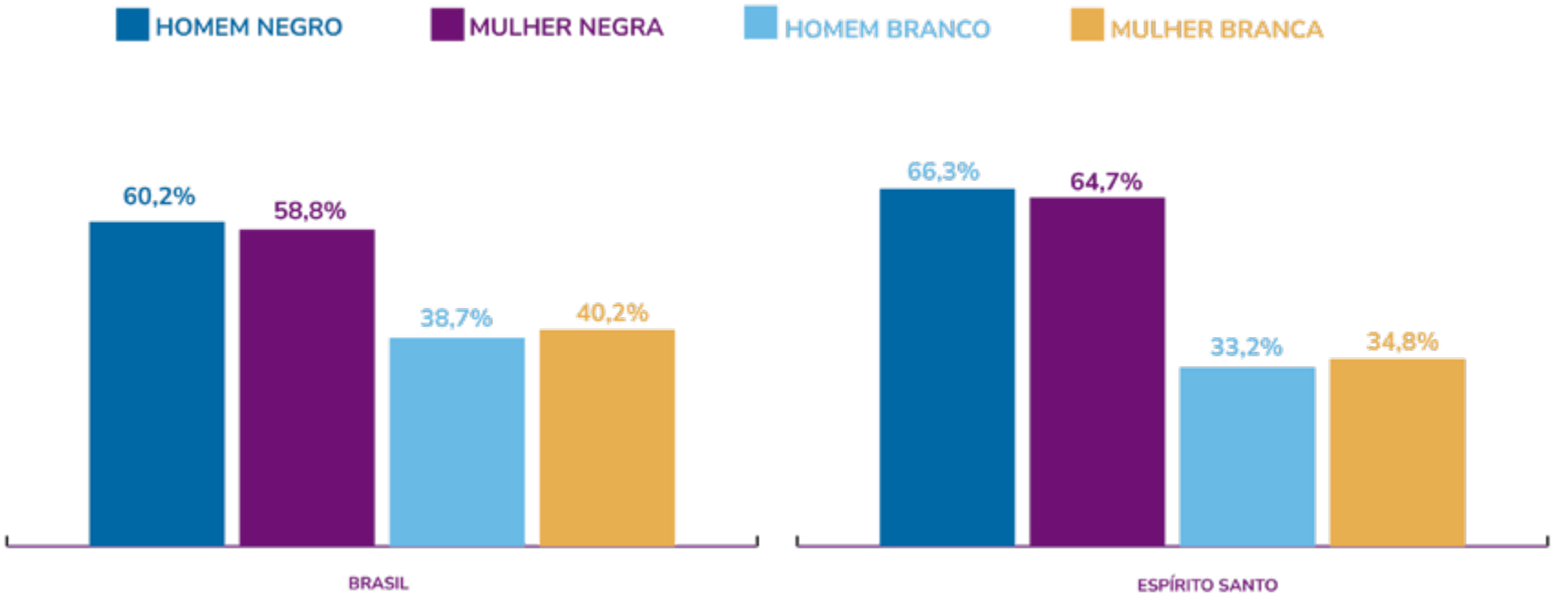
Gráfico 1 - População jovem por gênero



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022

[2] Os Centros de Referência da Juventude – CRJ's são um equipamento público que oferece oportunidades de desenvolvimento integral para jovens em situação de vulnerabilidade social, promovendo atividades educativas, culturais, esportivas, profissionalizantes e de geração de renda. São equipamentos gerenciados pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) e advém como frutos de uma parceria do Governo do Estado do Espírito Santo, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

Gráfico 2 - População jovem por gênero e raça/cor

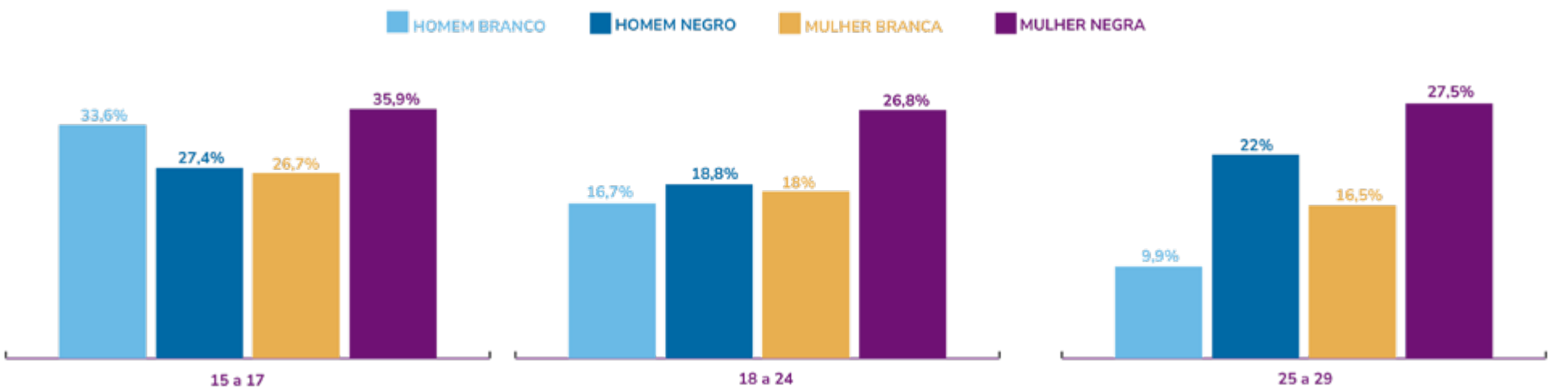


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022

Em relação às vulnerabilidades, segundo dados da PNAD contínua (2023), a pobreza no Espírito Santo se presentifica entre mulheres jovens e negras, em relação a todos os demais recortes geracionais e em comparação com homens, conforme demonstra o Gráfico 3.

O Espírito Santo tem buscado construir políticas voltadas para a juventude, como é o caso dos CRJ's, implementados em regiões de maior vulnerabilidade social. A partir das narrativas evidenciadas nas rodas de conversa e por meio de uma análise interseccional das juventudes femininas percebe-se que o racismo estrutural e o sexismo

Gráfico 3 - Pobreza no Espírito Santo por raça/cor, gênero e faixa etária



Fonte: PNAD-Contínua, 2023



Foto de Rosimery Loyola

Na roda de conversa em São Mateus, as jovens compartilharam como ancestralidade, identidade e as desigualdades de raça e gênero moldam suas vivências e caminhos. O encontro foi um espaço de escuta e de fortalecimento coletivo, com apoio do Laboratório Criativo de Práticas Socioeducativas e Socioculturais, do Fórum Estadual da Juventude Negra e do Centro de Referência da Juventude.

organizam o cotidiano das jovens, impactando suas trajetórias escolares, profissionais e afetivas.

Entre as participantes das rodas, é comum o relato de trabalho precoce, acúmulo de responsabilidades familiares, maternidade solo e dificuldades no acesso à saúde mental e à educação. Em regiões como o bairro Zumbi dos Palmares, em Cachoeiro de Itapemirim, essas vulnerabilidades são acentuadas por estigmas territoriais, que associam juventude negra à criminalidade, à violência e à desestruturação familiar. Já em São Mateus, as jovens demonstraram alto nível de engajamento político e consciência crítica, mas também expressaram cansaço diante da constante necessidade de provar sua capacidade e legitimidade nos espaços institucionais.

Do ponto de vista da construção subjetiva, os dados mostram que as jovens enfrentam um processo contínuo de autoafirmação. Muitas relataram dificuldades em se reconhecerem enquanto sujeitas potentes, sobretudo quando em suas vivências não se encaixam nos padrões esperados de comportamento, postura, feminilidade e demanda pelo sucesso.

A pressão estética, o medo de errar, a solidão e a sobrecarga aparecem de forma recorrente nas falas, revelando o quanto o ideal de mulher forte e resiliente, muitas vezes celebrado, também pode funcionar como armadilha para silenciar o sofrimento. Ao mesmo tempo, as rodas revelaram que espaços de escuta, como os promovidos pelo Atlas das Mulheres, permitem que essas jovens identifiquem redes de apoio, compartilhem experiências e afirmem sua existência com dignidade.

É necessário compreender que juventude não é apenas uma etapa biológica, mas uma construção social que,

no caso das mulheres capixabas, é profundamente atravessada pelas opressões de gênero, raça e território. Os dados revelam que a juventude feminina é um tempo tensionado entre a esperança e o cansaço, entre o desejo de transformação e a ausência de oportunidades reais.

O QUE É SER MULHER JOVEM NO ESPÍRITO SANTO?

As falas reunidas nas rodas de conversa revelam que ser mulher jovem no Espírito Santo é viver entre o orgulho de existir e a sobrecarga imposta por um sistema que exige maturidade precoce e força ininterrupta. Gênero, raça e classe se entrelaçam nas experiências dessas mulheres jovens, que são atravessadas por cobranças, medos e invisibilidades desde muito cedo, mas que também afirmam, com coragem, quem são e o que sonham.

"Ser mulher é ter que ser forte e 'dura na queda'. Isso desgasta", afirmou uma das jovens. Outra completou: "Ser mulher é ser suporte, ter que dar conta de tudo e ainda ser julgada."

Das 34 mulheres jovens que participaram das rodas de conversa e responderam ao formulário, 13 se identificaram como pardas e 13 como pretas, totalizando 26 mulheres negras, o equivalente a 76,4% das participantes. Esse dado evidencia a centralidade das questões étnico-raciais nos desafios enfrentados pelas juventudes no Espírito Santo, reforçando a importância de compreender esse segmento a partir de uma perspectiva interseccional que considere como raça, gênero e classe se entrelaçam nas vivências dessas mulheres.

Entre as respondentes, 4 declararam ser mães, o que corresponde a 11,8% do total. Dessas, 50% se identificaram como mães solo. A presença significativa de mulheres jovens exercendo a maternidade de forma solitária revela a sobreposição de papéis e a necessidade de políticas públicas voltadas ao planejamento familiar e ao suporte à parentalidade na juventude.

Embora algumas relatem contar com redes de apoio afetivas e comunitárias, o dado revela uma lacuna estrutural que não pode ser preenchida apenas por solidariedade entre pares. É necessário que os governos reconheçam essas realidades e invistam em políticas intersetoriais que atendam às especificidades das mulheres jovens que maternam, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

Na Grande Vitória, uma jovem, ao longo da roda de conversa, concluiu que ***"Ser mulher é cansativo, ouvir desde pequena o que fazer ou como se comportar, além do menosprezo na escola e em trabalhos; e ainda mais, sendo mulher preta, só piora. Ser mulher é nascer de uma flor que já foi muito machucada, mas que resiste ao futuro e que talvez nos dê força ou não."***

Além de carregar um relato poético sobre o que é ser uma mulher atravessada pelo racismo e sexismo desde a infância, a metáfora da flor ferida que insiste em florescer traduz um corpo e uma subjetividade atravessados pela interrupção do direito à inocência.

Uma das participantes da região sul, em Cachoeiro de Itapemirim, afirmou: ***"eu não tive infância, eu cuido dos meus irmãos".*** As afirmações resumem o que muitas outras relataram: a interrupção precoce da fase juvenil para assumir responsabilidades familiares e econômicas. A sobrecarga aparece de forma recorrente, como uma experiência compartilhada entre as jovens, ainda que suas histórias tenham nuances distintas.

Na Grande Vitória, por exemplo, uma outra jovem destacou: ***"ter que ser três vezes melhor ou mais na área profissional; ter que ser suporte de cuidado na área familiar e ainda ser comportada, sensata e calma na área pessoal."*** Essa tripla exigência — produtiva, afetiva e moral — imposta às mulheres jovens revela não apenas um acúmulo de tarefas, mas também um processo de moldagem subjetiva que produz culpa, exaustão e insegurança.



Vitória Bonella, 19 anos, fala dos desafios da maternidade na juventude e da importância do acolhimento familiar e da rede de apoio.

Foto de Alice Carpes

O cansaço de ***"ter que ser forte"*** é um dos traços mais marcantes da narrativa das participantes. Ainda que a imagem da mulher guerreira apareça como símbolo de resistência, ela também é criticada. Em São Mateus, outra jovem sintetizou essa contradição ao dizer: ***"ser mulher é um misto de alegria e de frustração por viver em um mundo patriarcal, machista e injusto nas relações de gênero, que acarreta uma pressão social constante, que influencia nessa culpa e peso de ser mulher".*** Essa fala expressa a tensão entre o orgulho de ser mulher e o desgaste de uma luta cotidiana que, muitas vezes, deveria nem precisar existir.

As falas revelam também o quanto o sentimento de inadequação perpassa a experiência da juventude feminina capixaba. ***"Me sinto estranha, diferente"***, disse uma jovem da Grande Vitória. Outra afirmou: ***"sinto que nunca sei o suficiente, nunca aprendi o suficiente".*** Essas frases revelam um padrão de autovigilância e cobrança interna, que muitas vezes é reforçado por instituições educacionais, espaços de trabalho e dinâmicas familiares nessa fase da vida. Como disse uma das participantes: ***"me sinto cobrada em ser referência para a minha família, nos estudos. [...] mas também me sinto sobrecarregada com tantas exigências, especialmente a de ser perfeita, porque os erros das mulheres não são aceitos."***

A despeito do sofrimento e das dores evidenciados nas narrativas orais, os relatos também evidenciam formas de resistência, autocuidado e reconstrução de identidade. No ComplEXU, em São Mateus, a ancestralidade foi evocada como eixo estruturante de força e consciência. ***"Os nossos passos vêm de longe"***, disse uma jovem, ao citar Grada Kilomba e lembrar das histórias de mulheres que vieram antes dela. Ali, o feminismo negro, o debate sobre a prateleira do amor e a crítica à objetificação de corpos negros estruturaram reflexões potentes sobre autoimagem, autoestima e liberdade.

No CRJ de São Pedro, uma jovem resumiu a sua caminhada com firmeza: ***"tento, desde os meus 14 anos, levar o desconforto para minha comunidade, atuando muito em projetos e escolas levando questionamentos para jovens de periferia"***. Essa fala é a expressão de uma consciência política forjada na prática e no afeto coletivo — e também de uma juventude que, apesar de tudo, acredita na transformação social como projeto viável e urgente. A juventude, nesses relatos, não é somente um tempo de passagem, mas um campo de luta, de afirmação e de criação de novas narrativas.

Os formulários aplicados reforçam essas dimensões. Em cada pergunta aberta, as respostas trouxeram tantos desabafos quanto afirmações positivas de subjetividade. Uma jovem do Norte afirmou: ***"sinto que não tive acesso a muitas possibilidades por ser mulher. Porém, é um prazer ser mulher e influenciar outras mulheres"***. Já outra entrevistada, do Sul, escreveu: ***"a idade nos desqualifica e precisamos sempre nos provar, sendo costumeiramente questionada em relação à maternidade e à estabilidade familiar"***. Os dados coletados revelam como as jovens elaboram trajetórias de enfrentamento e constroem sentidos para suas vidas.

A autoimagem e o corpo também aparecem como campos de disputa. Em São Pedro, uma jovem relatou: ***"eu não consigo mais usar o meu cabelo"***. O racismo, nesse contexto, não atua apenas como opressão externa, mas internaliza padrões que destroem a autoestima das mulheres negras. A cultura da beleza eurocentrada e racista, amplificada também pelas redes sociais, foi criticada em todas as regiões, como um sistema que oprime e estabelece padrões acerca do que significa ***"parecer mulher"***.

É importante destacar que a juventude feminina não pode ser compreendida apenas como lugar de dor, mas que ser mulher jovem é ter criatividade, espiritualidade, arte e solidariedade como formas de viver e existir. ***"Ser mulher é também beleza, alto astral, força e empoderamento",*** disse uma participante do Norte. Em todas as regiões, as jovens reafirmaram que seus corpos, vozes e histórias importam — e que precisam ser escutadas com seriedade.

Sentimentos e Emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

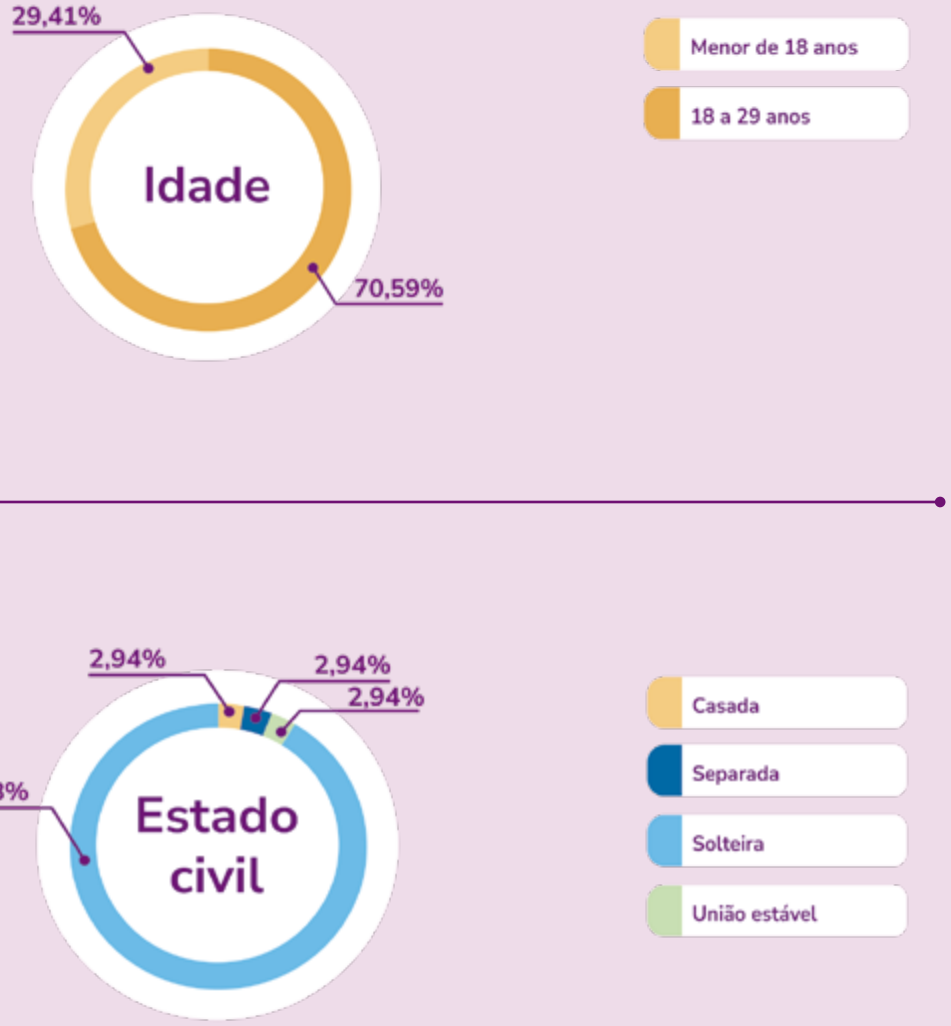
Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025



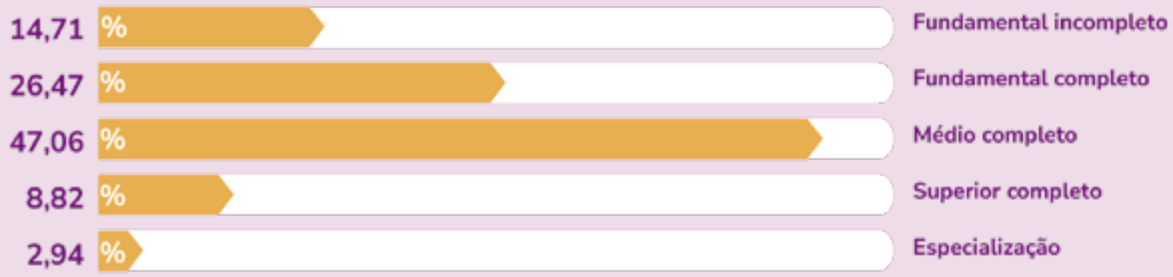
O acesso à educação é, para muitas mulheres jovens, uma forma de ter assegurada a autonomia e a independência.

Foto de Alice Carpes

Perfil das
Mulheres Jovens



Escolaridade





Raça/cor/etnia

38%
Pretas

38%
Pardas

18%
Brancas

6%
Indígenas

18%
São as principais provedoras da família

26%
Cuidam de alguém

9%
Cuidam dos pais

26%

Trabalham fora e têm suporte, por isso, não precisam usar todo o tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

26%

Estudam e trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

12%
Têm filhos

75%
Têm um filho

50%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa



As mulheres jovens querem garantir seus direitos de existir, livres das violências de gênero. Na imagem, as estudantes de Serviço Social, Anna Karolina Mutz, Ludmilla Gonzaga e Yoko Barcelos.

Foto de Alice Carpes

Por isso, falar sobre o que é ser mulher jovem no Espírito Santo é abrir espaço para que essas múltiplas experiências sejam legitimadas como conhecimento e manifestação política. É compreender que as narrativas reverberadas nas rodas não são apenas uma fala individual, mas sim uma tradução dos sentimentos e vivências de muitas jovens que integram uma escrevivência coletiva, que reivindicam um outro presente para a construção de um futuro mais equitativo e justo para a mulher jovem. Como escreveu uma das participantes no formulário: ***"Ser mulher na juventude é você conseguir uma forma de se expressar e ajudar outras mulheres, é você ajudar outros a se posicionarem."*** As jovens querem, e estão construindo, redes, alianças e mundos possíveis.

A juventude, portanto, não é um tempo de possibilidades para todas. Como bem expressou uma das jovens do Sul: ***"ser mulher é cansativo pra caramba, mas também é ser forte, guerreira e etc."*** O "etc." aqui é eloquente: há uma exaustão em ter que nomear tudo que se espera de uma jovem mulher negra e periférica — anseia-se dela o estudo bem efetivado, o bom desempenho no trabalho, o cuidado, a força e a resistência, o embelezamento, o bom comportamento e o silêncio de sua criticidade. E, se possível, que sorria.

As mulheres jovens da região Sul destacaram que o CRJ é o único espaço público onde se sentem respeitadas, especialmente, enquanto jovens negras, periféricas e diversas. Algumas recordam terem sido acolhidas no espaço, um dos poucos locais onde foram ouvidas sem julgamento e o único lugar para onde podem se dirigir, um ambiente a que recorrem quando enfrentam problemas emocionais, financeiros, de saúde, familiares ou institucionais.

Outro tema pouco explorado, mas crucial em seus relatos, é a relação entre juventude e afeto. A ausência do pai, a sobrecarga materna, os relacionamentos abusivos, a medicalização do sofrimento, a tentativa de suicídio (relatada na roda do Sul) — tudo isso compõe o delineamento de um contexto de urgência na atenção às emoções e à afetividade.

As sensações expressas ao serem perguntadas no formulário ***"Quais as sensações que você mais sente quando reflete sobre sua condição de ser mulher?"***, as jovens expressaram um conjunto de emoções que revelam o peso e a complexidade de suas vivências. As sensações mais mencionadas foram insegurança, sobrecarga, julgamento, medo, frustração e ansiedade — evidenciando que ser mulher jovem, especialmente negra e periférica, é viver sob constante vigilância, acúmulo de responsabilidades e temor pela própria integridade.

Em paralelo, também surgem sensações como orgulho, independência e realização, que apontam para a força das mulheres em meio às adversidades. Essas respostas não são meros sentimentos individuais — elas compõem um diagnóstico coletivo que exige ações que respeitem o direito ao cuidado, ao tempo, à escuta e à liberdade. O que essas jovens estão dizendo é: não basta sobreviver — é preciso viver com dignidade, afeto e reconhecimento.

A juventude é também uma categoria política que se reinventa. As mulheres jovens capixabas querem mais do que representação, como disse uma das participantes:

"Eu acredito que ser uma mulher na juventude hoje em dia é mais gratificante. Eu tenho muito orgulho de ser mulher, isso me faz ter mais resistência no dia a dia."

Em resumo, ser mulher jovem no Espírito Santo é viver em tensão permanente entre apagamentos e afirmações, entre medo e potência. As rodas de conversa mostraram que essas jovens querem ser reconhecidas. Querem tempo para ser, para descansar, para criar. Querem uma sociedade que garanta o direito de ser jovem, sem culpa, sem medo, sem excesso de exigência.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Fortalecer e criar espaços de cuidado para as jovens.
02	Fortalecer políticas do cuidado, sobretudo para atender jovens que são mães solo (ampliar o número de creches e expandir estruturas voltadas ao cuidado de crianças e de idosos).
03	Expandir as oportunidades de acesso à cultura.
04	Criar alternativas e políticas de permanência nos estudos, sobretudo para mães jovens.
05	Oferecer oportunidades de qualificação profissional.
06	Ampliar o número de equipamentos com o CRJ e o Complexu.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.



Coral Vovozes com Terezinha Cogo Lodi, Dulce Eliza Vereza Lodi, Anita Bonadiman Galvêas, Eunice Assad e Aurea Loss Nunes, no ensaio de todas as terças-feiras na Barra do Jucu, Vila Velha.

Foto de Zanete Dadalto

CAPÍTULO 16.2

MULHERES IDOSAS: TRAJETÓRIAS DE SABEDORIA, ORGULHO E DESEJO DE VIVER

Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

Ser mulher idosa é carregar consigo uma trajetória marcada por atravessamentos sociais, familiares e históricos. É vivenciar o envelhecimento em um país que, frequentemente, associa a velhice à perda, à inutilidade ou ao silêncio, especialmente quando se trata de mulheres. Ainda assim, há força, memória e resistência nas histórias que essas mulheres constroem e compartilham, muitas vezes sustentando famílias, comunidades e com décadas de lutas.

Para conhecer as vivências das mulheres idosas, realizamos rodas de conversa nos municípios de São Mateus e Vitória, reunindo oito mulheres com experiências diversas, desde frequentadoras de centros de convivência, que se reúnem para atividades em grupo, até delegadas eleitas pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDDIPI). A ação contou com a parceria do próprio CEDDIPI e da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), promovendo um espaço de escuta

que reuniu diferentes olhares sobre o envelhecimento, a cidadania e o lugar da mulher idosa na sociedade capixaba.

Entre lágrimas e risos, as rodas foram atravessadas por partilhas profundas. Histórias de dor, superação, afeto e orgulho revelaram a potência de uma geração que segue em movimento, apesar das limitações e barreiras impostas. Mais do que recordar o passado, essas mulheres afirmaram, em voz alta, o direito de viver o presente com dignidade, autonomia e respeito.

MULHERES IDOSAS: ASPECTOS GERAIS

Desde a Constituição Federal de 1988, o Brasil passou a reconhecer o envelhecimento como uma questão de responsabilidade coletiva. O artigo 230 estabeleceu ser dever da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade e garantindo condições para uma vida digna. (Brasil, 2022; 2003)

Em 1990, a Assembleia Geral das Nações Unidas decretou 1º de outubro como o Dia Internacional das Pessoas Idosas, por meio da Resolução nº 45/106. Nesse percurso, a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994) representou um marco importante ao definir princípios e diretrizes voltados à promoção dos direitos da população idosa. Essa lei institui os Conselhos dos Direitos da Pessoa Idosa nos âmbitos federal, estadual e municipal, fortalecendo a participação social e o controle das políticas públicas voltadas a esse grupo.

Anos depois, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) consolidou e regulamentou esses direitos de forma mais abrangente. Trata-se de um instrumento legal que garante proteção integral às pessoas com 60 anos ou mais, determinando prioridades, penalidades para casos de violência, e garantindo direitos fundamentais como saúde, transporte, moradia, lazer, entre outros.

Para viabilizar financeiramente essas ações, a Lei nº 12.213/2010 criou o Fundo Nacional do Idoso, permitindo o financiamento de projetos voltados ao envelhecimento ativo e saudável, inclusive com a possibilidade de doações incentivadas por dedução no Imposto de Renda.

Além disso, nos últimos anos, novas medidas vêm sendo incorporadas ao debate público. O Decreto nº 10.604/2021 instituiu a Política Nacional de Cuidados, voltada para pessoas com limitações funcionais, incluindo idosos dependentes, e propôs ações intersetoriais de apoio aos cuidados e aos cuidadores. O Decreto nº 11.430/2023, por sua vez, criou o Programa de Inclusão Digital da Pessoa Idosa, validando a importância do acesso à tecnologia e ao letramento digital como dimensões fundamentais da cidadania contemporânea.

A Lei nº 14.423/2022 cria a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, reunindo diretrizes para a prevenção, o combate e o atendimento às diversas formas de violência, em articulação com os serviços da rede de proteção. Nesse sentido, destaca-se também o Disque 100, criado em 1997, como canal oficial para denúncias de violações de direitos humanos, incluindo situações de violência contra a pessoa idosa. Trata-se de um recurso essencial para garantir que as violações sejam visibilizadas e enfrentadas.

O envelhecimento da população brasileira deixou de ser uma projeção futura para se tornar uma realidade concreta. Segundo o Censo Demográfico de 2022, o número de pessoas com 65 anos ou mais cresceu 57,4% em 12 anos, passando de 7,4% da população em 2010, para 10,9% em 2022. Já a população com 60 anos ou mais soma, atualmente, cerca de 32 milhões de pessoas, representando 15,6% da população total de brasileiros, sendo que no Espírito Santo esse percentual é de 16,5%. As mulheres figuram como a maioria, tanto no Brasil quanto no Espírito Santo.

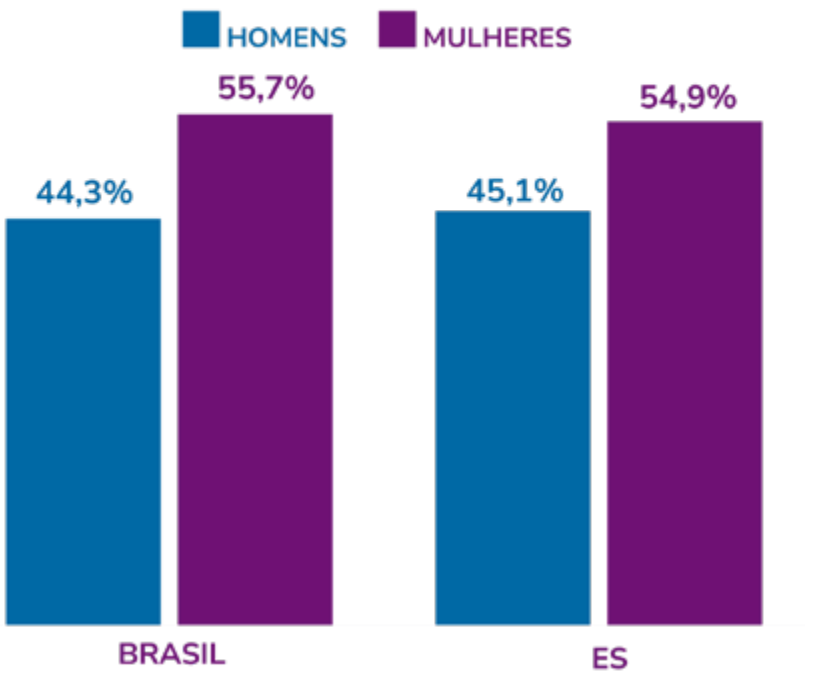
As rodas de conversa contaram com o apoio do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDDIPI), garantindo participação e representação. Reunião realizada em Vitória.

Foto de Alice Carpes

Outro dado que revela o envelhecimento da população é o aumento da idade mediana da população, que passou de 29 anos em 2010, para 35 anos em 2022. Trata-se de um indicativo claro de que a sociedade brasileira está envelhecendo de forma acelerada, fenômeno que impõe novos desafios em diferentes frentes: saúde, assistência, previdência, mobilidade, participação social e formulação de políticas públicas voltadas à garantia de direitos.

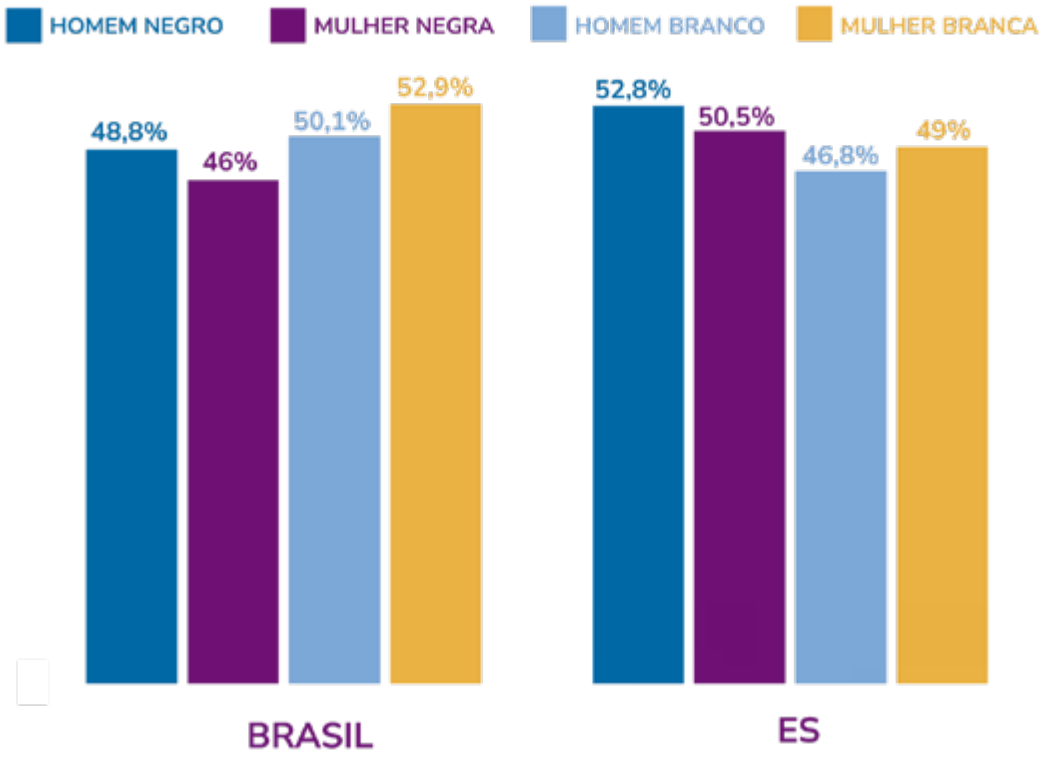
No Brasil, entre o total de homens e mulheres idosas, os maiores percentuais são de pessoas idosas e brancas. No entanto, no Espírito Santo ocorre o inverso, em que a população idosa negra se constitui como maioria, conforme demonstra o Gráfico 2.

Gráfico 1 – População idosa por gênero



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022

Gráfico 2 – População idosa por gênero e raça/cor



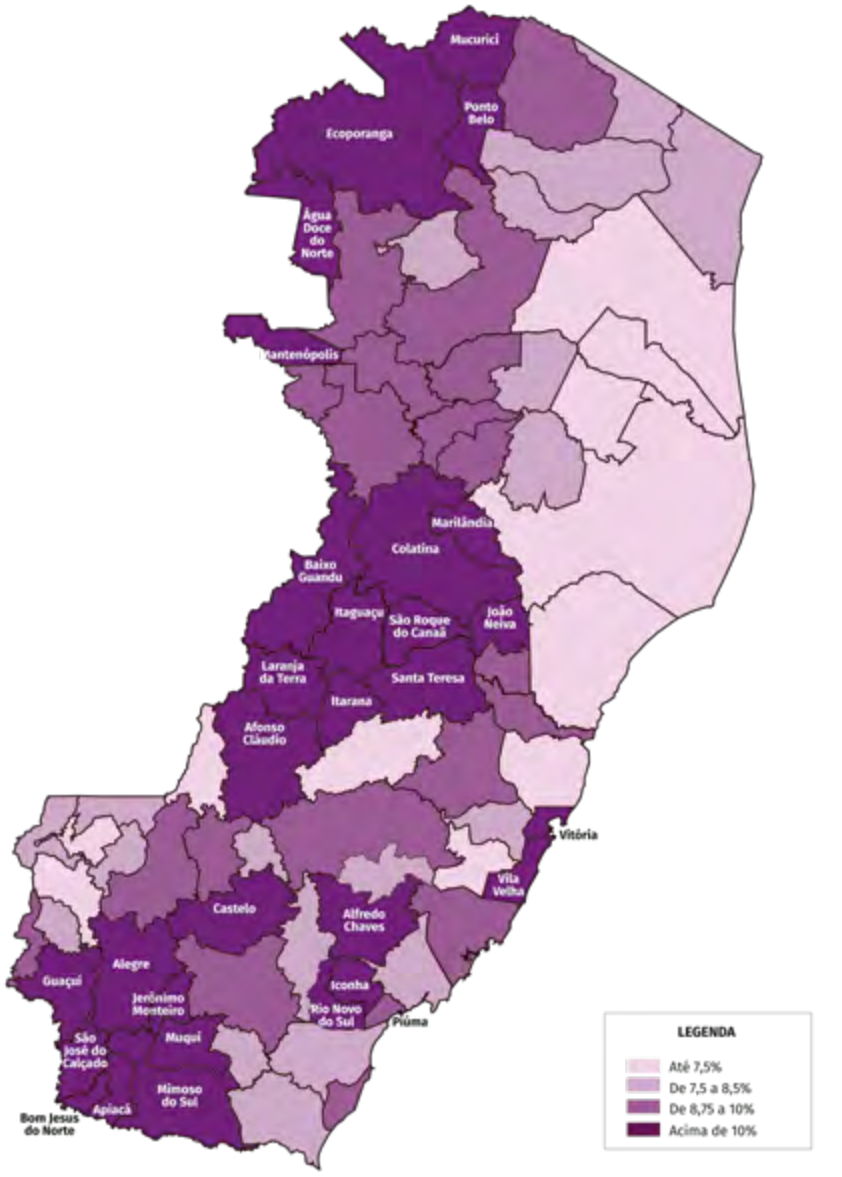
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022

No Espírito Santo, os municípios com o maior percentual de pessoas idosas são: Itaguaçu, São José do Calçado e Itarana. A Tabela 1 mostra os 10 municípios com o maior percentual de pessoas idosas em relação ao total populacional.

Tabela 1 - Municípios com maior percentual de pessoas idosas no Espírito Santo

Município	%
Itaguaçu	**23,65**
São José do Calçado	**22,58**
Itarana	**22,54**
Laranja da Terra	**22,27**
Alfredo Chaves	**21,97**
São Roque do Canaã	**21,77**
João Neiva	**21,39**
Vitória	**20,07**
Fundão	**19,05**
Guarapari	**17,45**

Mapa 1 - População de mulheres idosas no Espírito Santo, 2022



Fonte: IJSN, 2022

O QUE É SER MULHER IDOSA NO ESPÍRITO SANTO?

Ser mulher, para as participantes, é carregar orgulho pela trajetória construída, mesmo diante das dificuldades. É ser forte, guerreira, enfrentar desafios cotidianos e, ainda assim, seguir com coragem, sabedoria e paciência. Muitas se reconhecem como responsáveis por educar filhos, sustentar famílias e contribuir com a comunidade, acumulando tais funções com dedicação e amor.

As palavras mais mencionadas para expressar o que significa ser mulher foram independência e realização (62,5%), seguidas de esperança e orgulho (50%). Também surgiram com frequência as ideias de singularidade e sobrecarga (37,5%), revelando tanto o sentimento de identidade própria, quanto o acúmulo de responsabilidades. Para elas, ser mulher é ter percorrido um longo caminho de lutas e conquistas, encontrar sentido na própria história e seguir atuando com autonomia, apesar dos limites e desafios que ainda persistem.

Ser uma mulher idosa é reconhecer a própria história como marca de resistência. Guerreiras e vencedoras muitas enfrentaram o racismo, a desigualdade social, a misoginia, as rupturas familiares, o machismo, diversas formas de intolerância e uma luta constante por autonomia. A despeito dos obstáculos, há orgulho em suas falas, pelas conquistas acumuladas ao longo da vida. Viver a velhice é, ao mesmo tempo, motivo de gratidão e de afirmação dos valores e crenças, especialmente, em uma sociedade que, com frequência retira o foco de seu legado e da trajetória dessas mulheres, na premissa de invisibiliza-las.

"Eu me vejo nesse lugar porque é muita luta. Muita, muita, muita luta. E aí, chegar até aqui é porque estou vencendo."

"Desde sempre, a minha caminhada foi de quebrar vários paradigmas... fui buscando outros lugares de inclusão."

Entretanto, cabe ressaltar que o desrespeito à mulher idosa é apontado como uma realidade constante, tanto nos espaços públicos quanto no âmbito familiar. O preconceito etário se manifesta de diferentes formas, fazendo com que essas mulheres sejam tratadas como incapazes ou sejam ignoradas.

Dentre as violências e práticas mais recorrentes estão a infantilização, a negação do direito de decidir e o controle sobre suas escolhas e vontades. Tais atitudes, por vezes, são justificadas sob o argumento da proteção; em outras, vêm acompanhadas de julgamento e desqualificação. Em ambos os casos, há impactos sobre a autoestima, a liberdade e a dignidade das mulheres idosas.

"Eles dizem: você tá velha, vai aonde? Vai ficar andando na rua? Vai cair e dar trabalho pra gente [...] Você não pode mais andar sozinha, para em casa, vai ver novela. Eles pensam que estão agradando e protegendo, mas estão tirando nossa autonomia. A maioria das pessoas nem percebe que está desrespeitando, porque isso já virou tendência."

Contudo, muitas mulheres idosas vivenciam situações em que suas decisões são ignoradas, suas opiniões desvalorizadas e sua autonomia restringida, inclusive dentro do próprio núcleo familiar. Ser impedida de sair sozinha, ter seus pertences controlados ou ser excluída de decisões que lhe dizem respeito são formas de violência sutis, porém profundamente dolorosas. Com regularidade, essas condutas são justificadas como demonstrações de "cuidado" por parte dos filhos ou netos, mas carregam uma carga simbólica de desrespeito, negação das capacidades e da identidade dessas mulheres.

"Eu fui ao médico e meu filho não me deixou falar. Ele explicou tudo e só depois perguntou se eu entendi. Tem coisa que eles acham que eu não tenho que saber, aí decidem por mim, e pronto."

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

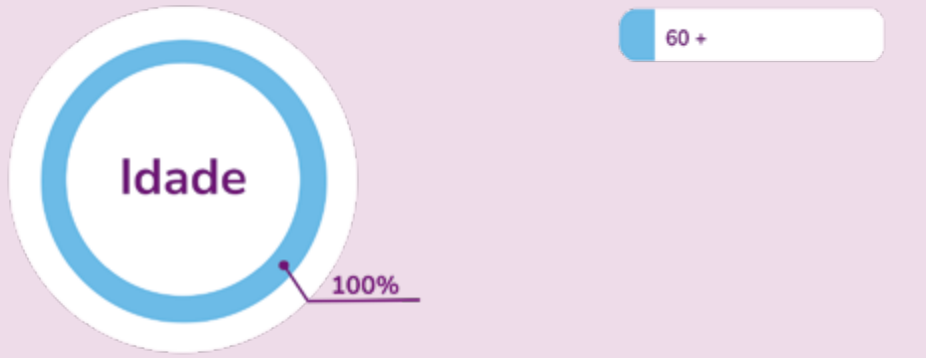


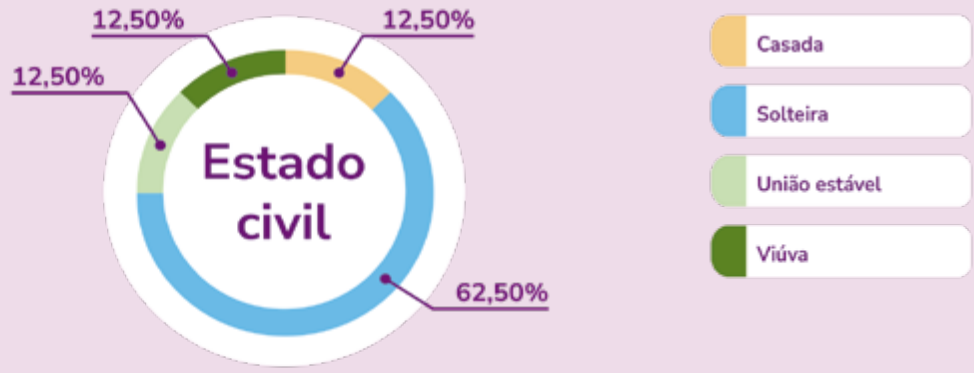
Dona Maria Aparecida Nogueira, ou vó do Ian, como é conhecida por todos, divide seu tempo entre o cuidado do neto, o cotidiano da casa e as diversas atividades culturais que executa.

Foto de Janete Diniz

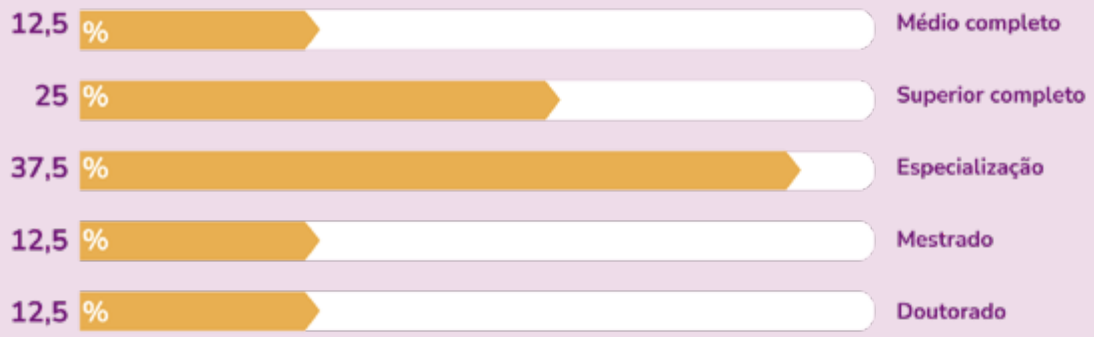
Perfil das

Mulheres Idosas





Escolaridade





Raça/cor/etnia

50%
Pretas

25%
Brancas

25%
Pardas

75%
São as principais provedoras da família

75%
Cuidam de alguém

37%
Cuidam dos pais

37%

Não trabalham fora, porém usam maior parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

25%

Trabalham fora e usam pouca parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

87%
Têm filhos

85%
Têm dois ou mais filhos

43%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

Essas violências silenciosas expõem como o etarismo se manifesta não apenas na sociedade em geral, mas também nas relações mais íntimas. É preciso reconhecer que a proteção não pode se confundir com controle, e que garantir a qualidade de vida na velhice passa por escutar, respeitar e confiar na capacidade de escolha das mulheres idosas. O enfrentamento desse tipo de violência exige uma mudança cultural profunda, que compreenda e valorize o envelhecimento como etapa ativa e legítima da vida.

Além disso, observam-se indícios de violência doméstica vividos por mulheres idosas dentro de suas próprias casas, seja nas relações com filhos e netos, seja no contexto conjugal. Mesmo sem ser nomeada diretamente como violência, práticas de controle, humilhação e silenciamento acabam se normalizando ao longo do tempo, tanto no casamento quanto nas demais relações familiares.

"Meu marido falava que eu era burra, que eu não sabia nada. Agora que ele morreu eu estou aprendendo a agir."

"Tem idosa apanhando do filho dentro de casa e ninguém fala nada."

"A mulher idosa às vezes sofre calada porque depende daquele filho, daquele neto."

"Tem muita coisa que é violência, mas ninguém chama assim porque acontece dentro da família."

Esses depoimentos consolidam a importância de que as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher contemplem, de forma explícita, a velhice como um marcador de vulnerabilidade, assegurando canais acessíveis de denúncia, acolhimento e proteção.

Manter a autonomia aparece como um desejo central no processo de envelhecimento – decidir sobre a própria vida: os seus horários, os deslocamentos e as rotinas cotidianas. Há um incômodo evidente diante da desconsideração dessa autonomia, sobretudo quando familiares, acreditando estarem protegendo, acabam limitando escolhas fundamentais.

Apesar da compreensão de que existem limites e especificidades na questão da velhice, os quais esbarram na dinâmica necessidade de proteção x o direito de decidir sobre a própria vida, há uma vulnerabilidade tácita e riscos efetivos: a precariedade da mobilidade urbana, com calçadas irregulares, transporte público inseguro e a baixa acessibilidade, questões que acentuam o sentimento de controle, restrição e dependência.

"Eu tenho minha autonomia. Ainda me basto. Me locomovo, faço tudo meu. Por que eu vou agora me retrair"?; "A família tende a te tirar a independência."

"Essas calçadas estão ruins pra caramba, a gente acaba caindo, eu já me machuquei, quebrei o braço."

Para além de tais desafios, a sensação de solidão também se manifesta de diferentes formas. Em alguns casos, há o isolamento explícito: viver sozinha, sem rede de apoio e com pouco contato social. Em outros, a solidão é mais invisível pois, mesmo cercada de pessoas, muitas mulheres idosas se sentem sobrecarregadas, assumindo o cuidado de familiares sem receber suporte. Há uma preocupação crescente com a realidade de pessoas idosas que adoecem ou morrem sem que ninguém perceba.

Em alguns contextos, são os próprios idosos que cuidam uns dos outros, acumulando responsabilidades sem divisão ou apoio efetivo. Entre as mulheres ouvidas, 75% cuidam de alguém, sendo que 37,5% cuidam de mãe e/ou pai, 25% de filhos e 12,5% de netos. Esses dados revelam como os papéis de cuidado permanecem presentes, mesmo na velhice, muitas vezes sem suporte necessário.



Dora, aos 65 anos, é empreendedora rural na Comunidade de Vargem Fria, em Guarapari, onde ela divide seu tempo entre o trabalho em casa e na lavoura, e no cuidado com as flores, a sua grande paixão.

Foto de Jaqueline Sanz

“Hoje também nós temos uma realidade que é os idosos tomando conta dos outros idosos e dos amigos.”

“Minha irmã ficou muito tempo cuidando da minha mãe, que tem 102 anos, e quase que só. E ela acabou adoecendo.”

“Tem muita gente morrendo, que estão há dois, três dias mortos em casa, porque ninguém dá por conta delas.”

Portanto, a solidão não é apenas ausência de companhia, ela também representa o apagamento do cansaço de quem cuida, do sofrimento de quem não é visto e da vulnerabilidade de quem envelhece sem suporte.

Somando a isso, surgem experiências marcadas pela ansiedade, tristeza e angústia, sentimentos muitas vezes difíceis de nomear ou expressar, por falta principalmente de espaço apropriado. Depressão, medo constante, insônia e choro frequente compõem um cenário de sofrimento emocional silencioso, frequentemente desconsiderado por familiares ou profissionais de saúde, e que tendem a minimizar o sofrimento psíquico das pessoas idosas.

“Eu fico nervosa, começo a chorar, e ninguém entende. Dizem que é coisa da minha cabeça.”; “Às vezes me dá uma tristeza tão grande que eu não quero nem sair da cama.”; “Tem dia que a gente acorda angustiada, e não sabe nem por quê.”

Por isso, e mesmo diante de dificuldades, as idosas gostam de manter uma rotina com atividades que proporcionem prazer, movimento e convivência, o que se mostra imprescindível. Espaços como grupos de convivência e projetos voltados para pessoas idosas funcionam como fontes de autoestima, alegria e saúde. Caminhadas, bailes, encontros com amigas e atividades manuais ajudam a cultivar a vitalidade e a fortalecer os vínculos com a própria vida.

“Eu vou para o grupo, danço, brinco, volto outra mulher.”

“É no grupo que a gente se anima, conversa, dá risada. Lá a gente vive.”

“A gente precisa sair, se mexer, porque senão vai ficando doente dentro de casa.”

As experiências relatadas mostram que o envelhecimento ativo não depende apenas da vontade individual, mas do acesso a políticas públicas e de espaços comunitários que valorizem a articulação social da mulher idosa e a presença da família na convivência.

“Tem família que acha que só porque tá ali já tá tudo certo, mas não escuta, não conversa.”

“É bom conversar, porque às vezes a gente tá passando por uma coisa e vê que a outra também tá vivendo a mesma coisa.”

“Lá no grupo a gente ri, a gente conversa. A gente se anima e não se sente sozinha.”

Sobre questões de sexualidade na velhice, há um processo de ambivalência: há quem se sinta confortável com a ausência de relações afetivas ou sexuais, enquanto outras desejam viver novas experiências, ainda que lidem com vergonha e/ou medo do julgamento.

A sociedade tende a enxergar a mulher idosa como assexuada, desinteressante ou indesejável, o que contribui para o silenciamento e o constrangimento diante desse tema. Ao mesmo tempo, formas de afeto como o carinho, a companhia, a conversa, a dança e o toque são valorizadas e, muitas vezes, acabam se tornando mais significativas do que o desejo sexual em si, reafirmando o direito da mulher idosa ao prazer, afeto e à conexão emocional.

“As pessoas acham que a gente não tem mais vontade de nada. Mas tem sim.”

“Sentir falta de um carinho não é vergonha, é humano.”

“Eu gosto da minha liberdade. Não tenho interesse em homem nenhum, mas sinto falta de um abraço sincero.”

Ler, escrever, usar o celular, participar de cursos e de rodas de conversa, valorizar o conhecimento e o desejo de continuar aprendendo são outras atividades que as idosas relataram como formas de manter a mente ativa para novas descobertas.

“Eu não pude estudar quando era nova, mas agora quero aprender.”

“Voltei a estudar adulta e foi uma das coisas que mais me deu alegria.”

“Essas conversas aqui são um aprendizado também. A gente vai trocando experiências.”

A fé e a gratidão emergem como dimensões centrais na construção de sentido para o envelhecer. A gratidão pela vida se mantém presente, mesmo diante das dores e adversidades acumuladas ao longo do tempo. A fé funciona como alicerce fundamental, não apenas no sentido religioso, mas como confiança na própria trajetória, nas superações já vividas e na capacidade de seguir adiante. A relação com a espiritualidade, com os vínculos afetivos e com a própria história constitui uma fonte constante de força e motivação.

“Eu só tenho a agradecer. Já passei por muita coisa, mas estou aqui, de pé.”

“Deus me deu força quando ninguém mais me entendia.”

“Tem hora que a gente pensa que não dá conta, mas olha pra trás e vê que já venceu tanta coisa...”

Esses relatos mostram que, mesmo em contextos de vulnerabilidade, muitas mulheres constroem sentidos para continuar. A gratidão e a fé, longe de anularem o sofrimento, oferecem sustentação emocional e reafirmam o valor de uma escuta que reconheça a complexidade da vida das idosas, marcada por perdas, mas também por força e esperança. Apoiar o envelhecimento é também valorizar essas narrativas e criar espaços onde elas possam ser compartilhadas.

Embora muitas mulheres idosas estejam fora do mercado formal de trabalho, a contribuição social segue presente, seja nos cuidados com a casa, com a família e até em atividades informais. Algumas ainda exercem funções remuneradas, outras complementam a renda com pequenos serviços ou sobrevivem exclusivamente de benefícios como a aposentadoria. Contudo, a sensação de inutilidade ou de dependência financeira pode gerar sofrimento, sobretudo quando associada à falta de reconhecimento pelo esforço diário.

"Eu cuido da casa, dos netos, da comida, mas ninguém acha que isso é trabalho."

"Me aposentei com um salário-mínimo. Depois de tudo que já fiz, ainda passo necessidade."

"Às vezes a gente se sente um peso, porque não tem mais como ajudar como antes."

Ao mesmo tempo, muitas encontram formas de participação e de contribuição que não envolvem remuneração direta, mas são centrais para o tecido social. Trabalhar na igreja, ser síndica do prédio, atuar em conselhos ou ajudar vizinhos e amigas foram apontadas como formas de permanecer ativas, respeitadas e conectadas ao coletivo. Tais vivências revelam que o reconhecimento do trabalho da mulher idosa precisa ir além da lógica produtivista e econômica.

As idosas compreendem que o envelhecimento não é vivido da mesma forma por todas e que isso tem um preço. As desigualdades ao longo da vida, como classe social, raça e território, influenciam diretamente essa experiência do envelhecer.

"A gente sabe que quem é mulher, negra e pobre sofre muito mais."

"Não é só envelhecer, é como você viveu até aqui, o que você teve ou não teve."

"Tem gente que envelhece com tudo, outras com quase nada. Isso tem que ser levado em conta."

Isso aponta a urgência de pensar o envelhecimento a partir de uma perspectiva interseccional, que reconheça as desigualdades históricas e sociais que moldam a vida das mulheres. É preciso que políticas e serviços considerem esses atravessamentos para que o direito a uma velhice íntegra e justa seja, de fato, universal, ponto ressaltado por uma das participantes, sobretudo quando avalia sua trajetória.

A saúde física foi ponto de discussão entre as participantes, mas não tendo como fio condutor apenas a própria condição do corpo, mas sobretudo, reivindicações de serviços que estejam voltados para as vulnerabilidades das mulheres idosas.

"Para fazer um exame tem que pegar estrada e ir pra Vitória, e ainda marcar meses antes."

"A gente vai no hospital e fica lá largada. Não tem quem acompanhe, não tem respeito."

"Tem coisa que a gente desiste de fazer porque não aguenta mais tanta humilhação."

Os relatos dessas mulheres, apurados nas escutas das experiências narradas e nos diálogos efetivados nas rodas de conversa, propiciaram um impacto ante as experiências e a pluralidade de vivências que nos deram a ver o quanto ouvir suas histórias de vida foi essencial para romper com os estereótipos e os preconceitos, que ainda cercam o envelhecimento feminino.

Mais do que atender demandas específicas, é preciso reconhecer suas histórias, respeitar sua singularidade e garantir sua participação ativa na vida coletiva. Valorizar essas trajetórias não é apenas reparar silenciamentos, mas afirmar, no presente, o direito de existir com presença, voz e projeto de futuro.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Valorizar e legitimar o envelhecimento como etapa ativa e legítima da vida.
02	Considerar a velhice como marcadora de vulnerabilidade nas políticas de enfrentamento à violência contra a mulher.
03	Melhorar a mobilidade urbana atendendo às necessidades da pessoa idosa.
04	Potencializar e fortalecer redes de apoio comunitário.
05	Reconhecer a saúde mental como parte do cuidado integral da mulher idosa.
06	Garantir o acesso à assistência qualificada, com serviços psicológicos e espaços de convivência contínuos.
07	Potencializar e criar mais espaços de convivência e projetos voltados para pessoas idosas.
08	Ampliar locais e projetos de aprendizagem voltados para pessoas idosas.
09	Fortalecer e ampliar a rede de atenção à saúde da pessoa idosa, com foco em acessibilidade, cuidado contínuo e respeito.
10	Fortalecimento da autonomia da mulher idosa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

SEÇÃO 16

MULHERES NOS SABERES DA GESTAÇÃO E DO NASCIMENTO

Esse segmento reuniu parteiras tradicionais e doulas - profissionais que fundamentam suas práticas nos conhecimentos ancestrais e tradicionais. Essas mulheres atuam com técnicas específicas, focadas nos períodos de gestação, parto e pós-parto, e se dedicam a apoiar as gestantes de forma integral. O vínculo estabelecido com as mulheres grávidas é afetivo e o acompanhamento é realizado por meio de suporte físico, emocional e informativo, criando um espaço de acolhimento e de respeito.



Foto de Laiza Stange



Foto de Zanete Dadalto

Foto de Laiza Stange

Nessa imagem, Lais Lacerda recebe os cuidados de sua companheira de profissão, a doula Marrí Mota, e fala sobre o trabalho técnico, mas afetuoso da doula.

CAPÍTULO 17.1

MULHERES DOULAS: A POTÊNCIA FEMININA QUE ACOLHE E HUMANIZA O NASCIMENTO

Daniela Bello de Carvalho
Sattylla Sanny de Matos Ferreira

A roda de conversa realizada de forma on-line com doulas de diferentes regiões do Espírito Santo, foi uma escuta coletiva potente e plural, atravessada pelas vivências da profissão e pelos desafios cotidianos do trabalho de assistência ao parto. Deixou entre nós a imagem de que ser mulher doula é ocupar um lugar de cuidado, que nem sempre é reconhecido, mas que transforma profundamente a experiência de gestar, parir e nascer.

Com o apoio da Associação de Doulas do Espírito Santo (ADOULES), o encontro proporcionou um espaço de troca sobre sentidos, práticas e formas de organização dessa atuação que se constrói, muitas vezes, na intersecção entre afeto e resistência. Mesmo à distância, a conversa foi marcada por conexões, trocas sensíveis e um senso de pertencimento compartilhado. As falas revelaram dimensões que não se encerram

em legislações ou protocolos, mas que dizem respeito à forma como o nascimento é vivido, mediado e acompanhado em nossa sociedade.

Esse capítulo se constrói a partir dessa escuta. Mais do que registrar experiências, ele busca dar visibilidade a vozes que frequentemente atuam nos bastidores, mas que desempenham um papel essencial na luta por uma assistência obstétrica mais humanizada e centrada na mulher.

DOULAS: ASPECTOS GERAIS

De acordo com o Ministério da Saúde (2024), a doulagem é compreendida como uma atuação profissional que combina apoio físico, emocional e educativo ao longo de todo o ciclo gravídico-puerperal. Esse acompanhamento pode ocorrer de forma individual ou comunitária e tem como foco o bem-estar da mulher e de sua rede de apoio, contribuindo para uma experiência mais positiva durante a gestação, o parto e o pós-parto imediato.

A presença da doula não substitui outros profissionais, mas soma-se às equipes de saúde como estratégia de suporte contínuo. Sua atuação tem como eixo central o respeito à autonomia da gestante, parturiente ou puérpera, valorizando a sua experiência e promovendo um cuidado centrado na mulher. O reconhecimento da doulagem como parte integrante das diretrizes de qualificação da atenção obstétrica é respaldado por evidências científicas, que demonstram seus impactos positivos para a saúde da mulher, do bebê e da comunidade. (BRASIL, 2024).

Entre os benefícios já documentados estão a redução na duração do trabalho de parto, menor necessidade de analgesia medicamentosa, diminuição de cesarianas e partos instrumentais, melhores condições respiratórias do recém-nascido e uma vivência mais satisfatória do parto. Além disso, estudos internacionais indicam que o cuidado prestado por doulas também se associa à redução de casos de depressão e de ansiedade no pós-parto, especialmente entre mulheres em situação de maior vulnerabilidade social ou pertencentes a grupos racializados e marginalizados. (BRASIL, 2024; FALCONI, 2022).

Nesse contexto, o Ministério da Saúde (2024) aponta a doulagem como uma estratégia relevante para a promoção de políticas públicas voltadas à humanização do parto e ao enfrentamento da mortalidade materna e neonatal. Esse reconhecimento institucional fortalece a importância do segmento e sustenta a urgência de ampliação da sua presença nos serviços de saúde pública, e nos debates sobre cuidado e saúde reprodutiva no país.

Cabe salientar que, recentemente, foi promulgada a Lei nº 12.476, de 15 de julho de 2025, que garante o direito à presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto e no pós-parto imediato, tanto em unidades públicas como nas privadas no Espírito Santo.

O encontro com as doulas não apenas registrou percepções e trajetórias, como também ocorreu em um momento de transição significativo para o reconhecimento desse ofício no estado. A sanção da referida lei reforça, portanto, a urgência e a legitimidade das pautas trazidas na roda de conversa, além de sinalizar uma importante conquista na luta por uma assistência obstétrica mais humanizada, respeitosa, informada e centrada na mulher.

Em 2018 foi criada a Associação de Doulas do Espírito Santo (ADOULES), com o compromisso de institucionalizar as lutas e conquistas das doulas no estado. Segundo dados informados pela própria associação, em 2021 o estado contava com 138 doulas em atividade. Esse progresso integra uma trajetória de mobilização coletiva, que vem sendo construída ao longo dos últimos anos pelas próprias doulas no Espírito Santo.



A doula Graziele Duda durante o acompanhamento do processo de parto de Shara Lima.

Foto de Karol Felício

O QUE É SER MULHER DOULA NO ESPÍRITO SANTO?

Ser mulher, para as participantes, é algo que vai além da biologia. É uma construção social atravessada por disputas históricas e estruturais, e marcada por imposições que começam cedo, desde o corpo sexuado, até os papéis que se espera ocupar na sociedade. É estar inserida em um sistema de cobrança exacerbada e que apresenta cada vez mais limitações. Paradoxalmente, é um contexto que, ainda por cima, coloca dúvida na capacidade feminina. Mas ser mulher também é presença, é fazer parte de uma rede de apoio entre iguais, e poder encontrar força no intercâmbio, no afeto, na coletividade. É suportar vulnerabilidades e, a despeito disso, seguir adiante, com consciência e coragem.

Entre as palavras elencadas pelas participantes para descrever o que é ser mulher, destacam-se orgulho (71,4%), sobrecarga (57,1%), singularidade (57,1%) e ansiedade (57,1%), expressando essa coexistência de força e tensão que marcam suas experiências. É estar cansada, muitas vezes impedida, mas não derrotada. Há delicadeza, há força, há a vida que se faz e se sustenta, mesmo diante de tantas desigualdades. Ser mulher, nesse contexto, é conviver com o contraste entre o orgulho de ser e os obstáculos que ainda insistem em permanecer.

Em especial, ser uma mulher doula é ocupar um lugar atravessado por muitas camadas. É exercer uma função essencial, mas ainda marcada por uma lógica que atribui e naturaliza o cuidado como algo “feminino”. Sendo essa associação quase que instintiva, fruto de transmissões culturais, que pré-definiram esse papel, historicamente, e incrustaram nesse ato, uma premissa de obrigatoriedade e não uma escolha. Esse olhar faz com que o trabalho da doula seja constantemente desvalorizado, visto como vocacional, voluntário e, muitas vezes, invisível como profissão. Por isso, atravessa um processo de transição simbólica, social e política.

Desse modo, ainda que historicamente tenha sido compreendida como um gesto de doação, de ajuda voluntária ou de instinto maternal, a função de doula vem sendo cada vez mais afirmada como um trabalho técnico, contínuo e especializado. O ato de cuidar, tradicionalmente atribuído às mulheres como uma expectativa irrefutável e inegociável, já que se tomava como habitual, além de frequentemente menosprezado, passa a ser reivindicado como profissão. Rompe-se, assim, com a lógica que associa a prática ao altruísmo ou à obrigação moral, reafirmando seu caráter de trabalho qualificado e digno de reconhecimento.

“Hoje a gente respeita o serviço social, enquanto profissão e consciência, não enquanto ajuda.”

“[...] Eu não sou a mulher que serve como doula, eu sou uma profissional doula.”

A função de doula, que exige preparo, escuta e presença, ainda é tratada como uma prática informal, situada no campo do afeto, como se não fosse legítima enquanto trabalho, além de necessária. Ser mulher, dentro desse sistema, é ter o saber, constantemente, colocado em dúvida, mesmo quando ele é construído na convivência e no acompanhamento diário das mulheres. Muitas relatam a necessidade contínua de se reafirmarem como profissionais diante de equipes hospitalares, as quais ignoram seu papel, desqualificam seus saberes e, até mesmo, os desconsideram”.

“Existe a necessidade de comprovar sua ‘palavra’ e ‘conhecimento’ entre os demais profissionais de saúde, pela condição e posição na sociedade.”

O reconhecimento profissional se entrelaça com a compreensão do parto como um momento de afirmação de direitos e de enfrentamento às violações institucionais. Assim, parir no Brasil, como afirmado diversas vezes, tornou-se um ato de resistência. A violência

obstétrica, a desinformação, o medo e a dificuldade de compreensão compõem um cenário hostil às mulheres.

"Parir no Brasil é resistência. Parir com humanização é um ato político."

Sendo assim, em um sistema que insiste em silenciar mulheres, negar suas dores e deslegitimar suas escolhas, ser doula é também um gesto político, segundo pensamento recorrente entre as participantes. É disputar espaços de compreensão, decisão, educação e humanidade. Sua atuação não se limita apenas ao cuidado físico ou emocional, ela tensiona estruturas, questiona protocolos autoritários e reivindica protagonismo para as gestantes e parturientes. Defender o parto humanizado, exigir respeito e garantir o direito de presença da doula é posicionar-se politicamente diante de um cenário de práticas institucionais violentas.

Logo, no cotidiano, essas tensões ultrapassam o plano simbólico e se refletem diretamente nas vivências concretas das doulas. O acompanhamento do parto revela uma sobrecarga emocional e física que é, muitas vezes, invisibilizada. São jornadas longas, que às vezes ultrapassam 30 horas. Enquanto os profissionais da equipe médica se revezam, a doula permanece, como esclareceu uma doula durante a roda. Garante presença, vínculo, continuidade, acolhimento e proteção.

"Eu já estive 33 horas no acompanhamento. A equipe toda trocou, e eu permaneci."

Mesmo diante do cansaço, da frustração e da sensação de invisibilidade, elas permanecem firmes, por entenderem a importância de sua presença nesse processo. Logo, ser doula, segundo elas, é resistir diariamente à desvalorização profissional, ao apagamento do protagonismo das mulheres e à violência obstétrica.

Além disso, muitas doulas também enfrentam o desafio de conciliar sua própria maternidade com a atuação profissional. Estar disponível para acompanhar partos e processos intensos do ciclo gravídico-puerperal nem sempre é viável para quem carrega sozinha a responsabilidade pelo cuidado de filhos pequenos, algo que não é exceção, mas realidade comum entre elas.

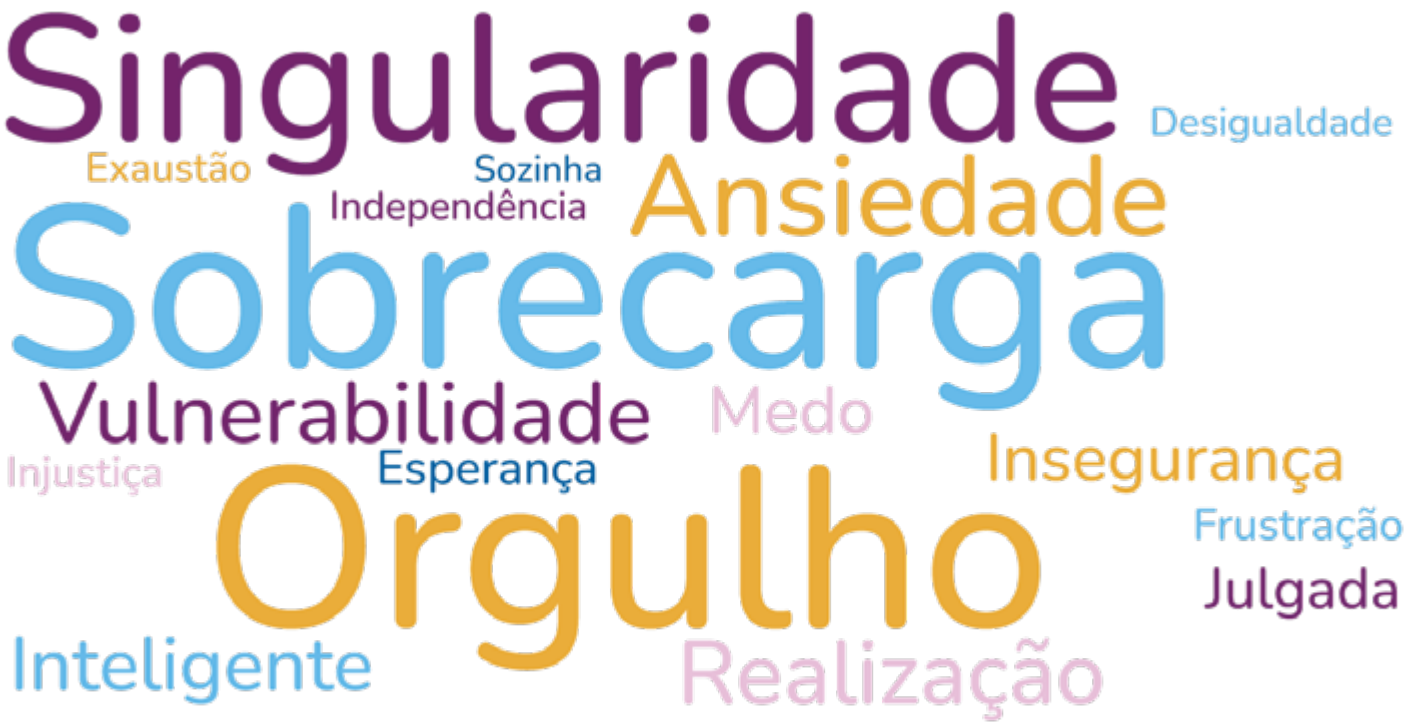
A ausência de rede de apoio impacta diretamente a permanência e o reconhecimento dessas mulheres nesse campo profissional. No encontro, constatou-se que todas as participantes eram mães. Entre elas, 28,6% se identificavam como mães solo.

Outro ponto que se impõe com intensidade, força, veemência é a presença do machismo, do racismo e da misoginia no próprio cenário da assistência ao parto. Muitas doulas relatam terem presenciado episódios de violências obstétricas, falta de empatia com as gestantes e discursos depreciativos e irônicos sobre seu trabalho.

Apesar das adversidades, é justamente nesse contexto de enfrentamento que a atuação da doula floresce e se consolida, especialmente, por meio da capacidade de articular as redes de apoio entre mulheres. Redes que orientam, informam e se fortalecem, ao compartilharem medos, conquistas, dores e esperanças. Enredamentos e entrelaces em que cada mulher se reconhece na outra e se sente mais segura por não estar sozinha.

Como muitas das participantes do encontro resumiram, a doula não apenas apoia, ela lembra que há caminho, que há escolha, que existe empoderamento e autonomia no saber e no direito de decidir sobre seu próprio corpo. Ela orienta sobre direitos, acolhe dúvidas e auxilia as gestantes no acesso a informações que contribuem para decisões mais conscientes sobre seus corpos e seus partos. Esse papel de ponte entre mulheres e seus direitos é uma das principais potências dessa função. Apesar disso, é preciso reconhecer que não cabe à doula, sozinha, o poder de impedir a violência obstétrica, mas tampouco se pode ignorar o quanto sua presença faz diferença.

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

Embora não detenha autoridade institucional para intervir diretamente nas decisões médicas, a doula oferece escuta, conhecimento e apoio contínuo - elementos que, por si só, representam formas concretas de proteção e cuidado. Ao preparar a gestante com informações baseadas em evidências, estar ao seu lado durante todo o processo e zelar pelo cumprimento de seus direitos, a doula contribui para que a mulher faça escolhas com autonomia, reconheça abusos e exija um atendimento adequado e humanizado. Ainda assim, sua atuação acaba muitas vezes sendo sobrecarregada por expectativas irreais.

O discurso de que a doula é a "guardiã" - aquela que protege e garante um parto respeitoso - esconde uma armadilha: a responsabilização solitária por algo que é estrutural.

"Nós não somos um anjo que vai estar ali e impedir a violência. A gente minimiza, mas não protege do sistema."

Sendo assim, em um sistema que insiste em silenciar mulheres, negar suas dores e deslegitimar suas escolhas, ser doula é também um gesto político, segundo pensamento recorrente entre as participantes. É disputar espaços de compreensão, decisão, educação e humanidade. Sua atuação não se limita apenas ao cuidado físico ou emocional, ela tensiona estruturas, questiona protocolos autoritários e reivindica protagonismo para as gestantes e parturientes. Defender o parto humanizado, exigir respeito e garantir o direito de presença da doula é posicionar-se politicamente diante de um cenário de práticas institucionais violentas.

A força dessa atuação está na construção de confiança, no vínculo que se estabelece e na promoção de um espaço de presença ativa, não no sentido de garantir um desfecho específico, mas de afirmar, ali mesmo, a possibilidade de uma experiência mais digna e menos solitária, como foi pontuado em inúmeras falas.

Ainda assim, entre os múltiplos aspectos de sua atuação, a dimensão educativa se destaca pela capacidade de transformar realidades. O trabalho com educação perinatal, rodas de conversa, encontros coletivos e escuta ativa configuram-se como uma das formas mais concretas de promover saúde, fortalecer o protagonismo das mulheres e criar redes de apoio e cuidado. A formação contínua e a partilha de informações acessíveis tornam a doula uma educadora popular em saúde, com papel central na redução da mortalidade materna e na prevenção de violências obstétricas.

"A doula é educadora popular em saúde. Ela promove a saúde, faz roda de gestante, conversa sobre parto, empodera."

Essa atuação da doula ganha ainda mais relevância diante de cenários de desrespeito e diferentes formas de violação. A violência obstétrica é reconhecida como uma expressão direta da violência de gênero e, como reflexo de um sistema de saúde que, muitas vezes, em vez de proteger, frequentemente vitimiza as mulheres.

A lógica que atravessa muitos serviços obstétricos ainda se estrutura em práticas autoritárias e institucionais, as quais não configuram ambientes de parto humanizado e centrado na mulher. Parir em segurança exige mais do que condições clínicas: demanda resistência a uma estrutura que idealiza a maternidade, mas abandona a mulher, justamente no momento em que ela mais precisa ser cuidada.

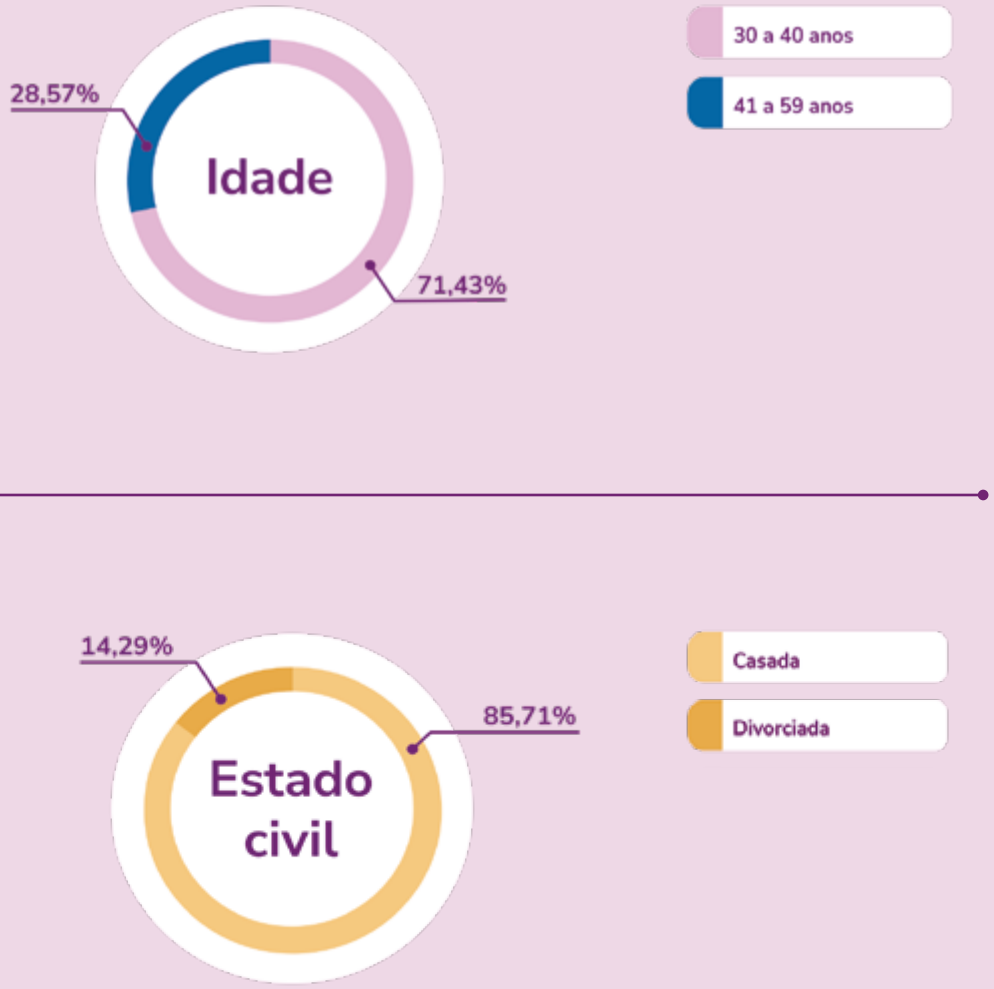
"O Brasil é um país que santifica a maternidade, mas não protege quem materna. A sociedade coloca a mulher nesse lugar angelical, como se ao virar mãe, ela se tornasse santa. Pode santificar, desde que proteja."

Em relação à atuação da doula no processo do parto, muitas apontaram que elas percebem situações específicas, como sinais de alerta e outras complicações que, muitas vezes, não são percebidas.

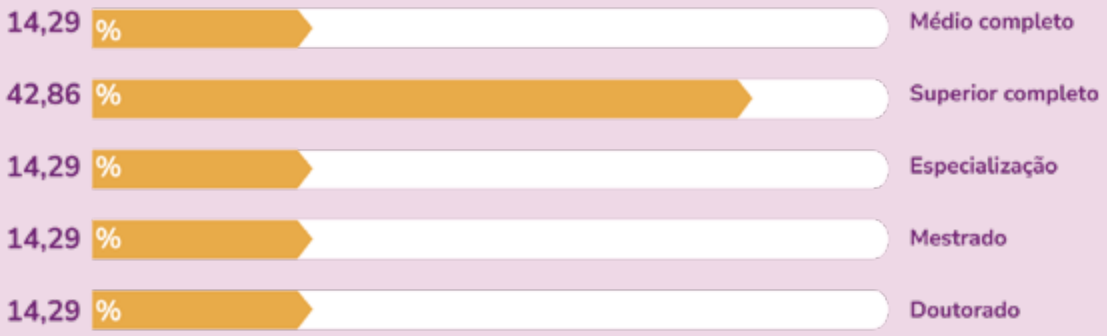
A doula Lais Lacerda no processo de doulagem. O olhar que acolhe e dá forças no parto.

Foto de Laiza Stange

Perfil das
Mulheres
Doulas



Escolaridade





Raça/cor/etnia

57%
Brancas

29%
Pardas

14%
Pretas

28%
São as principais provedoras da família

86%
Cuidam de alguém

57%
Cuidam dos filhos

71%

Não trabalham fora, porém usam maior parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

29%

Trabalham fora e têm suporte, por isso, não precisam usar todo o tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

100%
Têm filhos

85%
Têm mais dois filhos

29%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

“Quantas vezes eu fui, entre muitas aspas, instrumento de salvação. Porque vi o sangramento, fui chamando, chamando, e ninguém atendia. Era hemorragia, e só depois que perceberam colocaram o medicamento. Mas a mulher já estava lá, fraca, quase desmaiando. Não é fácil.”

A partir de exemplos como esses é que as doulas evidenciam a eficácia dos seus saberes, muitas vezes colocada em dúvida. A exigência de validação técnica e a desconfiança sobre à sua formação revelam a desvalorização histórica dos saberes tradicionalmente femininos. Mesmo com anos de atuação, muitas vezes é necessário justificar, reafirmar, explicar - como se o conhecimento construído pela experiência, pelo estudo e pela escuta cotidiana não fosse legítimo ou suficiente.

“Alguma vez você já foi questionada sobre o que você estudou para exercer seu trabalho?” Como a doula isso é constante.”

Diante de tantas barreiras, ser reconhecida enquanto parte das políticas públicas é mais do que um gesto simbólico, é um passo concreto na valorização desse trabalho. A presença das doulas no Atlas das Mulheres foi recebida com entusiasmo. Serem incluídas, ouvidas e reconhecidas como parte legítima das políticas públicas voltadas às mulheres foi compreendido como um avanço significativo.

Por fim, o cuidado precisa estar no centro do debate, não como caridade ou missão, mas como trabalho essencial, com valor social, político e econômico. Esse é um passo importante, mas o caminho ainda exige coragem. Ser doula, nesse contexto, é continuar, apesar de tudo. É apoiar outras mulheres em momentos cruciais de suas vidas, mesmo quando o sistema insiste em desvalorizar esse papel. É seguir lutando, mesmo sem garantias, pelo fato de reconhecerem que seu trabalho é ponte, é escuta, é reparo. E, talvez por conta disso mesmo, se torne tão necessário.

“Ser doula é abraçar com o coração, guiar com conhecimento e fortalecer com amor.”

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Ampliar a presença de doulas nos serviços de saúde e nos debates sobre cuidado e saúde reprodutiva no país.
02	Fortalecer, valorizar e respeitar o trabalho da doula, enquanto atuação profissional.
03	Combater processos e relações hierárquicas que procuram deslegitimar os saberes e as técnicas das doulas.
04	Valorização social e econômica da doulagem.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

Foto de Zanete Dadalto

Joana Angélica Pinto dos Santos, Mãe D'Água, parteira homeopática, fazendo o pré-natal de Dajailma Costa Batista. Jacaraípe, Serra.

CAPÍTULO 17.2

MULHERES PARTEIRAS: UM CHAMAMENTO À VIDA

Rosimery Soares Loiola
Sthéfany Gomes Tiburso

Ser parteira tradicional no Espírito Santo é assumir um lugar de responsabilidade para com a vida que nasce, mas também com as memórias, os ciclos e os vínculos que sustentam o cuidado dentro das comunidades. Esse subsegmento do Atlas das Mulheres do Espírito Santo integra o segmento "Mulheres nos Saberes da Gestação e do Nascimento" e tem como foco as parteiras tradicionais, mulheres que atuam a partir de conhecimentos ancestrais, transmitidos por linhagem, por convivência ou por escuta; muitas vezes em contextos onde o Estado não chega com estrutura ou acolhimento.

A metodologia adotada partiu da escuta direta, por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com duas parteiras que atuam em diferentes regiões do Espírito Santo: uma na região do Caparaó, no Sul do estado, e a outra em território indígena no Norte, no município de Aracruz. Diferente de outros processos da pesquisa, centrados em rodas de conversa, foi possível

conhecer e registrar as interpretações das parteiras, o que requereu adaptação metodológica, em virtude de suas especificidades espaciais e também quantitativas.

As conversas não buscaram capturar um modelo ideal de atuação, mas compreender como esses saberes se mantêm, se atualizam e enfrentam as tensões do presente. Entre folhas, rezas, oficinas, atendimentos e relatos de parto, foi possível reconhecer não só técnicas de cuidado, mas posicionamentos éticos, políticos e territoriais que dizem muito sobre o que é ser mulher e parteira no Espírito Santo.

A categoria de saberes ancestrais organiza a leitura desse segmento, não como uma chave folclórica, mas como um campo legítimo de produção de conhecimento, de saberes de mulheres que precisam ser reconhecidos a partir de epistemologias próprias, enraizadas na experiência e voltadas à coletividade (Collins, 2019). As parteiras entrevistadas não se colocaram como personagens do passado, mas como agentes do presente, que atuam com firmeza e autonomia, ainda que diante da ausência de reconhecimento formal.

MULHERES PARTEIRAS TRADICIONAIS: ASPECTOS GERAIS

Indicadores que possam mensurar e promover o georreferenciamento acerca da existência de parteiras é algo difícil de se concretizar, por se tratar de um segmento cultural pouco valorizado nas regiões mais urbanizadas do estado, embora seja uma atividade comum e de extrema importância em diversas regiões do estado.

As parteiras tradicionais atuam historicamente no auxílio à gestante e ao recém-nascido, principalmente em comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e de regiões mais isoladas, sobretudo onde se percebe a carência de acesso a serviços de saúde.

Em 2024 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, reconheceu os ofícios, saberes e práticas das parteiras tradicionais como patrimônio cultural do Brasil e a Lei nº 13.100, de 27 de janeiro de 2015, instituiu o dia 20 de janeiro como o Dia Nacional da Parteira Tradicional no Brasil, reconhecimentos importantes.

As parteiras tradicionais entrevistadas revelaram práticas profundamente enraizadas no território, na espiritualidade e na escuta do corpo feminino. Atuam em diferentes regiões do Espírito Santo, uma no Sul e outra em território indígena no Norte, mas compartilham experiências comuns: ausência de reconhecimento institucional, precariedade das condições de trabalho e desvalorização de seus saberes.

Mesmo realizando atendimentos frequentes, incluindo acompanhamentos pré-natais e partos, essas mulheres seguem invisíveis nas estatísticas e desprotegidas por legislações que assegurem remuneração, acesso à aposentadoria ou estrutura adequada para exercerem seu ofício. Suas práticas articulam conhecimentos ancestrais com aprendizados adquiridos por meio da convivência com outras mulheres, do uso das plantas, das rezas e da escuta atenta. Contudo, a desconsideração pode culminar no seu desaparecimento.

A espiritualidade, como deixaram evidente, não é uma dimensão à parte: ela integra o cuidado como prática cotidiana. Além da atenção ao parto, essas mulheres realizam oficinas de alfabetização corporal e menstrual, orientam sobre saúde reprodutiva, acompanham gestações com o uso de ervas e manejam situações clínicas com base em cursos complementares de formação. A atuação das parteiras demonstra que os saberes tradicionais não estão parados no tempo, eles se atualizam sem abrir mão da sua raiz.

Um dos pontos de maior tensão identificado nas entrevistas foi o uso indevido do título de “parteira” por

enfermeiras obstétricas. As participantes da pesquisa apontaram que há confusão entre o papel das parteiras tradicionais e o das profissionais com formação técnica que passam a se auto intitular parteiras, inclusive quando atuam em partos domiciliares.

Documentos institucionais mostram que, a partir das diretrizes do Ministério da Saúde, profissionais de enfermagem obstétrica passaram a assumir o papel de assistência ao parto fora do ambiente hospitalar, sendo inclusive referidas como "parteiras urbanas" (Brasil, 2012). Esse uso ampliado do termo tem gerado disputas simbólicas e tensões em torno do reconhecimento social do ofício tradicional.

As entrevistas também revelaram o crescimento de um sentimento de insegurança, especialmente em territórios indígenas, diante da pressão institucional para medicalização do parto, dificultando a continuidade das práticas tradicionais. Esse temor não diz respeito apenas a riscos clínicos, mas à ameaça de supressão cultural. No caso das parteiras, isso se evidencia tanto na ausência de políticas públicas específicas, quanto na dificuldade de acesso a condições mínimas de trabalho e de mobilidade. Ainda assim, seguem ativas, acompanhando mulheres, formando redes e preservando saberes que seguem vivos e que continuam sendo necessários.

O QUE É SER PARTEIRA NO ESPÍRITO SANTO?

"Ser parteira é ser chamada para a vida."

Essa frase dita por uma das entrevistadas sintetiza o que se revelou com mais força ao longo das escutas: a prática da parteira tradicional não nasce de uma escolha profissional, mas de um chamado íntimo, coletivo e ancestral. Um chamado que atravessa o corpo, a história e o território. Para essas mulheres, acompanhar o nascimento não é apenas uma função: é parte de um modo de viver e de cuidar, que não separa o físico do espiritual, nem a técnica da intuição.

Muitas das parteiras ouvidas começaram a acompanhar os partos porque foram procuradas por outras mulheres da comunidade, chamadas como amigas, vizinhas e apoiadoras. Quando se deram conta, já eram reconhecidas como parteiras não por um diploma, mas por uma escuta, uma presença, uma responsabilidade construída no cotidiano. Algumas relataram ter feito seus próprios partos sozinhas, guiadas pelas ervas, pelas rezas e por uma confiança que não se explica, mas se transmite. ***"Foi o primeiro parto da minha vida, e eu fiz sozinha. Era meu chamado"***, contou uma delas.

As parteiras têm consciência de que o saber que carregam não está nos livros, que é um conhecimento que vem reverberando há tempos, como transmissão, entre mulheres da comunidade, nas histórias das mais velhas, no cheiro das folhas, no gesto calmo das mãos que acolhem e nos conselhos que se dão com afeto. É um saber que se sustenta na experiência, e que apresenta indícios de inovação: muitas parteiras buscam cursos de emergência obstétrica, estudam o corpo humano, aprendem técnicas que ampliam a segurança do parto, sem jamais abandonar, contudo, aquilo que aprenderam com as suas predecessoras.

Essa junção não é contraditória, pelo contrário, é coerente com o compromisso que assumem como missão. "A gente quer o melhor para as nossas comadres", disseram em uma das entrevistas, reforçando que a palavra "comadre" não é casual: é quem partilha a vida, o cuidado e a coragem.

Ser parteira, para elas, é ocupar um lugar de referência dentro da comunidade. É acompanhar a gestação, acolher as dores, preparar o ambiente, garantir que o parto aconteça com respeito. É também ensinar, formar, transmitir saberes. E é, sobretudo, uma atitude de resistência: resistir ao apagamento, à apropriação

Foto de Zanete Dadalto

As entrevistas semi-estruturadas foram priorizadas com as parteiras. Marinã de Sales responde ao formulário em meio à mata, em Patrimônio da Penha, distrito do município de Divino de São Lourenço.

do termo “parteira” por profissionais técnicas que não compartilham da mesma trajetória, é ter resiliência diante do pouco ou total reconhecimento da importância e do valor de sua atuação. Em territórios onde as administrações públicas não se fazem presentes, são as mulheres parteiras que asseguram o cuidado – antes, durante e após o nascimento. E o fazem com dignidade, afeto, firmeza e muita fé.

O território também atravessa o que é ser parteira. Em algumas regiões, as parteiras atuam com mais liberdade; em outras, especialmente em aldeias, o medo tem crescido. O temor de não poder exercer o ofício, de não ter apoio se algo der errado, de ver o saber tradicional desacreditado por um sistema de saúde que não reconhece as rezas, as folhas, os banhos, os cantos. ***“Está voltando o medo na gente”***, afirmam. Mesmo assim, seguem firmes. ***“A gente continua rezando, mesmo quando o parto é no hospital.”***

O parto, para essas mulheres, é um acontecimento espiritual. As ervas, como Lágrimas de Nossa Senhora e a Sementes de Girassol, são chamadas de medicinas, de tecnologias ancestrais. A reza protege, guia, acompanha. Algumas narram que aprenderam essas práticas com as avós; outras, sozinhas, em momentos em que era preciso confiar em algo maior. Essa dimensão espiritual não se separa do cuidado físico, pelo contrário: é parte dele.

Ser parteira também é enfrentar o apagamento. Muitas relataram a dor de ver o termo “parteira” apropriado por profissionais que não reconhecem sua história. ***“Agora a enfermeira faz curso de doula e se diz parteira. Mas não é a mesma coisa.”*** Essa confusão impacta inclusive o acesso a direitos básicos, como aposentadoria, e desvaloriza o saber tradicional enquanto ofício legítimo.

Apesar disso, há resistência. Há trocas feitas em forma de escambo, há reconhecimento comunitário que não se mede em dinheiro, há a certeza de que esse saber precisa ser mantido. ***“A gente precisa escrever sobre isso, mostrar para as meninas. Senão elas vão ter medo do nosso próprio saber.”***

“Tem mulher que nunca viu o próprio útero, nunca pegou um espelho.” Com essa frase, uma das entrevistadas expressa uma das frentes mais importantes do seu trabalho: a alfabetização corporal. A atuação da parteira tradicional não se limita ao momento do parto. Envolve escuta, orientação e formação contínua das mulheres sobre seus próprios corpos, desde a menarca até o puerpério.

Nas oficinas que organizam, ensinam sobre o ciclo menstrual, a anatomia feminina, os sinais do corpo, e quebra tabus que ainda impedem muitas de acessarem com autonomia sua própria saúde. Esse processo é visto como um gesto político de fortalecimento entre mulheres, especialmente em contextos onde a linguagem médica ainda é inacessível ou hostil. Ambas as parteiras entrevistadas se autodeclaram indígenas, o que revela não apenas a identidade étnica das participantes, mas também aponta para a centralidade dos saberes originários na preservação da prática da parteira no Espírito Santo.

Esse dado não é mero detalhe: ele carrega implicações profundas sobre como o cuidado com o nascimento é vivenciado, transmitido e, ao mesmo tempo, silenciado pelas estruturas oficiais de saúde. A presença indígena nesse segmento também reforça a urgência de políticas públicas que considerem a especificidade étnico-cultural desses saberes, os quais hoje enfrentam ameaças, tanto pelo racismo institucional quanto pela premissa de invisibilidade dentro das estruturas de saúde. O dado sobre a identidade indígena das entrevistadas, portanto, não apenas informa, mas tenciona: quem são as parteiras que resistem? Quais os saberes que o Estado reconhece e quais ele deslegitima?

As entrevistas com duas parteiras tradicionais, realizadas em diferentes regiões do Espírito Santo, revelaram um conjunto consistente de saberes, práticas e desafios que

Foto de Zanete Dadalto

Patrícia Takwa é parteira guarani. Ela nos fala da importância do respeito e do reconhecimento das práticas e saberes tradicionais, em Aldeia Nova Esperança, Aracruz.



Foto de Zanete Dadalto

As parteiras tradicionais atuam no auxílio à gestante e ao recém-nascido. Elas combinam diferentes conhecimentos, práticas e técnicas com cuidado e respeito.

apontam para a urgência de políticas públicas específicas voltadas a esse segmento. Ambas se identificam como indígenas e atuam em contextos onde o cuidado se organiza de forma comunitária, ancestral e espiritual. Suas práticas combinam conhecimento transmitido oralmente pelas mais velhas com experiências adquiridas por meio da escuta do corpo, da natureza e das outras mulheres. Além disso, algumas investem em formação em saúde alternativa, como fitoterapia e cursos voltados ao cuidado em situações de risco, sem nunca romper com sua tradição.

O cuidado promovido por parteiras tradicionais vai muito além do momento do parto. As mulheres escutadas realizam oficinas de educação menstrual e corporal, acompanham o pré-natal com ervas, orientações e acolhimento emocional. A dimensão espiritual está sempre presente: o uso de rezas e de plantas, como a Semente de Girassol ou as Lágrimas de Nossa Senhora, não é um ritual à parte, mas integra o tratamento.

A interseccionalidade, como formulada por Patricia Hill Collins (2019), permite compreender esse lugar que as parteiras ocupam: atravessadas por questões étnicos-raciais, gênero, território e classe, elas produzem conhecimento a partir da prática, da experiência e da oralidade. Seus saberes não são residuais, nem tampouco podem ser considerados informais, mas sim, são outros

modos de fazer ciência e de cuidar, ancorados em uma tradição que foi sistematicamente desvalorizada pela estrutura colonial e racista de nosso país.

Como propõe Collins (2019), é preciso desafiar os modelos hegemônicos de conhecimento, os quais se negam a reconhecer e conferir valoração a essas experiências como legítimas. As parteiras são produtoras de teoria, ainda que fora das universidades. Elas constroem metodologias de escuta, acolhimento, prevenção e cura que se sustentam em vínculos de confiança, autonomia e ancestralidade.

A partir das falas e dados coletados, o que se desenha é uma agenda concreta para políticas públicas: regulamentar a prática das parteiras sem descaracterizá-la; criar redes territoriais de apoio e deslocamento; oferecer formações respeitosas e não impositivas; reconhecer a autoridade desses saberes nos espaços de saúde, educação e cultura. As parteiras tradicionais não pedem para serem incorporadas ao SUS como uma extensão de algo menor. Elas já existem, já cuidam, já salvam vidas. O que falta é o reconhecimento político, legal e financeiro. E, acima de tudo, o respeito. Porque como disseram na roda: ***"ser parteira é ser chamada para a vida."*** O Estado precisa estar à altura deste chamado.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Reconhecimento institucional, com regulamentação da prática.
02	Melhoria nas condições de trabalho, com criação de redes de apoio e deslocamento.
03	Valorização e reconhecimento institucional dos seus saberes.
04	Políticas públicas específicas voltadas a esse segmento.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

SEÇÃO 17

MULHERES PERIFÉRICAS

Nesse segmento foram reunidas as mulheres que se auto identificaram como moradoras de regiões periféricas. Considera-se para tanto o conceito de periferia, contido no Atlas das Periferias no Brasil (2021), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), denominada aglomerados subnormais, ou seja, assentamentos em situação de vulnerabilidade em meio às cidades. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2022) classifica como uma forma de ocupação territorial urbana de padrão urbanístico irregular, com finalidade de habitação, localizada em áreas de restrição à ocupação e com carência de serviços públicos essenciais. É também conhecida por favela, morro, comunidade, ocupação e tantas outras designações, que expressam desigualdade socioespacial.



A rotina das mulheres periféricas inclui se sobrepor às dificuldades do território.

Foto de Zanete Dadalto

CAPÍTULO 18

MULHERES PERIFÉRICAS: VIDAS DE POTÊNCIA E RESISTÊNCIA

Crislayne Zeferina Pereira
Thairiny Franco

O Brasil tem suas raízes fincadas em mãos negras e indígenas, povos que foram violentamente atravessados por processos de apagamento e desumanização. Enquanto os povos indígenas foram submetidos à catequização e à perda de sua autonomia ancestral, os negros e negras trazidos pela diáspora africana enfrentaram uma ruptura brutal de suas culturas, identidades e laços comunitários.

Ao longo dos séculos, entre lutas e resistências, o povo negro conquistou sua liberdade formal por meio das cartas de alforria, impulsionado também pelos ventos de mudança que sopraram de outros países na luta pelo fim da escravização. No entanto, o século XIX marca não apenas a abolição legal da escravidão, mas também o início de um novo ciclo de exclusão e marginalização. Sem políticas de recursos ou inclusão, as populações negras e pobres foram relegadas às bordas das cidades

– surgem, assim, nas periferias, espaços de resistência e também de vulnerabilidades.

Para a realização da escuta das vivências deste segmento, foram realizadas três rodas de conversa nos municípios de Vitória, Serra e Viana, com a participação de 49 pessoas que se identificaram como mulheres periféricas. Estes três municípios congregaram pessoas de outras cidades da Grande Vitória, tendo participação de pessoas de Vila Velha e Cariacica.

Uma nota metodológica explica a concentração das rodas nos municípios da grande vitória. Neste segmento, em especial, observou-se que as mulheres do interior do estado, geograficamente moradoras das chamadas periferias (IBGE, 2022), não se sentiam, do ponto de vista de identidade, como moradoras desses territórios. Ou seja, embora conceitualmente seus territórios recebam a nomenclatura de periféricos, elas não se identificam com o imaginário que carregam sobre periferia e, principalmente, não comungam com essa identidade. Neste sentido, no decorrer da pesquisa, vimos pela necessidade de entender que, no interior do estado, a identidade de mulher periférica não faz sentido e não mobilizou as mulheres para participar de uma roda de conversa que pudesse engajar sua participação a partir desse referencial de identidade.

A pesquisa revelou, portanto, que, quanto mais distante da Grande Vitória, menor é o reconhecimento delas próprias como corpos periféricos. Uma vez que a noção de mulheres periféricas está conectada com a forma como as mulheres experienciam e nomeiam sua realidade, entendemos pela não realização de rodas no interior do estado.

MULHERES PERIFÉRICAS: ASPECTOS GERAIS

Até 2022, as áreas periféricas eram conceituadas como Aglomerados Subnormais pelo IBGE. No entanto, a partir do último censo, esses territórios passam a ser denominados de Favelas e Comunidades Urbanas, em virtude de críticas e da necessidade urgente de diminuir estigmas relacionados a esses espaços como algo irregular, 'subnormal', passando a expressar esses territórios como espaços de busca pela garantia do direito à cidade e à moradia (IJSN, 2024).

Desta forma, as periferias expressam as desigualdades socioespaciais da urbanização brasileira e a precariedade na infraestrutura urbana, insegurança jurídica da posse, precariedade de serviços públicos e nos equipamentos coletivos e de proteção ambiental nesses territórios, reproduzindo condições de vulnerabilidade. (IBGE, 2024).

Neste sentido, a conceituação do IBGE enfatiza não só a localização geográfica, mas também as condições socioeconômicas, políticas e simbólicas concernentes a esses espaços, reconhecidos como 'áreas de vulnerabilidade'.

Do mesmo modo que a periferia é heterogênea, os sujeitos que a compõem também são. Não se pode pensar o periférico de maneira fixa, deve-se pensá-lo a partir das subjetividades e identidades construídas. Segundo Milton Santos (2003), essa população passa a se identificar, a se mostrar enquanto periférica, reconhecendo, assumindo e incorporando sua condição social e espacial na construção de sua subjetividade, agindo politicamente a partir dela.

Oliveira (2019) argumenta que as relações de gênero na periferia produzem outras masculinidades e feminilidades (p. 161). As mulheres periféricas partem de uma construção comunitária, que acontece na troca, no encontro, no compartilhamento de suas histórias e experiências e na construção de resistências.

Nestes territórios, sobretudo considerando seus históricos de constituição, é primordial refletir a partir do pressuposto da interseccionalidade. Estes espaços parecem conter os maiores cruzamentos de opressão,

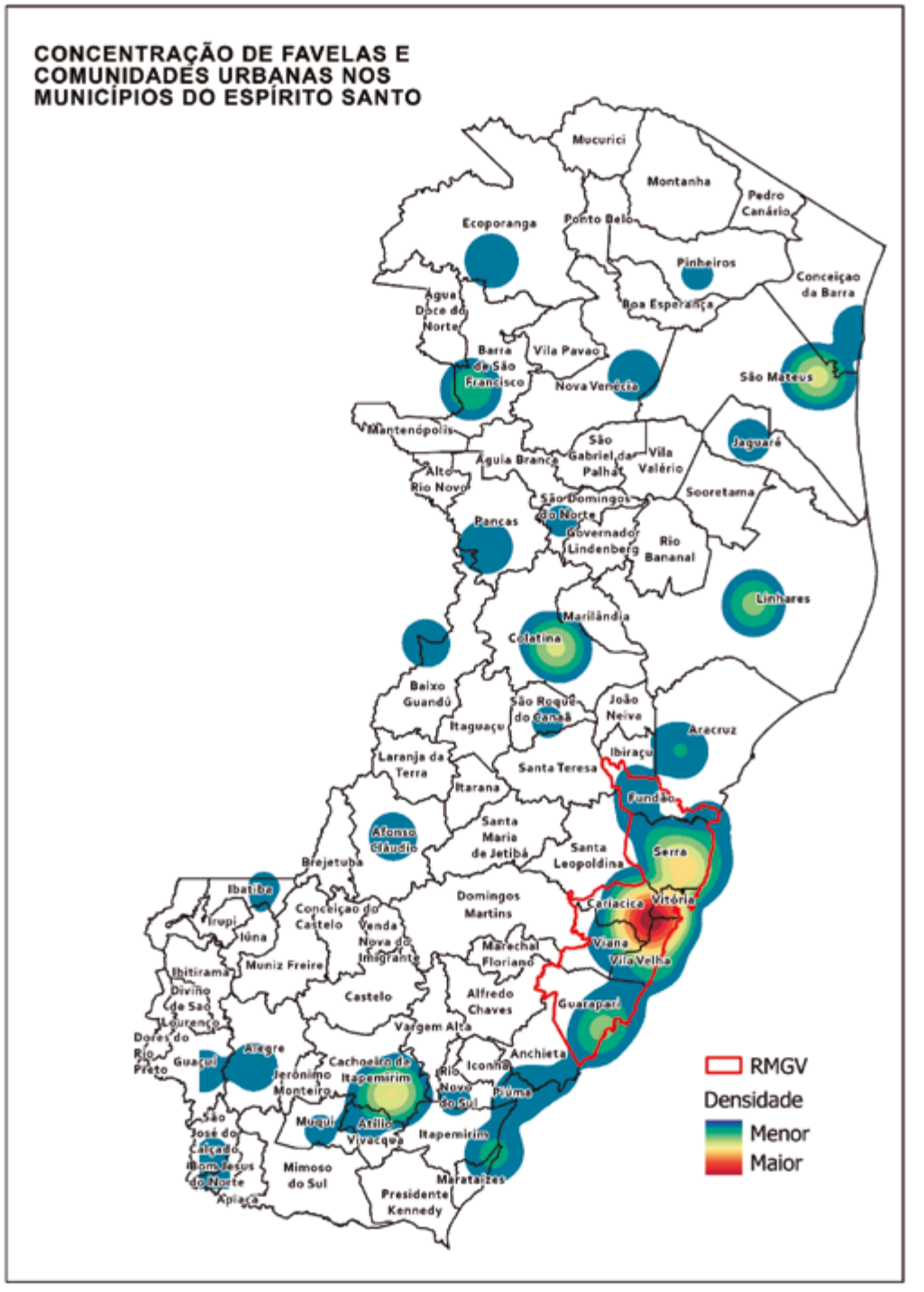
discriminação e exploração da nossa sociedade: raça, gênero, classe e território.

Segundo dados do Censo Demográfico 2022, o número total de favelas e comunidades urbanas no Brasil é 12.348 e, no Espírito Santo, 516. Portanto, o Espírito Santo engloba 4,17% dessas localidades presentes no território brasileiro.

O Mapa 1 mostra os locais nos municípios do Espírito Santo com concentração de favelas e comunidades urbanas.

Percebe-se que a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) concentra o maior número de favelas e comunidades urbanas, com destaque para Vitória,

Mapa 1 - Locais com favelas e comunidades urbanas no Espírito Santo, 2022



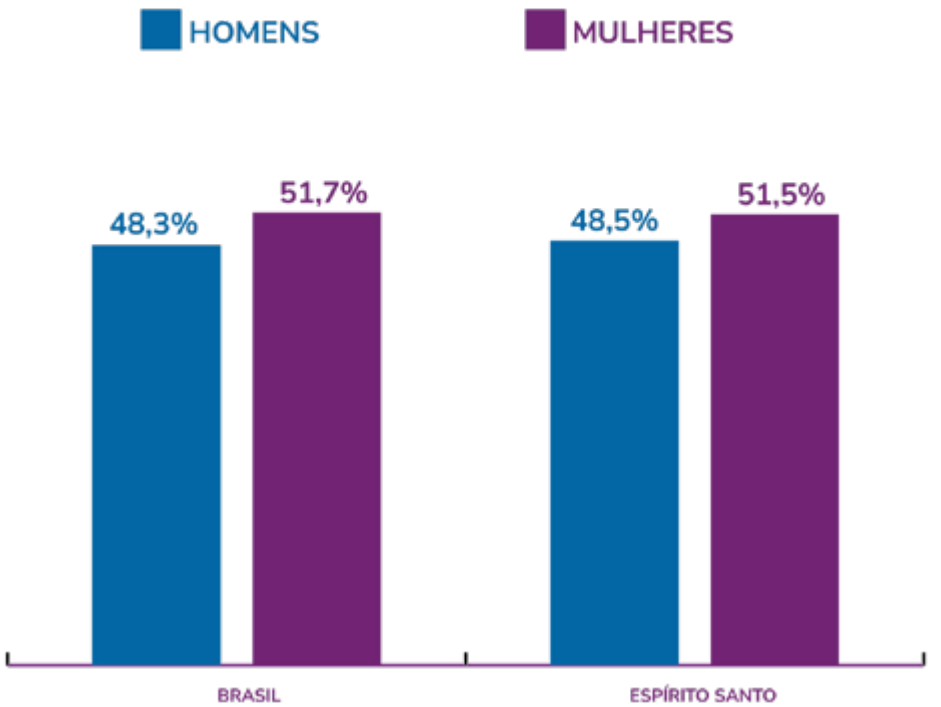
Fonte: Censo Demográfico 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento/IJSN

Cariacica e Vila Velha, sendo que a concentração de pessoas que vivem em favelas e comunidades urbanas está nos dois últimos municípios e na Serra.

Quanto à população residente, em 2022 havia 16.390.790 (8,1% do total da população) moradores em favelas e comunidades urbanas no Brasil e 598.377 no Espírito Santo (equivalente a 15,6% da população), fazendo o estado superar a média nacional.

O Gráfico 1 mostra o percentual de moradores por gênero, sendo possível observar que as mulheres compõem a maioria, tanto no cenário nacional quanto no estadual.

Gráfico 1 - População residente em favelas e comunidades urbanas por gênero

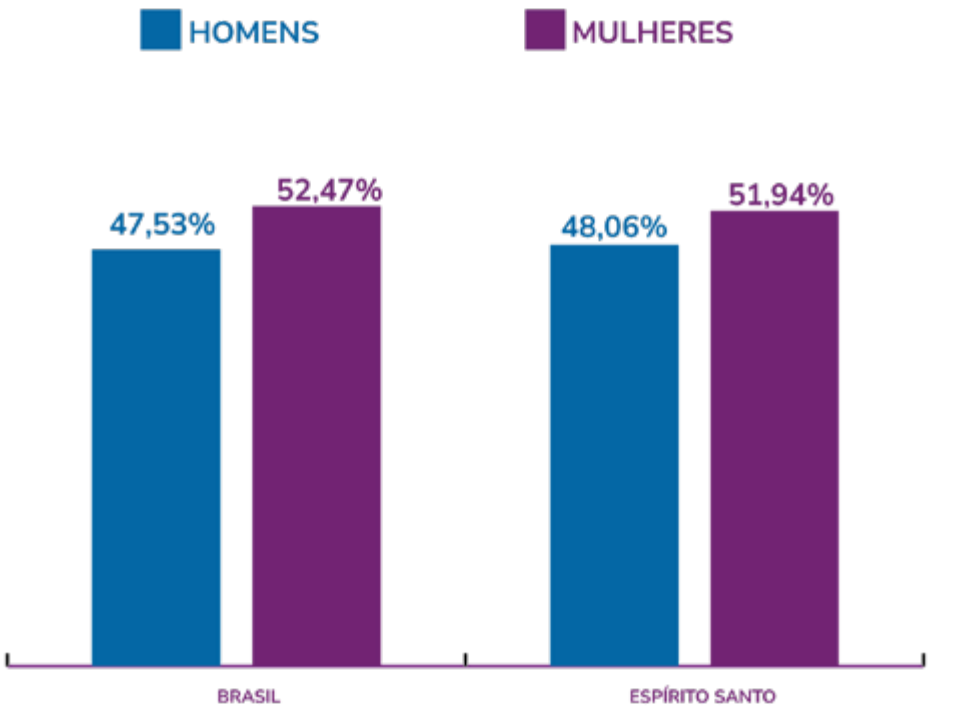


Fonte: Censo Demográfico 2022, IBGE

Quanto à escolaridade, os dados mostram que as mulheres periféricas são mais alfabetizadas, se comparadas com o total de homens. O Gráfico 2 mostra os indicadores.

Outro indicador importante para analisar a vulnerabilidade em relação à moradia, fato relacionado com a situação periférica, é o Déficit Habitacional, sobretudo o calculado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), que é baseado nos dados do Cadastro Único (CadÚnico), o qual já mostra a vulnerabilidade do segmento.

Gráfico 2 - Pessoas de 15 anos ou mais alfabetizadas



Fonte: Censo Demográfico 2022, IBGE

O Déficit Habitacional tem como objetivo monitorar e direcionar ações no contexto da habitação, com execução de políticas públicas voltadas à provisão de moradias. Ele refere-se, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), à falta de moradias adequadas, ou seja, ele mede a escassez de moradias novas ou suficientes. É composto pelos componentes: domicílios rústicos ou improvisados, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel - gastos com aluguel acima de 30% da renda familiar - e adensamento excessivo.

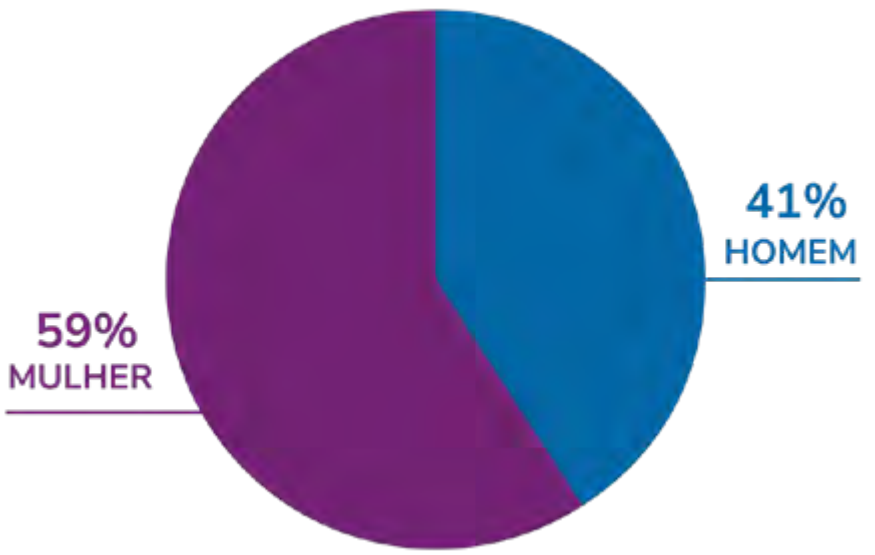
No Espírito Santo, em 2023, do total de pessoas em situação de déficit habitacional, a maior parte era composta por mulheres, conforme Gráfico 3.



As rodas de conversa foram marcadas por relatos que mostraram a força das mulheres periféricas frente às diversas formas de opressão que perpassam sua realidade: preconceitos de raça, classe e território fazem parte da rotina de muitas delas.

Foto de Rayane Loyola

Gráfico 3 - Pessoas em déficit habitacional por gênero no Espírito Santo, 2023



Fonte: Censo Demográfico 2022, IBGE

Os dados mostram que 59% das mulheres inscritas no CadÚnico estavam em Déficit Habitacional. Isso indica que as mulheres sofrem com diversas camadas de vulnerabilidades. Estar inscrita no CadÚnico já demonstra um fator socioeconômico delicado, e o déficit indica uma questão de moradia irregular ou insuficiente. Além disso, ao falar de moradias irregulares, é importante destacar que elas geralmente se localizam em áreas periféricas dos grandes centros.

Queremos homenagear Carolina Maria de Jesus – mulher preta, periférica e escritora, que com sua voz potente denunciou as mazelas sociais de sua época. Carolina dizia que a cidade era uma casa de visita, enquanto a favela era o quarto de despejo, locais onde são descartadas as coisas que já não têm valor para a sociedade. Essa metáfora segue atual e ecoa nos relatos de mulheres periféricas que se encontram em nossos territórios.

O QUE É SER MULHER PERIFÉRICA NO ESPÍRITO SANTO?

A periferia é a mulher, seus becos, escadas, casas de tábua, afeto, acolhimento, seu coração, território centralizado na ancestralidade.

A luta das mulheres periféricas se encontra em encruzilhadas nas quais, muitas vezes, existir significa resistir. Esse suportar é pesado, atravessado por dores profundas, especialmente a de não conseguir se ver e se projetar em um mundo onde possa ocupar, de forma justa, digna e igualitária, o topo da pirâmide social.

O grito que ressoa nas falas dessas mulheres vem, em grande parte, das feridas abertas pelo abandono – seja ele familiar, afetivo ou estatal – e revela a solidão de quem, mesmo na luta diária, ainda carrega a ausência de uma rede que a sustente e a reconheça.

Ao observarmos a condição civil das mulheres periféricas que responderam aos formulários, percebemos que 51% se declaram solteiras, 17,8% casadas, 8,9% viúvas, 11,1% divorciadas e 11,1% vivem em união estável.

Estes números dizem pouco, contudo, inseridos no contexto das narrativas, nos permite perceber a sobrecarga emocional e o ciclo de relações desiguais que ainda atravessam a realidade de muitas mulheres nesses territórios.

"Os companheiros querem uma mãe e não assumem suas responsabilidades, você acaba sendo tudo, menos uma companheira."

Quando questionadas sobre quem é o principal provedor ou provedora da família, 64,4% das mulheres entrevistadas afirmaram ser elas mesmas as responsáveis principais pelo sustento do lar. Outras 20% apontaram os pais ou cuidadores, enquanto apenas 13,3% mencionaram os parceiros como os principais provedores.



Em luta constante para superar barreiras sociais e econômicas, as mulheres periférias ainda constroem resistências, identidades e manifestações culturais de importância para toda a sociedade.

Foto de Janette Diniz

Esses dados escancaram a sobrecarga enfrentada pelas mulheres periféricas, que assumem, majoritariamente, o papel de sustentação financeira de suas famílias, muitas vezes em contextos de precarização do trabalho e ausência de políticas públicas de apoio. O número reduzido de parceiros como provedores revela uma estrutura desigual nas relações afetivas e familiares, nas quais as mulheres não apenas cuidam do emocional e do cotidiano do lar, mas também sustentam economicamente suas casas. A ausência ou a negligência masculina nas responsabilidades do provimento reflete o abandono estrutural que recai sobre essas mulheres, que são obrigadas a desempenhar múltiplos papéis para garantir a sobrevivência da família.

Quando analisamos a relação entre trabalho e cuidado, observamos que 26,7% das entrevistadas afirmaram que trabalham fora e ainda dedicam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e das tarefas domésticas. Outras 17,8% relataram que trabalham fora e destinam apenas uma parte do tempo para essas responsabilidades, enquanto 17,8% afirmaram que, apesar de também trabalharem fora, contam com ajuda e não precisam assumir sozinhas todo o cuidado doméstico. Já 17,8% das mulheres disseram que, além de trabalhar e estudar fora, ainda utilizam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e do lar, ou seja, 80% das mulheres participantes afirmam ter a sobrecarga do trabalho remunerado, com os trabalhados de cuidado não remunerado.

Ao serem questionadas sobre sua condição enquanto mulheres periféricas, as entrevistadas expressaram uma ampla gama de sentimentos e percepções que refletem as complexidades da vida nessas realidades. A maioria sente orgulho de ser mulher, o que destaca a resistência e o empoderamento que essas mulheres conseguem cultivar, mesmo diante das dificuldades impostas pelo contexto social e econômico. No entanto, sentimentos de ansiedade e sobrecarga também foram predominantes, sugerindo que o peso das responsabilidades, especialmente no que diz respeito à família e à segurança, continua sendo uma constante na vida dessas mulheres.

A sensação de ser constantemente pressionada, revela a sobrecarga emocional e física que muitas enfrentam ao tentar equilibrar trabalho, cuidado com a casa e a família. Além disso, a insegurança e o medo de desrespeito refletem a vulnerabilidade dessas mulheres, principalmente as que são mães de meninas, em um contexto marcado pela violência de gênero e racismo. Ao mesmo tempo, as entrevistadas também revelam uma forte sensação de realização por suas conquistas e a percepção de que têm uma história própria, o que sinaliza a força da identidade e da luta pela dignidade, apesar de todos os desafios.

Contudo, sentimentos de culpa, de medo de críticas e de frustração também surgem, mostrando que, apesar das vitórias, as mulheres periféricas frequentemente se veem sobrecarregadas e não reconhecidas pelo esforço que fazem, o que coloca em questão a justiça social. O impacto da desigualdade de gênero e da falta de apoio também é expresso, o que reforça a necessidade de maior suporte e políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas.

Esses dados reforçam o cenário de sobrecarga já identificado anteriormente: as mulheres periféricas, além de assumirem o papel de principais provedoras, também carregam quase sozinhas o peso do cuidado e da manutenção da casa, sintetizando a famosa categoria cunhada por Sueli Carneiro: matriarcas da miséria.

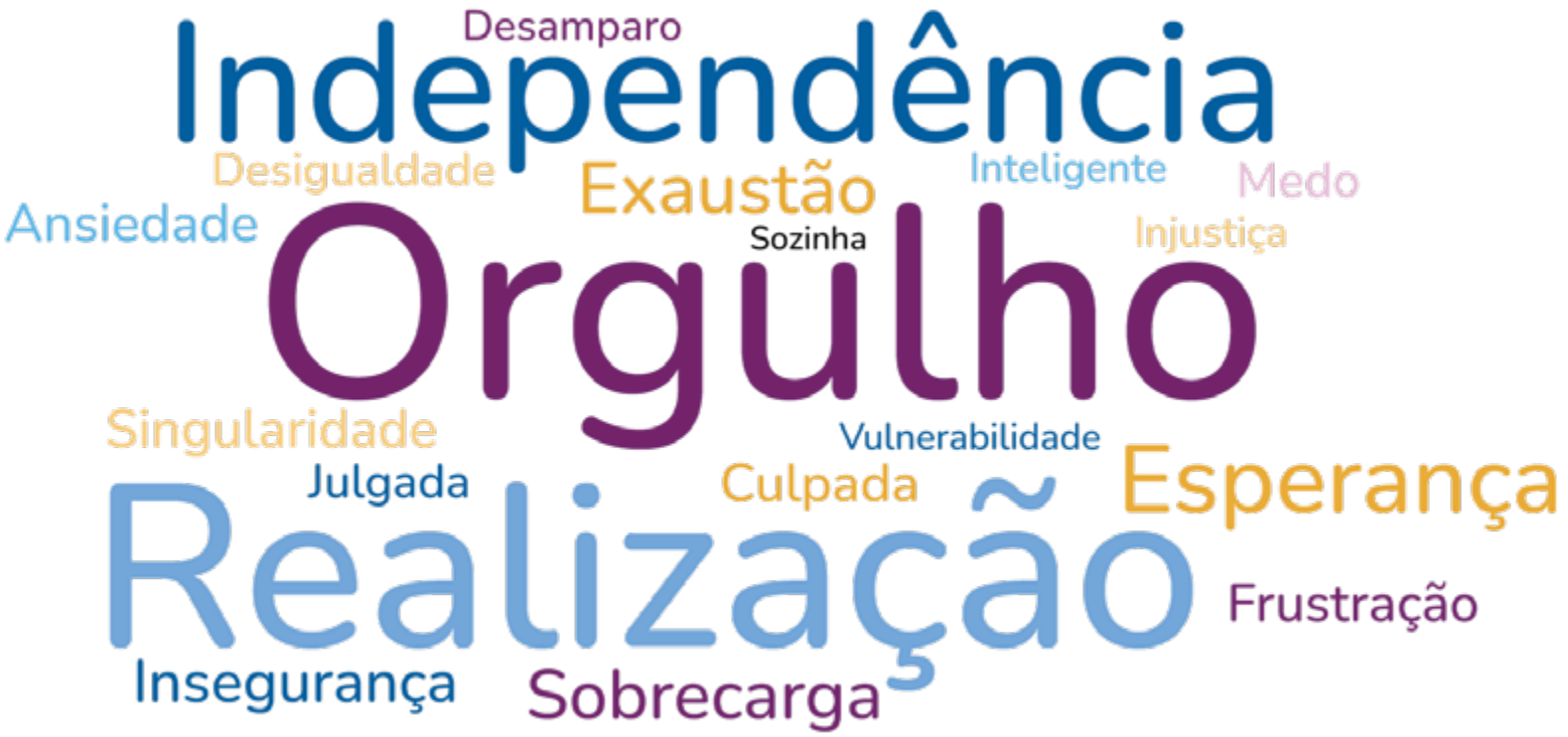
Matriarcas da miséria (Caneiro, 2011), neste sentido, é uma síntese que define a articulação das sobreposições dos sistemas de opressão e discriminação que atravessam grande parte das mulheres periféricas: racismo, sexismo e pobreza.



Nanachara Régis, moradora de Jesus de Nazareth, fala com orgulho dos projetos sociais que desenvolve no bairro.

Foto de Janete Diniz

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

Num contexto de exclusão social e econômica, opressão e discriminação, as mulheres periféricas sustentam – física e emocionalmente – suas famílias, absorvendo funções e responsabilidade de forma solitária, sendo responsabilizadas socialmente pelo cuidado contínuo dos seus num ambiente de insegurança, precariedade e invisibilidade.

"Ser uma mulher da periferia é entender que as oportunidades serão limitadas, teremos a ausência de políticas públicas, a falta de acessibilidade e a falta de uma política permanente."

Se as mulheres assinalavam suas realidades a partir dos dados dos formulários, é na discussão sobre a identidade construída a partir do território que se percebe como o corpo periférico é atravessado pelas interseccionalidades dos sistemas de raça, gênero, classe e território (sendo a periferia o quarto de despejo, como elucidado por Carolina de Jesus).

"Somos um corpo social, marcado pela diferença, que será lido e interpretado da maneira que cada um quiser."

"Quando esse corpo está em situação de vulnerabilidade, é porque alguém está negando o direito a ele."

"Existe uma ausência de políticas públicas permanentes nas periferias", evidenciando a realidade de abandono e negligência estrutural que afeta essas mulheres e seus territórios."

"Mesmo com graduação, quem é da favela ainda é visto como faxineira."

Essas falas escancaram como o estigma social marginaliza as mulheres periféricas e como a educação surge, para elas, como um caminho de ruptura e de possibilidade de transformação, contudo, a marca da cor e do território permanecem em seus corpos, suas vivências, experiências e suas formas de resistir.

"Ser muitas das vezes desacreditada, ter sempre que me impor de forma mais incisiva, em comparação a outras mulheres".

A realidade das comunidades, a dinâmica do cotidiano, os processos de opressão e discriminação foram constantes nas narrativas, aproximando vivências únicas a partir de falas que mesclam resistência e denúncia num território marcado por dinâmicas sociais específicas.

"Eu estava no sofá da minha casa costurando, meu portão estava fechado a polícia entrou com uma arma grande e apontou na minha direção eu disse: boa tarde senhor, ele me olhou e perguntou se alguém tinha corrido para minha casa e eu disse que não, então ele falou para eu não manter meu portão aberto porque ele entrou por conta disso. Mas na verdade meu portão nunca fica aberto, eu tenho seis cachorros e nunca deixo aberto."

Analisar o lugar da pobreza no Brasil envolve pensar sobre os estereótipos, estigmas e rotulações, que estão intimamente ligados a processos e sistemas de racismo e de criminalização. O medo da violência é uma constante entre as mulheres que participaram das rodas, marcando trajetórias repletas de resistência e potência.

Em meio a essa realidade, refletindo sobre a complexidade do ser mulher periférica, temos o desabafo das mães que expressam uma preocupação profunda ao dizer "meu medo está em meu filho não voltar para casa".

Essa realidade nos leva a uma reflexão sobre a complexidade do ser mulher periférica e todas as opressões que as atravessam e, mais ainda, a necessidade de aprimorar ações e políticas públicas que garantam segurança e dignidade, desde uma perspectiva interseccional, estrutural e territorial.

A força das mulheres periféricas pode ser compreendida à luz da famosa fórmula de Newton, que define força como a massa de um objeto às vezes a aceleração. Para Newton, a força é a capacidade de alterar o estado de movimento ou repouso de um corpo, sendo que a massa reflete a resistência à mudança e a aceleração, a taxa de mudança



Foto de Janete Diniz

Na periferia, as mulheres também desenvolvem seus negócios e empreendem, muitas vezes, acumulando diversos trabalhos e cuidados não remunerados. Gleice dos Santos , moradora da Fonte Grande, gerencia a mercearia com o marido, exerce a atividade de babá e ainda é responsável pelos cuidados da casa e da família.

na velocidade ao longo do tempo. Ao aplicar essa fórmula à realidade das mulheres periféricas, podemos ver um paralelo significativo.

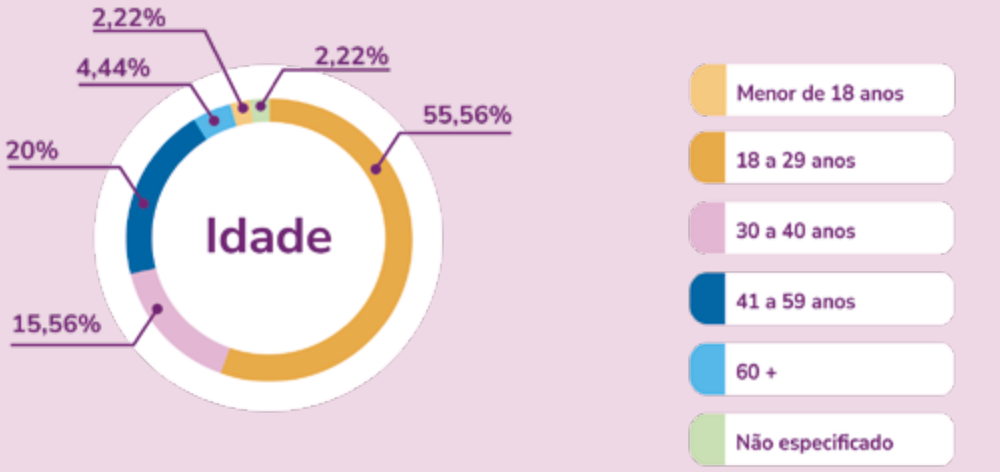
Elas, de fato, têm a capacidade de alterar seus corpos e seus estados, mas nunca permanecem em repouso. Sua "massa" está diretamente ligada à resistência que elas apresentam diante das adversidades impostas pela sociedade: racismo, machismo, desigualdade e violência estrutural. Essa resistência se manifesta no esforço constante de sobreviver e resistir, de se manter em movimento frente a todas as pressões.

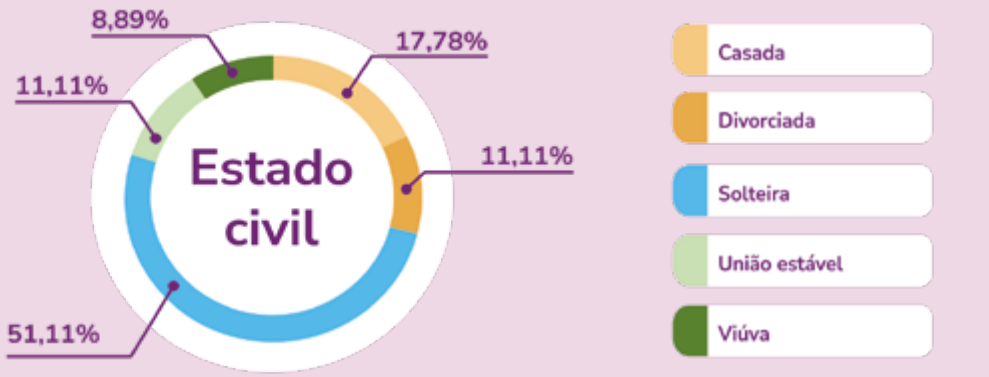
A aceleração, por sua vez, reflete a rapidez com que essas mulheres precisam agir para dar conta de todas as demandas que a vida impõe sobre elas – seja no cuidado com os filhos, no trabalho, na luta por direitos ou até na busca por um espaço para sua autoestima. Há a prática constante de uma celeridade desmedida para atender às necessidades de outros e, muitas vezes, essas mulheres se veem forçadas a se negligenciar para atender às urgências da vida cotidiana. Mas o que essa metáfora também revela é o custo disso tudo: a resistência delas, embora admirável, é muitas vezes uma reação à opressão, e a aceleração não é um ato de liberdade, mas uma resposta desesperada à sobrecarga imposta por um sistema desigual.

Esse movimento não é natural nem sustentável a longo prazo. A mulher periférica não pode ser reduzida à ideia de uma força física constante e ininterrupta, pois essa velocidade, embora necessária para a sobrevivência, também é exaustiva.

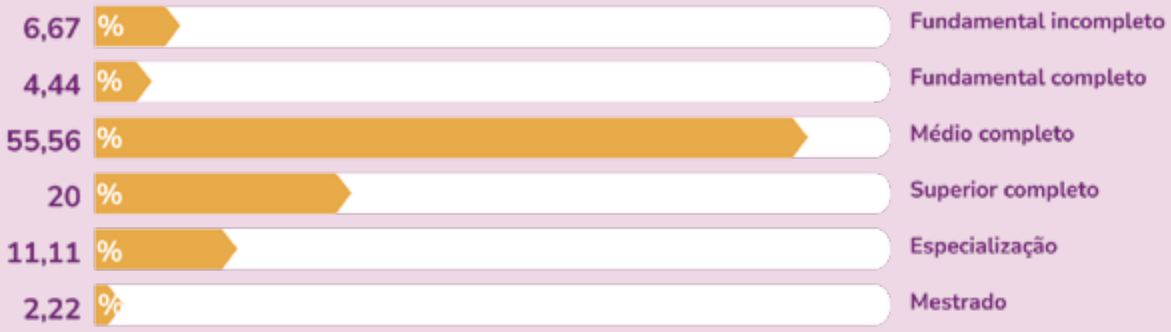
A aceleração constante pode ser vista como um reflexo da falta de escolhas e de espaços para pausa, assim, sua resistência se torna uma armadilha. Essa força que elas

Perfil das
Mulheres
Periféricas





Escolaridade





Raça/cor/etnia

62%
Pretas

27%
Pardas

11%
Brancas

64%
São as principais provedoras da família

49%
Cuidam de alguém

31%
Cuidam dos filhos

27%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

18%

Trabalham fora e usam pouca parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

67%
Têm filhos

73%
Têm dois filhos ou mais

59%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa

demonstram, em vez de ser algo que reflete a liberdade, acaba sendo uma resposta forçada à violência estrutural, na qual seu corpo nunca está em repouso, nem lhes é permitido descansar. Assim, mais do que uma fórmula física, isso se configura em uma metáfora de um sistema que exige delas um movimento sem fim, em que sua resistência e aceleração são um reflexo da falta de alternativas para desacelerar, se cuidar e existir com dignidade.

Essa análise nos permite concluir que, embora haja uma resistência notável nas mulheres periféricas, a carga de responsabilidades, insegurança e a falta de reconhecimento e apoio social fazem com que suas conquistas e a valorização de seu esforço ainda estejam longe de ser plenamente reconhecidas. Essas mulheres se encontram em uma luta constante para superar as barreiras estruturais do racismo, sexismo, LBTfobia e desigualdade social, enquanto tentam se manter firmes em um contexto que, muitas vezes, as marginaliza, não apenas pela sua condição de mulheres, mas também pela sua condição periférica e, majoritariamente, negra. Isso reforça a urgência de uma reflexão crítica sobre as estruturas sociais e a necessidade de mudanças profundas para garantir uma vida digna e justa para todas.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Realizar ações civis públicas coletivas em defesa de comunidades periféricas afetadas pela violência.
02	Criar ouvidoria popular de denúncias segura, acessível e protegida, conectada às periferias.
03	Aumentar a oferta de equipamentos sociais nas periferias.
04	Aumentar o número e a oferta de vagas em CMEI e Creches.
05	Melhorar política habitacional disponível nas periferias.
06	Aprimorar a infraestrutura urbana nas periferias.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

SEÇÃO 18

MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Mulheres em privação de liberdade são aquelas que estão em unidades prisionais por decisão judicial, para cumprimento de pena ou por medida cautelar. Esse segmento evidencia as complexidades de ser mulher em ambiente de encarceramento, destacando as especificidades das experiências.

Foto de Zanete Dadalto

As rotinas diárias são permeadas por procedimentos disciplinares.

CAPÍTULO 19

MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: “SER MULHER AQUI É RESISTIR TODOS OS DIAS”

Rosimery Soares Loiola
Rayane Soares Loiola

Entrar em um presídio é atravessar camadas de contenção que ultrapassam os muros de concreto. O som metálico das portas que se fecham atrás de si, o olhar atento dos agentes, os protocolos rígidos de segurança: tudo ali sinaliza que o tempo e o corpo passam a operar sob outras regras.

Em cada uma das quatro rodas de conversa, realizadas em dezembro de 2024, com mulheres privadas de liberdade no Espírito Santo, a equipe do Atlas das Mulheres do Espírito Santo experimentou, ainda que brevemente, um pouco do cotidiano vivido por essas mulheres. Por se tratar de um segmento da população privado de liberdade e inserido em um espaço tutelado por instituições estatais e, altamente vigiado, os métodos e as abordagens da pesquisa foram adaptados, para lidar, também, com a complexidade emocional e social que permeia a vida das mulheres encarceradas e, sobretudo, para respeitar os

limites impostos pela institucionalização do cárcere, sem abrir mão do rigor científico.

A pesquisa percorreu quatro regiões do estado, contemplando as regiões norte e sul, a região central e a metropolitana: Presídio Feminino de Colatina, Presídio Feminino de Cachoeiro de Itapemirim, Presídio Feminino de Cariacica (conhecido como BUBU) e a galeria destinada a mulheres trans na Penitenciária de Segurança Média II de Viana.

Ao todo, foram ouvidas 79 mulheres, que expuseram o ser mulher em privação de liberdade, a partir da pergunta homônima à questão aqui interposta. Metodologicamente, a escuta coletiva permitiu que as mulheres compartilhassem suas vivências, criando um espaço de confiança, no qual as falas, atravessadas por dor, força, silêncio e desejo emergiram naturalmente.

Mais do que mapear dados, buscamos apurar e dar visibilidade às formas de existência produzidas por essas mulheres nos interstícios do sistema penal capixaba. Como afirma DAVIS (1981), a prisão é a ausência de diálogo; ao propor escuta, este trabalho se posiciona como contraponto a esse silêncio imposto. Porque pensar políticas públicas para as mulheres é, antes de tudo, reconhecer suas vozes como legítimas, e indispensáveis para transformar a realidade.

MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: ASPECTOS GERAIS

O Plano Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdades e Egressas no Sistema Prisional para o triênio 2024-2027, instituído em dezembro de 2024, apresenta dados importantes sobre as mulheres em privação de liberdade no estado do Espírito Santo[1].

De acordo com o Plano Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdades e Egressas no Sistema Prisional (SEJUS, 2024), 58% das mulheres em privação de liberdade estão no sistema por envolvimento com tráfico de drogas e associação para o tráfico, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Tipo penal

Tipo penal	%
Tráfico de drogas	34
Tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas	24
Homicídio qualificado	9
Homicídio simples	6
Roubo	5
Roubo com aumento de pena	7
Outros	15

Fonte: SEJUS, 2024

A população carcerária feminina, apresenta o perfil sintetizado na Tabela 2, destacando que 38,4% está na faixa considerada de mulheres jovens, enquanto a maioria se concentra na faixa de 30 a 45 anos (48%).

[1] Todas as informações referentes ao perfil das mulheres foram coletadas do Plano Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdades e Egressas no Sistema Prisional (SEJUS, 2024). A base de dados corresponde as informações do período de junho de 2024. Optamos por essa base como forma de uniformizar as informações e dados secundários relativos às mulheres em privação de liberdade.

As rodas de conversa foram realizadas nas unidades prisionais de forma adaptada e acompanhadas pelas profissionais da SEJUS.

Foto de Zanete Dadalto

Tabela 2 - Faixa etária

Faixa etária	%
18 – 29	38,4
30 – 45	48
46 – 60	11,4
61 – 70	1,7
71 +	0,4

Fonte: SEJUS, 2024

Em relação ao perfil de raça/cor, 71,36% das mulheres encarceradas são negras, soma de pretas 19,65% e pardas 51,71%, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Raça/cor

Raça/cor	%
Amarela	0,53
Branca	17,29
Indígena	0,08
Não informada	10,74
Preta	19,65
Parda	51,71

Fonte: SEJUS, 2024

Em relação a situação jurídica, vemos um alto índice de mulheres presas provisoriamente 41%, enquanto 59% são condenadas. Dentre as condenadas, 63% cumprem suas penas em regime fechado e 37% estão em regime semiaberto. (SEJUS, 2024).

No que diz respeito à escolaridade, 38% das presas não completaram o ensino fundamental e 27% cursaram todo o ensino médio e, apenas, 1,33% possui ensino superior. Contudo, em maio de 2024, muitas mulheres estavam estudando. Dentre as que estudavam, 75,8% estava cursando EJA (fundamental e médio), ao passo que 24,22% estava fazendo curso profissionalizante.

Em relação às mulheres em privação de liberdade, 35,2% estavam trabalhando em junho de 2024. Destas, 53,13% trabalhavam de forma remunerada. Para além desses dados, contudo, nosso maior objetivo é apresentar o que é ser mulher em privação de liberdade a partir das experiências e narrativas das próprias mulheres.

O QUE É SER MULHER EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO ESPÍRITO SANTO?

A partir dos relatos, ser mulher em privação de liberdade é viver, diariamente, desafios como um esvaziamento subjetivo que atinge o corpo, o afeto, a memória e o pertencimento. Trata-se de experiências que não começam no cárcere, mas se desdobra nele, como é o caso de relatos de violênicas de gênero sofridas por muitas das mulheres que participaram das rodas de conversa.

Em um total de 79 participantes, 51 relataram já ter recorrido a algum serviço da rede de atendimento à mulher em situação de violência antes da prisão, o que corresponde a 64,56% do total.

Informações das mulheres que participaram da pesquisa indicam que 76% se autodeclaram negras (soma de pretas

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

e pardas), enquanto apenas 19% se identificam como brancas. Esse recorte evidencia o perfil racial majoritário da população feminina encarcerada, reforçando os impactos do racismo estrutural no sistema de justiça criminal. A maior parte das mulheres está na faixa dos 30 a 40 anos, totalizando 32 participantes, e, na faixa etária dos 18 a 29 anos, num total de 28 mulheres, 35%. A predominância de mulheres jovens e adultas indica que o encarceramento atinge com maior intensidade mulheres em plena idade produtiva e reprodutiva, o que acarreta em graves impactos familiares, especialmente sobre filhos e redes de cuidado.

Acerca das premissas referentes ao território e pertencimento, as conversas trouxeram tessituras mais repletas de nuances, ensejando complexidades, especificidades e singularidades. Na narrativa das mulheres, a partir da coleta subjetiva, emergiram fatos relevantes, sensíveis e exclusivos que, no entanto, dão a ver situações comuns, em cada história de vida, apenas com detalhes individuais, mas com raízes que apresentam similitudes.

Um dos momentos mais enriquecedores se consolida nas percepções pessoais de como elas se sentem em relação aos acontecimentos, que as levaram à condição de ausência de liberdade, e como interpretam essa situação. O espaço que estão hoje, não representa apenas um espaço físico de reclusão, mas uma interdição simbólica da maternidade, da feminilidade, da dignidade e do pertencimento: um espaço de dor, com perspectiva de mudança.

"A dor é constante, vem acompanhada junto com o aprendizado, pois aqui, privada, nos ensina muita coisa e modificamos também os nossos atos."

"Ser mulher é estar proibida de desistir. Quero estudar Direito para ajudar outras como eu."

Como forma de organizar essas narrativas, separamos cinco eixos que demarcam identidades e subjetividades dessas mulheres, pois o cárcere impõe uma nova identidade: a de detenta. Em meio a tantas outras narrativas de si, como mães, trabalhadoras, estudantes, amigas, filhas ou companheira, elas falam da mulher que passa a ser matrícula, cela, número e processo.

1) Maternidade e tempo suspenso - que aborda as rupturas e reinvenções dos vínculos familiares;
2) Acesso à justiça e benefícios - que trata das barreiras institucionais enfrentadas pelas mulheres para acessar direitos básicos;
3) Identidade, corpo e resistência - com foco na construção subjetiva e nos modos de resistência cotidiana;
4) Trabalho e educação como espaços de reconstrução ;
5) Invisibilidade e políticas de reconhecimento para mulheres trans - eixo específico dedicado às experiências relatadas por mulheres trans privadas de liberdade, com ênfase nos desafios identitários e institucionais enfrentados por elas.

Eixo 1: Maternidade e tempo suspenso

A maternidade, nesse contexto, aparece como um eixo de sofrimento e de afirmação. ***"Ser mãe aqui é difícil. Perdemos o crescimento"***, declarou uma mulher em Cariacica. Já em Cachoeiro, outra relatou: ***"Ser mãe é estar longe dos nossos filhos. É como perder o direito de amar".***

A ausência dos filhos, aliada ao luto, à culpa e à impossibilidade de acompanhar o cotidiano das crianças, provoca rupturas profundas. Em Colatina, uma mulher contou que seu filho pensava que ela estava trabalhando, pois não tinha coragem de contar que estava presa. ***"Meu filho me perguntou, mamãe, por que você está aqui? Eu não sei o que falar."***

Em Cachoeiro, a maternidade foi tensionada de forma trágica com o relato de uma mulher que, após perder a filha de sete anos por violência sexual e homicídio, cometeu um crime em resposta à dor da impunidade.



Foto de Zanete Dadalto

Os módulos materno-infantis possibilitam a permanência de gestantes, puérperas e bebês de uma forma digna e acolhedora.

Ela afirmou: ***"Quero ser alguém e trabalhar. Quero abrir meu próprio negócio e cuidar dos meus outros filhos".***

A ruptura da convivência familiar é agravada pelo distanciamento imposto. Ainda que alguns presídios contem com berçários, a pesquisa revela que muitas mães não conseguem manter vínculos com seus filhos. O sofrimento se torna crônico, e a prisão, uma extensão da perda. Das mulheres que afirmaram ter filhos/as, 73% declararam ser mães solos, ou seja, responsáveis sozinhas pelos cuidados, afetos e sustento de seus filhos.

Essa informação revela uma sobrecarga estrutural, que já existia antes da prisão: a maioria das mulheres, além de mães, acumulavam sozinhas as responsabilidades do cuidado. O dado converge com informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2018) que indicam que, no Brasil, as mulheres encarceradas - especialmente as negras e periféricas - são em grande parte chefes de família, desempenhando funções historicamente negligenciadas pelas políticas públicas de proteção e suporte ao cuidado. Segundo esses dados, 74% das mulheres presas no Brasil são responsáveis pelo sustento de seus filhos ou familiares (BRASIL, 2018).

A maternidade solo, nesse contexto, não se limita à ausência de um pai ou parceiro, mas reflete as marcas da desigualdade de gênero, sobretudo no que se refere aos cuidados não remunerados. A ruptura provocada pelo cárcere, portanto, interrompe vínculos que já eram frágeis e, muitas vezes, sustentados exclusivamente por elas, intensificando os efeitos do encarceramento sobre as famílias - sobretudo sobre as crianças e adolescentes.

Eixo 2: Acesso à justiça e direitos

A segunda dimensão fortemente presente nos relatos diz respeito à relação das mulheres com a justiça. A indicação de morosidade nos processos, dificuldade de acesso à defensoria pública e desproporcionalidade das penas foram citadas com frequência. Muitas mulheres relataram não entender o andamento de seus processos. Outras mencionaram que homens com penas similares conseguem progressão com mais rapidez. ***"Os homens têm tornozeleira e conseguem liberdade",*** disse uma interna, refletindo uma identidade que percebe desigualdade de gênero também no sistema prisional.

Diversas mulheres que participaram das rodas, sugerem maior atenção a remição da pena por estudo e trabalho, diminuindo morosidades e dificuldades em acesso ao direito. ***"Hoje tenho dois cursos e trabalho, e consegui chegar no primeiro ano do ensino médio".***

O reconhecimento dessa conquista, contudo, vem acompanhado do receio de não conseguir oportunidade de emprego quando estiver fora do sistema.

Eixo 3: Identidade, corpo e resistência

Outro eixo fortemente presente nas rodas de conversa foi o da subjetividade e do corpo. O impacto da prisão sobre a autoestima e a construção subjetiva das mulheres esteve presente nas falas de muitas delas: ***"Nem nossas calcinhas são nossas",*** afirmou uma interna, referindo-se à impossibilidade de escolha de itens pessoais de higiene e à sensação de total despersonalização.

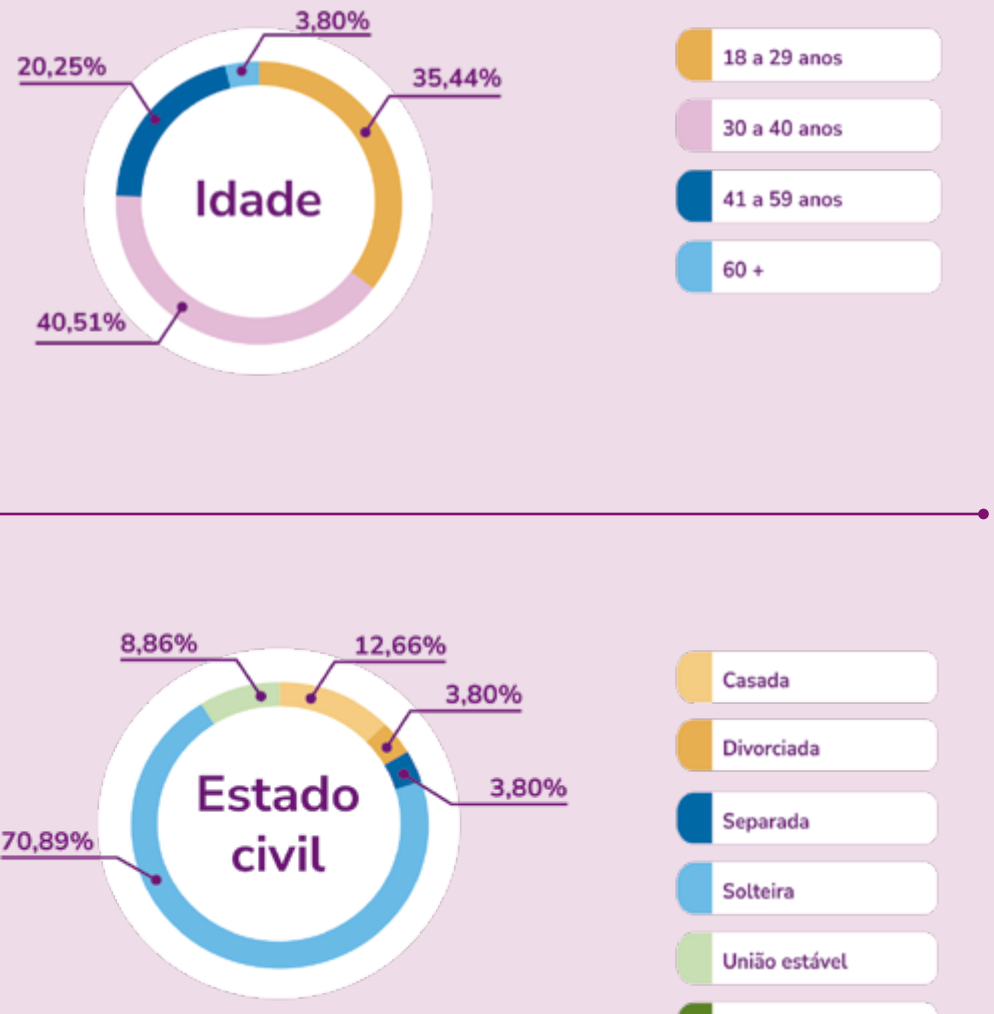
A proibição em escolher seus itens de autocuidado aparece como uma narrativa que atinge a construção da subjetividade, de manutenção da identidade, da singularidade e liberdade sob o corpo: ***"Me olhei no espelho e não me reconheci"***, disse uma delas.

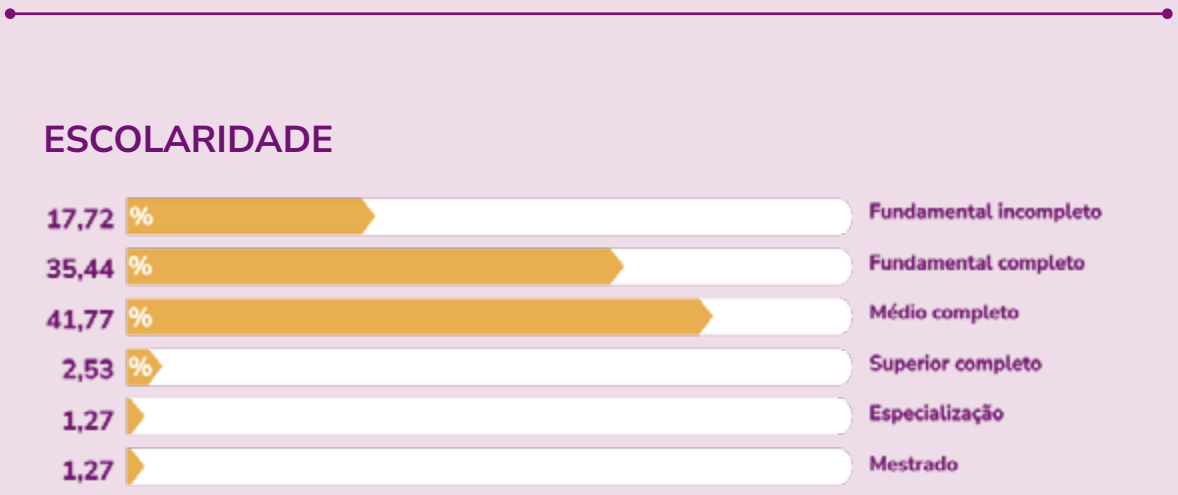
Ainda assim, surgem estratégias apontadas por elas como a religiosidade, o cuidado coletivo e os pequenos gestos entre internas, que formam uma rede de solidariedade a desafiar e irromper na estrutura de fragmentação e isolamento impostos.

O trabalho se torna uma ferramenta não só de redução da pena, como de possibilidade de transformação e autonomia. Motivo de orgulho e também fonte de renda para as mulheres.

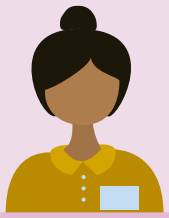
Foto de Zanete Dadalto

Perfil das Mulheres em Privação de Liberdade





Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa



Raça/cor/etnia

57%
Pardas

19%
Brancas

19%
Pretas

4%
Indígenas

65%
Têm filhos

61%
Têm mais de dois filhos

73%
São mães solo

Foto de Zanete Dadalto

A educação é fonte de orgulho e possibilidade de transformação. Muitas mulheres afirmam que foi no presídio que acessaram o ensino formal.

Um aspecto reforçado ao ser mulher é a prática da resistência, uma característica feminina, que vem como uma marca, um destino, e um ser e estar no mundo. ***"Ser mulher é querer comer um chocolate num dia ruim." "Ser mulher é ser você mesma." "Ser mulher é estar proibida de desistir".*** Essas frases, escritas em post-its nas rodas de conversa, revelam como, mesmo diante do contexto de privação de liberdade, elas continuam afirmando seus desejos, seus valores e sua potência.

Eixo 4: Educação, trabalho e reinvenção

A dimensão educativa apareceu como espaço de reconstrução em todos os presídios visitados. Muitas mulheres relataram que foi na prisão que puderam, pela primeira vez, acessar o ensino formal. ***"Foi aqui que estudei pela primeira vez"***.

Como vimos, a baixa escolaridade é uma característica geral das mulheres. Entre as mulheres que participaram das rodas e responderam ao formulário, 42% afirmaram possuírem ensino médio completo e 35,4% de mulheres com ensino fundamental completo.

A soma das mulheres com ensino fundamental incompleto e fundamental completo corresponde a 53% das participantes, evidenciando a persistência da evasão escolar ainda nos anos iniciais da formação. Esse recorte reforça o entrelace entre exclusão educacional e exclusão social, especialmente no caso de mulheres negras, periféricas e mães solo.

O acesso à educação dentro do sistema prisional não apenas contribui para a remição de pena, como também pode representar um caminho real de rompimento de ciclos de violências. As mulheres, em geral, vêem o acesso à educação como um fator de mudança.

Mas não só estudo, o trabalho também foi evidenciado como um orgulho e possibilidade de transformação, bem como conquista de autonomia. Em Colatina, por exemplo, as mulheres relataram envaidecidas a participação na fábrica de costura, que produz os uniformes e a lingerie das detentas – incluindo calcinhas adaptadas, para as mulheres trans do presídio de Viana.

Eixo 5: Mulheres Trans em Privação de Liberdade: Experiências e Desafios

A escuta realizada com mulheres trans privadas de liberdade, na galeria feminina da Penitenciária de Segurança Média II de Viana, revelou a complexidade de viver uma identidade de gênero em um espaço ainda estruturado segundo lógicas binárias e cisnormativas.

Foram ouvidas 23 mulheres trans no dia 17 de dezembro de 2024, cujas falas expressam tanto o desejo de serem reconhecidas, enquanto mulheres, quanto a vivência cotidiana de apagamentos e restrições.

A questão da identidade de gênero foi destaque. Em diversos momentos, as mulheres expressaram desejo pelo respeito ao direito do nome social e da identidade de gênero, sendo uma forma de reforçar sua identidade e subjetividade do que é ser mulher. ***"Me sinto uma mulher trans que não pode ser mulher trans"***, resumiu uma das participantes, sublinhando a importância do respeito ao uso do nome social.

Apesar dos desafios, os relatos também revelaram caminhos possíveis. Muitas demonstraram interesse em estudar, trabalhar e acessar direitos de forma integral. Algumas se sentiram acolhidas pela galeria feminina, destacando o respeito conquistado entre as internas e a possibilidade de reafirmação de suas identidades. ***"Estou sendo tratada como mulher aqui. Só queria que minha família também me visse assim"***, relatou uma participante.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Instituição de protocolo estadual de acolhimento para mulheres trans privadas de liberdade, com a garantia do uso do nome social, acesso contínuo à hormonização e atendimento em saúde integral.
02	Formação continuada e permanente de toda a equipe penitenciária em identidade de gênero, direitos humanos e práticas antidiscriminatórias.
03	Penitenciária específica para mulheres trans.
04	Políticas específicas e programas para mulheres egressas, que assegurem e permitam a continuidade no mercado de trabalho, envolvendo parcerias com empresas privadas (parcerias, tanto para detentas, quanto para egressas, garantido permanência no emprego).
05	Necessidade de aumentar projetos e ações voltadas para o reconhecimento das subjetividades das mulheres encarceradas, especialmente das mulheres negras. Entre as demandas prioritárias está o acesso regular a produtos de higiene básica e autocuidado, como creme, shampoo, absorventes e itens de cuidado com os cabelos. Propõe-se ainda a ampliação de espaços de escuta, expressão artística e práticas integrativas em saúde (como grupos de apoio), que funcionem como instrumentos coletivos dentro das prisões.
06	Presença contínua da Defensoria Pública dentro das unidades femininas, com linguagem acessível e atuação proativa.
07	Aumentar os serviços de saúde dentro das unidades, tornando-os mais regulares, preventivos e humanizados.
08	Criar e fortalecer protocolos de visitação para crianças, com estrutura adequada e suporte psicossocial permanente, garantindo que o momento da visita se transforme em oportunidade de afeto e fortalecimento de laços.
09	Reconhecimento do cuidado materno como uma prática social a ser considerada na remição de pena. Nesse sentido, foi destacada a necessidade de ampliação dos mecanismos legais que valorizem o exercício da maternidade, como parte dos processos de reintegração, garantindo às mulheres em privação de liberdade o direito à convivência familiar e à construção de novas possibilidades para suas trajetórias, após o cumprimento da pena.
10	Uso de tornozeleiras como forma de propiciar o cuidado e o convívio com os/as filhos/as.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

SEÇÃO 19

MULHERES TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

O trabalho doméstico remunerado pode ser definido como um conjunto de atividades executadas em um lar, visando manter e assegurar o bem estar dos moradores. (Guia sobre trabalho doméstico, 2023). Enfocamos as trabalhadoras domésticas que atuam na manutenção de residências.



Dona Guilhermina, 75 anos, é trabalhadora doméstica desde os 16. Sua rotina inclui o cuidado das residências e dos seus moradores. Na sua história de vida, os relatos mostram os processos de discriminação e violência pelos quais passou, contudo, que superou com honra e orgulho.

Foto de Zanete Dadalto

CAPÍTULO 20

MULHERES TRABALHADORAS DOMÉSTICAS: “SER TRABALHADORA DOMÉSTICA É SER RESISTENTE EM UM TRABALHO INVISÍVEL”

Crislayne Zeferina Pereira
Juliana Teixeira

A luta das trabalhadoras domésticas por sua humanização atravessa séculos e carrega as marcas profundas do processo de escravização no Brasil. As mulheres negras, historicamente, foram colocadas em um lugar de subalternidade e objetificação, arrancadas de sua terra-mãe, na África, e trazidas para o Brasil para cumprir as funções econômicas e familiares impostas pela lógica escravocrata. Como aponta Teixeira (2021, p. 26), “as mulheres negras eram trazidas do continente africano não somente para trabalhar nas lavouras, mas também nas casas dos senhores como amas de leite ou mucamas”.

Para refletir sobre a condição das trabalhadoras domésticas na atualidade, é essencial olhar para o passado e compreender o serviço doméstico como uma atividade historicamente relegada às mulheres negras. Desde a escravização, o corpo negro feminino esteve atrelado a esse trabalho, moldando as relações trabalhistas que

persistem até hoje. Com a transição da escravização para o trabalho assalariado, esse posto continuou sendo ocupado, majoritariamente, por mulheres negras, consolidando na relação entre patroa e empregada, um repertório indissociável de classe, gênero e raça.

Nesse contexto, a trabalhadora doméstica ocupa, por essência, um lugar que evidencia as desigualdades de gênero, classe e raça no Brasil, sendo submetida a diversos processos de inferiorização e desumanização (Gonzales, 2020, pp. 55-62), ainda presentes em diversas realidades.

Apesar de avanços trabalhistas, o trabalho doméstico não possui limites bem estabelecidos: as trabalhadoras domésticas lavam, passam, cozinham, cuidam de crianças, e até de idosos, além de realizarem todas as tarefas no espectro das demandas domésticas, a ponto de, em muitos casos, dormirem ou morarem no trabalho.

Em referência à legislação, importante lembrar o quão foi tardia e fruto de lutas históricas da categoria[1], a chamada "Lei das Empregadas Domésticas", aprovada apenas em 2015, por meio da Lei Complementar nº 150/2015, que estendeu e regulamentou para essa categoria alguns dos direitos já assegurados aos trabalhadores rurais e urbanos, fato que expõe a perpetuação da exploração destas trabalhadoras, normalizando condições de trabalho precarizadas.

Para compreender o que é ser mulher trabalhadora doméstica no Espírito Santo, foram realizadas 3 rodas de conversa (Grande Vitória, Colatina e Alegre), com a participação de mais de 50 mulheres de forma direta, em parceria com o sindicato estadual das trabalhadoras domésticas (Sindomésticas/ES). Consideramos para a análise mulheres que realizam um conjunto de atividades remuneradas executadas em domicílios particulares, visando manter a residência por meio de tarefas, como limpeza e preparo de refeições, além de suporte de administração (compras e cuidados em geral com a residência).

Queremos registrar nossa homenagem a Creuza Maria Oliveira[2], mulher preta, ativista social e referência nacional e internacional na luta das trabalhadoras domésticas, pois, ela construiu um legado de resistência e de esperança, pautado na organização coletiva e na luta pelo direito à dignidade e ao respeito para todas as trabalhadoras.

MULHERES TRABALHADORAS DOMÉSTICAS: ASPECTOS GERAIS

De acordo com dados de 2022 do Ministério do Desenvolvimento Social e dos Direitos Humanos, aproximadamente 5,8 milhões de pessoas estavam ocupadas no trabalho doméstico no Brasil. Desse total, 92 % eram mulheres e, entre elas, 61,5 % eram mulheres negras. A remuneração média em 2022, segundo IBGE, ficava em torno de R$1.480,00 (com carteira assinada).

Em 2023, segundo o IBGE, o trabalho doméstico remunerado representou 12,5% do total das ocupações femininas no Brasil, sendo 11,7% no estado do Espírito Santo. No estado, o trabalho doméstico remunerado é predominantemente feminino: 96,9% dos trabalhadores domésticos são mulheres e, entre elas, o maior percentual é de negras (72,2%). (IBGE, 2023).

Entre as trabalhadoras domésticas, chama atenção a informalidade: 71,8% delas não possuem carteira assinada no ES (o número no Brasil é ainda maior: 75,5%). Em

[1] Destaque para a FENATRAD (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas) e seus sindicatos associados, assim como de movimentos negros.
[2] Creuza nasceu no município de Santo Amaro, cidade do recôncavo baiano. Desde os 5 anos de idade, trabalhou em troca de moradia e alimentação, e dedicou sua vida à defesa dos direitos da categoria. Ex-presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD).

Com o apoio do Sindicato das Empregadas Domésticas (Sindoméstico/ES), realizamos as rodas de conversa que nos permitiram acessar histórias de vida que refletem a condição de muitas trabalhadoras domésticas.

Foto de Rayane Loiola

termos salariais, no Espírito Santo, aquelas que têm carteira assinada recebem mais do que as que não têm carteira assinada (IBGE, 2023). O Quadro 1 sintetiza essa diferença, monstrando ainda a relação raça/cor.

Quadro 1 - Média salarial considerando carteiras assinadas, no Espírito Santo.

Raça/cor	Com carteira assinada (R$)	Sem carteira assinada (R$)
Branca	1.484,82	1.027,79
Negra	1.490,17	1.030,74

Fonte: PNADC (IBGE, 2023)

O QUE É SER MULHER TRABALHADORA DOMÉSTICA NO ESPÍRITO SANTO?

"Aceitar situações pela necessidade financeira, ter resistência para seguir em frente e enfrentar."

Em todas as rodas de conversa, a palavra "resistência" ecoou de maneira unânime, revelando tanto a força quanto o esgotamento dessas mulheres. Para as trabalhadoras domésticas, resistir não é apenas um ato simbólico, mas uma necessidade diária: é garantir o sustento da família, colocar comida na mesa e sonhar com um futuro mais justo e sem discriminação para seus filhos.

Suas trajetórias são marcadas por memórias de dor, exploração e superação, que, paradoxalmente, servem como combustível para a continuidade da luta. Esse cenário reflete uma resistência que vai além do material de sobrevivência; é uma resistência que também é emocional e coletiva, construída a partir de um histórico de exclusão que, ao mesmo tempo em que cansa, também mobiliza.

Os relatos relembram trajetórias de solidão, violência, laços de solidariedade e conquistas apresentadas. Duas narrativas resumem o contexto de vulnerabilidade e incerteza que constituem histórias e subjetividades.

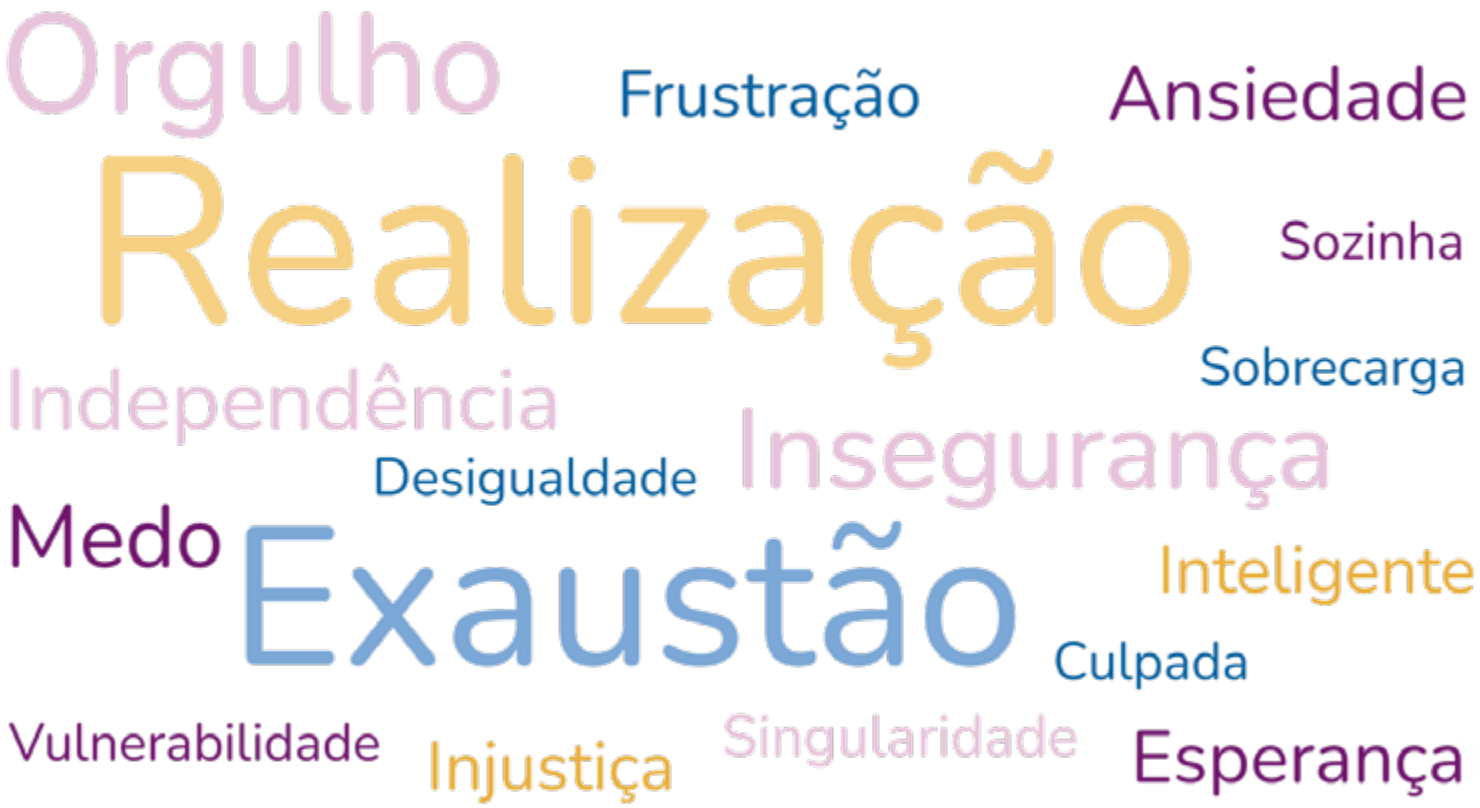
"Quando eu tinha 10 anos de idade foi um fazendeiro na casa do meu pai, nessa época morávamos em São Mateus, e pediu para que eu fosse trabalhar com ele, prometendo para papai uma vida melhor para mim, até que eu ia estudar, meu pai deixou. Quando cheguei lá eu tinha que trabalhar o tempo todo e, quando eu parava para brincar um pouquinho, a patroa queria me bater, eu fugi e contei para meu pai que não deixou eu voltar mais."

Se a primeira marca sua trajetória de trabalho doméstico a partir dos 10 anos, a segunda narrativa evidencia outras vulnerabilidades nas vidas de meninas e mulheres que sofrem diversas formas de violência no contexto do trabalho doméstico precarizado.

"Eu vim de Conceição da Barra com 16 anos (...). Uma senhora foi até minha casa me viu e pediu meu pai para eu ir trabalhar com ela, em Vitória. Quando cheguei aqui em Vitória, essa mulher não era rica e não era nada, ela morava numa casa de madeira em cima de uma pedra pra lá do ponto final do bairro da Penha. (...). Isso eu sempre trabalhadeira fiquei na casa dela, aí veio um rapaz e me adorou porque eu era trabalhadeira e me adorou porque eu não deixava nada sujo aí ele quis me levar com ele, dizendo que ia alugar uma casa lá em baixo do morro. Aí ele disse que eu seria a sua empregada. Aí eu gostei, né? Eu queria uma coisa melhor, aí a senhora perguntou o rapaz você vai fazer o que com ela lá e ele falou vou colocar ela para fazer vida. (...) Eu olhei para ele e perguntei: o que é fazer vida? (...) Ele mandou eu fazer tudo na casa e não deixou eu fazer vida. (...). Aí uma senhora da Praia do Canto disse que precisava de alguém para trabalhar. Aí eu fui, porque ele não me dava dinheiro e ela me dava um dinheirinho. Eu nem sabia onde colocar o dinheiro, aí eu ia lá em Gurigica, achando que era a cidade e comprava nas lojas dali."

Cada dado revelado carrega marcas de uma estrutura social que historicamente explora e invisibiliza essas

Sentimentos e emoções que nos atravessam



A nuvem representa, de forma simbólica, os sentimentos e as emoções mais recorrentes nas respostas coletadas por meio dos formulários e das rodas de conversa.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, 2025

mulheres. Ao expor esses números, buscamos evidenciar as cicatrizes que moldam o cotidiano das trabalhadoras domésticas capixabas e apontamos para a urgência de políticas públicas que assegurem dignidade e justiça social para essas mulheres, que sustentam silenciosamente milhares de lares.

Ao serem questionadas sobre sua cor, raça e etnia, todas as entrevistadas se autodeclararam como negras: pretas (51,5%) ou pardas (48,5%). Esse dado reforça a centralidade do racismo estrutural na conformação do trabalho doméstico no Espírito Santo, revelando que, majoritariamente, são as mulheres negras que ocupam esse espaço, historicamente marcado pela exploração e pela desvalorização. Nesse contexto, a sobreposição entre raça e classe evidencia o quanto o trabalho doméstico ainda carrega heranças coloniais, no qual o serviço à casa alheia é naturalizado como destino para mulheres negras e periféricas.

Nesse quesito, cabem as provocações de Lélia Gonzalez, que discute como, no período de industrialização acelerada, que marcou a década de 1970, o operariado feminino mais que dobrou. No entanto, a mulher negra não foi convocada para essa "festa", pois seu corpo não atendia às exigências de escolarização, educação e boa aparência, requeridas para os cargos burocráticos de nível mais baixo que surgiam, como em bancos e escritórios, às exigências de escolarização que já afastariam este público de forma estrutural, se somaram às exigências de cunho estritamente do estereótipo racial (Gonzalez, 2020, p. 57).

No que diz respeito à moradia, 73,3% das entrevistadas afirmaram residir em bairros periféricos, favelas ou comunidades. Esse dado revela uma profunda relação entre a precarização do trabalho doméstico e a segregação territorial.

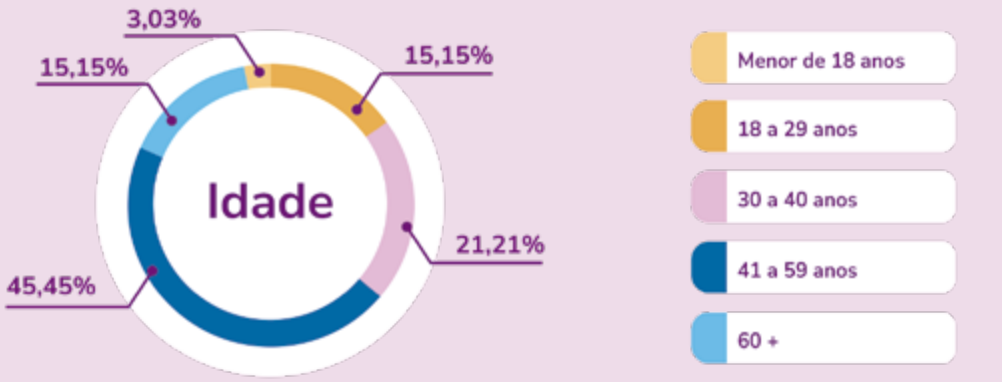
Sobre o estado civil das entrevistadas, 27,27% declararam estar solteiras, 24,24% dizem ser divorciadas. Já 24,2% declararam estar casadas, 12% vivem em união estável e 9% são viúvas. Esse cenário pode refletir tanto a sobrecarga histórica atribuída às mulheres negras e periféricas, que muitas vezes, assumem sozinhas a responsabilidade pelo sustento e cuidado da família.

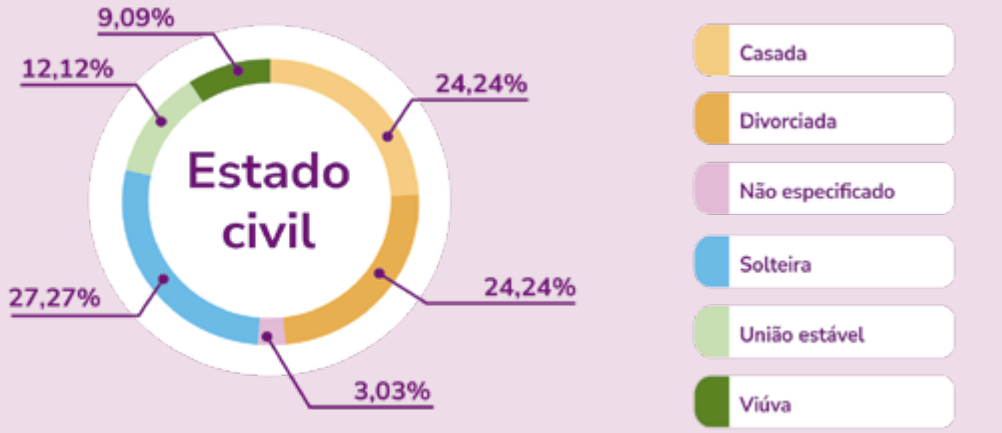
Considerando a discussão sobre chefiarem famílias monoparentais, quando questionadas sobre quem é o principal provedor da família, 75,8% das entrevistadas afirmaram que elas mesmas desempenham essa função, 18,2% indicaram que o parceiro é o responsável, e apenas 6,1% citaram o pai ou outro cuidador. Observa-se, assim, a centralidade dessas mulheres na manutenção econômica do núcleo familiar, evidenciando o peso que carregam ao sustentar financeiramente suas casas. A predominância de mulheres como provedoras aponta para uma combinação de fatores, como o abandono paterno, a fragilidade das relações afetivas e a responsabilização histórica das mulheres negras e periféricas pelo cuidado e pelo sustento familiar.

Em relação à maternidade, 90,9% afirmam ter filhos. A maioria das mulheres com filhos tem mais de um. Quando questionadas sobre o cuidado de outras pessoas, 73% responderam cuidar de alguém: 58% das entrevistadas afirmaram que cuidam dos filhos. Já 27% disseram que não cuidam de ninguém, enquanto 9,1% cuidam da mãe ou do pai e 6,1% disseram cuidar de seus parceiros.

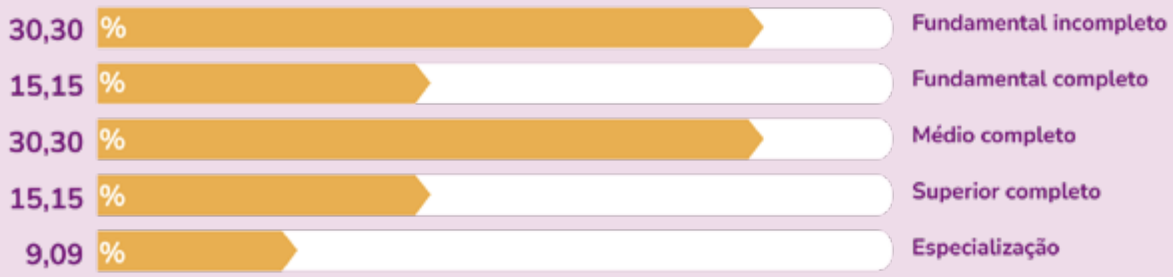
Sobre a relação com o trabalho remunerado e não remunerado, 36,4% das entrevistadas relataram que trabalham fora e dedicam a maior parte do tempo em casa aos cuidados com a família e com as tarefas domésticas. Outras 21,2% também trabalham fora, mas utilizam apenas uma parte do tempo em casa para cuidar da família e da casa. Já 12,1% afirmaram que trabalham fora e contam com apoio, o que faz com que não precisem dedicar todo o tempo em casa aos cuidados familiares e domésticos. Por fim, 6% afirmaram que trabalham e estudam fora, e, ainda assim, destinam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e da casa.

Perfil das
Mulheres
Trabalhadoras Domésticas





Escolaridade





Raça/cor/etnia

52%
Pretas

48%
Pardas

76%
São as principais provedora da família

73%
Cuidam de alguém

58%
Cuidam dos filhos

36%

Trabalham fora e usam a maior parte do tempo em casa para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

21%

Trabalham fora e usam pouca parte do tempo para cuidar da família e dos afazeres domésticos.

91%
Têm filhos

87%
Têm dois filhos ou mais

57%
São mães solo

Fonte: Atlas das Mulheres do Espirito Santo, 2025
Nota: Dados consolidados de formulários de pesquisa



O cotidiano das trabalhadoras domésticas é marcado pela sobrecarga, precariedade e baixos salários. As mulheres negras são a maioria entre as trabalhadoras domésticas e vivem o atravessamento de diversos sistemas interseccionais no seu cotidiano.

Foto de Janete Diniz

Observa-se, neste contexto, a centralidade do papel das mulheres nos cuidados e, entre as trabalhadoras domésticas, um cuidado remunerado nas residências de outras famílias e o seu dedicado à família, sem remuneração, que sobrecarrega as melhores, sobretudo em territórios com pouco acesso a equipamentos de cuidado. Esse cenário corrobora com o próprio entendimento da, recém aprovada, Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidados, numa tentativa do governo brasileiro de mobilizar a mencionada corresponsabilização. A confluência de leitura de cenário para perspectiva de demanda de política pública envolve o fato de que, para a Política Nacional de Cuidados, as trabalhadoras domésticas, tanto as remuneradas, como as não remuneradas, são parte do público prioritário da política.

Ao serem questionadas sobre as sensações relacionadas àcondição de ser mulher, a maioria das entrevistadas declarou sentir-se realizada e ter orgulho, destacando-se pela valorizaçãode suas conquistas e identidade feminina. Em seguida, outras afirmam sentir independência, sublinhando autonomia em suas decisões e ações.

Outros sentimentos positivos, mas também ambivalentes, foram identificados, entre eles destacamos: singularidade, reconhecendo possuir uma trajetória de vida própria e distinta, algo percebido de maneira positiva. No entanto, o sentimento de exaustão também está presente, apontando que a sobrecarga provocada pela necessidade de conciliar trabalho externo, cuidados com a família e tarefas domésticas, resultam em desgaste físico e mental. Ainda assim, muitas expressam esperança, mantendo uma visão positiva em relação ao futuro, tanto pessoal quanto coletivo, para as mulheres.

O sentimento de ansiedade foi relatado por 33,3% das entrevistadas, vinculando-se a preocupações constantes com o futuro, a segurança pessoal e de familiares, especialmente de filhas mulheres. Também 33,3% se sentiram confiantes por sua inteligência, o que contribui para uma visão positiva de si mesmas.

Insegurança, injustiça, ansiedade estiveram presentes também nas narrativas e nas histórias apresentadas por essas mulheres. Em uma das rodas, o impacto de realidades.

"Comecei a emagrecer do nada e percebi que aquilo não era normal (...) fui até o médico fazer os exames, nisso eu cheguei atrasada no meu emprego. Minha patroa... assim que entrei na casa dela, me perguntou porque eu cheguei atrasada, eu disse que estava cuidando de mim, que precisei fazer os exames. Ela perguntou se eu estava passando mal, eu disse que não. Até aí, tudo bem, saiu os resultados do exame, eu falei para ela, e ela simplesmente me dispensou, porque eu estava com gordura no fígado. Eu levei os exames e mostrei para ela, e ela falou para mim assim: como você sabe, minha imunidade é muito baixa, então eu não posso mais ficar com você, você não pode mais trabalhar pra mim."

A sobrecarga foi identificada por muitas participantes, que afirmaram enfrentar um acúmulo de responsabilidades além de sua capacidade de gestão, provocando uma sensação contínua de pressão. Medo também é constante, decorrente da percepção de situações que podem colocar sua integridade em risco ou gerar desrespeito, pelo fato de serem mulheres.

Outros sentimentos foram mostrados com frequência menor, mas igualmente relevantes: insegurança, evitaram certas ações, por receberem críticas ou desvalorização de suas capacidades e frustração, principalmente pela falta de reconhecimento de seus esforços.

Além disso, outras indicaram sentir-se sozinhas, pela percepção de ausência de apoio em suas rotinas, e o mesmo percentual relatou sentir culpa, por não atender às demandas e expectativas sociais. Sensações de injustiça e julgamento também foram mencionadas por perceberem uma cobrança mais intensa, em comparação aos homens, e uma avaliação constante crítica de suas escolhas e comportamentos.



As trabalhadoras domésticas têm diferentes vínculos trabalhistas. Welica Alves é diarista sem vínculo formal e recebe por dia trabalhado. No dia da faxina, ela faz atividades diversas na residência, incluindo, mesmo que indiretamente, o cuidado da casa e dos moradores.

Foto de Janete Diniz



Ivete Pereira de Souza dedicou 50 anos ao trabalho doméstico e hoje preside o Sindidomésticos do Espírito Santo. O sindicato presta orientação e fornece informações essenciais para as trabalhadoras domésticas, a fim de que possam conhecer os seus direitos e estejam alertas sobre situações de risco e de vulnerabilidade no cumprimento do seu ofício.

Foto de Alice Carpes

Por fim, também aparecem sensações de desigualdade em relação aos homens em ambientes profissionais ou pessoais. Outras revelaram sensação de vulnerabilidade, expressando-se sobre a exposição a riscos em determinados espaços ou situações.

Números e narrativas revelam que ser mulher trabalhadora doméstica é estar atravessada por marcadores que configuram encruzilhadas de raça, gênero, classe e outros, e estar invisibilizada, mesmo sendo base da pirâmide socioeconômica brasileira, mas também a base e o chão, da nossa existência enquanto sociedade.

Pensar políticas reparatórias e ativamente promotoras de equidade e dignidade para trabalhadoras domésticas é movimentar avenidas ancestrais de resistência de mulheres e da população negra brasileira. Os dados aqui analisados, ainda que produzidos num recorte muito específico, confirmam o que os movimentos sociais organizados e os estudos de mulheres negras vêm denunciando há tempos: a permanência do legado da colonização na maneira como o trabalho doméstico é configurado em nosso país e no estado do Espírito Santo.

As políticas públicas devem ser pensadas desde essas encruzilhadas e trazer costuras de políticas transversais, intersetoriais, e que considerem os diversos marcadores sociais que atravessam essas mulheres - como gênero, raça e classe.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

01	Implementar políticas visando garantir direitos às trabalhadoras domésticas, desde uma perspectiva interseccional.
02	Valorização profissional e social das trabalhadoras domésticas.
03	Melhorar o acesso à informação como forma de garantir direitos trabalhistas.

Fonte: Atlas das Mulheres do Espírito Santo, a partir das rodas de conversa, entrevistas e debates com as participantes do segmento que fizeram demandas específicas e gerais desde suas experiências e vivências.

CAPÍTULO 21

ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA DA MULHER – IQVM-ES

Igor Anacleto da Silva

O Índice de Qualidade de Vida da Mulher (IQVM-ES[1]), se traduz na elaboração de um índice sintético, o qual, a partir de dados de fontes secundárias oficiais, objetiva compreender a discrepância de vivências que perpassam a existência e a qualidade de vida das mulheres no Espírito Santo, sendo possível sua visualização em nível municipal.

Dessa forma, evidenciamos aqui um breve panorama do Índice de Qualidade de Vida da Mulher (IQVM-ES), apresentando o processo de delineamento do produto – a construção e os critérios utilizados para se chegar ao final e ao cabo, que é o produto final.

A fim de oportunizar uma compreensão do processo, apresentamos uma síntese, sendo que o relatório

[1] O "ES" utilizado na nomenclatura faz alusão ao estado do Espírito Santo.

principal, com maior detalhamento sobre a construção do IQVM-ES está disponibilizado para acesso gratuito nos sítios oficiais das instituições envolvidas.

Enfatiza-se que o IQVM e o Atlas das Mulheres do Espírito Santo não são documentos estáticos, mas ferramentas dinâmicas. Sua atualização periódica permitirá monitorar avanços e retrocessos nas políticas para as mulheres em escala municipal, bem como sua ênfase na interseccionalidade, evitando generalizações sobre a "mulher universal". Ao unir rigor técnico à participação social, o projeto reforça o compromisso do Espírito Santo com a equidade e a justiça social nas políticas para mulheres.

Criar um índice que permita visualizar dinâmicas municipais, já é uma enorme conquista, evidenciando o recorte de uma realidade sobre a desigualdade de gênero, demonstrando a sua persistência como comportamento cíclico, um desafio estrutural no Brasil e no Espírito Santo, o de limitar liberdades individuais e coletivas das mulheres (SEN, 1999).

Agravada por questões que envolvem raça, classe e território (COLLINS, 2021), essa realidade exige respostas integradas. No Espírito Santo, as mulheres dedicam 21 horas semanais a trabalhos domésticos não remunerados – quase o dobro da carga masculina (11 horas) –, e enfrentam uma disparidade salarial de 31,6% em relação aos homens, superior à média nacional (OBSERVATÓRIO MULHERES, 2023; IBGE, 2019). Mulheres negras, que representam 54% da população feminina do estado (IBGE, 2022), são particularmente afetadas nesse sentido.

A sub-representação política amplia esse cenário: embora constituam 53% do eleitorado capixaba, as mulheres ocupam apenas 13% dos cargos eletivos (TSE, 2023). A violência de gênero também persiste: apesar da redução relevante na taxa de feminicídio (de 11 mortes/100 mil habitantes, para 4,3 mortes/100 mil habitantes, entre 2009 e 2023), o Espírito Santo ainda figura entre os estados com maior letalidade contra mulheres (ANUÁRIO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023). Salientamos que tais dados não captam a complexidade das vivências de mulheres trans, camponesas, quilombolas, ciganas e tantos outros grupos minoritários e marginalizados.

Portanto, o IQVM-ES surge como ferramenta estratégica para operacionalizar políticas públicas (como o Plano Estadual de Políticas para Mulheres, 2019) aliado ao Atlas e alinha-se ao ODS 5 da ONU: "Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas". Combinando dados quantitativos (como os do IQVM) e qualitativos (rodas de conversa, entrevistas, debates), o projeto visa suprir lacunas no conhecimento e subsidiar políticas multifatoriais. Tal como afirma Sen (1999), "informações precisas são ferramentas de emancipação". Além disso, ambos os produtos poderão servir como recurso pedagógico e base para pesquisas e instrumentos de accountability, visibilizando "múltiplas mulheridades" (OBSERVATÓRIO MULHERES, 2023) e oportunizando assim, ser peça basilar no fortalecimento de identidades coletivas. Sua relevância reside no seu potencial transformador ao articular evidências, planejamento local, regional e compromissos globais, consolidando-se como um legado para a equidade de gênero no ES.

1. Materiais e métodos

O IQVM surge no contexto do Atlas como uma ferramenta inédita no estado e no Brasil, como tal, a metodologia utilizada deverá passar por revisão periódica[2] e constante construção e aprimoramento. Também a seleção dos indicadores presentes poderá sofrer alteração, seja para

[2] Preferencialmente a cada 5 anos, após lançamento oficial.

inclusão ou para exclusão, a depender da pertinência e da avaliação dos responsáveis e analistas do índice.

A metodologia do IQVM combina diferentes bases de dados - sendo todas elas fontes oficiais e com disponibilidade para todos os municípios do estado.

- Bases de dados: Integra análises estatísticas de bases de dados como o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), Observatório da Segurança Cidadã (OSC), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e outras bases.

- Recursos visuais: Utiliza plataformas de SIG (Sistemas de Informação Geográfica) para criar mapas temáticos com variados recursos gráficos.

- Painel em plataforma Power BI, visando melhor interpretação e exposição gráfica dos dados levantados e calculados na pesquisa;

- Transparência: Todos os dados estão disponibilizados em formato aberto, permitindo consulta por pesquisadores, gestores públicos e sociedade civil.

Atentamos que o IQVM-ES, assim como outros índices sintéticos, possui particularidades metodológicas que definem seu escopo e compreensão. Desse modo, alerta-se que indicadores dessa natureza podem apresentar limitações e devem ser interpretados preferencialmente em conjunto com outras fontes de informação, como literatura técnica e dados qualitativos[3].

1.1 Construção do IQVM-ES

Para a criação do Índice de Qualidade de Vida da Mulher, investigaram-se experiências metodológicas semelhantes, nacionais e internacionais, que pudessem servir como referência. Foram pesquisados indicadores capazes de captar a multiplicidade das questões que permeiam a vivência feminina, aspirando mitigar suas adversidades e impactos sociais, assistenciais, econômicos e outros. Também foi pesquisado como essas diferentes abordagens e leituras do meio podem afetar o bem-estar cotidiano e a qualidade de vida da mulher, intrínsecas à realidade contemporânea em outras culturas e perspectivas.

Assim sendo, os principais índices sintéticos que foram ponderados para pensar o IQVM-ES foram os indicadores que constam nos trabalhos de Ansar (2023), Avolio e Del Carpio (2020), Bortoluzzo et al. (2016), Charmes et al. (2023), Lima et al. (2015), Moreira e Sales (2022), Klasnic (2020) e, destacadamente, o trabalho de Luísa Cardoso Guedes de Souza (2012) intitulado: *A mensuração da Desigualdade de Gênero:* um Índice para os Estados Brasileiros.

A proposta inovadora e adotada para o Índice de Qualidade de Vida da Mulher reside em sua capilaridade municipal, nível de investigação não explorado em estudos prévios disponíveis ou encontrados na literatura acadêmica, até o presente momento da escrita desta seção.

Como parte da compreensão possível para os resultados que queremos expor no IQVM-ES, produzimos algumas figuras em escala estadual, geoespacializadas, contendo os limites de todos os municípios do Espírito Santo.

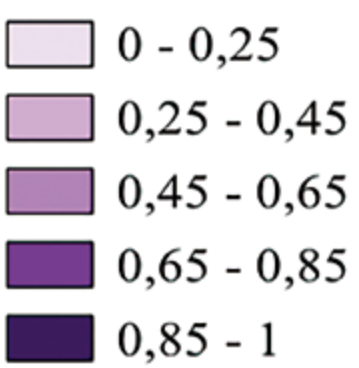
A partir de um gradiente de cores determinado com 5 (cinco) classes, onde, quanto maior/melhor o valor, mais escura estará a cor do município. Lograremos a partir dessas figuras um panorama geral de cada ano e eixo sobre a evolução dos municípios, de forma mais visual.

[3] Como efeito comparativo, outros índices como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da ONU (Organização das Nações Unidas) e o IQVU (Índice de Qualidade de Vida Urbana), costumeiramente incluem seções e textos que discutem as suas respectivas limitações e a importância dessa compreensão para entender o índice.

Para essa tarefa utilizamos o software QGis versão 3.40.3 e exibiremos o resultado ao final do texto.

Como forma de padronizar as figuras geospacializadas dos municípios com os resultados encontrados, estabelecemos como padrão a divisão de gradiente de classes da seguinte maneira:

Figura 1: Padrão de legenda das figuras geoespacializadas



Fonte: Elaborado pelo autor

1.2 Dimensões de análise e seus indicadores

Com um total de 10 indicadores em seus 4 eixos[4], a seleção das variáveis seguiu alguns critérios específicos, os quais, embora pertinentes ao objetivo, limitaram de certa forma a incorporação de dados adicionais ao índice. Os critérios mais relevantes foram:

- Disponibilidade em nível municipal: Priorizaram-se bases de dados com desagregação municipal[5], excluindo fontes que oferecem apenas dados estaduais ou nacionais;
- Confiabilidade das fontes: Utilizaram-se exclusivamente dados oficiais de órgãos públicos (ex.: Tribunal Superior Eleitoral, Ministério da Saúde), garantindo consistência metodológica e continuidade da agregação de dados do índice;
- Atualização anual: Foram considerados apenas indicadores com atualização regular e acesso a valores brutos, em conformidade com a premissa de atualização anual estabelecida para o IQVM-ES.

Atentando aos critérios metodológicos aludidos e às possíveis limitações inerentes às fontes primárias das informações, ou mesmo aos aspectos operacionais da equipe do IQVM-ES, estima-se que o indicador tenha uma defasagem temporal aproximada de dois anos para atualização. Em sua primeira versão, o índice reúne dados dos anos de 2018 a 2022, devido à indisponibilidade de dados mais recentes de alguns indicadores selecionados na pesquisa.

Um dos propósitos centrais na construção do Índice de Qualidade de Vida da Mulher é sua possibilidade de apuração por territorialidades múltiplas. Esse fundamento permite realizar rankeamento dos municípios, facilitando assimilar potencialidades e fragilidades de cada urbe, entendendo melhor essa dinâmica quantitativa. Do mesmo modo, poderemos apreender de forma mais prudente uma linha do tempo sobre a evolução das variáveis num horizonte temporal.

Os eixos foram divididos a partir de adaptações e considerações estudadas em outras metodologias, considerando-se as particularidades do índice, do estado do Espírito Santo, e o impacto de cada variável, no que tange à sua relevância para se pensar as desigualdades de gênero e suas especificidades regionais.

Todos os dados utilizados foram coletados, tratados e calculados desde sua forma bruta, quanto a população

[4] Destacamos aqui que a escolha das variáveis abrange, para além dos critérios metodológicos adotados, princípios que podem ser considerados de atribuição direta e/ou indireta de esforço da gestão municipal, ou, com responsabilidade compartilhada com Estado e/ou União.

[5] Devido às razões que salientamos no princípio do texto.

feminina, o que significa que o seu valor total para cada município foi transformado em uma taxa, a partir da projeção da população de mulheres naquele ano, em relação ao valor total da variável. Desse modo, é fundamentado pelos critérios já elencados, os eixos e as variáveis do IQVM-ES são os seguintes:

- **Educação e Trabalho, com duas variáveis:**

1. Mulheres concluintes de graduação. Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

2. Remuneração média da trabalhadora formal, baseado no salário mínimo. Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

- **Representação Política, com duas variáveis[6]:**

1. Candidaturas totais em cargos eletivos municipais femininos. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

2. Candidaturas eleitas em cargos eletivos municipais femininos. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

- **Saúde, com quatro variáveis:**

1. Óbitos por lesão autoprovocada de mulheres[8]. Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM[8].

2. Óbitos de mulheres por câncer de mama. Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

3. Óbitos de mulheres por câncer do colo do útero. Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

4. Óbitos maternos[9]. Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

[6] Para garantir a estabilidade e consistência do IQVM/ES, o eixo "Representação Política" adota uma metodologia específica para lidar com a não anualidade dos dados eleitorais. Como as eleições municipais ocorrem a cada quatro anos, o índice mantém o último valor oficial divulgado para preencher os períodos sem novos dados. Por exemplo, os resultados de 2016 foram replicados para 2017, 2018 e 2019, enquanto os de 2020 foram utilizados para 2021, 2022. A abordagem está alinhada com as melhores práticas internacionais para índices compostos, conforme recomendado pela OCDE (2008) e por especialistas como Agresti (2002). A opção por replicar o último dado disponível, em vez de utilizar estimativas hipotéticas, visa preservar a comparabilidade temporal e a integridade da série histórica, seguindo o mesmo princípio adotado por indicadores consagrados como o IDH. A decisão de manter essas variáveis deve-se à sua relevância fundamental para aferir a desigualdade de gênero na política capixaba. Esses indicadores são considerados essenciais para se compreender a inserção das mulheres na esfera política institucional e, em face da dificuldade de obtê-los com o mesmo rigor por outros meios ou fontes; o que determinou a opção por mantê-los no índice, assegurando assim uma análise consistente da isonomia de gêneros.

[7] Considerando Categoria CID-10: X70 Lesão autoprovocada intencional: enforcamento, estrangulamento e sufocamento; X71 Lesão autoprovocada intencional p/afogamento submersão; X72 Lesão autoprovocada intencional disparo de arma fogo de mão; X73 Lesão autoprovocada intencional disparo de arma de fogo de maior calibre; X74 Lesão autoprovocada intencional disparo de outra arma fogo e NE; X75 Lesão autoprovocada intencional p/dispositivos explosivos; X76 Lesão autoprovocada intencional fumaça fogo e chamas; X77 Lesão autoprovocada intencional vapor água, gás objeto quente; X78 Lesão autoprovocada intencional objeto cortante penetrante, X79 Lesão autoprovocada intencional p/ objeto contundente, X80 Lesão autoprovocada intencional precipitação de lugar elevado, X81 Lesão autoprovocada intencional precipitação por objeto em movimento; X82 Lesão autoprovocada intencional impacto veículo a motor; X83 Lesão autoprovocada intencional por outros meios específicos; X84 Lesão autoprovocada intencional p/meios NE; Y87 Seq lesão autoprovocada intencional agressão de fato intencional indeterminado.

[8] Salientamos que as variáveis, coletadas na base de dados do DATASUS, de qualquer sistema, foi feita a partir dos dados de óbitos por residência da vítima.

[9] Conforme a OMS, um óbito materno é considerado como aquela morte da mulher durante gestação ou dentro de um período de 42 dias após o final do período gestacional, mas não relacionadas à acidentes ou incidentes, mas sim agravadas ou relacionadas a ela.

- **Segurança Pública, com duas variáveis:**

1. Óbitos de mulheres por agressão[10]. Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM
2. Óbitos de mulheres por homicídio. Fonte: Observatório da Segurança Cidadã (OSC/IJSN).

Em suma, as variáveis finais selecionadas na pesquisa foram as listadas abaixo, na Tabela 1:

Tabela 1 - Indicadores do Índice

EIXO	INDICADOR	FONTE
EDUCAÇÃO E TRABALHO	Concluintes da Graduação	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP
	Remuneração média das trabalhadoras formais baseado no salário mínimo	Relação Anual de Informações Sociais - RAIS
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	Mulheres eleitas	Tribunal Superior Eleitoral -TSE
	Mulheres candidatas	Tribunal Superior Eleitoral -TSE
SAÚDE	Lesão autoprovocada	MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM
	Óbitos por câncer de mama	MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM
	Óbitos por câncer do colo do útero	MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM
	Óbitos maternos	MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM
SEGURANÇA PÚBLICA	Agressão	MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM
	Homicídios	MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Fonte: Elaborada pelo autor.

1.3 Cálculos

Com a intenção de mensurar a magnitude das desigualdades entre mulheres, o método adotado combina técnicas estatísticas que garantem robustez, neutralidade e comparabilidade, condizente com o que se espera de índices dessa natureza.

As metodologias que se julgou serem as mais apropriadas para a etapa de cálculos e ajustes do IQVM-ES fundamentam-se nos estudos de abordagem de mensuração de desigualdade em dados, de Tony Atkinson (1970) e de técnicas de análise de dados categóricos de Alan Agresti (2002), substancialmente.

Realizamos a etapa de normalização, que é uma parcela fundamental quando se busca padronização dos indicadores. Nesse caso, realizamos essa etapa considerando o valor máximo das variáveis de cada eixo, que é uma concepção recomendada em diretrizes para elaboração de indicadores compostos internacionais, como da OECD (2008).

Nessa etapa transformamos os dados para uma escala que vai de 0 (zero) até 1,0 (um), agrupando todos resultados calculados dentro desse escopo, o que ajuda a simplificar a interpretação, tornando-a mais inteligível e recomendada, especialmente quando se anseia por uma comparabilidade das informações numa série histórica, no qual o acesso aos dados seja mais simples e de melhor compreensão, tanto para o público em geral, quanto para formuladores e pesquisadores de políticas públicas. Realizou-se em seguida uma análise de correlação estatística para identificar relações entre os indicadores selecionados[11] [12].

Essa análise não apenas valida a consistência do IQVM-ES, mas também proporciona revelar padrões estruturais de desigualdade. Tais compreensões são críticas para orientar ações intersetoriais no combate às disparidades de gênero e aumento de assertividade na coerência do indicador.

---

[10] Considerando Capítulo CID-10 XX Causas externas de morbidade e de mortalidade, Categoria CID-10 X85 até Y09, que são: X85 - Agressão por meio de drogas, medicamentos e substâncias biológicas; X86 -Agressão p/meio de substâncias corrosivas; X87 - Agressão p/pesticidas; X88 - Agressão p/meio de gases e vapores; X89 - Agressão por outros produtos químicos, substâncias nocivas específicas; X90 - Agressão produtos químicos e substâncias nocivas NE; X91 - Agressão por enforcamento, estrangulamento sufocação; X92 - Agressão p/meio de afogamento e submersão; X93 - Agressão disparo de arma de fogo de mão; X94 - Agressão disparo arma fogo de maior calibre; X95 - Agressão disparo outra arma de fogo ou NE; X96 - Agressão p/meio de material explosivo; X97 - Agressão p/meio de fumaça fogo e chamas; X98 - Agressão vapor água gases ou objetos quentes; X99 - Agressão objeto cortante ou penetrante; Y00- Agressão p/meio de um objeto contundente; Y01 - Agressão p/meio projeção de um lugar elevado; Y02 - Agressão proj coloc vítima objeto em movimento; Y03 - Agressão p/meio de impacto veículo a motor; Y04 - Agressão p/meio de forca corporal; Y05 - Agressão sexual p/meio de forca física; Y06 - Negligência e abandono; Y07 - Outras síndromes de maus tratos; Y08 - Agressão p/outros meios específicos e Y09 - Agressão p/meios NE.

[11] O método escolhido foi o Coeficiente de Correlação de Pearson (r), que quantifica a força e a direção da relação linear entre duas variáveis, variando de -1 (correlação negativa perfeita) a +1 (correlação positiva perfeita). Por exemplo, um valor próximo de +1 indicaria que o aumento de concluintes da graduação está associado a maior renda média, e assim por diante. Usamos como base o ano de 2018, para interpretar os resultados, e adotamos a classificação proposta por Hinkle et al. (2003, apud MUKAKA, 2012, p. 71), onde: de 0,9 a 1,00 positivo ou negativo indica correlação muito alta (ou, muito forte); de 0,7 a 0,9 positivo ou negativo indica correlação alta (ou, forte); de 0,5 a 0,7 positivo ou negativo indica correlação moderada (ou, razoável); de 0,3 a 0,5 positivo ou negativo indica correlação baixa (ou, fraca); de 0 a 0,3 positivo ou negativo indica correlação insignificante (ou, desprezível).

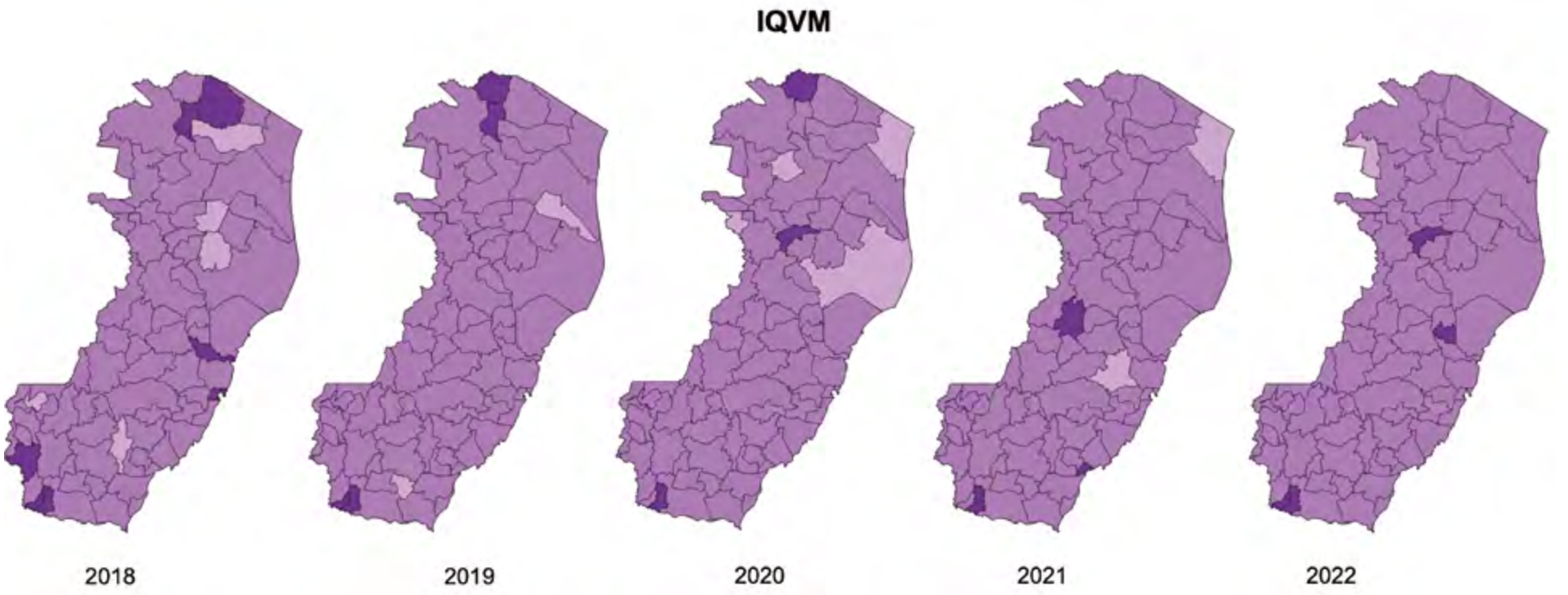
[12] No teste, a variação foi positiva nas correlações do IQVM-ES. Estabelecemos como nível de tolerância o corte de até 0,85 para as variáveis. Dentro desse espectro, apenas duas variáveis ficaram correlacionadas acima desse valor, e duas outras, mais próximas disso, que foram: Homicídio e Agressão; Óbitos Maternos e Agressão, respectivamente. Apesar dessa correlação considerada como alta, nas variáveis citadas, optamos por mantê-las no índice, por conta das especificidades que possuem e por sua relevância para a análise geral do índice.

2. Resultados do IQVM

Por fim, após a aplicação metodológica, pode-se apresentar e identificar possíveis padrões locais e regionais, uma vez que é de extrema importância analisar os dados não apenas por seu resultado final (o próprio IQVM-ES), mas por todas as dimensões aqui consideradas e averiguadas (Educação e Trabalho, Representação Política, Saúde e Segurança Pública). Essa divisão permite ilustrar as discrepâncias, vinculando-as às realidades socioeconômicas de cada território, e contemplando-se os seus respectivos subíndices dimensionais.

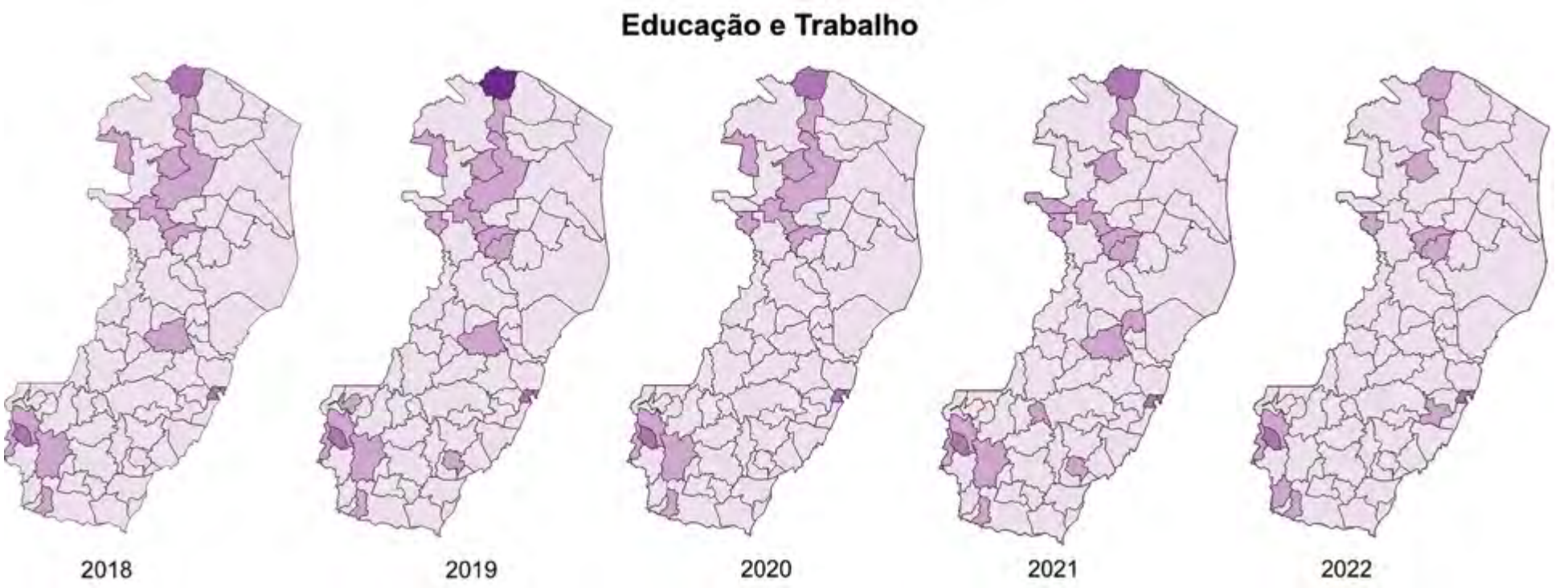
A interpretação do IQVM-ES pode, assim, subsidiar diagnósticos de vulnerabilidades setoriais, e a priorizaçãode ações em determinados locais, direcionamento para intervenções mais críticas, integração regional em desenvolvimento de estratégias colaborativas entre entes e órgãos governamentais de diferentes esferas, ou mesmo orientar alocações de recursos e prioridades à nível estadual, macrorregional, levando-se em consideração panoramas, municípios, eixos e variáveis mais sensíveis, bem como, considerando-se as políticas prioritárias dos múltiplos territórios capixabas, bem como as múltiplas realidades das desigualdades de gênero no estado.

Figura 2: IQVM geral



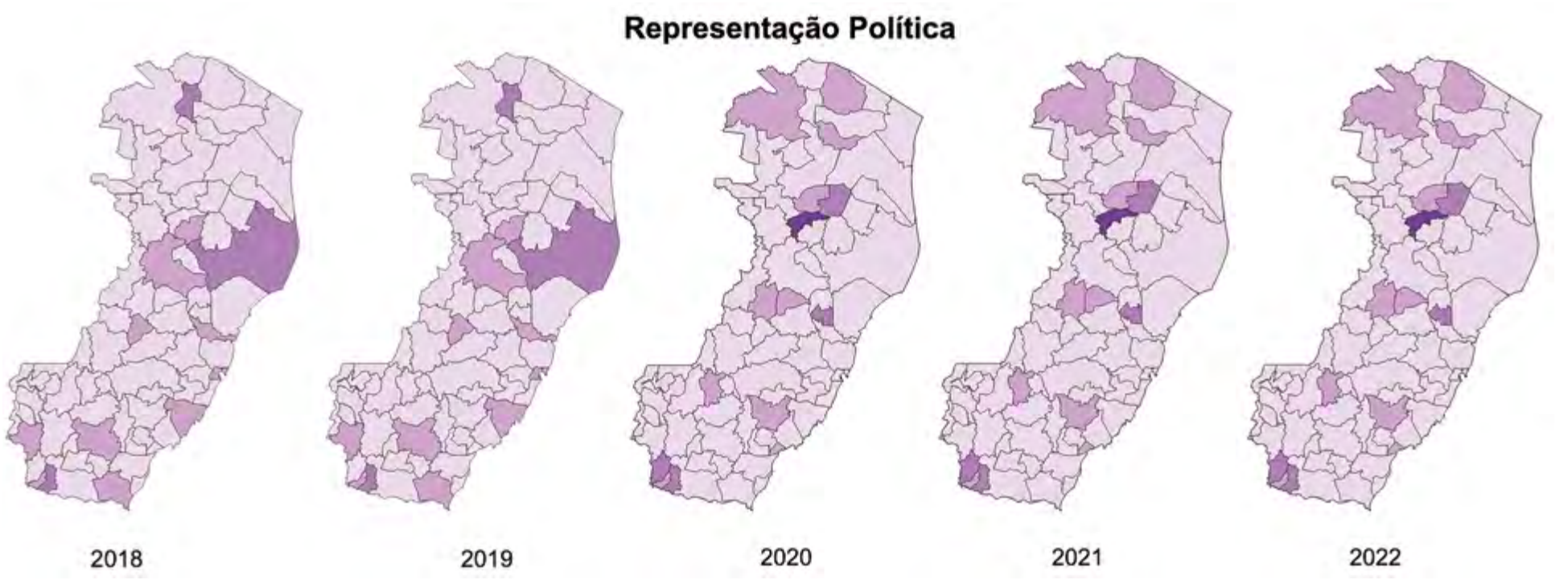
Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 3: IQVM geral



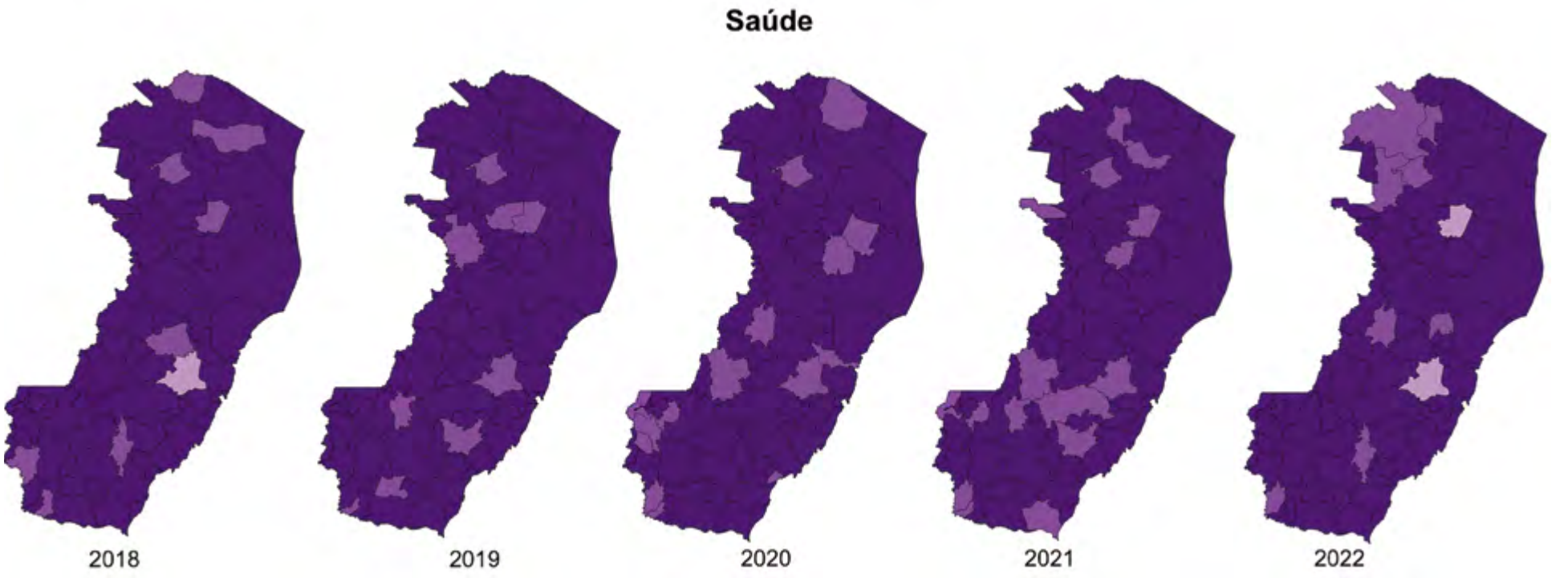
Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 4: Representação Política



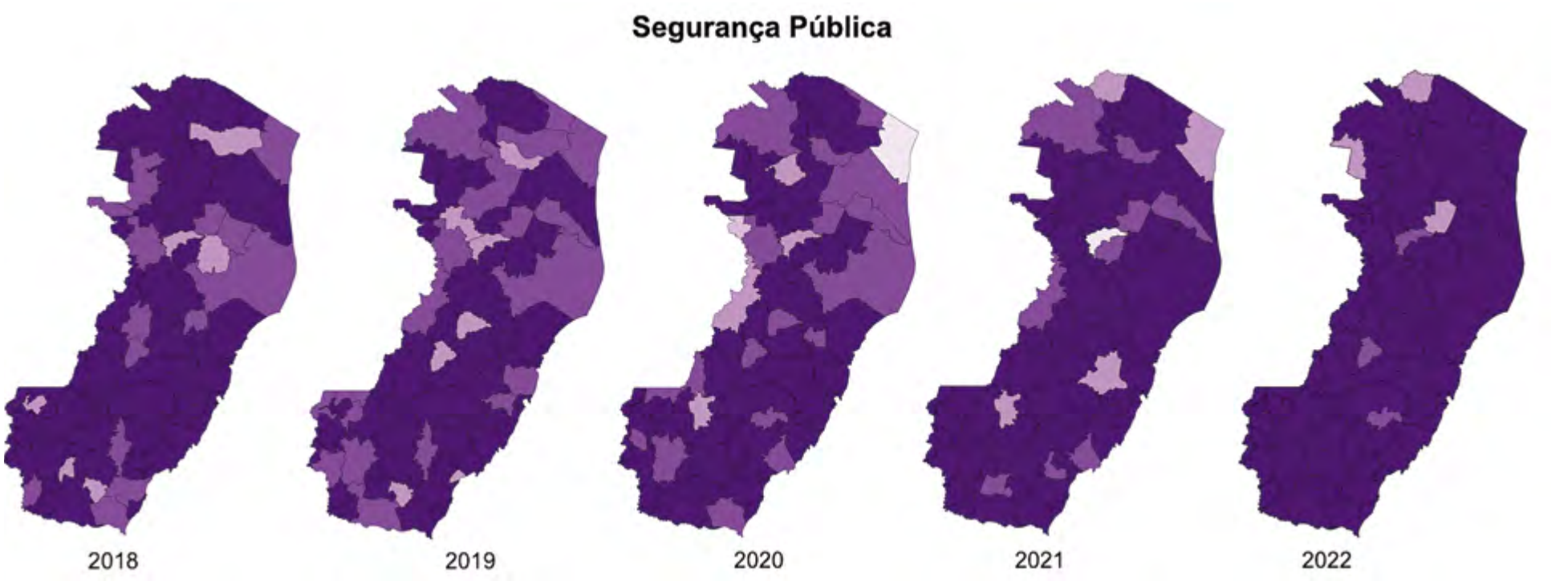
Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 5: Saúde



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 6: Segurança Pública



Fonte: Elaborado pelo autor

2.1 IQVM/ES 2018

Na média geral que se traduz como resultado do IQVM, é perceptível que para o ano de 2018 o município da microrregião Caparaó, Bom Jesus do Norte, se destacou como aquele com maior valor, frente aos outros municípios, com 0,7045. Vitória, 2° colocado, faz parte da microrregião Metropolitana, já Ponto Belo, faz parte da microrregião Nordeste, com resultados de 0,7014 e 0,6816, respectivamente. O município que apresentou o pior resultado geral no ano referido foi Pinheiros, com o resultado de 0,3546.

Tabela 2 – IQVM-ES 2018 municipal

Município	IQVM	Educação e Trabalho	Rep. Política	Saúde	Segurança Pública
Afonso Claudio	**0,5364**	0,1538	0,0000	0,9918	1,0000
Água Doce Do Norte	**0,5725**	0,2526	0,0543	0,9831	1,0000
Águia Branca	**0,5741**	0,2574	0,0652	0,9736	1,0000
Alegre	**0,5986**	0,3286	0,0761	0,9898	1,0000
Alfredo Chaves	**0,5398**	0,1742	0,0000	0,9852	1,0000
Alto Rio Novo	**0,5710**	0,2943	0,0109	0,9790	1,0000
Anchieta	**0,5163**	0,1589	0,1522	0,8927	0,8614
Apiacá	**0,6587**	0,3022	0,4715	0,8109	1,0000
Aracruz	**0,4958**	0,0362	0,0978	0,9639	0,8854
Atílio Vivacqua	**0,4544**	0,2045	0,0109	0,9999	0,6023
Baixo Guandu	**0,5344**	0,0681	0,0761	0,9934	1,0000

Barra De São Francisco	**0,4875**	0,2112	0,0870	0,9261	0,7258
Boa Esperança	**0,5442**	0,1698	0,0109	0,9963	1,0000
Bom Jesus Do Norte	**0,7045**	0,1985	0,4289	0,9999	1,0000
Brejetuba	**0,5778**	0,1916	0,1196	0,9999	1,0000
Cachoeiro De Itapemirim	**0,6199**	0,2113	0,4348	0,9566	0,8771
Cariacica	**0,5349**	0,0596	0,2391	0,9420	0,8989
Castelo	**0,5377**	0,1483	0,0109	0,9918	1,0000
Colatina	**0,5885**	0,2176	0,2717	0,9532	0,9114
Conceição Da Barra	**0,5096**	0,0759	0,1848	0,9853	0,7923
Conceição Do Castelo	**0,5501**	0,1979	0,0109	0,9915	1,0000
Divino De São Lourenço	**0,6145**	0,5000	0,0000	0,9579	1,0000
Domingos Martins	**0,4924**	0,0691	0,0000	0,9971	0,9035
Dores Do Rio Preto	**0,5975**	0,3891	0,0326	0,9685	1,0000
Ecoporanga	**0,5806**	0,1267	0,1957	1,0000	1,0000
Fundão	**0,6563**	0,1347	0,2599	0,9144	1,0000
Governador Lindenberg	**0,6497**	0,2326	0,3134	0,8661	1,0000

Guaçuí	**0,6535**	0,1040	0,2741	0,8472	1,0000
Guarapari	**0,6054**	0,1907	0,3043	0,9660	0,9607
Ibatiba	**0,4741**	0,1215	0,0217	0,8867	0,8666
Ibiraçu	**0,5222**	0,1817	0,0217	0,8851	1,0000
Ibitirama	**0,5477**	0,2834	0,0000	0,9945	0,9128
Iconha	**0,5565**	0,2320	0,0109	0,9833	1,0000
Irupi	**0,4161**	0,1720	0,0000	0,9925	0,5000
Itaguaçu	**0,4903**	0,1637	0,0000	0,9771	0,8205
Itapemirim	**0,5277**	0,0849	0,2065	0,9860	0,8335
Itarana	**0,6047**	0,2252	0,3792	0,8586	0,7699
Iuna	**0,5575**	0,1192	0,1196	0,9911	1,0000
Jaguaré	**0,5269**	0,0748	0,0435	0,9894	1,0000
Jerônimo Monteiro	**0,4656**	0,2011	0,0217	0,9957	0,6440
João Neiva	**0,4698**	0,1625	0,0652	0,9409	0,7107
Laranja Da Terra	**0,5482**	0,1976	0,0000	0,9953	1,0000
Linhares	**0,6150**	0,1757	0,5000	0,9830	0,8012

Mantenópolis	**0,4723**	0,2031	0,0109	0,9999	0,6755
Marataízes	**0,5673**	0,2040	0,0652	1,0000	1,0000
Marechal Floriano	**0,5244**	0,1236	0,0000	0,9738	1,0000
Marilândia	**0,5325**	0,1952	0,0326	0,9674	0,9347
Mimoso Do Sul	**0,5357**	0,0964	0,1087	0,9378	1,0000
Montanha	**0,6694**	0,1234	0,2297	0,9999	1,0000
Mucurici	**0,5900**	0,6260	0,0217	0,7121	1,0000
Muniz Freire	**0,5531**	0,1808	0,0543	0,9772	1,0000
Muqui	**0,5712**	0,1688	0,1196	0,9963	1,0000
Nova Venécia	**0,5779**	0,3328	0,0543	0,9410	0,9835
Pancas	**0,4902**	0,1549	0,0435	0,9863	0,7760
Pedro Canário	**0,5407**	0,1024	0,0652	0,9953	1,0000
Pinheiros	**0,3546**	0,1007	0,0000	0,7414	0,5763
Piúma	**0,6375**	0,1342	0,1796	0,9909	0,8923
Ponto Belo	**0,6816**	0,2695	0,5652	0,8919	1,0000
Presidente Kennedy	**0,6015**	0,2093	0,2658	0,9813	0,6938

Rio Bananal	**0,4389**	0,1923	0,0109	0,9559	0,5967
Rio Novo Do Sul	**0,5610**	0,2189	0,0435	0,9815	1,0000
Santa Leopoldina	**0,4624**	0,2100	0,0109	0,6288	1,0000
Santa Maria De Jetibá	**0,5010**	0,1011	0,0326	0,8902	0,9801
Santa Teresa	**0,5289**	0,2868	0,0652	0,7991	0,9643
São Domingos Do Norte	**0,4632**	0,3371	0,0217	0,9937	0,5000
São Gabriel Da Palha	**0,6337**	0,1262	0,1459	0,9685	0,8966
São Jose Do Calcado	**0,4727**	0,2099	0,1304	0,8583	0,6921
São Mateus	**0,5678**	0,1990	0,2174	0,9627	0,8919
São Roque Do Canaã	**0,5444**	0,1963	0,0000	0,9812	1,0000
Serra	**0,6435**	0,0785	0,1801	0,9637	0,8577
Sooretama	**0,4742**	0,0759	0,1413	0,9981	0,6817
Vargem Alta	**0,4491**	0,1162	0,1087	0,7474	0,8241
Venda Nova Do Imigrante	**0,5456**	0,1538	0,0326	0,9958	1,0000
Viana	**0,4674**	0,0344	0,0435	0,8964	0,8953
Vila Pavão	**0,5312**	0,2661	0,1087	0,7498	1,0000

Vila Valério	**0,3964**	0,1663	0,0000	0,7352	0,6839
Vila Velha	**0,5256**	0,1330	0,1413	0,9344	0,8939
Vitória	**0,7014**	0,5086	0,3913	0,9688	0,9370

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.2 IQVM/ES 2019

A seguir exibimos alguns dos resultados encontrados. Na média geral que traduz para o resultado do IQVM-ES, percebe-se que para o ano de 2019 o município da microrregião Nordeste, Ponto Belo, se destacou como o município com maior valor, 0,7772. Apiacá, o 2º colocado, faz parte da microrregião Central Sul, e o 3º colocado, integra a microrregião Nordeste, com resultados de 0,7210 e 0,7155, respectivamente. O município que apresentou o pior resultado geral no ano referido foi Jaguaré, da microrregião Nordeste, com o resultado de 0,4163.

Tabela 3 – IQVM-ES 2019 municipal

Município	IQVM	Educação e Trabalho	Rep. Política	Saúde	Segurança Pública
Afonso Claudio	**0,5052**	0,1507	0,0000	0,8701	1,0000
Água Doce Do Norte	**0,6124**	0,2688	0,1843	0,9964	1,0000
Águia Branca	**0,5376**	0,2709	0,2770	0,9999	0,6026
Alegre	**0,5693**	0,3457	0,1039	0,9900	0,8378
Alfredo Chaves	**0,4902**	0,1824	0,0000	0,7783	1,0000
Alto Rio Novo	**0,5586**	0,3331	0,0591	0,9790	0,8630
Anchieta	**0,5861**	0,1485	0,2038	0,9920	1,0000

Apiacá	**0,7210**	0,3213	0,5683	0,9942	1,0000
Aracruz	**0,5305**	0,1362	0,0415	0,9945	0,9496
Atílio Vivacqua	**0,4469**	0,2102	0,0418	0,9919	0,5437
Baixo Guandu	**0,4956**	0,0738	0,0984	0,9636	0,8464
Barra De São Francisco	**0,5450**	0,2459	0,0821	0,9878	0,8641
Boa Esperança	**0,4652**	0,1809	0,0322	0,9999	0,6477
Bom Jesus Do Norte	**0,6807**	0,2154	0,7576	0,7500	1,0000
Brejetuba	**0,6470**	0,2046	0,3835	0,9999	1,0000
Cachoeiro De Itapemirim	**0,5494**	0,2125	0,0920	0,9881	0,9048
Cariacica	**0,4658**	0,0672	0,0265	0,9484	0,8212
Castelo	**0,5213**	0,2055	0,0118	0,9694	0,8984
Colatina	**0,5371**	0,2420	0,0891	0,9424	0,8749
Conceição Da Barra	**0,5302**	0,0789	0,2669	0,9829	0,7921
Conceição Do Castelo	**0,5001**	0,2135	0,0370	0,7499	1,0000
Divino De São Lourenço	**0,6127**	0,5000	0,0000	0,9510	1,0000
Domingos Martins	**0,4831**	0,0699	0,0000	0,8624	1,0000

Dores Do Rio Preto	**0,6400**	0,3953	0,2014	0,9633	1,0000
Ecoporanga	**0,5741**	0,1498	0,3587	0,9593	0,8285
Fundão	**0,6228**	0,1402	0,3534	0,9976	1,0000
Governador Lindenberg	**0,6076**	0,2574	0,3134	0,8596	1,0000
Guaçuí	**0,5834**	0,1679	0,3305	0,9948	0,8402
Guarapari	**0,5118**	0,1179	0,0966	0,9460	0,8869
Ibatiba	**0,4866**	0,1434	0,0348	0,9583	0,8099
Ibiraçu	**0,5409**	0,1725	0,0746	0,9165	1,0000
Ibitirama	**0,5762**	0,3048	0,0000	0,9999	1,0000
Iconha	**0,5815**	0,3030	0,0357	0,9873	1,0000
Irupi	**0,5614**	0,2520	0,0000	0,9937	1,0000
Itaguaçu	**0,5292**	0,2088	0,0000	0,9081	1,0000
Itapemirim	**0,5361**	0,0886	0,2063	0,9431	0,9065
Itarana	**0,6037**	0,2365	0,5622	0,9721	0,6439
Iuna	**0,5146**	0,1249	0,1677	0,9323	0,8334
Jaguaré	**0,4163**	0,0777	0,0609	0,8592	0,6672

Jerônimo Monteiro	**0,5658**	0,1992	0,0748	0,9891	1,0000
João Neiva	**0,5773**	0,1640	0,1823	0,9629	1,0000
Laranja Da Terra	**0,5533**	0,2171	0,0000	0,9961	1,0000
Linhares	**0,5010**	0,1443	0,1204	0,9579	0,7816
Mantenópolis	**0,5640**	0,2284	0,0341	0,9934	1,0000
Marataízes	**0,5391**	0,2094	0,0619	0,9980	0,8873
Marechal Floriano	**0,5265**	0,1355	0,0000	0,9704	1,0000
Marilândia	**0,5718**	0,2006	0,1057	0,9807	1,0000
Mimoso Do Sul	**0,5190**	0,1008	0,1815	0,9918	0,8018
Montanha	**0,5938**	0,1314	0,2909	0,9527	1,0000
Mucurici	**0,7155**	0,7285	0,1624	0,9712	1,0000
Muniz Freire	**0,5738**	0,1878	0,1234	0,9841	1,0000
Muqui	**0,5778**	0,1816	0,3524	0,7774	1,0000
Nova Venécia	**0,5427**	0,3636	0,0446	0,9367	0,8259
Pancas	**0,4629**	0,1884	0,0941	0,8260	0,7430
Pedro Canário	**0,4677**	0,1116	0,1217	0,8591	0,7784

Pinheiros	**0,4524**	0,1027	0,0000	0,9935	0,7134
Piúma	**0,4630**	0,1574	0,2050	0,9894	0,5000
Ponto Belo	**0,7772**	0,3068	0,8953	0,9069	1,0000
Presidente Kennedy	**0,6345**	0,2409	0,3084	0,9886	1,0000
Rio Bananal	**0,5489**	0,2181	0,0235	0,9541	1,0000
Rio Novo Do Sul	**0,5970**	0,2381	0,1615	0,9883	1,0000
Santa Leopoldina	**0,4976**	0,2152	0,0354	0,7397	1,0000
Santa Maria De Jetibá	**0,5349**	0,1143	0,0323	0,9931	1,0000
Santa Teresa	**0,6049**	0,3147	0,1154	0,9895	1,0000
São Domingos Do Norte	**0,4942**	0,3742	0,1079	0,9947	0,5000
São Gabriel Da Palha	**0,4795**	0,0971	0,1563	0,8118	0,8526
São Jose Do Calcado	**0,6400**	0,2197	0,4818	0,8583	1,0000
São Mateus	**0,5228**	0,2106	0,0705	0,9315	0,8787
São Roque Do Canaã	**0,4621**	0,2026	0,0000	0,9999	0,6460
Serra	**0,4731**	0,0665	0,0193	0,9603	0,8464
Sooretama	**0,5759**	0,0864	0,2173	1,0000	1,0000

Vargem Alta	**0,5331**	0,1264	0,2294	0,9742	0,8025
Venda Nova Do Imigrante	**0,5222**	0,1590	0,0546	0,8753	1,0000
Viana	**0,4907**	0,0335	0,0244	0,9854	0,9193
Vila Pavão	**0,6359**	0,2935	0,5000	0,7499	1,0000
Vila Valério	**0,4598**	0,1805	0,0000	0,8127	0,8462
Vila Velha	**0,5102**	0,1375	0,0119	0,9689	0,9224
Vitória	**0,6163**	0,5089	0,0458	0,9721	0,9385

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.3 IQVM/ES 2020

A seguir, exibimos alguns dos resultados encontrados. Na média geral, que se traduz como resultado do IQVM-ES, é perceptível que para o ano de 2020 o município da microrregião Central Sul, Apiacá, se destacou como aquele com maior valor, 0,6940, seguido por Mucurici, 2º colocado, da microrregião Nordeste, e por São Domingos do Norte, que faz parte da microrregião Centro-Oeste, com resultados de 0,6694 e 0,6549, respectivamente. O município que apresentou o pior resultado geral no ano referido foi Conceição da Barra, com o resultado de 0,3232.

Tabela 4 - IQVM-ES 2020 municipal

Município	IQVM	Educação Trabalho	Rep. Política	Saúde	Segurança Pública
Afonso Claudio	**0,5366**	0,1632	0,1717	0,8115	1,0000
Água Doce Do Norte	**0,5781**	0,2505	0,0829	0,9790	1,0000

Águia Branca	**0,5783**	0,2524	0,0832	0,9778	1,0000
Alegre	**0,5518**	0,3188	0,1363	0,9872	0,7650
Alfredo Chaves	**0,6175**	0,1702	0,2999	0,9999	1,0000
Alto Rio Novo	**0,4267**	0,3052	0,1438	0,9998	0,2579
Anchieta	**0,4965**	0,1525	0,0221	0,9943	0,8173
Apiacá	**0,6940**	0,2931	0,5000	0,9831	1,0000
Aracruz	**0,5428**	0,1242	0,0830	0,9934	0,9706
Atílio Vivacqua	**0,5773**	0,2018	0,1192	0,9881	1,0000
Baixo Guandu	**0,4565**	0,1585	0,1589	0,9513	0,5574
Barra De São Francisco	**0,5573**	0,2136	0,1785	0,9341	0,9029
Boa Esperança	**0,5462**	0,1735	0,3164	0,9999	0,6950
Bom Jesus Do Norte	**0,5922**	0,1955	0,4273	0,7459	1,0000
Brejetuba	**0,5236**	0,1946	0,2298	0,9999	0,6702
Cachoeiro De Itapemirim	**0,4892**	0,0105	0,0477	0,9420	0,9565
Cariacica	**0,4850**	0,0633	0,0495	0,9490	0,8780
Castelo	**0,5480**	0,1937	0,0403	0,9581	1,0000

Colatina	**0,5649**	0,2153	0,0660	0,9781	1,0000
Conceição Da Barra	**0,3232**	0,0823	0,1023	0,8992	0,2090
Conceição Do Castelo	**0,5390**	0,2041	0,3057	0,9963	0,6499
Divino De São Lourenço	**0,5045**	0,5000	0,0802	0,7149	0,7231
Domingos Martins	**0,5033**	0,0744	0,0579	1,0000	0,8810
Dores Do Rio Preto	**0,6004**	0,3546	0,0923	0,9545	1,0000
Ecoporanga	**0,5135**	0,1550	0,2758	0,9388	0,6845
Fundão	**0,4654**	0,1342	0,0352	0,8418	0,8503
Governador Lindenberg	**0,5510**	0,2364	0,0950	0,8727	1,0000
Guaçuí	**0,5280**	0,0808	0,0862	0,9901	0,9548
Guarapari	**0,5437**	0,1803	0,0577	0,9801	0,9567
Ibatiba	**0,5144**	0,1628	0,2291	0,9983	0,6675
Ibiraçu	**0,5721**	0,1672	0,4708	0,9963	0,6542
Ibitirama	**0,5454**	0,3061	0,0337	0,8417	1,0000
Iconha	**0,5568**	0,2462	0,0213	0,9595	1,0000
Irupi	**0,5904**	0,2190	0,2493	0,8934	1,0000

Itaguaçu	**0,6063**	0,1892	0,4224	0,8136	1,0000
Itapemirim	**0,5504**	0,0880	0,1424	0,9711	1,0000
Itarana	**0,5088**	0,2114	0,0953	0,9841	0,7444
Iuna	**0,4867**	0,1187	0,0822	0,7459	1,0000
Jaguaré	**0,4837**	0,0787	0,1486	0,9957	0,7119
Jerônimo Monteiro	**0,5786**	0,1892	0,1252	0,9999	1,0000
João Neiva	**0,5880**	0,1592	0,2312	0,9615	1,0000
Laranja Da Terra	**0,6065**	0,2219	0,2237	0,9806	1,0000
Linhares	**0,4340**	0,0122	0,0181	0,9455	0,7604
Mantenópolis	**0,5632**	0,2179	0,0382	0,9966	1,0000
Marataízes	**0,5566**	0,1645	0,0668	0,9950	1,0000
Marechal Floriano	**0,4936**	0,1516	0,0777	0,9809	0,7639
Marilândia	**0,5412**	0,1677	0,0208	0,9765	1,0000
Mimoso Do Sul	**0,5594**	0,0969	0,1408	1,0000	1,0000
Montanha	**0,5551**	0,1403	0,2974	0,7827	1,0000
Mucurici	**0,6694**	0,5706	0,1154	0,9918	1,0000

Muniz Freire	**0,6017**	0,1735	0,2381	0,9951	1,0000
Muqui	**0,5938**	0,1685	0,2097	0,9968	1,0000
Nova Venécia	**0,6165**	0,3589	0,1088	0,9982	1,0000
Pancas	**0,5068**	0,1929	0,0594	0,9976	0,7775
Pedro Canário	**0,4833**	0,1026	0,0266	0,9960	0,8081
Pinheiros	**0,5578**	0,1048	0,1835	1,0000	0,9431
Piúma	**0,5781**	0,1803	0,4369	0,7550	0,9402
Ponto Belo	**0,6132**	0,2986	0,1981	0,9561	1,0000
Presidente Kennedy	**0,5490**	0,2087	0,2106	0,9817	0,7952
Rio Bananal	**0,5045**	0,1753	0,1104	0,8049	0,9275
Rio Novo Do Sul	**0,5568**	0,2241	0,0264	0,9766	1,0000
Santa Leopoldina	**0,5066**	0,1973	0,0404	0,7889	1,0000
Santa Maria De Jetibá	**0,5155**	0,1081	0,0234	0,9989	0,9315
Santa Teresa	**0,5597**	0,2483	0,1189	0,9943	0,8775
São Domingos Do Norte	**0,6549**	0,3429	0,7769	0,9999	0,5000
São Gabriel Da Palha	**0,5668**	0,1022	0,2622	0,9028	1,0000

São Jose Do Calcado	**0,5962**	0,1969	0,5737	0,7381	0,8760
São Mateus	**0,4966**	0,1800	0,0766	0,9428	0,7872
São Roque Do Canaã	**0,5796**	0,1901	0,3865	0,9959	0,7459
Serra	**0,4845**	0,0580	0,0275	0,9558	0,8966
Sooretama	**0,5249**	0,0796	0,1739	0,8459	1,0000
Vargem Alta	**0,5529**	0,1285	0,1076	0,9755	1,0000
Venda Nova Do Imigrante	**0,5330**	0,1820	0,0618	0,8883	1,0000
Viana	**0,5424**	0,0317	0,1586	0,9983	0,9812
Vila Pavão	**0,4431**	0,2676	0,2280	0,7499	0,5270
Vila Valério	**0,5716**	0,1668	0,5800	0,8538	0,6860
Vila Velha	**0,5022**	0,1542	0,0142	0,9495	0,8907
Vitória	**0,6082**	0,5087	0,0365	0,9720	0,9157

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.4 IQVM/ES 2021

A seguir, exibimos alguns dos resultados encontrados. Na média geral que se traduz como resultado do IQVM-ES nota-se que, em 2021, o município da microrregião Central Sul, Apiacá novamente se destacou como aquele com maior valor, 0,7030. O 2° colocado, Piúma faz parte da microrregião Litoral Sul, enquanto o 3° colocado, Itaguaçu, Central Serrana, com resultados de 0,6649 e 0,6599, respectivamente. O município que apresentou o pior resultado geral no ano referido foi Santa Leopoldina, com o resultado de 0, 3919.

Tabela 5 - IQVM-ES 2021 municipal

Município	IQVM	Educ. e Trabalho	Rep. Política	Saúde	Seg. Pública
Afonso Claudio	**0,4948**	0,1485	0,1717	0,7305	0,9286
Água Doce Do Norte	**0,5785**	0,2404	0,0829	0,9906	1,0000
Águia Branca	**0,5693**	0,2855	0,0832	0,9940	0,9144
Alegre	**0,6135**	0,4330	0,1363	0,8847	1,0000
Alfredo Chaves	**0,5724**	0,1881	0,2999	0,8015	1,0000
Alto Rio Novo	**0,6208**	0,3399	0,1438	0,9997	1,0000
Anchieta	**0,4899**	0,1538	0,0221	0,9725	0,8111
Apiacá	**0,7030**	0,3196	0,5000	0,9923	1,0000
Aracruz	**0,5128**	0,1219	0,0830	0,9003	0,9459
Atílio Vivacqua	**0,5532**	0,2280	0,1192	0,9945	0,8710
Baixo Guandu	**0,4860**	0,0852	0,1589	0,9085	0,7914
Barra De São Francisco	**0,5822**	0,2354	0,1785	0,9468	0,9683

Boa Esperança	**0,5363**	0,1902	0,3164	0,7982	0,8406
Bom Jesus Do Norte	**0,5872**	0,2177	0,4273	0,7038	1,0000
Brejetuba	**0,6049**	0,2120	0,2298	0,9779	1,0000
Cachoeiro De Itapemirim	**0,4886**	0,0116	0,0477	0,9548	0,9403
Cariacica	**0,4931**	0,0687	0,0495	0,9160	0,9382
Castelo	**0,5366**	0,1911	0,0403	0,9733	0,9417
Colatina	**0,5107**	0,0382	0,0660	0,9671	0,9714
Conceição Da Barra	**0,4220**	0,0808	0,1023	0,9703	0,5344
Conceição Do Castelo	**0,4807**	0,2148	0,3057	0,7683	0,6341
Divino De São Lourenço	**0,6224**	0,5000	0,0802	0,9095	1,0000
Domingos Martins	**0,4779**	0,0946	0,0579	0,7590	1,0000
Dores Do Rio Preto	**0,6023**	0,3681	0,0923	0,9490	1,0000
Ecoporanga	**0,5406**	0,1451	0,2758	0,9999	0,7414
Fundão	**0,5444**	0,1487	0,0352	0,9938	1,0000
Governador Lindenberg	**0,4589**	0,2568	0,0950	0,6878	0,7959
Guaçuí	**0,5320**	0,1604	0,0862	0,9084	0,9729

Guarapari	**0,5304**	0,1833	0,0577	0,9658	0,9147
Ibatiba	**0,5628**	0,1420	0,2291	0,9339	0,9462
Ibiraçu	**0,6303**	0,2034	0,4708	0,9622	0,8847
Ibitirama	**0,5914**	0,3322	0,0337	0,9997	1,0000
Iconha	**0,6076**	0,4136	0,0213	0,9953	1,0000
Irupi	**0,6195**	0,2409	0,2493	0,9876	1,0000
Itaguaçu	**0,6599**	0,2214	0,4224	0,9958	1,0000
Itapemirim	**0,5499**	0,0954	0,1424	0,9617	1,0000
Itarana	**0,5432**	0,2273	0,0953	0,9269	0,9233
Iuna	**0,4942**	0,1290	0,0822	0,7658	1,0000
Jaguaré	**0,4780**	0,0876	0,1486	0,9769	0,6989
Jerônimo Monteiro	**0,5870**	0,2276	0,1252	0,9951	1,0000
João Neiva	**0,6347**	0,3728	0,2312	0,9350	1,0000
Laranja Da Terra	**0,5946**	0,2205	0,2237	0,9340	1,0000
Linhares	**0,5202**	0,2187	0,0181	0,9381	0,9062
Mantenópolis	**0,4937**	0,2682	0,0382	0,7737	0,8947

Marataízes	**0,5238**	0,1312	0,0668	0,9354	0,9617
Marechal Floriano	**0,5206**	0,1552	0,0777	0,8958	0,9537
Marilândia	**0,5275**	0,2070	0,0208	0,9910	0,8911
Mimoso Do Sul	**0,5457**	0,1316	0,1408	0,9999	0,9103
Montanha	**0,5879**	0,1622	0,2974	0,8919	1,0000
Mucurici	**0,5505**	0,5396	0,1154	0,9484	0,5985
Muniz Freire	**0,5867**	0,1772	0,2381	0,9316	1,0000
Muqui	**0,5264**	0,2041	0,2097	0,8501	0,8416
Nova Venécia	**0,5208**	0,0756	0,1088	0,9977	0,9009
Pancas	**0,5756**	0,2430	0,0594	0,9999	1,0000
Pedro Canário	**0,4955**	0,1105	0,0266	0,9076	0,9373
Pinheiros	**0,5819**	0,1464	0,1835	0,9976	1,0000
Piúma	**0,6649**	0,2254	0,4369	0,9975	1,0000
Ponto Belo	**0,5509**	0,3306	0,1981	0,6750	1,0000
Presidente Kennedy	**0,5538**	0,2489	0,2106	0,7558	1,0000
Rio Bananal	**0,5515**	0,2499	0,1104	0,9615	0,8840

Rio Novo Do Sul	**0,5153**	0,2498	0,0264	0,9846	0,8004
Santa Leopoldina	**0,3919**	0,2157	0,0404	0,7277	0,5839
Santa Maria De Jetibá	**0,4901**	0,1144	0,0234	0,9286	0,8937
Santa Teresa	**0,5886**	0,3169	0,1189	0,9781	0,9406
São Domingos Do Norte	**0,5312**	0,3685	0,7769	0,9795	0,0000
São Gabriel Da Palha	**0,5755**	0,1638	0,2622	0,9593	0,9167
São Jose Do Calcado	**0,5991**	0,2195	0,5737	0,7520	0,8511
São Mateus	**0,5068**	0,0339	0,0766	0,9669	0,9499
São Roque Do Canaã	**0,6292**	0,2173	0,3865	0,9895	0,9238
Serra	**0,4808**	0,0007	0,0275	0,9376	0,9574
Sooretama	**0,5432**	0,0838	0,1739	0,9978	0,9174
Vargem Alta	**0,5555**	0,1489	0,1076	0,9654	1,0000
Venda Nova Do Imigrante	**0,5946**	0,4283	0,0618	0,8883	1,0000
Viana	**0,5435**	0,0423	0,1586	0,9730	1,0000
Vila Pavão	**0,5690**	0,2982	0,2280	0,7497	1,0000
Vila Valério	**0,6021**	0,1877	0,5800	0,8047	0,8359

Vila Velha	**0,4999**	0,1079	0,0142	0,9463	0,9313
Vitória	**0,6143**	0,5084	0,0365	0,9455	0,9670

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.5 IQVM/ES 2022

A seguir destacamos alguns demonstrativos encontrados. Na média geral, que se traduz como resultado do IQVM-ES, é perceptível que, reiteradamente, no ano de 2022, o município da microrregião Central Sul, Apiacá, se destacou como aquele com maior valor, 0,6950. São Domingos do Norte, integrando a microrregião Centro Oeste, foi o 2º colocado, já Ibiraçu, que faz parte da microrregião Rio Doce, ocupou o 3º lugar, com resultados de 0,6903 e 0,6656, respectivamente. O município que apresentou o pior resultado geral no ano referido foi Água Doce Do Norte, com o resultado de 0,4441.

Tabela 6 - IQVM-ES 2022 municipal

Município	IQVM	Educação e Trabalho	Rep. Política	Saúde	Segurança Pública
Afonso Claudio	**0,5613**	0,0735	0,1717	1,0000	1,0000
Água Doce Do Norte	**0,4441**	0,2059	0,0829	0,9878	0,5000
Águia Branca	**0,5767**	0,2316	0,0832	0,9919	1,0000
Alegre	**0,5517**	0,1369	0,1363	0,9337	1,0000
Alfredo Chaves	**0,6142**	0,1706	0,2999	0,9865	1,0000
Alto Rio Novo	**0,5991**	0,2774	0,1438	0,9753	1,0000
Anchieta	**0,5050**	0,1087	0,0221	0,8891	1,0000
Apiacá	**0,6950**	0,2955	0,5000	0,9845	1,0000

Aracruz	**0,5209**	0,0466	0,0830	0,9537	1,0000
Atílio Vivacqua	**0,5783**	0,2013	0,1192	0,9927	1,0000
Baixo Guandu	**0,5525**	0,0627	0,1589	0,9883	1,0000
Barra De São Francisco	**0,5145**	0,0453	0,1785	0,8342	1,0000
Boa Esperança	**0,5937**	0,1806	0,3164	0,8776	1,0000
Bom Jesus Do Norte	**0,6566**	0,2028	0,4273	0,9963	1,0000
Brejetuba	**0,6071**	0,1988	0,2298	0,9999	1,0000
Cachoeiro De Itapemirim	**0,5072**	0,0902	0,0477	0,9191	0,9717
Cariacica	**0,5107**	0,0158	0,0495	0,9851	0,9926
Castelo	**0,5297**	0,0924	0,0403	0,9861	1,0000
Colatina	**0,5413**	0,1236	0,0660	0,9755	1,0000
Conceição Da Barra	**0,5150**	0,0815	0,1023	0,8763	1,0000
Conceição Do Castelo	**0,6233**	0,2063	0,3057	0,9814	1,0000
Divino De São Lourenço	**0,6245**	0,5000	0,0802	0,9178	1,0000
Domingos Martins	**0,5188**	0,0671	0,0579	0,9501	1,0000
Dores Do Rio Preto	**0,6036**	0,3443	0,0923	0,9778	1,0000

Ecoporanga	**0,5600**	0,1158	0,2758	0,8481	1,0000
Fundão	**0,5362**	0,1295	0,0352	0,9799	1,0000
Governador Lindenberg	**0,5671**	0,2527	0,0950	0,9208	1,0000
Guaçuí	**0,5367**	0,0656	0,0862	0,9952	1,0000
Guarapari	**0,5127**	0,0584	0,0577	0,9347	1,0000
Ibatiba	**0,5641**	0,0932	0,2291	0,9340	1,0000
Ibiraçu	**0,6656**	0,1917	0,4708	0,9999	1,0000
Ibitirama	**0,5764**	0,2876	0,0337	0,9844	1,0000
Iconha	**0,5379**	0,1715	0,0213	0,9586	1,0000
Irupi	**0,6024**	0,1799	0,2493	0,9802	1,0000
Itaguaçu	**0,5856**	0,1686	0,4224	0,7513	1,0000
Itapemirim	**0,5319**	0,0789	0,1424	0,9732	0,9331
Itarana	**0,5162**	0,2385	0,0953	0,9856	0,7453
Iuna	**0,5324**	0,1127	0,0822	0,9345	1,0000
Jaguaré	**0,5507**	0,0643	0,1486	0,9897	1,0000
Jerônimo Monteiro	**0,5730**	0,1857	0,1252	0,9812	1,0000

João Neiva	**0,5257**	0,1678	0,2312	0,7040	1,0000
Laranja Da Terra	**0,6051**	0,2102	0,2237	0,9867	1,0000
Linhares	**0,4909**	0,0582	0,0181	0,9197	0,9678
Mantenópolis	**0,5603**	0,2032	0,0382	0,9999	1,0000
Marataízes	**0,5299**	0,0563	0,0668	0,9966	1,0000
Marechal Floriano	**0,5097**	0,1171	0,0777	0,9978	0,8464
Marilândia	**0,5421**	0,1567	0,0208	0,9908	1,0000
Mimoso Do Sul	**0,5553**	0,0955	0,1408	0,9849	1,0000
Montanha	**0,6006**	0,1220	0,2974	0,9828	1,0000
Mucurici	**0,5092**	0,4286	0,1154	0,9927	0,5000
Muniz Freire	**0,5669**	0,1439	0,2381	0,8855	1,0000
Muqui	**0,5983**	0,1862	0,2097	0,9971	1,0000
Nova Venécia	**0,5556**	0,1165	0,1088	0,9971	1,0000
Pancas	**0,5410**	0,1123	0,0594	0,9922	1,0000
Pedro Canário	**0,5286**	0,0880	0,0266	0,9999	1,0000
Pinheiros	**0,5705**	0,1020	0,1835	0,9968	1,0000

Piúma	**0,6357**	0,1058	0,4369	0,9999	1,0000
Ponto Belo	**0,5567**	0,3005	0,1981	0,7284	1,0000
Presidente Kennedy	**0,6127**	0,2403	0,2106	0,9999	1,0000
Rio Bananal	**0,5594**	0,1525	0,1104	0,9748	1,0000
Rio Novo Do Sul	**0,5589**	0,2330	0,0264	0,9762	1,0000
Santa Leopoldina	**0,4614**	0,1866	0,0404	0,6186	1,0000
Santa Maria De Jetibá	**0,5157**	0,0874	0,0234	0,9522	1,0000
Santa Teresa	**0,5832**	0,2155	0,1189	0,9983	1,0000
São Domingos Do Norte	**0,6903**	0,3519	0,7769	0,9645	0,6679
São Gabriel Da Palha	**0,5801**	0,0768	0,2622	0,9816	1,0000
São Jose Do Calcado	**0,6485**	0,2705	0,5737	0,7499	1,0000
São Mateus	**0,5229**	0,0749	0,0766	0,9402	1,0000
São Roque Do Canaã	**0,6471**	0,2021	0,3865	0,9998	1,0000
Serra	**0,4928**	0,0038	0,0275	0,9501	0,9899
Sooretama	**0,5621**	0,0788	0,1739	0,9956	1,0000
Vargem Alta	**0,5131**	0,1331	0,1076	0,8117	1,0000

Venda Nova Do Imigrante	**0,5309**	0,2003	0,0618	0,8613	1,0000
Viana	**0,5360**	0,0334	0,1586	0,9521	1,0000
Vila Pavão	**0,5571**	0,2506	0,2280	0,7498	1,0000
Vila Valério	**0,4982**	0,1740	0,5800	0,6474	0,5913
Vila Velha	**0,4861**	0,0592	0,0142	0,9464	0,9248
Vitória	**0,6283**	0,5081	0,0365	0,9685	1,0000

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.6 Média geral do IQVM-ES

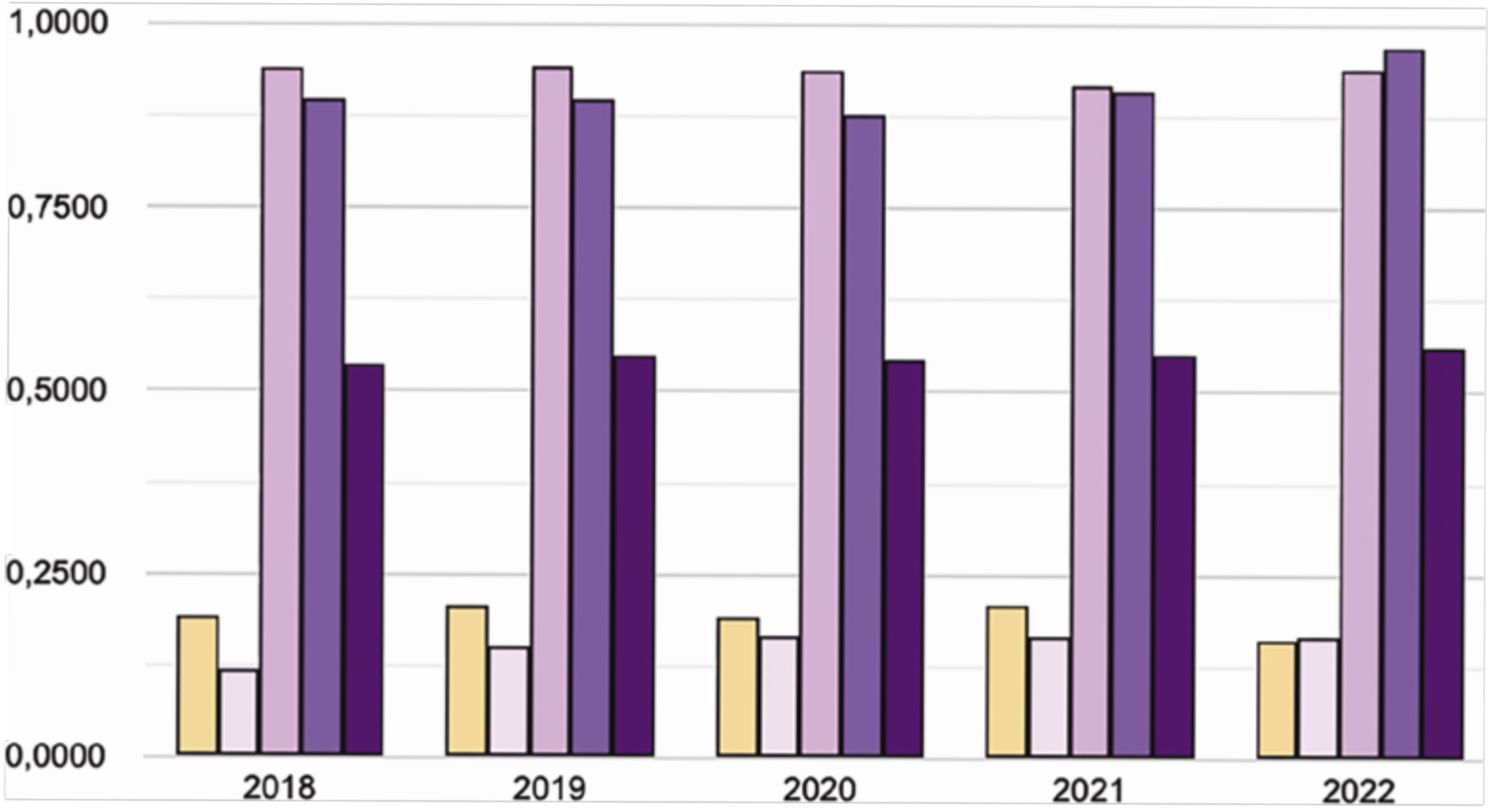
Conforme demonstrado no gráfico da Figura 7, que apresenta a média geral do IQVM-ES nos cincos anos analisados, é possível observar uma estabilidade nos resultados da série histórica, mesmo diante dos desafios enfrentados em diversas esferas durante o período da pandemia (sobretudo em 2020), o que representa um ponto positivo, que indicaria certa resiliência de políticas, estruturas e ações estatais no período em questão.

O Índice de Qualidade de Vida das Mulheres (IQVM-ES) registrou uma tendência geral de melhora consistente, com incremento de 4,2% no período analisado (2018-2022), um padrão de evolução estrutural e não apenas conjuntural, com oscilações moderadas (coeficiente de variação entre 0,10 e 0,16), que ao incorporar futuramente os dados dos anos posteriores, conseguiremos observar melhor essa evolução da série histórica, bem como a sua tendência de aprimoramento, observada até então.

Esse movimento positivo coincide com um esforço estadual de promover melhorias na gestão de políticas para mulheres, ação denotada pela criação, por exemplo, do Observatório MulherES e seus painéis setoriais, como o de Saúde da Mulher, ,o que remete à Violência, e outros, os quais passaram a fornecer subsídios para ações mais focalizadas. No entanto, a análise por eixos evidenciou uma disparidade significativa de desempenho, que discutiremos a seguir.

O eixo Saúde representa a maior consistência, apesar da queda em 2021, o que pode indiciar a consolidação institucional dos sistemas de saúde para mulher no estado, possivelmente beneficiando-se de programas como o apoio matricial em saúde da mulher, implementado na atenção básica. O eixo Segurança Pública, que apresentou a evolução mais positiva da série, com um aumento de 7,9% (passando de 0,8988 para 0,9696). Embora demonstre a menor média absoluta, a vertente de Representação Política demonstrou a maior evolução relativa, indicando progresso gradual. Em contrapartida, o eixo Educação e

Figura 7: IQVM-ES – Média geral



Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Educação e Trabalho	0,1909	0,2066	0,1905	0,2091	0,1623
Rep. Política	0,1183	0,1513	0,1673	0,1673	0,1673
Saúde	0,9408	0,9418	0,9382	0,9181	0,9398
Segurança Pública	0,8988	0,8980	0,8781	0,9110	0,9696
IQVM	0,5372	0,5494	0,5435	0,5514	0,5598

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 6 - Ranking da média municipal do IQVM (2018-2022)[13]

Ranking	Município	IQVM
1º	Apiacá	0,6471
2º	Água Doce Do Norte	0,6419
3º	Bom Jesus Do Norte	0,6370
4º	Afonso Claudio	0,6267
5º	Águia Branca	0,6184
6º	Alegre	0,6154
7º	Brejetuba	0,6042
8º	Alto Rio Novo	0,6038
9º	Ponto Belo	0,6014
10º	Fundão	0,6005
11º	Divino De São Lourenço	0,5950
12º	Dores Do Rio Preto	0,5948
13º	Governador Lindenberg	0,5944
14º	Anchieta	0,5937
15º	Cachoeiro De Itapemirim	0,5917
16º	Guaçuí	0,5885
17º	Alfredo Chaves	0,5851
18º	Mucurici	0,5812
19º	Colatina	0,5787
20º	Ecoporanga	0,5761
21º	Aracruz	0,5753
22º	Itarana	0,5741
23º	Montanha	0,5737
24º	Baixo Guandu	0,5716
25º	Barra De São Francisco	0,5698
26º	Castelo	0,5663
27º	Guarapari	0,5639
28º	Iconha	0,5638

[13] Nesse caso, calculamos conforme média aritmética simples o acumulado dos cinco anos para cada município, resultando no ranking da Figura 14.

29º	Boa Esperança	0,5630
30º	Ibitirama	0,5623
31º	Conceição Do Castelo	0,5603
32º	Conceição Da Barra	0,5600
33º	Presidente Kennedy	0,5557
34º	Cariacica	0,5551
35º	Linhares	0,5513
36º	Ibiraçu	0,5507
37º	Laranja Da Terra	0,5489
38º	Atílio Vivacqua	0,5481
39º	Marataízes	0,5469
40º	Muqui	0,5467
41º	Iuna	0,5462
42º	Itapemirim	0,5459
43º	Marilândia	0,5446
44º	Muniz Freire	0,5443

45º	Domingos Martins	0,5429
46º	Nova Venécia	0,5405
47º	João Neiva	0,5392
48º	Itaguaçu	0,5377
49º	Rio Novo Do Sul	0,5376
50º	Jerônimo Monteiro	0,5372
51º	Marechal Floriano	0,5350
52º	Mantenópolis	0,5348
53º	Mimoso Do Sul	0,5336
54º	Piúma	0,5316
55º	Ibatiba	0,5316
56º	Irupi	0,5300
57º	Santa Teresa	0,5281
58º	São Gabriel Da Palha	0,5227
59º	São Jose Do Calcado	0,5215
60º	Jaguaré	0,5202

61º	Serra	0,5198
62º	Vila Pavão	0,5158
63º	São Mateus	0,5156
64º	Pedro Canário	0,5147
65º	Santa Maria De Jetibá	0,5099
66º	Sooretama	0,5054
67º	Rio Bananal	0,5048
68º	Pancas	0,5046
69º	Venda Nova Do Imigrante	0,5024
70º	São Roque Do Canaã	0,4982
71º	Santa Leopoldina	0,4959
72º	Vitória	0,4954
73º	São Domingos Do Norte	0,4925
74º	Vargem Alta	0,4903
75º	Viana	0,4771
76º	Pinheiros	0,4742
77º	Vila Velha	0,4692
78º	Vila Valério	0,4471

Fonte: Elaborado pelo autor.

Trabalho registrou a mais expressiva retração, com uma queda de 14,98% (de 0,1909 para 0,1623), carecendo de uma atenção maior da Administração Pública.

Observou-se uma provável correlação entre a performance municipal e questões socioeconômicas, multifatoriais, onde fatores como presença de políticas municipais de gênero e rede de saúde estruturada influenciam positivamente. Dentre melhorias, retrocessos e volatilidades identificadas nos 5 anos, destacamos os municípios que tiveram maior crescimento, que foram Pinheiros (+49,4%), Atílio Vivacqua (+37,2%) e Irupi (+34,7%). As maiores quedas percentuais foram observadas em: Vitória (-36,7%), Ponto Belo (-22,9%) e Serra (-20,9%). Já os municípios que apresentaram maior consistência positiva foram Apiacá, Águia Branca, Alegre e Bom Jesus do Norte.

Podemos elencar também as maiores ascensões no ranking (2018-2022), numa sólida evolução relativa no Índice, que indica ser uma evidência importante no avanço das políticas públicas voltadas à qualidade de vida da mulher nesses municípios, como:

Barra de São Francisco: +36 posições (61° → 25°) com crescimento de 25,6%

Afonso Cláudio: +28 posições (32° → 4°)

Atílio Vivacqua: +28 posições (66° → 38°)

Irupi: +21 posições (77º → 56º)

Mantenópolis: +20 posições (72º → 52º)

Percebeu-se na série histórica uma dicotomia entre os principais municípios do ES, sobretudo da RMGV, do ponto de vista socioeconômico e populacional, frente à realidade de municípios menores do interior, reflexo dos desafios estruturais, desigualdades e fragilidades no acesso à serviços públicos e qualidade de vida, considerando as variáveis selecionadas. A pandemia de COVID-19 (2020-2021) foi importante nesse contexto como um divisor de águas, acentuando tendências pré-existentes e desvelando vulnerabilidades contemporâneas mais exacerbadas.

Aliado a isso, a conjuntura de alternância política também influencia em avanços ou retrocessos das políticas, orçamentos e investimentos em ações, planejamento, monitoramento e numa melhor avaliação das políticas públicas para mulheres. Outra questão que deve ser ressaltada nesse debate, relaciona-se com o tamanho do município – a quantidade populacional concorre em implicações que resultam em avaliações e conclusões diversas.

Por um lado, a RMGV, apresenta a maior rede de atendimento às questões relativas à mulher no Espírito Santo, com maior capilaridade de diversidade, não apenas por comportar cerca de metade da população do estado em sua microrregião, mas também por ser a localidade que detém o maior acúmulo e circulação de capital. Em vista disso, a ausência de uma ação pontual, de atividades e/ou de intervenção pública, impactaria menos do ponto de vista relativo, considerando o total da população feminina dos seus municípios, o que é diametralmente o oposto do que potencialmente é capaz de ocorrer em municípios menores, ensejando interpretações diversas e carecendo de análises mais aprofundadas acerca do assunto, e sobre a sensibilidade a choques externos.

3. Considerações finais

Essa seção sintetiza o relatório geral do Índice de Qualidade de Vida da Mulher, detalhando sua construção metodológica, fundamentação técnica e referencial teórico. O texto que acompanha o relatório é complementar ao painel interativo no Power BI, que serve como uma ferramenta de suplemento ao Atlas, com atualização constante. Tanto o painel quanto os demais produtos derivados do Atlas e do IQVM serão disponibilizados em formato livre, gratuito e irrestrito, garantindo amplo acesso público por meio dos sítios oficiais das instituições envolvidas, e em consonância com os princípios de transparência ativa e de dados abertos.

A série histórica do IQVM-ES, portanto, demonstra que a qualidade de vida da mulher no Espírito Santo é um tema multifacetado, influenciado por um conjunto de fatores locais e globais. Os resultados evidenciam que o Espírito Santo tem consolidado avanços importantes com foco na promoção da equidade de gênero, embora persistam desafios regionais significativos, quanto à renda, participação política, autonomia econômica feminina e violência de gênero.

Os casos de sucesso, majoritariamente no interior do estado, fora da RMGV, provam que ações públicas consistentes e focadas são capazes de promover melhorias tangíveis, mesmo em contextos de crise como a enfrentada na pandemia em municípios de contexto socioeconômico de menor expressão. Por outro lado, a situação dos grandes centros urbanos acende um alerta sobre a necessidade de políticas integradas e robustas para enfrentar desafios estruturais de maior complexidade.

Os resultados do trabalho nos anos analisados desvelam, assim, as persistentes desigualdades presentes no cotidiano feminino do Espírito Santo, consolidando o Índice de Qualidade de Vida da Mulher, como instrumento epistêmico e operacional para desagregação

multidimensional das assimetrias de gênero e desafios na vivência da mulher no território capixaba. Busca-se, então, identificar tanto pontos negativos quanto positivos, permitindo apontar municípios e regiões que requerem atenção especial e investimentos segmentados de acordo com suas maiores fragilidades.

Portanto, o índice consolida-se como uma ferramenta dinâmica, capaz de orientar a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas direcionadas às mulheres. Concorre para a redução das desigualdades regionais, com observância das peculiaridades e singularidades, que são uma realidade no território capixaba. Assim, fundamenta-se como premissa, que o desenvolvimento estadual está intrinsecamente ligado à melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população feminina.

Em face disso, o IQVM-ES e o Atlas são produtos relevantes para oportunizar ações transformadoras e no sentido de propiciar avanços contundentes e decisivos na direção da equidade de gênero. Tais ferramentas se alinham aos ODS´s da ONU, sobretudo a ODS 5 (Igualdade de Gênero), o Plano ES 2030 e a Agenda Transversal de Mulheres (MPO/ONU Mulheres), bem como ao dispositivo de governança adaptativa, que poderá, por exemplo:

Orientar o Plano Estadual de Políticas para Mulheres 2025-2028 (Lei 11.101/2020) na alocação diferenciada de recursos para municípios com baixo desempenho;

Vincular metas do Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Prevenção ao Feminicídio (Decreto 4.762-R/2025), bem como subsidiar diretrizes e ações do Plano de Metas para o Enfrentamento Integrado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Decreto 6.138-R/2025), com dados dos territórios, balizados mediante informações do índice;

Fortalecer com dados as prerrogativas e mecanismos que dizem respeito ao cumprimento da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) no Espírito Santo, em suporte aos órgãos e secretarias especializados na temática;

Materializar o princípio da transparência ativa (Lei 12.527/2011), atendendo à Política Nacional de Dados Abertos (Lei 14.229/2021), com impacto direto de atendimento ao §2º do Art. 3º da Lei referida.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís Wendel. *A inserção da mulher no mercado de trabalho urbano formal*: uma força de trabalho secundária? 2007. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.

ABRAMO, Laís Wendel. *Igualdade de gênero e divisão sexual do trabalho no Brasil*: avanços e desafios. *Revista Gênero*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2011.

AGRESTI, A. *Categorical data analysis*. 3. ed. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2013. 752 p.

AGUIAR, P. M. *Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade de Género*. Lisboa: IPRI-NOVA, 2020. 7 p. (Working Paper, n. 59/2020). DOI: 10.23906/wp59/2020. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/working_paper/2020_WP/Working_Paper_IPRI-NOVA_59_2020.pdf. Acesso em: set. 2025.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALMEIDA, Mariléa de. *Devir Quilomba*: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas. São Paulo: Jandaíra, 2022.

ALONSO, C. et al. *Reducing and redistributing unpaid work*: Stronger policies to support gender equality (Working paper). New York, NY: IMF. 2019. 35 p. Disponível em: https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2019/10/15/Reducing-and-Redistributing-Unpaid-Work-Stronger-Policies-to-Support-Gender-Equality-48688. Acesso em: set. 2025.

ANJOS, G. dos. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. *Cadernos Pagu*, n. 31, p. 509–534, jul. 2008.

ANSAR, S. Gender inequality index: calculating analysis. *MorfaI Journal*, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 53-63, 2023. DOI: 10.54443/morfai.v3i1.772. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/371188461_GENDER_INEQUALITY_INDEX_CALCULATING_ANALYSIS. Acesso em: dez. 2024.

ANZALDÚA, Gloria. *A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios*. Tradução de Tatiana Nascimento. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. *Dados sobre a atuação e número de doulas no estado*, 2021. Consulta em notícias oficiais do legislativo do ES.

ATKINSON, A. B. On the measurement of inequality. *Journal of Economic Theory*, v. 2, n. 3, p. 244-263, 1970. Disponível em: https://cpi.stanford.edu/_media/pdf/Reference%20Media/Atkinson_1970_Measurement%20and%20Methodology.pdf. Acesso em: dez. 2024.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

AVOLIO, B.; DEL CARPIO, L. Gender equality index for country regions. *International Review*, [S.l.], p. 57-74, 2020. DOI: 10.5937/intrev2001057A. Disponível em: https://scindeks.ceon.rs/Article.aspx?artid=-2217-97392001057A. Acesso em: mar. 2025.

AZEVEDO, Célia. *Educação de Terreiro*: *epistemologias, práticas educativas e resistências nos espaços religiosos de matriz africana*. Salvador: EDUFBA, 2017.

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (Org.). *O livro da saúde das mulheres negras*: *nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas/ Criola, 2000. p. 57.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENTO, Maria Aparecida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades*: *limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORTOLUZZO, A. B.; MATAVELLI, I. R.; MADALOZZO, R. Determinantes da distribuição da (des) igualdade de gênero entre os estados brasileiros. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 161-188, jan./mar. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ee/a/DnMF4MwRhTRqqdntFRxzqnF/?lang=pt. Acesso em: mar. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). *1.2. Taxa de Consultas Médicas de Pré-Natal (PESO 2)*. Brasília, DF: ANS, [2023]. Disponível em: https://www.gov.br/ans/pt-br/arquivos/assuntos/informacoes-e-avaliacoes-de-operadoras/qualificacao-ans/idss-2023/1-2-taxa-de-consultas-medicas-de-pre-natal.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n.º 1.150, de 2022*. Institui o Dia Nacional do Imigrante Pomerano no Brasil, a ser celebrado anualmente no dia 28 de junho. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2322153. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n.º 2.145, de 2022*. Declara como patrimônio imaterial do Brasil a prática da língua, da escrita, dos costumes e da cultura das comunidades pomeranas. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2333636. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 1.387, de 2022*. Institui o Estatuto dos Povos Ciganos. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2325085. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 4.888, de 2020*. Institui o Estatuto da Pessoa Idosa Digital. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2257543. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 5.318, de 2020*. Dispõe sobre o combate ao etarismo virtual e outros direitos da pessoa idosa no meio digital. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2262771. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *Desafios e conquistas das mulheres na pós-graduação*. Brasília: CAPES, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *Professoras são minoria em seis grandes áreas do conhecimento*. Brasília, 1 abr. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/professoras-sao-minoria-em-seis-grandes-areas-do-conhecimento. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 4.372, de 6 de dezembro de 2024*. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 dez. 2024.

BRASIL. *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 fev. 2007.

BRASIL. *Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009*. Dispõe sobre a organização da educação escolar indígena no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 2009.

BRASIL. *Decreto nº 8.131, de 27 de novembro de 2013*. Regulamenta a Lei nº 12.224, de 12 de abril de 2010, que institui o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 nov. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/D8131.htm. Acesso em: jan. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 10.604, de 20 de janeiro de 2021*. Institui a Política Nacional de Cuidados. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 jan. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10604.htm. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 10.841, de 25 de maio de 2006*. Institui o Dia Nacional do Cigano. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 maio 2006.

BRASIL. *Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023*. Institui o Programa de Inclusão Digital da Pessoa Idosa. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 mar. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11430.htm. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 11.446, de 5 de abril de 2023*. Institui Grupo de Trabalho Interministerial sobre racismo religioso. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 12.128, de 16 de maio de 2024*. Institui o Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 maio 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941*. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 14 abr. 1941.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) – Mulheres*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2018.

BRASIL. *Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989*. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei Caó). Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. *Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994*. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 jan. 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997*. Altera a Lei nº 7.716, para incluir discriminação ou preconceito por religião. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 maio 1997.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a LDB para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003*. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a LDB para incluir a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. *Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010*. Institui o Fundo Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 jan. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12213.htm. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.224, de 12 de abril de 2010*. Institui o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 abr. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12224.htm. Acesso em: jan. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: ago. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Altera o Código Penal para tipificar o crime de feminicídio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2015.

BRASIL. *Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021*. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, 2021.

BRASIL. *Lei nº 14.229, de 4 de janeiro de 2021*. Institui a Política Nacional de Dados Abertos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 jan. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14229.htm. Acesso em: ago. 2025.

BRASIL. *Lei nº 14.423, de 13 de julho de 2022*. Institui a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jul. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14423.htm. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. *Lei nº 14.519, de 5 de janeiro de 2023*. Institui o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, celebrado em 21 de março. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 jan. 2023.

BRASIL. *Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023*. Altera o Código Penal para equiparar a injúria racial ao crime de racismo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Resolução CNE/CEB nº 3/2021. Brasília: MEC, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola*. Resolução CNE/CEB nº 8/2012. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). *Brasil tem mais de 1 milhão de pescadores profissionais e 49% são mulheres*. Notícias, Brasília, 21 nov. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/brasil-tem-mais-de-1-milhao-de-pescadores-profissionais-e-49-sao-mulheres. Acesso em: 3 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Nota técnica*: orientação à atuação das doulas no âmbito do SUS. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/ministerio-da-saude-orienta-a-atuacao-das-doulas-no-ambito-do-sus. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher*: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas*. Brasília: Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, 2002. (Série PNAISP).

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 849, de 27 de março de 2017*. Amplia as práticas integrativas no SUS. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006*. Institui a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 maio 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 4.348, de 2 de outubro de 2018*. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Povos Ciganos / Romani*. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/equidade-em-saude/povos-ciganos-romani. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Divisão de Biblioteca. *Boletim temático da Biblioteca do Ministério da Saúde*: saúde do idoso. Brasília: Ministério da Saúde, v. 2, out. 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/boletins-tematicos/. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). *Governo assenta mais de 12 mil famílias em 24 estados*. Gov.br, Brasília, 15 mar. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/03/entrega-historia-do-governo-federal-vai-assentar-mais-de-12-mil-familias-em-24-estados-do-pais. Acesso em: 3 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social; Secretaria Nacional de Assistência Social. *Atendimento a Povos Ciganos no SUAS*. Brasília: MDS/SNAS, 2018. Informativo elaborado pelo Departamento de Proteção Social Básica. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/informe/Povos_Ciganos.pdf. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Painel de Monitoramento das Pessoas em Situação de Rua*. Power BI. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiY2IyZTI5NTQtNWRhZC00ODhhLWJiyZTEtZjEzZDk2N2E0YzQ2IiwidCI6ImZiYTViMTc4LTNhZjEtNDQyMC05NjZiLWJmNTE2M2U2YjFkYSJ9. Acesso em: 3 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Plano Nacional de Incentivo ao Esporte Feminino*. Brasília, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/esporte/pt-br/assuntos/noticias/2025/plano-nacional-de-incentivo-ao-esporte-feminino. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. *Mulheres 2025*: Relatório da Agenda Transversal – Programações orçamentárias identificadas (Ano base: 2024). Brasília, DF: MPO, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/paginas/2025_05_05_1908_mulheres.pdf. Acesso em: ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Guia sobre trabalho doméstico e de cuidados*. Brasília, DF, atual. em 05 set. 2024. Disponível em: [portal do Ministério do Trabalho e Emprego]. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Ministério das Mulheres. *Painel de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero* [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério das Mulheres, [2025]. Disponível em: URL AQUI. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Ministério das Mulheres. *Portaria nº 329, de 19 de dezembro de 2023*. Dispõe sobre o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2023. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-329-de-19-de-dezembro-de-2023-532160805. Acesso em: ago. 2025.

BRASIL. Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. *Relatório anual socioeconômico da mulher*: RASEAM. Brasília, DF: Ministério das Mulheres, 2025. 445 p. Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/raseam-2025.pdf/view. Acesso em: fev. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Portaria nº 226, de 17 de maio de 2024*. Aprova os compromissos estratégicos do Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos para o período de 2024 a 2027 e institui o seu Comitê Gestor. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 maio 2024.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei nº 248, de 2015*. Institui o Estatuto dos Povos Ciganos. Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122264. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Estatísticas de Candidaturas e Eleições 2022*. Brasília, 2023. 150 p. Disponível em: https://www.tse.jus.br/hotsites/estatisticas/eleicoes2022/index.html. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRAZ MELO, Ligia et al. Atuação da doula no trabalho de parto humanizado. *REVISA*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 1250–1261, 2025. Disponível em: https://rdcsa.emnuvens.com.br/revista/article/view/564. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRIGGS, Thainá et al. *Mães pretas: maternidade solo e dororidade*. 2. ed. São Paulo: Conejo, 2021.

BRUM, Matheus. Mandaram ficar "quietinha", mas ela virou a deputada mais votada no ES. *UOL Universa*, 04 out. 2022. Disponível em: https://www.uol.com.br/universa/. Acesso em: 27 ago. 2025.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Vida Precária*: *Os poderes do luto e da violência*. Tradução de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do movimento Sem-Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARRANZA, Brenda. *Renovação carismática católica: origens, mudanças e identidade*. São Paulo: Loyola, 2011.

CARRASCO, C. La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? *Mientras Tanto*, Barcelona, n. 82, p. 43-70, 2001.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade*: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista*: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 313-320.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista*: conceitos fundamentais. 2. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023. p. 313-324.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. Organização: Denise Carrascosa; Djamila Ribeiro. São Paulo: Jandaíra, 2022.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CHAIMOWICZ, Flávio. *Saúde do idoso*. 2. ed. Com colaboração de: BARCELOS, Eulita Maria; MADUREIRA, Maria Dolores S.; RIBEIRO, Marco Túlio de Freitas. Belo Horizonte: NESCON UFMG, 2013.

CHARMES, J. et al. The African Gender and Development Index: an engendered and culturally sensitive statistical tool. *Frontiers in Sociology*, v. 8, art. 1114095, 1 jun. 2023. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37325791/. Acesso em: mar. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought*: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. 2. ed. New York: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução: Dayse Batista. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jun. 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989. Disponível em: https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8. Acesso em: 14 ago. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRESPIN, J.; SILVA, L. M. Mulheres com deficiência e o esporte: experiências de (des)empoderamento. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 43, e025, 2021.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEALDINA, Selma (org.). *Mulheres Quilombolas*: territórios de existências negras femininas. Brasília: CONAQ/UNFPA, 2021.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (DPES). *Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM)*. Vitória: DPES, [s.d.]. Disponível em: https://www.defensoria.es.def.br/direitos-humanos-nucleo-especializado-de-defesa-dos-direitos-da-mulher. Acesso em: 28 ago. 2025.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ES360. *Homens recebem 68,7% a mais que mulheres na cultura do ES*. ES360, 14 mar. 2023. Disponível em: https://es360.com.br/dinheiro/noticia/homens-recebem-687-a-mais-do-que-mulheres-na-cultura-do-es/. Acesso em: 24 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. *Decreto nº 4.490, de 29 de agosto de 2019*. Institui o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. 2019. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/es/decreto-n-4490-2019-espirito-santo-institui-o-plano-estadual-de-politicas-para-as-mulheres. Acesso em: ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. *Decreto nº 4.510, de 25 de setembro de 2019*. Dispõe sobre a criação do Observatório de Políticas Públicas para as Mulheres no Estado do Espírito Santo, no âmbito do Instituto Jones dos Santos Neves, sem aumento de despesas. 2019. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/es/decreto-n-4510-2019-espirito-santo-dispoe-sobre-a-criacao-do-observatorio-de-politicas-publicas-para-as-mulheres-no-estado-do-espirito-santo-no-ambito-do-instituto-jones-dos-santos-neves-sem-aumento-de-despesas. Acesso em: ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. *Decreto nº 4.762, de 18 de novembro de 2022*. Institui o Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. 2022. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/es/decreto-n-4762-2020-espirito-santo-institui-o-pacto-estadual-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em: ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. *Decreto nº 6.136-R, de 7 de agosto de 2025*. Institui o Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Prevenção ao Feminicídio. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 8 ago. 2025. Disponível em: https://ioes.dio.es.gov.br/. Acesso em: 24 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. *Decreto nº 6.138-R, de 7 de agosto de 2025*. Institui o Plano de Metas para o Enfrentamento Integrado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 8 ago. 2025. Disponível em: https://ioes.dio.es.gov.br/. Acesso em: 24 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Governo do Estado. *Empreendedorismo Feminino*: cerca de 34% dos empreendedores no Brasil são mulheres. Disponível em: https://www.es.gov.br. Acesso em: 24 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Governo do Estado. *Estado conta com seis Núcleos de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência*. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2022. Disponível em: https://www.es.gov.br/Noticia/estado-conta-com-seis-nucleos-de-atendimento-as-mulheres-em-situacao-de-violencia. Acesso em: 28 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. *Lei nº 11.212, de 29 de outubro de 2020*. Consolida toda a legislação em vigor referente às semanas e aos dias/correlatos estaduais comemorativos de relevantes datas e de assuntos de interesse público, no âmbito do Estado. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 29 out. 2020. Disponível em: https://www.al.es.gov.br. Acesso em: 11 jul. 2025.

ESPÍRITO SANTO. *Lei nº 12.476, de 15 de julho de 2025*. Dispõe sobre o direito à presença de doulas durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato no Espírito Santo. Diário Oficial do Espírito Santo, Vitória, 15 jul. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG). *Diagnóstico Socioeconômico dos Assentamentos do Governo do Estado do Espírito Santo*, 2008.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Justiça. *Plano Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional*: 2024–2027. Vitória: SEJUS, 2024. Disponível em: https://sejus.

es.gov.br/Media/Sejus/Arquivos%20PDF/1_ES_Plano_Mulheres_2024-2027.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP). *Delegacias e Distritos Policiais*. Vitória: SESP, [s.d.]. Disponível em: https://sesp.es.gov.br/delegacias-e-distritos-policias. Acesso em: 28 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Esportes e Lazer. *Diagnóstico da Infraestrutura Esportiva Capixaba*. Vitória, 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria Estadual das Mulheres (SESM). *Centros e Núcleos Margaridas*. Vitória: SESM, [s.d.]. Disponível em: https://mulheres.es.gov.br/centros. Acesso em: 28 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria Estadual das Mulheres (SESM). *Pacto Estadual pelo Enfrentamento às Violências contra as Mulheres*. Vitória: SESM, [s.d.]. Disponível em: https://mulheres.es.gov.br/pacto-estadual-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em: 28 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria Estadual das Mulheres (SESM). *Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo*. Vitória: SESM, 2019. Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/Media/Sep/estado-presente/Plano%20Estadual%20de%20Pol%C3%ADtica%20para%20as%20Mulheres.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.

EUSTÁQUIO DINIZ ALVES, J.; MARTA CAVENAGHI, S. Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 18, n. 1, p. 83-105, 2013. DOI: 10.5433/2176-6665.2013v18n1p83. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/16472. Acesso em: mar. 2025.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FALCONI, A. M. et al. Doula care across the maternity care continuum and impact on maternal health: Evaluation of doula programs across three states using propensity score matching. *Clinical Medicine*, v. 50, 101531, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.eclinm.2022.101531. Acesso em: 15 jul. 2025.

FAO. *The State of World Fisheries and Aquaculture 2020*: Sustainability in action. Rome: FAO, 2020. Disponível em: https://www.fao.org/documents/card/en/c/ca9229en. Acesso em: 3 ago. 2025.

FAPES. *Edital FAPES nº 21/2023 — Mulheres na Ciência*. Vitória: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo, 2023. Disponível em: https://fapes.es.gov.br. Acesso em: 14 out. 2025.

FAPES. *Mulheres na Ciência II*: FAPES apoia 51 projetos coordenados por mulheres. Vitória: FAPES, 2024. Disponível em: https://fapes.es.gov.br. Acesso em: 14 out. 2025.

FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESPÍRITO SANTO (FES). *Regulamento do Campeonato Capixaba Feminino 2024*. Vitória, 2024.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*: *mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*: *mulheres, corpo e acumulação primitiva.* 2. ed. revisada. São Paulo: Elefante, 2023.

FEDERICI, Silvia. *Mulheres e caça às bruxas: da idade média aos dias atuais*. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Letícia de Oliveira. *Políticas públicas e parteiras tradicionais: disputas de sentidos sobre cuidado e saber*. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 1-15, 2020.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão*: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. 194 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2024. 404 p. ISSN 1983-7364.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/. Acesso em: dez. 2024.

FRANCO, Marielle. *UPP*: a redução da favela a três letras. Niterói: Consequência, 2018.

FRANCO, Thairiny Alvez. *"O dia em que o morro descer e não for carnaval"*: Análise das concepções de justiça nos episódios de sublevação no Território do Bem, Vitória - ES. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024. 194 f.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil*: da Constituinte ao Impeachment. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1993.

FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG. *The Gender Index Gender Inequality in Israel 2014*. Israel: FES, 2014. Disponível em: https://israel.fes.de/e/the-gender-index-gender-inequality-in-israel-2014.html. Acesso em: dez. 2024.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIBSON-GRAHAM, J. K. *A postcapitalist politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

GOELLNER, S. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 8, p. 85-100, 2006. DOI: 10.5216/rpp.v8i1.106.

GOES, Fernada Lira et al. *Atlas das periferias no Brasil*: aspectos raciais de infraestrutura nos aglomerados subnormais. Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES, Nilma Lino. *Educação para a Igualdade Racial: Marcos Legais e Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: uma seleção de textos organizada por Flávia Rios e Márcia Lima*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 61–70.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro*: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 315-326.

GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO. *De camelô a vice-governadora, Jacqueline Moraes representa a trajetória de uma mulher negra empoderada*. Vitória: Governo ES, 08 mar. 2019. Disponível em: https://www.es.gov.br. Acesso em: 27 ago. 2025.

HALBERSTAM, Jack. *A arte queer do fracasso*. Tradução Bhuvi Libanio, Prefácio Denilson Lopes, 1ª reimpressão, Recife: Cepe, 2023.

HOFFMANN, R. O índice de Atkinson e a sensibilidade das medidas de desigualdade a transferências regressivas. *Revista de Econometria*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 159-176, nov. 1994/mar. 1995. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/bre/article/view/2971. Acesso em: fev. 2025.

HOOKS, bell. *Comunhão*: a busca das mulheres pelo amor. São Paulo: Elefante, 2024.

HOOKS, bell. *Olhares negros*: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. *Salvação*: pessoas negras e o amor. São Paulo: Elefante, 2024.

HOOKS, bell. *Teoria feminista*: das margens ao centro. São Paulo: perspectiva, 2019.

HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor*: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário – Agricultura familiar*: primeiros resultados: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2017*: Resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?t=publicacoes. Acesso em: 3 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010*: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022*: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 14 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022*: População e domicílios: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022*: População indígena. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br. Acesso em: jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022*: resultados do universo – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 8 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Estatísticas de gênero*: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 3. ed. Notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. ISBN 978-85-240-4605-6. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas de gênero*: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784.pdf. Acesso em: 12 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018*: Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)*: 2019-2022. Rio de Janeiro, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)*. Tabela 7009 – Taxa de realização de afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente ou tarefas de cuidado de moradores do domicílio ou parentes não moradores, por sexo e cor ou raça. Ano 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7009. Acesso em: 13 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em: 04 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Prática de esporte e atividade física*. Rio de Janeiro, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Práticas de esporte e atividade física*: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2017. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/f257c86712d3b07eb70c0913046a397e.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da Violência*. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series. Acesso em: jan. 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *Caderno de Segmentos*: Mulheres LBTI+. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2023.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *Especial Povos Indígenas no Espírito Santo*. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2023. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br. Acesso em: jul. 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *IJSN no Censo 2022 – Favelas e Comunidades Urbanas*, 2024. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/S%C3%ADnteses/IJSN_Censo_2022_Favelas_e_Comunidades.pdf. Acesso em: 14 ago. 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *IJSN no Censo 2022 – Fecundidade*, 2025. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/S%C3%ADnteses/IJSN_Censo_2022-Fecundidade.pdf. Acesso em: 5 set. 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *IJSN no Censo 2022 – Mulheres Capixabas*, 2023. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/sinteses/ijsn_no_censo_2022_mulheres_capixabas. Acesso em: 14 ago. 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *Mulheres invisíveis*: a realidade do trabalho doméstico. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/sumarios/notas-curtas-observatorio-mulheres. Acesso em: 4 jul. 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *Panorama MulherES*: Censo 2022. Vitória: IJSN, 2024. Disponível em: https://www.es.gov.br/Noticia/secretaria-das-mulheres-e-instituto-jones-apresentam-panorama-mulheres-censo-2022. Acesso em: 24 ago. 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *Relatório POP-RUA*: pesquisa sobre população em situação de rua na Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória: IJSN, abr. 2018. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/Relatorio_POP-RUA.pdf. Acesso em: 4 jul. 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *Religiões no Espírito Santo – Censo 2022*. Vitória: IJSN, 2024. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/sinteses/ijsn-no-censo-2022. Acesso em: 14 ago. 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *Síntese – Especial*: Idosos. Vitória: IJSN. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/S%C3%ADnteses/IJSN_Especial_Idosos.pdf. Acesso em: 31 jul. 2025.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.

KLASNIC, K. Gender socioeconomic inequalities in intimate relationships: introducing the GSEI index. *Revija za sociologiju*, [S.l.], v. 49, n. 3, p. 349-375, 2020. DOI: 10.5613/rzs.49.3.2. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338914163_Gender_Socioeconomic_Inequalities_in_Intimate_Relationships_Introducing_the_GSEI_Index. Acesso em: nov. 2024.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, P. V. P. S. et al. Distribuição espacial da desigualdade de gênero no Brasil. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 292-320, jan./jun. 2015. Disponível em: https://typeset.io/pdf/distribuicao-espacial-da-desigualdade-de-genero-no-brasil-113ze5u725.pdf. Acesso em: fev. 2025.

LIMA, Télia Resende de Sousa. Ciganos: breve definição e análise dos movimentos sociais e políticas públicas no Brasil até 2014. *Humanidades em diálogo*, São Paulo, v. 6, p. 225–237, 2014. DOI: 10.11606/issn.1982-7547.hd.2014.106271. Disponível em: https://revistas.usp.br/humanidades/article/view/106271. Acesso em: 14 ago. 2025.

LOIOLA, Rosimery Soares. *A luta por reparação é de mulheres*: raça e gênero no quilombo do Degredo frente ao desastrecrime no Rio Doce. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-992, 2014.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e pentecostais*: *adesão religiosa e mudança social.* São Paulo: Anpocs, 1996.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, religião e política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais*: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

MARIZ, Cecília Loreto. *Copiar com a pobreza*: *pentecostais e comunidades de base em uma favela do Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória*: o reinado do Rosário do Jatobá. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

MCTI/CGEE. *Mulheres são maioria dos mestres e doutores no Brasil*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2024. Disponível em: https://www.cgee.org.br. Acesso em: 14 out. 2025.

MEDEIROS, L. M. de et al. Construção de indicadores sintéticos para tomada de decisão em governo: um tutorial. In: CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE (CONGESP/RN), 16., 2023, Evento online. *Anais* [...]. Evento online: CONGESP, 2023. Disponível em: https://congesp.rn.gov.br/anais/v-16/gestao-de-projetos/construcao-de-indicadores-sinteticos-para-tomada-de-decisao-em-governo-um-tutorial.pdf. Acesso em: set. 2025.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Plano da Secretaria da Economia Criativa*: políticas, diretrizes e ações 2011-2014. Brasília: MinC, 2011.

MINISTÉRIO DAS MULHERES; OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*: RASEAM. Brasília: Ministério das Mulheres, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/raseam/ministeriodasmulheres-obig-raseam-2024.pdf. Acesso em: jan. 2025.

MINISTÉRIO DAS MULHERES; OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*: RASEAM. Brasília: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero/MMULHERES, 2025. v. 7 (mar. 2025). Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/raseam-2025.pdf. Acesso em: ago. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS. *Nota informativa N° 2*. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerios-do-desenvolvimento-social-e-dos-direitos-humanos-abrem-seminario-pela-luta-contra-o-trabalho-escravo-domestico/nota-informativa-n2-publicada.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (MPES). *Rede de Atendimento à Mulher*. Vitória: MPES, [s.d.]. Disponível em: https://mpes.mp.br/ouvidorias/rede-de-atendimento-a-mulher. Acesso em: 28 ago. 2025.

MOREIRA, J.; SALES, C. Quantifying for qualifying: a framework for assessing gender equality in higher education institutions. *Social Sciences*, [S.l.], v. 11, n. 10, 478, 2022. DOI: 10.3390/socsci11100478. Disponível em: https://doi.org/10.3390/socsci11100478. Acesso em: jan. 2025.

MORELLO, Rosângela; SILVEIRA, Mariela (org.). *Inventário da língua pomerana*: língua brasileira de imigração. Florianópolis: Editora Garapuvu; Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística – IPOL, 2022.

MUKAKA, M. M. Statistics Corner: A Guide to Appropriate Use of Correlation Coefficient in Medical Research. *Malawi Medical Journal*, v. 24, p. 69-71, 2012. Disponível em: http://www.bioline.org.br/pdf?mm12018. Acesso em: mar. 2025.

MULHERES ES. *Jacqueline Moraes – primeira mulher negra vice-governadora do ES*; Agenda Mulher Empreendedora e políticas transcendentais. Vitória: Secretaria de Estado das Mulheres, 2025. Disponível em: https://mulheres.es.gov.br. Acesso em: 27 ago. 2025.

NARDO, M. et al. *Handbook on constructing composite indicators*: methodology and user guide. Paris: OECD Publishing, 2008. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/handbook-on-constructing-composite-indicators-methodology-and-user-guide_9789264043466-en.html. Acesso em: jan. 2025.

NASCIMENTO, Beatriz. Mulheres negras e poder. In: RATTS, Alex (org.). *Beatriz Nascimento*: textos, entrevistas e roteiros. São Paulo: Ubu Editora, 2021. p. 127-130.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). *A Matriz Africana no Mundo*. Sankofa: Matrizes Africanas da Cultura Brasileira I. São Paulo: Sele Negro, 2008.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*: Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOBRE, Miriam. Economia feminista e agroecologia: transformando o debate sobre produção, reprodução e sustentabilidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES AGRICULTORAS, 2015, Belo Horizonte. *Anais* [...]. SOF Sempreviva Organização Feminista, 2015. Disponível em: https://www.sof.org.br. Acesso em: 03 ago. 2025.

NOGUEIRA, M. C.; RIBEIRO, L. C. Desigualdades sociais na mortalidade cardiovascular precoce em um município de médio porte no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 2329-2338, nov. 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009001100003. Acesso em: nov. 2024.

O CAPIXABA. *Economia solidária e arte*: o coletivo que transforma vidas de mulheres nas periferias. O Capixaba, 13 abr. 2025. Disponível em: https://ocapixaba.com.br. Acesso em: 24 ago. 2025.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DAS DESIGUALDADES. *Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades 2024*. 82 p., 2024. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2024/08/desigualdade-2024.pdf. Acesso em: jan. 2025.

OLIVEIRA, Letícia de. *Corpos negros em trânsito*: mulheres negras em situação de rua. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2022.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Autodefinição, memória e pandemia em quilombos: um estudo a partir do estado do Espírito Santo. In: CARVALHO, Ana Paula Comin de; OLIVEIRA, Osvaldo Mar-

tins de; MONBELLI, Raquel (orgs.). *Quilombos*: *direitos e conflitos em tempos de pandemia*. Brasília: ABA Publicações, 2023. p. 199-222.

ONU MULHERES. *Relatório Executivo*: percepção social sobre DH. Brasília: ONU Mulheres, 2023. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2024/01/ONU-Mulheres_Relato%CC%81rio--Executivo-Ipsos-2023_FINAL.pdf. Acesso em: jan. 2025.

ONU MULHERES. *Revisão de políticas públicas sobre as mulheres*: subsídios para a construção de um plano nacional. 1. ed. Brasília: ONU Mulheres, 2025. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp--content/uploads/2025/02/Revisa%CC%83o-de-Poli%CC%81ticas-Pu%CC%81blicas-sobre-as-Mulheres-3-1.pdf. Acesso em: maio 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)*. Nova York: Organização das Nações Unidas, 1979. Disponível em: https://www.ohchr.org. Acesso em: set. 2025.

ORO, Ari Pedro; CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre (orgs.). *Igrejas pentecostais e neopentecostais na América Latina*: *um debate*. Petrópolis: Vozes, 2003.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Mulheres na luta pela terra: memória, identidade e organização. In: SORJ, Berta; MARTINS, Heloisa H. (org.). *Poder, política e mulheres*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2006.

PAIVA, Jacyara. Furar o pacto da branquitude não é fácil. *Século Diário*, Vitória, 24 mar. 2022. Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/colunas/jacyara-paiva/furar-o-pacto-da-branquitude-nao-e-facil. Acesso em: 24 nov. 2025.

PEREIRA, R. R.; PACHECO, I. B. G.; FILHO, F. S. P. Indicadores de desempenho como ferramenta na gestão da qualidade no serviço público. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 9, p. 88049-88067, set. 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n9-117. Disponível em: https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/33249. Acesso em: 22 set. 2024.

PEREIRA, Raquel; A GAZETA. *Sabe quem foi a primeira deputada do ES?* Ela é pioneira em várias áreas. A Gazeta, 2022. Disponível em: https://www.agazeta.com.br. Acesso em: 27 ago. 2025.

PEREIRA, Sandra Mara. *Pessoas em situação de rua e a questão da moradia*: significados, sentidos e implicações na construção da cidadania e das políticas públicas. 2024. 283 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024.

PEREIRA, Sandra Mara; REBULI, Karlla C. Gaiba. A Moradia como questão central das políticas públicas para a população em situação de rua: uma análise da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV. In: LIRA, Pablo Silva; RODRIGUES, Mariana Paim. *Observatório das Metrópoles nas Eleições*: Um outro futuro é possível. Vitória, ES, 2024. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2024/09/Vitoria_OM_Eleicoes_2024.pdf. Acesso em: 4 jul. 2025.

PEREIRA, S.; BASTOS, F. Mulheres com deficiência no esporte: trajetórias de resistência e emancipação. *Movimento*, v. 26, e26048, 2020.

PEREZ, C. C. *Mulheres invisíveis: dados desiguais em um mundo projetado para homens*. Tradução de Renata Guerra. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

PIEDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PLANEJAMENTO.ES. *FAPES lança edital de R$ 5,3 milhões para incentivar a participação de mulheres na pesquisa científica do Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, 2024. Disponível em: https://planejamento.es.gov.br. Acesso em: 14 out. 2025.

PODER360. *Número de famílias assentadas cresce 612% com Lula*. Poder360, Brasília, 13 jan. 2024. Disponível em: https://www.poder360.com.br/governo/np-numero-de-familias-assentadas-cresce-612-com-lula/. Acesso em: 3 ago. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Human Development Report 2010*: The Real Wealth of Nations: Pathways to Human Development. Nova York: PNUD, 2010. Disponível em: https://hdr.undp.org/system/files/documents/human-development-report-2010-complete-english.human-development-report-2010-complete-english. Acesso em: mar. 2025.

REPÓRTER BRASIL. *Pela 1ª vez, Brasil tem número oficial de famílias acampadas à espera da reforma agrária*. Repórter Brasil, São Paulo, 20 fev. 2024. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2024/02/brasil-familias-acampadas-reforma-agraria/. Acesso em: 3 ago. 2025.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* São Paulo: Letramento, 2017. (Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUEZ, Celia Jaqueline Sanz. *As formas de fazer agricultura e os modos de ser agricultor em municípios da região central do estado do Espírito Santo*. 2017. 212 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

RODRIGUEZ, Celia Jaqueline Sanz; LIMA, Vilma Marcelino de; SILVEIRA, Cristiane Gianezi da (Org). *Conexões Quilombolas*: imagens e memórias. Vitória – ES: Incaper, 2025.

RODRIGUES, Sara F.; GOMES, Isabel Cristina V. A interseccionalidade e o debate sobre categorias de diferença na produção do conhecimento feminista. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 697-715, set./dez. 2013.

SACCHET, Teresa. Mulheres, partidos e eleições: estratégias partidárias para a inclusão das mulheres na política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 9, p. 59-98, 2012.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora. Piseagrama, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A difícil democracia*: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2017.

SANTOS, J. A. F. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 353-402, 2008. Disponível em: https://typeset.io/pdf/classe-social-e-desigualdade-de-genero-no-brasil-36y8jagzen.pdf. Acesso em: mar. 2025.

SANTOS, J. A. F. Divisões de gênero, posição socioeconômica e desigualdade de saúde no Brasil. *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 25, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revsocio/article/download/243766/34006. Acesso em: fev. 2025.

SANTOS, L. G. T. F. et al. Brazilian Women in Paralympic Sports: Uncovering Historical Milestones in the Summer Paralympic Games. *Adapted Physical Activity Quarterly*, v. 41, n. 4, p. 499-510, 2024.

SANTOS, L. L. S. Gênero e narrativas: uma análise do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. *LexCult: Revista Eletrônica de Direito e Humanidades*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 147-164, out. 2019. ISSN 2594-8261. Disponível em: http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/LexCult/article/view/172. Acesso em: mar. 2025.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Patrícia dos. Religiões afro-brasileiras: o protagonismo das mulheres nos terreiros. *Revista Aedos*, v. 14, n. 33, p. 358–377, jan./abr. 2022. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8634533.pdf. Acesso em: 14 ago. 2025.

SARMENTO, C. S. *"Por que não podemos ser mães?"*: tecnologias de governo, maternidade e mulheres com trajetória de rua. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SATLHER, Déborah. *Saga Cigana*: História oral de vida: identidade de gênero. Vitória: Cousa, 2025.

SEBRAE/ES. *Pesquisa inédita do Sebrae/ES revela que 57% das mulheres deixaram o emprego para empreender*. ASN Espírito Santo, 3 ago. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. *Economia Criativa*. Disponível em: https://secult.es.gov.br/economiacriativa. Acesso em: 24 ago. 2025.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Mulheres são 40% dos pesquisadores do Brasil que declaram ter doutorado nas 5 maiores áreas de conhecimento, aponta levantamento*. Bahia: SPM, 12 fev. 2020. Disponível em: https://www.ba.gov.br/mulheres/noticia/2024-03/5928/mulheres-sao-40-dos-pesquisadores-do-brasil-que-declaram-ter-doutorado-nas-5. Acesso em: 14 out. 2025.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNA, Ariane Moreira de. A quem interessa a solidão da mulher trans, negra e periférica? In: JESUS, Jaqueline Gomes de; OLIVEIRA, Megg Rayara G. de; NASCIMENTO, Letícia Carolina (Orgs.). *Grita-rias epistêmicas*: [R]existências de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil. p. 35, 2022.

SILVA, Ana Livia. Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional: Uma Análise da Sua Estruturação e Implementação, Brasília, p. 1-29, 2021. Disponível em: Acervo pessoal. Acesso em: 7 fev. 2025.

SILVA, Débora. Parteiras tradicionais e a política de humanização do parto no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 365-380, 2017.

SILVA, Giovana Capucim e. *"Não é coisa de mulher"*: campo futebolístico, legislação e gênero no Brasil (1941-1979). 2020. 234 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, L. C. G. *A mensuração da desigualdade de gênero*: um índice para os estados brasileiros. 2012. 145 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/5731/1/2012_LuisaCardosoGuedesdeSouza.pdf. Acesso em: fev. 2025.

SOUZA, Mariana de. Gênero e esporte: uma crítica feminista às desigualdades no esporte de rendimento. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 95-102, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAXA DE CONSULTAS DE PRÉ-NATAL. Brasília: Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Disponível em: https://www.gov.br/ans/pt-br/assuntos/informacoes-e-avaliacoes-de-operadoras/1.2.TaxadeConsultasdePrNatal.pdf. Acesso em: dez. 2024.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. *Trabalho Doméstico*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

TODD, Zoe. Indigenizing the Anthropocene. In: *Hot Spots – Cultural Anthropology*. 2015. Disponível em: https://culanth.org/fieldsights/indigenizing-the-anthropocene. Acesso em: jul. 2025.

TRAVESTI pode ser o que quiser. *JA*. 6 mar. 2023. Disponível em: https://jundiagora.com.br/travesti/. Acesso em: 26 jun. 2025.

UNESCO. *Creative economy report 2013*: widening local development pathways. Paris: UNESCO, 2013.

UNITED NATIONS WOMEN. *Feminicides in 2023*: global estimates of intimate partner/family member femicides. Vienna: UNODC; New York: UN Women, 2024. 36 p. Disponível em: https://www.unwomen.org/sites/default/files/2024-11/femicides-in-2023-global-estimates-of-intimate-partner-family-member-femicides-en.pdf. Acesso em: fev. 2025.

VERGNHANINI, Roberta. *Mulheres e saberes tradicionais*: parteiras no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2011.

VITÓRIA. Prefeitura Municipal. *Edital Bolsa Atleta 2025*. Vitória, 2025. Disponível em: https://transparencia.vitoria.es.gov.br/editais/edital-bolsa-atleta-2025.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

WERNECK, Jurema. Saúde da população negra. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra*: um marco na luta antirracista. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 25–36.

INSTITUIÇÕES QUE COLABORARAM COM O PROJETO DE PESQUISA ATLAS DAS MULHERES DO ESPÍRITO SANTO

Seria impossível chegar a este resultado sem as instituições (nas suas mais diversas formas) que apoiaram o projeto, em diferentes momentos e com graus de envolvimento diversos. Nesse espaço queremos registrar nossa singela menção a essas instituições, classificando, mesmo que de forma muito limitada e sem esclarecer todos os momentos, o tipo de envolvimento mais direto durante o processo da pesquisa.

Lista de siglas presente na tabela e sua leitura de apoio:

Apresentação: **A**;
Apoio Institucional: **AI**;
Espaço físico: **E**;
Mobilização de participantes: **M**;
Parceiro Institucional: **PI**;
Participação Institucional nas rodas de conversa: **R**.

Quadro 1 – Lista de instituições e tipo de envolvimento no processo de pesquisa do Atlas das Mulheres do Espírito Santo.

NOME COMPLETO	TIPO DE APOIO
Aldeia Guarani Nova Esperança – Aracruz	M/E
Amigos da Pessoa com Autismo (AMAES) - Cariacica, Serra	M
Assentamento Floresta – Alegre	M/E
Assentamento Sezinio Fernandes de Jesus – Linhares	M/E

Associação Comunitária Remanescente do Quilombo de Monte Alegre (ACREQMA)	M/E
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) - Vitória, Serra, Viana, Ibatiba, Castelo, Venda Nova do Imigrante e Piúma	M
Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Síndrome de Down do Espírito Santo (Vitória Down)	M/E
Associação de Pescadores de Jacaraípe (ASPEJ)	M/E
Associação do Território Indígena Tupinikim e Guarani (AITG)	M/E
Associação dos Pescadores e Extrativismo e Remanescentes de Quilombo do Degredo (ASPERQD)	M/E
Associação dos Surdos de Cachoeiro de Itapemirim (ASSURCI)	M
Associação Indígena Guarani Kaagwy Pora	M/E
Associação Municipal de Etnia Cigana de São Mateus (AMEC)	A/M/E/R
Associação Quilombola dos Herdeiros de Benvindo Pereira dos Anjos	M/E
Associação Voos dos Gansos (Alegre)	M
Centro Espírita Santo Lenho	E
Centro Universitário Faesa	PI
Centros Margaridas	A/M/E/R
Clínica Envolve	M/E
Coletivo After no Teatro	M

Coletivo Constância de Angola	E
Coletivo Feminino: Juntas Somos Mais – Linhares	M
Coletivo LGBT+ Colorindo – Linhares	M
Coletivo LGBT+ da FACELI Vozes da Diversidade – Linhares	M/E
Coletivo LGBT+: Coletodes - Anchieta	M/E
Coletivo Mão na Massa: filosofia de quem faz	M/E
Coletivo Megalomania	M/A
Coletivo O Outro Lado da História - Anchieta	M
Coletivo União de Maternidade Atípica (UMA)	M
Colônia de Pescadores Z-10 Dom Pedro 1- Itapemirim	M/E
Comitê Estadual para a Prevenção e Erradicação da Tortura no Espírito Santo (CEPET-ES)	M/A
Comunidade Quilombola Córrego do Sossego	EF
Comunidade Remanescente de Quilombo Angelim I	EF/A
Conectando Mulheres	M/A
Conselho Estadual da Juventude (CEJUVE)	M/A
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Espírito Santo (CEDIMES)	PI
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDDIPI)	A/R/M

Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Espírito Santo (CEPIR)	A
Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo (CRC-ES)	E
Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo “Zacimba Gaba” (CONAQ)	M/A
Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAMs) - Vila Velha, Vitória, Cariacica, Serra, Guarapari, Aracruz, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Venda Nova do Imigrante	M/A/R
Diálogo Editorial - editora integrante da Diálogo Comunicação, Marketing e Treinamento.	AI
Elzas Rainhas	M
EMEF Augusto Peter Berthold Pagung - Domingos Martins	M/E
Empreendedoras Inclusivas	M
Equipe Capixaba de Basquete sobre Rodas (IREFES/SESPORT)	A/M/E
Equipe Feminina São Joaquim	A/M/E
Equipe Feminina Vila Nova	A/M/E
Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES)	A
Faculdade Estácio – Vitória	E
Famílias pela inclusão – Aracruz	M
Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo (FAES) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Espírito Santo (Senar-ES)	PI

Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Espírito Santo (FETAES)	M/A
Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Espírito Santo (FETAES)	PI
Federação Espírito Santense de Cultura e Povos Tradicionais de Matriz Africana (FESCPOTMA-ES)	M/E/A
Força Azul	M
Fórum de Economia Solidária do Espírito Santo (FEPS)	M
Fórum Estadual de Juventude Negra do Espírito Santo (FEJUNES)	M/A
Fórum Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana do Espírito Santo (FEPOTMA-ES)	M/A/E
Funcional da Madrugada - São Mateus	A/M/E
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES)	AI
Gabinete Vereadora Karla Coser - Vitória	M
Gabinete Vereadora Mara Maroca - Vitória	M
Grupo Andora - Grupo Brasileiro de Danças Populares/UFES	A e M
Grupo Barra de Renda (Rendeiras de Bilro) - Barra do Jucu/Vila Velha	A/R
Grupo de Estudos e Pesquisa em Sexualidade (GEPS/UFES)	M
Hub ES+: Economia criativa, Inovação e Cultura Capixaba	E
Igreja Batista Renovada - Jerônimo Monteiro	M/E

Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Vila Pavão	E
Igreja Matriz São Sebastião - Paróquia Nossa Senhora das Graças	A/M
Ilê Asé Ojú Obá Oyó – Marataízes	M/E
Ilé Asé Oyá Mesan Òrun – Serra	E
Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER)	AI
Instituto Conexão Perifa (ICP)	M/A
Instituto de Fortalecimento e Empoderamento da População Negra + Diversidade (FEPNES)	M
Instituto de Mulheres Quilombolas do Sapê do Norte	M/E/A/R
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES)	PI
Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)	AI
Instituto Potencialize	M
Instituto Ubuntu	M
Kasa Raiz	M
Kwé Sejá Bi Efun - Vila Velha	E
Laboratório Criativo de Práticas Socioeducativas e Culturais (CoMplEXU)	M/E
Laboratório de Estudos Territoriais LATERRA/UFES	M/E

Mães Eficientes Somos Nós (MESM)	M
Mães na Luta no Espírito Santo	M
Majju Ateliê - São Mateus	M
Mecanismo Estadual de Prevenção e Erradicação da Tortura no Espírito Santo (MEPET-ES)	M
Ministério das Mulheres	A
Missão do Evangelho de Cristo - Serra	M/E
Missão Evangelho de Cristo (MEC)	M/A
Mova-se Organização da Sociedade Civil	M
Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)	A/M
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	PI
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	A/M
Movimento Negro Unificado (MNU-ES)	M
Museu Vivo da Barra do Jucu	A
Núcleo Impulsionador do 1ª Encontro das Mulheres Quilombolas do Município de Conceição da Barra	M/A
Ocupação Vila Esperança - Vila Velha	E
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Seccionais Vila Velha, Serra e Vitória	E

Política Militar do Espírito Santo/Divisão de Direitos Humanos e Polícia Comunitária (PMES/DDHPC)	A
Ponto de Cultura Soca Brasil – Orquestra Brasileira de Cantores Cegos (SOCA BRASIL)	M/E
Projeto de Extensão Trans Encruzilhadas - UFES.	M
Projeto Força Feminina	M
Projeto Mãos Dedicadas	M/E
QG Fight Academia de KickBoxing (OQGFIGHT)	A/M/E
Ratimbum Produções	M/R
Rede Comsol Comercialização Solidária do Espírito Santo	M
Secretaria da Cultura (SECULT)	PI
Secretaria de Esportes e Lazer de Vitória (SEMESP)	A
Secretaria de estado da Justiça (SEJUS)	PI
Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP)	M/A
Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH)	PI/M
Secretaria Municipal de Agricultura de Marechal Floriano	E
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Vila Pavão	A/M
Semearte Serra	M

Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculo de Diversões do Estado do Espírito Santo (SATEDES)	M/R
Sindicato dos Artistas Plásticos Profissionais do Espírito Santo (SINDIAPPES)	A
Sindomésticos (STPDES)	M/E
Superintendência Federal do Desenvolvimento Agrário no Espírito Santo (SFDA/MDA)	A
Talento Incluir	M
TEApoiando – Cariacica	M
Tenda Umbanda Amor e Caridade (TUAC) – Linhares	M/E
Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)	A
Unimed Sul Capixaba	E

























































INTERNA

















ESTADO PRESENTE
EM DEFESA DA VIDA

APOIO

FAPES
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Recuperação do Rio Doce

REALIZAÇÃO

MULHER VIVA MAIS
Em todos os lugares

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria das Mulheres

ISBN: 978-65-6013-189-7
CBL
9 786560 131897